JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Araputanga 4
Camara Municipal de Canarana 4
Camara Municipal de Chapada dos Guimarães 4
Camara Municipal de Confresa 4
Camara Municipal de Santo Antônio do Leste 5
Camara Municipal de Várzea Grande 8
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 9
Prefeitura Municipal de Água Boa 14
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 18
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 27
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 28
Prefeitura Municipal de Apiacás 29
Prefeitura Municipal de Araguaiana 30
Prefeitura Municipal de Araguainha 31
Prefeitura Municipal de Araputanga 33
Prefeitura Municipal de Aripuanã 35
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 41
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 42
Prefeitura Municipal de Cáceres 42
Prefeitura Municipal de Campinápolis 45
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 60
Prefeitura Municipal de Campo Verde 62
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 67
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 67
Prefeitura Municipal de Canarana 80
Prefeitura Municipal de Carlinda 110
Prefeitura Municipal de Castanheira 110
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 111
Prefeitura Municipal de Cláudia 112
Prefeitura Municipal de Cocalinho 118
Prefeitura Municipal de Colíder 119
Prefeitura Municipal de Colniza 121
Prefeitura Municipal de Comodoro 123
Prefeitura Municipal de Confresa 124
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 127
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 143
Prefeitura Municipal de Cuiabá 144
Prefeitura Municipal de Diamantino 144
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 149
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 151
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 151
Prefeitura Municipal de General Carneiro 154
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 155
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 157
Prefeitura Municipal de Itanhangá 157
Prefeitura Municipal de Itiquira 180
Prefeitura Municipal de Jaciara 187
Prefeitura Municipal de Jangada 187
Prefeitura Municipal de Juara 187
Prefeitura Municipal de Juruena 190
Prefeitura Municipal de Juscimeira 190
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 191

Prefeitura Municipal de Matupá 191
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 217
Prefeitura Municipal de Nobres 219
Prefeitura Municipal de Nortelândia 220
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 220
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 222
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 231
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 233
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 233
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 234
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 234
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 236
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 236
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 238
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 239
Prefeitura Municipal de Paranatinga 240
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 241
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 248
Prefeitura Municipal de Poconé 250
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 251
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 253
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 253
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 253
Prefeitura Municipal de Poxoréu 254
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 255
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 256
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 256
Prefeitura Municipal de Rio Branco 259
Prefeitura Municipal de Rondolândia 259
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 261
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 261
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 261
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 263
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 263
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 264
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 264
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 269
Prefeitura Municipal de São José do Povo 276
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 283
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 283
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 286
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 293
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 294
Prefeitura Municipal de Tabaporã 294
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 299
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 301
Prefeitura Municipal de Torixoréu 302
Prefeitura Municipal de União do Sul 303
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 305
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 306
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 314
Prefeitura Municipal de Vila Rica 316

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Segundo Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

Terceiro Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

Quarto Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi – Colíder

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Secretário Geral: Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Segundo Secretário: Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Segundo Tesoureiro: Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA

PORTARIA Nº 021/2019

Ilídio da Silva Neto, Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições.

RESOLVE:

Conceder férias a Servidora, Danielle Ferreira de Souza, por 20 (vinte) dias a partir do dia 01/09/2019 a 20/09/2019, regulamentares correspondente ao período aquisitivo de 2018/2019, com o período restante de abono pecuniário de um 1/3 (um terço) das férias.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de Agosto (08) do ano de dois mil e dezenove (2019).

ILÍDIO DA SILVA NETO

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

DECISÃO

PROC. ADM. 01/2019 - PROMOÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL

REQUERENTE: CRISTIAN ESTEVAN LORENZETTI FINATO

DECISÃO

Presidente da Câmara Municipal da Canarana, Estado do Mato Grosso, Sr. Gilmar Miranda de Almeida, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 33 e 34 da LC N° 121, DE 28 DE MARÇO DE 2014, passa a decidir:

Considerando, os pareceres da controladoria interna (fls. 24/25) e da procuradoria (fls. 20/23) desta Casa assinalados, pela promoção da classe e nível;

Considerando, decisão da COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO ANUAL DE DESEMPENHO FUNCIONAL (fls. 27/29), sendo desfavorável a promoção horizontal e favorável a promoção vertical;

Em que pese a manifestação e documentos juntados a fls. 34/41.

Adoto o fundamento legal do parecer jurídico e o acompanho para negar o pedido de ***promoção horizontal.***

Canarana/MT, 21 de agosto de 2.019.

Gilmar Miranda

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

CÂMARA MUNICIPAL
ATO 013/2019

ATO LEGISLATIVO 013/2019

O Senhor CARLOS EDUARDO DE LIMA OLIVEIRA, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães, no uso de suas atribuições regimentais e legais,

RESOLVE

Art. 1º – **CANCELAR** a realização da Sessão Ordinária do dia 20 **de agosto de 2019**, em razão do falecimento do **Sr. ARYSON ADRIANO ALBERNAZ, Diretor do Sistrema Autonomo de Água e Esgoto e** filho do Vereador MANOEL MARIA ALBERNAZ NETO**.**

Art. 2º - **DECLARAR LUTO** Oficial por 03 (três) dias, no âmbito do Poder Legislativo de Chapada dos Guimarães, em razão do falecimento do Sr. ARYSON ADRIANO ALBERNAZ.

Art. 3º – **SUSPENDER** no âmbito do Poder Legislativo, o expediente ao publico no dia 20 de agosto de 2019.

Art. 4º - **ANTECIPAR** a realização da sessão ordinária do dia 30 de agosto de 2019 para o dia 28 de agosto de 2019 em razão do Festival de Inverno/ 2019.

Art. 4º – O serviço de vigilância não se enquadra na presente determinação.

Art. 5º - Este Ato entra em vigor na presente data.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 20 de agosto de 2019.

Vereador **CARLOS EDUARDO DE LIMA OLIVEIRA**

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
PORTARIA Nº53/2019 NOMEAÇÃO DO DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

PORTARIA Nº53/2019

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA, EM CONFORMIDADE COM A LEI 080/2012 E LEI COMPLEMENTAR 153/2019".

UASLEI WERNECK DA SILVA LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições regimentais a que lhe conferem o regimento interno e a L.O.M. e o Estatuto dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Confresa – MT.

Considerando as adequações na Lei 080/2012 e Lei Complementar 153/ 2019 onde se extinguiu cargos e fez-se uma atualização do Plano de Cargos e Salários deste Legislativo Municipal com a criação de novos Cargos;

Considerando dentre as modificações ocorridas houve a extinção do cargo de Tesoureiro, que era exercido pelo Sr. CLAUDIOMIRO SANTOS FORTES, conforme Portaria 074/2005 de 02/05/2005;

Considerando que o Sr. CLAUDIOMIRO SANTOS FORTES não tem nada que desabone sua conduta profissional, moral e administrativa junto a este Órgão;

Resolve:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. CLAUDIOMIRO SANTOS FORTES, portador da Cédula de Identidade RG-0.694.827-8-SSP/MT e inscrito no CPF-468. 546.651-91 como Diretor Administrativo Financeiro da Câmara Municipal de Confresa – Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições contrárias.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Confresa – MT, 26 de Agosto de 2.019.

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
PORTARIA Nº54/2019 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA - MT.

PORTARIA Nº54/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA - MT.

UASLEI WERNECK DA SILVA LIMA, presidente da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições regimentais que lhe conferem o Regimento Interno e a L.O.M.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no artigo 125 da Lei Complementar nº020/2005 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do município de Confresa - MT, fica concedido dois meses, ou seja, 60 (sessenta) dias de licença prêmio ao servidor Altamir Martins da Silva, inscrito na Cédula de Identidade RG. nº: 1.996.150 SSP/GO e CPF: 497.724.731-00.

Art. 2º - O gozo da licença será de 01/09/2019 a 30/10/2019.

Art. 3º - A licença concedida é referente ao período de 01/02/2011 à 31/01/2016.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Confresa-MT, aos 26 de Agosto de 2019.

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
BALANCETE FINANCEIRO DO MÊS DE JULHO NO EXERCÍCIO DE 2019.

EDITAL Nº. 007/2019 Confresa/MT, 16 de agosto de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 31, INCISO III E CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, ARTIGO 208.

T O R N A – S E P Ú B L I C O

A Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, torna-se público o BALANCETE FINANCEIRO DO MÊS DE JULHO DO EXERCICIO FINANCEIRO DE 2019.

O Balancete Financeiro de Julho de 2019 ficará a disposição de qualquer contribuinte deste município para questionar-lhe a sua legitimidade nos termos da Lei.

Para os devidos fins de direitos e conhecimentos de qualquer interessado, expediu-se o presente Edital.

P U B L I Q U E – S E

UASLEI DA SILVA LIMA

Presidente

RG 2434203-3 SSP/MT – CPF – 041.722.831-79

Rua Helena Barcelos da Cunha, 133 – Jardim Planalto

Telefone (66) 8439-2826 – Cep: 78.652-000

Confresa - MT

CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

CONTRATO 06/2019 EFFICACE CONSTRUTORA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT.

Contrato Nº 006/2019

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Primavera, n. 292, Santo Antônio do Leste/MT, CNPJ nº 04. 217.371/0001-80, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Presidente Sr. **ALCIDENES JOSÉ DA SILVA** e de outro lado à empresa **EFICACCE CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Alegre nº. 94, Bairro: Novo Horizonte, Primavera do Leste-MT, CNPJ nº. 17.435. 404/0001-00, doravante denominada **CONTRATADA**, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pela dispensa de licitação com fulcro no artigo 24, inciso I, da Lei 8.666/93, a qual regerá o presente instrumento, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: A CONTRATADA prestará a **CONTRATANTE** os serviços técnicos especializados para fins de elaboração dos projetos de reforma e ampliação da Câmara municipal de Santo Antônio do Leste-MT, consistente nas seguintes fases:

FASE I- Projeto Arquitetônico: Elaboração de plantas e fachada, com incorporação dos comentários e modificações solicitadas pelo Proprietário, contendo: 1.1Layout mobilhado com distribuição das salas; 1.2 Projeto 3D da fachada; 1.3 Projeto Executivo **FASE II– Projeto Complementar:** Elaboração de plantas e fachada, com incorporação dos comentários e modificações solicitadas pelo Proprietário: **1. Projeto Estrutural contendo:** 1.1 Planta de marcação dos pilares; **1.2** Planta de forma das lajes; **1.3** Detalhes de pilares, vigas e respaldo, entre outros; **1.4** Lista de materiais da estrutura.

2. Projeto Elétrico, contendo:

1.2 Planta elétrica;

1.3 Quadro de cargas;

1.4 Diagramas monofilar e multifilar dos quadros de distribuição e medição;

1.5 Planta de rede lógica (TV e Telefone);

1.6 Lista de materiais.

3. Projeto Hidrossanitário, contendo:

1.1 Planta hidráulica (quente e fria);

1.2 Planta sanitária;

1.3 Planta de águas pluviais das edificações;

1.4 Detalhes isométricos;

1.5 Lista de materiais

FASE III- Acompanhamento técnico: Envolve nos serviços de acompanhamento e verificação se os responsáveis pela execução do Projeto Executivo proposto, estão atuando em conformidade com o que foi projetado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO: O objeto deste contrato será executado em regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Dá-se a este contrato o valor global de R$ 10.550,00 (dez mil quinhentos e cinquenta reais).

Parágrafo único: O pagamento a CONTRATADA será efetuado no ato da entrega dos projetos, mediante depósito em conta.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO: O prazo para a CONTRATADA efetuar entrega dos projetos será de 20 (vinte) dias a contar de 26 de agosto de 2019.

CLÁUSULA QUINTA – DA DESPESA: A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

01 031 5001 2003 0000 **outras despesas de manutenção da Câmara Municipal**

012 3.3.90.39.00 outros serviços de terceiros- Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA: Fica dispensada a garantia prevista no artigo 56 da Lei 8.666/93, no presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO: Cabe ao CONTRATANTE, a seu critério e através da Secretaria da Câmara Municipal, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução dos serviços contratados e do comportamento da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES: O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA RECISÃO: A CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no art. 78, incisos I a XII, da Lei nº 8.666/93, sem que caiba a CONTRATADA qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstraram cabíveis em processo administrativo regular.

Parágrafo único–A rescisão se dará na forma especificada no art. 79, aplicadas as consequências fixadas no art. 80 da Lei, ambos artigos da Lei 8.666/93 e alterações, sempre assegurada à ampla defesa, porém, com faculdade a contratante de agir preventiva e imediatamente, inclusive com suspensão dos serviços, quando o interesse público recomendar.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE: São prerrogativas da CONTRATANTE as previstas no art. 58 da Lei nº 8.666/93, que exercerá nos termos das normas referidas no preâmbulo deste contrato.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO OU DA TRANSFÊRENCIA: O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DESPESAS DO CONTRATO: Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir toda e qualquer situação que surgir, ficando excluído qualquer outro.

Santo Antônio do Leste/MT, 26 de agosto de 2019.

_____

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT

ALCIDENES JOSÉ DA SILVA

PRESIDENTE

_____

EFICACCE CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS

CONTRATADA

_____

TESTEMUNHA

_____

TESTEMUNHA

PORTARIA 22/2019

De 26 de Agosto de 2019

PORTARIA Nº. 22/2019

"Dispõe sobre a concessão de férias a servidor Maria de Fátima Porcina Sousa Oliveira e dá outras providências"

ALCIDENES JOSE DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Santo Antonio do leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e na Conformidade do Art. 261, inciso II, do regimento Interno desta Casa de Leis.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a servidora **Maria de Fátima Porcina Sousa Oliveira,** CPF Nº.632.379.201-00 e inscrito no RG: 1634744-7 SSP/MT, referente ao período aquisitivo de 01/10/2017 a 01/10/ 2018, que serão gozadas 01/09/ 2019 a 30/09/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3°- Revogam-se as disposições em contrário**.**

Gabinete da presidência da Câmara Municipal, em 01 de setembro de 2019.

ALCIDENES JOSE DA SILVA

Presidente

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRE-SE

EDITAL DE PUBLICAÇÃO 21/2019

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

№ 21/2019

A câmara Municipal de Santo Antonio do Leste - MT. Através do seu presidente, o Vereador **ALCIDENES JOSÉ DA SILVA**, em cumprimento aos dispositivos Constitucionais e legais e também da Resolução 003/93 do TCE-MT. Torna Públicos o seguinte ato:

Portaria Nº. 022/2019 de 01 de Setembro de 2019 "Dispõe sobre concessão de férias a servidora **Maria de Fátima Porcina Souza Oliveira** e dá outras providencias".

A qual se encontra devidamente publicada conforme preceituação constante no artigo 106 da Lei Orgânica do Município, ficando à disposição dos munícipes e a quem mais interessar possa a partir desta data 26 de Agosto de 2019, na Secretaria da CÂMARA MUNICIPAL, em horário de expediente.

A qual será devidamente publicada nas vias de publicação oficial deste órgão, como de costume, também, via mural em locais públicos desta cidade.

Gabinete do presidente da Câmara Municipal de Santo Antonio do Leste - MT, ao 26 vinte e seis do mês Agosto de dois mil e dezenove.

ALCIDENES JOSÉ DA SILVA

Presidente

Certifico para os devidos fins que o presente edital

Foi anexado no mural da câmara em 26 de Agosto de 2019.

EXTRATO Nº06/2019

EXTRATO DE CONTRATO DE

PRESTAÇÃO DE SERVICO Nº. 006/2019

Órgão: Câmara Municipal de Santo Antônio do Leste

Contrato: Nº. 006/2019

Objeto: A CONTRATADA se obriga a prestar os serviços técnicos especializados para fins de elaboração de projetos de reforma e ampliação da Câmara Municipal Santo Antônio do leste MT

FASE I- Projeto Arquitetônico: Elaboração de plantas e fachada, com incorporação dos comentários e modificações solicitadas pelo Proprietário, contendo: 1.1Layout mobilhado com distribuição das salas; 1.2 Projeto 3D da fachada; 1.3 Projeto Executivo **FASE II– Projeto Complementar:** Elaboração de plantas e fachada, com incorporação dos comentários e modificações solicitadas pelo Proprietário: **1. Projeto Estrutural contendo:** 1.1 Planta de marcação dos pilares; **1.2** Planta de forma das lajes; **1.3** Detalhes de pilares, vigas e respaldo, entre outros; **1.4** Lista de materiais da estrutura.

2. Projeto Elétrico, contendo:

1.2 Planta elétrica;

1.3 Quadro de cargas;

1.4 Diagramas monofilar e multifilar dos quadros de distribuição e medição;

1.5 Planta de rede lógica (TV e Telefone);

1.6 Lista de materiais.

3. Projeto Hidrossanitário, contendo:

1.1 Planta hidráulica (quente e fria);

1.2 Planta sanitária;

1.3 Planta de águas pluviais das edificações;

1.4 Detalhes isométricos;

1.5 Lista de materiais

FASE III- Acompanhamento técnico: Envolve nos serviços de acompanhamento e verificação se os responsáveis pela execução do Projeto Executivo proposto, estão atuando em conformidade com o que foi projetado.

Elemento de Despesa: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídicos

Justificativa: Faz necessária a contratação para realização do projeto para ampliação do prédio da Câmara para melhorar a estrutura e o funcionamento.

Fundamento Legal: Identificação e descrição do dispositivo legal da Lei 8.666/1993.

Contratado: EFFICACE CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA

CNPJ Nº: 17.435.404/0001-00

Prazo de execução: 20 (Vinte) dias

Valor: R$ 10.550,00 (Dez Mil, Quinhentos e Cinquenta Reais) será paga após a entrega do projeto

Pagamento: o pagamento será efetuado mediante nota fiscal

Dotação: 3.3.90.39.00- Pessoa Jurídica

Santo Antonio do Leste, 26 de Junho de 2019.

Sandra Emiliano Santana

Diretora Administrativa

JUSTIFICATIVA

JUSTIFICATIVA

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 009/2019

Processo Administrativo nº. 009/2019

Da: Comissão de Licitação (Portaria nº. 002/2019 de 02 de janeiro de 2019)

Ao: Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Leste-MT

A comissão de licitação da Câmara Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, nomeada através da Portaria nº. 02/2019 de 02 de janeiro de 2019, tendo em vista a necessidade da contratação de Serviços de Engenharia Civil e Arquitetura, para atender as necessidades da Câmara durante o exercício de 2019.

DAS RAZÕES DE ESCOLHA DO FORNECEDOR ***

Empresa: EFFICACE CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS**, CNPJ: 17.435.404/0001-00** Endereço: Rua Alegre nº. 94 Bairro: Novo Horizonte Primavera do Leste – MT, CEP: 78.850 -000 Tel.: (66) 3495-0479, tendo em vista a necessidade de contratar os serviços de engenharia e arquitetura e sendo assim atender as necessidades da Câmara Municipal durante o exercício de 2019. Considerando que o preço proposto pelo proprietário está compatível com os preços do mercado conforme orçamentos e quadro de cotação em anexo.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 24 inciso II da Lei 8666/93.

DO OBJETO

A aquisição faz-se necessário tendo em vista a necessidade de contratar os serviços de engenharia civil e arquitetura, para atender as necessidades do poder Legislativo de Santo Antonio do Leste/ MT durante o exercício de 2019.

DO PREÇO

O valor total da dispensa é de R$ 10.550,00 (dez mil quinhentos e cinquenta reais)

DA DOTAÇÃOORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes da ampliação de serviços de construção para atender as necessidades da Câmara Municipal ocorrerão a expensas da seguinte dotação orçamentária:

1 – CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

01- PODER LEGISLATIVO

01.01 –CAMARA MUNICIPALDE VEREADORES

01.02 –-CAMARA MUNICIPALDE VEREADORES

01- LEGISLATIVO

01 031– AÇÃO LEGISLATIVO

01.031.5001 – GESTÃO DE PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

01.031.5001.2003.000 - OUTRAS DESPESAS MANUTENÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL

012.3.3.90.30 – OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA

DO PAGAMENTO

A Câmara Municipal se obriga a realizar o pagamento após a entrega da mercadoria juntamente com a emissão da nota fiscal.

Pelo acima exposto, e de acordo com as normas legais, entendemos proceder á dispensa de licitação para a aquisição de serviço de engenharia civil e arquitetura para atender as necessidade da Câmara Municipal.

Santo Antônio do Leste – MT, 26 de agosto de 2019

Tereza Guerra dos Santos

Presidente da CPL. Portaria nº.

002/2019 de 02/01/2019

Sandra Emiliana Santana

Secretária da CPL. Portaria nº.

003/2019 de 02/01/2019

Trisheiva Cardoso de Deus Arantes

Membro da CPL. Portaria nº.

03/2019 de 02/01/2019

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 261/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR a senhora Odilza Paes de Barros do CPF: 346.138. 381-34, no cargo em comissão de Assessor Técnico Parlamentar.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 19 de agosto de 2019.

.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 260/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR o senhor Edson Ventura da Costa do CPF: 569.664. 151-20, no cargo em comissão de Assessor Técnico Parlamentar.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 16 de agosto de 2019.

.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

A Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso através da Comissão Especial de Licitação para Tomada de Preços, devidamente instituída pela portaria nº 86/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará **realizar** licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2019 DO TIPO TÉCNICA E PREÇO,** tendo como objeto: Contratação de Agência de Publicidade para prestação de serviços técnicos de publicidade para elaboração de projetos e campanhas com o fim especifico de divulgação de atos, ações, programas, obras, serviços e campanhas da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT. **P**ara o **dia 01 de outubro de 2019, às 09h00min (horário de Mato Grosso).** O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Câmara Municipal de Várzea Grande/MT - Comissão de Licitação, situada na Av. Alzira Santana, nº 1741, Água Limpa – Várzea Grande/MT, pelo e-mail - licitacaocmvg@hotmail.com e no site: www.camaravarzeagrande.mt.gov.br/portaltransparenc...

Várzea Grande-MT, 26 de agosto de 2019.

Ver. Fabio José Tardin

Presidente da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 91/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais resolve designar os servidores abaixo para participar dando assessoramento e apoio técnico as comissões abaixo:

Comissão de Finanças e Orçamento

Alex Rodney Maram Xavier

Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Manuela Tereza Pereira da Silva

Comissão de Obras e Serviços Públicos

Lucas Edierf Dias Figueiredo

Comissão de Saúde

Eliane Fortunato Figueiredo

Comissão de Meio Ambiente

Edson Ventura da Costa

Comissão de Loteamento

Dirce Cardoso Lopes

Comissão de Assuntos Gerais

Andrea Luzia da Cunha

Comissão de Ética Parlamentar

Gessyca Tavares Egues

Comissão de Fiscalização e Controle

Venâncio Amorim Tavares

Comissão de Direito do Consumidor

Everton Salomé de Almeida

Comissão de Assistência Social

Gloria Bezerra dos Santos

Comissão de Habitação e Urbanismo

Elianara de Melo

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Odilza Paes de Barros

Comissão de Segurança Pública

Beijamir Sarat Pereira

Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições anteriores.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 09 de agosto de 2019.

Ver. Fabio José Tardin

Presidente

Verª Gisele Aparecida de Barros

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 262/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR o senhor Lucas Edierf Dias Figueiredo do CPF: 075. 048.471-35, no cargo em comissão de Assessor Técnico Parlamentar.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 16 de agosto de 2019.

.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

TERMO DE POSSE - ATO DE PESSOAL 04/2019

Aos dois (26) dias do mês de Agosto (08) do ano de dois mil e dezenove (2.019), na Secretaria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, eu **PAULO REMÉDIO,** presidente, no uso das atribuições a mim conferidas pelo Contrato Consórcio, **dou POSSE** a **Marcos Roberto Ortega Tome Dourado,** portador da carteira de identidade RG. Nº 16866495 SSP/MT, e do CPF: nº 942.007.261-49, nomeado para o **Emprego Público,** através da **PORTARIA Nº 16/2019 do dia 08 de Agosto de 2019**, no cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS III – Trator de Esteiras e Retroescavadeira,** Conforme **Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário nº 03/2019,** assumindo, a mesmo compromisso de fielmente exercer e cumprir os deveres do CARGO e os constantes da legislação e resoluções pertinentes. A nomeada comprova neste ATO, através de inspeção médica estar apta, física e mentalmente para o exercício do cargo bem como DECLARA que não exerce outro CARGO, EMPREGO ou FUNÇÃO PÚBLICA, remunerada na Administração Direta ou Autarquia, Sociedade de Economia Mista, Fundação ou Empresa Pública.

São José dos Quatro Marcos - MT, em 26 de Agosto de 2019.

PRESIDENTE: PAULO REMEDIO

DE ACORDO: Marcos Roberto Ortega Tome Dourado

TESTEMUNHAS:

1ª DANILO RICARDO PIVETTA

2ª ANDERSON R. PINHEIRO

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 03/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL e a Srº. MARCOS ROBERTO ORTEGA TOME DOURADO, COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL (Art. 37, inciso IX) E A TEOR DO DISPOSTO NAS RESOLUÇÕES: Normativa nº 002/2011/CIDESAT E alterações posteriores, Normativa nº 032/2016/CIDESAT e alterações posteriores, Normativa nº 049/2018/CIDESAT, Normativa nº 062/2019, Normativa nº 061/2019, Normativa nº 063/2019, Resolução Administrativa Nº 02/2019, regulando-se pelo estabelecido no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019/CIDESAT.

Pelo presente instrumento, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, representado pelo seu Presidente, **Sr. PAULO REMÉDIO**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado á Avenida dos Imigrantes nº 2083, Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 428.609 SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 361.992. 571-20 a seguir denominado CONTRATANTE, e o **Sr. MARCOS ROBERTO ORTEGA TOME DOURADO**, brasileiro, portador carteira de identidade RG. Nº 16866495 SSP/MT, do CPF: 942.007.261-49, residente na Rua Alan Kardec, Bairro Jardim Popular, N. 681, Cidade de São José dos Quatro Marcos – MT, doravante denominado CONTRATADO, tem certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. O CONTRATADO trabalhará para o CONTRATANTE na função de **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS III – Trator de Esteiras e Retroescavadeira** com as seguintes atribuições e atividades:

ATRIBUIÇÕES

a) Descrição Sintética: Operar máquinas rodoviárias, agrícolas e equipamentos rodoviários, inclusive caminhões, zelando pela conservação e asseio da máquina e equipamentos. Executar tarefas rotineiras pré-estabelecidas pela chefia, atendendo à demanda dos serviços dos diversos setores do Consórcio.

b) Atribuições Genéricas: Compreende, genericamente, executar as atividades do cargo conforme as normas, padrões, determinações ou orientações recebidas de seu superior hierárquico; realizar as atividades do cargo conforme as regras, aplicações e técnicas recomendáveis, utilizando devidamente os instrumentos e materiais necessários a execução do trabalho; observar, rigorosamente, as normas de segurança para evitar acidentes e incêndios; usar, obrigatoriamente, os equipamentos de proteção individual de segurança, em face dos riscos inerentes às atividades; solicitar e/ou requisitar a seus superiores hierárquicos os instrumentos, equipamentos, utensílios ou materiais que sejam necessários ao cumprimento dos objetivos do cargo; zelar pela guarda, conservação e limpeza dos equipamentos e ferramentas de trabalho.

c) Descrição Analítica: Compreende, especificamente, examinar as condições de funcionamento do veículo ou máquina antes de iniciar o trabalho, verificando o estado dos pneus, molas, nível de combustível, água e óleo do cárter, testando freios e parte elétrica para certificar-se de suas condições de funcionamento, e informar as anormalidades ao responsável pelo gerenciamento da frota de veículos; preencher o diário de bordo, anotando anormalidades, percursos, serviços, quilometragem ou horários, informar abastecimentos, manutenção e outros; recolher o veículo após jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem ou local indicado pela chefia, realizar a manutenção, lubrificação e abastecimento do mesmo, inclusive, informando as anormalidades porventura existentes; Fazer reparos de emergência e auxiliar na manutenção mecânica de veículo, máquina e equipamento; dirigir e operar trator, patrol, retroescavadeira, pá mecânica e outras máquinas pesadas, caminhão reboque bem como dirigir caminhão de lixo, manipulando os comandos de compactação de lixo e observando o fluxo de trânsito e a sinalização para conduzi-lo aos locais determinados na ordem de serviço; abrir, aterrar, nivelar e desobstruir ruas, terrenos e estradas; abrir valetas e assentar manilhas para instalação de redes de água e esgoto para drenagem de águas pluviais, bem como para instalação de lixo hospitalar e outros; executar serviços de escavação e transporte de terra, areia e brita nas estradas; executar serviços de carregamento de basculante e caminhões com lixo, terra, areia, pedras britas e outros materiais; executar obras na construção civil, estradas e pistas, levantar, colocar e arrancar postes; colabora na limpeza e organização do local de trabalho; executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

Condições de Trabalho: a) Geral: Carga horária semanal de 44 horas; b) Especial: Sujeito a trabalho externo na área de abrangência do Consórcio, atendimento ao público, uso de uniforme, horário especial de trabalho e permanência em acampamento na frente de trabalho. c) Descrição do cargo: Realizar atividades de natureza operacional, conduzir máquinas montadas sobre rodas ou esteiras que servem para escavar, nivelar, aplainar, compactar, carregar, remover, gradear a terra, resíduos e materiais similares.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:

2.1. Pelo serviço acima mencionado e prestado, o CONTRATADO perceberá a quantia de R$ 2.700,00 (Dois Mil e Setecentos Reais) por mês, pagos em moeda corrente nacional. Conforme Resolução Normativa 063/2019, do dia 10 de Maio de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA JORNADA DE TRABALHO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:

3.1. A jornada de trabalho do CONTRATADO será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, atendendo a programação e necessidade da Contratante.

3.2. A CONTRATADA prestará serviços nas dependências do Aterro Sanitário no Município de Mirassol D'Oeste, podendo ser designado para outro setor no âmbito do Consórcio.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA:

4.1. Em conformidade com o item 16.8.1 do Edital do Processo Seletivo nº 01/2019/CIDESAT, a presente contratação será em caráter experimental nos termos do Art. 445 da CLT; ou seja, contratação por prazo determinado por 30 (trinta) dias, prorrogável automaticamente por mais 30 (trinta) dias; ao final do qual se não houver aprovação da experiência o mesmo será rescindido sem direito a Aviso Prévio e multa fundiária; do contrário passará a vigorar as demais regras do presente edital.

4.1.1: A avaliação de que trata o caput ficará a cargo do fiscal deste Contrato.

4.2. Em conformidade com o item 16.10 do Edital do Processo Seletivo nº 01/2019/CIDESAT, o presente contrato de trabalho será pelo prazo determinado de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme Artigo 5º da Resolução Normativa nº 002/2011 alterado pela Resolução Normativa nº 049/2018.

4.2.1. O início de vigência dar-se-á com a emissão da Ordem de início dos serviços, após publicação do Ato de Posse.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO:

5.1. Em conformidade com o item 16.11 do Edital do PSS nº 01/2019/CIDESAT, este contrato extinguir-se-á sem direito a indenizações:

a) - Pelo término do prazo contratual.

b) - Por iniciativa do contratado.

5.2. Qualquer das partes que desejar rescindir o presente contrato antes de seu término, conforme previsto na cláusula anterior, deverá avisar a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, caso não haja o aviso, a parte que rescindir, pagara a outra uma indenização equivalente a um mês de salário.

5.3. O presente contrato será rescindido antes do prazo previsto em caso de provimento da vaga por pessoas aprovada em concurso público realizado no período.

5.4. Ao final do contrato por prazo determinado, o contratado(a) não faz jus a Aviso Prévio, Multa do FGTS e direito a Seguro Desemprego na forma da Legislação do Trabalho, conforme item 16.12 do Edital do PSS nº 01/2019/CIDESAT.

5.5. O presente contrato será sumariamente rescindido pelo CONTRATANTE, sem que ao CONTRATADO caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, 13º Proporcional e férias proporcional ao tempo trabalhado, se o CONTRATADO incidir em faltas graves e que de motivo a demissão por justa causa.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO:

6.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01. CIDES NASCENTES DO PANTANAL

01. Secretaria Executiva

Operação do Aterro Sanitário

17.512.0001.2010.000

3.1.90.04.00 – Contratação Por Tempo Determinado

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME JURÍDICO:

7.1. Em conformidade com o item 16.8 – Em conformidade com o § 2º do artigo 6º da Lei 11.107/2005, o Regime Jurídico do quadro de pessoal, sob o qual serão contratados os candidatos aprovados através do Processo Seletivo, será o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e Regime Geral de Previdência. **Este regime não envolve, em qualquer hipótese, a estabilidade prevista no artigo 41, da Constituição Federal e não gera direito de efetivação no cargo** em conformidade com a Resolução Normativa/CIDESAT nº 032/2016 de 16/12/2016.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO:

8.1. O Coordenador de Saneamento, MAURI QUEIROZ DE MENEZES JUNIOR fica designado responsável por acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – OUTRAS DISPOSIÇÕES: Aplicam-se a este instrumento as disposições contida no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019/CIDESAT:

9.1 - Para os candidatos que residem fora da sede do Município de São José dos Quatro Marcos/MT, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal/CIDESAT, ficará isento da responsabilidade no que tange a locomoção, residência, mudança e outros etc. Item 16.6 do Edital;

9.2. Os contratados exercerão, prioritariamente, sua função nos locais indicados no quadro específico do **item 2.1.2** do edital ou outro indicado e demandado pela direção do Consórcio no âmbito dos municípios consorciados de Araputanga, Cáceres, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos.

9.2.1. O exercício da função no âmbito dos municípios consorciados não gera direito a diária para cobrir despesas de hospedagem, transporte e alimentação.

9.3 - Deverá ser promovido acordo para criação de banco de horas extras compensadas, na forma permitido pela legislação trabalhista.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Fórum da Comarca de São José dos Quatro Marcos - MT, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.

Em estando assim justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 03 (Três) vias, de igual teor e forma, que, após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

São José dos Quatro Marcos – MT, 26 de agosto de 2019.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: HAMILTON LOBO MENDES FILHO OAB/MT 10.791

RESPONSÁVEL FISCALIZAÇÃO: MAURI QUEIROZ DE MENEZES JUNIOR

CONTRATANTE: PAULO REMEDIO - PRESIDENTE DO CIDESAT DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

CONTRATADO: EDILSON PAIXAO RODRIGUES

TESTEMUNHA: DANILO RICARDO PIVETTA

TESTEMUNHA: ANDERSON RAMOS PINHEIRO

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 02/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL e a Srª. EDILSON PAIXAO RODRIGUES, COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL (Art. 37, inciso IX) E A TEOR DO DISPOSTO NAS RESOLUÇÕES: Normativa nº 002/2011/CIDESAT E alterações posteriores, Normativa nº 032/2016/CIDESAT e alterações posteriores, Normativa nº 049/2018/CIDESAT, Normativa nº 062/2019, Normativa nº 061/2019, Normativa nº 063/2019, Resolução Administrativa Nº 02/2019, regulando-se pelo estabelecido no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019/CIDESAT.

Pelo presente instrumento, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, representado pelo seu Presidente, **Sr. PAULO REMÉDIO**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado á Avenida dos Imigrantes nº 2083, Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 428.609 SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 361.992.571-20 a seguir denominado CONTRATANTE, e o **Sr. EDILSON PAIXAO RODRIGUES**, brasileiro, portador carteira de identidade RG. Nº 16249356 SSP/MT, do CPF: 010.170.751-74, residente na Avenida São Paulo, bairro Centro, N. 595, Cidade de São José dos Quatro Marcos – MT, doravante denominado CONTRATADO, tem certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. O CONTRATADO trabalhará para o CONTRATANTE na função de **SERVIÇOS GERAIS I** com as seguintes atribuições e atividades:

ATRIBUIÇÕES

a) Descrição Sintética: Realizar trabalhos que não exijam especialização, limpeza de repartições públicas, serviços relativos à atividade doméstica e outras correlatas. Preparar e cozer os alimentos, armazenando os congêneres alimentícios. Efetuar a limpeza da cozinha e utensílios, bem como o preparo de lanches e refeições. Executar tarefas de atendimento ao público, seja através de telefone ou pessoalmente, mantendo limpo, em ordem e em perfeito funcionamento o setor de trabalho.

b) Descrição Analítica: Zelar pela limpeza, organização e funcionalidade do Consórcio. Organizar os gêneros alimentícios, principalmente no que diz respeito ao seu preparo e armazenamento. Preparar e cozinhar os alimentos necessários para atender à demanda do setor encarregado do fornecimento de refeições, lanches, etc. Realizar a limpeza geral da cozinha e de todo o material (utensílios) utilizado na mesma. Preparar lanches, café, chá, refrescos e outros afins. Realizar serviços de jardinagem e limpeza externa, bem como serviços de manutenção e conservação. Realizar atendimento de portaria e serviços de telefonia, quando necessário. Prestar informações com esmero. Zelar pela recepção e emissão de mensagens. Cuidar, zelar, solicitar para que haja o uso racional do sistema de telefone. Agilizar ao máximo o uso dos telefones e o atendimento ao público. Manter o sigilo das informações. Atender com cortesia ao público, zelando para que as informações prestadas sejam corretas. Completar as ligações telefônicas com presteza e rapidez. Realizar serviços de vigia noturno ou em final de semana quando assim designado. Executar outras atividades necessárias e compatíveis com as especificadas, conforme a necessidade do Consórcio.

Condições de Trabalho: a) Geral: Carga horária semanal de 44 horas; b) Especial: Sujeito a trabalho externo na área de abrangência do Consórcio, atendimento ao público, uso de uniforme, horário especial de trabalho e permanência em acampamento na frente de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:

2.1. Pelo serviço acima mencionado e prestado, o CONTRATADO perceberá a quantia de R$ 1.161,21 (Hum Mil Cento e Sessenta e Um Reais e Vinte e Um Centavos) por mês, pagos em moeda corrente nacional. Conforme Resolução Administrativa 02/2019, do dia 28 de Janeiro de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA JORNADA DE TRABALHO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:

3.1. A jornada de trabalho do CONTRATADO será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, atendendo a programação e necessidade da Contratante.

3.2. A CONTRATADA prestará serviços nas dependências do Aterro Sanitário no Município de Mirassol D'Oeste, podendo ser designado para outro setor no âmbito do Consórcio.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA:

4.1. Em conformidade com o item 16.8.1 do Edital do Processo Seletivo nº 01/2019/CIDESAT, a presente contratação será em caráter experimental nos termos do Art. 445 da CLT; ou seja, contratação por prazo determinado por 30 (trinta) dias, prorrogável automaticamente por mais 30 (trinta) dias; ao final do qual se não houver aprovação da experiência o mesmo será rescindido sem direito a Aviso Prévio e multa fundiária; do contrário passará a vigorar as demais regras do presente edital.

4.1.1: A avaliação de que trata o caput ficará a cargo do fiscal deste Contrato.

4.2. Em conformidade com o item 16.10 do Edital do Processo Seletivo nº 01/2019/CIDESAT, o presente contrato de trabalho será pelo prazo determinado de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme Artigo 5º da Resolução Normativa nº 002/2011 alterado pela Resolução Normativa nº 049/2018.

4.2.1. O início de vigência dar-se-á com a emissão da Ordem de início dos serviços, após publicação do Ato de Posse.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO:

5.1. Em conformidade com o item 16.11 do Edital do PSS nº 01/2019/CIDESAT, este contrato extinguir-se-á sem direito a indenizações:

a) - Pelo término do prazo contratual.

b) - Por iniciativa do contratado.

5.2. Qualquer das partes que desejar rescindir o presente contrato antes de seu término, conforme previsto na cláusula anterior, deverá avisar a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, caso não haja o aviso, a parte que rescindir, pagara a outra uma indenização equivalente a um mês de salário.

5.3. O presente contrato será rescindido antes do prazo previsto em caso de provimento da vaga por pessoas aprovada em concurso público realizado no período.

5.4. Ao final do contrato por prazo determinado, o contratado(a) não faz jus a Aviso Prévio, Multa do FGTS e direito a Seguro Desemprego na forma da Legislação do Trabalho, conforme item 16.12 do Edital do PSS nº 01/2019/CIDESAT.

5.5. O presente contrato será sumariamente rescindido pelo CONTRATANTE, sem que ao CONTRATADO caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, 13º Proporcional e férias proporcional ao tempo trabalhado, se o CONTRATADO incidir em faltas graves e que de motivo a demissão por justa causa.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO:

6.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01. CIDES NASCENTES DO PANTANAL

01. Secretaria Executiva

Operação do Aterro Sanitário

17.512.0001.2010.000

3.1.90.04.00 – Contratação Por Tempo Determinado

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME JURÍDICO:

7.1. Em conformidade com o item 16.8 – Em conformidade com o § 2º do artigo 6º da Lei 11.107/2005, o Regime Jurídico do quadro de pessoal, sob o qual serão contratados os candidatos aprovados através do Processo Seletivo, será o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e Regime Geral de Previdência. **Este regime não envolve, em qualquer hipótese, a estabilidade prevista no artigo 41, da Constituição Federal e não gera direito de efetivação no cargo** em conformidade com a Resolução Normativa/CIDESAT nº 032/2016 de 16/12/2016.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO:

8.1. O Coordenador de Saneamento, MAURI QUEIROZ DE MENEZES JUNIOR fica designado responsável por acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – OUTRAS DISPOSIÇÕES: Aplicam-se a este instrumento as disposições contida no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019/CIDESAT:

9.1 - Para os candidatos que residem fora da sede do Município de São José dos Quatro Marcos/MT, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal/CIDESAT, ficará isento da responsabilidade no que tange a locomoção, residência, mudança e outros etc. Item 16.6 do Edital;

9.2. Os contratados exercerão, prioritariamente, sua função nos locais indicados no quadro específico do **item 2.1.2** do edital ou outro indicado e demandado pela direção do Consórcio no âmbito dos municípios consorciados de Araputanga, Cáceres, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos.

9.2.1. O exercício da função no âmbito dos municípios consorciados não gera direito a diária para cobrir despesas de hospedagem, transporte e alimentação.

9.3 - Deverá ser promovido acordo para criação de banco de horas extras compensadas, na forma permitido pela legislação trabalhista.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Fórum da Comarca de São José dos Quatro Marcos - MT, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.

Em estando assim justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 03 (Três) vias, de igual teor e forma, que, após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

São José dos Quatro Marcos – MT, 26 de agosto de 2019.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: HAMILTON LOBO MENDES FILHO OAB/MT 10.791

RESPONSÁVEL FISCALIZAÇÃO: MAURI QUEIROZ DE MENEZES JUNIOR

CONTRATANTE: PAULO REMEDIO - PRESIDENTE DO CIDESAT DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

CONTRATADO: **EDILSON PAIXAO RODRIGUES**

TESTEMUNHA: DANILO RICARDO PIVETTA

TESTEMUNHA: ANDERSON RAMOS PINHEIRO

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 05/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL e a Srº. IZAQUE COSTA DE OLIVEIRA, COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL (Art. 37, inciso IX) E A TEOR DO DISPOSTO NAS RESOLUÇÕES: Normativa nº 002/2011/CIDESAT E alterações posteriores, Normativa nº 032/2016/ CIDESAT e alterações posteriores, Normativa nº 049/2018/CIDESAT, Normativa nº 062/2019, Normativa nº 061/2019, Normativa nº 063/2019,

Resolução Administrativa Nº 02/2019, regulando-se pelo estabelecido no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019/CIDESAT.

Pelo presente instrumento, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, representado pelo seu Presidente, **Sr. PAULO REMÉDIO**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado á Avenida dos Imigrantes nº 2083, Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 428.609 SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 361.992.571-20 a seguir denominado CONTRATANTE, e o **Sr. IZAQUE COSTA DE OLIVEIRA**, brasileiro, portador carteira de identidade RG. Nº 38236322X SSP/MT, do CPF: 023.324.951-69, residente na Rua Pernambuco, bairro Centro, N. 1156, Cidade de São José dos Quatro Marcos – MT, doravante denominado CONTRATADO, tem certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. O CONTRATADO trabalhará para o CONTRATANTE na função de **SERVIÇOS GERAIS I** com as seguintes atribuições e atividades:

ATRIBUIÇÕES

a) Descrição Sintética: Realizar trabalhos que não exijam especialização, limpeza de repartições públicas, serviços relativos à atividade doméstica e outras correlatas. Preparar e cozer os alimentos, armazenando os congêneres alimentícios. Efetuar a limpeza da cozinha e utensílios, bem como o preparo de lanches e refeições. Executar tarefas de atendimento ao público, seja através de telefone ou pessoalmente, mantendo limpo, em ordem e em perfeito funcionamento o setor de trabalho.

b) Descrição Analítica: Zelar pela limpeza, organização e funcionalidade do Consórcio. Organizar os gêneros alimentícios, principalmente no que diz respeito ao seu preparo e armazenamento. Preparar e cozinhar os alimentos necessários para atender à demanda do setor encarregado do fornecimento de refeições, lanches, etc. Realizar a limpeza geral da cozinha e de todo o material (utensílios) utilizado na mesma. Preparar lanches, café, chá, refrescos e outros afins. Realizar serviços de jardinagem e limpeza externa, bem como serviços de manutenção e conservação. Realizar atendimento de portaria e serviços de telefonia, quando necessário. Prestar informações com esmero. Zelar pela recepção e emissão de mensagens. Cuidar, zelar, solicitar para que haja o uso racional do sistema de telefone. Agilizar ao máximo o uso dos telefones e o atendimento ao público. Manter o sigilo das informações. Atender com cortesia ao público, zelando para que as informações prestadas sejam corretas. Completar as ligações telefônicas com presteza e rapidez. Realizar serviços de vigia noturno ou em final de semana quando assim designado. Executar outras atividades necessárias e compatíveis com as especificadas, conforme a necessidade do Consórcio.

Condições de Trabalho: a) Geral: Carga horária semanal de 44 horas; b) Especial: Sujeito a trabalho externo na área de abrangência do Consórcio, atendimento ao público, uso de uniforme, horário especial de trabalho e permanência em acampamento na frente de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:

2.1. Pelo serviço acima mencionado e prestado, o CONTRATADO perceberá a quantia de R$ 1.161,21 (Hum Mil Cento e Sessenta e Um Reais e Vinte e Um Centavos) por mês, pagos em moeda corrente nacional. Conforme Resolução Administrativa 02/2019, do dia 28 de Janeiro de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA JORNADA DE TRABALHO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:

3.1. A jornada de trabalho do CONTRATADO será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, atendendo a programação e necessidade da Contratante.

3.2. A CONTRATADA prestará serviços nas dependências do Aterro Sanitário no Município de Mirassol D'Oeste, podendo ser designado para outro setor no âmbito do Consórcio.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA:

4.1. Em conformidade com o item 16.8.1 do Edital do Processo Seletivo nº 01/2019/CIDESAT, a presente contratação será em caráter experimental nos termos do Art. 445 da CLT; ou seja, contratação por prazo determinado por 30 (trinta) dias, prorrogável automaticamente por mais 30 (trinta) dias; ao final do qual se não houver aprovação da experiência o mesmo será rescindido sem direito a Aviso Prévio e multa fundiária; do contrário passará a vigorar as demais regras do presente edital.

4.1.1: A avaliação de que trata o caput ficará a cargo do fiscal deste Contrato.

4.2. Em conformidade com o item 16.10 do Edital do Processo Seletivo nº 01/2019/CIDESAT, o presente contrato de trabalho será pelo prazo determinado de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme Artigo 5º da Resolução Normativa nº 002/2011 alterado pela Resolução Normativa nº 049/2018.

4.2.1. O início de vigência dar-se-á com a emissão da Ordem de início dos serviços, após publicação do Ato de Posse.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO:

5.1. Em conformidade com o item 16.11 do Edital do PSS nº 01/2019/CIDESAT, este contrato extinguir-se-á sem direito a indenizações:

a) - Pelo término do prazo contratual.

b) - Por iniciativa do contratado.

5.2. Qualquer das partes que desejar rescindir o presente contrato antes de seu término, conforme previsto na cláusula anterior, deverá avisar a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, caso não haja o aviso, a parte que rescindir, pagara a outra uma indenização equivalente a um mês de salário.

5.3. O presente contrato será rescindido antes do prazo previsto em caso de provimento da vaga por pessoas aprovada em concurso público realizado no período.

5.4. Ao final do contrato por prazo determinado, o contratado(a) não faz jus a Aviso Prévio, Multa do FGTS e direito a Seguro Desemprego na forma da Legislação do Trabalho, conforme item 16.12 do Edital do PSS nº 01/2019/CIDESAT.

5.5. O presente contrato será sumariamente rescindido pelo CONTRATANTE, sem que ao CONTRATADO caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, 13º Proporcional e férias proporcional ao tempo trabalhado, se o CONTRATADO incidir em faltas graves e que de motivo a demissão por justa causa.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO:

6.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01. CIDES NASCENTES DO PANTANAL

01. Secretaria Executiva

Operação do Aterro Sanitário

17.512.0001.2010.000

3.1.90.04.00 – Contratação Por Tempo Determinado

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME JURÍDICO:

7.1. Em conformidade com o item 16.8 – Em conformidade com o § 2º do artigo 6º da Lei 11.107/2005, o Regime Jurídico do quadro de pessoal, sob o qual serão contratados os candidatos aprovados através do Processo Seletivo, será o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e Regime Geral de Previdência. **Este regime não envolve, em qualquer hipótese, a estabilidade prevista no artigo 41, da Constituição Federal e não gera direito de efetivação no cargo** em conformidade com a Resolução Normativa/CIDESAT nº 032/2016 de 16/12/2016.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO:

8.1. O Coordenador de Saneamento, MAURI QUEIROZ DE MENEZES JUNIOR fica designado responsável por acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – OUTRAS DISPOSIÇÕES: Aplicam-se a este instrumento as disposições contida no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019/CIDESAT:

9.1 - Para os candidatos que residem fora da sede do Município de São José dos Quatro Marcos/MT, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal/CIDESAT, ficará isento da responsabilidade no que tange a locomoção, residência, mudança e outros etc. Item 16.6 do Edital;

9.2. Os contratados exercerão, prioritariamente, sua função nos locais indicados no quadro específico do **item 2.1.2** do edital ou outro indicado e demandado pela direção do Consórcio no âmbito dos municípios consorciados de Araputanga, Cáceres, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos.

9.2.1. O exercício da função no âmbito dos municípios consorciados não gera direito a diária para cobrir despesas de hospedagem, transporte e alimentação.

9.3 - Deverá ser promovido acordo para criação de banco de horas extras compensadas, na forma permitido pela legislação trabalhista.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Fórum da Comarca de São José dos Quatro Marcos - MT, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.

Em estando assim justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 03 (Três) vias, de igual teor e forma, que, após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

São José dos Quatro Marcos – MT, 26 de agosto de 2019.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: HAMILTON LOBO MENDES FILHO OAB/MT 10.791

RESPONSÁVEL FISCALIZAÇÃO: MAURI QUEIROZ DE MENEZES JUNIOR

CONTRATANTE: PAULO REMEDIO - PRESIDENTE DO CIDESAT DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

CONTRATADO: EDILSON PAIXAO RODRIGUES

TESTEMUNHA: DANILO RICARDO PIVETTA

TESTEMUNHA: RICARDO SANTOS DELA CRUZ

TERMO DE POSSE - ATO DE PESSOAL 03/2019

Aos dois (26) dia do mês de Agosto (08) do ano de dois mil e dezenove (2019), na Secretaria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, eu **PAULO REMÉDIO,** presidente, no uso das atribuições a mim conferidas pelo Contrato Consórcio, **dou POSSE** a **EDILSON PAIXÃO RODRIGUES,** portador da carteira de identidade RG. Nº 16249356 SSP/MT, e do CPF: nº 010.170.751-74, nomeado para o **Emprego Público,** através da PORTARIA Nº 13/2019 do dia 07 de Agosto de 2019, no cargo de **SERVIÇOS GERAIS I,** Conforme **Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário nº 02/2019**, assumindo o compromisso de fielmente exercer e cumprir os deveres do CARGO e os constantes da legislação e resoluções pertinentes. A nomeada comprova neste ATO, através de inspeção médica estar apta, física e mentalmente para o exercício do cargo bem como DECLARA que não exerce outro CARGO, EMPREGO ou FUNÇÃO PÚBLICA, remunerada na Administração Direta ou Autarquia, Sociedade de Economia Mista, Fundação ou Empresa Pública.

São José dos Quatro Marcos - MT, em 26 de Agosto de 2019.

Presidente: PAULO REMÉDIO

De Acordo: EDILSON PAIXAO RODRIGUES

TESTEMUNHAS:

1ªDanilo Ricardo Pivetta

2ª Ricardo Santos Dela Cruz

TERMO DE POSSE - ATO DE PESSOAL 06/2019

Aos dois (26) dia do mês de Agosto (08) do ano de dois mil e dezenove (2019), na Secretaria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, eu **PAULO REMÉDIO,** presidente, no uso das atribuições a mim conferidas pelo Contrato Consórcio, **dou POSSE** a **IZAQUE COSTA DE OLIVEIRA,** portador da carteira de identidade RG. Nº 38236322X SSP/SP, e do CPF: nº 023.324.951-69, nomeado para o **Emprego Público,** através da PORTARIA Nº 14/2019 do dia 08 de Agosto de 2019, no cargo de **SERVIÇOS GERAIS I,** Conforme **Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário nº 05/2019**, assumindo o compromisso de fielmente exercer e cumprir os deveres do CARGO e os constantes da legislação e resoluções pertinentes. A nomeada comprova neste ATO, através de inspeção médica estar apta, física e mentalmente para o exercício do cargo bem como DECLARA que não exerce outro CARGO, EMPREGO ou FUNÇÃO PÚBLICA, remunerada na Administração Direta ou Autarquia, Sociedade de Economia Mista, Fundação ou Empresa Pública.

São José dos Quatro Marcos - MT, em 26 de Agosto de 2019.

PRESIDENTE: PAULO REMEDIO

DE ACORDO IZAQUE COSTA DE OLIVEIRA

TESTEMUNHAS:

1ªDanilo Ricardo Pivetta

2ª Ricardo Santos Dela Cruz

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 025/2019.

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 3273/2019, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pelo Decreto nº. 1738/2005 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº. 025/2019.

OBJETO: Futura e Eventual aquisição de maquinários e equipamentos para Construção da Central de Triagem de Resíduos Sólidos, conforme as especificações constantes no Convênio Funasa nº. 0666/2013 e Parecer Técnico nº. 242/2019/DIESP-MT/SUEST-MT, Processo nº. 25180.001993/2019-24.

DATA: 10/09/2019.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08h30min.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br, no www.comprasgovernamentais.gov.br e através do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa-MT, 26 de agosto de 2019.

Ivania Cezira Volpi Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Tomada de Preço nº. 013/2019.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de Reforma de Unidade Básica de Saúde, no Distrito da Serrinha, Município de Água Boa-MT; conforme especificações constantes no Edital, seus anexos e Planilhas da Engenharia.

REALIZAÇÃO: 13/09/2019.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min, horário de Brasília.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 26 de agosto de 2019.

Vera Lucia Fries

Presidente da Comissão de Licitação

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 208/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 104/2019.

PREGÃO PRESENCIAL N°. 042/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: **ESTRELANDIA RECAPAGENS LTDA EPP**

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços oferecidos na Futura e Eventual Contratação de Empresa para prestação de serviços de recapagem de pneus para caminhões, tratores e máquinas das Secretarias de Desenvolvimento, Serviços Urbanos e Infra Estrutura;

COD	NOME	UNID	QNT	VLR. UNIT	TOTAL
22023	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 10.00 R20 - LISOS	UN	60	485,00	29.100,00
22024	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 10.00 R20 - BORRACHUDOS	UN	66	520,00	34.320,00
22060	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 900 R20 - LISO	UN	6	390,00	2.340,00
22874	SERVICO DE RECAPAGEM 900 R20 - BORRACHUDO	UN	12	440,00	5.280,00
24751	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 275/80 R22.5 - LISO	UN	154	525,00	80.850,00
24752	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 275/80 R22.5 - BORRACHUDO	UN	158	590,00	93.220,00
24757	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 14.9-26	UN	2	1.300,00	2.600,00
31493	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 12.4-24	UN	2	900,00	1.800,00
31494	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 14.9-28	UN	2	1.175,00	2.350,00
35600	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 215/75 R 17.5 - BORRACHUDO-IC126/124	UN	16	380,00	6.080,00
35601	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 215/75 R 17.5 LISO-IC126/124	UN	8	340,00	2.720,00
35602	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 16.9-24 10 LONAS	UN	2	1.700,00	3.400,00
35603	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS AGRÍCOLA 9.00-16 F2 10 LONAS	UN	2	400,00	800,00
35604	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS AGRÍCOLA 23.1-30 R1 12 LONAS	UN	2	2.720,00	5.440,00
35605	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS AGRÍCOLA 18.4-34 R1 10 LONAS	UN	6	2.000,00	12.000,00
35606	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS AGRÍCOLA 18.4-30 R1 10 LONAS	UN	2	1.880,00	3.760,00
35607	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 14.00-24 TG G-2 10 LONAS	UN	30	1.500,00	45.000,00
35610	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS AGRICOLA 16.9-30 R1-8 LONAS	UN	2	1.850,00	3.700,00
35611	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 12/16.5 R4 10 LONAS	UN	10	635,00	6.350,00
35612	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 19.5-24 R4 12 LONAS	UN	10	1.520,00	15.200,00
35613	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 12.5/80 R18 10 LONAS	UN	12	775,00	9.300,00
35614	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 10/16.5 MINIESCAVADEIRA E SIMILARES 10 LONAS	UN	8	630,00	5.040,00
35620	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 17.5-25 L-3 12 LONAS	UN	20	1.670,00	33.400,00
35687	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEUS 17.5-25 L-2 10 LONAS	UN	18	1.600,00	28.800,00
35689	SERVIÇO DE RECAPAGEM DE PNEU AGRÍCOLA 7.50-16 F2 8 LONAS	UN	14	290,00	4.060,00
35690	SERVIÇO DE RECAPAGEM DE PNEU LISO 7.50-16 LISO 10 LONAS	UN	22	280,00	6.160,00

VALOR: **R$ 443.070,00 (Cento e quarenta e três mil, e setenta reais)**

DATA: 26/08/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 207/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 103/2019.

PREGÃO PRESENCIAL N°. 041/2019.

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: **G. M. B. DA COSTA & CIA LTDA**

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços para futura e eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Estofaria / Tapeçaria;

COD	NOME	UNID	QNT	VLR. UNIT	TOTAL
28566	SERVICO DE TAPECARIA / ESTOFADOR - PREDIAL - (HORAS)	H	3.780	40,00	151.200,00

TOTAL: R$ 151.200,00 (Cento e cinquenta e um mil, e duzentos reais)

DATA: 26/08/2019

VIGÊNCIA: 12 meses

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 367, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA DO CARGO DE PROFESSORA/40H DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE ÁGUA BOA/MT QUE MENCIONA".

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 79, Parágrafo Único, da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO o Pedido o Requerimento de Exoneração datado em 30 de julho de 2019, enunciado por Leandra Teles Faria;

R E S O L V E:

Art. 1º – EXONERAR a Sra. **LEADRA TELES FARIA**, portadora do RG: 462532 DGPC/GO, devidamente inscrito no CPF sob nº 002.581.531-80, do Cargo de Professora/40h, Efetiva, matricula nº 5152.1, Lotada na Secretaria de Educação, Esporte e Cultura – Prefeitura Municipal de Água Boa/MT, a ***partir de 01/08/2019,*** de forma irretratável e irrevogável.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando efeitos contrários.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, AOS 20 DE AGOSTO DE 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

AGNALDO LANSONI

Secretário Municipal de Educação, Esporte e Cultura

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, em 20 de agosto de 2019.

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA MUNICIPAL Nº 337, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA".

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 79, Parágrafo Único, da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO o Pedido o Requerimento de Exoneração datado em 20 de agosto de 2019, enunciado por Carlos Henrique da Costa Neves;

R E S O L V E:

Art. 1º – EXONERAR o Sr. **CARLOS HENRIQUE DA COSTA NEVES**, portador do RG: 2527380-9 SEJSP/MT, devidamente inscrito no CPF sob nº 046.462.141-05, do Cargo de Agente de Serviços Gerais-Saúde/40h, Efetivo, matricula nº 7284.1, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde – Prefeitura Municipal de Água Boa/MT, a ***partir de 20/08/2019,*** de forma irretratável e irrevogável.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando efeitos contrários.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, AOS 21 DE AGOSTO DE 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

JADER LUIS DE ARAÚJO MENDES BAHIA

Secretário Municipal de Saúde

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, em 21 de agosto de 2019.

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº 145, DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

(Projeto de Lei Complementar nº 151, de 01 de agosto de 2019, do Executivo)

"ACRESCENTA ADICIONAL DE DESLOCAMENTO/USO DE VEICULO PRÓPRIO AO ANEXO ÚNICO DA LEI COMPLEMENTAR 131/2018, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 19 de agosto de 2019, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1° - Acrescenta ao ANEXO ÚNICO da Lei Complementar 131, de 23 de agosto de 2018, o *"Adicional de Deslocamento/Uso de veiculo proprio",* como segue:

A NE XO Ú N I C O

VAGAS PROGRAMA CRIANÇA FELIZ						
Cargo:	**Requisitos Mínimos**	**Carga Horária**	**Remuneração e/ou FG**			**Nº Vagas**
			Remuneração (R$)	**FG/Sigla (R$)**	**Adicional Desl./Uso de veículo própiro (R$)**	
Coordenador do Programa Criança Feliz	Ensino Superior Completo em: *Serviço Social, Ciências Sociais, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Pedagogia.*	40h	2.800,00	FG/C 1. 500,00	-*-	01
Supervisor do Programa Criança Feliz	Ensino Superior Completo em: *Serviço Social, Ciências Sociais, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Pedagogia.*	40h	2.500,00	FG/S 1. 600,00	-*-	01
Visitador do Programa Criança Feliz	Ensino Médio Completo no mínimo.	40h	1.100,00	FG/V 310,00	**350,00**	05

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, em 22 de agosto de 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

HELAINE CRISTINA S. BARBOSA

Secretáira Municipal de Assistência Social

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Aministração

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº. 004/2019 AO CONTRATO Nº. 052/2017.

TERMO ADITIVO Nº. 004/2019, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e SBRUSSI E SBRUSSI LTDA - ME, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.2 – Prorrogação do Contrato nº. 052/2017.

CLAUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO.

2.1 - Fica alterada à Cláusula Sexta – Do Prazo de Execução e Vigência do contrato originário; ficando sua vigência prorrogada por 12 (doze) meses.

CLAUSULA TERCEIRA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – A prorrogação promovida por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

3.2 – A Administração se sentiu na obrigação de promover a renovação do Contrato em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que o serviços de internet se faz necessário para manter a continuidade dos serviços, visto que se trata de serviços qualificados indispensáveis para que a Administração logre sucesso nos seus trabalhos, além de ser economicamente viável para a CONTRATANTE pois os valores continuarão os mesmos.

3.3 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57, incisos II da Lei nº. 8.666/93 e nas Cláusulas sexta Contrato, item 6.2 do contrato nº. 052/2017.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR

4.1 – O valor global do presente termo aditivo é de R$ 312.008,88 (trezentos e doze mil oito reais e oitenta e oito centavos). Sendo divididos por cada Secretarias;

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA.

5.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

CLAUSULA SEXTA: DOMICÍLIO E FORO.

6.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Água Boa MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Água Boa, 26 de Agosto 2.019

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2018 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 29/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 29/2019

"Dispõe Sobre a Convocação de Candidatos Aprovados no Processo Seletivo Simplificado Nº. 03/2018, da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT."

O Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, Sr. **MAURO ROSA DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse publico e a necessidade da Administração Pública e considerando ainda o Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº 03/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam convocados para admissão no Serviço Público os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado Nº. 03/2018, constantes no Anexo I deste Edital de Convocação;

Art. 2º. Os candidatos classificados e ora convocados neste Edital deverão comparecer à sede da Prefeitura Municipal na Gerencia de Pessoal e Recursos Humanos.

Art. 3º. Para a tomada de posse no cargo público, o classificado deverá apresentar **3 (três) vias** das seguintes documentações:

a) Cópia da cédula de identidade / RG;

b) Cópia do cadastro de pessoa física / CPF;

c) Cópia do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral;

d) Cópia da CNH (Conforme o cargo);

e) Cópia de reservista ou documento equivalente;

f) Cópia de certidão de casamento ou nascimento;

g) Cópia da certidão de nascimento dos filhos;

h) Cópia da carteira de vacinação dos filhos de 0 a 7 anos e/ou declaração de frequência escolar dos filhos de 05 anos até 14 anos;

i) Cópia de certificado de escolaridade exigida pelo cargo;

j) Cópia da carteira profissional no caso de profissão regulamentada;

k) Cópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP, exceto se nunca fora inscrito;

l) Cópia do comprovante de residência ou declaração de residência atualizada;

m) Certidão negativa de débito com o município (retirar no setor de tributos);

n) Declaração de não aposentado por invalidez;

o) Atestado médico Admissional expedido por médico do trabalho;

Exames necessários:

- Hepatites virais

- Hemograma

- Glicemia

- Tipagem sanguínea

- O candidato aprovado para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional - Infraestrutura**, deverá apresentar **exame de radiografia da coluna** para o médico do trabalho.

Art. 4º. A nomeação será feita exclusivamente no regime Estatutário e a jornada de trabalho será aquela constante no Edital Nº. 03/2018.

Parágrafo único – O candidato que não comparecer no prazo de 30 (trinta) dias corridos, será considerado desistente.

Art. 5º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Água Boa/MT, 23 agosto 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

AGNALDO LANSONI

Secretário Municipal de Educação

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 29/2019

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CARGO: Professor - Pedagogia (Sede Urbana) – Anos Iniciais

CANDIDATO	*CLASSIFICAÇÃO*
MARISLEI CARIAS DA SILVA DESTO	32°
ANDREIA MANAIA DE MATOS	33°
DEYSE LARA DE CARVALHO FARIA	34°
FRANCELIA ROCHA LUZ	35°
FERNANDA MATILDES DE CARVALHO	36°

Água Boa- MT, 23 agosto 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

AGNALDO LANSONI

Secretário Municipal de Educação

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL.

Processo Licitatório: 102/2019.

Concorrência: 004/2019

A Prefeitura Municipal de Água Boa, comunica que houve alteração no Termo de Referência Anexo I do Edital do Processo Administrativo nº. 102/2019, Concorrência 004/2019.

Em atenção ao artigo 21 § 4º da Lei 8.666/93, fica a data de abertura do certame alteradaparao dia **27/09/2019 às 08h30min.** (horário de Brasília).

As demais cláusulas do edital permanecem inalteradas.

O edital encontra-se a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail: licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 26 de agosto de 2019.

Vera Lúcia Fries

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

GRUPO DE PREGÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 014/2019

A presente licitação tem por objeto o "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO, NUTRICIONISTA E BIOQUIMICO, PARA PRESTAR SERVIÇOS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BOA VISTA/MT PELO PERÍODO DE 12 MESES".

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA/MT,** situada na Av. Serra Nova, 975- centro - inscrita no CNPJ: 37.465.143/0001-89, neste ato representado pela senhor Prefeito, Sr.VALTUIR CANDIDO DA SILVA, brasileiro, comerciante, portador do RG nº. 0346050-9 SSP/MT e do CPF nº. 429.449.881-15, situado no mesmo endereço acima citado, de ora em diante chamado simplesmente de **CONTRATANTE, e o** *Sr (a) MARALICE SILVA MELO, portador (a) da Carteira de Identidade n.º 1771428-1 SSP/MT, CPF/MF n.º 014.958.141-65, doravante denominado FORNECEDORA,* ***ACORDAM*** *proceder, nos termos do Edital de Pregão Nº 010/2019, ao* ***REGISTRO DE PREÇOS,*** *com seus respectivos preços unitários e totais* nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações,e em conformidade com as disposições a seguir.

ITEM	QTD	ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO	VALOR TOTAL
2	1	NUTRICIONISTA, para trabalhar 30 horas semanais de acordo com o NASF dentro de suas atribuições nas UBS no município de Alto Boa Vista/MT.	R$ 2. 000,00
		Total da Proposta	**R$ 24. 000,00**

Vinte e quatro mil reais.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO, NUTRICIONISTA E BIOQUIMICO, PARA PRESTAR SERVIÇOS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BOA VISTA/MT PELO PERÍODO DE 12 MESES".

1.0. Este instrumento não obriga ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12(doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os materiais/produtos deverão ser entregues nos locais indicados pelo Órgão do Poder Executivo Municipal, conforme inicialmente informado no Edital.

4.1. Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na cidade de Alto Boa Vista /MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de **fornecimento.**

4.2. A entrega deverá ser feita, em até 05 (cinco) dias, contados da data da emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

4.2.1. A previsão de entrega dos itens são variáveis, conforme solicitação dos departamentos junto a essa prefeitura.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, contendo: o nº da Ata, o nome do licitante, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 03 (três) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida, em especial com o FGTS e o INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3(três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

7.1. A CONTRATADA autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata;

V – pagar insalubridade ao prestador de serviços, de acordo com a necessidade da função;

VI – pagar auxilio em viagens, ressarcidas de acordo com pernoite e necessidade de permanência no local do translado com o paciente;

8.1. C**aberá à Prefeitura**promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. O Órgão/Entidade efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, preferencialmente em, até o 30º(trigésimo) dia útil contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir **uma única nota fiscal/fatura.**

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ON-LINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de FGTS e INSS;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DEZ – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.3. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DOZE - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES

13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Prefeitura Muncipal de Alto Boa Vista, por período de até 5 (cinco) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá a Prefeitura, a partir do 6º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será lançada no Cadas-

tro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à .

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;

b) se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA QUINZE - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades:

07– SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2031 – MANUT. E ENC. COM ATIVIDADES DA GESTÃO FINANCEIRA

3.3.90.36.00.00 – 0102 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Nº 010/2019, seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada item.

CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São Félix do Araguaia /MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Alto Boa Vista - MT, 19 de Agosto de 2019.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA **PREFEITO MUNICIPAL**	**MARALICE SILVA MELO** **CONTRATADA**
CONTRATANTE	
TESTEMUNHAS: **1ª.** NOME: CPF nº:_____	**2ª.** NOME: CPF nº:_____

GRUPO DE PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019

A Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista – MT, torna público, c/ base na Lei no 10.520/2002 e Decreto Municipal 019/2009, subsidiariamente a Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, o aviso de Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS E TRASLADO DE CORPO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PELO PERÍODO DE 01 ANO**". Abertura no dia 09 de Setembro de 2019, às 13:00 horas, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos. O Edital completo está à disposição dos interessados na Prefeitura, qualquer informação pelo fone: 66-3539-1113.

Alto Boa Vista/MT, 26 de Agosto de 2019.

Cristiano Rubin Parizotto

Pregoeiro/Port: 001/2019

GRUPO DE PREGÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 012/2019

A presente licitação tem por objeto o "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO, NUTRICIONISTA E BIOQUIMICO, PARA PRESTAR SERVIÇOS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BOA VISTA/MT PELO PERÍODO DE 12 MESES".

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA/MT,** situada na Av. Serra Nova, 975- centro - inscrita no CNPJ: 37.465.143/0001-89, neste ato representado pela senhor Prefeito, Sr.VALTUIR CANDIDO DA SILVA, brasileiro, comerciante, portador do RG nº. 0346050-9 SSP/MT e do CPF nº. 429.449.881-15, situado no mesmo endereço acima citado, de ora em diante chamado simplesmente de **CONTRATANTE, e o** *Sr (a) LEOMAR RODRIGUES ELIAS, portador (a) da Carteira de Identidade n.º 2195005-9 SSP/MT, CPF/MF n.º 036.750.591-62, doravante denominado FORNECEDORA,* ***ACORDAM*** *proceder, nos termos do Edital de Pregão N° 010/2019, ao* ***REGISTRO DE PREÇOS,*** *com seus respectivos preços unitários e totais* nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações,e em conformidade com as disposições a seguir.

ITEM	QTD	ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO	VALOR TOTAL
1	1	ENFERMEIRO, para trabalhar 40 horas semanais como descrito na PNAB dentro de suas atribuições no Centro de Saúde Maria Manso no município de Alto Boa Vista/MT.	R$ 3. 300,00
		Total da Proposta	**R$ 39. 600,00**

Trinta e nove mil e seiscentos reais.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO, NUTRICIONISTA E BIOQUIMICO, PARA PRESTAR SERVIÇOS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BOA VISTA/MT PELO PERÍODO DE 12 MESES".

1.0. Este instrumento não obriga ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegura-

da ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12(doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os materiais/produtos deverão ser entregues nos locais indicados pelo Órgão do Poder Executivo Municipal, conforme inicialmente informado no Edital.

4.1. Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na cidade de Alto Boa Vista /MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de **fornecimento.**

4.2. A entrega deverá ser feita, em até 05 (cinco) dias, contados da data da emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

4.2.1. A previsão de entrega dos itens são variáveis, conforme solicitação dos departamentos junto a essa prefeitura.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, contendo: o nº da Ata, o nome do licitante, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 03 (três) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida, em especial com o FGTS e o INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3(três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

7.1. A CONTRATADA autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de

qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata;

V – pagar insalubridade ao prestador de serviços, de acordo com a necessidade da função;

VI – pagar auxilio em viagens, ressarcidas de acordo com pernoite e necessidade de permanência no local do translado com o paciente;

8.1. C**aberá à Prefeitura**promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. O Órgão/Entidade efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, preferencialmente em, até o 30º(trigésimo) dia útil contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir **uma única nota fiscal/fatura.**

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ON-LINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de FGTS e INSS;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DEZ – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.3. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DOZE - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES

13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Prefeitura Muncipal de Alto Boa Vista, por período de até 5 (cinco) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá a Prefeitura, a partir do 6º (sexto) dia, a seu exclusivo critério,

rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à .

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;

b) se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA QUINZE - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades:

07– SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2031 – MANUT. E ENC. COM ATIVIDADES DA GESTÃO FINANCEIRA

3.3.90.36.00.00 – 0102 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Nº 010/2019, seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada item.

CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São Félix do Araguaia /MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Alto Boa Vista - MT, 19 de Agosto de 2019.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	**LEOMAR RODRIGUES ELIAS CONTRATADA**
TESTEMUNHAS: **1ª.** NOME: CPF nº:_____	**2ª.** NOME: CPF nº:_____

GRUPO DE PREGÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 013/2019

A presente licitação tem por objeto o "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO, NUTRICIONISTA E BIOQUIMICO, PARA PRESTAR SERVIÇOS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BOA VISTA/MT PELO PERÍODO DE 12 MESES".

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA/MT,** situada na Av. Serra Nova, 975- centro - inscrita no CNPJ: 37.465.143/0001-89, neste ato representado pela senhor Prefeito, Sr.VALTUIR CANDIDO DA SILVA, brasileiro, comerciante, portador do RG nº. 0346050-9 SSP/MT e do CPF nº. 429.449.881-15, situado no mesmo endereço acima citado, de ora em diante chamado simplesmente de **CONTRATANTE, e o** *Sr (a) RAQUEL MARINHO SILVA, portador (a) da Carteira de Identidade n.º 2192747-2 SSP/MT, CPF/MF n.º 046.290.681-71, doravante denominado FORNECEDORA,* ***ACORDAM*** *proceder, nos termos do Edital de Pregão Nº 010/2019, ao* ***REGISTRO DE PREÇOS,*** *com seus respectivos preços unitários e totais* nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações,e em conformidade com as disposições a seguir.

ITEM	QTD	ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO	VALOR TOTAL
3	**1**	BIOQUIMICO, para trabalhar 40 horas semanais, devendo realizar exames conforme tabela SUS do município, além de participar de ações junto as UBS e NASF, e realização de exames emergenciais quando solicitado pelos médicos.	R$ 4. 200,00
		Total da Proposta	**R$ 50. 400,00**

Cinquenta mil e quatrocentos reais.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO, NUTRICIONISTA E BIOQUIMICO, PARA PRESTAR SERVIÇOS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BOA VISTA/MT PELO PERÍODO DE 12 MESES".

1.0. Este instrumento não obriga ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12(doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os materiais/produtos deverão ser entregues nos locais indicados pelo Órgão do Poder Executivo Municipal, conforme inicialmente informado no Edital.

4.1. Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na cidade de Alto Boa Vista /MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de **fornecimento.**

4.2. A entrega deverá ser feita, em até 05 (cinco) dias, contados da data da emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

4.2.1. A previsão de entrega dos itens são variáveis, conforme solicitação dos departamentos junto a essa prefeitura.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, contendo: o nº da Ata, o nome do licitante, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 03 (três) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida, em especial com o FGTS e o INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3(três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

7.1. A CONTRATADA autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata;

V – pagar insalubridade ao prestador de serviços, de acordo com a necessidade da função;

VI – pagar auxilio em viagens, ressarcidas de acordo com pernoite e necessidade de permanência no local do translado com o paciente;

8.1. C**aberá à Prefeitura**promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. O Órgão/Entidade efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, preferencialmente em, até o 30º(trigésimo) dia útil contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir **uma única nota fiscal/fatura.**

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ON-LINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de FGTS e INSS;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DEZ – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.3. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DOZE - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES

13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Prefeitura Muncipal de Alto Boa Vista, por período de até 5 (cinco) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá a Prefeitura, a partir do 6º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à .

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;

b) se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA QUINZE - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades:

07– SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2031 – MANUT. E ENC. COM ATIVIDADES DA GESTÃO FINANCEIRA

3.3.90.36.00.00 – 0102 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Nº 010/2019, seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada item.

CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São Félix do Araguaia /MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Alto Boa Vista - MT, 19 de Agosto de 2019.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA **PREFEITO MUNICIPAL** **CONTRATANTE**	**RAQUEL MARINHO SILVA** **CONTRATADA**
TESTEMUNHAS: **1ª.** NOME: CPF nº:_____	**2ª.** NOME: CPF nº:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PORTARIA 279/2019

PORTARIA 279/2019

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – EXONERAR a servidora Contratada **ELAINE TAYARA BASILIO DA SILVA** portadora do **RG Nº 21427331-3 SSP/MT e do CPF Nº 044.814.321.60**, do cargo em Contrato N° 054/2018 – **FISIOTERAPEUTA – TEC DE NIVEL SUPERIOR DA SAÚDE 40HRS,** junto a Secretaria Municipal de Saúde**.**

Art. 2º. – EXONERAR a servidora Contratada **JAINE ALVES DO NASCIMENTO** portadora do **RG Nº 22869972 SSP/MT e do CPF Nº 062.435.811.95**, do cargo em Contrato N° 051/2018 – **SERVIÇO DE APOIO I – SECRETARIA RECEPCIONISTA,** junto a Secretaria Municipal de Saúde**.**

Art. 3º. – EXONERAR a servidora Contratada **ZENILDA ALMEIDA CARNEIRO** portadora do **RG Nº 15785807 SSP/MT e do CPF Nº 005.588.281.16**, do cargo em Contrato N° 034/2018 – **SERVIÇO DE APOIO I – SECRETARIA RECEPCIONISTA,** junto a Secretaria Municipal de Saúde**.**

Art. 4º. – EXONERAR a servidora Contratada **ANTONIA DARK RIBEIRO DA SILVA** portadora do **RG Nº 0408085320102 SSP/MA e do CPF Nº 054.175.823.36**, do cargo em Contrato N° 114/2018 – **SERVIÇO DE APOIO I – AUX DE SERV GERAIS,** junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura**.**

Art. 5º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 16 de Agosto de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 278/2019

PORTARIA 278/2019

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – EXONERAR o servidor Contratado **ELINALDO PADILHA DE MORAES** portador do **RG Nº 14843650 SSP/MT e do CPF Nº 941.127.621.00**, do cargo em Contrato N° 012/2018 – **SERVIÇO DE APOIO I – AUX DE SERV GERAIS,** junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura , conforme termo de rescisão em anexo**.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia do dia 12/08/2019 revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 16 de Agosto de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
DECRETO Nº 184, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

DECRETO Nº 184, de 26 de agosto de 2019.

"Dispõe sobre a nomeação do Colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Alto Paraguai, em observância ao artigo 4º. Da Lei 200/2008 ."

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai - MT, Diane Vieira de Vasconcellos Alves, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Colegiado do CMAS para o biênio 2019/2021, composto, conforme segue:

REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL

Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Edna Pinto do Nascimento

Suplente: Erica Patrícia Matos dos Santos

Secretaria Municipal de Educação

Titular: Adilaine Aparecida de Lima;

Suplente: Sâmela Kariny Pires Calixto

Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Francoize Calisto Regis Magalhães

Suplente: Mariluci Alves de Oliveira

Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos

Titular: Riusdelar Lopes Pereira

Suplente: Maria Aparecida da S. Almeida;

REPRESENTAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

Igreja Católica de Alto Paraguai

Titular: Lenice Pondé Rodrigues

Suplente: Valerina Eliziária de Barros

APRUSA – Associação dos Produtores Rurais da Sede de Alto Paraguai

Titular: Pedro Carmo de Oliveira

Suplente: Jurandir Ferrer de Figueiredo

CASULO

Titular: Prinas Marina Galvão

Suplente: Joracina Leite

SINDICATO RURAL

Titular: Eva Lucia Calixto

Suplente: Cláudio Ramos Vieira

IGREJA RIOS DE ÁGUA VIVA

Titular: Wanderson José de Souza

Suplente: Pastor Wellinton

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Alto Paraguai - MT, 26 de agosto de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

Prefeita Municipal

Alto Paraguai - MT

PORTARIA 270/2019

PORTARIA 270/2019

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – EXONERAR a servidora Contratada **RAFAELA PEREIRA DE ARAUJO** portadora do **RG Nº 249444548 SSP/MT e do CPF Nº 062.485. 841.33**, do cargo em Contrato N° 027/2019 – **TEC DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL – AUX DE SALA DE AULA,** junto a Secretaria Municipal de Educação , conforme termo de rescisão em anexo**.**

Art. 2º. – EXONERAR a servidora Contratada **LUCINEIDE ORMOND DA SILVA** portadora do **RG Nº 11629559 SSP/MT e do CPF Nº 800.213.671. 78**, do cargo em Contrato N° 020/2019 – **TEC DE SERVIÇO DE APOIO I – AUX DE SERVIÇO DGERAIS,** junto a Secretaria Municipal de Educação , conforme termo de rescisão em anexo**.**

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia do dia 10/08/2019 revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 16 de Agosto de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 266/2019

PORTARIA 266/2019

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo. Atendendo a Notificação 21/2019 da 2ª Promotoria de Justiça Cível de Diamantino- MT.

RESOLVE:

Art. 1º. – EXONERAR o Sr. **CLAUDENOR SANTIAGO OLIVEIRA,** portador do **RG Nº 1198597-6 SSP/MT e do CPF Nº 0005.712.331.47**, do cargo em comissão de **DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR – DAS 4 – CHEFE DE DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, junto a Secretaria Municipal de Saúde**

Art. 2º. –Fica revogada a Portaria 487/2017 na qual designa CLAUDENOR SANTIAGO OLIVEIRA, portador do **RG Nº 1198597-6 SSP/MT e do CPF Nº 0005.712.331.4,** para responder como Coordenador de Vigilância Sanitária.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia do dia 13/08/2019, tornando sem efeito a portaria 265/2019, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 13 de Agosto de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

DECRETO 231/2019

"Altera o artigo 2º do Decreto nº. 223/2018, que alterou membros da Comissão para Avaliação dos Imóveis Urbanos e Rurais do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, para fins de ITBI."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Marco Aurélio Julien, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - O artigo 2º do Decreto nº. 223 de 21 de dezembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º – (...)

Art. 2º - A Comissão instituída será composta pelos seguintes membros:

I – Rosa Maria Pagliuso Siqueira – (CPF:035.848.468-54 – Presidente; II – Ademir Gomes de Lemos – (CPF: 020.476.381-94) - Membro;

III – Ana Cecilia Vargas – (CPF:907.408.900-34) – Membro;

IV – Paulo Sergio Pace – (CPF:119.914.228-06) – Membro;

V – David Barbosa dos Santos – (CPF:555.642.249-49 – Suplente;

(...) -

Art. 2º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Alto Taquari-MT, 23 de agosto de 2019.

MARCO AURELIO JULIENPrefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2019

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2019

Objeto: Contratação de empresa para realização de auditoria conforme projeto básico desta Prefeitura, devido ao Oficio nº 511 de 14 de agosto de 2019, oriundo Promotoria de Justiça da Comarca de Alto Taquari requisitando o cumprimento da ordem judicial. Abertura dia **26/08/2019** às 14**h30min** (Horário de Mato Grosso). O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Comissão Permanente de Licitação, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 23 de agosto de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 051/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS - MT, mediante a Pregoeira Oficial Silvia Pierina Rozza Krizanowski, Ana Maria Fernandes de Andrade Vincenzi, Madalena H. Z. Baumann e Suzana Aparecida de Souza - Equipe de Apoio, instituída pelo Decreto nº 262/2018 de 20 de agosto de 2018, torna público, para conhecimento dos interessados que na data, horário e local a seguir indicados, em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, conforme descrição a seguir:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL LAVANDERIA E LIMPEZA HOSPITALAR, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 27/08/2019.

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 09/09/2019 às 08:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 09/09/2019 às 08:00: horas.

(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 09/09/2019 às 09:00 (nove) horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bllcompras.org.br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio no Departamento de Licitações, situado à Av. Brasil, n° 1.059, Bairro Bom Jesus – Apiacás–MT, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas (HORÁRIO DE MATO GROSSO), ou pelo Telefone/Fax: (0xx) 66-3593-2227 ou email: licitacao@apiacas.mt.gov.br.

DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado.

Apiacás /MT, 27 de agosto de 2019.

Silvia P.R.Krizanowski

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 255/2019

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Retornar a Servidora **JAQUELINE GONÇALVES,** portadora da cédula de identidade 1329708-2 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 009. 856.221-56, cargo em comissão de **Coordenadora II**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde**,** que encontrava-se de Licença Maternidade em 25 de Agosto de 2019.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se, Cumpra-se,

Apiacás-MT; 26 de Agosto de 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 256/2019

SÚMULA: “DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES NO MÊS DE AGOSTO/2019 A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias regulamentares ao Servidor:

Nome: (711) EROS CESAR RAMOS JUNIOR

Cargo Efetivo: (243) Técnico em Informática

Lotação: Secretaria Municipal de Administração

Período Aquisitivo: 27/08/2015 à 26/08/2016.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se

Apiacás-MT. 26 de Agosto 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

ADMINISTRAÇÃO
OITAVO ADITIVO CONTRATO 09 DE 2018

OITAVO ADITIVO CONTRATO 09/2018 - FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA – MT E A FIRMA MORAIS & REZENDE LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores o Município de Araguaiana – MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Av. Presidente Vargas, 643, na cidade de Araguaiana – MT, inscrita no CNPJ sob nº 03.239.035/0001-76, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO**, brasileiro, divorciado, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de Araguaiana – MT, à Rua Francisco Leite, s/n, portador da Cédula de Identidade n.º 949743/SSPMT e inscrito no CPF n.º 567.276.401-06, nesta cidade de ARAGUAIANA, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Sócio – proprietário **Sr. Adelmar Arrais de Morais**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Goiânia - GO, à Rua T nº 62 – Vila Santa Izabel, portador da Cédula de Identidade RG. Nº 1.488.808-SSP/GO e inscrito no CPF sob o Nº 631.539.047-15, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente aditivo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do Prazo de vigência do Contrato por mais 08 (oito) meses, sendo este até 31/12/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2. A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no art. 57, §4 da Lei nº.8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

3. As despesas orçamentárias com o presente aditivo correrão por conta das seguintes dotações: **02 – 01 – 04 – 122 – 0003 – 2004 – 3.3.90.30.00 – 022 – 1.00 03 – 01 – 04 – 122 – 0005 – 2006 – 3.3.90.30.00 – 033 – 1.00**

05 – 01 – 08 – 244 – 0090 – 2015 – 3.3.90.30.00 – 078 – 1.00

05 – 02 – 08 – 243 – 0090 – 2021 – 3.3.90.30.00 – 103 – 1.00

06 – 01 – 12 – 122 – 0012 – 2023 – 3.3.90.30.00 – 115 – 1.01

06 – 02 – 12 – 361 – 0035 - 2026 – 3.3.90.30.00 – 128 – 1.22

06 – 02 – 12 – 361 – 0035 – 2073 – 3.3.90.30.00 - 131 – 1.30

06 – 02 – 12 – 361 – 0042 – 2032 – 3.3.90.30.00 – 138 – 1.15

06 – 02 – 12 – 361 – 0042 – 2035 – 3.3.90.30.00 – 149 – 1.01

06 – 03 – 12 – 365 – 0041 – 2033 – 3.3.90.30.00 – 161 – 1.01

07 – 01 – 10 – 301 – 0017 – 2042 – 3.3.90.30.00 – 188 – 1.46

07 – 01 – 10 – 301 – 0075 – 2056 – 3.3.90.30.00 – 232 – 1.02

07 – 02 – 10 – 301 – 0018 – 2054 – 3.3.90.30.00 – 254 – 1.02

07 – 02 – 10 – 301 – 0018 – 2055 – 3.3.90.30.00 – 262 – 1.02

08 – 01 – 15 – 451 – 0066 – 2059 – 3.3.90.30.00 – 287 – 1.00

08 – 01 – 15 – 451 – 0066 – 2075 – 3.3.90.30.00 – 290 – 1.16

08 – 02 – 17 – 512 – 0080 – 2060 – 3.3.90.30.00 – 310 – 1.00

09 – 01 – 20 – 605 – 0010 – 2064 – 3.3.90.30.00 – 335 – 1.00

10 – 01 – 23 – 695 – 0073 – 2065 – 3.3.90.30.00 – 340 – 1.00

11 – 01 – 27 – 812 – 0044 – 2067 – 3.3.90.30.00 – 356 – 1.00

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

4. Fica ratificado todos os demais produtos, demais cláusulas e condições anteriormente acordadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

4.1 E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente termo lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinaram as partes e as testemunhas abaixo.

Araguaiana, 25 de abril de 2019.

Getulio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Morais & Rezende Ltda.

TESTEMUNHA: NOME: EDIVAN DA SILVA MENEZES RG Nº 11335351-SSP/MT CPF Nº 836.261.581-87 ASSINATURA:_____	**TESTEMUNHA:** NOME: JOSÉ MARQUES DA SILVA RG Nº 482769 - SSP/MT CPF Nº 32925786120 ASSINATURA:_____

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 6º ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/2017

EXTRATO 6º Aditivo ao Contrato Nº 21/2017

6º Aditivo ao Contrato Nº 21/2017

CONTRATANTE: Município de Araguaiana - MT.

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogaçãode prazo para a Prestação de serviços de engenharia sanitarista para elaboração de projetos junto ao **DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO** e outros serviços inerentes ao cargo.

VALOR: R$ 9.400,00 (Nove mil e Quatrocentos reais)

DATA: 26/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

CONTRATO DE RATEIO CONSPREV

Contrato de Rateio CONSPREV

CONTRATO DE RATEIO

Pelo presente instrumento o CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES – CONSPREV, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ N. 26.469.179/0001-14, sediado na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 3.920, Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, neste ato representando pelo seu presidente o Sr. Pedro Ferreira de Souza, brasileiro, residente e domiciliado Rua 07 de setembro, n° 259, centro, na cidade de Jauru/MT, portador da Cédula de Identidade n.º 07565909 SSP/MT e do CPF n.º 522.356.531-20 e o FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE ARAGUAINHA – ARAGUAI-PREVI, com natureza jurídica Autárquica, devidamente inscrito no CNPJ nº 02.526.924/0001-51 situado na Rua Bahia, n° 430, Bairro Centro, Araguainha/MT, representado neste ato pelo Sr. Alan Kardec Ribeiro da Silva, portador do CPF nº 980.744.821-20 e do RG nº 12092290 SSP/MT, Diretor Executivo, residente e domiciliado em Araguainha/MT, celebram Contrato de Rateio conforme as cláusulas e dispositivos abaixo especificados:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA. Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da Lei Federal nº. 11.107/05 e do Decreto 6.017/07.

CLÁUSULA SEGUNDA. É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA. DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios Mato-Grossenses – CONSPREV entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei n.º 11.107/05.

Parágrafo único. Consideram-se despesas do CONSÓRCIO entre outras que vierem a ser regularmente constituídas:

a) despesas de instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede;

b) despesas de execução do objeto e das finalidades do CONSÓRCIO previstos no contrato de consórcio público, contratos de programa e convênios;

c) despesas de remuneração de empregados, nela incluída as obrigações trabalhistas (FGTS) e fiscais (INSS) patronais;

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

O CONSORCIADO fica obrigado a repassar ao CONSÓRCIO recurso financeiro para custear as despesas consorciais, denominado de cota de rateio, definida em uma parte fixa.

Parágrafo Primeiro: A parte fixa da cota de rateio corresponderá às despesas de manutenção do CONSÓRCIO, sendo rateada igualmente por todos os CONSORCIADOS, à razão de uma quantia mensal resultante da multiplicação do total de seus servidores efetivos ativos, inativos e pensionistas existentes em 31/12/2018 (202) pelo valor de R$ 0,50 (cinquenta centavos), que corresponderá à cota parte relativa ao exercício financeiro de 2019.

Parágrafo segundo: A parte variável corresponderá aos serviços prestados por empresas privadas contratadas via procedimento licitatório compartilhado, das quais resultarão benefício exclusivo ao ARAGUAI-PREVI.

Parágrafo Terceiro: Fica estabelecido que a parte fixa da cota de rateio das despesas consorciais que o ARAGUAI-PREVI repassará durante o ano de 2019 será no valor de R$ 707,00 (setecentos e sete reais) divididos em 07 (sete) parcelas mensais de R$ 101,00 (cento e um reais).

Parágrafo Quarto: O valor da parte fixa da cota de rateio estabelecida nesta cláusula poderá ser alterado por termo aditivo para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos instrumentos celebrados entre o CONSPREV e o ARAGUAI-PREVI, nos termos do Estatuto do CONSÓRCIO.

Parágrafo Quinto: A parte variável será fixada mediante Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de acordo com os serviços que serão utilizados pelo ARAGUAI-PREVI junto às empresas contratadas.

CLÁUSULA QUINTA. O montante do valor a ser repassado mensalmente, representado pelo somatório da parte fixa pelo ARAGUAI-PREVI deverá ser depositado na conta corrente do CONSPREV, na Caixa Econômica Federal, Agência 3276, Conta Corrente 71002-3, operação 006 ou outro que vier a ser indicado, até o dia 01 do mês subsequente.

Parágrafo único. A parte variável deverá ser paga diretamente às empresas prestadoras dos serviços administrativos contratados via procedimento licitatório compartilhado.

CLÁUSULA SEXTA. DAS PENALIDADES

O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento sujeitam o RPPS do município CONSORCIADO faltoso às penalidades previstas no Contrato de Consórcio, Estatuto do CONSÓRCIO e Art. 8º, § 5º, da Lei Federal n.º 11.107/05 (Lei dos Consórcios Públicos).

CLÁUSULA SÉTIMA. DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente instrumento surtirá efeitos jurídicos a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA. As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Araguainha – ARAGUAI-PREVI.

Parágrafo único. A celebração do presente contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa insculpido no art. 10, inc. XV, da Lei Federal no 8.429/92 (Lei dos Atos de Improbidade Administrativa).

CLÁUSULA NONA. O presente instrumento vigorará de 01/05/2018 até 31/12/2018, sendo, todavia, rescindido automaticamente no caso de o CONSORCIADO deixar de integrar o CONSPREV, desde que atendidas às formalidades estabelecidas nos arts. 8º, § 5º, 11 e 12, § 2º, da Lei Federal n.º 11.107/05.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Cuiabá/MT para dirimir dúvidas emergentes do presente acordo.

E por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento particular em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Cuiabá/MT, 31 de maio de 2019.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES – CONSPREV

Pedro Ferreira de Souza

Presidente

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE ARAGUAINHA – ARAGUAI-PREVI

Alan Kardec Ribeiro da Silva

Diretor Executivo

Testemunhas:

Renato Ferreira de Santana Lara

R.G. n.º 0742716-6 SSP/MT

CPF n.º 569.651.251-87

Débora Simone Rocha Faria

OAB/MT. n.º 4198

C.P.F. n.º 442.328.611-49

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 246, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

PORTARIA Nº 246, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento nos arts.143,148 e 152 todos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e art. 191 da Lei (Estatuto dos funcionários Públicos Civis do Município) nº 242 de 16 de Abril de 1991.

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 133 de 24 de junho de 2019, publicada no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no dia 25 de junho de 2019, pag. 25, referente ao Processo nº001/2019, ante as razões apresentadas no Memorando nº 005/2019, referente o servidor Orlando de Souza Reis, matricula 1872 e registro 391, do exercício do cargo de Contador.

Artigo 2º - Fica proibido o acesso do mencionado servidor às repartições internas deste Órgão, bem como o acesso a sistemas eletrônicos internos, posse de equipamentos e de documentos durante a vigência desta Portaria.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT

_____

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 247, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

PORTARIA Nº 247, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o disposto no art. 147 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Artigo 1º - PRORROGAR o Afastamento, sem prejuízo de sua remuneração, pelo prazo de 60 (SESSENTA) dias, o servidor Orlando de Souza Reis, matricula 1872 e registro 391, do exercício do cargo de Contador, a fim de evitar influência na apuração relativa ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria 133 de 24 Junho de 2019, e publicada no Diário AMM, de 25 de Junho de 2019.

Artigo 2º - Fica proibido o acesso do mencionado servidor às repartições internas deste Órgão, bem como o acesso a sistemas eletrônicos internos, posse de equipamentos e de documentos durante a vigência desta Portaria.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

REF: CONTRATO Nº 39/2019

NUMERO DO CONTRATO: 39/2019

ONDE SE LÊ:

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE ARAGUAINHA – ARAGUAI-PREVI, com natureza jurídica de **Fundo Contábil**,devidamente inscrito no CNPJ nº 02.526.924/0001-51 situado na Rua Bahia, n° 430, Bairro Centro, Araguainha/MT, representado neste ato pelo Sr. Alan Kardec Ribeiro da Silva, portador do CPF nº 980.744.821-20 e do RG nº 12092290 SSP/MT, Diretor Executivo, residente e domiciliado em Araguainha/MT.

LEIA-SE:

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE ARAGUAINHA – ARAGUAI-PREVI, com natureza **Autárquica**, devidamente inscrito no CNPJ nº 02.526.924/0001-51 situado na Rua Bahia, n° 430, Bairro Centro, Araguainha/MT, representado neste ato pelo Sr. Alan Kardec Ribeiro da Silva, portador do CPF nº 980.744.821-20 e do RG nº 12092290 SSP/MT, Diretor Executivo, residente e domiciliado em Araguainha/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 273/2019

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 029, 030, 031, 032, 033, 034/2019, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DESTE MUNICÍPIO.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização das ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS oriundas do Pregão nº 006/2019.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2019 - AAGUA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 09.237.525/0001-10.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2019 - PALACIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.134.038/0001-21.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2019 - MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.888.303/0001-05.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2019 - RIO VERDE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 24.140.838/0001-49.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2019 - SIDNEY DE OLIVEIRA CAMPOS – ME, inscrita no CNPJ nº 23.333.854/0001-95.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2019 - TUBO AZUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 08.728.069/0001-48.

Art. 2° - Fica nomeado a servidora abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pela Secretaria Municipal, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratadas, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Srª. FÁBIA UTSCH MATOS - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 20 de agosto de 2019, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e seis (26) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 274/2019

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014/2019, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA E GÁS DE COZINHA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização das ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS oriundas do Pregão Nº 039-2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 008/2019 – empresa COMERCIAL LUAR EIRELI – EPP, CNPJ n° 02.545.557/0001-33.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 009/2019 – empresa E. V. DE SOUZA - ME, CNPJ n° CNPJ 14.353.702/0001-63.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2019 – empresa M. B. PINHEIRO, CNPJ n° 30.891.532/0001-27.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 011/2019 – empresa P. F. HONORATO ME, CNPJ n° 15.718.193/0001-98.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 012/2019 – empresa R. P. OTENIO MERCADO - EPP, CNPJ n° CNPJ 07.225.561/0001-38.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 013/2019 – empresa SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA ME, CNPJ n° 10.688.030/0001-96.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 014/2019 – empresa SETE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP, CNPJ n° 04.578.067/0001-69.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratadas, sendo composta pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sra. Rosimeire Pereira de Oliveira - Responsável pelos objetos requisitados pelo GABINETE DO PREFEITO.

Sra. Rosimeire Pereira de Oliveira - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Fiscal Titular: Sra. FÁBIA UTSCH MATOS - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Fiscal Suplente: Sra. Zélia Dias da Silva – Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Sr. Nelson Ramos de Andrade - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE ESPORTES.

Sra. Ana Paula Ferreira da Silva - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Sr. Jeyksi Jhonis da Silva - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Sr. Francisco Tiburcio de Carvalho - Responsável pelos objetos requisitados da OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Sr. João Pereira de Lima - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL.

Sr. Domingos Antonio da Conceição - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA - SMAE.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando ao todo a portaria n°. 196/2019, retroagindo efeito ao dia 21/08/2019 e disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e seis (26) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 275/2019

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 063, 064, 065, 066, 067/2018, CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização das ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS oriundas do Pregão nº 027/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 063/2018 – empresa M. CILENE DE SOUSA COMÉRCIO – ME, CNPJ 04.832.302/0001-87.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 064/2018 – empresa P. F. HONORATO – ME, CNPJ 15.718.193/0001-98.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2018 – empresa NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA- ME, CNPJ 06.372.763/0001- 40.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2018 – empresa R G DA PAZ EIRELI - EPP, CNPJ 21.058.617/0001-38.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2018 – empresa WALERIA DOS S CORDEIRO EIRELI, CNPJ 30.985.777/0001-13.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratadas, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Srª. Rosimeire Pereira de Oliveira - Responsável pelos objetos requisitados pela SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Fiscal Titular: Fábia Utsch Matos - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Fiscal Suplente: Sra. Zélia Dias da Silva – Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Sr. Cícero Guilherme Falivene de Sousa - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE ESPORTES.

Sr. João Pereira de Lima – Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL.

Sra. Ana Paula Ferreira da Silva - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Sr. Jeyksi Jhonis da Silva - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Sr. Francisco Tiburcio de Carvalho – Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

Sr. Leandro da Rocha de Souza – Responsável pelos objetos requisitados do DEPARTAMENTO DO SMAE.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando ao todo a portaria n°. 198/2019, retroagindo efeito ao dia 21/08/2019 e disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e seis (26) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 276/2019

DISPÕE SOBRE A VACÂNCIA DA SERVIDORA LINDOCRÉIA DOS SANTOS CAMARGO, EFETIVA NO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NESTE MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT, EM RAZÃO DE POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º **-** Declarar a vacância do cargo efetivo de Auxiliar de Serviço Gerais, ocupado pela servidora **LINDOCRÉIA DOS SANTOS CAMARGO**, matrícula nº 1024, em razão de posse em outro cargo inacumulável, junto ao Governo do Estado de Mato Grosso, nos termos do art. 35, inciso VI da Lei nº 135/92 (RJU de Araputanga/MT), com efeitos a partir de 28/08/2019.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e seis (26) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 116 - 2019

Contrato - nº 116/2019 - Data: 16/08/2019 – **Contratante:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **Contratado (a): BÁLSAMO CONSTRUÇÕES EIREL**- **Valor**: 51.480,00 – **Objeto:** Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Aplicação de Lama Asfáltica nas Ruas e Avenidas da Cidade, com Disponibilização de Caminhão, Equipamentos e Funcionários Necessários para Execução do Serviço – **Dotação Orçamentária**: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, na rubrica (1605) 10.002.15.451.1013.1071 4.4.90.39 F.R.01.00 **- Vigência do Contrato**: 16/08/2019 a 31/01/2020 - **Vigência da Obra**: 16/08/2019 a 13/01/2020 **- Fiscal do contrato:** Antônio Souza dos Santos - . **Fiscal de Obra: João Gustavo Faria dos Santos Junior.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.188/2019

"DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICANCIA DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a Abertura de **Sindicância n° 013/2019**, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde,conforme determinado no Memorando n° 070/2019/GPe Pareceres Jurídicos nº 530/2018, **em virtude de despesa realizada sem prévio empenho** referente a pagamento de dispêndios médicos prestados pelo clínico José Rômulo Rocabado Soto na Unidade de Saúde da Família de Conselvan.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, **sob a presidência do Primeiro.**

1. Marcia Nantes Brito - Mat. 282

2. Simone Maria dos Santos - Mat. 2998

3. Jandira Scandolara- Mat. 1663

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 26 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº. 022/2019

Objeto: Contratação empresa para prestação de serviços no fornecimento de energia elétrica para o uso em todas as secretarias desta prefeitura municipal.

Contratante: Prefeitura Municipal de Aripuanã – MT

Contratado: ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA - CNPJ nº 03.467.321/0001-99

Valor Global: R$ 2.926.512,00 (dois milhões novecentos e vinte e seis mil e quinhentos e doze reais).

Data: 26 de agosto de 2019.

Base Legal: com base no art. 24, inciso XXII da lei nº 8.666/1993.

Tamara Piran da Silva

Presidente da CPL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.191/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art 1° PRORROGAR, o prazo da portaria nº **10.937/2019** que dispõe sobre o **Procedimento Administrativo n° 001/2019**, **para os fins que menciona,** por mais 30 (trinta) dias para conclusão, em virtude da complexidade dos trabalhos.

Art 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 26 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.190/2019

"DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICANCIA DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a Abertura de **Sindicância n° 015/2019**, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural,conforme determinado no Memorando n° 070/2019/GPe Parecer Jurídico nº 291/2019, **em virtude de despesa realizada sem prévio empenho** referente aserviços de produção e distribuição de mudas de café efetivamente prestados pelo Viveiro Terra Viva nos meses de setembro de 2018 a fevereiro de 2019.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, **sob a presidência do Primeiro.**

1. Jurandir Ambrósio - Mat. 3707

2. Antônio Bispo de Oliveira- Mat. 2965

3. Maria de Fatima Monteiro Pinto **-** Mat. 2326

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 26 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.189/2019

"DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICANCIA DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a Abertura de **Sindicância n° 014/2019**, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde,conforme determinado no Memorando n° 070/2019/GPe Pareceres Jurídicos nº 649/2018 e 121/2019, **em virtude de despesas realizadas sem prévio empenho** referente a pagamentos de dispêndios com serviços médicos efetivamente prestados pela empresa HELDER WAGNER SARAIVA-ME no Hospital Municipal Santo Antônio.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, **sob a presidência do Primeiro.**

1. Marcia Nantes Brito - Mat. 282

2. Simone Maria dos Santos - Mat. 2998

3. Jandira Scandolara- Mat. 1663

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 26 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.187/2019

"DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICANCIA DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a Abertura de **Sindicância n° 012/2019**, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde,conforme determinado no Memorando n° 070/2019/GPe Parecer Jurídico nº 204/2018, **em virtude de despesa realizada sem prévio empenho** referente a pagamento de dispêndios com serviços médicos efetivamente prestados pelos clínicos Sérgio José Abrão e Guilherme Heimbach Neto.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, **sob a presidência do Primeiro.**

1. Marcia Nantes Brito - Mat. 282

2. Simone Maria dos Santos - Mat. 2998

3. Jandira Scandolara- Mat. 1663

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 26 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.186/2019

"DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICANCIA DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a Abertura de **Sindicância n° 011/2019**, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer,conforme determinado no Memorando n° 070/2019/GPe Parecer Jurídico nº 370/2018, **em virtude de despesa realizada sem prévio empenho** referente aserviços de arbitragem efetivamente prestados pelos senhores Leandro Ramos Cruz e José Ricarte de Carvalho Neto no evento II Copa Conselvan de Futsal.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, **sob a presidência do Primeiro.**

1. Joselaine de Fatima Alves Paes - Mat. 2624

2. Taiane de Oliveira Sousa - Mat. 2375

3. Gema de Lurdes \Galvan - Mat. 857

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 26 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.185/2019

"DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICANCIA DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a Abertura de **Sindicância n° 010/2019**, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no âmbito da Secretaria Municipal de Assistencia Social,conforme determinado no Memorando n° 070/2019/GPe Parecer Jurídico nº 228/2019, **em virtude de despesa realizada sem prévio empenho** referente a pagamento de despesas com serviços de monitoramento 24 horas de sistema de alarme via sensores e monitoramento com câmeras com assistência técnica.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, **sob a presidência do Primeiro.**

1. Maria Solange Melo de Souza - Mat. 545

2. Marinalva Gomes Farias - Mat. 2810

3. Acir do Amaral- Mat. 3138

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 26 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.184/2019

"DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICANCIA DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a Abertura de **Sindicância n° 009/2019**, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no âmbito da Secretaria Municipal de Assistencia Social,conforme determinado no Memorando n° 070/2019/GPe Parecer Jurídico nº 076/2019, **em virtude de despesa realizada sem prévio empenho** referente a pagamento de despesas com aquisição de passagens terrestres fornecidas pela empresa LIA SOARES FREITAS (ARIPUANÃ VIAGENS E TURISMO).

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, **sob a presidência do Primeiro.**

1. Maria Solange Melo de Souza - Mat. 545

2. Marinalva Gomes Farias - Mat. 2810

3. Acir do Amaral- Mat. 3138

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 26 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.183/2019

"DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICANCIA DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a Abertura de **Sindicância n° 008/2019**, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no âmbito da Secretaria Municipal de Assistencia Social,conforme determinado no Memorando n° 070/2019/GPe Parecer Jurídico nº 696/2018, **em virtude de despesa realizada sem prévio empenho** referente apagamento de revisão de 20.000 Km, do veículo municipal Duster Oroch, Placa QBY-1192, a servidor público.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão**, sob a presidência do Primeiro.**

1. Maria Solange Melo de Souza - Mat. 545

2. Marinalva Gomes Farias - Mat. 2810

3. Acir do Amaral- Mat. 3138

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 26 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.182/2019

"DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICANCIA DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a Abertura de **Sindicância n° 007/2019**, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no âmbito da Secretaria Municipal de Assistencia Social,conforme determinado no Memorando n° 070/2019/GPe Parecer Jurídico nº 207/2018, **em virtude de despesa realizada sem prévio empenho** referente àaquisição depassagens terrestres de Cuiabá à Aripuanã.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, **sob a presidência do Primeiro.**

1. Maria Solange Melo de Souza - Mat. 545

2. Marinalva Gomes Farias - Mat. 2810

3. Acir do Amaral- Mat. 3138

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 26 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.181/2019

"DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICANCIA DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a Abertura de **Sindicância n° 006/2019**, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no âmbito da Secretaria Municipal de Finanças,conforme determinado no Memorando n° 070/2019/GPe Parecer Jurídico nº 295/2018, **em virtude de despesa realizada sem prévio empenho** referente aserviços efetivamente prestados pela empresa R. C. DE OLIVEIRA ME.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, **sob a presidência do Primeiro.**

1. Tamara Piran da Silva – Mat. 3947

2. Rejane Lina de Oliveira – Mat. 119

3. Rosane Salete Casagrande Tedesco – Mat. 123

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 26 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 049/2019

Aos **vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **LIA SOARES FREITAS 88393402115,** inscrita no **CNPJ Nº. 23.809.937/0001-08**, Inscrição Estadual Isento, Inscrição Municipal Nº. 4035459412, com sede na Av. 02 de Dezembro, 1169 - Sala 02 – Bairro: Centro, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.325-000, Telefone: (066) 3565-2700, e-mail aripuana@aripuanaviagens.com.br, representada por sua proprietária **Srª. Lia Soares Freitas**, portadora do **RG Nº 08129649 SSP/MT** e **CPF Nº. 883.934.021-15,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8. 666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO MATERIAL – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS.

1.1. *O preço, as especificações do objeto, a marca, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:*

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QUANT.	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL
1	700165	SERVICO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM DO TIPO AEREA INTERMUNICIPAL, TRAJETO ARIPUANA X CUIABA.	UN	30	**2.400,00**	72.000,00
2	700166	SERVICO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM DO TIPO AEREA INTERMUNICIPAL, TRAJETO CUIABA X ARIPUANA.	UN	30	**2.400,00**	72.000,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas do Contratado/Consignatária da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade do objeto fornecido durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã/MT.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã/MT.

9. DO FORO

9.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 26 de agosto de 2019.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

LIA SOARES FREITAS 88393402115

CNPJ Nº. 23.809.937/0001-08

Lia Soares Freitas

CPF Nº. 883.934.021-15

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.180/2019

"DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICANCIA DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a Abertura de **Sindicância n° 005/2019**, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no âmbito da Secretaria Municipal de Finanças,conforme determinado no Memorando n° 070/2019/GPe Parecer Jurídico nº 009/2019, **em virtude de despesa realizada sem prévio empenho** referente à indenização dos valores pagos pelo servidor Henrique Tarcys Xavier alusivo à revisão do veículo municipal Sandero, Placa QCO-8282.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, **sob a presidência do Primeiro.**

1. Claudia Maria Tscha – Mat. 3706

2. Luciene Souza da Silva – Mat. 2966

3. Lindalva Cruz Cabral – Mat. 529

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 26 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.179/2019

"DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICANCIA DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a Abertura de **Sindicância n° 004/2019**, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no âmbito da Secretaria Municipal de Administração,conforme determinado no Memorando n° 070/ 2019/GPe Parecer Jurídico nº 075/2019, **em virtude de despesa realizada sem prévio empenho** referente aserviços efetivamente prestados pela empresa AGENDA ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, **sob a presidência do Primeiro.**

1. Claudia Maria Tscha – Mat. 3706

2. Luciene Souza da Silva – Mat. 2966

3. Lindalva Cruz Cabral – Mat. 529

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 26 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº. 049/2019

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Sistema Registro de Preço que trata o Edital nº. 049/2019, levado a efeito às **08h00min** do dia **22/08/2019** sagrou-se vencedora a empresa **LIA SOARES FREITAS 88393402115 - CNPJ Nº. 23.809.937/0001-08** no valor total de **R$ 144.000,00**. Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site http://www.aripuana.mt.gov.br, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã – MT, 26 de agosto de 2019.

Tamara Piran da Silva

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO APÓS REVISÃO

DECRETO Nº 3.624/2019

SÚMULA:

"DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM FACE DO RISCO DE COLAPSO DE EDIFICAÇÕES/QUEDA DE ESTRUTURA CIVIL - COBRADE 2.4.1.0.0, CONFORME IN/MI 02/2016."

O Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, inciso V, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o risco de queda da ponte sobre o Rio Aripuanã e o risco de isolamento terrestre de várias comunidades/assentamentos e do Distrito de Conselvan;

Considerando os elevados prejuízos humanos, econômicos e sociais que decorrerão da eventual queda;

Considerando a urgência concreta e efetiva na recuperação emergencial da referida ponte;

Considerando que a recuperação da ponte sobre o Rio Aripuanã é de responsabilidade do Estado de Mato Grosso e que o Município de Aripuanã, além de não possuir recursos financeiros, somente poderá executar quaisquer serviços na referida obra de arte mediante autorização formal daquele ente federativo;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada situação de emergência na área do município contida no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Colapso de Edificações – COBRADE: 2.4.1.0.0.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, nas ações de resposta ao possível desastre.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao possível desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população que vier a ser afetada, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º. Ficam os órgãos competentes autorizados a transferir bens apreendidos em operações de combate e repressão a crimes para os órgãos de proteção e defesa civil, nos termos do artigo 17 da Lei n.º 12.608/2012, de 10 de abril de 2012.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 23 dias do mês de agosto de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

PORTARIA Nº 091 /2019

PORTARIA Nº 091 /2019

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação do **Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico,** e dá outras providências.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ, Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso I do art. 49, da Lei Orgânica do município,

R E S O L V E:

Art. 1º - **Nomear**, para exercer o cargo em comissão de **Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico,** o Sr. **MAUREZI LEOPOLDINO DIAS**, portador do Registro Geral nº 291685 - SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 314.573.631-00, **com ônus do exercício das funções para a municipalidade**, para desempenho das atribuições previstas no artigo 56 da Lei Municipal nº 365, de 06 de agosto de 2010.

Art. 2º -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos à data da sua assinatura.

Art. 3º - Revoga-se as disposições contidas no artigo 2º da Portaria nº 074/2019.

Gabinete do Prefeito, 09 de agosto de 2019.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019

DATA E LOCAL: Dia 09 de setembro de 2019, na sede da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, situada na Avenida Augusto Leverger, n. 1410, Centro, Barão de Melgaço/MT.

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de peças, pneus e acessórios originais e genuínas, para manutenção de veículos oficiais pertencentes à frota do município de barão de Melgaço-MT, máquinas, tratores, motocicletas e barcos, assim como aqueles veículos que vierem a ser incorporados ao patrimônio no período de vigência desta contratação, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência, nos termos da legislação vigente.

CREDENCIAMENTO: Das 08h00min até às 08h30min (horário de Mato Grosso).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08h30min horas (horário de Mato Grosso).

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Os interessados poderão obter informações sobre a licitação, no Departamento de licitação da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta-feira, no horário das 07h00min às 13h00min pelo telefone (65) 3331-1179 ou através do Email: licitacao.barao@gmail.com

Barão de Melgaço, 26 de agosto de 2019.

WILSON PRADO DE BARROS

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE RESCISÃO/DISTRATO AMIGÁVEL

DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. *063/2019*

Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03. 507.522/0001-72

Contratado; FABIO P SOUZA, pessoa jurídica, CNPJ 28.226.288/ 0001-36

Objeto;CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA DE MEDICO PARA SUPRIR A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME DECRETO MUNICIPAL 029/ 2019.

Origem: Processo Licitatório **Dispensa Nº 03/2019**

Fundamento Legal: Art. 77 inciso II da Lei 8.666/93

Data do Termo de Rescisão: 02 de Julho de 2019.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ACORDO EXTRAJUDICAL REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS CAUSADOS EM ACIDENTE DE TRÂNSITO

TERMO DE ACORDO EXTRAJUDICAL REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS CAUSADOS EM ACIDENTE DE TRÂNSITO

Ferreira Mendes, nº 1.000, Centro, Barra do Bugres-MT, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 03.507.522/0001-72, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO,** doravante denominado **PRIMEIRO ACORDANTE,** e de outro lado a Empresa **CIDADE IMOBILIARIA LTDA** inscrita no CNPJ nº 09.607.377/0001-88, com sede à rua Carmem Silva Parada, s/n, centro, Barra do Bugres-MT, neste ato representada por seu Sócio Administrador o Sr**. FRANCISCO GUARNIERI DE LIMA**, brasileiro, casado, empresário, portador do documento de identidade RG n.º 0944929-9 SSP/MT e do CPF. n.º 488.757.911-04, doravante denominado **SEGUNDO ACORDANTE**, as partes acima qualificadas, após regular Processo de Sindicância Investigatória, resolvem celebrar o presente **TERMO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL**, regida sob a égide da Legislação Civil, e suas alterações posteriores e demais legislações administrativas, pelo qual o **PRIMEIRO ACORDANTE,** se obriga a Indenizar os Danos Materiais causados em acidente de trânsito a propriedade do **SEGUNDO ACORDANTE**, conforme procedimento de Sindicância Investigatória, instituída pela Portaria 008/2019, da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Sustentável, tendo por objeto a apuração dos fatos e pessoas envolvidas no SINISTRO, de acordo com as cláusulas e condições abaixo descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO – O objeto do presente Termo de Acordo será o pagamento de Indenização dos prejuízos causados a **SEGUNDA ACORDANTE**, conforme apurado nos autos de procedimento administrativo, cujo valor postulado é de **R$ 135.539,57** (cento e trinta e cinco mil, quinhentos e trinta e nove reais e cinquenta e sete centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR - as Partes pactuam, entre si, mediante concessões recíprocas, ser o valor de **R$ 135.539,57** (cento e trinta e cinco mil, quinhentos e trinta e nove reais e cinquenta e sete centavos), justo e suficiente para reparar os danos causados por veículo da Primeira a Segunda.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE PAGAMENTO – O pagamento do valor descrito na cláusula anterior será efetuado, em até 120 (cento e vinte) dias, contados da Publicação do extrato deste Termo no Diário Oficial dos Municípios, via transferência eletrônica para conta corrente de titularidade da **SEGUNDA ACORDANTE**, cadastrada na Tesouraria do Município**.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – A despesa será suporta com recursos provenientes do Orçamento Municipal, via da rubrica a seguir:

02.00100.04.122.2010.2004 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Dependências

3.3.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições

CLÁUSULA QUARTA – Uma vez firmado o presente termo, a **SEGUNDA ACORDANTE** se declara satisfeita e renúncia, formal e expressamente, a todos e quaisquer direitos que tenha ou possa vir a reclamar, concernentes ao sinistro de trânsito objeto do processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO - As partes elegem o foro da Comarca de Barra do Bugres/MT, para a solução das questões, oriundas do presente **TERMO DE ACORDO**, renunciando, expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, de acordo com as normas de organização judiciária.

E, assim, por estarem justos e acordados, assinam do presente **CONTRATO**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

Barra do Bugres – MT, em 28 de agosto de 2019.

MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

PRIMEIRO ACORDANTE

CIDADE IMOBILIARIA LTDA

FRANCISCO GUARNIERI DE LIMA

SEGUNDO ACORDANTE

REINADO LORENÇONI FILHO

OAB/MT 6459-O

TESTEMUNHAS:

JOSE VIANA NETO

206.349.351-00

EDUARDO RODRIGUES NEVES

896.749.101-82

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.° 198/2018-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.° 198/ 2018-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: **M. DUARTE EZIDORO CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS**

Objeto: Aditaro **VALOR** do Contrato Administrativo nº 198/2018-PGM**,** atendendo aos limites prescritos pelo § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, em 0,87% (zero virgula oitenta e sete por cento) do valor de R$ 1.283.865,03 (um milhão, duzentos e oitenta e três mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e três centavos), alterando-se o valor do contrato para R$ 1.295.103,22 (um milhão, duzentos e noventa e cinco mil, cento e três reais e vinte e dois centavos), **totalizando o presente aditivo o valor de R$ 11.238,19 (onze mil, duzentos e trinta e oito reais e dezenove centavos).**

Cáceres – MT, 26 de agosto de 2019.

Wesley de Sousa Lopes

Secretario Mun. De Infraestrutura e Logística

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ERRATA Nº 16 ADITIVOS Nº 165 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO AGOSTO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Onde se lê: Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **363,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias , ora denominada contratante, e senhor (a) **SIMONE PEREIRA DA SILVA BALEEIRO** denominado (a) contratado(a), no cargo de Professora para exercer sua função na E. M. Santo Antônio do Caramujo em substituição a Sônia dos Reis Carvalho que está de Licença Médica vigente regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 11/08/2019 até 09/09/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Leia se: Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **363,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias , ora denominada contratante, e senhor (a) **SIMONE PEREIRA DA SILVA BALEEIRO** denominado (a) contratado(a), no cargo de Professora para exercer sua função na E.M. Santo Antônio do Caramujo em substituição a Mayara Priscila Brauna que está de Licença Médica vigente regerá pelas Clausulas a seguir

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 11/08/2019 até 10/09/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Cáceres, 20 de Agosto de 2019.

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 50-2019

INTERESSADA: Todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Cáceres.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de agenciamento de viagens aéreas, com emissão, marcação, remarcação, reembolso, cancelamento e check-in de passagem aérea para atender todas as Secretarias do Município de Cáceres.

RESULTADO: Para fins de interesse público, fica este processo REVOGADO.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 26 de Agosto de 2019.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 025/2019

PORTARIA Nº. 369 DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 20097, de 23 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar a senhora **THAIS DUTRA DE SOUZA MILITÃO** em substituição ao servidor **Mariolan Lara Garcia,** lotada na Secretaria de Educação, como responsável para fiscalização e controle dos contratos relacionados abaixo, com efeitos desde 14 de agosto de 2019.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
057/19	APFORM INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA.	O objeto do presente Contrato é a aquisição de Mobiliários Escolares constituídos de conjunto aluno, mesa acessível e conjunto professor, em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino municipal, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.	18/04/2019	12 meses
94/18	A.M. DE ABREU EIRELI - ME	Constitui o objeto do presente termo de referência, o registro de preços visando a futura e eventual contratação de empresa especializada em serviço de Dedetização Geral, Limpeza de Reservatório de água e Limpeza de Forros e Áreas com ninhos para atender as necessidades dos prédios e unidades escolares pertencentes a Secretaria de Educação.	18/05/2018	12 meses

§ 1º A senhora acima designada deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência da senhora responsável pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de agosto de 2019.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 23.08.19.

PORTARIA Nº. 368 DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 20097, de 23 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar a senhora **THAIS DUTRA DE SOUZA MILITÃO** em substituição ao servidor **Mariolan Lara Garcia,** lotada na Secretaria de Educação, como responsável para fiscalização e controle dos contratos relacionados abaixo, com efeitos desde 14 de agosto de 2019.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
043/19	CLAUDINEI GONÇALEZ FERNANDES - ME	Constitui objeto do presente, a contratação de empresa através de registro de preços, para Serviço de Sucção de	11/03/19	12 meses

		detritos líquidos pastosos e granulados em fossa sépticas, PV´s, TL´s, ETE´s, EERR, BL, GAP utilizando veículos equipados com Bomba de alta pressão e vazão, com tanque de capacidade igual ou maior de 8 m³. Serviço de limpeza de caixas de gordura e desentupimento de rede mestre, utilizando veículo equipado com bomba de alta pressão e vazão, com tanque de capacidade igual ou maior de 8 m³, para a Secretaria Municipal de Educação.		
78/18	A.M DE ABREU EIRELI-ME	Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamento de climatização (ar condicionado de janela e Split), com fornecimento de peças (exceto compressor) quando for o caso, componentes e acessórios novos e originais, para atender a secretaria de Educação da Prefeitura de Cáceres-MT.	03/05/18	12 meses
142/18	GM 10 CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-EPP.	Constitui objeto do presente a contratação de empresa especializada na prestação de serviço em manutenção de predial e limpeza das unidades da secretaria municipal de educação, visando atender a demanda de manutenção preventiva, corretiva e realizada de pequenos reparos.	11/07/18	12 meses
234/2018	PALACIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME	Roçadeira para jardim – costal manual, com motor a gasolina/óleo, 12. 500 rpm, cilindrada superior a 35 cc, lamina de 3 facas.	26/12/18	12 meses

§ 1º A senhora acima designada deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência da senhora responsável pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de agosto de 2019.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em:23.08.19.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 32/2019 REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde.

Objeto: Registros de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para efetuar a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final de resíduos oriundos dos serviços de saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde.

EMPRESA VENCEDORA:

MAXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇOES LTDA-CNPJ: 07.657.198/0001-20, perfazendo um total de R$ 55.200,00 (cinquenta e cinco mil e duzentos reais)

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 26 de Agosto de 2019.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 025/2019

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 52/2019 REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: TodasSecretaria.

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação de aquisição de material de consumo e gênero alimentício (café, bacia, biscoitos, higiene pessoal) para atender à demanda do Município de Cáceres**,** para as Secretarias: Administração, Educação, Saúde, Meio Ambiente e Saneamento, Infraestrutura e Logística, Turismo e Cultura, Assuntos Estratégicos e Finanças

Fica SUSPENSO o certame que estava marcado para o dia 28 de agosto de 2019 às 09:00 horário de Brasília. Tão logo redefinida, será designada uma nova

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 26 de Agosto de 2019.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 25/2019

PORTARIA Nº. 365 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta do Processo submetido ao Memorando sob nº. 19.348, de 19 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

ART. 1º Designar a servidora **VALDIRA CARVALHO DE OLIVEIRA**, para responder pela Secretaria da Escola Municipal de Educação Infantil Província de Arezzo, da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres, com efeitos desde 19 de agosto de 2019.

ART. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 21 de agosto de 2019.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 21.08.19

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 68/2019

A Secretaria Municipal de Educação de Cáceres-MT, visando atender aos Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, e:

Considerando o que consta no processo nº 47428 de 19 de novembro de 2018;

Considerando as atribuições da Comissão Paritária, responsável pela condução do Processo Seletivo Simplificado, instituída pela Portaria nº 481 de 11 de outubro de 2018;

RESOLVE:

I- CONVOCAR os candidatos Classificados no Processo Simplificado nº 001/2019, para comparecerem na **Secretaria Municipal de Educação**, situada na Avenida Getúlio Vargas – Nº 838, bairro Santa Isabel, ao lado da Secretaria Municipal de Saúde, no dia **27/08/2019 (terça- feira)**, **às 14:00 horas**, para compor o quadro de vagas apresentadas por esta secretaria, conforme **Anexo I** deste Edital;

II - INFORMAR que para ser contratado, no dia da lotação o candidato deverá apresentar cópias de documentos pessoais e afins, conforme **Anexo II**.

Cáceres, 26 de agosto 2019.

Arci Rezende Pereira da Rosa

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Simplificado

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

– CONVOCAR

PROFESSOR ZONA URBANA

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA

CLASS	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
0010	Wagner de Oliveira Leite	19959157	22/05/1983	CLASSIFICADO

PROFESSOR ZONA RURAL

NÚCLEO UNIÃO -

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA

CLASS	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
0003	Edna dos Santos da Mata.	19655116	19/06/1974	CLASSIFICADO
0004	Susanita de Souza Rodrigues	192516135	19/02/1982	CLASSIFICADO
0005	Maria Izabel Pereira Justino	191406116	12/01/1983	CLASSIFICADO

Anexo II

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

Certidão de Casamento ou Nascimento;

Título de Eleitor;

Documentos que comprovem estar quites com as obrigações eleitorais;

Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

Carteira de Trabalho (páginas onde constam, foto, número e série da Carteira de Trabalho, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho);

Cadastro do PIS/PASEP

Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

Número do CPF do Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou dependentes;

Certidão de Nascimento dos filhos;

Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

Comprovante de Residência à data da Contratação;

Declaração negativa de acúmulo de cargo e emprego público, assinado pelo servidor;

Atestado Médico Admissional;

Certidão Negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais.

Declaração de Bens;

Certidão Negativa de Débitos junto ao município;

Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

Telefone e e-mail

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2019

PROCESSO Nº 1703/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2019 – REGISTRO DE PREÇO

Aos 21 dias do mês de agosto de 2019, o Município de Campinápolis – MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, situada à Avenida Benônico José Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis - MT, CEP 78.630-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Jeovan Faria, brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.421-91, residente e domiciliado na Rua Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio Pedro, CEP 78630-000, neste município de Campinápolis - MT, institui a Ata de Registro de Preços nº 28/2019 com a empresa J AFONSO SOARES-ME, inscrita no CNPJ nº 04.270.536/0001-88, com sede na Av. Nego Carrim 856, Centro, Campinápolis - MT. Doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Proprietário, Sr. José Afonso Soares, brasileiro, Casado, empresário, portador da cédula de Identidade nº 12.156.638. SSP/SP e do CPF/MF nº. 020.192.958.90, residente e domiciliado na Rua Vereador Amélio Ribeiro, s/n, Centro, Campinápolis – MT, Cep: 78.630-000, o qual nomeia para este ato seu procurador o Senhor Evaldo de Souza Soares, portador da cédula de Identidade nº 10170339-4. SJ/MT e do CPF/MF nº. 830.577.061-34, residente e domiciliado na neste município de Campinápolis – MT, Cep: 78.630-000 ; nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar Federal nº 123/06, da Lei Complementar Federal n° 147/14; do Decreto do Município de Campinápolis - MT nº 2.108/2013, no que couber; e da Lei Federal nº 8.666/93; decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços nº 1703/2019, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

J AFONSO SOARES, CNPJ Nº 04.270.536/0001-88

Seq. Cod. Descrição Marca Unidade Quant. Valor Unit. Total

1 71114 ABOBORA CABOTIA KILO 770 3,43 2.641,10

2 234 ABOBORA MADURA KILO 1.160 2,90 3.364,00

3 61352 ABOBRINHA VERDE KILO 620 4,65 2.883,00

4 70691 ALHO KILO 1.040 17,81 18.522,40

5 74057 AMEIXA KILO 220 6,82 1.500,40

6 61895 AMEIXA EM CALDA 1x320G OLE UNIDADE 170 4,06 690,20

7 72333 AMEIXA SECA SEM CAROCO PACOTE DE 200GR MIKA PACOTE 250 3,82 955,00

8 61351 BATATA DOCE KILO 1.740 3,31 5.759,40

9 237 BATATA INGLESA KILO 2.725 4,62 12.589,50

10 80140 BATATA PALHA 140 G SALSY UNIDADE 215 2,67 574,05

11 238 BETERRABA KILO 2.255 4,55 10.260,25

12 9 BISCOITO CREAM CRACKER INTEGRAL 1x360G DALLAS UNIDADE 1.080 4,74 5.119,20

13 57465 BISCOITO CREAM CRACKER PCT. 400G DALLAS PACOTE 7.290 5,06 36.887,40

14 80166 BISCOITO TIPO MAIZENA PCT. 400G DALLAS PACOTE 8.510 4,30 36.593,00

15 80165 BISCOITO TIPO ROSQUINHA DE COCO 800 G PAVEZINO PACOTE 9.170 8,28 75.927,60

16 59734 CEBOLA COMUM KILO 655 4,80 3.144,00

17 58257 FARINHA DE MANDIOCA 1x1 KG UNIDADE 700 8,51 5.957,00

18 54817 FARINHA DE MILHO EMBALAGEM DE 1 KG PACHA UNIDADE 155 5,82 902,10

19 798 FARINHA DE ROSCA 500 GR ZAELI UNIDADE 130 4,79 622,70

20 57912 FARINHA DE TRIGO ESPECIAL 1Kg UNIAO KILO 370 3,00 1.110,00

21 57913 FECULA DE MILHO 500G ZAELI UNIDADE 125 4,40 550,00

22 801 FERMENTO BIOLOGICO 1x10 G FLEXMAN UNIDADE 165 1,00 165,00

23 21 FERMENTO QUIMICO EM PO 100GR FLEXMAN UNIDADE 205 2,62 537,10

24 64396 INHAME KILO 580 3,86 2.238,80

25 59959 MILHO DE PIPOCA 500GR MOGIANO UNIDADE 365 2,53 923,45

26 70713 MILHO PARA CANJICA 500 G ZAELI UNIDADE 940 1,59 1.494,60

27 58359 MILHO VERDE 1x200 G BONARE UNIDADE 1.575 1,49 2.346,75

28 71356 MILHO VERDE IN NATURA KILO 470 6,24 2.932,80

29 70797 MISTURA PARA BOLO, SABORES VARIADOS, EMBALAGEM DE 400 G. ZAELI UNIDADE 1.010 4,71 4.757,10

30 70808 POLVILHO AZEDO 1 KG MIKA KILO 335 8,59 2.877,65

31 807 POLVILHO DOCE LOPES KILO 365 5,24 1.912,60

32 91340 SEMENTES DE HORTALIÇAS 10 GRAMAS TOPSED UNIDADE 400 5,84 2.336,00

TOTAL 249.074,15

CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO

6.1. A vigência da Ata de Registro será de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, ou enquanto durar estoque, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93 e do Edital de Pregão Presencial nº 025/2019.

6.2. A fiscalização desta Ata é de responsabilidade da Sra. Silvana Aparecida Bosch, conforme Portaria n.º 8.418, de 21 de agosto de 2019.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Dar-se-á a esta Ata de Registro de Preços a importância global de R$ 249.074,15 (duzentos e quarenta e nove mil setenta e quatro reais e quinze centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte rubrica orçamentária no exercício 2019:

02.010.04.122.0001.1002. 3390300000 – 0002

03.010.04.122.0001.2006. 3390300000 – 0051

06.010.12.122.0001.2015. 3390300000 – 0096

06.030.12.306.0012.2055. 3390300000 – 0175

06.030.12.306.0012.2052. 3390300000 – 0172

06.030.12.306.0012.2051. 3390300000 – 0171

06.040.13.392.0015.2081. 3390300000 – 0226

06.030.12.306.0012.2054. 3390300000 – 0174

07.020.10.122.0001.2014.3390300000 – 0328

07.010.10.302.0011.2046. 3390300000 – 0293

07.010.10.301.0010.2044. 3390300000 – 0279

08.010.08.122.0001.2012. 3390300000 – 0339

08.020.08.243.0001.2013. 3390300000 – 0354

10.010.26.782.0001.2020. 3390300000 – 0457

12.010.04.122.0001.2018. 3390300000 – 0507

13.010.27.122.0001.2021. 3390300000 – 0537

14.010.14.122.0001.2022. 3390300000 – 0555

11.2. No próximo exercício a dotação será a vigente no exercício.

Campinápolis - MT, 21 de agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT

CNPJ. 00.965.152/0001-29

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

J AFONSO SOARES-ME

CNPJ nº 04.270.536/0001-88

Evaldo de Souza Soares

Procurador

CONTRATADA

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2019

PROCESSO Nº 1703/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2019 – REGISTRO DE PREÇO

Aos 21 dias do mês de agosto de 2019, o Município de Campinápolis – MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, situada à Avenida Benônico José Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis - MT, CEP 78.630-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Jeovan Faria, brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.421-91, residente e domiciliado na Rua Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio Pedro, CEP 78630-000, neste município de Campinápolis - MT, institui a Ata de Registro de Preços nº 24/2019 com a empresa E S FERREIRA MERCADO ME, inscrita no CNPJ nº 00.448.903.0001-30, com sede na AV. Nego Carrim, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo seu proprietário, Sr. Eurípedes Silvestre Ferreira, brasileira, casado, empresário, portador da cédula de Identidade nº 620.923

SSP/MT e do CPF/MF nº. 452.730.731.20, residente e domiciliado na Av. Nego Carrim, s/n, Centro, CEP: 78.630-000 Campinápolis - MT; nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar Federal nº 123/06, da Lei Complementar Federal n° 147/14; do Decreto do Município de Campinápolis - MT nº 2.108/2013, no que couber; e da Lei Federal nº 8.666/93; decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços nº 1703/2019, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

E S FERREIRA MERCADO - ME, CNPJ nº 00.448.903/0001-30

Seq. Cod. Descrição Marca Unidade Quant. Valor Unit. Total

1 73433 AGUA DE COCO HIDRATADA 200 ML 1X24 SO COCO CAIXA 170 39,38 6.694,60

2 7 ARROZ AGULHINHA TIPO 01 PCT. 5 KG MONTE SINAI PACOTE 10. 942 14,68 160.628,56

3 72067 CALDO DE COSTELA 57 G CAIXA COM 06 CUBOS ARISCO CAIXA 325 2,11 685,75

4 792 CALDO DE GALINHA 57 G CAIXA COM 06 CUBOS ARISCO CAIXA 355 2,11 749,05

5 54813 CANELA EM PAU 1x10G MIKA UNIDADE 1.035 1,43 1.480,05

6 70711 CANELA EM PO SACHE DE 10GR MIKA UNIDADE 460 1,41 648,60

7 64394 CARA IN NATURA KILO 315 4,60 1.449,00

8 64362 CEBOLINHA IN NATURA KILO 430 19,58 8.419,40

9 239 CENOURA IN NATURA KILO 625 3,10 1.937,50

10 61896 CHA DE CAMOMILA SACHE 5G MIKA UNIDADE 480 1,55 744,00

11 71359 CHA DE ERVA DOCE SACHE 07G MIKA UNIDADE 590 1,49 879,10

12 59691 CHA MATE 1x250G MATE LEÃO UNIDADE 1.125 8,34 9.382,50

13 240 CHUCHU IN NATURA KILO 320 3,69 1.180,80

14 57910 CRAVO DA INDIA 1x40G MIKA UNIDADE 245 2,92 715,40

15 80152 ERVA DOCE 60 G MIKA PACOTE 490 2,36 1.156,40

16 80151 ERVILHA LATA 220G OLÉ UNIDADE 255 1,83 466,65

17 255 FUBA 500 GRAMAS MIKA UNIDADE 165 1,54 254,10

18 80154 GENGIBRE IN NATURA KILO 135 7,70 1.039,50

19 23 IOGURTE NATURAL 200GR FRIMESA UNIDADE 350 2,91 1. 018,50

20 72091 IOGURTE SABOR FRUTA 900 G FRIMESA UNIDADE 360 8,81 3.171,60

21 80144 LEITE DE COCO 200 ML MENINA UNIDADE 205 2,25 461,25

22 71355 MELANCIA IN NATURA IN NATURA KILO 7.060 2,69 18.991,40

23 60351 OREGANO SACHE 05 G MIKA UNIDADE 220 0,97 213,40

24 80162 PEIXE DE COURO PINTADO KILO 380 21,84 8.299,20

25 80163 PEIXE DE ESCAMA TAMBAQUI KILO 360 16,99 6.116,40

26 718 PEPINO IN NATURA KILO 517 4,00 2.068,00

27 70809 PRESUNTO PERDIGÃO KILO 430 21,19 9.111,70

28 71957 PROTEINA TEXTURIZADA DE SOJA 1x500G SABOR CARNE BOVINA CAMIL UNIDADE 455 9,34 4.249,70

29 71956 PROTEINA TEXTURIZADA DE SOJA 1x500G SABOR FRANGO CAMIL UNIDADE 455 9,24 4.204,20

30 60358 QUEIJO COALHO. CASEIRO KILO 30 14,20 426,00

31 58365 QUEIJO MUÇARELA SUPREMO KILO 710 21,64 15.364,40

32 70894 QUEIJO PARMESAO RALADO, PACOTE DE 100 G VIGOR PACOTE 80 3,28 262,40

33 80160 RAPADURA SIMPLES IN NATURA UNIDADE 2.115 8,94 18. 908,10

34 58545 REPOLHO BRANCO IN NATURA KILO 2.490 3,36 8.366,40

35 72121 REPOLHO ROXO IN NATURA KILO 540 3,36 1.814,40

36 73437 SAL GROSSO, PACOTE DE 1KG LEBRE PACOTE 68 1,27 86,36

37 80255 SALSA EM MACO IN NATURA UNIDADE 400 4,41 1.764,00

38 80260 SUCO DIET EM PO 09 G CLIGHT UNIDADE 350 1,30 455,00

TOTAL 303.863,37

CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO

6.1. A vigência da Ata de Registro será de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, ou enquanto durar estoque, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93 e do Edital de Pregão Presencial nº 025/2019.

6.2. A fiscalização desta Ata é de responsabilidade da Sra. Gisele Coelho dos Santos Melo, conforme Portaria n.º 8.417, de 21 de agosto de 2019.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Dar-se-á a esta Ata de Registro de Preços a importância global de R$ 303.863,37 (trezentos e três mil oitocentos e sessenta e três reais e trinta e sete centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte rubrica orçamentária no exercício 2019:

02.010.04.122.0001.1002. 3390300000 – 0002

03.010.04.122.0001.2006. 3390300000 – 0051

06.010.12.122.0001.2015. 3390300000 – 0096

06.030.12.306.0012.2055. 3390300000 – 0175

06.030.12.306.0012.2052. 3390300000 – 0172

06.030.12.306.0012.2051. 3390300000 – 0171

06.040.13.392.0015.2081. 3390300000 – 0226

06.030.12.306.0012.2054. 3390300000 – 0174

07.020.10.122.0001.2014.3390300000 – 0328

07.010.10.302.0011.2046. 3390300000 – 0293

07.010.10.301.0010.2044. 3390300000 – 0279

08.010.08.122.0001.2012. 3390300000 – 0339

08.020.08.243.0001.2013. 3390300000 – 0354

10.010.26.782.0001.2020. 3390300000 – 0457

12.010.04.122.0001.2018. 3390300000 – 0507

13.010.27.122.0001.2021. 3390300000 – 0537

14.010.14.122.0001.2022. 3390300000 – 0555

11.2. No próximo exercício a dotação será a vigente no exercício.

Campinápolis - MT, 21 de agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT

CNPJ. 00.965.152/0001-29

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

E S FERREIRA MERCADO ME

CNPJ/MF nº. 00.448.903.0001-30

Eurípedes Silvestre Ferreira

Proprietário

CONTRATADA

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2019

PROCESSO Nº 1703/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2019 – REGISTRO DE PREÇO

Aos 21 dias do mês de agosto de 2019, o Município de Campinápolis – MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, situada à Avenida Benônico José Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis - MT, CEP 78.630-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Jeovan Faria, brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.421-91, residente e domiciliado na Rua Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio Pedro, CEP 78630-000, neste município de Campinápolis - MT, institui a Ata de Registro de Preços nº 30/2019 com a empresa M. A. CAMPOS ME, inscrita no CNPJ nº 08.652.022.0001-48, com sede na Av. Nego Carrim, 870, Centro, CEP: 78.630.000, Campinápolis – MT. Doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo sua Proprietária, Sra. Marcelia Alves Campos, brasileira, Solteira, empresária, portadora da cédula de Identidade nº 1.111.678.1 SJ/MT e do CPF nº 930.459. 991-15, residente e domiciliado na Av. Nego Carrim, 870, Centro, CEP: 78. 630.000, Campinápolis – MT; nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar Federal nº 123/06, da Lei Complementar Federal n° 147/14; do Decreto do Município de Campinápolis - MT nº 2.108/2013, no que couber; e da Lei Federal nº 8.666/93; decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços nº 1703/2019, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

M. A. CAMPOS - ME, CNPJ nº 08.652.022/0001-48

Seq. Cod. Descrição Marca Unidade Quant. Valor Unit. Total

1 233 ABACAXI IN NATURA UNIDADE 1.305 5,89 7.686,45

2 5 ALIMENTO DE SOJA FLUIDO 1x1000ML ADES UNIDADE 720 5,86 4.219,20

3 8 AVEIA EM FLOCOS 400G MIKA UNIDADE 195 6,19 1.207,05

4 247 CARNE BOVINA DE PRIMEIRA IN NATURA KILO 6.530 15,86 103. 565,80

5 72873 CARNE SUINA IN NATURA KILO 800 15,39 12.312,00

6 72068 CHOCOLATE EM BARRA 1 K ARCOR UNIDADE 135 18,89 2. 550,15

7 20 FEIJAO TIPO 1 PCT. 01 KG UNIAO UNIDADE 1.385 4,74 6.564,90

8 80143 GORDURA VEGETAL 1KG SOYA PACOTE 120 6,57 788,40

9 72099 KIWI IN NATURA KILO 180 8,43 1.517,40

10 80185 LEITE EM PO DESNATADO FIT ZERO LATA 300G COM FOSFATO TRICALCIO, VITAMINA A,B,C E D E FERRO E EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA. PIRACANJUBA UNIDADE 152 29,69 4.512,88

11 80145 LEITE EM PO INTEGRAL 400 G VENCEDOR UNIDADE 19.050 8,86 168.783,00

12 70779 LINGUICA CALABRESA EXCELENCIA KILO 420 18,00 7. 560,00

13 72102 LINGUICA DE FRANGO EXCELENCIA KILO 810 13,84 11. 210,40

14 72101 LINGUICA MISTA EXCELENCIA KILO 400 11,83 4.732,00

15 80156 MARACUJA MADURO IN NATURA KILO 570 5,35 3.049,50

16 71959 MOLHO SHOYO 150 ML MIKA UNIDADE 110 2,50 275,00

17 57922 OREGANO 100 G MIKA UNIDADE 450 4,70 2.115,00

18 72283 REQUEIJAO CREMOSO 200 G FRIMESA UNIDADE 150 5,14 771,00

19 37 SAL IODADO EMBALAGEM 1 G CX. C/ 1000 UN VITASAL CAIXA 674 25,87 17.436,38

20 59958 SALSICHA DE FRANGO ESTRELA KILO 1.340 9,69 12.984,60

21 71352 SALSICHA HOT DOG ESTRELA KILO 610 9,29 5.666,90

22 91345 SUCO DE SOJA 200 ML YOKI UNIDADE 600 4,23 2.538,00

23 71961 TRIGO PARA QUIBE 500 G MIKA KILO 355 2,69 954,95

24 72127 UVA ROXA IN NATURA KILO 480 14,66 7.036,80

25 72128 UVA VERDE IN NATURA KILO 480 14,66 7.036,80

26 57945 VAGEM IN NATURA KILO 242 8,46 2.047,32

TOTAL 399.121,88

CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO

6.1. A vigência da Ata de Registro será de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, ou enquanto durar estoque, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93 e do Edital de Pregão Presencial nº 025/2019.

6.2. A fiscalização desta Ata é de responsabilidade da Sra. Silvana Aparecida Bosch, conforme Portaria n.º 8.418, de 21 de agosto de 2019.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Dar-se-á a esta Ata de Registro de Preços a importância global de R$ 399.121,88 (trezentos e noventa e nove mil cento e vinte e um reais e oitenta e oito centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte rubrica orçamentária no exercício 2019:

02.010.04.122.0001.1002. 3390300000 – 0002

03.010.04.122.0001.2006. 3390300000 – 0051

06.010.12.122.0001.2015. 3390300000 – 0096

06.030.12.306.0012.2055. 3390300000 – 0175

06.030.12.306.0012.2052. 3390300000 – 0172

06.030.12.306.0012.2051. 3390300000 – 0171

06.040.13.392.0015.2081. 3390300000 – 0226

06.030.12.306.0012.2054. 3390300000 – 0174

07.020.10.122.0001.2014.3390300000 – 0328

07.010.10.302.0011.2046. 3390300000 – 0293

07.010.10.301.0010.2044. 3390300000 – 0279

08.010.08.122.0001.2012. 3390300000 – 0339

08.020.08.243.0001.2013. 3390300000 – 0354

10.010.26.782.0001.2020. 3390300000 – 0457

12.010.04.122.0001.2018. 3390300000 – 0507

13.010.27.122.0001.2021. 3390300000 – 0537

14.010.14.122.0001.2022. 3390300000 – 0555

11.2. No próximo exercício a dotação será a vigente no exercício.

Campinápolis - MT, 21 de agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT

CNPJ. 00.965.152/0001-29

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

M. A. CAMPOS ME

CNPJ nº 08.652.022.0001-48

Marcelia Alves Campos

Proprietária

CONTRATADA

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2019

PROCESSO Nº 1703/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2019 – REGISTRO DE PREÇO

Aos 21 dias do mês de agosto de 2019, o Município de Campinápolis – MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, situada à Avenida Benônico José Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis - MT, CEP 78.630-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Jeovan Faria, brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.421-91, residente e domiciliado na Rua Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio Pedro, CEP 78630-000, neste município de Campinápolis - MT, institui a Ata de Registro de Preços nº 22/2019 com a empresa R C FARIA - ME, inscrita no CNPJ nº 10.725.523.0001.59, com sede na Rua Alves Ferreira, 910, Setor Centro, CEP: 78.630.000, Campinápolis – MT, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Proprietário, Sr. Rodson Correa Faria, brasileiro, Casado, empresário, portadora da cédula de Identidade nº 992.931 SSP/MT e do CPF nº 580.797. 001.25, residente e domiciliado na Rua Vicente José de Oliveira, 915, Setor Centro, Campinápolis – MT, Cep: 78.630-00; nos termos da Lei nº 10. 520/02, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 7. 892/13, da Lei Complementar Federal nº 123/06, da Lei Complementar Federal n° 147/14; do Decreto do Município de Campinápolis - MT nº 2.108/ 2013, no que couber; e da Lei Federal nº 8.666/93; decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços nº 1703/2019, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

R C FARIA - ME, CNPJ Nº 10.725.523/0001-59

Seq. Cod. Descrição Marca Unidade Quant. Valor Unit. Total

1 57902 ACAFRAO 100 G ARIANE UNIDADE 265 1,50 397,50

2 71078 AGUA MINERAL 1500 ML. CRISTALINA UNIDADE 1.150 2,08 2. 392,00

3 71077 AGUA MINERAL 500 ML. CRISTALINA UNIDADE 10.500 1,64 17.220,00

4 71079 AGUA MINERAL 20 L RONCADOR UNIDADE 2.680 7,65 20. 502,00

5 80174 AGUA MINERAL SEM GAS: COPO 200 ML COM 48 UN CRISTALINA CAIXA 1.005 44,70 44.923,50

6 59206 ALFACE IN NATURA UNIDADE 10.620 2,35 24.957,00

7 87245 ALIMENTO COM PROTEINA ISOLADA DE SOJA PARA DIENTAS COM RESTRICAO DE LACTOSE SUPRA SOY 300 G SOPRASOY UNIDADE 204 17,00 3.468,00

8 70692 AMENDOIM PACOTE DE 500 GR PAXA PACOTE 185 5,91 1. 093,35

9 6 AMIDO DE MILHO 1x1000G SINHA UNIDADE 190 7,50 1.425,00

10 58650 AMIDO DE MILHO 500 G SINHA UNIDADE 595 3,68 2.189,60

11 58338 AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM GARRAFA DE 500 ML COCINEIRO UNIDADE 225 12,65 2.846,25

12 788 AZEITONA VERDE 1x200G TINGUER UNIDADE 585 3,20 1. 872,00

13 72308 BALA DE COCO PACOTE DE 500 G JUNCO PACOTE 1.190 5,90 7.021,00

14 91341 BEBIDA LACTEA DIET EMBALAGEM 170 G PRIMITI UNIDADE 60 3,82 229,20

15 57907 BEBIDA LACTEA 900 ML MORANGO OU CHOCOLATE PRIMITI UNIDADE 830 7,90 6.557,00

16 80138 BICARBONATO SODIO 30 G ARIANE PACOTE 155 1,00 155,00

17 80177 BOMBOM SABOR DIVERSOS 750 G FOFAO PACOTE 770 8,80 6.776,00

18 70707 CAIXA DE BOMBOM 300 GR GAROTO CAIXA 940 8,74 8. 215,60

19 80149 CHOCOLATE EM PO EMBALAGEM DE 400 G APITI UNIDADE 170 4,98 846,60

20 72070 CHOCOLATE GRANULADO 1KG DORI UNIDADE 110 15,41 1. 695,10

21 54815 COLORAU 100G ARIANE UNIDADE 138 3,38 466,44

22 70733 COSTELA BOVINA NOVA CARNE KILO 930 8,77 8.156,10

23 61898 ESSENCIA DE BAUNILHA 30 ML JUNCO UNIDADE 50 4,00 200,00

24 82495 LEITE UHT ZERO LACTOSE 1 LITRO PIRACAMJUBA LITRO 915 4,74 4.337,10

25 24 LEITE DESNATADO 1x1000 ML PIRACAMJUBA UNIDADE 902 4,19 3.779,38

26 70777 LEITE INTEGRAL UHT 1 LITRO VENCEDOR LITRO 2.200 4,62 10.164,00

27 64363 LIMÃO IN NATURA KILO 302 2,30 694,60

28 64390 MACARRAO PADRE NOSSO 1X500 GRAMAS ARAGUAIA UNIDADE 1.230 2,80 3.444,00

29 61901 MACARRAO PARAFUSO 1x500 GR ARAGUAIA UNIDADE 6. 095 2,80 17.066,00

30 72854 MACARRAO PENNE 500 GR PAULISTA UNIDADE 825 2,50 2. 062,50

31 80158 MACARRAO SPAGUETE 1x500 GR ARAGUAIA UNIDADE 5. 625 2,80 15.750,00

32 70890 MANDIOCA IN NATURA IN NATURA KILO 1.665 2,95 4.911,75

33 80161 MOLHO PRONTO DE TOMATE, 520 GR. VALL UNIDADE 415 1,80 747,00

34 72288 NECTAR DE FRUTAS SABOR GOIABA 1000 ML LA FRUT UNIDADE 450 5,10 2.295,00

35 72286 NECTAR DE FRUTAS SABOR LARANJA 1000 ML LA FRUT UNIDADE 460 5,10 2.346,00

36 72287 NECTAR DE FRUTAS SABOR MANGA 1000 ML LA FRUT UNIDADE 450 5,10 2.295,00

37 72285 NECTAR DE FRUTAS SABOR PESSEGO 1000 ML LA FRUT UNIDADE 550 5,10 2.805,00

38 72284 NECTAR DE FRUTAS SABOR UVA 1000 ML LA FRUT UNIDADE 460 5,10 2.346,00

39 58252 PIMENTAO VERDE IN NATURA KILO 325 6,43 2.089,75

40 80167 SAL IODADO REFINADO 1 KG SO SAL KILO 2.880 0,95 2. 736,00

41 58124 TOMATE IN NATIRA KILO 3.110 7,10 22.081,00

42 91339 VINAGRE DE MACA 750ML PAINHA UNIDADE 460 2,50 1. 150,00

TOTAL 266.704,32

CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO

6.1. A vigência da Ata de Registro será de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, ou enquanto durar estoque, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93 e do Edital de Pregão Presencial nº 025/2019.

6.2. A fiscalização desta Ata é de responsabilidade da Sra. Gisele Coelho dos Santos Melo, conforme Portaria n.º 8.417, de 21 de agosto de 2019.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Dar-se-á a esta Ata de Registro de Preços a importância global de R$ 266.704,32 (duzentos e sessenta e seis mil setecentos e quatro reais e trinta e dois centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte rubrica orçamentária no exercício 2019:

02.010.04.122.0001.1002. 3390300000 – 0002

03.010.04.122.0001.2006. 3390300000 – 0051

06.010.12.122.0001.2015. 3390300000 – 0096

06.030.12.306.0012.2055. 3390300000 – 0175

06.030.12.306.0012.2052. 3390300000 – 0172

06.030.12.306.0012.2051. 3390300000 – 0171

06.040.13.392.0015.2081. 3390300000 – 0226

06.030.12.306.0012.2054. 3390300000 – 0174

07.020.10.122.0001.2014.3390300000 – 0328

07.010.10.302.0011.2046. 3390300000 – 0293

07.010.10.301.0010.2044. 3390300000 – 0279

08.010.08.122.0001.2012. 3390300000 – 0339

08.020.08.243.0001.2013. 3390300000 – 0354

10.010.26.782.0001.2020. 3390300000 – 0457

12.010.04.122.0001.2018. 3390300000 – 0507

13.010.27.122.0001.2021. 3390300000 – 0537

14.010.14.122.0001.2022. 3390300000 – 0555

11.2. No próximo exercício a dotação será a vigente no exercício.

Campinápolis - MT, 21 de agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT

CNPJ. 00.965.152/0001-29

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

R C FARIA - ME

CNPJ nº 10.725.523/0001-59

Rodson Correa Faria

Proprietário

CONTRATADA

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2019

PROCESSO Nº 1703/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2019 – REGISTRO DE PREÇO

Aos 21 dias do mês de agosto de 2019, o Município de Campinápolis – MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, situada à Avenida Benônico José Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis - MT, CEP 78.630-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Jeovan Faria, brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.421-91, residente e domiciliado na Rua Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio Pedro, CEP 78630-000, neste município de Campinápolis - MT, institui a Ata de Registro de Preços nº 25/2019 com a empresa REGINA B DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ nº 29.359.431/0001-20, com sede na Avenida Flávio Ferreira Lima, nº 1690, Setor Castilho – CEP 78.630-000, em Campinápolis - MT, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por sua proprietário, Sra. Regina Borges de Oliveira, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de Identidade nº 1500254-3 SEJESP/MT e do CPF nº 988.687.301-97, residente e domiciliada na Rua Geraldo Rodrigues Parreira, nº 1640, Centro, CEP 78.630-000, em Campinápolis - MT; nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar Federal nº 123/06, da Lei Complementar Federal n° 147/14; do Decreto do Município de Campinápolis - MT nº 2.108/2013, no que couber; e da Lei Federal nº 8.666/93; decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços nº 1703/2019, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

REGINA B DE OLIVEIRA, CNPJ Nº 29.359.431/0001-20

Seq. Cod. Descrição Marca Unidade Quant. Valor Unit. Total

1 58273 BISCOITO DE QUEIJO CASEIRO KILO 1.130 27,28 30.826,40

2 72163 BOLO CONFEITADO CASEIRO KILO 670 41,50 27.805,00

3 72269 BOLO DE FUBA DE MILHO CASEIRO KILO 1.080 28,26 30. 520,80

4 80176 BOLO GELADO COM RECHEIO DE COCO EM PAPEL ALUMINIO CASEIRO KILO 270 29,99 8.097,30

5 72853 BOLO RECHEADO COM CHOCOLATE, 80 GR, EMBALAGEM ALUMINIZADA CASEIRO UNIDADE 1.720 4,50 7.740,00

6 72271 BOLO SABOR BAUNILHA CASEIRO KILO 260 26,49 6.887,40

7 72852 BOLO SABOR BAUNILHA, 80 GR, EMBALAGEM ALUMINIZADA CASEIRO UNIDADE 1.710 3,50 5.985,00

8 72270 BOLO SABOR CENOURA CASEIRO KILO 680 27,79 18.897,20

9 72268 BOLO SABOR CHOCOLATE CASEIRO KILO 360 26,49 9.536,40

10 57513 BROA DE MILHO CASEIRO KILO 590 24,22 14.289,80

11 58552 ENROLADINHO DE QUEIJO CASEIRO KILO 820 26,30 21. 566,00

12 72164 ENROLADINHO DE SALSICHA CASEIRO KILO 810 28,99 23. 481,90

13 57515 NHOQUE DOCE CASEIRO KILO 500 22,69 11.345,00

14 72277 PAO DE BATATA KG CASEIRO KILO 450 17,00 7.650,00

15 72112 PAO DE FORMA TRADICIONAL FATIADO 500g CASEIRO UNIDADE 1.120 6,00 6.720,00

16 58276 PAO DE QUEIJO CASEIRO KILO 1.210 28,95 35.029,50

17 251 PAO FRANCES CASEIRO KILO 5.705 9,98 56.935,90

18 64368 PAO MASSA DOCE CASEIRO KILO 3.805 10,39 39.533,95

19 72165 PAO PARA HAMBURGUER CASEIRO KILO 1.010 14,38 14. 523,80

20 254 PAO PARA HOT DOG CASEIRO KILO 650 15,80 10.270,00

21 70814 ROSQUINHA DOCE CASEIRO KILO 415 16,48 6.839,20

22 73440 ROSQUINHA FRITA CASEIRO KILO 325 16,50 5.362,50

23 80179 SALGADINHO PARA EVENTOS TIPO COXINHA DE CARNE C/ 100 UN CASEIRO UNIDADE 317 110,00 34.870,00

24 80178 SALGADINHO PARA EVENTOS TIPO COXINHA DE FRANGO C/ 100 UN CASEIRO UNIDADE 317 110,00 34.870,00

25 80182 SALGADINHO PARA EVENTOS TIPO ENROLADINHO DE PRESUNTO E QUEIJO C/ 100 UN CASEIRO UNIDADE 324 105,00 34. 020,00

26 80181 SALGADINHO PARA EVENTOS TIPO ENROLADINHO DE SALSICHA C/ 100 UN CASEIRO UNIDADE 324 105,00 34.020,00

27 80180 SALGADINHO PARA EVENTOS TIPO ESFIRRA DE CARNE C/ 100 UN CASEIRO UNIDADE 324 105,00 34.020,00

28 72166 SALGADO ASSADO, TORTA, PASTEL, KIBE E ETC. 150 G. CASEIRO UNIDADE 815 4,78 3.895,70

29 72273 SALGADO FRITO TIPO COCHINHA DE CARNE BOVINA, 150G CASEIRO UNIDADE 780 4,59 3.580,20

30 72272 SALGADO FRITO TIPO COCHINHA DE FRANGO, 150G CASEIRO UNIDADE 760 4,59 3.488,40

31 90852 SALGADO FRITO TIPO PASTEL 150 G. CASEIRO UNIDADE 710 4,58 3.251,80

32 80170 SALGADO FRITO TIPO QUIBE 150G CASEIRO UNIDADE 710 4,59 3.258,90

33 72275 SALGADO TIPO ENROLADINHO DE PRESUNTO E QUEIJO. CASEIRO KILO 700 29,70 20.790,00

34 72274 SALGADO TIPO ESFIRRA DE CARNE BOVINA, 150G CASEIRO UNIDADE 860 4,79 4.119,40

TOTAL 614.027,45

CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO

6.1. A vigência da Ata de Registro será de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, ou enquanto durar estoque, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93 e do Edital de Pregão Presencial nº 025/2019.

6.2. A fiscalização desta Ata é de responsabilidade da Sra. Gisele Coelho dos Santos Melo, conforme Portaria n.º 8.417, de 21 de agosto de 2019.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Dar-se-á a esta Ata de Registro de Preços a importância global de R$ 614.027,45 (seiscentos e catorze mil vinte e sete reais e quarenta e cinco centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte rubrica orçamentária no exercício 2019:

02.010.04.122.0001.1002. 3390300000 – 0002

03.010.04.122.0001.2006. 3390300000 – 0051

06.010.12.122.0001.2015. 3390300000 – 0096

06.030.12.306.0012.2055. 3390300000 – 0175

06.030.12.306.0012.2052. 3390300000 – 0172

06.030.12.306.0012.2051. 3390300000 – 0171

06.040.13.392.0015.2081. 3390300000 – 0226

06.030.12.306.0012.2054. 3390300000 – 0174

07.020.10.122.0001.2014.3390300000 – 0328

07.010.10.302.0011.2046. 3390300000 – 0293

07.010.10.301.0010.2044. 3390300000 – 0279

08.010.08.122.0001.2012. 3390300000 – 0339

08.020.08.243.0001.2013. 3390300000 – 0354

10.010.26.782.0001.2020. 3390300000 – 0457

12.010.04.122.0001.2018. 3390300000 – 0507

13.010.27.122.0001.2021. 3390300000 – 0537

14.010.14.122.0001.2022. 3390300000 – 0555

11.2. No próximo exercício a dotação será a vigente no exercício.

Campinápolis - MT, 21 de agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT

CNPJ. 00.965.152/0001-29

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

REGINA B DE OLIVEIRA

CNPJ nº 29.359.431/0001-20

Regina Borges de Oliveira

Proprietária

CONTRATADA

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2019

PROCESSO Nº 1703/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2019 – REGISTRO DE PREÇO

Aos 21 dias do mês de agosto de 2019, o Município de Campinápolis – MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, situada à Avenida Benônico José Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis - MT, CEP 78.630-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Jeovan Faria, brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.421-91, residente e domiciliado na Rua Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio Pedro, CEP 78630-000, neste município de Campinápolis - MT, institui a Ata de Registro de Preços nº 26/2019 com a empresa VANUBIA

FILIPE DE OLIVEIRA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 26.385.051/0001-72, com sede na Avenida Alves Ferreira, nº 1680, Centro – CEP 78.630-000, em Campinápolis - MT, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por sua proprietário, Sra. Vanubia Filipe de Oliveira, brasileira, solteira, empresária, portadora da cédula de Identidade nº 14639327 SSP/MT e do CPF nº 907.893.001-25, residente e domiciliada na Rua Laudelino Domingos de Araujo, nº 1680, Centro, CEP 78.630-000, em Campinápolis - MT; nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar Federal nº 123/06, da Lei Complementar Federal n° 147/14; do Decreto do Município de Campinápolis - MT nº 2.108/2013, no que couber; e da Lei Federal nº 8.666/93; decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços nº 1703/2019, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

VANUBIA FILIPE DE OLIVEIRA EIRELI - EPP, CNPJ Nº 26.385.051/0001-72

Seq. Cod. Descrição Marca Unidade Quant. Valor Unit. Total

1 57905 ADOCANTE 1X100 ML ADOCYL UNIDADE 69 2,97 204,93

2 54812 ADOCANTE DIETETICO 1x75 ML ADOCYL UNIDADE 148 2,35 347,80

3 91338 CAFE SOLUVEL 250 G NESCAFE UNIDADE 70 11,72 820,40

4 248 CARNE BOVINA 2ª BOVINA KILO 6.140 14,41 88.477,40

5 80150 COCO MADURO COM AGUA IN NATURA UNIDADE 250 2,82 705,00

6 13 COCO RALADO 1x100G LA VIOLETEIRA UNIDADE 250 2,50 625,00

7 57509 COXA E SOBRECOXA SEARA KILO 1.870 8,49 15.876,30

8 71351 FIGADO BOVINO BOVINA KILO 190 4,91 932,90

9 72096 JILO IN NATURA KILO 305 6,58 2.006,90

10 70794 MACA NACIONAL IN NATURA KILO 7.610 5,89 44.822,90

11 57919 MARGARINA 1x1 KG SOYA UNIDADE 400 8,99 3.596,00

12 58549 MARGARINA 500G SOYA UNIDADE 1.875 4,39 8.231,25

13 80256 MARGARINA LIGHT 500G SOYA UNIDADE 215 5,19 1.115,85

14 85266 MELAO IN NATURA KILO 660 5,49 3.623,40

15 58669 OVOS DE GRANJA 1 X 12 CAMPO BELO DUZIA 1.540 5,69 8.762,60

16 58323 PEITO DE FRANGO CONGELADO SEARA KILO 1.540 9,75 15.015,00

17 72113 PERA IN NATURA KILO 460 10,45 4.807,00

18 80261 REQUEIJAO LIGHT 250G FRIMESA UNIDADE 220 6,69 1.471,80

TOTAL 201.442,43

CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO

6.1. A vigência da Ata de Registro será de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, ou enquanto durar estoque, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93 e do Edital de Pregão Presencial nº 025/2019.

6.2. A fiscalização desta Ata é de responsabilidade da Sra. Silvana Aparecida Bosch, conforme Portaria n.º 8.418, de 21 de agosto de 2019.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Dar-se-á a esta Ata de Registro de Preços a importância global de R$ 201.442,43 (duzentos e um mil quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta e três centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte rubrica orçamentária no exercício 2019:

02.010.04.122.0001.1002. 3390300000 – 0002

03.010.04.122.0001.2006. 3390300000 – 0051

06.010.12.122.0001.2015. 3390300000 – 0096

06.030.12.306.0012.2055. 3390300000 – 0175

06.030.12.306.0012.2052. 3390300000 – 0172

06.030.12.306.0012.2051. 3390300000 – 0171

06.040.13.392.0015.2081. 3390300000 – 0226

06.030.12.306.0012.2054. 3390300000 – 0174

07.020.10.122.0001.2014.3390300000 – 0328

07.010.10.302.0011.2046. 3390300000 – 0293

07.010.10.301.0010.2044. 3390300000 – 0279

08.010.08.122.0001.2012. 3390300000 – 0339

08.020.08.243.0001.2013. 3390300000 – 0354

10.010.26.782.0001.2020. 3390300000 – 0457

12.010.04.122.0001.2018. 3390300000 – 0507

13.010.27.122.0001.2021. 3390300000 – 0537

14.010.14.122.0001.2022. 3390300000 – 0555

11.2. No próximo exercício a dotação será a vigente no exercício.

Campinápolis - MT, 21 de agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT

CNPJ. 00.965.152/0001-29

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

VANUBIA FILIPE DE OLIVEIRA EIRELI

CNPJ nº 26.385.051/0001-72

Vanubia Filipe de Oliveira

Proprietária

CONTRATADA

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2019

PROCESSO Nº 1703/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2019 – REGISTRO DE PREÇO

Aos 21 dias do mês de agosto de 2019, o Município de Campinápolis – MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, situada à Avenida Benônico José Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis - MT, CEP 78.630-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Jeovan Faria, brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.421-91, residente e domiciliado na Rua Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio Pedro, CEP 78630-000, neste município de Campinápolis - MT, institui a Ata de Registro de Preços nº 23/2019 com a empresa E. B. DE TOLEDO SILVA - ME, inscrita no CNPJ nº 08.158.639/0001-01, com sede na Rua Vereador Amélio Ribeiro, nº 800, Centro, em Campinápolis – MT, Cep: 78.630-000, doravante denominada CONTRATADA, represen-

tada neste ato por sua proprietária Sra. Elenir Batista de Toledo, brasileira, divorciada, empresária, portadora da cédula de Identidade nº 1701718 SSP/GO e do CPF nº 394344601-82; nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar Federal nº 123/06, da Lei Complementar Federal n° 147/14; do Decreto do Município de Campinápolis - MT nº 2.108/2013, no que couber; e da Lei Federal nº 8.666/93; decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços nº 1703/2019, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

E. B. DE TOLEDO SILVA, CNPJ Nº 08.158.639/0001-01

Seq. Cod. Descrição Marca Unidade Quant. Valor Unit. Total

1 70694 BACON REZENDE KILO 190 19,85 3.771,50

2 58660 EXTRATO DE TOMATE 340G BONARE UNIDADE 700 2,98 2. 086,00

3 71384 EXTRATO DE TOMATE 850 GR BONARE UNIDADE 585 4,01 2. 345,85

4 70807 FRANGO CONGELADO SUPERFRANGO KILO 755 7,90 5. 964,50

5 71354 MAMAO COMUM INATURA KILO 1.840 6,69 12.309,60

6 72105 MAMAO PAPAIA INATURA KILO 930 6,65 6.184,50

7 80157 NOS MOSCADA MOIDA DE 20G SOL PACOTE 105 1,81 190,05

8 57516 PAO DE FORMA FATIADO INTEGRAL 500 G VISCONTI UNIDADE 380 8,70 3.306,00

9 80231 PAO DE FORMA INTEGRAL LIGHT 500 G VISCONTI UNIDADE 290 10,50 3.045,00

10 72281 REFRIGERANTE SABOR COLA DE 2 LITROS PINGOS MARAJA UNIDADE 1.415 3,79 5.362,85

11 72282 REFRIGERANTE SABOR GUARANA DE 2 LITROS SABORAKI UNIDADE 1.455 3,79 5.514,45

12 72279 REFRIGERANTE SABOR LARANJA DE 2 LITROS SABORAKI UNIDADE 1.455 3,79 5.514,45

13 72280 REFRIGERANTE SABOR LIMAO DE 2 LITROS SABORAKI UNIDADE 1.445 3,79 5.476,55

14 80183 SARDINHA EM MOLHO DE TOMATE 125G ROBSON CRUSOE UNIDADE 10.590 3,39 35.900,10

15 80184 SARDINHA EM OLEO 125G ROBSON CRUSOE UNIDADE 10. 690 3,29 35.170,10

16 71362 SUCO CONCENTRADO SABOR ABACAXI 1x500 ML DAFRUTA UNIDADE 1.430 7,70 11.011,00

17 61725 SUCO CONCENTRADO SABOR ACEROLA, 1X500ML DAFRUTA UNIDADE 1.250 7,70 9.625,00

18 71365 SUCO CONCENTRADO SABOR CAJU 1x500 ML DAFRUTA UNIDADE 1.705 4,04 6.888,20

19 71366 SUCO CONCENTRADO SABOR GOIABA 1x500 ML DAFRUTA UNIDADE 1.080 7,70 8.316,00

20 73438 SUCO CONCENTRADO SABOR LARANJA 1x500 ML DAFRUTA UNIDADE 980 7,70 7.546,00

21 71367 SUCO CONCENTRADO SABOR MANGA 1x500 ML DAFRUTA UNIDADE 950 7,70 7.315,00

22 71364 SUCO CONCENTRADO SABOR MARACUJA 1x500 ML DAFRUTA UNIDADE 1.125 7,70 8.662,50

23 71363 SUCO CONCENTRADO SABOR TAMARINDO 1x500 ML DAFRUTA UNIDADE 1.334 7,70 10.271,80

24 72129 UVA PASSAS 200 GR LA VIOLETEIRA PACOTE 180 4,54 817,20

TOTAL 202.594,20

CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO

6.1. A vigência da Ata de Registro será de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, ou enquanto durar estoque, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93 e do Edital de Pregão Presencial nº 025/2019.

6.2. A fiscalização desta Ata é de responsabilidade da Sra. Gisele Coelho dos Santos Melo, conforme Portaria n.º 8.417, de 21 de agosto de 2019.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Dar-se-á a esta Ata de Registro de Preços a importância global de R$ 202.594,20 (duzentos e dois mil quinhentos e noventa e quatro reais e vinte centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte rubrica orçamentária no exercício 2019:

02.010.04.122.0001.1002. 3390300000 – 0002

03.010.04.122.0001.2006. 3390300000 – 0051

06.010.12.122.0001.2015. 3390300000 – 0096

06.030.12.306.0012.2055. 3390300000 – 0175

06.030.12.306.0012.2052. 3390300000 – 0172

06.030.12.306.0012.2051. 3390300000 – 0171

06.040.13.392.0015.2081. 3390300000 – 0226

06.030.12.306.0012.2054. 3390300000 – 0174

07.020.10.122.0001.2014.3390300000 – 0328

07.010.10.302.0011.2046. 3390300000 – 0293

07.010.10.301.0010.2044. 3390300000 – 0279

08.010.08.122.0001.2012. 3390300000 – 0339

08.020.08.243.0001.2013. 3390300000 – 0354

10.010.26.782.0001.2020. 3390300000 – 0457

12.010.04.122.0001.2018. 3390300000 – 0507

13.010.27.122.0001.2021. 3390300000 – 0537

14.010.14.122.0001.2022. 3390300000 – 0555

11.2. No próximo exercício a dotação será a vigente no exercício.

Campinápolis - MT, 21 de agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT

CNPJ. 00.965.152/0001-29

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

E. B. DE TOLEDO SILVA – ME

CNPJ nº 08.158.639/0001-01

Elenir Batista de Toledo

Proprietária

CONTRATADA

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2019

PROCESSO Nº 1703/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2019 – REGISTRO DE PREÇO

Aos 21 dias do mês de agosto de 2019, o Município de Campinápolis – MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, situada à Avenida Benônico José Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis - MT, CEP 78.630-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Jeovan Faria, brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.421-91, residente e domiciliado na Rua Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio Pedro, CEP 78630-000, neste município de Campinápolis - MT, institui a Ata de Registro de Preços nº 27/2019 com a empresa A. SILVERIO GOMES - ME, inscrita no CNPJ nº 20.498.464/0001-87, com sede na Rua Vereador Amélio Ribeiro, nº 830, Centro, Campinápolis – MT, Cep: 78.630-000, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por seu Procurador, Sr. Jorge Eustaquio Teixeira, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de Identidade nº 360.2687 DGPC/GO e do CPF nº 834.542.761.87; nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3. 555/00, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar Federal nº 123/06, da Lei Complementar Federal n° 147/14; do Decreto do Município de Campinápolis - MT nº 2.108/2013, no que couber; e da Lei Federal nº 8.666/93; decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços nº 1703/2019, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

A. SILVERIO GOMES - ME, CNPJ Nº 20.498.464/0001-87

Seq. Cod. Descrição Marca Unidade Quant. Valor Unit. Total

1 2 ACHOCOLATADO 1 X 800GR. MARILU UNIDADE 2.350 10,12 23. 782,00

2 73448 ACHOCOLATADO DIET 1 X 400GR. GOOD UNIDADE 152 18,05 2.743,60

3 58523 ACUCAR MASCAVO 1x500 G MASCAVO UNIDADE 145 9,02 1. 307,90

4 80147 ACUCAR PCT. 2 KG BOM DOCE UNIDADE 5.240 3,34 17. 501,60

5 80146 ACUCAR REFINADO 1 KG UNIAO PACOTE 300 3,07 921,00

6 72061 BALAS MASTIGAVEIS SABOR SORTIDO, PACOTE DE 600 G FLORESTAL PACOTE 1.980 5,42 10.731,60

7 61353 BANANA DA TERRA IN NATURA KILO 500 3,95 1.975,00

8 70695 BANANA MACA IN NATURA KILO 3.870 3,39 13.119,30

9 70696 BANANA NANICA IN NATURA KILO 1.620 3,95 6.399,00

10 64393 BANANA PRATA IN NATURA KILO 1.230 4,83 5.940,90

11 64361 BERINJELA IN NATURA KILO 335 4,67 1.564,45

12 80188 BISCOITO DE POLVILHO TRADICIONAL 100 G CASSINI UNIDADE 1.180 4,61 5.439,80

13 80148 CAFE 1x250 G FAZENDA UNIDADE 4.110 4,83 19.851,30

14 58348 CREME DE LEITE 1x200 GR MOCOCA UNIDADE 585 2,85 1. 667,25

15 57911 EXTRATO DE TOMATE 130G QUERO UNIDADE 390 1,90 741,00

16 61899 FARELO DE TRIGO 1x300G ARMA ZEN UNIDADE 75 6,75 506,25

17 54818 FARINHA LACTEA 1x400 GR LACTA UNIDADE 100 10,80 1. 080,00

18 80187 GELATINA DIET 12 G SABOR CEREJA ROYAL UNIDADE 325 2,38 773,50

19 80153 GELEIA DE FRUTAS 200 G SO FRUTA UNIDADE 1.000 4,68 4.680,00

20 80155 GOIABADA 1 KG SO FRUTA UNIDADE 135 4,70 634,50

21 70774 LARANJA PERA IN NATURA KILO 11.420 2,08 23.753,60

22 70775 LEITE CONDENSADO 395 G NENE UNIDADE 480 3,60 1. 728,00

23 72103 MAIONESE 500 G MARIA UNIDADE 258 3,80 980,40

24 80139 MASSA PARA LASANHA 200 G LIANE PACOTE 465 2,90 1. 348,50

25 71960 MOSTARDA 1000 ml MIKA UNIDADE 95 4,80 456,00

26 80159 OLEO DE MILHO 1x900 ML VITALVI UNIDADE 255 7,33 1. 869,15

27 58538 OLEO DE SOJA 1x900 ML SOYA UNIDADE 11.370 3,49 39. 681,30

28 80136 PIMENTA DO REINO MOIDA PCT 50GR MIKA PACOTE 105 2,70 283,50

29 72114 PIRULITO VARIOS SABORES 800G FLORESTAL PACOTE 800 11,23 8.984,00

30 72867 PO PARA GELATINA, EMBALAGEM DE 1KG QUALI MAX UNIDADE 134 16,19 2.169,46

31 80137 TEMPERO COMPLETO 300 G CUIABANO UNIDADE 195 2,70 526,50

32 80164 VINAGRE DE ALCOOL 750ML COSCANO UNIDADE 190 2,35 446,50

TOTAL 203.586,86

CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO

6.1. A vigência da Ata de Registro será de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, ou enquanto durar estoque, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93 e do Edital de Pregão Presencial nº 025/2019.

6.2. A fiscalização desta Ata é de responsabilidade da Sra. Silvana Aparecida Bosch, conforme Portaria n.º 8.418, de 21 de agosto de 2019.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Dar-se-á a esta Ata de Registro de Preços a importância global de R$ 203.586,86 (duzentos e três mil quinhentos e oitenta e seis reais e oitenta e seis centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte rubrica orçamentária no exercício 2019:

02.010.04.122.0001.1002. 3390300000 – 0002

03.010.04.122.0001.2006. 3390300000 – 0051

06.010.12.122.0001.2015. 3390300000 – 0096

06.030.12.306.0012.2055. 3390300000 – 0175

06.030.12.306.0012.2052. 3390300000 – 0172

06.030.12.306.0012.2051. 3390300000 – 0171

06.040.13.392.0015.2081. 3390300000 – 0226

06.030.12.306.0012.2054. 3390300000 – 0174

07.020.10.122.0001.2014.3390300000 – 0328

07.010.10.302.0011.2046. 3390300000 – 0293

07.010.10.301.0010.2044. 3390300000 – 0279

08.010.08.122.0001.2012. 3390300000 – 0339

08.020.08.243.0001.2013. 3390300000 – 0354

10.010.26.782.0001.2020. 3390300000 – 0457

12.010.04.122.0001.2018. 3390300000 – 0507

13.010.27.122.0001.2021. 3390300000 – 0537

14.010.14.122.0001.2022. 3390300000 – 0555

11.2. No próximo exercício a dotação será a vigente no exercício.

Campinápolis - MT, 21 de agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT

CNPJ. 00.965.152/0001-29

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

XXXXXXXX

CNPJ nº XXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXX

Procurador

CONTRATADA

SETOR DE LICITAÇÕES
ATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 1895/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019.

OBJETO: Registro de preços para a futura e eventual contratação de empresa especializada em software de gestão pública integrada..

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

HOMOLOGAR o processo da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 026/2019, do tipo menor preço por item, no sistema de registro de preços, cujo para a futura e eventual contratação de empresa especializada em software de gestão pública integrada para fornecimento de licenças de uso (locação) com acesso ilimitado de usuários, migração de dados, implantação, treinamento, manutenção e suporte técnico em Software para Gestão de Orçamento, Planejamento, Tesouraria, Contabilidade e Geração de Informações para TCE-MT; Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento; Holerite na Web, Gestão do e-Social; Gestão da Tributação Municipal na Web; Portal do Contribuinte; Gestão do ISSQN e Emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica; Gestão de Almoxarifado; Gestão da Educação Municipal; Gestão de Compras e Licitação na Web; Gestão de Frotas; Gestão de Protocolo na Web; Gestão da Saúde Municipal; Gestão do Patrimônio Público; Portal da Transparência; Business Intelligence; Gestão do Controle Interno; e Provimento de Data Center; tudo isso com pleno atendimento à Lei N° 4.320/64, à Lei de Responsabilidade Fiscal, à NBCASP e às normativas do TCE-MT. Conforme especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência; cuja vencedora foi a empresa SOFTWARE BRASIL LTDA, CNPJ nº 26.804.377/0004-30, total R$ 300.000,00 (trezentos e mil reais)

Devendo ser pago mediante a execução dos serviços, com a fatura em documento válido, após o atesto de seu recebimento.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, 26 de agosto de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019

O Município de Campinápolis – MT torna público que no Pregão Presencial nº 026/2019, do tipo menor preço por item, no sistema de registro de preços, para a futura e eventual contratação de empresa especializada em software de gestão pública integrada para fornecimento de licenças de uso (locação) com acesso ilimitado de usuários, migração de dados, implantação, treinamento, manutenção e suporte técnico em Software para Gestão de Orçamento, Planejamento, Tesouraria, Contabilidade e Geração de Informações para TCE-MT; Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento; Holerite na Web, Gestão do e-Social; Gestão da Tributação Municipal na Web; Portal do Contribuinte; Gestão do ISSQN e Emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica; Gestão de Almoxarifado; Gestão da Educação Municipal; Gestão de Compras e Licitação na Web; Gestão de Frotas; Gestão de Protocolo na Web; Gestão da Saúde Municipal; Gestão do Patrimônio Público; Portal da Transparência; Business Intelligence; Gestão do Controle Interno; e Provimento de Data Center; tudo isso com pleno atendimento à Lei N° 4.320/64, à Lei de Responsabilidade Fiscal, à NBCASP e às normativas do TCE-MT; foi vencedora a empresa SOFTWARE BRASIL LTDA, CNPJ nº 26.804.377/0004-30, total R$ 300.000,00 (trezentos e mil reais)

Campinápolis-MT, 26 de agosto de 2019. Gilberto Francisco R. de Paula – Pregoeiro.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019

PROCESSO Nº 907/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019 – REGISTRO DE PREÇO

Aos 17 dias do mês de julho de 2019, o Município de Campinápolis – MT, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, situada à Avenida Benônico José Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis - MT, CEP 78.630-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **Jeovan Faria**, brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.421-91, residente e domiciliado na Rua Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio Pedro, CEP 78630-000, neste município de Campinápolis - MT, institui a **Ata de Registro de Preços nº 12/2019** com a empresa **J. C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.073.488.0001-01, e Inscrição Estadual nº 13376611-3, com sede na Av: Fernando Correa, 4413, Coxipó, CEP:

78.080.000 Cuiabá – MT. Doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por sua Procuradora, Sra. **Alice Souza Garcia**, brasileira, casada, Representante Comercial, portador da cédula de Identidade nº 070296 SSP/MT e do CPF/MF nº. 175.585.141-34, residente e domiciliada na Av. Haiti, 1402, Jardim das Américas, CEP: 78.060.318 Cuiabá – MT; nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar Federal nº 123/06, da Lei Complementar Federal n° 147/14; do Decreto do Município de Campinápolis - MT nº 2.108/2013, no que couber; e da Lei Federal nº 8.666/93; decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços nº 0xx/2019, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. CLÁUSULA PPRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto do presente instrumento é o Registro de Preços para a Futura e eventual contratação de empresa especializada na comercialização de materiais de limpeza, cama, mesa, banho, aviamentos e outros conforme Termo de Referência.

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

J. C. BAPTISTA CNPJ Nº 11.073.488/0001-01							
Seq.	**Cod.**	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Total**
1	70703	BOLSA PARA MATERNIDADE	**E.FELIZ**	**UNIDADE**	120	37,90	4.548,00
2	70422	CALÇA COM PE PARA BEBE	**MAFESSONE**	**UNIDADE**	120	7,59	910,80
3	71134	CALCA SEM PE PARA BEBE	**MAFESSONE**	**UNIDADE**	120	7,59	910,80
4	88540	CAMISETA ADULTO GOLA VIES, MALHA POLIVISCOSE (PV), 67% POLISTER E 33% VISCOSE, FIO 30/01, 165 G/M², BAINHADA C/ 2 CM , MANGAS CURTAS, NA COR BRANCA, COM LOGOMARCAS IMPRESSA EM SILK-SCREEN NA FRENTE E NAS COSTAS. NOS TAMANHOS P M G E GG.	**STILLUS**	**UNIDADE**	1300	17,29	22.477,00
5	88539	CAMISETA INFANTIL GOLA VIES, MALHA POLIVISCOSE (PV), 67% POLISTER E 33% VISCOSE, FIO 30/01, 165 G/M², BAINHADA C/ 2 CM , MANGAS CURTAS, NA COR BRANCA, COM LOGOMARCAS IMPRESSA EM SILK-SCREEN NA FRENTE E NAS COSTAS. TAMANHOS 04, 06, 08,010,012 E 14 ANOS	**STILLUS**	**UNIDADE**	670	17,30	11.591,00
6	80337	CERRETILHA DE CORTE E COSTURA	**CORRENTE**	**UNIDADE**	32	44,60	1.427,20
7	91010	CHINELO PERSONALIZADO TIRAS ANATOMICASDE SILICONE ,SOLADO BRANCO DE 15MM,80% BORRACHA E 20% EVA,NUMERACAO PADRAO DO 19 AO 44, BRANCA,AZUL,ROSA,DOURADO,ESTAMPAGEM PERSOLALIZADACOM LOGOMARCA/FRASE,POR SUBLIMACAO NO TECIDODE ALTA QUALIDADE	**C. PERSONALIZE**	**UNIDADE**	300	45,65	13.695,00
8	70415	COBERTORES PARA RECEM NASCIDO	**INCONFRAL**	**UNIDADE**	120	22,65	2.718,00
9	91011	COPO LONG DRINK,350ML,PERSONALIZADO,ALT.15,40CM,LARG.6CM,COMP. 6CM,PESO 69G,COR BRANCA,AZUL,ROSA,TRANSPARENTE,PERSONALIZACAOEM TRANSFER,COM LOGOMARCA OU FRASE	**AMALU**	**UNIDADE**	3000	3,15	9.450,00
10	57495	ELASTICO N 10 PECA C/ 10 M	**S JOSE**	**METRO**	150	8,99	1.348,50
11	72359	ENCHIMENTO SILICONADO PARA ALMOFADAS.	**SOFT**	**KILO**	50	24,95	1.247,50
12	73462	ESPUMA DE ALMOFADAS	**SFOT**	**METRO**	160	26,08	4.172,80
13	72141	FORMA PARA BISCUIT FORMATOS VARIADOS	**ARANHA**	**UNIDADE**	60	5,95	357,00
14	70420	FRALDA DE PANO BORDADA C/5	**INCONFRAL**	**UNIDADE**	120	14,00	1.680,00
15	86306	FRANJA (FRANJINHA) DE CETIM EM CORES VARIADAS 1 UN. LARGURA: 3,5 CM, COMPRIMENTO 20 MTS, COMPOSICAO 40 % ALGODAO, 30% POLIAMIDA, 15% VISCOSE E 15% FIO METALICO, UTILIZADAS PARA ACABAMENTOS E DECORACOES	**ARANHA**	**METRO**	100	6,48	648,00
16	91039	LENCOL PARA HOSPITAL, COM ELASTICO, TAMANHO SOLTEIRAO, LISO, COR BRANCA, EM TECIDO 100% ALGODAO	**P ANJO**	**UNIDADE**	280	36,95	10.346,00
17	91040	LENCOL PARA HOSPITAL, SEM ELASTICO, TAMANHO SOLTEIRAO, LISO, COR BRANCA, EM TECIDO 100% ALGODAO	**P ANJO**	**UNIDADE**	130	24,95	3.243,50
18	72367	LINHA DE COSTURA 100% ALGODAO CONE 5000 M COM CORES VARIADAS	**LINHANIL**	**UNIDADE**	235	6,99	1.642,65
19	70859	LINHA DE COSTURA 100% POLIESTER CORES VARIADAS FIO 120 CONE DE 5000 JDS	**LINHANIL**	**UNIDADE**	25	6,99	174,75
20	71975	LUVA DE LIMPEZA CANO LONGO TAM. G	**SSELFT**	**PAR**	903	2,89	2.609,67
21	71973	LUVA DE LIMPEZA CANO LONGO TAM. M	**SSELFT**	**PAR**	2133	2,89	6.164,37
22	71974	LUVA DE LIMPEZA CANO LONGO TAM. P	**SSELFT**	**PAR**	972	2,89	2.809,08
23	70424	MACACAO PERNA CURTA PARA BEBE	**SOPHI**	**UNIDADE**	120	7,99	958,80
24	57506	MALHA DE ALGODAO	**C RICA**	**METRO**	1460	9,97	14.556,20
25	70421	MANTA PARA BEBE	**INCONFRAL**	**UNIDADE**	120	21,44	2.572,80
26	72360	MEADA DE LINHA MOLINE PARA PONTO CRUZ EM CORES VARIADOS	**CORRENTE**	**UNIDADE**	500	2,11	1.055,00
27	80463	MORDEDOR DE SILICONE PARA BEBE	**PITICA**	**UNIDADE**	100	3,99	399,00
28	72931	PANELA DE ALUMINIO BATIDO COM TAMPA, CAPACIDADE 30 LITROS	**AMT**	**UNIDADE**	46	115,99	5.335,54
29	72217	PANO MULTI USO	**ALKLIN**	**PACOTE**	370	1,21	447,70
30	80326	REGULADOR PARA SUTIA	**RITAS**	**PAR**	50	3,40	170,00
31	80416	REMOVEDOR DE PONTOS	**ARANHA**	**UNIDADE**	55	9,75	536,25
32	110	RODO BASE EM BORRACHA SIMPLES, COM 30CM DE LARGURA E CABO EM MADEIRA	**CEMA**	**UNIDADE**	198	5,20	1.029,60
33	54585	SABONETE LIQUIDO 500 ML	**MINEIRINHA**	**UNIDADE**	420	3,99	1.675,80
34	72226	SABONETE LIQUIDO PARA MAOS ANTISSEPTICO 1000 ML	**MINEIRINHA**	**UNIDADE**	813	4,24	3.447,12

35	91014	SACOLA ECOBAG CONFECCIONADA EM ALGODAO CRU,MEDINDO 40X40 CM,PARA PERSONALIZAR,ESTAMPA COM LOGOMARCA OU FRASE IMPRESSA EM SILKSCRE-EN NA FRENTE NAS COSTAS	**P ANJO**	**UNIDADE**	150	29,88	4.482,00
36	80366	TECIDO DE MALHA DE ALGODAO CORES VARIADAS	**C RICA**	**METRO**	750	12,99	9.742,50
37	57502	TECIDO VOAL	**ADAR**	**METRO**	550	8,99	4.944,50
38	64388	VASILHA PLASTICA COM TAMPA 4 LITROS	**RICHIOTTO**	**UNIDADE**	297	5,90	1.752,30
TOTAL							**157.276,73**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Dar-se-á a esta Ata de Registro de Preços a importância global de **R$ 157.276,73 (cento e cinquenta e sete mil duzentos e setenta e seis reais e setenta e três centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte rubrica orçamentária no exercício 2019:

Código: 03.010.04.122.0001.2006.3990390000 – RED.0051

Código: 06.010.12.122.0001.2015.3990390000 – RED.0096

Código: 06.020.12.361.0012.2075.3990390000 – RED.0132

Código: 06.020.12.365.0012.2069.3990390000 – RED.0151

Código: 06.020.12.365.0012.2069.3990390000 – RED.0151

Código: 06.040.13.392.0015.2081.3990390000 – RED.0226

Código: 07.010.10.301.0010.2044.3990390000 – RED.0279

Código: 07.010.10.302.0011.2046.3990390000 – RED.0293

Código: 07.010.10.301.0010.2044.3990390000 – RED.0279

Código: 07.010.10.301.0010.2044.3990390000 – RED.0293

Código: 08.010.08.122.0001.2012.3990390000 – RED.0339

Código: 08.020.08.243.0001.2013.3990390000 – RED.0354

Código: 10.010.26.782.0008.2020.3990390000 – RED.0457

Código: 14.010.14.122.0001.2022.3990390000 – RED.0555

3.2. No próximo exercício a dotação será a vigente no exercício.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO

4.1. A vigência da Ata de Registro será de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, ou enquanto durar estoque, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93 e do Edital de Pregão Presencial nº 20/2019.

4.2. A fiscalização desta Ata é de responsabilidade da Senhora **Maria Lúcia Esteves Pimenta, conforme Portaria nº 8371, de 17 de julho de 2019.**

Campinápolis - MT, 17 de julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT

CNPJ. 00.965.152/0001-29

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

J. C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA

CNPJ/MF nº. 11.073.488.0001-01

Alice Souza Garcia

Procuradora

CONTRATADA

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2019

PROCESSO Nº 1703/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2019 – REGISTRO DE PREÇO

Aos 21 dias do mês de agosto de 2019, o Município de Campinápolis – MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, situada à Avenida Benônico José Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis - MT, CEP 78.630-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Jeovan Faria, brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.

421-91, residente e domiciliado na Rua Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio Pedro, CEP 78630-000, neste município de Campinápolis - MT, institui a Ata de Registro de Preços nº 29/2019 com a empresa NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 06.372.763/0001-40, com sede na Avenida das Flores, nº 334, Qd. 28 Lt. 4, Jardim Cuiabá – CEP 78. 043-172, em Cuibá - MT, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo seu sócio Administrador, Sr. Domingos Esteves Iglesias, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da cédula de Identidade nº 1571378-4 SSP/MT e do CPF nº 990.266.861-53, residente e domiciliado na Av. Primavera, nº 500, Condomínio Florais Cuiabá, CEP 78. 049-414, em Cuiabá - MT; nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar Federal nº 123/06, da Lei Complementar Federal n° 147/14; do Decreto do Município de Campinápolis - MT nº 2.108/2013, no que couber; e da Lei Federal nº 8.666/93; decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços nº 1703/2019, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALRES LTDA-ME, CNPJ nº 06.372.763/0001-40

Seq. Cod. Descrição Marca Unidade Quant. Valor Unit. Total

1 81210 APTAMIL PEPTI 400G, PROTEINA HIDRO. DO SORO DE LEITE MALTODEXTRINA, OLEOS VEGETAIS (PALMA, CANOLA, COCO E GIRASSOL), ACTOOLIGOSSACARIDEOS (GOS), FRUTOOLIGOSSACARIDEOS (FOS), FOSFATO TRICALCICO, CLORETO DE POTASSIO VITAMINA "A, "B12, "B1, "C, "E E " K DANONE-APTAMIL PEPTI-LATA 400G UNIDADE 317 60,00 19.020,00

2 87244 APTAMIL PRE 400G NESTLE-PRE NAN-LATA 400G UNIDADE 121 65,50 7.925,50

3 87243 APTAMIL PRO EXPERT AR 400G NESTLE-NAN AR-LATA 400G UNIDADE 111 20,00 2.220,00

4 54814 CEREAL DE ARROZ 1x400 GR NESTLE-MUCILON ARROZ-LATA 400G UNIDADE 100 5,00 500,00

5 61720 CEREAL DE MILHO 1x400 GR NESTLE-MUCILON MILHO-LATA 400G UNIDADE 100 5,00 500,00

6 58535 LEITE EM PO P/ CRIANCA DE 0 A 06 MESES 1x800 G NESTLE-NESTOGENO 1 - LATA 800G UNIDADE 322 22,00 7.084,00

7 54284 LEITE EM PO P/ CRIANCA DE 06 A 12 MESES 1x800 G NESTLE-NESTOGENO 2 - LATA 800G UNIDADE 372 19,00 7.068,00

8 91336 LEITE NOVAMIL RICE FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E OU CRIANCAS DE PRIMEIRA INFANCIA DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERAPICAS ESPECIFICAS COM RESTRICAO A LACTOSE 400 GRAMAS NESTLE-NAN SEM LACTOSE 400G UNIDADE 160 31,00 4.960,00

9 91580 NUTRISON- NUTRICAO ENTERAL EM PO A BASE DE PROTEINA DE SOJA, RICA EM ISOFLAVONAS. ADICIONADA COM O EXCLUSIVO MF6(1), 60% FIBRAS SOLUVEIS 40% INSOLUVEIS. HIPOSSODICA, ISENTA DE SACAROSE E LACTOSE (1)- MF6: FOS, INULINA, GOMA ARABICA, LATA 800 G DANONE-NUTRISON SOYA MF 800G UNIDADE 100 58,00 5.800,00

10 80186 PEPTAMEM JUNIOR 400G 100% PROTEINA DO SORO DE LEITE HIDROLIZADA A BASE DE NEPTIDEOS, COM FONTE PROTEICA DO SORO DO LEITE HIDROLISADO, COMBINACAO DE LIPIDEOS - TCM TCL PRODIET-PEPTMAX 400G UNIDADE 262 128,80 33.745,60

11 91335 PREGOMIN PEPTI E UMA DIETA (LEITE) SEMI-ALIMENTAR E HIPOALERGENICA A BASE DE PROTEINA HIDROLISADA 400 GRAMAS DANONE-PREGOMIN PEPTI 400G UNIDADE 150 65,80 9.870,00

TOTAL 98.693,10

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Dar-se-á a esta Ata de Registro de Preços a importância global de R$ 98.693,10 (noventa e oito mil seiscentos e noventa e três reais e dez centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte rubrica orçamentária no exercício 2019:

02.010.04.122.0001.1002. 3390300000 – 0002

03.010.04.122.0001.2006. 3390300000 – 0051

06.010.12.122.0001.2015. 3390300000 – 0096

06.030.12.306.0012.2055. 3390300000 – 0175

06.030.12.306.0012.2052. 3390300000 – 0172

06.030.12.306.0012.2051. 3390300000 – 0171

06.040.13.392.0015.2081. 3390300000 – 0226

06.030.12.306.0012.2054. 3390300000 – 0174

07.020.10.122.0001.2014.3390300000 – 0328

07.010.10.302.0011.2046. 3390300000 – 0293

07.010.10.301.0010.2044. 3390300000 – 0279

08.010.08.122.0001.2012. 3390300000 – 0339

08.020.08.243.0001.2013. 3390300000 – 0354

10.010.26.782.0001.2020. 3390300000 – 0457

12.010.04.122.0001.2018. 3390300000 – 0507

13.010.27.122.0001.2021. 3390300000 – 0537

14.010.14.122.0001.2022. 3390300000 – 0555

11.2. No próximo exercício a dotação será a vigente no exercício.

Campinápolis - MT, 21 de agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT

CNPJ. 00.965.152/0001-29

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS

NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA

CNPJ nº 06.372.763/0001-40

Domingos Esteves Iglesias

Sócio Administrador

CONTRATADA

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2019

PROCESSO Nº 2430/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2019 – REGISTRO DE PREÇO

Aos 16 dias do mês de agosto de 2019, o Município de Campinápolis – MT, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, situada à Avenida Benônico José Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis - MT, CEP 78. 630-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **Jeovan Faria**, brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.421-91, residente e domiciliado na Rua Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio Pedro, CEP 78630-000, neste município de Campinápolis - MT, institui a **Ata de Registro de Preços nº 021/2019** com a empresa **RIO NOVO TRANS-PORTES E TURISMO LTDA - ME,** CNPJ nº 36.909.380/0001-29, com sede na Rua Bororos, nº 309, Qd. 61 Lt. 09, Setor Sul II – CEP 78.600-000, em Barra do Garças - MT; doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por sua sócia administradora **Luciana Pereira Pena Pierobon**, brasileira, casada, empresária, portadora da Carteira de Identidade nº 3259230 DGPC/GO e do CPF nº 479.089.201-87, residente e domiciliada na Rua Samuel Morse, nº 21, apt. 1801, Qd. 169, Setor Serrinha, CEP 74.835-080, em Goiânia - GO; nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/ 00, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar Federal nº 123/06, da Lei Complementar Federal n° 147/14; do Decreto do Município de Campinápolis - MT nº 2.108/2013, no que couber; e da Lei Federal nº 8.666/93; decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços nº 020/2019, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

.

CLÁUSULA PPRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o Registro de Preços para a futura e eventual contratação de empresa do ramo de prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros, para o fornecimento de passagens, com os itinerários e detalhes de acordo com o Anexo I – Termo de Referência.

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO DO ITINERÁRIO	QTD	V. UNIT.	TOTAL
1	74384	Campinápolis – MT / Cuiabá - MT.	1.630	206,00	R$ 335.780,00
2	74385	Cuiabá – MT / Campinápolis – MT.	1.630	208,00	R$ 339,040,00
3	74386	Campinápolis – MT / Goiânia – GO.	630	138,00	R$ 86.940,00
4	74387	Goiânia - GO / Campinápolis – MT.	630	140,00	R$ 88.200,00
9	82451	Campinápolis – MT / Nova Xavantina – MT.	330	29,40	R$ 9.702,00
10	82452	Nova Xavantina – MT / Campinápolis – MT.	330	30,00	R$ 9.900,00
11	82449	Campinápolis – MT / Barra do Garças – MT.	330	66,50	R$ 21.945,00
12	82450	Barra do Garças - MT / Campinápolis – MT.	330	67,60	R$ 22.308,00
TOTAL GERAL					**R$ 913.815,00**

CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO

6.1. A vigência da Ata de Registro será de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, ou enquanto durar estoque, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93 e do Edital de Pregão Presencial nº 024/2019.

6.2. A fiscalização desta Ata é de responsabilidade da Srª. **Irone Martins da Silva Araujo, conforme Portaria nº 8.413, de 16 de agosto de 2019.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Dar-se-á a esta Ata de Registro de Preços a importância global de **R$ 913.815,00 (novecentos e treze mil oitocentos e quinze reais).**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte rubrica orçamentária no exercício 2019:

08.020.08.244.0014.2084.3390390000 – 0408

07.010.10.302.0011.2047.3390390000 – 0300

11.2. No próximo exercício a dotação será a vigente no exercício.

Campinápolis - MT, 16 de agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT

CNPJ. 00.965.152/0001-29

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

RIO NOVO TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME

CNPJ nº 36.909.380/0001-29

Luciana Pereira Pena Pierobon

Sócia Administradora

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
RESOLUÇÃO N° 03 DE 23 DE AGOSTO DE 2019

RESOLUÇÃO N.º 03 DE 23 DE AGOSTO DE 2019

Estabelece o Regimento Interno do CONSELHO CURADOR do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis/MT.

O Conselho Curador do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis/MT, usando das prerrogativas que lhe são asseguradas pelo Art. 61, inciso I, da Lei Municipal 1. 170/2007, de 09 de Maio de 2007, estabelece e aprova o Regimento Interno do Órgão, o qual consta dos seguintes termos:

CAPITULO I

DOS OBJETIVOS, FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

Art. 1º O Conselho Curador é um órgão de deliberação Superior do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis/MT.

Art. 2º São competências do Conselho Curador, entre outras que lhe são atribuídas por lei ou por deliberação de seu Conselho, as seguintes:

I - Elaborar seu Regimento Interno;

II - Eleger o seu Presidente;

III - Aprovar o quadro de pessoal do FUNSEM apresentado pelo Diretor Executivo;

IV - Decidir sobre qualquer questão administrativa e financeira que lhe seja submetida pelo Diretor Executivo ou pelo Conselho Fiscal;

V - Apreciar sugestões e encaminhar medidas tendentes a introduzir modificações na Lei Municipal nº 1.170/2007, bem como resolver os casos omissos, observados os princípios gerais que regem a previdência social;

VI - Julgar os recursos interpostos das decisões do Conselho Fiscal e dos atos do Diretor Executivo não sujeito a revisão daquelas autoridades;

VII - Votar o relatório anual do Diretor Executivo, com as contas de cada exercício;

VIII - Aprovar o planejamento financeiro;

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Conselho Curador do FUNSEM é composto por 02 (dois) representantes do Poder Executivo, 02 (dois) representantes do Poder Legislativo e 06 (seis) representantes dos Segurados, ativos ou inativos.

Parágrafo 1º Os membros do Conselho representantes do Poder Executivo e do Legislativo, serão designados pelos chefes dos Poderes respectivos e os representantes dos segurados, serão escolhidos dentre os servidores municipais, por eleição, garantida a participação de servidores inativos.

Parágrafo 2º Os membros do Conselho Curador terão mandatos de 03 (três) anos, permita 01 (uma) recondução de até 50% (cinquenta por cento) de seus membros, conforme a Lei 1.536/2012.

Art. 4º Deverão ser convocados, para reunirem-se, pelo menos uma vez por mês, todos os membros do Conselho Curador, sendo que a reunião iniciar-se-á com um *quorum* mínimo de 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos membros do Conselho Curador conforme Lei nº 1345/2010).

Parágrafo Único - Para fins de aprovações e decisões definitivas, deverá estar presentes, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Curador

Art. 5º As reuniões ordinárias do Conselho Curador, obedecerão a um calendário previamente aprovado pelos membros.

Art. 6º Os membros do Conselho Curador nada perceberão pelo desempenho do mandato.

Art. 7º O Conselho Curador é a instância máxima de recurso do FUNSEM, de âmbito administrativo.

Art. 8º Não estando presente o Presidente do Conselho, será escolhido dentre os membros presentes, o “Presidente do dia”, ao qual caberá a presidência dos trabalhos, com direito além do voto de disputa, também do voto de Minerva para desempate.

Art. 9º A função de Secretário do Conselho Curador será exercida por um servidor do FUNSEM de sua escolha.

Art. 10° Inexistindo o *quorum* mencionado no Art. 4º, os membros aguardarão 30 (trinta) minutos para completá-lo e, persistindo a falta de *quorum*, a reunião será iniciada com plenos poderes aos Conselheiros presentes.

Art. 11° O Conselheiro que deixar de comparecer em 03 (três) reuniões consecutivas sem motivo justificável, será substituído, não podendo mais ocupar cargo no Conselho Curador.

I – A substituição se dará pela escolha dos conselheiros, dentre nomes indicados pelo Diretor Executivo.

Art. 12° Após ser comunicado pela Secretaria do Conselho, do afastamento de seu representante, o órgão que indicou o mesmo terá prazo de quinze (15) dias para efetuar a substituição.

Art. 13° Outros casos de afastamento de membro do Conselho, serão definidos em Resolução.

Art. 14° As faltas por motivo de doença, justificadas dentro de 72 (setenta e duas) horas, não serão computadas.

Capítulo III

DAS DELIBERAÇÕES

Art. 15 Todas as matérias passíveis de deliberação do Conselho Curador do FUNSEM deverão ser protocoladas na sua própria Secretaria.

Art. 16 Protocolada a matéria, a Secretaria do Conselho Curador encaminhará à Presidência para as providências de leitura, discussão e votação.

Art. 17 Será considerado aprovada a matéria que obtiver votação favorável de maioria simples dos Conselheiros presentes.

§ 1º: Em caso de empate na votação, o Presidente do Conselho ou o “Presidente do dia”, se for o caso, terá direito ao voto Minerva para desempate.

Art. 18 A matéria rejeitada pelos Conselheiros, poderá ser reapresentada, dentro de qualquer prazo, desde que atendidas as sugestões propostas pelo Conselho.

Art. 19 Aprovada uma matéria pelo Conselho, o Presidente terá 03 (três) dias úteis para publicar a Resolução.

Art. 20 As Resoluções serão publicadas por afixação em locais de costume da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal, devendo obrigatoriamente, ser encaminhadas cópias da mesma ao Conselho Fiscal, publicadas em diário oficial e portal transparência do FUNSEM.

Art. 21 O Conselho Curador reunir-se-á:

I - Ordinariamente todos os meses, conforme calendário definido pelos membros do Conselho;

II – Extraordinariamente, por convocação do Presidente, bem como do Diretor Executivo com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 22 Nenhuma reunião poderá ultrapassar 2h30min (duas horas e trinta minutos) de duração, salvo deliberação contrária aprovada pelos membros.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 Este Regimento será alterado pelo Conselho sempre que a proposta de alteração for aprovada pela votação mínima de 2/3 (dois terços) do *quorum* total de seus membros.

Art. 24 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas quanto a aplicação deste regimento, serão resolvidas pelo Conselho Curador

Campo Novo do Parecis – MT, 23 de Agosto de 2019

MARCOS DA CUNHA RUFINO

Presidente do Conselho Curador

AVISO DE RESULTADO PP 80/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 080/2019, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para serviços de propaganda volante, sonorização e locução de eventos do Município, teve como vencedoras as empresas: L. O. SANTANA & CIA LTDA, com o valor total de R$ 20. 000,00 (vinte mil reais) e A. S. DE LEÃO PUBLICIDADE E EVENTOS ME com o valor total de R$ 129.799,40 (cento e vinte e nove mil setecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos).

Campo Novo do Parecis-MT, 26 agosto de 2019.

_____

Tarcísio Nascimento da Silva

Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO PP 74/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 074/2019, destinado a REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de ferragens e telhas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, teve como vencedoras as empresas: CENTRO AÇO IND. E COMÉRCIO DE AÇO LTDA, CNPJ 12.027.138/ 0001-63, com o valor total de R$ 39.996,00 (trinta e nove mil novecentos e noventa e seis reais), CENTRO AÇO IND. E COMÉRCIO DE AÇO LTDA, CNPJ 12.027.138/0002-44, com o valor total de R$ 4.389,00 (quatro mil trezentos e oitenta e nove reais), NOVOAÇO COMÉRCIO DE FERRO E AÇO LTDA, CNPJ 08.852.651/0001-11, com o valor total de R$ 781.218,10 (setecentos e oitenta e um mil duzentos e dezoito reais e dez centavos), JUNQUEIRA MATERIAIS E CONSTRUÇÃO LTDA - ME, CNPJ 04.358.835/0006-83, com o valor total de R$ 20.651,24 (vinte mil seiscentos e cinquenta e um reais e vinte e quatro centavos).

Campo Novo do Parecis-MT, 26 de agosto de 2019.

_____

Tarcísio Nascimento da Silva

Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO PE 17/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO ELETRÔNICO 017/2019, destinado a REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos (talha, gerador, lavadora e roçadeira) para atender as necessidades do Departamento Desenvolvimento Urbano, teve como vencedora a empresa: D & F COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI, com valor total de R$ 1.233,00 (um mil duzentos e trinta e três reais), CIDAMAQ MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI com valor total de R$ 45.098,00 (quarenta e cinco mil e noventa e oito reais), BYANCA DIAS DOS REIS EIRELI com valor total de R$ 16.299,80 (dezesseis mil duzentos e noventa e nove reais e oitenta centavos) e AMÉRICA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, com valor total de R$ 7.876,00 (sete mil oitocentos e setenta e seis reais).

Campo Novo do Parecis-MT, 26 de agosto de 2019.

_____

Tarcísio Nascimento da Silva

Pregoeiro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 199/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 199/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 74/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: NOVOAÇO COMÉRCIO DE FERRO E AÇO LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de ferragens e telhas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VALOR TOTAL: R$ 781.218,10.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 464, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

ALTERA MEMBRO DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2019 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

Presidente: Rosangela Xavier de Alcântara Nascimento, matrícula funcional nº 1491, CPF º 421.773.831-53; Membros: Eleni Teixeira Belai, matrícula nº 478, CPF nº 609.516.211-49; Membros: Silviane Cristina Olejas, matrícula nº 2992, CPF nº 032.194.331-70.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EDITAL 01/2017 A COMISSÃO ESPECIAL PROCESSO DE ESCOLHA DE MEMBROS SUPLENTES DO CONSELHO TUTELAR DE CAMPO NOVO DO PARECIS-MT GESTÃO 2016/2019.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2019

RAFAEL MACHADO, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, solicita o comparecimento, no prazo máximo de **5 (cinco) dias,** a contar da publicação do presente EDITAL, a candidata aprovada no Edital de Escolha dos Suplentes dos Conselheiros Tutelares nº 001/2017, a fim de assumir sua respectiva função, nos Termos que determina os art. 02 e 14 da Lei Municipal nº 1.177/2017- Lei do Conselho Tutelar de Campo Novo do Parecis-MT.

CONSIDERANDO:

Os Memorandos nº 381 e 382/2019 proveniente da Secretaria Municipal de Assistência Social, datado de 21 de agosto de 2019.

C O N V O C A

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento do cargo para a qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.

Cargo: CONSELHEIRA TUTELAR

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	COLOCAÇÃO
8	ZULEIDE MAGRID RIPPEL	1ª Suplente
7	JOSELMA MARIA DA SILVA	2ª Suplente

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, aos 26 dias do mês de agosto de 2019.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

CPF nº 929.162.010-68

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES – COMPLEMENTAR

CONCURSO PÚBLICO, EDITAL N.º 001/2019 DE 25 DE JUNHO DE 2019. EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 - F – Art. 1º - O Prefeito Municipal de Campo Verde-MT, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA a inscrição complementar, referente ao Concurso Público aberto através do Edital Nº 001/2019. Art. 2º - Fica retificado o resultado do pedido de inscrição na condição de Portador de Necessidades Especiais – PNE. REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. A íntegra do presente Edital poderá ser consultada nos murais da Prefeitura Municipal de Campo Verde, no site oficial da Prefeitura - www.campoverde.mt.gov.br - e no site da empresa organizadora e executora - www.klcconcursos.com.br -. Campo Verde - MT, 26 de agosto de 2019. FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal. JOÃO PAULO RODRIGUES ZAGO, Presidente da Comissão Especial Organizadora do Concurso Público.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NOTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº _____

CONTRATO Nº 046/2016

REF.: DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos 03 poderes, n.º 03, nesta cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº 24.950.495/0001-88.

NOTIFICADO(A): C.R.G CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.936.115/0001-05, com sede na Travessa H, nº 143, sala 03, bairro Baú, CEP 78.008-195, cidade de Cuiabá-MT, neste ato representada pelo proprietário, Sr. **Manoel Antônio Cardoso Ribeiro,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 10075437 SSP/MT e do CPF nº 225.205.549-91, residente e domiciliado na Rua Um, 05, Quadra 02, bairro Jardim Costa do Sol, CEP 78.070-459, cidade de Cuiabá-MT.

Prezado(a) Senhor(a),

Conforme oficio nº 182/2019 – SMFIN encaminhado a esta Procuradoria Jurídica, fora constatado que Vossa Empresa não está cumprindo com as obrigações a que se obrigou ao vencer a licitação.

Ante ao relato, está faltando somente a contratada realizar a baixa da CEI - Cadastro de Inscrição do INSS da obra executada, o que até o presente momento não ocorreu.

Diante do exposto e o constante no oficio nº 182/209 – SMFIN, **NOTIFICO** Vossa Senhoria**,** para que, no prazo de até **30 (trinta) dias realize a baixa na CEI - Cadastro de Inscrição do INSS, sob pena de rescisão contratual por culpa exclusiva do contratado.**

O não cumprimento dessa obrigação no prazo estipulado, acarretará ao notificado as sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, além da imediata rescisão contratual unilateral, por culpa exclusiva do contratado.

Por fim, decorrido o prazo acima, fica facultado a apresentação de Defesa Prévia, conforme previsto no artigo 87, § 2º da Lei nº 8.666/93, **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, findo o qual, a Administração decidirá pela aplicação da penalidade cabível.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Outrossim, ficam os autos com vistas franqueadas à empresa para fins de direito.

Campo Verde-MT, 22 de agosto de 2019.

José Luiz Caetano Bernardi

OAB/MT 17.586

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº 2480/2019, DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ARTIGO 3º DA LEI Nº. 2124/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e, Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o art. 3º da Lei nº. 2124/2015, de 16 de setembro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

***"Artigo Terceiro**. (...).*

***a)** (...).*

b) 74 UPFCV por plantão de 04 (quatro) horas efetivamente realizado em horário noturno.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 23 de agosto de 2019.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emendas e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO JURÍDICO
PORTARIA Nº 683 DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

REVOGA PORTARIA Nº 578, DE 06 DE SETEMBRO DE 2018.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria de nº 578 de 06 de setembro de 2018, que **"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO –CME"**, conforme solicitação do Ministério Público do Mato Grosso, por meio do Ofício nº 395/2019/MP/Civil/CV, referente a Notícia de Fato SIMP nº 001320-035/2019.

ARTIGO 2º - Fica determinado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura que adote as providências para indicar os novos membros para compor o **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME**, nos termos do que determina a Legislação Municipal que rege a matéria, no prazo de 30 (trinta).

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 26 dias do mês de agosto de 2019.

FÁBIO SCHROETER

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

GILMAR ZITO PRATI

Secretário Municipal De Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 052/2019

CONTRATANTE:

1.1 - MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos 03 poderes, n.º 03, nesta cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n.º 24.950.495/0001-88;

CONTRATADO:

1.2- **KLC – CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.761.650/0001-76, com endereço comercial na Praça Monteiro Lobato, nº 94, centro, CEP 86790-000, cidade de Lobato-PR;

CLAUSULA 1º:

Considerando que na Clausula 5º do presente termo, especificadamente no item 5.2, prevê que "*Caso o número de candidatos inscritos exceda a 5.000 (cinco mil), o contratado receberá a quantia de **R$ 11,60** (onze reais e sessenta centavos) **por candidato excedente** (valor variável)"*, **resolve apostilar o contrato nº 052/2019 no valor de R$ 65.772,00 (sessenta e cinco mil setecentos e setenta e dois reais), referente a 5.670 (cinco mil seiscentos e setenta) inscritos excedentes, cumprindo assim com o pactuado no termo firmado entre as partes.**

Campo Verde-MT, 21 de Agosto de 2019.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 136/2019 DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 136/2019 DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal n° 8.069/90 e na Lei Municipal Nº 2076/2015, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Reunião Ordinária do dia 26 de Junho de 2019, dispõe sobre os assuntos:

CONSIDERANDO:

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90 de 13 de Julho de 1990; Lei Municipal Nº 2.076 de 23 de Abril de 2015 – que dispõe sobre as deliberações dos recursos do FMDCA; Resolução do Conanda nº 137 de 21 de Janeiro de 2010; Deliberação da Reunião Ordinária deste Conselho, realizada em 26 de Junho de 2019 na Ata nº 115/2019.

RESOLVE:

Art. 1° – APROVAR a prestação de contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – FMDCA, conta corrente 152-6 do período de Janeiro a Abril/2019.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Julho de 2019.

Campo Verde-MT, 01 de Julho de 2019.

André Régis Tavares Novais

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO Nº 084/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do PREGÃO 084/2019 – REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DE LEI E EUCALIPTO TRATADO: a empresa NOVA CONCÓRDIA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, CNPJ Nº 16.492.536/0001-01, sagrou-se vencedora do certame, totalizando R$ 545.183,40 (quinhentos e quarenta e cinco mil, cento e oitenta e três reais e quarenta centavos). Campo Verde, 26 de agosto de 2019. Leila Gubert – Pregoeira.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº 2482/2019, DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PARA A INCLUSÃO DE ELEMENTO DE DESPESA E FONTE DE RECURSO NO PPA, LDO E LOA VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e, Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado a incluir na Lei nº 2.412/2018 de 21 de Dezembro de 2018, Plano Plurianual - PPA, para o período de 2018/2021, o elemento de despesa 3.3.90.40.00 – serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica.

Art. 2º Fica autorizado a incluir na Lei nº 2.381/2018 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o Exercício de 2019, o elemento de 3.3.90.40.00 – serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica e fontes de recursos.

Art. 3º Fica autorizado a incluir na Lei nº 2.404/2018, Lei Orçamentária Anual – LOA, para o Exercício de 2019, o elemento de despesa 3.3.90.40.00 – serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica e fontes de recursos.

Órgão: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Unidade Orçamentária: 001 – CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Função: 01 – LEGISLATIVA

Subfunção: 031 –AÇÃO LEGISLATIVA

Programa: 0054 – AÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

Ação: 02001 **–** MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CÂMARA MUNICIPAL

Natureza da Despesa: 3.3.90.40.00.00 – serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica.....R$ 72.000,00

Fontes de Recursos: 0100000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

Art. 4º Para dar cobertura ao Crédito Especial aberto pelo artigo 1º, serão utilizados recursos conforme disposição do inciso III, do artigo 43 da Lei

Federal nº 4.320/1964, resultante da anulação parcial da dotação orçamentária, classificação funcional programática a seguir:

Órgão: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Unidade Orçamentária: 001 – CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Função: 01 – LEGISLATIVA

Subfunção: 031 –AÇÃO LEGISLATIVA

Programa: 0054 – AÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

Ação: 02001 **–** MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CÂMARA MUNICIPAL

Natureza da Despesa: 3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas - PESSOAL CIVIL..... R$ 72.000,00

Fontes de Recursos: 0100000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Parte inferior do formulário

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2019.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emendas e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 214/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: NOVA CONCÓRDIA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, CNPJ Nº 16.492.536/0001-01

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DE LEI E EUCALIPTO TRATADO – PREGÃO 084/2019.

VIGÊNCIA DA ATA: 26/08/2019 À 25/08/2020

LOTE	DESCRIÇÃO PRODUTO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	MADEIRA PEQUI	20 M³	CUMARU	R$ 2.700,00	R$ 54.000,00
02	MADEIRA CUPIUBA	20 M³	CUMARU	R$ 2.045,56	R$ 40.911,20
03	MADEIRA GARROTE (serve para vigas, caibros e ripas).	20 M³	CUMARU	R$ 2.800,00	R$ 56.000,00
04	MADEIRA ITAUBA (serve para fazer balancim de cerca).	20 M³	CUMARU	R$ 3.183,65	R$ 63.673,00
05	MADEIRA JATOBA	20 M³	CUMARU	R$ 2.714,42	R$ 54.288,40
06	MADEIRA GARAPEIRA (serve para vigas, caibros e ripas).	20 M³	CUMARU	R$ 2.565,50	R$ 51.310,00
07	POSTE DE EUCALIPTO TRATADO, 10X12, 2,20 METROS DE ALTURA.	3.750 UND	CEIVA	R$ 27,00	R$ 101.250,00
08	POSTE DE EUCALIPTO TRATADO, 10X12, 2,20 METROS DE ALTURA.	1.250 UND	CEIVA	R$ 27,00	R$ 33.750,00
09	ESTICADOR DE EUCALIPTO TRATADO, 14X16, 3 METROS DE ALTURA.	750 UND	CEIVA	R$ 90,00	R$ 67.500,00
10	ESTICADOR DE EUCALIPTO TRATADO, 14X16, 3 METROS DE ALTURA.	250 UND	CEIVA	R$ 90,00	R$ 22.500,00

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 545.183,40 (QUINHENTOS E QUARENTA E CINCO MIL, CENTO E OITENTA E TRÊS REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTP://SITE.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO 092/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público a **RETIFICAÇÃO** do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS E TRANSLADO**, na modalidade pregão (presencial) **n° 092/2019** a se realizar no dia **10/09/2019, as 14hr00-min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 26 de agosto de 2019.

Leila Gubert

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 099/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: WM SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA EPPObjeto: Serviço de coleta, transbordo, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final de lixo hospitalar e resíduos sólidos das unidades de saúde.

Valor: R$ 67.150,00 (sessenta e sete mil cento e cinquenta reais).

Vigência: até 14 de Agosto de 2020.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 093/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SHOWS PIROTÉCNICOS**, na modalidade pregão (presencial) **n° 093/2019** a se realizar no dia **09/09/2019, as 08hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou tele-

fone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 26 de agosto de 2019.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº 2481/2019, DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PARA A INCLUSÃO DE ELEMENTO DE DESPESA E FONTE DE RECURSO NO PPA, LDO E LOA VIGENTE.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e, Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado a incluir na Lei nº 2.412/2018 de 21 de Dezembro de 2018, Plano Plurianual - PPA, para o período de 2018/2021, os elementos de despesa: 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo e 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, e fontes de recursos.

Art. 2º Fica autorizado a incluir na Lei nº 2.381/2018 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o Exercício de 2019, os elementos de despesa: 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo e 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, e fontes de recursos.

Art. 3º Fica autorizado a incluir na Lei nº 2.404/2018, Lei Orçamentária Anual – LOA, para o Exercício de 2019, os elementos de despesa: 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo e 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, e fontes de recursos

Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Educação e Cultura

Função: 12 - Educação

Subfunção: 364 - Ensino Superior

Programa: 0014 - Apoio Técnico Pedagógico

Ação: 20031 - APOIO AO OFERECIMENTO DE ENSINO SUPERIROR

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo.....R$ 13.000,00

Fontes de Recursos: 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários

Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Educação e Cultura

Função: 12 - Educação

Subfunção: 364 - Ensino Superior

Programa: 0014 - Apoio Técnico Pedagógico

Ação: 20031 - APOIO AO OFERECIMENTO DE ENSINO SUPERIROR

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Encargos.....R$ 500,00

Fontes de Recursos: 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários

TOTAL:.....13.500,00

Art. 4º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo 1°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, a seguir:

Inciso III – Os resultante de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme classificação Funcional programática a baixo.

Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Educação e Cultura

Função: 12 - Educação

Subfunção: 364 - Ensino Superior

Programa: 0014 - Apoio Técnico Pedagógico

Ação: 20031 - MANUTENÇAO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA NO BRASIL

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Encargos.....R$ 13.500,00

Fontes de Recursos: 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Parte inferior do formulário

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2019.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emendas e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE (SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA)

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

MARINA HELENA CIMADON , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 10 da QUADRA 02, LOCALIZADO NA AV. MATO GROSSO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 095/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS**, na modalidade pregão (presencial) **n° 095/2019** a se realizar no dia **10/09/2019, as 08hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 26 de agosto de 2019.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº 2479/2019, DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1607/2010 QUE INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e, Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Essa lei dispõe sobre as alteraçõesna Lei nº 1607, de 19 de agosto de 2010, conforme disciplinado nos artigos a seguir.

Art. 2º - Fica alterado o Art. 4º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º - *Conselho Municipal de Educação compõe-se de:*

I *– 01 (um) Presidente indicado e eleito pelos demais representantes que compõem o Conselho;*

II *– 01 (um) Secretário de livre nomeação do Presidente do Conselho Municipal de Educação, escolhido dentre os demais membros que o compõem;*

III *– 01 (um) Representante indicado pelo Conselho Tutelar;*

IV *– 01 (um) Representante indicado pelo Poder Executivo Municipal que seja do quadro de servidores da área Pedagógica;*

V *– 08(oito) Representantes indicados de Profissionais da Educação sendo:*

a) *02 (dois) Professores Municipais 01 (um) Professor de Educação Infantil 01 (um)) Professor do Ensino Fundamental;*

b) *01 (um) Professor da Rede Estadual;*

c) *01(um) Representante do sindicato da Categoria (SINTEP);*

d) *01 (um) Professor da Rede Particular de Ensino;*

e) *01 (um) Professor do Ensino Superior;*

f) *02 (dois) Representantes dos Gestores Municipais Escolares sendo*

01 (um) da Educação Infantil e 01 (um) de Ensino Fundamental;

VI - *01 (um) Representante da Assessoria Pedagógica;*

VII *– 02 (dois) Representantes indicados pelos alunos da Rede Pública de Ensino sendo:*

a) *01(um) do Ensino Superior;*

b) *01 (um) do Ensino Fundamental;*

VIII *– 01 (um) Representante indicado pela APM (Associação de Pais e Mestres);*

IX *– 01 (um) Representante indicado pela Secretaria de Assistência Social.*

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor no dia da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 23 de agosto de 2019.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emendas e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 096/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE POSTES E MOURÃO DE CONCRETO**, na modalidade pregão (presencial) **n° 096/2019** a se realizar no dia **09/09/2019, as 14hr00min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 26 de agosto de 2019.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº 2483/2019, DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO E EMISSÃO DO ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e, Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica instituído o Alvará Provisório de Localização e Funcionamento, para Empresa sediada no Município de Campo Verde, com exigências de licenciamentos apontados no Termo de Licenciamento do Sistema REDESIM e para profissionais autônomos.

Parágrafo Único: as empresas ou profissionais poderão requerer o alvará provisório quando iniciarem suas atividades ou quando efetuarem mudança de endereço ou atividade.

Art. 2º - O Alvará de Localização e Funcionamento tem seu efeito permanente, devendo ser renovado anualmente.

Art. 3º - Fica estabelecido a data de Validade do Alvará e os prazos para efetuar o requerimento junto a Municipalidade:

I – O Alvará de Funcionamento Provisório será expedido para a empresa ou profissional autônomo, sendo válido por 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado nos casos que exigirem licenciamento por órgãos Federais ou Estaduais, desde que comprovado através de histórico de movimentação do processo.

II – Para Alvará Permanente deverá ser solicitado em até 10 (dez) dias antes do vencimento do Alvará Provisório;

III - O Alvará de Funcionamento do exercício será tido como documento válido até o dia 28 de Fevereiro do ano subsequente ao emitido;

Art. 4º - A vistoria *"in loco"* pelo Departamento de Fiscalização será realizada:

I- No início da atividade, mudança de endereço e alteração de atividade;

II- Na renovação do alvará anual, quando o fiscal julgar necessário.

Art. 5º - O processo de análise de Alvará terá início após a compensação no sistema informatizado do pagamento da taxa de fiscalização para localização e para funcionamento, exceto nos casos de isenção ou imunidade.

Art. 6º - A solicitação de Alvará deverá ser realizada a Secretaria Municipal de Fazenda, por meio do processo eletrônico, para análise técnica e deferimento pelo departamento de Fiscalização, devendo estar anexo os seguintes documentos:

I - Para emissão do Alvará Provisório:

a) Cópia da Cédula de Identidade e do CPF do (s) sócio (s);

b) CNPJ atualizado;

c) Cópia do Requerimento de Empresário, Ata de Constituição, Contrato Social ou Certificado de Micro Empreendedor;

d) Cópia da Inscrição Estadual emitido junto a SEFAZ/MT;

e) Cópia do Registro no órgão de Classe (quando essa atividade for subordinada);

f) Cópia da Ata de Aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento para as empresas beneficiada com a Lei do PRODECAM;

g) Termo de Licenciamento emitido através do Sistema REDESIM, conforme disposto no Artigo 1º, deste Decreto;

h) Termo de Ciência e Responsabilidade quantos as normas de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndios, através do anexo I.

II - Para emissão do Primeiro Alvará Permanente:

a) Cópia da Cédula de Identidade e do CPF dos proprietários;

b) Cópia do Requerimento de Empresário, Ata de Constituição/Alteração, Contrato Social ou Certificado de Micro Empreendedor;

c) Cópia da Inscrição Estadual emitida junto a SEFAZ/MT;

d) Cópia do CNPJ atualizado;

e) Cópia do Registro no órgão de Classe (quando essa atividade for subordinada);

f) Cópia da Ata de Aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento para as empresas beneficiada com a Lei do PRODECAM;

g) Termo de Licenciamento aprovado, emitido através do Sistema REDESIM;

h) Alvará, TAC ou Dispensa do Corpo de Bombeiro para as atividades descritas no Art. 7º.

Parágrafo Único - Os documentos acima relacionados apresentados para emissão do Alvará Provisório que estejam válidos e que não sofreram alteração, ficam dispensados da entrega.

III - Para renovação anual do Alvará Permanente sem alteração endereço ou atividade:

a) Termo de Ciência e Responsabilidade quantos as normas de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndios para as atividades descritas no Art. 7º.

Art. 7º - São consideradas atividades de auto risco, para emissão do Alvará de Localização e de Funcionamento:

I - Estoque de Produtos Inflamáveis, Químicos e Explosivos;

II - Armazém e Depósito em geral;

III - Agências Financeiras;

IV - Área utilizada for de 750 m² ou acima;

V - Locais de Reunião de Público, tais como:

a) Igreja;

b) Escolas;

c) Hospitais;

d) Casas de Show, Clubes sociais, danceterias e assemelhados;

VI – Torre de telefonia;

VII – Central de Comunicação e de Distribuição de Energia.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Parte inferior do formulário

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2019.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emendas e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO Nº 010/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que a empresa K. ALISSON CARDOSO – ME, CNPJ 28.032.542/0001-65, sagrou-se vencedora da Tomada de Preços nº 010/2019 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E RECUPERAÇÃO DE DUAS CAIXAS D'ÁGUA DE CONCRETO NO ASSENTAMENTO SANTO ANTÔNIO DA FARTURA, com o valor global de R$ 62.903,57 (sessenta e dois mil, novecentos e três reais e cinquenta e sete centavos). Campo Verde, 26 de agosto de 2019.Fabrícia Rodrigues Zago - Presidente Suplente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2019

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, torna público que está realizando processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, sob o nº 03/2019, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para selecionar a melhor proposta para Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia para construção de galeria sobre o Rio Juininha, extensão de 09 metros, em aduelas duplas de concreto com bocas de ala na estrada vicinal Associação Flor da Terra, conforme termo de referência, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, memorial descritivo e especificações, todos anexos a este projeto básico e demais documentos constantes no processo licitatório.

A data de abertura está designada para 12/09/2019, às 08h00 (oito horas) do horário local, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Av. Valdir Masutti, nº 779W, Bom Jardim.

Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, através de meios digitais (pen drive) ou no site www.camposdejulio.mt.gov.br.

Quaisquer Informações através do fone (65) 3387-2800 e do e-mail licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br; licitacao3@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 23 de agosto de 2019.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO TERMO DE PARCERIA N.º 006/2018

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE**, **Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede administrativa na Avenida Aurea Tavares de Amorim, s/nº, Setor Vila São João, CEP 78.658-000, na cidade de Canabrava do Norte - MT, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º 37. 465.200/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. João Cleiton Araújo de Medeiros, brasileiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1563807-3 SSP/MT e do CPF/MF nº 011.173.691-96, doravante denominado de PARCEIRO PÚBLICO, e o IPGP – INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICA, **O INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS** - **IPGP**, é uma entidade civil sem fins lucrativos ou econômicos, de interesse coletivo, dotado de personalidade jurídica de direito privado, sob o nº. 09.540.390/0001-67, no endereço Avenida Haiti 559, Jardim das Américas, Cuiabá – MT, CEP 78 06-618 qualificado como Organização da Sociedade de Interesse Público - OSCIP, de acordo com o que dispõe a **Lei n° 9.790** de 23 de março de 1999 regulamentado pelo **Decreto 3.100,** de 30 de junho de 1999 obteve certificação do Ministério da Justiça em 21/07/2011, conforme despacho do diretor adjunto Secretário Nacional de Justiça publicado no Diário Oficial da União em 21/07/2011, neste ato representado por sua presidente, Srª. ANA LÚCIA VIEIRA DE SOUZA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob nº 403.843.499-00, portadora do RG nº 2.167.628-4/SSP-PR, o presente resolvem celebrar PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA nº 006/20018, em conformidade com as seguintes clausulas e condições:

CLÁUSULA I

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Primeiro Termo de Aditamento ao Termo de Parceria n.º 006/ 2018, celebrado entre o PARCEIRO PÚBLICO e a OSCIP, tem como base legal o art. 65, inciso I, alíneas "a" e b", c/c o seu § 1.º, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93, as disposições da Cláusula Décima Primeira, do **Termo de Parceria n.º 006/2018, e a Resolução de Consulta n.º 02/2013 –TP, datada de** 12 de março de 2013, do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT.**

CLÁUSULA II

DOS RECURSOS FINANCEIROS

A CLÁUSULA QUARTA – "DOS RECURSOS FINANCEIROS", do **Termo de Parceria n.º 006/2018, passa vigorar com a seguinte redação:**

1.1. GRUPO 1 - O valor da remuneração bruta do pessoal, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro.

13.1.1 Incluir-se-á no valor da remuneração bruta do pessoal mencionado no item anterior o valor dos salários, somado a todos os proventos que determinam a remuneração bruta do pessoal;

13.1.2 Incluir-se-á do custo mencionado no item anterior a provisão para as férias e provisão para décimo terceiro salário, bem como o acréscimo da diferença de décimo terceiro salário ajustada no último mês do ano, sendo considerado este como encargo do parceiro público;

13.1.3 O pagamento das rescisões trabalhistas atinentes a esta parceria são de responsabilidade única e exclusiva do município de Canabrava do Norte, assim como também são as verbas de natureza indenizatória, se resultantes de condenação judicial gerada por ato do Parceiro Público – como pode ocorrer por ato de império, conveniência administrativa ou política de gestão, determinando ou dando causa à rescisão de contratos laborais antes do seu termo final regular, ou modificando tais contratos de forma a causar reduções salariais ou rescisões indiretas, assim reconhecidas no Juízo competente; ou, ainda, pelo que se caracteriza e denomina como *"fato do príncipe"*, serão objeto de repasse específico a ser acrescido ao previsto para este grupo, tempestivamente e de modo a propiciar o pagamento, judicial ou extrajudicialmente, conforme cada caso concreto, dentro dos prazos legais, sem acréscimos de multas que, se eventualmente aplicadas por atraso no pagamento pela **OSCIP**, motivado pelo atraso de repasse, serão de responsabilidade do parceiro público, sendo que reconhece o Parceiro Público a sua responsabilidade exclusiva para tais situações, no âmbito processual, sem prejuízo da obrigatoriedade de ressarcir à **OSCIP** as quantias que esta for eventualmente compelida a pagar nestas hipóteses, com recursos próprios e antes da efetivação dos respectivos repasses;

13.1.4 Aplica-se aos casos judiciais e extrajudiciais, bem como a outros, transitados em julgado e que se enquadrem nas hipóteses do parágrafo anterior, sem ressarcimento à **OSCIP** até à data em que perdurar o direito trabalhista, seja do valor pago por esta ou desta descontado nos repasses, devendo, em tais casos, ser a **OSCIP** ressarcida da soma de tais valores, devidamente corrigidos;

13.2 **GRUPO 2** – O valor da remuneração dos profissionais, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro;

13.3 **GRUPO 3** – O valor da prestação dos serviços, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro;

13.4 **GRUPO 4** - O valor original da despesa, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro;

13.4.1 Incluir-se-ão no custo do grupo 4 a realização de atividades, eventos, consultoria, cooperação técnica, serviços e assessoria de interesse público, bem como pelos serviços complementares e necessários ao bom desempenho dos programas, se caracterizando por não ser o objeto principal do programa, tais como: apoio logístico, materiais de consumo, locação de equipamentos, aquisição de Exames, locação de sistemas, Capacitações e treinamentos, desenvolvimento de pesquisas, despesas de viagens e outros custos não constantes nos grupos anteriores, quando utilizadas nas atividades previstas e para obtenção das metas previstas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O valor a ser repassado pelo PARCEIRO PÚBLICO à OSCIP, a título de CUSTO INDIRETO ADMINISTRATIVO – SEDE e CUSTO COM SERVIÇO DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA, deverá ser rateado na mesma proporção e valores, com os demais Termos de Parceria que a OSCIP executa concomitantemente de outros Órgãos e Entidades da Administração Pública.

CLÁUSULA III

DA VIGÊNCIA DO PRESENTE TERMO DE ADITAMENTO

As disposições do presente Primeiro **Termo de Aditamento ao** Termo de Parceria n.º 006/2018 vigorarão pelo prazo de 12 meses, podendo ser renovado ou prorrogado, caso haja amparo legal.

CLÁUSULA IV

DA INCORPORAÇÃO E DAS DEMAIS CLÁUSULAS DA PARCERIA

Ficam incorporadas ao Termo de Parceria n.º 006/2018, celebrado entre o PARCEIRO PÚBLICO e a OSCIP, as cláusulas e condições do presente Primeiro Termo de Aditamento e mantidas as demais não alteradas pelo mesmo, bem como as respectivas documentações integrantes do Termo de Parceria, desde que não contrárias ao presente Termo.

CLÁUSULA V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem assim havendo justo e concertado, foi mandado elaborar e digitar este Primeiro **Termo de Aditamento ao** Termo de Parceria n.º 006/2018, em 03 (três) vias de igual forma e teor, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, juntamente com testemunhas instrumentárias, para que surtas seus jurídicos e legais efeitos, revestindo o presente Termo com eficácia de título executivo extrajudicial nos termos do Direito Civil e Processual Civil, bem como da legislação vigente.

Canabrava do Norte-MT, 13 de Agosto de 2019.

PREFEITURA CANABRAVA DO NORTE João Cleiton Araújo de Medeiros CONTRATANTE	**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PUBLICO** CONTRATADA
Iranizo Matos Rodrigues CPF: 983.429.751-34 Presidente da C.P.L	

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CPL 063/2017

QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º37.465.200/0001-20, com sede na Avenida Aurea Tavares de Amorim, s/nº, Setor Vila São João, CEP 78. 658-000, na cidade de Canabrava do Norte - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. João Cleiton Araújo de Medeiros, brasileiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1563807-3 SSP/MT e do CPF/MF nº 011.173.691-96; e de outro lado, como CONTRATADA, a empresa **GLAUCE DE CASTRO E SILVA COSTA - ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 27.244.452/0001-75 com endereço na Moises Dorneles Montiel nº 471, Setor Ceccatto Alto Boa Vista - MT CEP: 78.665-000**,** neste ato representada pela sua sócia proprietária Senhora Glauce de Castro e Silva Costa, portador da Cédula de Identidade RG nº 1953089-7/SSP/MT e CPF 002. 985.841-07, tem entre si justo e contratado o que se segue e mutuamente concordam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Realizar a redução do valor do contrato n° 063/2017 em 18,5% (dezoito ponto cinco por cento), que passa o valor de R$ 4. 750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais) mensal para R$ 3.871,25 (três mil oitocentos e setenta e um reais e vinte e cinco centavos) mensais, totalizando pelo previsto na **CLÁUSULA TERCEIRA** R$ 23.227,50 (vinte e três mil duzentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – A alteração do contrato referente a redução do valor contratual tem fundamento no Art. 65 e Parágrafo II da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como no Decreto nº 682/2019 de 28 de Junho de 2019 que estabelece medidas de contenções de gastos e o contido na Cláusula Sexta do Contrato Original.

CLÁUSULA TERCEIRA – O Valor repactuado do referido Contrato é de R$ 23.227,50 (vinte e três mil duzentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos) e o prazo de vigência não sofrerá alterações. O Referido aditivo terá seus efeitos financeiros, retroagidos ao dia 01/07/2019.

CLÁUSULA QUARTA - A alteração do contrato referente à redução de valor tem fundamento no Inciso II do Art. 57 da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA QUINTA - Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

CLÁUSULA SEXTA - O presente termo aditivo será publicado dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor.

CLÁUSULA SETIMA - As partes em comum acordo elegem o Foro da comarca de Porto Alegre do Norte - MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e CONTRATADOS datam e assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma.

Canabrava do Norte – MT, 16 de Julho de 2019.

PREFEITURA CANABRAVA DO NORTE João Cleiton Araújo de Medeiros CONTRATANTE	**GLAUCE DE CASTRO E SILVA COSTA - ME** Glauce de Castro e Silva Costa CONTRATADA
Iranizo Matos Rodrigues CPF: 983.429.751-34 Gerência de Licitações e Contratos	

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO TERMO DE PARCERIA N.º 003/2018

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE**, **Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede administrativa na Avenida Aurea Tavares de Amorim, s/nº, Setor Vila São João, CEP 78.658-000, na cidade de Canabrava do Norte - MT, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º 37. 465.200/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. João Cleiton Araújo de Medeiros, brasileiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1563807-3 SSP/MT e do CPF/MF nº 011.173.691-96, doravante denominado de PARCEIRO PÚBLICO, e o IPGP – INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICA, **O INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS** - **IPGP**, é uma entidade civil sem fins lucrativos ou econômicos, de interesse coletivo, dotado de personalidade jurídica de direito privado, sob o nº. 09.540.390/0001-67, no endereço Avenida Haiti 559, Jardim das Américas, Cuiabá – MT, CEP 78 06-618 qualificado como Organização da Sociedade de Interesse Público - OSCIP, de acordo com o que dispõe a **Lei n° 9.790** de 23 de março de 1999 regulamentado pelo **Decreto 3.100,** de 30 de junho de 1999 obteve certificação do Ministério da Justiça em 21/07/2011, conforme despacho do diretor adjunto Secretário Nacional de Justiça publicado no Diário Oficial da União em 21/07/2011, neste ato representado por sua presidente, Srª. ANA LÚCIA VIEIRA DE SOUZA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob nº 403.843.499-00, portadora do RG nº 2.167.628-4/SSP-PR, o presente resolvem celebrar PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA nº 003/20018, em conformidade com as seguintes clausulas e condições:

CLÁUSULA I

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Primeiro Termo de Aditamento ao Termo de Parceria n.º 003/2018, celebrado entre o PARCEIRO PÚBLICO e a OSCIP, tem como base legal o art. 65, inciso I, alíneas “a” e b”, c/c o seu § 1.º, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93, as disposições da Cláusula Décima Primeira, do **Termo de Parceria n.º 003/2018, e a Resolução de Consulta n.º 02/2013 –TP, datada de** 12 de março de 2013, do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT.**

CLÁUSULA II

DOS RECURSOS FINANCEIROS

A CLÁUSULA QUARTA – “DOS RECURSOS FINANCEIROS”, do **Termo de Parceria n.º 003/2018, passa vigorar com a seguinte redação:**

1.1. GRUPO 1 - O valor da remuneração bruta do pessoal, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro.

13.1.1 Incluir-se-á no valor da remuneração bruta do pessoal mencionado no item anterior o valor dos salários, somado a todos os proventos que determinam a remuneração bruta do pessoal;

13.1.2 Incluir-se-á do custo mencionado no item anterior a provisão para as férias e provisão para décimo terceiro salário, bem como o acréscimo

da diferença de décimo terceiro salário ajustada no último mês do ano, sendo considerado este como encargo do parceiro público;

13.1.3 O pagamento das rescisões trabalhistas atinentes a esta parceria são de responsabilidade única e exclusiva do município de Canabrava do Norte, assim como também são as verbas de natureza indenizatória, se resultantes de condenação judicial gerada por ato do Parceiro Público – como pode ocorrer por ato de império, conveniência administrativa ou política de gestão, determinando ou dando causa à rescisão de contratos laborais antes do seu termo final regular, ou modificando tais contratos de forma a causar reduções salariais ou rescisões indiretas, assim reconhecidas no Juízo competente; ou, ainda, pelo que se caracteriza e denomina como *"fato do príncipe"*, serão objeto de repasse específico a ser acrescido ao previsto para este grupo, tempestivamente e de modo a propiciar o pagamento, judicial ou extrajudicialmente, conforme cada caso concreto, dentro dos prazos legais, sem acréscimos de multas que, se eventualmente aplicadas por atraso no pagamento pela **OSCIP**, motivado pelo atraso de repasse, serão de responsabilidade do parceiro público, sendo que reconhece o Parceiro Público a sua responsabilidade exclusiva para tais situações, no âmbito processual, sem prejuízo da obrigatoriedade de ressarcir à **OSCIP** as quantias que esta for eventualmente compelida a pagar nestas hipóteses, com recursos próprios e antes da efetivação dos respectivos repasses;

13.1.4 Aplica-se aos casos judiciais e extrajudiciais, bem como a outros, transitados em julgado e que se enquadrem nas hipóteses do parágrafo anterior, sem ressarcimento à **OSCIP** até à data em que perdurar o direito trabalhista, seja do valor pago por esta ou desta descontado nos repasses, devendo, em tais casos, ser a **OSCIP** ressarcida da soma de tais valores, devidamente corrigidos;

13.2 **GRUPO 2** – O valor da remuneração dos profissionais, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro;

13.3 **GRUPO 3** – O valor da prestação dos serviços, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro;

13.4 **GRUPO 4** - O valor original da despesa, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro;

13.4.1 Incluir-se-ão no custo do grupo 4 a realização de atividades, eventos, consultoria, cooperação técnica, serviços e assessoria de interesse público, bem como pelos serviços complementares e necessários ao bom desempenho dos programas, se caracterizando por não ser o objeto principal do programa, tais como: apoio logístico, materiais de consumo, locação de equipamentos, aquisição de Exames, locação de sistemas, Capacitações e treinamentos, desenvolvimento de pesquisas, despesas de viagens e outros custos não constantes nos grupos anteriores, quando utilizadas nas atividades previstas e para obtenção das metas previstas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O valor a ser repassado pelo PARCEIRO PÚBLICO à OSCIP, a título de CUSTO INDIRETO ADMINISTRATIVO – SEDE e CUSTO COM SERVIÇO DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA, deverá ser rateado na mesma proporção e valores, com os demais Termos de Parceria que a OSCIP executa concomitantemente de outros Órgãos e Entidades da Administração Pública.

CLÁUSULA III

DA VIGÊNCIA DO PRESENTE TERMO DE ADITAMENTO

As disposições do presente Primeiro **Termo de Aditamento ao** Termo de Parceria n.º 003/2018 vigorarão pelo prazo de 12 meses, podendo ser renovado ou prorrogado, caso haja amparo legal.

CLÁUSULA IV

DA INCORPORAÇÃO E DAS DEMAIS CLÁUSULAS DA PARCERIA

Ficam incorporadas ao Termo de Parceria n.º 003/2018, celebrado entre o PARCEIRO PÚBLICO e a OSCIP, as cláusulas e condições do presente Primeiro Termo de Aditamento e mantidas as demais não alteradas pelo mesmo, bem como as respectivas documentações integrantes do Termo de Parceria, desde que não contrárias ao presente Termo.

CLÁUSULA V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem assim havendo justo e concertado, foi mandado elaborar e digitar este Primeiro **Termo de Aditamento ao** Termo de Parceria n.º 003/2018, em 03 (três) vias de igual forma e teor, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, juntamente com testemunhas instrumentárias, para que surtas seus jurídicos e legais efeitos, revestindo o presente Termo com eficácia de título executivo extrajudicial nos termos do Direito Civil e Processual Civil, bem como da legislação vigente.

Canabrava do Norte-MT, 13 de Agosto de 2019.

PREFEITURA CANABRAVA DO NORTE João Cleiton Araújo de Medeiros CONTRATANTE	**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PUBLICO** CONTRATADA
Iranizo Matos Rodrigues CPF: 983.429.751-34 Presidente da C.P.L	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 030/2019

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de 2019, na sede do Município de Canabrava do Norte - MT, situada na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal em Exercício **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, advogado, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte; e do outro lado a Pessoa Jurídica a seguir descrita e qualificada **Wanderson Ribeiro Costa 93985541191**, inscrita no CNPJ sob o nº 27.245.908/0001-11, sediada na Rua Geraldo Pereira, 38, Município de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, neste ato representada pela Pessoa Física Sr. **Wanderson Ribeiro Costa,** brasileiro, casado, portador do RG nº 621.913 SSP/TO e do CPF nº 939.855.411-91, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decretos Municipais, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento nos autos, resolvem registrar os preços para possível e eventual Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e configuração de computadores, roteadores, periféricos e rede de internet e assessoria nos sistemas de gestão pública, onde foi **HOMOLOGADA** nos autos do processo licitatório nº 2913/2019, referente ao Pregão Presencial n° 030/2019, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para possível e eventual contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e configuração de computadores, impressoras, roteadores, periféricos e rede de internet e assessoria nos sistemas de Gestão Pública d**as seguintes secretarias:** Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças; Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Serviços Públicos e Urbanismo, Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social; Unidade de Controle Interno; e a Alimentação dos Sistemas relacionados à Secretaria de Saúde tais como: E-SUS, SCNES, SAI/SUS, BPA E FPO pelo período de 12 meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro é o documento vinculativo obrigacional de prestação de serviços, onde constarão os preços a serem praticados, com características de compromisso da licitante vencedora, se convocadas, vierem celebrar contrato para prestação de serviços nas condições definidas neste edital e seus anexos e, se for o caso, com as demais classificadas que aceitarem prestar os serviços pelo preço do primeiro menor preço, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

2.2.O Pregoeiro convocará formalmente as fornecedoras, com antecedência mínima de 03 dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2.1. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

2.3. Colhidas as assinaturas, o Grupo Executivo de Licitações, Contratos e Controle de Almoxarifado providenciará a imediata publicação no Diário Oficial dos Municípios.

2.4. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.

2.5. Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste edital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.

2.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura de Ata de Registro de Preços e Execução, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.

2.7. A ata de registro de preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada por todas as Secretarias e ou Órgãos do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

3.2. Caberá a Secretaria Municipal de Administração deste Município a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas à prestação de serviços, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

3.3. Caberá ainda ao Setor Administrativo informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.

3.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outros municípios que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços deste Município.

3.5. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas no Edital de Convocação.

3.6. O Município de Canabrava do Norte não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LOCAL DE EXECUÇÃO, ACEITE E RECEBIMENTO.

4.1. Cada prestação de serviços deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizada pela Secretária de Administração, Contratos e Controle de Almoxarifado, dela devendo constar: a data, o valor unitário do serviço, a quantidade pretendida, o local para ser realizado, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, sendo efetuado diretamente a empresa contratada, devidamente autorizada pela autoridade superior, contendo o número de referência da Ata.

4.2. A fornecedora classificada ficará obrigada a execução os serviços dentro do prazo estipulado no edital, bem como, quando solicitado, realizar a substituição dos mesmos dentro do mesmo prazo conforme regra editalícia.

4.3. O local da execução dos serviços será estabelecido em cada Ordem de Serviço, conforme o ITEM, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar, sempre dentro do Município de Canabrava do Norte.

4.3.1. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão/entidade requisitante, não podendo ultrapassar a 03 (três) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

4.3.2. O recebimento dos serviços se efetivará, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos serviços, e conseqüente aceitação pela equipe responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

4.3.3. Serão recusados os serviços que não esteja em perfeito estado e que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para atendimento da comunidade.

4.4. Caso a fornecedora classificada em primeiro lugar não receber ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Administração convocará a segunda classificada para efetuar a execução, e assim sucessivamente quanto as demais classificadas, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

4.5. A segunda classificada só poderá fornecer à Administração quando a primeira classificada tiver seu registro junta a Ata cancelada.

4.6. Os serviços, objeto desta Ata, deverão ser prestados acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a ordem de utilização, dela devendo constar o número da Ata de Registro de Preços, o serviço, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local onde foi realizado, além das demais exigências legais.

4.7. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.8. As despesas relativas à prestação dos serviços correrão por conta exclusiva da detentora da ata.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. As obrigações decorrentes da prestação de serviços constantes do Registro de Preços será firmado com o Município de Canabrava do Norte, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, e será formalizada através de:

a) Nota de empenho ou documento equivalente, quando a execução não envolver obrigações futuras;

b) Nota de empenho ou documento equivalente e contrato de prestação de serviços, quando presentes obrigações futuras.

5.1.1. A Ata de Registro de Preços (Anexo VI) é parte integrante do Edital de Convocação, cujas condições deverão ser mantidas na sua integralidade.

5.2. O prazo para a retirada da nota de empenho e/ou assinatura da Ata será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

5.3. Os quantitativos dos serviços serão os fixados em nota de empenho e/ou contrato e, observarão obrigatoriamente os valores registrados em Ata de Registro de Preços.

5.4. A licitante vencedora não poderá subcontratar, sub-empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E REVISÃO

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Comissão de Licitação notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.3. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.4. Simultaneamente procederá a convocação das demais fornecedoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.5. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Setor de Administração solicitar nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente da prestação de serviços do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos serviços, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

7.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

7.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.4. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Secretaria Municipal de Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.

7.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

7.7. A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Fornecedora de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.9. Fica estabelecido o percentual de juros de 6% (seis por cento) ao ano, na hipótese de mora por parte da contratante.

7.10. O **Contratado** somente poderá deixar de atender a **Contratante** quando os atrasos de pagamento forem superior a 90 (noventa) dias;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da fornecedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, a juízo do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, sujeito às seguintes penalidades:

I - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

II - Cancelamento do preço registrado;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

8.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

8.3. Por atraso injustificado na execução do objeto:

I - Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

II - Rescisão unilateral do contrato se for o caso, após o décimo dia de atraso e,

III - Cancelamento do preço registrado.

8.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de prestação de serviço:

I - Advertência, por escrito, nas faltas leves;

II - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade da prestação de serviços não executado pela fornecedora;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.5. A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

8.6. Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:

I - suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.7. A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública deste Município, enquanto não adimplida a obrigação.

8.8. Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

8.9. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração Pública deste Município da aplicação da pena.

8.10. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.11. Competirá a Secretaria Municipal de Administração, na qualidade de detentor da Ata de Registro de Preços a aplicação das penalidades previstas no subitem 8.1 e seus incisos, e no inciso III, subitem 8.3.

8.12. A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 8.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima do Secretário Municipal de Administração, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 8.8, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.

8.13. O Órgão Gerenciador do Sistema de Registros de Preços, na qualidade de responsável pelo controle do cumprimento das obrigações relativas a execução caberá a aplicação das demais penalidades previstas no instrumento de convocação.

8.14. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

9.1. A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedoras registradas e, por iniciativa do Setor de Administração deste Município quando:

9.1.1. A licitante não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

9.1.2. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

9.1.3. Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

9.1.4. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8. 666/93;

9.1.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado.

9.2. Cancelado o Registro de Preço induzirá na convocação da fornecedora com classificação imediatamente subseqüente.

9.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes das aquisições da presente Ata correrão a cargo da Secretaria requisitante, usuário da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n°8.666/93 e alterações.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

11.1. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço, HOMOLOGADO a classificação da empresa conforme abaixo especificada, a empresa vencedora ficam assim registrado:

Item	Código PUG	Descrição e especificação do Produto	Unid.	Quant. Mensal	V. UNIT.	V. TOTAL
1	440876-4	Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de computadores, impressoras e periféricos e alimentação dos Sistemas relacionados à Secretaria de Saúde tais como: E-SUS, SCNES, SAI/SUS, BPA E FPO	Unid.	12	R$ 5.000,00	R$ 60.000,00
R$ 60.000,00						

EMPRESA: WANDERSON RIBEIRO COSTA 93985541191.

CNPJ: 27.245.9080001-11;

ENDEREÇO: RUA GERALDO PEREIRA, 38, SETOR DA SAÚDE, CONFRESA-MT, CEP: 78.652-000;

VALOR GLOBAL: R$ 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS);

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

Canabrava do Norte, 26 de Agosto de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal Contratante	**WANDERSON RIBEIRO COSTA** **WANDERSON RIBEIRO COSTA 93985541191**. Contratada
Iranizo Matos Rodrigues CPF: 983.429.751-34 Pregoeiro	

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO TERMO DE PARCERIA N.º 002/2018

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE**, **Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede administrativa na Avenida Aurea Tavares de Amorim, s/nº, Setor Vila São João, CEP 78.658-000, na cidade de Canabrava do Norte - MT, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º 37. 465.200/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. João Cleiton Araújo de Medeiros, brasileiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1563807-3 SSP/MT e do CPF/MF nº 011.173.691-96, doravante denominado de PARCEIRO PÚBLICO, e o IPGP – INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICA, **O INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS** - **IPGP**, é uma entidade civil sem fins lucrativos ou econômicos, de interesse coletivo, dotado de personalidade jurídica de direito privado, sob o nº. 09.540.390/0001-67, no endereço Avenida Haiti 559, Jardim das Américas, Cuiabá – MT, CEP 78 06-618 qualificado como Organização da Sociedade de Interesse Público - OSCIP, de acordo com o que dispõe a **Lei n° 9.790** de 23 de março de 1999 regulamentado pelo **Decreto 3.100,** de 30 de junho de 1999 obteve certificação do Ministério da Justiça em 21/07/2011, conforme despacho do diretor adjunto Secretário Nacional de Justiça publicado no Diário Oficial da União em 21/07/2011, neste ato representado por sua presidente, Srª. ANA LÚCIA VIEIRA DE SOUZA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob nº 403.843.499-00, portadora do RG nº 2.167.628-4/SSP-PR, o presente resolvem celebrar PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA nº 002/20018, em conformidade com as seguintes clausulas e condições:

CLÁUSULA I

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Primeiro Termo de Aditamento ao Termo de Parceria n.º 002/ 2018, celebrado entre o PARCEIRO PÚBLICO e a OSCIP, tem como base legal o art. 65, inciso I, alíneas “a” e b”, c/c o seu § 1.º, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93, as disposições da Cláusula Décima Primeira, do **Termo de Parceria n.º 002/2018, e a Resolução de Consulta n.º 02/2013 –TP, datada de** 12 de março de 2013, do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT.**

CLÁUSULA II

DOS RECURSOS FINANCEIROS

A CLÁUSULA QUARTA – “DOS RECURSOS FINANCEIROS”, do **Termo de Parceria n.º 002/2018, passa vigorar com a seguinte redação:**

1.1. GRUPO 1 - O valor da remuneração bruta do pessoal, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro.

13.1.1 Incluir-se-á no valor da remuneração bruta do pessoal mencionado no item anterior o valor dos salários, somado a todos os proventos que determinam a remuneração bruta do pessoal;

13.1.2 Incluir-se-á do custo mencionado no item anterior a provisão para as férias e provisão para décimo terceiro salário, bem como o acréscimo da diferença de décimo terceiro salário ajustada no último mês do ano, sendo considerado este como encargo do parceiro público;

13.1.3 O pagamento das rescisões trabalhistas atinentes a esta parceria são de responsabilidade única e exclusiva do município de Canabrava do Norte, assim como também são as verbas de natureza indenizatória, se resultantes de condenação judicial gerada por ato do Parceiro Público – como pode ocorrer por ato de império, conveniência administrativa ou política de gestão, determinando ou dando causa à rescisão de contratos laborais antes do seu termo final regular, ou modificando tais contratos de forma a causar reduções salariais ou rescisões indiretas, assim reconhecidas no Juízo competente; ou, ainda, pelo que se caracteriza e denomina como *"fato do príncipe"*, serão objeto de repasse específico a ser acrescido ao previsto para este grupo, tempestivamente e de modo a propiciar o pagamento, judicial ou extrajudicialmente, conforme cada caso concreto, dentro dos prazos legais, sem acréscimos de multas que, se eventualmente aplicadas por atraso no pagamento pela **OSCIP**, motivado pelo atraso de repasse, serão de responsabilidade do parceiro público, sendo que reconhece o Parceiro Público a sua responsabilidade exclusiva para tais situações, no âmbito processual, sem prejuízo da obrigatoriedade de ressarcir à **OSCIP** as quantias que esta for eventualmente compelida a pagar nestas hipóteses, com recursos próprios e antes da efetivação dos respectivos repasses;

13.1.4 Aplica-se aos casos judiciais e extrajudiciais, bem como a outros, transitados em julgado e que se enquadrem nas hipóteses do parágrafo anterior, sem ressarcimento à **OSCIP** até à data em que perdurar o direito trabalhista, seja do valor pago por esta ou desta descontado nos repasses, devendo, em tais casos, ser a **OSCIP** ressarcida da soma de tais valores, devidamente corrigidos;

13.2 **GRUPO 2** – O valor da remuneração dos profissionais, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro;

13.3 **GRUPO 3** – O valor da prestação dos serviços, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro;

13.4 **GRUPO 4** - O valor original da despesa, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro;

13.4.1 Incluir-se-ão no custo do grupo 4 a realização de atividades, eventos, consultoria, cooperação técnica, serviços e assessoria de interesse público, bem como pelos serviços complementares e necessários ao bom desempenho dos programas, se caracterizando por não ser o objeto principal do programa, tais como: apoio logístico, materiais de consumo, locação de equipamentos, aquisição de Exames, locação de sistemas, Capacitações e treinamentos, desenvolvimento de pesquisas, despesas de viagens e outros custos não constantes nos grupos anteriores, quando utilizadas nas atividades previstas e para obtenção das metas previstas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O valor a ser repassado pelo PARCEIRO PÚBLICO à OSCIP, a título de CUSTO INDIRETO ADMINISTRATIVO – SEDE e CUSTO COM SERVIÇO DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA, deverá ser rateado na mesma proporção e valores, com os demais Termos de Parceria que a OSCIP executa concomitantemente de outros Órgãos e Entidades da Administração Pública.

CLÁUSULA III

DA VIGÊNCIA DO PRESENTE TERMO DE ADITAMENTO

As disposições do presente Primeiro **Termo de Aditamento ao** Termo de Parceria n.º 002/2018 vigorarão pelo prazo de 12 meses, podendo ser renovado ou prorrogado, caso haja amparo legal.

CLÁUSULA IV

DA INCORPORAÇÃO E DAS DEMAIS CLÁUSULAS DA PARCERIA

Ficam incorporadas ao Termo de Parceria n.º 002/2018, celebrado entre o PARCEIRO PÚBLICO e a OSCIP, as cláusulas e condições do presente Primeiro Termo de Aditamento e mantidas as demais não alteradas pelo mesmo, bem como as respectivas documentações integrantes do Termo de Parceria, desde que não contrárias ao presente Termo.

CLÁUSULA V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem assim havendo justo e concertado, foi mandado elaborar e digitar este Primeiro **Termo de Aditamento ao** Termo de Parceria n.º 002/2018, em 03 (três) vias de igual forma e teor, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, juntamente com testemunhas instrumentárias, para que surtas seus jurídicos e legais efeitos, revestindo o presente Termo com eficácia de título executivo extrajudicial nos termos do Direito Civil e Processual Civil, bem como da legislação vigente.

Canabrava do Norte-MT, 13 de Agosto de 2019.

PREFEITURA CANABRAVA DO NORTE João Cleiton Araújo de Medeiros CONTRATANTE	**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PUBLICO** CONTRATADA
Iranizo Matos Rodrigues CPF: 983.429.751-34 Presidente da C.P.L	

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO TERMO DE PARCERIA N.º 001/2018

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE**, **Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede administrativa na Avenida Aurea Tavares de Amorim, s/nº, Setor Vila São João, CEP 78.658-000, na cidade de Canabrava do Norte - MT, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º 37. 465.200/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. João Cleiton Araújo de Medeiros, brasileiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1563807-3 SSP/MT e do CPF/MF nº 011.173.691-96, doravante denominado de PARCEIRO PÚBLICO, e o IPGP – INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICA, **O INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS** - **IPGP**, é uma entidade civil sem fins lucrativos ou econômicos, de interesse coletivo, dotado de personalidade jurídica de direito privado, sob o nº. 09.540.390/0001-67, no endereço Avenida Haiti 559, Jardim das Américas, Cuiabá – MT, CEP 78 06-618 qualificado como Organização da Sociedade de Interesse Público - OSCIP, de acordo com o que dispõe a **Lei n° 9.790** de 23 de março de 1999 regulamentado pelo **Decreto 3.100,** de 30 de junho de 1999 obteve certificação do Ministério da Justiça em 21/07/2011, conforme despacho do diretor adjunto Secretário Nacional de Justiça publicado no Diário Oficial da União em 21/07/2011, neste ato representado por sua presidente, Srª. ANA LÚCIA VIEIRA DE SOUZA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob nº 403.843.499-00, portadora do RG nº 2.167.628-4/SSP-PR, o presente resolvem celebrar PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA nº 001/20018, em conformidade com as seguintes clausulas e condições:

CLÁUSULA I

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Primeiro Termo de Aditamento ao Termo de Parceria n.º 001/2018, celebrado entre o PARCEIRO PÚBLICO e a OSCIP, tem como base legal o art. 65, inciso I, alíneas "a" e b", c/c o seu § 1.º, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93, as disposições da Cláusula Décima Primeira, do **Termo de Parceria n.º 001/2018, e a Resolução de Consulta n.º 02/2013 –TP, datada de** 12 de março de 2013, do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT.**

CLÁUSULA II

DOS RECURSOS FINANCEIROS

A CLÁUSULA QUARTA – "DOS RECURSOS FINANCEIROS", do **Termo de Parceria n.º 001/2018, passa vigorar com a seguinte redação:**

1.1. GRUPO 1 - O valor da remuneração bruta do pessoal, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro.

13.1.1 Incluir-se-á no valor da remuneração bruta do pessoal mencionado no item anterior o valor dos salários, somado a todos os proventos que determinam a remuneração bruta do pessoal;

13.1.2 Incluir-se-á do custo mencionado no item anterior a provisão para as férias e provisão para décimo terceiro salário, bem como o acréscimo da diferença de décimo terceiro salário ajustada no último mês do ano, sendo considerado este como encargo do parceiro público;

13.1.3 O pagamento das rescisões trabalhistas atinentes a esta parceria são de responsabilidade única e exclusiva do município de Canabrava do Norte, assim como também são as verbas de natureza indenizatória, se resultantes de condenação judicial gerada por ato do Parceiro Público – como pode ocorrer por ato de império, conveniência administrativa ou política de gestão, determinando ou dando causa à rescisão de contratos laborais antes do seu termo final regular, ou modificando tais contratos de forma a causar reduções salariais ou rescisões indiretas, assim reconhecidas no Juízo competente; ou, ainda, pelo que se caracteriza e denomina como *"fato do príncipe"*, serão objeto de repasse específico a ser acrescido ao previsto para este grupo, tempestivamente e de modo a propiciar o pagamento, judicial ou extrajudicialmente, conforme cada caso concreto, dentro dos prazos legais, sem acréscimos de multas que, se eventualmente aplicadas por atraso no pagamento pela **OSCIP**, motivado pelo atraso de repasse, serão de responsabilidade do parceiro público, sendo que reconhece o Parceiro Público a sua responsabilidade exclusiva para tais situações, no âmbito processual, sem prejuízo da obrigatoriedade de ressarcir à **OSCIP** as quantias que esta for eventualmente compelida a pagar nestas hipóteses, com recursos próprios e antes da efetivação dos respectivos repasses;

13.1.4 Aplica-se aos casos judiciais e extrajudiciais, bem como a outros, transitados em julgado e que se enquadrem nas hipóteses do parágrafo anterior, sem ressarcimento à **OSCIP** até à data em que perdurar o direito trabalhista, seja do valor pago por esta ou desta descontado nos repasses, devendo, em tais casos, ser a **OSCIP** ressarcida da soma de tais valores, devidamente corrigidos;

13.2 **GRUPO 2** – O valor da remuneração dos profissionais, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro;

13.3 **GRUPO 3** – O valor da prestação dos serviços, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro;

13.4 **GRUPO 4** - O valor original da despesa, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro;

13.4.1 Incluir-se-ão no custo do grupo 4 a realização de atividades, eventos, consultoria, cooperação técnica, serviços e assessoria de interesse público, bem como pelos serviços complementares e necessários ao bom desempenho dos programas, se caracterizando por não ser o objeto principal do programa, tais como: apoio logístico, materiais de consumo, locação de equipamentos, aquisição de Exames, locação de sistemas, Capacitações e treinamentos, desenvolvimento de pesquisas, despesas de viagens e outros custos não constantes nos grupos anteriores, quando utilizadas nas atividades previstas e para obtenção das metas previstas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O valor a ser repassado pelo PARCEIRO PÚBLICO à OSCIP, a título de CUSTO INDIRETO ADMINISTRATIVO – SEDE e CUSTO COM SERVIÇO DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA, deverá ser rateado na mesma proporção e valores, com os demais Termos de Parceria que a OSCIP executa concomitantemente de outros Órgãos e Entidades da Administração Pública.

CLÁUSULA III

DA VIGÊNCIA DO PRESENTE TERMO DE ADITAMENTO

As disposições do presente Primeiro **Termo de Aditamento ao** Termo de Parceria n.º 001/2018 vigorarão pelo prazo de 12 meses, podendo ser renovado ou prorrogado, caso haja amparo legal.

CLÁUSULA IV

DA INCORPORAÇÃO E DAS DEMAIS CLÁUSULAS DA PARCERIA

Ficam incorporadas ao Termo de Parceria n.º 001/2018, celebrado entre o PARCEIRO PÚBLICO e a OSCIP, as cláusulas e condições do presente Primeiro Termo de Aditamento e mantidas as demais não alteradas pelo mesmo, bem como as respectivas documentações integrantes do Termo de Parceria, desde que não contrárias ao presente Termo.

CLÁUSULA V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem assim havendo justo e concertado, foi mandado elaborar e digitar este Primeiro **Termo de Aditamento ao** Termo de Parceria n.º 001/2018, em 03 (três) vias de igual forma e teor, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, juntamente com testemunhas instrumentárias, para que surtas seus jurídicos e legais efeitos, revestindo o presente Termo com eficácia de título executivo extrajudicial nos termos do Direito Civil e Processual Civil, bem como da legislação vigente.

Canabrava do Norte-MT, 13 de Agosto de 2019.

PREFEITURA CANABRAVA DO NORTE João Cleiton Araújo de Medeiros CONTRATANTE	**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PUBLICO** CONTRATADA
Iranizo Matos Rodrigues CPF: 983.429.751-34 Presidente da C.P.L	

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO TERMO DE PARCERIA N.º 004/2018

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE**, **Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede administrativa na Avenida Aurea Tavares de Amorim, s/nº, Setor Vila São João, CEP 78.658-000, na cidade de Canabrava do Norte - MT, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º 37.465.200/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. João Cleiton Araújo de Medeiros, brasileiro, advogado, portador da Cédula de

Identidade RG nº 1563807-3 SSP/MT e do CPF/MF nº 011.173.691-96, doravante denominado de PARCEIRO PÚBLICO, e o IPGP – INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICA, **O INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS** - **IPGP**, é uma entidade civil sem fins lucrativos ou econômicos, de interesse coletivo, dotado de personalidade jurídica de direito privado, sob o nº. 09.540.390/0001-67, no endereço Avenida Haiti 559, Jardim das Américas, Cuiabá – MT, CEP 78 06-618 qualificado como Organização da Sociedade de Interesse Público - OSCIP, de acordo com o que dispõe a **Lei n° 9.790** de 23 de março de 1999 regulamentado pelo **Decreto 3.100,** de 30 de junho de 1999 obteve certificação do Ministério da Justiça em 21/07/2011, conforme despacho do diretor adjunto Secretário Nacional de Justiça publicado no Diário Oficial da União em 21/07/2011, neste ato representado por sua presidente, Srª. ANA LÚCIA VIEIRA DE SOUZA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob nº 403.843.499-00, portadora do RG nº 2.167.628-4/SSP-PR, o presente resolvem celebrar PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA nº 004/20018, em conformidade com as seguintes clausulas e condições:

CLÁUSULA I

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Primeiro Termo de Aditamento ao Termo de Parceria n.º 004/2018, celebrado entre o PARCEIRO PÚBLICO e a OSCIP, tem como base legal o art. 65, inciso I, alíneas "a" e b", c/c o seu § 1.º, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93, as disposições da Cláusula Décima Primeira, do **Termo de Parceria n.º 004/2018, e a Resolução de Consulta n.º 02/2013 –TP, datada de** 12 de março de 2013, do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT.**

CLÁUSULA II

DOS RECURSOS FINANCEIROS

A CLÁUSULA QUARTA – "DOS RECURSOS FINANCEIROS", do **Termo de Parceria n.º 004/2018, passa vigorar com a seguinte redação:**

1.1. GRUPO 1 - O valor da remuneração bruta do pessoal, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro.

13.1.1 Incluir-se-á no valor da remuneração bruta do pessoal mencionado no item anterior o valor dos salários, somado a todos os proventos que determinam a remuneração bruta do pessoal;

13.1.2 Incluir-se-á do custo mencionado no item anterior a provisão para as férias e provisão para décimo terceiro salário, bem como o acréscimo da diferença de décimo terceiro salário ajustada no último mês do ano, sendo considerado este como encargo do parceiro público;

13.1.3 O pagamento das rescisões trabalhistas atinentes a esta parceria são de responsabilidade única e exclusiva do município de Canabrava do Norte, assim como também são as verbas de natureza indenizatória, se resultantes de condenação judicial gerada por ato do Parceiro Público – como pode ocorrer por ato de império, conveniência administrativa ou política de gestão, determinando ou dando causa à rescisão de contratos laborais antes do seu termo final regular, ou modificando tais contratos de forma a causar reduções salariais ou rescisões indiretas, assim reconhecidas no Juízo competente; ou, ainda, pelo que se caracteriza e denomina como *"fato do príncipe"*, serão objeto de repasse específico a ser acrescido ao previsto para este grupo, tempestivamente e de modo a propiciar o pagamento, judicial ou extrajudicialmente, conforme cada caso concreto, dentro dos prazos legais, sem acréscimos de multas que, se eventualmente aplicadas por atraso no pagamento pela **OSCIP**, motivado pelo atraso de repasse, serão de responsabilidade do parceiro público, sendo que reconhece o Parceiro Público a sua responsabilidade exclusiva para tais situações, no âmbito processual, sem prejuízo da obrigatoriedade de ressarcir à **OSCIP** as quantias que esta for eventualmente compelida a pagar nestas hipóteses, com recursos próprios e antes da efetivação dos respectivos repasses;

13.1.4 Aplica-se aos casos judiciais e extrajudiciais, bem como a outros, transitados em julgado e que se enquadrem nas hipóteses do parágrafo anterior, sem ressarcimento à **OSCIP** até à data em que perdurar o direito trabalhista, seja do valor pago por esta ou desta descontado nos repasses, devendo, em tais casos, ser a **OSCIP** ressarcida da soma de tais valores, devidamente corrigidos;

13.2 **GRUPO 2** – O valor da remuneração dos profissionais, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro;

13.3 **GRUPO 3** – O valor da prestação dos serviços, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro;

13.4 **GRUPO 4** - O valor original da despesa, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro;

13.4.1 Incluir-se-ão no custo do grupo 4 a realização de atividades, eventos, consultoria, cooperação técnica, serviços e assessoria de interesse público, bem como pelos serviços complementares e necessários ao bom desempenho dos programas, se caracterizando por não ser o objeto principal do programa, tais como: apoio logístico, materiais de consumo, locação de equipamentos, aquisição de Exames, locação de sistemas, Capacitações e treinamentos, desenvolvimento de pesquisas, despesas de viagens e outros custos não constantes nos grupos anteriores, quando utilizadas nas atividades previstas e para obtenção das metas previstas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O valor a ser repassado pelo PARCEIRO PÚBLICO à OSCIP, a título de CUSTO INDIRETO ADMINISTRATIVO – SEDE e CUSTO COM SERVIÇO DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA, deverá ser rateado na mesma proporção e valores, com os demais Termos de Parceria que a OSCIP executa concomitantemente de outros Órgãos e Entidades da Administração Pública.

CLÁUSULA III

DA VIGÊNCIA DO PRESENTE TERMO DE ADITAMENTO

As disposições do presente Primeiro **Termo de Aditamento ao** Termo de Parceria n.º 004/2018 vigorarão pelo prazo de 12 meses, podendo ser renovado ou prorrogado, caso haja amparo legal.

CLÁUSULA IV

DA INCORPORAÇÃO E DAS DEMAIS CLÁUSULAS DA PARCERIA

Ficam incorporadas ao Termo de Parceria n.º 004/2018, celebrado entre o PARCEIRO PÚBLICO e a OSCIP, as cláusulas e condições do presente Primeiro Termo de Aditamento e mantidas as demais não alteradas pelo mesmo, bem como as respectivas documentações integrantes do Termo de Parceria, desde que não contrárias ao presente Termo.

CLÁUSULA V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem assim havendo justo e concertado, foi mandado elaborar e digitar este Primeiro **Termo de Aditamento ao** Termo de Parceria n.º 004/2018, em 03 (três) vias de igual forma e teor, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, juntamente com testemunhas instrumentárias, para que surtas seus jurídicos e legais efeitos, revestindo o

presente Termo com eficácia de título executivo extrajudicial nos termos do Direito Civil e Processual Civil, bem como da legislação vigente.

Canabrava do Norte-MT, 13 de Agosto de 2019.

PREFEITURA CANABRAVA DO NORTE João Cleiton Araújo de Medeiros CONTRATANTE	**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PUBLICO** CONTRATADA
Iranizo Matos Rodrigues CPF: 983.429.751-34 Presidente da C.P.L	

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N. 700/2019, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

DECRETO N. 700/2019, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

"CONVOCA A VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, no uso de suas atribuições legais, em conjunto com o presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da política de Assistência Social do Município.

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica convocada a **VIII Conferência Municipal de Assistência Social** do Município, a ser realizada no dia 28 de agosto de 2019, sob a coordenação do Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

Artigo 2º - O tema central da Conferência será, **"EM DEFESA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO DO CIDADÃO E DEVER DO ESTADO".**

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação própria do orçamento Gestor Municipal de Assistência Social.

Artigo 4º - A VIII Conferência Municipal de Assistência Social, será realizada na Câmara Municipal de Vereadores, localizada na Praça Frederico de Souza Brito, Centro, nesta cidade.

Artigo 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Divulgue-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 26 de agosto de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ACRÍSIO LUIZ DOS REIS

Presidente do CMAS

Gestão 2019/2021

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO TERMO DE PARCERIA N.º 005/2018

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE**, **Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede administrativa na Avenida Aurea Tavares de Amorim, s/nº, Setor Vila São João, CEP 78.658-000, na cidade de Canabrava do Norte - MT, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º 37. 465.200/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. João Cleiton Araújo de Medeiros, brasileiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1563807-3 SSP/MT e do CPF/MF nº 011.173.691-96, doravante denominado de PARCEIRO PÚBLICO, e o IPGP – INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICA, **O INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS** - **IPGP**, é uma entidade civil sem fins lucrativos ou econômicos, de interesse coletivo, dotado de personalidade jurídica de direito privado, sob o nº. 09.540.390/0001-67, no endereço Avenida Haiti 559, Jardim das Américas, Cuiabá – MT, CEP 78 06-618 qualificado como Organização da Sociedade de Interesse Público - OSCIP, de acordo com o que dispõe a **Lei n° 9.790** de 23 de março de 1999 regulamentado pelo **Decreto 3.100,** de 30 de junho de 1999 obteve certificação do Ministério da Justiça em 21/07/2011, conforme despacho do diretor adjunto Secretário Nacional de Justiça publicado no Diário Oficial da União em 21/07/2011, neste ato representado por sua presidente, Srª. ANA LÚCIA VIEIRA DE SOUZA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob nº 403.843.499-00, portadora do RG nº 2.167.628-4/SSP-PR, o presente resolvem celebrar PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA nº 005/20018, em conformidade com as seguintes clausulas e condições:

CLÁUSULA I

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Primeiro Termo de Aditamento ao Termo de Parceria n.º 005/2018, celebrado entre o PARCEIRO PÚBLICO e a OSCIP, tem como base legal o art. 65, inciso I, alíneas "a" e b", c/c o seu § 1.º, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93, as disposições da Cláusula Décima Primeira, do **Termo de Parceria n.º 005/2018, e a Resolução de Consulta n.º 02/2013 –TP, datada de** 12 de março de 2013, do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT.**

CLÁUSULA II

DOS RECURSOS FINANCEIROS

A CLÁUSULA QUARTA – "DOS RECURSOS FINANCEIROS", do **Termo de Parceria n.º 005/2018, passa vigorar com a seguinte redação:**

1.1. GRUPO 1 - O valor da remuneração bruta do pessoal, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro.

13.1.1 Incluir-se-á no valor da remuneração bruta do pessoal mencionado no item anterior o valor dos salários, somado a todos os proventos que determinam a remuneração bruta do pessoal;

13.1.2 Incluir-se-á do custo mencionado no item anterior a provisão para as férias e provisão para décimo terceiro salário, bem como o acréscimo da diferença de décimo terceiro salário ajustada no último mês do ano, sendo considerado este como encargo do parceiro público;

13.1.3 O pagamento das rescisões trabalhistas atinentes a esta parceria são de responsabilidade única e exclusiva do município de Canabrava do Norte, assim como também são as verbas de natureza indenizatória, se resultantes de condenação judicial gerada por ato do Parceiro Público – como pode ocorrer por ato de império, conveniência administrativa ou política de gestão, determinando ou dando causa à rescisão de contratos laborais antes do seu termo final regular, ou modificando tais contratos de forma a causar reduções salariais ou rescisões indiretas, assim reconhecidas no Juízo competente; ou, ainda, pelo que se caracteriza e denomina como *"fato do príncipe"*, serão objeto de repasse específico a ser acrescido ao previsto para este grupo, tempestivamente e de modo a propiciar o pagamento, judicial ou extrajudicialmente, conforme cada caso concreto, dentro dos prazos legais, sem acréscimos de multas que, se eventualmente aplicadas por atraso no pagamento pela **OSCIP**, motivado pelo atraso de repasse, serão de responsabilidade do parceiro público, sendo que reconhece o Parceiro Público a sua responsabilidade exclusiva para tais situações, no âmbito processual, sem prejuízo da obrigatoriedade de ressarcir à **OSCIP** as quantias que esta for eventualmente compelida a pagar nestas hipóteses, com recursos próprios e antes da efetivação dos respectivos repasses;

13.1.4 Aplica-se aos casos judiciais e extrajudiciais, bem como a outros, transitados em julgado e que se enquadrem nas hipóteses do parágrafo anterior, sem ressarcimento à **OSCIP** até à data em que perdurar o direito trabalhista, seja do valor pago por esta ou desta descontado nos repasses, devendo, em tais casos, ser a **OSCIP** ressarcida da soma de tais valores, devidamente corrigidos;

13.2 **GRUPO 2** – O valor da remuneração dos profissionais, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro;

13.3 **GRUPO 3** – O valor da prestação dos serviços, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro;

13.4 **GRUPO 4** - O valor original da despesa, acrescido do valor integral das despesas e custos operacionais/administrativos e institucionais da OSCIP. Estes custos serão comprovados mensalmente através da apresentação de folha de pagamento da OSCIP, faturas e/ ou notas fiscais dos prestadores de serviços, podendo variar de um mês para outro;

13.4.1 Incluir-se-ão no custo do grupo 4 a realização de atividades, eventos, consultoria, cooperação técnica, serviços e assessoria de interesse público, bem como pelos serviços complementares e necessários ao bom desempenho dos programas, se caracterizando por não ser o objeto principal do programa, tais como: apoio logístico, materiais de consumo, locação de equipamentos, aquisição de Exames, locação de sistemas, Capacitações e treinamentos, desenvolvimento de pesquisas, despesas de viagens e outros custos não constantes nos grupos anteriores, quando utilizadas nas atividades previstas e para obtenção das metas previstas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O valor a ser repassado pelo PARCEIRO PÚBLICO à OSCIP, a título de CUSTO INDIRETO ADMINISTRATIVO – SEDE e CUSTO COM SERVIÇO DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA, deverá ser rateado na mesma proporção e valores, com os demais Termos de Parceria que a OSCIP executa concomitantemente de outros Órgãos e Entidades da Administração Pública.

CLÁUSULA III

DA VIGÊNCIA DO PRESENTE TERMO DE ADITAMENTO

As disposições do presente Primeiro **Termo de Aditamento ao** Termo de Parceria n.º 005/2018 vigorarão pelo prazo de 12 meses, podendo ser renovado ou prorrogado, caso haja amparo legal.

CLÁUSULA IV

DA INCORPORAÇÃO E DAS DEMAIS CLÁUSULAS DA PARCERIA

Ficam incorporadas ao Termo de Parceria n.º 005/2018, celebrado entre o PARCEIRO PÚBLICO e a OSCIP, as cláusulas e condições do presente Primeiro Termo de Aditamento e mantidas as demais não alteradas pelo mesmo, bem como as respectivas documentações integrantes do Termo de Parceria, desde que não contrárias ao presente Termo.

CLÁUSULA V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem assim havendo justo e concertado, foi mandado elaborar e digitar este Primeiro **Termo de Aditamento ao** Termo de Parceria n.º 005/2018, em 03 (três) vias de igual forma e teor, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, juntamente com testemunhas instrumentárias, para que surtas seus jurídicos e legais efeitos, revestindo o presente Termo com eficácia de título executivo extrajudicial nos termos do Direito Civil e Processual Civil, bem como da legislação vigente.

Canabrava do Norte-MT, 13 de Agosto de 2019.

PREFEITURA CANABRAVA DO NORTE João Cleiton Araújo de Medeiros CONTRATANTE	**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PUBLICO** CONTRATADA
Iranizo Matos Rodrigues CPF: 983.429.751-34 Presidente da C.P.L	

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 005/2019 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

RESOLUÇÃO 005/2019

Súmula: Convocação da VIII Conferência Municipal de Assistência Social do município de Canabrava do Norte/MT e composição da comissão organizadora.

O **Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS** de Canabrava do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e na Lei Municipal nº 777/2017.

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária em Reunião Extraordinária realizada no dia 22 de Agosto de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a VIII Conferência Municipal de Assistência Social com o tema: **"EM DEFESA DA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO DO CIDADÃO E DEVER DO ESTADO".**

§ único - A VIII Conferência Municipal de Assistência Social será realizada no dia 28 de agosto de 2019, na Câmara Municipal deste município.

Art. 2º - Instituir a Comissão Organizadora da VIII Conferência Municipal de Assistência Social, sob a coordenação do Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

§1º - A Comissão Organizadora será composta por:

I – Representante do Governo**: Reinair da Hora Trindade Oliveira e Ruth Ferreira Campos;**

II – Representante da Sociedade Civil: **Vanessa Lucas Pereira Santos e Margarete Silva Trindade Quintéro.**

§ 2º A Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social – SMHTAS e o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, proporcionará o apoio necessário ao funcionamento da Comissão Organizadora para a realização desta conferência.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de publicação.

.

Canabrava do Norte-MT, 22 de Agosto de 2019.

Acrísio Luiz dos Reis

Presidente do CMAS

Gestão 2019/2021

DECRETO 2961-2019

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

DECRETO Nº 2961/19
DE 1 DE ABRIL DE 2019.

"Abre Crédito SUPLEMENTAR - Anulação de dotação no Orçamento Programa de 2019 e da Outras Providências", com base na Lei Municipal de Nº 1398/18 de 1 de outubro de 2018.

O Sr. FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 1.011.810,00 (um milhão, onze mil e oitocentos e dez reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
P. A: 2.018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GABINETE SECRETARIO		
(0087) 3.3.90.30 00.00.0001 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	10.000,00
(0562) 3.3.90.34 00.00.0001 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE	R$	11.310,00
(0090) 3.3.90.39 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	17.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
P. A: 1.014 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPL. DA REDE ESCOLAR		
(0105) 4.4.90.51 00.00.0022 - OBRAS E INSTALACOES	R$	78.000,00
P. A: 2.030 - PROGRAMA SALÁRIO-EDUCAÇÃO		
(0147) 3.3.90.39 00.00.0015 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	15.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.06 - DEPARTAMENTO DE CULTURA		
P. A: 2.040 - MANUTENÇÃO, PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA CULTURA		
(0197) 3.1.90.13 00.00.0000 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	20.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.02 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		
P. A: 1.025 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MAT. PERMANENTE DA ATENÇÃO BÁSICA		
(0566) 4.4.90.52 00.00.0047 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	22.000,00
P. A: 2.043 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BÁSICAS NOS PSFs		
(0231) 3.3.90.30 00.00.0046 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	3.000,00
(0575) 3.3.90.34 00.00.0002 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE	R$	28.000,00
P. A: 2.044 - DESPESAS COM PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS PSFs		
(0239) 3.1.90.04 00.00.0046 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	25.000,00
(0241) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	160.000,00
(0245) 3.1.90.94 00.00.0046 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALH	R$	25.000,00

Rua. Miraguai, Nº 248, Bairro Centro - Canarana/MT CEP: 78.640-000 - FONE/FAX: (0xx66) 3478-1200
E-mail: chefegabinetepmc@gmail.com

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.03 - BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC		
P. A: 1.027 - AQUISIÇÃO EQUIP. MAT. PERMANENTE MAC		
(0569) 4.4.90.52 00.00.0047 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	13.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.01 - GABINETE DO SEC. DE OBRAS		
P. A: 2.058 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES GAB. SECRETÁRIO DE OBRAS		
(0385) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	356.500,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.02 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS		
P. A: 1.036 - CONSTRUÇÃO, REFORMA PRAÇAS, PARQUES E JARDINS		
(0396) 4.4.90.51 00.00.0024 - OBRAS E INSTALACOES	R$	26.000,00
P. A: 2.061 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS		
(0420) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	30.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
P. A: 1.057 - CONSTRC. REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CRAS		
(0481) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	40.000,00
(0482) 4.4.90.51 00.00.0021 - OBRAS E INSTALACOES	R$	40.000,00
P. A: 2.077 - MANUT. PROGRAMAS SOCIAIS DIVERSOS		
(0498) 3.3.90.39 00.00.0029 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	30.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESPORTES E LAZER		
P. A: 2.081 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES SEC. DE ESPORTE E LAZER		
(0578) 3.3.90.34 00.00.0000 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE	R$	15.000,00
(0513) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	47.000,00
	TOTAL R$	**1.011.810,00**

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 1.011.810,00 (um milhão, onze mil e oitocentos e dez reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
P. A: 2.018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GABINETE SECRETARIO		
(0090) 3.3.90.39 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	11.310,00
(0091) 3.3.90.91 00.00.0001 - SENTENCAS JUDICIAIS	R$	10.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 1.011.810,00 (um milhão, onze mil e oitocentos e dez reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
P. A: 2.018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GABINETE SECRETARIO		
(0093) 3.3.90.93 00.00.0001 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$	17.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
P. A: 1.012 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MAT. PERMANENTE FUNDO DE EDUCAÇÃO		
(0101) 4.4.90.52 00.00.0022 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	3.000,00
P. A: 1.013 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, ONIBUS E MICRO-ONIBUS		
(0103) 4.4.90.52 00.00.0022 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	25.000,00
P. A: 1.015 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS E GINÁSIO POLI-ESPORTIVO EM ESCOLAS		
(0107) 4.4.90.51 00.00.0022 - OBRAS E INSTALACOES	R$	50.000,00
P. A: 2.030 - PROGRAMA SALÁRIO-EDUCAÇÃO		
(0146) 3.3.90.30 00.00.0015 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	15.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.06 - DEPARTAMENTO DE CULTURA		
P. A: 2.039 - REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES E EVENTOS CULTURAIS		
(0192) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	20.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.02 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.043 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BÁSICAS NOS PSFs		
(0229) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	22.000,00
(0235) 3.3.90.36 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	3.000,00
(0236) 3.3.90.39 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	28.000,00
P. A: 2.048 - MANUTENÇÃO DESPESAS DA ATENÇÃO BÁSICA		
(0282) 3.3.90.30 00.00.0046 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	210.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.03 - BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC		
P. A: 2.050 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES UNIDADE MISTA DE SAÚDE/HOSPITAL		
(0299) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	13.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.06 - FUNDO MUN. DE SANEAMENTO BÁSICO		
P. A: 1.033 - CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO NAS AGROVIL		
(0379) 4.4.90.51 00.00.0024 - OBRAS E INSTALACOES	R$	26.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 1.011.810,00 (um milhão, onze mil e oitocentos e dez reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.01 - GABINETE DO SEC. DE OBRAS		
P. A: 2.058 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES GAB. SECRETÁRIO DE OBRAS		
(0382) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	46.500,00
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.02 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS		
P. A: 1.037 - AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIOS E TERRENOS		
(0397) 4.4.90.61 00.00.0000 - AQUISICAO DE IMOVEIS	R$	50.000,00
P. A: 2.061 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS		
(0419) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR$		30.000,00
P. A: 2.062 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS MAQUINAS E EQUIP. RODOVIÁRIOS		
(0423) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR$		260.000,00
Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
P. A: 2.076 - ATENDIMENTO A BENEFÍCIOS EVENTUAIS		
(0491) 3.3.90.32 00.00.0000 - MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIR$		80.000,00
P. A: 2.077 - MANUT. PROGRAMAS SOCIAIS DIVERSOS		
(0497) 3.3.90.36 00.00.0029 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR$		30.000,00
Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESPORTES E LAZER		
P. A: 2.081 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES SEC. DE ESPORTE E LAZER		
(0512) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR$		15.000,00
Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER		
P. A: 2.083 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ESPORTE		
(0527) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR$		30.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 1.011.810,00 (um milhão, onze mil e oitocentos e dez reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	**Valor**
Unidade: 10.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
P. A: 2.084 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	
(0530) 3.3.90.31 00.00.0000 - PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS E OR$	17.000,00
TOTAL R$	**1.011.810,00**

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA
Prefeito Municipal

DECRETO 2978-2019

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

DECRETO Nº 2978/19
DE 3 DE JUNHO DE 2019.

"Abre Crédito SUPLEMENTAR - Anulação de dotação no Orçamento Programa de 2019 e da Outras Providências", com base na Lei Municipal de Nº 1398/18 de 1 de outubro de 2018.

O Sr. FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA,Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 02 - SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL		**Valor**
Unidade: 02.01 - GABINETE DA SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENT		
P. A: 2.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GAB. SEC GESTÃO GOVERNAMENTA		
(0028) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	8.000,00
Órgão: 03 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS		**Valor**
Unidade: 03.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO(A) ADMINISTRAÇÃO		
P. A: 2.011 - APOIO ÀS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR		
(0062) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	50.000,00
Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		**Valor**
Unidade: 04.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO(A) FINANÇAS		
P. A: 2.012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM SEC DE FINANÇAS		
(0073) 3.3.90.93 00.00.0000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$	2.000,00
P. A: 2.014 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA E ENCARGOS		
(0078) 3.2.90.21 00.00.0000 - JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	R$	50.000,00
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
P. A: 2.018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GABINETE SECRETARIO		
(0087) 3.3.90.30 00.00.0001 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	50.000,00
(0562) 3.3.90.34 00.00.0001 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE	R$	9.000,00
(0090) 3.3.90.39 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	12.500,00
(0093) 3.3.90.93 00.00.0001 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$	20.000,00
P. A: 2.019 - DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS GAB DO SECRETÁRIO		
(0096) 3.1.90.04 00.00.0001 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	100.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
P. A: 1.012 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MAT. PERMANENTE FUNDO DE EDUCAÇÃO		
(0100) 4.4.90.52 00.00.0001 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	10.080,00
P. A: 1.014 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPL. DA REDE ESCOLAR		
(0104) 4.4.90.51 00.00.0001 - OBRAS E INSTALACOES	R$	55.000,00
(0105) 4.4.90.51 00.00.0022 - OBRAS E INSTALACOES	R$	50.000,00
P. A: 2.023 - MANUTENÇÃO PROGRAMA MERENDO ESCOLAR -PNAEF		
(0119) 3.3.90.30 00.00.0001 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	30.000,00
P. A: 2.024 - TERCEIRIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		
(0125) 3.3.90.39 00.00.0030 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	13.000,00
P. A: 2.026 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS, PALESTRAS E SEMINÁRIOS		
(0136) 3.3.90.39 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	10.000,00
P. A: 2.028 - PROGRAMAS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ESTADO/UNIÃO)		
(0141) 3.3.90.39 00.00.0015 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	8.000,00
(0142) 3.3.90.39 00.00.0022 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	12.000,00
P. A: 2.030 - PROGRAMA SALÁRIO-EDUCAÇÃO		
(0146) 3.3.90.30 00.00.0015 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	24.000,00
(0147) 3.3.90.39 00.00.0015 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	38.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.05 - FUNDEB - FUNDO DE DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.037 - DESPESAS PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS FUNDEB60%		
(0180) 3.1.90.04 00.00.0018 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	100.000,00
(0182) 3.1.90.13 00.00.0018 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	50.000,00
P. A: 2.038 - DESPESAS COM PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS FUNDEB60% INFANTIL		
(0184) 3.1.90.04 00.00.0018 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	60.000,00
(0186) 3.1.90.13 00.00.0018 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	20.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.01 - BLOCO GESTÃO EM SAÚDE		
P. A: 2.042 - DESPESAS PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS BLOCO GESTÃO		
(0219) 3.1.90.94 00.00.0002 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALH	R$	15.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.02 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.043 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BÁSICAS NOS PSFs		
(0236) 3.3.90.39 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	40.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.02 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.044 - DESPESAS COM PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS PSFs		
(0239) 3.1.90.04 00.00.0046 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	20.000,00
(0241) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	160.000,00
(0245) 3.1.90.94 00.00.0046 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALH	R$	25.000,00
P. A: 2.046 - DESPESAS COM PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS SAÚDE BUCAL		
(0255) 3.1.90.04 00.00.0046 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	20.000,00
(0257) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	20.000,00
P. A: 2.047 - MANUTENÇÃO, PESSOAL E ENCARGOS AGENTES COMUNITÁRIOS		
(0266) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	80.000,00
(0270) 3.1.90.94 00.00.0046 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALH	R$	1.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.03 - BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC		
P. A: 2.050 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES UNIDADE MISTA DE SAÚDE/HOSPITAL		
(0301) 3.3.90.30 00.00.0046 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	10.000,00
(0304) 3.3.90.39 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	140.000,00
P. A: 2.053 - PESSOAL, MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CAPS-SAÚDE MENTAL		
(0322) 3.1.90.13 00.00.0002 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	1.000,00
(0328) 3.3.90.36 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	12.000,00
P. A: 2.054 - PESSOAL, MANUTENÇÃO ATIVIDADES LABORATÓRIO MUNICIPAL		
(0337) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	20.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.05 - BLOCO TFVS - VIGIÂNCIAS EM SAÚDE		
P. A: 2.056 - PESSOAL E MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
(0348) 3.1.90.04 00.00.0046 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	3.000,00
(0350) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	30.000,00
P. A: 2.057 - PESSOAL ENCARGOS E MANUTENÇÃO VIG. EPIDEMIOLÓGICA		
(0364) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	31.000,00
(0373) 3.3.90.36 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	12.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.06 - FUNDO MUN. DE SANEAMENTO BÁSICO		
P. A: 1.033 - CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO NAS AGROVIL		
(0378) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	100.000,00

Rua. Miraguai, Nº 228, Bairro Centro - Canarana/MT CEP: 78.640-000 - FONE/FAX: (0xx66) 3478-1200
E-mail: chefegabinetepmc@gmail.com Página 1

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.01 - GABINETE DO SEC. DE OBRAS		
P. A: 2.058 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES GAB. SECRETÁRIO DE OBRAS		
(0382) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	115.000,00
(0576) 3.3.90.34 00.00.0000 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE	R$	100.000,00
(0385) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	438.000,00
(0386) 3.3.90.93 00.00.0000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$	29.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.02 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS		
P. A: 2.063 - MANUTENÇÃO DOS SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
(0424) 3.3.90.30 00.00.0017 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	19.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBEINTE		**Valor**
Unidade: 08.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA		
P. A: 2.066 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADM GAB. SEC. AGRICULTURA		
(0441) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	37.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.01 - GABINETE DO(A) SECRETÁRIA(O) DE ASSISTÊNCIA SOCI		
P. A: 2.071 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA SEC ASSISTENCIA SOCIAL		
(0466) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	66.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
P. A: 1.057 - CONSTRC. REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CRAS		
(0481) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	34.000,00
(0482) 4.4.90.51 00.00.0021 - OBRAS E INSTALACOES	R$	81.510,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESPORTES E LAZER		
P. A: 2.081 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES SEC. DE ESPORTE E LAZER		
(0510) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	5.000,00
(0578) 3.3.90.34 00.00.0000 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE	R$	120.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER		
P. A: 2.083 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ESPORTE		
(0524) 3.3.50.43 00.00.0000 - SUBVENCOES SOCIAIS	R$	3.000,00
(0528) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	10.000,00

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 11 - SECRETARIA MUN. DESENVOL. SÓCIOECONÔMICO E TURIST		**Valor**
Unidade: 11.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) SEC DES. SÓCIOECON. E TUR		
P. A: 2.086 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADM DA SEC DES. SÓCIOEC. TURÍSTCO		
(0548) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	5.000,00
TOTAL R$		**2.584.090,00**

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 02 - SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL		**Valor**
Unidade: 02.01 - GABINETE DA SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENT		
P. A: 1.004 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MATERIAIS PERMANENTES GAB. SEC. GESTÃO GOV		
(0021) 4.4.90.52 00.00.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	8.000,00
Órgão: 03 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS		**Valor**
Unidade: 03.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO(A) ADMINISTRAÇÃO		
P. A: 1.007 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL		
(0044) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	50.000,00
Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		**Valor**
Unidade: 04.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO(A) FINANÇAS		
P. A: 2.012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM SEC DE FINANÇAS		
(0070) 3.3.90.41 00.00.0000 - CONTRIBUICOES	R$	2.000,00
P. A: 2.014 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA E ENCARGOS		
(0583) 4.6.90.91 00.00.0000 - SENTENCAS JUDICIAIS	R$	50.000,00
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
P. A: 2.018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GABINETE SECRETARIO		
(0087) 3.3.90.30 00.00.0001 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	9.000,00
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
P. A: 1.015 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS E GINÁSIO POLI-ESPORTIVO EM ESCOLAS		
(0106) 4.4.90.51 00.00.0001 - OBRAS E INSTALACOES	R$	22.580,00
P. A: 2.025 - MANUTENÇÃO DA FROTA ESCOLAR PRÓPRIA		
(0126) 3.3.90.30 00.00.0001 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	55.000,00
(0128) 3.3.90.30 00.00.0030 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	5.000,00
(0132) 3.3.90.39 00.00.0015 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	24.000,00
(0133) 3.3.90.39 00.00.0030 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	8.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
P. A: 2.027 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE E PMDDE		
(0138) 3.3.90.39 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	50.000,00
P. A: 2.028 - PROGRAMAS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ESTADO/UNIÃO)		
(0140) 3.3.90.30 00.00.0022 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	42.000,00
(0141) 3.3.90.39 00.00.0015 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	38.000,00
P. A: 2.030 - PROGRAMA SALÁRIO-EDUCAÇÃO		
(0149) 4.4.90.52 00.00.0015 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	8.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.03 - CRECHE E PRÉ-ESCOLA		
P. A: 1.017 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA INFANTIL E CRECHES		
(0153) 4.4.90.51 00.00.0022 - OBRAS E INSTALACOES	R$	20.000,00
P. A: 2.032 - PESSOAL, MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM CRECHES E PRÉ-ESCOLA		
(0156) 3.1.90.04 00.00.0001 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	100.000,00
(0157) 3.1.90.11 00.00.0001 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	170.000,00
(0161) 3.3.90.30 00.00.0001 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	20.000,00
(0162) 3.3.90.36 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	10.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.04 - ENSINO SUPERIOR		
P. A: 2.033 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES ENSINO SUPERIOR		
(0167) 3.3.90.39 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	30.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.05 - FUNDEB - FUNDO DE DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.038 - DESPESAS COM PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS FUNDEB60% INFANTIL		
(0185) 3.1.90.11 00.00.0018 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	60.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.01 - BLOCO GESTÃO EM SAÚDE		
P. A: 2.093 - MANUTENÇÃO DESPESAS CONSELHO MUN. DE SAÚDE		
(0585) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	10.000,00
(0586) 4.4.90.52 00.00.0002 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	10.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.02 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.043 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BÁSICAS NOS PSFs		
(0229) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	50.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.02 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.043 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BÁSICAS NOS PSFs		
(0234) 3.3.90.36 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	16.000,00
(0237) 3.3.90.39 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	20.000,00
P. A: 2.045 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA SAÚDE BUCAL		
(0250) 3.3.90.30 00.00.0046 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	12.000,00
(0253) 3.3.90.39 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	60.000,00
P. A: 2.048 - MANUTENÇÃO DESPESAS DA ATENÇÃO BÁSICA		
(0287) 3.3.90.39 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	100.000,00
P. A: 2.094 - MANUTENÇÃO, EQUIPAMENTOS, PESSOAL E ENCARGOS DO NASF		
(0589) 3.1.90.04 00.00.0046 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	50.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.03 - BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC		
P. A: 1.029 - REFORMA, AMPL. DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE E HOSPITAL		
(0296) 4.4.90.51 00.00.0002 - OBRAS E INSTALACOES	R$	10.000,00
P. A: 2.050 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES UNIDADE MISTA DE SAÚDE/HOSPITAL		
(0299) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	40.000,00
(0305) 3.3.90.39 00.00.0042 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	40.000,00
(0306) 3.3.90.39 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	100.000,00
P. A: 2.053 - PESSOAL, MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CAPS-SAÚDE MENTAL		
(0330) 3.3.90.39 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	12.000,00
P. A: 2.054 - PESSOAL, MANUTENÇÃO ATIVIDADES LABORATÓRIO MUNICIPAL		
(0338) 3.3.90.30 00.00.0046 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	60.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.04 - BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
P. A: 2.055 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA		
(0341) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	50.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.05 - BLOCO TFVS - VIGIÂNCIAS EM SAÚDE		
P. A: 2.056 - PESSOAL E MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
(0353) 3.1.90.94 00.00.0046 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALH	R$	10.000,00
(0356) 3.3.90.14 00.00.0046 - DIARIAS - CIVIL	R$	10.000,00
(0358) 3.3.90.36 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	10.000,00
(0359) 3.3.90.39 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	20.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.06 - FUNDO MUN. DE SANEAMENTO BÁSICO		
P. A: 1.032 - IMPLANTAÇÃO/CONSTRUÇÃO SISTEMA DE ESGOTO		
(0376) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	50.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.02 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS		
P. A: 1.035 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CONSERVAÇÃO E DRENAGEM		
(0393) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	290.000,00
P. A: 1.039 - CONSTRUÇÃO/REFORMA DE PONTES PONTILHÕES E BUEIROS		
(0400) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	248.000,00
P. A: 1.041 - AQUISIÇÃO VEÍCULO, MÁQUINAS E EQUIP. RODOVIÁRIOS		
(0404) 4.4.90.52 00.00.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	1.000,00
P. A: 2.061 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS		
(0419) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	22.000,00
P. A: 2.062 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS MAQUINAS E EQUIP. RODOVIÁRIOS		
(0421) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	115.000,00
(0422) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	7.000,00
P. A: 2.063 - MANUTENÇÃO DOS SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
(0425) 3.3.90.36 00.00.0017 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	19.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBEINTE		**Valor**
Unidade: 08.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA		
P. A: 1.049 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERIAIS PERMANENTE SEC AGRICULTURA		
(0435) 4.4.90.52 00.00.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	5.000,00
P. A: 2.068 - MANUTENÇÃO AGRICULTURA FAMILIAR - ASSENTAMENTOS		
(0447) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	10.000,00
(0449) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	5.000,00
P. A: 2.069 - MANUTENÇÃO PROGRAMA PSICULTURA		
(0452) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	5.000,00
(0453) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	12.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.01 - GABINETE DO(A) SECRETÁRIA(O) DE ASSISTÊNCIA SOCI		
P. A: 1.053 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERAIS PERMANENTE SEC AÇÃO SOCIAL		
(0459) 4.4.90.52 00.00.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	21.000,00
P. A: 2.071 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA SEC ASSISTENCIA SOCIAL		
(0461) 3.3.50.43 00.00.0000 - SUBVENCOES SOCIAIS	R$	4.000,00

Rua. Miraguai, Nº 228, Bairro Centro - Canarana/MT CEP: 78.640-000 - FONE/FAX: (0xx66) 3478-1200
E-mail: chefegabinetepmc@gmail.com

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.01 - GABINETE DO(A) SECRETÁRIA(O) DE ASSISTÊNCIA SOCI		
P. A: 2.071 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA SEC ASSISTENCIA SOCIAL		
(0465) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	15.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
P. A: 1.057 - CONSTRC. REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CRAS		
(0482) 4.4.90.51 00.00.0021 - OBRAS E INSTALACOES	R$	34.000,00
P. A: 2.074 - MANUTENÇÃO DO GRUPO CONVIVER/ESPERANÇA		
(0485) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	5.000,00
P. A: 2.075 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS		
(0486) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	10.000,00
(0487) 3.3.90.30 00.00.0027 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	30.000,00
P. A: 2.077 - MANUT. PROGRAMAS SOCIAIS DIVERSOS		
(0497) 3.3.90.36 00.00.0029 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	33.720,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.04 - FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL-FMH		
P. A: 1.058 - CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES - FMHIS		
(0505) 4.4.90.51 00.00.0021 - OBRAS E INSTALACOES	R$	28.790,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESPORTES E LAZER		
P. A: 1.059 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERIAIS PERMANENTE/VEÍCULO P/ ESPORTE		
(0508) 4.4.90.52 00.00.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	2.000,00
P. A: 2.081 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES SEC. DE ESPORTE E LAZER		
(0578) 3.3.90.34 00.00.0000 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE	R$	100.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER		
P. A: 1.060 - AMPLIAÇÃO, REFORMA DE ESTÁDIOS MUNICIPAIS		
(0518) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	10.000,00
P. A: 1.063 - CONSTRUC. QUADRAS DE ARÉIA NOS BAIRROS		
(0523) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	15.000,00
P. A: 2.083 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ESPORTE		
(0527) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	10.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 11 - SECRETARIA MUN. DESENVOL. SÓCIOECONÔMICO E TURISTI		**Valor**
Unidade: 11.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) SEC DES. SÓCIOECON. E TUR		
P. A: 2.086 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADM DA SEC DES. SÓCIOEC. TURÍSTCO		
(0544) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	5.000,00
	TOTAL R$	**2.584.090,00**

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA
Prefeito Municipal

DECRETO 2982-2019

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

DECRETO Nº 2982/19
DE 11 DE JUNHO DE 2019.

"Abre Crédito SUPLEMENTAR - Anulação de dotação no Orçamento Programa de 2019 e da Outras Providências", com base na Lei Municipal de Nº 1428/19 de 18 de março de 2019.

O Sr. FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA,Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
P. A: 1.014 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPL. DA REDE ESCOLAR		
(0105) 4.4.90.51 00.00.0022 - OBRAS E INSTALACOES	R$	2.500.000,00
	TOTAL R$	**2.500.000,00**

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente:

Excesso de arrecadação	R$	2.500.000,00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA
Prefeito Municipal

DECRETO 2980-2019

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

DECRETO Nº 2980/19
DE 6 DE JUNHO DE 2019.

"Abre Crédito SUPLEMENTAR - Anulação de dotação no Orçamento Programa de 2019 e da Outras Providências", com base na Lei Municipal de Nº 1420/19 de 21 de fevereiro de 2019.

O Sr. FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA,Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.02 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS		
P. A: 1.040 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DO SISTEMA DE ENERGIA ELÉTRICA		
(0402) 4.4.90.51 00.00.0024 - OBRAS E INSTALACOES	R$	500.000,00
	TOTAL R$	**500.000,00**

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente:

Excesso de arrecadação	R$	500.000,00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.454 DE 27 DE AGOSTO DE 2019

Lei Municipal nº 1.454 de 27 de agosto de 2019

(Projeto de Lei nº048/2019 de autoria do Executivo).

“Inclui dispositivos na Lei Municipal nº 1.444/2019, de 21 de maio de 2019, e dá outras providencias.”

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado os artigos 1º e 2º na Lei Municipal nº 1.444/2019 de 21 de maio de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional Suplementar Especial por Excesso de Arrecadação (Operação de Crédito Interna) no valor de R$ **14.165.618,56 (Quatorze Milhões, Cento e Sessenta e Cinco Mil, Seiscentos e Dezoito Reais e Cinquenta e Seis Centavos),** para dar cobertura às dotações a serem inseridas na Lei Municipal 1.398/18 de 02 de outubro de 2018:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA: 0006 – EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL

FONTE DE RECURSO: 032 – Operações de Créditos Vinculadas à Educação

Proj:/Ativ: 1.013 – Aquisição de Veículos. Ônibus e Micro-ônibus

05.02.12.361.0006.4.4.90.52.00 – Equipamentos Material Permanente R$ 2.360.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E RODAGENS

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS

PROGRAMA: 0019 – URBANIZAÇÃO HUMANIZADA E SUSTENTÁVEL

FONTE DE RECURSO: 090 – Operações de Créditos Internas

Proj:/Ativ: 1.035 – Pavimentação Asfáltica, Conservação e Drenagem

07.02. 024.1.035.4.4.90.51.00 – Obras e Instalações R$ 9.165.618,56

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E RODAGENS

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESTADAS E RODAGENS

PROGRAMA: 0017 – MELHORIA DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO

FONTE DE RECURSO: 090 – Operações de Créditos Internas

Proj:/Ativ: 1.041 – Aquisição de Veículos, Maquinas e Equip. Rodoviários

07.02.26.782.1.041.4.4.90.52.00 – Equipamentos Material Permanente R$ 2.640.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar Especial autorizado no artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de Operação de Crédito firmado entre a Prefeitura Municipal de Canarana e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme Leis Municipais 1.401/2018 de 16 de outubro de 2018 e 1.433/19 de 27 de março de 2019.

OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA R$ 14.165.618,56

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de agosto de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

DECRETO 2984-2019

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

DECRETO Nº 2984/19
DE 1 DE JULHO DE 2019.

"Abre Crédito SUPLEMENTAR - Anulação de dotação no Orçamento Programa de 2019 e da Outras Providências", com base na Lei Municipal de Nº 1398/18 de 1 de outubro de 2018.

O Sr. FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 2.689.813,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e nove mil e oitocentos e treze reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 02 - SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL		**Valor**
Unidade: 02.01 - GABINETE DA SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENT		
P. A: 2.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GAB. SEC GESTÃO GOVERNAMENTA		
(0028) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	9.000,00

Órgão: 03 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS		**Valor**
Unidade: 03.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO(A) ADMINISTRAÇÃO		
P. A: 2.010 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM DA SEC ADMINISTRAÇAO		
(0052) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	80.000,00
(0056) 3.3.90.41 00.00.0000 - CONTRIBUICOES	R$	100.000,00
(0057) 3.3.90.91 00.00.0000 - SENTENCAS JUDICIAIS	R$	7.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
P. A: 2.018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GABINETE SECRETARIO		
(0562) 3.3.90.34 00.00.0001 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DER	$	5.200,00
(0089) 3.3.90.36 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	2.000,00
(0093) 3.3.90.93 00.00.0001 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$	2.000,00
P. A: 2.019 - DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS GAB DO SECRETÁRIO		
(0096) 3.1.90.04 00.00.0001 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	10.000,00
(0097) 3.1.90.11 00.00.0001 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	200.000,00
(0098) 3.1.90.13 00.00.0001 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	1.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
P. A: 2.020 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADM DO FUNDO MUN. EDUCAÇÃO		
(0112) 3.3.90.39 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	6.000,00
P. A: 2.027 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE E PMDDE		
(0138) 3.3.90.39 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	30.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
P. A: 2.028 - PROGRAMAS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ESTADO/UNIÃO)		
(0142) 3.3.90.39 00.00.0022 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	44.873,00
P. A: 2.029 - CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO		
(0145) 3.3.90.39 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	10.000,00
P. A: 2.030 - PROGRAMA SALÁRIO-EDUCAÇÃO		
(0146) 3.3.90.30 00.00.0015 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	10.000,00
(0147) 3.3.90.39 00.00.0015 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	35.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.05 - FUNDEB - FUNDO DE DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.034 - DESPESAS PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS FUNDEB40%		
(0172) 3.1.91.13 00.00.0019 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	25.000,00
P. A: 2.035 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM FUNDEB40%		
(0174) 3.3.90.39 00.00.0019 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	500,00
P. A: 2.037 - DESPESAS PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS FUNDEB60%		
(0180) 3.1.90.04 00.00.0018 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	90.000,00
(0182) 3.1.90.13 00.00.0018 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	8.000,00
P. A: 2.038 - DESPESAS COM PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS FUNDEB60% INFANTIL		
(0184) 3.1.90.04 00.00.0018 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	35.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.06 - DEPARTAMENTO DE CULTURA		
P. A: 2.040 - MANUTENÇÃO, PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA CULTURA		
(0201) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	7.000,00
(0204) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	3.000,00
(0205) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	4.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.01 - BLOCO GESTÃO EM SAÚDE		
P. A: 2.041 - MANUTENÇÃO DO BLOCO GESTÃO EM SAÚDE		
(0214) 3.3.90.93 00.00.0002 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$	3.000,00
P. A: 2.042 - DESPESAS PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS BLOCO GESTÃO		
(0216) 3.1.90.04 00.00.0002 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	25.000,00
(0220) 3.1.91.13 00.00.0002 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	2.000,00

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 2.689.813,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e nove mil e oitocentos e treze reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.02 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		
P. A: 1.026 - CONSTR. REFORMA AMPLIAÇÃO UNIDADES/ACADEMIA SAÚDE DA FAMILIA		
(0226) 4.4.90.51 00.00.0047 - OBRAS E INSTALACOES	R$	18.500,00
P. A: 2.043 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BÁSICAS NOS PSFs		
(0230) 3.3.90.30 00.00.0042 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	60.000,00
(0575) 3.3.90.34 00.00.0002 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE	R$	10.500,00
(0236) 3.3.90.39 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	6.000,00
(0237) 3.3.90.39 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	25.000,00
P. A: 2.044 - DESPESAS COM PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS PSFs		
(0239) 3.1.90.04 00.00.0046 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	20.000,00
(0241) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	170.000,00
(0242) 3.1.90.13 00.00.0002 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	4.000,00
(0245) 3.1.90.94 00.00.0046 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALH	R$	20.000,00
P. A: 2.046 - DESPESAS COM PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS SAÚDE BUCAL		
(0255) 3.1.90.04 00.00.0046 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	15.000,00
(0257) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	20.000,00
P. A: 2.047 - MANUTENÇÃO, PESSOAL E ENCARGOS AGENTES COMUNITÁRIOS		
(0266) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	70.000,00
(0270) 3.1.90.94 00.00.0046 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALH	R$	1.000,00
P. A: 2.048 - MANUTENÇÃO DESPESAS DA ATENÇÃO BÁSICA		
(0280) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	10.000,00
(0282) 3.3.90.30 00.00.0046 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	3.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.03 - BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC		
P. A: 2.050 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES UNIDADE MISTA DE SAÚDE/HOSPITAL		
(0301) 3.3.90.30 00.00.0046 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	33.000,00
(0304) 3.3.90.39 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	180.000,00
P. A: 2.051 - DESPESAS PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS UNIDADE MISTA/HOSPITAL		
(0313) 3.1.90.94 00.00.0002 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALH	R$	100.000,00
P. A: 2.052 - RATEIO AO CONSÓRCIO INTERM. DE SAÚDE-CISMA		
(0317) 3.1.71.70 00.00.0046 - RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORC	R$	105.000,00
P. A: 2.053 - PESSOAL, MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CAPS-SAÚDE MENTAL		
(0322) 3.1.90.13 00.00.0002 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	1.000,00
P. A: 2.054 - PESSOAL, MANUTENÇÃO ATIVIDADES LABORATÓRIO MUNICIPAL		
(0332) 3.1.90.11 00.00.0002 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	20.000,00

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 2.689.813,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e nove mil e oitocentos e treze reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.03 - BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC		
P. A: 2.054 - PESSOAL, MANUTENÇÃO ATIVIDADES LABORATÓRIO MUNICIPAL		
(0337) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	29.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.04 - BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
P. A: 2.055 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA		
(0341) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	36.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.06 - FUNDO MUN. DE SANEAMENTO BÁSICO		
P. A: 1.032 - IMPLANTAÇÃO/CONSTRUÇÃO SISTEMA DE ESGOTO		
(0377) 4.4.90.51 00.00.0024 - OBRAS E INSTALACOES	R$	46.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.01 - GABINETE DO SEC. DE OBRAS		
P. A: 2.058 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES GAB. SECRETÁRIO DE OBRAS		
(0382) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	188.000,00
(0385) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	392.000,00
P. A: 2.059 - DESPESAS PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS GAB. SEC. OBRAS		
(0392) 3.1.91.13 00.00.0000 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	20.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.02 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS		
P. A: 1.036 - CONSTRUÇÃO, REFORMA PRAÇAS, PARQUES E JARDINS		
(0396) 4.4.90.51 00.00.0024 - OBRAS E INSTALACOES	R$	45.000,00
P. A: 2.062 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS MAQUINAS E EQUIP. RODOVIÁRIOS		
(0421) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	20.000,00
(0423) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	4.490,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.03 - DEPARTAMENTO DO FETHAB NO MUNICIPIO		
P. A: 2.064 - MANUTENÇÃO DE ESTRADAS ESTADUAIS NÃO PAVIMENTADAS-FETHAB		
(0430) 3.3.90.39 00.00.0030 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	15.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBEINTE		**Valor**
Unidade: 08.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA		
P. A: 2.066 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADM GAB. SEC. AGRICULTURA		
(0441) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	38.000,00

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 2.689.813,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e nove mil e oitocentos e treze reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.01 - GABINETE DO(A) SECRETÁRIA(O) DE ASSISTÊNCIA SOCI		
P. A: 2.071 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA SEC ASSISTENCIA SOCIAL		
(0463) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	36.000,00
(0577) 3.3.90.34 00.00.0000 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE	R$	5.000,00
(0466) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	51.000,00
P. A: 2.072 - DESPESAS PESSOAL ENCARGOS SEC ASSISTENCIA SOCIAL		
(0470) 3.1.91.13 00.00.0000 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	1.750,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
P. A: 2.077 - MANUT. PROGRAMAS SOCIAIS DIVERSOS		
(0497) 3.3.90.36 00.00.0029 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	4.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.03 - FUNDO MUN. DA CIANÇA E DO ADOLESCENTE		
P. A: 2.078 - PROGRAMAS DE APOIO A CRIANÇA E ADOLESCENTE		
(0499) 3.3.90.30 00.00.0027 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	15.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESPORTES E LAZER		
P. A: 2.081 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES SEC. DE ESPORTE E LAZER		
(0510) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	2.000,00
(0578) 3.3.90.34 00.00.0000 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE	R$	7.000,00
(0513) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	5.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER		
P. A: 2.083 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ESPORTE		
(0524) 3.3.50.43 00.00.0000 - SUBVENCOES SOCIAIS	R$	3.000,00
(0528) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	3.000,00
P. A: 2.084 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS		
(0529) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	17.000,00
(0532) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	14.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUN. DESENVOL. SÓCIOECONÔMICO E TURIST		**Valor**
Unidade: 11.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) SEC DES. SÓCIOECON. E TUR		
P. A: 2.086 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADM DA SEC DES. SÓCIOEC. TURÍSTCO		
(0548) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	46.000,00
	TOTAL R$	**2.689.813,00**

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.689.813,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e nove mil e oitocentos e treze reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 02 - SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL		**Valor**
Unidade: 02.01 - GABINETE DA SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENT		
P. A: 2.004 - DESPESAS COM PUBLICIDADE DO MUNICÍPIO		
(0023) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	9.000,00
Órgão: 03 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS		**Valor**
Unidade: 03.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO(A) ADMINISTRAÇÃO		
P. A: 1.007 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL		
(0044) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	109.000,00
P. A: 2.010 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM DA SEC ADMINISTRAÇAO		
(0055) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	80.000,00
Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		**Valor**
Unidade: 04.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO(A) FINANÇAS		
P. A: 2.017 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
(0083) 9.9.99.99 00.00.0000 - RESERVA DE CONTINGENCIA	R$	498.000,00
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
P. A: 1.011 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MAT. PERMANENTE GAB. SEC EDUCAÇÃO		
(0084) 4.4.90.52 00.00.0001 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	1.000,00
P. A: 2.018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GABINETE SECRETARIO		
(0087) 3.3.90.30 00.00.0001 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	5.200,00
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
P. A: 1.013 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, ONIBUS E MICRO-ONIBUS		
(0102) 4.4.90.52 00.00.0001 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	1.000,00
P. A: 1.014 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPL. DA REDE ESCOLAR		
(0104) 4.4.90.51 00.00.0001 - OBRAS E INSTALACOES	R$	2.000,00
P. A: 1.015 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS E GINÁSIO POLI-ESPORTIVO EM ESCOLAS		
(0106) 4.4.90.51 00.00.0001 - OBRAS E INSTALACOES	R$	2.900,00
(0107) 4.4.90.51 00.00.0022 - OBRAS E INSTALACOES	R$	1.000,00
P. A: 2.020 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADM DO FUNDO MUN. EDUCAÇÃO		
(0109) 3.3.90.30 00.00.0001 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	2.000,00
P. A: 2.022 - MANUTENÇÃO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR-PNAI		
(0118) 3.3.90.30 00.00.0015 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	35.000,00
P. A: 2.023 - MANUTENÇÃO PROGRAMA MERENDO ESCOLAR -PNAEF		
(0120) 3.3.90.30 00.00.0015 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	10.000,00

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.689.813,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e nove mil e oitocentos e treze reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
P. A: 2.024 - TERCEIRIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		
(0121) 3.3.90.36 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR$		10.000,00
(0123) 3.3.90.39 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR$		206.000,00
P. A: 2.026 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS, PALESTRAS E SEMINÁRIOS		
(0135) 3.3.90.36 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR$		4.100,00
P. A: 2.028 - PROGRAMAS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ESTADO/UNIÃO)		
(0140) 3.3.90.30 00.00.0022 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	43.873,00
P. A: 2.029 - CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO		
(0144) 3.3.90.36 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR$		2.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.04 - ENSINO SUPERIOR		
P. A: 1.018 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MAT. PERM. E ACERVO BIBLIOGRÁFICO		
(0164) 4.4.90.52 00.00.0001 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTR$		5.000,00
P. A: 2.033 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES ENSINO SUPERIOR		
(0165) 3.3.90.30 00.00.0001 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	20.000,00
(0166) 3.3.90.36 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR$		5.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.05 - FUNDEB - FUNDO DE DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.035 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM FUNDEB40%		
(0173) 3.3.90.30 00.00.0019 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	500,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.06 - DEPARTAMENTO DE CULTURA		
P. A: 1.021 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MAT. PERMANENTE E ACERVO BIBLIOGRÁFICO		
(0189) 4.4.90.52 00.00.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTR$		3.000,00
P. A: 2.039 - REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES E EVENTOS CULTURAIS		
(0193) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR$		73.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.01 - BLOCO GESTÃO EM SAÚDE		
P. A: 2.041 - MANUTENÇÃO DO BLOCO GESTÃO EM SAÚDE		
(0211) 3.3.90.36 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR$		7.000,00
(0212) 3.3.90.39 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR$		48.500,00
P. A: 2.093 - MANUTENÇÃO DESPESAS CONSELHO MUN. DE SAÚDE		
(0584) 3.3.90.14 00.00.0002 - DIARIAS - CIVIL	R$	1.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.689.813,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e nove mil e oitocentos e treze reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.01 - BLOCO GESTÃO EM SAÚDE		
P. A: 2.093 - MANUTENÇÃO DESPESAS CONSELHO MUN. DE SAÚDE		
(0585) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	5.000,00
(0586) 4.4.90.52 00.00.0002 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	4.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.02 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		
P. A: 1.025 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MAT. PERMANENTE DA ATENÇÃO BÁSICA		
(0565) 4.4.90.52 00.00.0002 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	500,00
P. A: 2.043 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BÁSICAS NOS PSFs		
(0229) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	66.000,00
(0230) 3.3.90.30 00.00.0042 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	18.500,00
(0234) 3.3.90.36 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	4.000,00
P. A: 2.045 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA SAÚDE BUCAL		
(0248) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	10.000,00
(0250) 3.3.90.30 00.00.0046 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	20.000,00
(0253) 3.3.90.39 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	11.000,00
P. A: 2.049 - DESPESAS COM SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS		
(0288) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	10.000,00
(0289) 3.3.90.39 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	8.000,00
P. A: 2.094 - MANUTENÇÃO, EQUIPAMENTOS, PESSOAL E ENCARGOS DO NASF		
(0590) 3.1.90.11 00.00.0002 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	15.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.03 - BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC		
P. A: 1.027 - AQUISIÇÃO EQUIP. MAT. PERMANENTE MAC		
(0290) 4.4.90.52 00.00.0002 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	6.000,00
P. A: 1.029 - REFORMA, AMPL. DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE E HOSPITAL		
(0296) 4.4.90.51 00.00.0002 - OBRAS E INSTALACOES	R$	7.600,00
P. A: 2.050 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES UNIDADE MISTA DE SAÚDE/HOSPITAL		
(0299) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	100.000,00
(0305) 3.3.90.39 00.00.0042 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	60.000,00
(0306) 3.3.90.39 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	5.000,00
P. A: 2.051 - DESPESAS PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS UNIDADE MISTA/HOSPITAL		
(0307) 3.1.90.04 00.00.0002 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	100.000,00
P. A: 2.052 - RATEIO AO CONSÓRCIO INTERM. DE SAÚDE-CISMA		
(0318) 3.3.71.70 00.00.0046 - RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORC	R$	105.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.689.813,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e nove mil e oitocentos e treze reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.03 - BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC		
P. A: 2.054 - PESSOAL, MANUTENÇÃO ATIVIDADES LABORATÓRIO MUNICIPAL		
(0340) 3.3.90.39 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	3.000,00
P. A: 2.095 - MANUT., EQUIP., PESSOAL E ENCARGOS DO CENTRO REABILITAÇÃO		
(0605) 3.1.90.11 00.00.0002 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	21.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.05 - BLOCO TFVS - VIGIÂNCIAS EM SAÚDE		
P. A: 1.030 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MAT. PERMANENTE VIGILÂNCIAS		
(0344) 4.4.90.52 00.00.0002 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	5.900,00
P. A: 2.057 - PESSOAL ENCARGOS E MANUTENÇÃO VIG. EPIDEMIOLÓGICA		
(0372) 3.3.90.30 00.00.0046 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	5.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.01 - GABINETE DO SEC. DE OBRAS		
P. A: 1.034 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTE P/ SEC OBRAS		
(0380) 4.4.90.52 00.00.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	4.000,00
P. A: 2.058 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES GAB. SECRETÁRIO DE OBRAS		
(0576) 3.3.90.34 00.00.0000 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE	R$	40.000,00
(0384) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	10.000,00
(0387) 4.4.90.93 00.00.0000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$	6.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.02 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS		
P. A: 1.035 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CONSERVAÇÃO E DRENAGEM		
(0394) 4.4.90.51 00.00.0024 - OBRAS E INSTALACOES	R$	106.000,00
P. A: 1.036 - CONSTRUÇÃO, REFORMA PRAÇAS, PARQUES E JARDINS		
(0395) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	10.000,00
P. A: 1.038 - CONSTRUÇÃO DE CICLOVIAS E PARQUES DE GINÁSTICA		
(0398) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	26.000,00
P. A: 1.040 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DO SISTEMA DE ENERGIA ELÉTRICA		
(0403) 4.4.91.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	10.000,00
P. A: 1.041 - AQUISIÇÃO VEÍCULO, MÁQUINAS E EQUIP. RODOVIÁRIOS		
(0404) 4.4.90.52 00.00.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	54.000,00
(0405) 4.4.90.52 00.00.0024 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	45.000,00
P. A: 1.042 - CONSTRUÇÃO DE AEROPORTO MUNICIPAL		
(0406) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	105.000,00

Rua. Miraguai, Nº 228, Bairro Centro - Canarana/MT CEP: 78.640-000 - FONE/FAX: (0xx66) 3478-1200
E-mail: chefegabinetepmc@gmail.com Página 9

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.689.813,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e nove mil e oitocentos e treze reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.02 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS		
P. A: 1.042 - CONSTRUÇÃO DE AEROPORTO MUNICIPAL		
(0407) 4.4.90.51 00.00.0024 - OBRAS E INSTALACOES	R$	40.000,00
P. A: 1.043 - CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS		
(0408) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	10.000,00
P. A: 1.044 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS AGROVILAS		
(0410) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	10.000,00
P. A: 1.045 - MELHORIAS DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO NAS AGROVILAS		
(0412) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	10.000,00
P. A: 1.046 - CONSTRUC. DE PRAÇAS PARQUES DE GINÁSTICA NAS AGROVILAS		
(0413) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	10.500,00
P. A: 2.060 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA SINALIZAÇÃO DO TRANSITO		
(0415) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	10.500,00
(0416) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	31.500,00
P. A: 2.061 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS		
(0418) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	52.500,00
(0420) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	4.490,00
P. A: 2.062 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS MAQUINAS E EQUIP. RODOVIÁRIOS		
(0421) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	50.000,00
(0423) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	58.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.03 - DEPARTAMENTO DO FETHAB NO MUNICIPIO		
P. A: 2.064 - MANUTENÇÃO DE ESTRADAS ESTADUAIS NÃO PAVIMENTADAS-FETHAB		
(0429) 3.3.90.30 00.00.0030 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	15.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBEINTE		**Valor**
Unidade: 08.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA		
P. A: 2.066 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADM GAB. SEC. AGRICULTURA		
(0439) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	3.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBEINTE		**Valor**
Unidade: 08.02 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
P. A: 2.070 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES FUNDO MUN. MEIO AMBIENTE		
(0455) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	5.000,00

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.689.813,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e nove mil e oitocentos e treze reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.01 - GABINETE DO(A) SECRETÁRIA(O) DE ASSISTÊNCIA SOCI		
P. A: 2.071 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA SEC ASSISTENCIA SOCIAL		
(0465) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	750,00
P. A: 2.073 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR		
(0474) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	2.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
P. A: 1.057 - CONSTRC. REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CRAS		
(0481) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	16.000,00
P. A: 2.075 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS		
(0487) 3.3.90.30 00.00.0027 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	5.000,00
P. A: 2.076 - ATENDIMENTO A BENEFÍCIOS EVENTUAIS		
(0491) 3.3.90.32 00.00.0000 - MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRI	R$	40.000,00
P. A: 2.077 - MANUT. PROGRAMAS SOCIAIS DIVERSOS		
(0495) 3.3.90.30 00.00.0029 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	15.000,00
(0498) 3.3.90.39 00.00.0029 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	4.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.03 - FUNDO MUN. DA CIANÇA E DO ADOLESCENTE		
P. A: 2.078 - PROGRAMAS DE APOIO A CRIANÇA E ADOLESCENTE		
(0499) 3.3.90.30 00.00.0027 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	20.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESPORTES E LAZER		
P. A: 1.059 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERIAIS PERMANENTE/VEÍCULO P/ ESPORTE		
(0508) 4.4.90.52 00.00.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	4.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER		
P. A: 1.060 - AMPLIAÇÃO, REFORMA DE ESTÁDIOS MUNICIPAIS		
(0518) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	7.000,00
P. A: 1.061 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERIAIS PERMANENTES DEPTO ESPORTE		
(0520) 4.4.90.52 00.00.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	4.000,00
P. A: 1.063 - CONSTRUC. QUADRAS DE ARÉIA NOS BAIRROS		
(0523) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	5.000,00
P. A: 2.083 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ESPORTE		
(0525) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	21.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.689.813,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e nove mil e oitocentos e treze reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER		
P. A: 2.083 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ESPORTE		
(0526) 3.3.90.31 00.00.0000 - PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS E OR$		5.000,00
P. A: 2.084 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS		
(0530) 3.3.90.31 00.00.0000 - PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS E OR$		1.000,00
(0533) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR$		2.000,00
Órgão: 11 - SECRETARIA MUN. DESENVOL. SÓCIOECONÔMICO E TURIST		**Valor**
Unidade: 11.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) SEC DES. SÓCIOECON. E TUR		
P. A: 2.086 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADM DA SEC DES. SÓCIOEC. TURÍSTCO		
(0544) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	36.000,00
	TOTAL R$	**2.689.813,00**

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 148 DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela **ROSINETE DE JESUS MOURA DAMASCENO** matricula n.º 1925, cargo de Professora, na data 26 de Agosto de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 22 de Agosto de 2019.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 010/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 146 DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

SALUA SAMYRA CIACON SILVA, Secretaria Municipal de Saúde do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **CRISTINA FERMINO DOS SANTOS** matricula n.º 3844, cargo de Agente Comunitária de Saúde, na data 26 de Agosto de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 26 de Agosto de 2019 ao dia 01 de Setembro de 2019 totalizando 07 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

SALUA SAMYRA CIACON SILVA

Secretaria Municipal de Saúde

Decreto 181/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 147 DE 26 DE AGOSTO DE 2019

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na data 26 de Agosto de 2019, concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, sendo:

Matricula	Servidor	Cargo	Ente Familiar	Período da Licença		Total
				Inicio	Termino	Dias
139	Maria Suzana Bernardo de Oliveira	Apoio Administrativo Educacional Definitivo	Cunhada: Selma Rodrigues de Oliveira	21/08/2019	21/08/2019	01

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 189/2019

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 143 DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

GILBERTO PISKLEVTZ, Secretario Municipal Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **MARILENE GOMES DA SILVA COSTA** matricula n.º 2816, cargo de Técnica em Agropecuária, na data 23 de Agosto de 2019, lotada na Secretaria de Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 22 de agosto de 2019.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

GILBERTO PISKLEVTZ

Secretaria de Municipal de Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo.

Decreto 198/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PP Nº 32/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITACAO

O Pregoeiro torna público o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019**, do tipo **MENOR PREÇO ITEM**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA - MT.** E sagrou-se vencedoras as empresas **JAIR DIAS STEFANE ME** pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 06.001.989/0001-34,** como valor total de**R$327.848,50 (trezentos e vinte e sete mil oitocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos)**, e a empresa **ROSA PEREIRA DOS SANTOS COMERCIO ME** pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 02.507.**

293/0001-23, como valor total de**R$196.078,00 (cento e noventa e seis mil e setenta e oito reais).**

Castanheira - MT, **26** de **Agosto** de **2019.**

Wilson Vieira

Pregoeiro

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 25/2019

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: CASA DE AMPARO A FAMILIA, IDOSO, CRIANÇA E ADOLESCENTE - CAFICA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.770.350/0001-86.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CASA DE APOIO E ASSISTÊNCIA AOS PACIENTES, NA PRAÇA DE CUIABÁ/MT, PARA DAR ATENDIMENTO AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA - MT

VALOR: R$ 88.000,00(OITENTA E OITO MIL REAIS)

VIGÊNCIA: 09.08.2019 a 09.09.2020

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 09/08/2019

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP Nº 36/2019

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro torna público que fará licitação **PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2019**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE HIDROMETRO RESIDENCIAL UNIJATO DE ½ e ¾ CONJUNTO DE EXTREMIDADE CURTO/LONGO ½ e ¾ COM PORCA E ANEL, CAVALETES DE ¾ e VENTOSA DE ¾, PARA ATENDER A NECESSIDADE DO DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA - MT,** com sessão no dia **05/09/2019** às **14:00 horas**. Maiores informações pelo fone 66 3581 1521, e-mail: prefeituracastanheira@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br.

Castanheira - MT, **26** de Agosto de **2019**.

WILSON VIEIRA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES - PREVI-SERV
EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2019

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Chapada dos Guimarães – PREV-SERV

CONTRATADO: Consórcio Gestor RPPS.

OBJETO:"Contratação do Consórcio Gestor RPPS, para execução de serviços técnicos, por empreitada global, necessários à operacionalização do passivo previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social CONTRATANTE, conforme descrição contida no Termo de Referência (anexo I) do Pregão Presencial n.º 001/2017 realizado pelo CONSPREV, parte integrante deste contrato, independente de transcrição."

VIGÊNCIA: a vigência é de 60 (sessenta) meses, contando de 01/08/2019 até 01/08/2024, podendo ser prorrogado excecionalmente na forma da lei de Licitação.

VALOR GLOBAL R$ 284.943,96 (duzentos e oitenta e quatro mil, novecentos e quarenta e três reais e noventa e seis centavos)

DATA: 01/08/2019

GABINETE DA PREFEITA
ATO Nº.: 104/2019.

ATO Nº.: 104/2019.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA COORDENADORA DE ATENÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** a Sra. **CACILINA DE MACEDO BORGES GUSMÃO,** do cargo em comissão de Coordenadora de Atenção Básica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor com efeitos retroativos a 13 de agosto de 2019.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 23 de agosto de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO ESPECIAL 264

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
Avenida Gaspar Dutra, 787, Centro, 78.540-000
Telefone: (066) 3546.3100, Fax: (066) 3546.3100
CNPJ: 01.310.499/0001-04
e-mail: gabinete@claudia.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 264/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor ALTAMIR KURTEN, Prefeito Municipal de Claudia - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 744/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64.

DECRETA

rt. 1§ Abre Cr,dito Adicional provenientes de Super vit Financeiro no valor de R$124.483,32 (Cento e vionte e quatro mil, Quatrocentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos) apurado em balanco patrimonial de exercicios anteriore nos termos do nos termos do artigo 43, õ 1§, inciso I da Lei 4.320/64.

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0002.2002.3.3.9.0.39.00.00.00|300000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 748,00

Sub-Total:R$ 748,00

05.001-GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO

05.001.12.365.0012.2058.3.3.9.0.40.00.00.00|315000000 SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	R$ 5.500,00
05.001.12.361.0012.2016.3.3.9.0.30.00.00.00|315000000 Material de Consumo	R$ 274,96

Sub-Total:R$ 5.774,96

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

05.002.12.361.0012.2014.3.3.9.0.30.00.00.00|322000000 Material de Consumo	R$ 13.683,75

Sub-Total:R$ 13.683,75

07.002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

07.002.08.244.0026.2034.3.1.9.0.13.00.00.00|300000000 Obrigacoes Patronais	R$ 320,00
07.002.08.244.0026.2034.3.3.9.0.36.00.00.00|300000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 1.600,00

Sub-Total:R$ 1.920,00

08.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB

08.001.15.451.0009.1040.4.4.9.0.51.00.00.00|300000000 Obras e Instalacoes	R$ 649,05
08.001.15.451.0009.1040.4.4.9.0.51.00.00.00|324000000 Obras e Instalacoes	R$ 1.009,12

Sub-Total:R$ 1.658,17

08.002-DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

08.002.26.782.0009.1035.3.3.9.0.30.00.00.00|330000000 Material de Consumo	R$ 81.997,74
08.002.26.782.0009.1035.3.3.9.0.39.00.00.00|330000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 18.700,70

Sub-Total:R$ 100.698,44

Total Parcial Suplementado: R$ 124.483,32

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
Avenida Gaspar Dutra, 787, Centro, 78.540-000
Telefone: (066) 3546.3100, Fax: (066) 3546.3100
CNPJ: 01.310.499/0001-04
e-mail: gabinete@claudia.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 264/2019

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Claudia, 01 de Julho de 2019.

ALTAMIR KURTEN
Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 263

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ: 01310499000104
Avenida Gaspar Dutra, 0000787 - Centro
Telefone 06635463100
gabinete@claudia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00263/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Sr. ALTAMIR KURTEN, Prefeito Municipal de Claudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **00744/2019** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§ Abertura de credito adicional suplementar por anulacao total ou parcial de dotacoes no valor de R$ 668.314,52 (Seiscentos e Sessenta e Oito Mil, Trezentos e Quatorze Reais e Cinquenta e Dois Centavos, nos termos do Artigo 41, inc. I da Lei Federal n§ 4.320/64, para adequacao de dotacoes j consignadas no Or_amento vigente, conforme segue

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0003.2005.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		34.475,00
02.001.04.122.0002.2002.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		2.500,00
02.001.04.122.0002.2002.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	
0100000000-Recursos Ordinários		1.232,00
	Sub-Total:	**38.207,00**

03.001-GABINETO DO SECRETARIO ADMINISTRACAO

03.001.04.122.0004.2006.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	
0100000000-Recursos Ordinários		7.080,00
03.001.04.122.0004.2006.3.1.9.0.94.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	
0100000000-Recursos Ordinários		3.915,00
	Sub-Total:	**10.995,00**

04.001-GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS

04.001.04.123.0005.2009.3.3.9.0.91.00.00.00	Sentencas Judiciais	
0100000000-Recursos Ordinários		17.500,00
04.001.04.123.0005.2009.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	
0100000000-Recursos Ordinários		24.200,00
	Sub-Total:	**41.700,00**

05.001-GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO

05.001.12.365.0012.2058.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		1.800,00
05.001.12.365.0012.2058.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		1.700,00
05.001.12.365.0012.2058.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		28.000,00
05.001.12.365.0012.2058.3.1.9.1.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		40.000,00
05.001.12.306.0011.2047.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0115000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN		1.730,00
05.001.12.361.0012.2016.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		3.605,20
05.001.12.365.0012.2017.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		18.650,00
	Sub-Total:	**95.485,20**

05.003-FUNDO MANUT. DESENV. ENS. FUNDAMENTAL- FUND

05.003.12.365.0012.2018.3.1.9.1.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	
0118000000-Transferências do FUNDEB 60%		10.000,00
	Sub-Total:	**10.000,00**

05.005-DEPARTAMENTO DE CULTURA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ: 01310499000104
Avenida Gaspar Dutra, 0000787 - Centro
Telefone 06635463100
gabinete@claudia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00263/2019

05.005.13.392.0013.2025.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários		1.220,00
	Sub-Total:	**1.220,00**
06.001-GABINETE DO SECRETARIO - SAUDE		
06.001.10.303.0025.2055.3.3.7.1.70.00.00.00 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		51.980,00
06.001.10.303.0025.2055.3.3.7.1.70.00.00.00 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO		
0142000000-Transferência de Recursos do Sistema +nico de Saúde - SUS - Estado		5.700,00
06.001.10.301.0025.2054.3.3.7.1.70.00.00.00 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO		
0142000000-Transferência de Recursos do Sistema +nico de Saúde - SUS - Estado		6.250,00
06.001.10.122.0025.2040.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		190,00
06.001.10.122.0025.2040.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		8.768,00
	Sub-Total:	**72.888,00**
06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
06.002.10.305.0032.2056.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		500,00
06.002.10.302.0032.2042.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		20.200,00
06.002.10.122.0032.2053.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
0147000000-Transf. Fundo a Fundo SUS - Governos Federal - Bloco Investimentos		2.600,00
	Sub-Total:	**23.300,00**
07.002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
07.002.08.244.0026.2037.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica		
0100000000-Recursos Ordinários		1.050,00
07.002.08.244.0026.2034.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários		25.100,00
07.002.08.244.0026.2034.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários		2.400,00
	Sub-Total:	**28.550,00**
08.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB		
08.001.15.452.0007.2028.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários		51.000,00
08.001.15.452.0007.2028.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários		56.100,00
08.001.15.452.0007.2028.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS		
0100000000-Recursos Ordinários		19.750,00
08.001.15.451.0009.1040.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
0100000000-Recursos Ordinários		7.555,23
08.001.15.451.0009.1040.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
0124000000-Transferências de Convênios/Contr.Repasse - Outros (não relacionados à educação		173.164,09
	Sub-Total:	**307.569,32**
08.002-DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS		
08.002.26.782.0009.1035.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0130000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB		6.200,00
	Sub-Total:	**6.200,00**
09.001-GABINETE DO SECRETARIO DES. ECON. E RURAL		
09.001.20.606.0027.2030.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários		6.800,00
	Sub-Total:	**6.800,00**
11.001-GABINETE DO SECRETARIO - ESPORTE E LAZER		

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ: 01310499000104
Avenida Gaspar Dutra, 0000787 - Centro
Telefone 06635463100
gabinete@claudia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00263/2019

11.001.27.812.0014.2026.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		25.400,00
	Sub-Total:	**25.400,00**
	Total Parcial Suplementado:	**668.314,52**

Art. 2§ Para cobertura do credito adicional suplementar, aberto no Artigo 1§, sera utilizado de acordo com o inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64, os resultantes de anulacao parcial das dotacoes a seguir discriminado.

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0003.1004.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		1.000,00
02.001.04.124.0002.2003.3.1.9.0.94.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	
0100000000-Recursos Ordinários		1.000,00
02.001.04.122.0003.1004.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		1.000,00
02.001.04.122.0002.2002.3.1.9.0.94.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	
0100000000-Recursos Ordinários		1.000,00
02.001.04.122.0002.2002.3.3.9.0.14.00.00.00	Diarias - Civil	
0100000000-Recursos Ordinários		6.000,00
	Sub-Total:	**10.000,00**

03.001-GABINETO DO SECRETARIO ADMINISTRACAO

03.001.04.122.0004.2008.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0100000000-Recursos Ordinários		15.000,00
03.001.04.122.0004.2006.3.1.9.1.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	
0100000000-Recursos Ordinários		40.815,00
	Sub-Total:	**55.815,00**

04.001-GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS

04.001.04.123.0005.2009.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0100000000-Recursos Ordinários		10.000,00
04.001.04.123.0005.2009.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0192000000-Alienação de Bens		20.000,00
04.001.04.123.0005.2009.3.1.9.1.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	
0100000000-Recursos Ordinários		20.000,00
04.001.04.123.0005.2009.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	
0100000000-Recursos Ordinários		39.907,00
	Sub-Total:	**89.907,00**

05.001-GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO

05.001.12.365.0012.2017.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		23.755,20
05.001.12.361.0012.2016.3.1.9.1.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		40.090,00
05.001.12.361.0012.2016.3.1.9.0.04.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		30.000,00
	Sub-Total:	**93.845,20**

05.003-FUNDO MANUT. DESENV. ENS. FUNDAMENTAL- FUND

05.003.12.367.0012.2020.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		11.730,00
	Sub-Total:	**11.730,00**

05.005-DEPARTAMENTO DE CULTURA

05.005.13.392.0013.1029.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		1.130,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ: 01310499000104
Avenida Gaspar Dutra, 0000787 - Centro
Telefone 06635463100
gabinete@claudia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00263/2019

	Sub-Total:	**1.130,00**
06.001-GABINETE DO SECRETARIO - SAUDE		
06.001.10.303.0025.2055.3.3.7.1.70.00.00.00 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		4,46
06.001.10.303.0025.2055.3.3.7.1.70.00.00.00 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO		
0146000000-Transf. Fundo a Fundo SUS - Governos Federal - Bloco Custeio		3.543,54
06.001.10.122.0025.2040.3.3.9.0.93.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		14.000,00
06.001.10.301.0025.1081.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		10.000,00
	Sub-Total:	**27.548,00**
06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
06.002.10.301.0032.2041.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0146000000-Transf. Fundo a Fundo SUS - Governos Federal - Bloco Custeio		67.540,00
06.002.10.301.0032.2041.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacao por Tempo Determinado		
0146000000-Transf. Fundo a Fundo SUS - Governos Federal - Bloco Custeio		500,00
06.002.10.301.0032.2041.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacao por Tempo Determinado		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		500,00
	Sub-Total:	**68.540,00**
07.001-GABINETE DO SECRETARIO - ASSIST. SOCIAL		
07.001.08.244.0009.1064.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
0129000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		2.000,00
07.001.08.244.0009.1064.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
0124000000-Transferências de Convênios/Contr.Repasse - Outros (não relacionados à educação		14.000,00
07.001.08.244.0009.1064.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
0100000000-Recursos Ordinários		4.000,00
	Sub-Total:	**20.000,00**
07.002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
07.002.08.244.0030.1084.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0129000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		2.500,00
07.002.08.244.0030.1084.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários		2.500,00
07.002.08.244.0026.2034.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0192000000-Alienação de Bens		3.550,00
	Sub-Total:	**8.550,00**
08.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB		
08.001.15.452.0009.1039.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0100000000-Recursos Ordinários		20.000,00
08.001.15.452.0009.1039.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0192000000-Alienação de Bens		15.000,00
08.001.15.452.0007.2028.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
0100000000-Recursos Ordinários		15.000,00
08.001.15.451.0009.1036.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
0124000000-Transferências de Convênios/Contr.Repasse - Outros (não relacionados à educação		51.000,00
08.001.15.451.0009.1038.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários		5.000,00
	Sub-Total:	**106.000,00**
08.002-DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS		
08.002.26.782.0009.1035.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0130000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB		143.049,32
	Sub-Total:	**143.049,32**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ: 01310499000104
Avenida Gaspar Dutra, 0000787 - Centro
Telefone 06635463100
gabinete@claudia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00263/2019

09.001-GABINETE DO SECRETARIO DES. ECON. E RURAL		
09.001.20.608.0017.1050.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0100000000-Recursos Ordinários		6.800,00
	Sub-Total:	**6.800,00**
11.001-GABINETE DO SECRETARIO - ESPORTE E LAZER		
11.001.27.812.0014.2026.3.3.9.0.93.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes		
0100000000-Recursos Ordinários		25.400,00
	Sub-Total:	**25.400,00**
	Total Parcial Reduzido:	**668.314,52**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. CLAUDIA, 01, Julho de 2019

ALTAMIR KURTEN
Prefeito(a)

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2019

Item	Objeto
01	**Consiste o objeto da prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde. Os resíduos coletados são dos Grupos A, B e E. Frequência de coleta: 01 (uma) Mensal, 04 pontos a ser definido pela Secretaria Municipal de Saúde de COCALINHO-MT.**
Favorecido	**MAXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**

Prazo de execução	26/08/2019 a 26/08/2020
Valor global	R$ 14.880,00
Fundamento Legal	Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93. E Decreto Federal nº 9.412/2018
Justificativa	Anexa nos autos do processo.

Ratifico a Dispensa de Licitação nº 018/2019 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Cocalinho – MT, 26 de AGOSTO de 2019.

DALVA MARIA DE LIMA PERES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER- LICITAÇÃO
EXTRATOS

PORTARIA/SMPFA Nº 236/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do município Colíder-MT, Senhor **Vanderlei Aparecido Borges da Silva**, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: Sra. **ANDREA MACIEL MARTINS** (titular) e o Sr. **EDUARDO HENRIQUE DE SOUZA BATISTA** (suplente), fiscais da Ata de Registro de Preços n° **135/2019**, que representará a Administração Municipal perante a Detentora da Ata e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos na Portaria.

DETENTORA DA ATA: NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA ME

VALOR: R$ 293.250,00

DATA DA ASSINATURA: 26/08/2019

VIGÊNCIA: 25/08/2020

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2019

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Colider/MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2019 – SRP

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de complemento alimentar para atender as necessidades das Secretarias de Saúde e Ação Social do município de Colider/MT.

DATA DE ASSINATURA: 26 de agosto de 2019

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

FORNECEDOR / PREÇO REGISTRADO:

EMPRESA VENCEDORA:
NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA ME CNPJ nº 06.372.763/0001-40 Av. das Flores, nº 344, Jardim Cuiabá, CEP. 78.043-172, Cuiabá/MT Fone: (65) 3028-5500 / (65) 9.9201-8397 E-mail: nutricentercba@gmail.com

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA / MODELO	UNID.	TOTAL	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
1	509467	**Complemento alimentar -** Alimento nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral, hipossódico, sem sacarose, a base de proteína isolada de soja. Isento de sacarose e lactose. Normocalórica (1.0 a 1.2 kcal/ml, normoprotéica e normolipídica. Rica em proteína isolada de soja (55% a 100%), 14% a 16% de proteínas, 55% a 58% de carboidratos, 28% a 30% de gorduras (max 10% de gordura saturada), acondicionado em embalagem apropriada, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, embalagem com no mínimo 800g do produto	DANONE / Nutrison Soya lata 800g	Lata	300	52,18	15.654,00
2	510995	**Complemento alimentar -** Cereal para alimentação infantil, pré-cozido, adicionado de vitaminas e sais minerais, acondicionado em embalagem apropriada, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, embalagem com no mínimo 150g do produto	NESTLE / Mucilon Multicereais lata 400g	Lata	100	6,00	600,00
3	207782	**Complemento alimentar -** Complemento alimentar, lácteo, com vitaminas e minerais, para crianças a partir de 3 anos, acondicionado em embalagem apropriada, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, embalagem com no mínimo 350g do produto	DANONE / Sustain Jr Sabores Diversos lata 350g	Lata	200	18,00	3.600,00
4	509469	**Complemento alimentar -** Dieta enteral em pó nutricionalmente completa, polimérica, densidade calórica de 1.0 à 1.5 kcal/ml, normoprotéica (12% a 15% de proteína) e normolipídica (33% a 35% de lipídeo), de 53% a 55% de carboidratos, para crianças de 01 a 10 anos, sem glúten e lactose em pó, nos sabores baunilha, morango ou sem sabor (o sabor será escolhido no pedido), acondicionado em embalagem apropriada, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, embalagem com no mínimo 380g do produto	ABBOTT / Pediassure Complete Sabores diversos	Lata	200	39,00	7.800,00
5	509468	**Complemento alimentar -** Dieta enteral em pó, nutricionalmente completa, normoprotéica e normolipídica, normocalórica (1.0 a 1.2 kcal/ml), rica em proteína isolada de soja (55% a 100%), baixa osmolalidade (190 a 360 mosm/kg), 14 a 15 gramas de fibras por litro, sendo de 40 a 65% de fibras solúveis, atende necessidades nutricionais na manutenção ou recuperação do estado nutricional de pacientes, isento de lactose, sacarose e glúten, com 14 a 16% de proteína, 55 a 58% de carboidrato, 28 a 30% de gordura (máximo 10% de gordura saturada), acondicionado em embalagem apropriada, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, embalagem com no mínimo 800g do produto	DANONE / Nutrison Soya lata 800g	Lata	550	63,79	35.084,50
6	509470	**Complemento alimentar -** Fórmula infantil de partida (0-6 meses) à base de soja para a substituição da proteína animal, 100% proteína isolada de soja (10% a 15% proteínas),100% Maltodextrina (40% a 45% de carboidratos) com ácidos graxos essências (40% à 48% de lipídeos), sem glúten, sem leite ou produtos lácteos, acondicionado em embalagem apropriada, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, embalagem com no mínimo 400g do produto	NESTLE / Nan Soy lata 400g	Lata	50	28,00	1.400,00

7	207779	**Complemento alimentar -** Fórmula infantil de partida, leite em pó, para lactantes de 00 à 06 meses, 8% a 10% de proteínas (60% proteína do soro do leite, 40% caseína), 45% a 48% carboidratos (mínimo 70% lactose), 45% a 47% de lipídeos e adicionado de prébioticos, embalagem hermeticamente fechada, acondicionado em embalagem apropriada, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, embalagem com no mínimo 400g do produto	NESTLE / Nestogeno 01 lata 400g	Lata	600	16,00	9.600,00
8	207776	**Complemento alimentar -** Fórmula infantil de partida, para lactantes de 00 à 06 meses, a base de leite de vaca, com 60% a 70% proteína do soro do leite e 30% a 40% de caseína, 100% lactose, com gordura vegetal, gordura láctea e óleo de peixe, com DHA/ARA, prebióticos e nucleotídeos, embalagem hermeticamente fechada, acondicionado em embalagem apropriada, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, embalagem com no mínimo 400g do produto	NESTLE / Nan Comfor 01 lata 400g	Lata	200	22,00	4.400,00
9	207778	**Complemento alimentar -** Fórmula infantil de segmento, para lactantes de 00 à 06 meses, a base de leite de vaca, com 40% a 50% proteína do soro do leite e 50% a 60% de caseína, 100% lactose, com gordura vegetal, gordura láctea e óleo de peixe, com DHA/ARA, prebióticos e nucleotídeos, embalagem hermeticamente fechada, acondicionado em embalagem apropriada, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, embalagem com no mínimo 400g do produto	NESTLE / Nan Comfor 02 lata 400g	Lata	80	22,00	1.760,00
10	207780	**Complemento alimentar -** Fórmula infantil de seguimento, para lactentes de 06 à 12 meses, com 9% a 12% de Proteínas (sendo no mínimo 35% de proteína do soro do leite) de 45% a 50% de Carboidratos (com no mínimo 70% lactose) com 40% a 45% de lipídeos, e adição de prebióticos, embalagem hermeticamente fechada, acondicionado em embalagem apropriada, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, embalagem com no mínimo 400g do produto	NESTLE / Nestogeno 02 lata 400g	Lata	150	16,00	2.400,00
11	509473	**Complemento alimentar -** Fórmula infantil em pó para crianças até 10 anos, a base de 100% proteína do soro do leite extensamente hidrolisada, com 40% a 45% de carboidratos (100% maltodextrina), 45% a 50% de lipídeos (incluindo TCM), isenta de sacarose, glúten e lactose, indicada para criança com alergia as proteínas intactas do leite de vaca e soja, acondicionado em embalagem apropriada, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, embalagem com no mínimo 400g do produto	DANONE / Baby Pregomin pepti lata 400g	Lata	150	100,00	15.000,00
12	509471	**Complemento alimentar -** Fórmula para lactentes, apresentam regurgitação e/ou refluxo gastroesofático, expessada com 9% a 12% de proteínas, 49% a 60% de carboidratos (mínimo 70% lactose) e 30% a 42% de lipídeos, sem glúten, acondicionado em embalagem apropriada, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, embalagem com no mínimo 800g do produto	NESTLE / Nan ar lata 800g	Lata	100	32,00	3.200,00
14	509459	**Complemento alimentar -** Módulo de fibras solúveis e insolúveis, nutrição enteral via oral, auxilia o funcionamento do intestino, sem lactose, sem glúten, fonte de fibras goma guar parcialmente hidrolisada e inulina, acondicionado em embalagem apropriada, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, embalagem com no mínimo 225g do produto	VITAFOR / Fiberfor lata 300g	Lata	250	85,00	21.250,00
15	509464	**Complemento alimentar -** Módulo de maltodextrina em pó, 100% a base de polímeros de glicose (oligossacarídeos) com baixa osmolaridade, rápida absorção, isenta de proteínas e lipídios, indicação para uso oral ou por sonda enteral, acondicionado em embalagem apropriada, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, embalagem com no mínimo 400g do produto	NUTRITION ADVANCED / Carboplex Malto pacote 01kg	Lata	150	20,57	3.085,50
16	509460	**Complemento alimentar -** Módulo de proteínas para nutrição oral ou enteral, composto por 100% de proteína hidrolisada do leite, acondicionado em embalagem apropriada, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, embalagem com no mínimo 250g do produto	VITAFOR / Whey Protein Isolate lata 250g	Lata	400	94,00	37.600,00
17	509458	**Complemento alimentar -** Módulo de Triglicerídeo de Cadeia Média (TCM), AGE para nutrição oral ou enteral, acondicionado em embalagem apropriada, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, embalagem com no mínimo 250ml do produto	VITAFOR / MCT com AGE frasco 250ml	Frasco	800	40,00	32.000,00
18	509465	**Complemento alimentar -** Nutrição completa e balanceada, normocalorica (1.0 kcal/ml) e normoproteica (15% a 17% de proteína), 50% a 55% carboidrato, 34% a 38% de lipídeo (máximo 10% gordura saturada), isento de lactose e glúten, nos sabores baunilha, banana e/ou chocolate (o sabor será escolhido no pedido), acondicionado em embalagem apropriada, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, embalagem com no mínimo 400g do produto	ABBOTT / Ensure Pop NG sabores diversos lata 400g	Lata	550	43,00	23.650,00
19	509462	**Complemento alimentar -** Nutrição especializada para controle glicêmico, normocalórico (1.0kcal/ml), hiperproteico (15% a 20% de proteína), 30% a 40% de lipídeos (máximo 10% gordura saturada), 45% a 47% de carboidratos de lenta absorção, rico em fibras, isento de sacarose, lactose e glúten, acondicionado em embalagem apropriada, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, embalagem com no mínimo 400g do produto	ABBOTT / Glicerna pó sabor baunilha lata 400g	Lata	600	48,00	28.800,00
20	207783	**Complemento alimentar -** Sem sacarose, complemento alimentar, lácteo, mínimo 25 vitaminas e minerais com fibras, acondicionado em embalagem apropriada, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, embalagem com no mínimo 400g do produto	VITAFOR / Sustevit sabores diversos lata 400g	Lata	400	31,00	12.400,00
21	509463	**Complemento alimentar -** Suplemento pó hiperproteico (20% a 35% de proteínas), hipercalórico (1.5 kcal/ml) de nutrição enteral e oral para idosos, com fibras, sem sabor, acondicionado em embalagem apropriada, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, embalagem com no mínimo 330g do produto	DANONE / Nutridrink max pó sem sabor lata 350g	Lata	600	56,61	33.966,00
		VALOR TOTAL (R$)					**293.250,00**

A Ata Integral de Registro de Preços dos itens da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider, cito, na Travessa dos Parecis, n° 85, Setor Leste, CEP 78.500-000 e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

PREVILIDER
PORTARIA N.º 086/2019 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA ESPECIAL POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EM FAVOR DA SRA. MARIA MATILDES MOLINARI DOS SANTOS".

A Diretora Executiva do Previ-Líder,Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6º, incisos "I", "II", "III" e "IV", da Emenda Constitucional nº. 41/03, de 19 de dezembro de 2003, Art. 210 da Lei Municipal n. º 2408/2010, de 28 de dezembro de 2010, Art. 86, incisos "I", "II", "III", "IV", da Lei Municipal n. º 2.361, de 08 de julho de 2010.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de ***aposentadoria especial por tempo de contribuição*** à servidora **Sra. Maria Matildes Molinari Dos Santos,** portadora do RG n.º 08281815 - SSP/MT, e do CPF n.º 816.800.311-04 e da Cédula Eleitoral de n.º 012848381872 Zona "023", Seção "0022", devidamente matriculada sob o n.º 47, contando com um total de 10.753 dias,

ou seja, 29 (vinte e nove) anos 05 (cinco) meses e 18 (dezoito) dias de serviços prestados, efetiva no cargo de **Professora, Classe "C", Nível "10"**, lotada na Secretaria Municipal de Educação com proventos integrais e com direito a paridade, conforme o processo do PREVI-LIDER, n.º 055/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se disposições contrárias.

Registre, publique e cumpra-se.

Colíder /MT, 12 de agosto de 2019.

MARIZA BERNARDES DA SILVA

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
EDITAL COMPLEMENTAR N°. 007/2019/CMDCA/COLIDER - MT

DISPÕE SOBRE A RELAÇÃO DE PRÉ-CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO DE ESCOLHA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE COLÍDER-MT, CONSIDERADOS APTOS/ INAPTOS NA QUARTA ETAPA DESTE PROCESSO, CONFORME EDITAL N.º 001/2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Colíder (MT) – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conforme preconiza a Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Resolução n° 152/2012 e a Resolução n° 170/2014, ambas expedidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, e a Lei Municipal n°. 2.794/2015, que regulamenta o Conselho Tutelar; e do Edital n° 001/2019/CMDCA, em cumprimentos de suas obrigações.

RESOLVE:

Art. 1°. Tornar público relação dos pré-candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar considerados APTOS/INAPTOS a partir da Avaliação Psicológica realizada nos dias 20 e 21 de Agosto de 2019 em cumprimento a quarta etapa do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Colíder – Mato Grosso.

Art. 2º . Publicizar no ANEXO I deste Edital, o Resultado da Avaliação Psicológica dos Candidatos ao Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar em Colíder-MT em ordem numérica e alfabética.

CANDIDATOS APTOS

Nº	CANDIDATO	CPF	SITUAÇÃO
001	Sidineia De Araujo	985.298.031-91	APTA
003	Gilmar Dos Santos	941.613.641-72	APTO
005	Marta Soares Negrão	878.387.611-15	APTA
006	Lucineia Santiago Pedro	957.034.621-34	APTA
008	Lizangela Behmer	247.410.478-06	APTA
009	Pedra Devanice Braghin	954.137.828-53	APTA
012	Lilia Cristina Ferreira Dias	036.024.951-59	APTA
013	Elias Alves Aranha	209.488.831-20	APTO
016	Alex Marques Da Silva	010.387.691-08	APTO
017	Andrei Aparecido Alves	043.335.417-21	APTO
019	Suelia Gomes De Carvalho	012.268.561-01	APTA
020	Suely de Oliveira Alves Figueredo	005.943.621-21	APTA
025	Darlene de Matos Pereira	872.352.181-34	APTA

CANDIDATOS INAPTOS

N°	CANDIDATO	CPF	SITUAÇÃO
007	Marcos Henrique Franciscato	041.468.291-27	INAPTO
014	Altair Ribeiro Basaia	211.231.011-91	INAPTA
018	Lucimar Cristina Aluizo	140.850.678-50	INAPTA
021	Laudiceia da Silva do Carmo	862.729341-49	INAPTA
023	Luiz Gustavo Aldaves Rocha	034.442.991-17	INAPTO
024	Valéria Simplício	033.748.281-08	INAPTA

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Colíder -MT, em 26 de agosto de 2019.

MARCIA DA CHAGAS

Presidente do CMDCA/COLÍDER

Presidente da Comissão Especial Eleitoral.

EDITAL COMPLEMENTAR N°. 007/2019/CMDCA/COLIDER (MT)

ANEXO I

CLINAP

CLÍNICA DE PSICOLOGIA

Tel. 3551-1143

RESULTADO DA AVALIACAO PSICOLOGICA REALIZADA:

1. IDENTIFICACÃO:

1.1. Dados da Examinadora:

Psicóloga: Cristiane P. Cunha Medeiro CRP MT•. 18/01060

1.2. Dados do Solicitante:

Solicitante: CMDCA do município de Colíder

1.3. Finalidade

Finalidade • Avaliação Psicológica para participar do processo de eleição para exercer a função de Conselheiro Tutelar.

2. MOTIVOS DA AVALIACÃO•.

A avaliação psicológica teve o intuito de avaliar se o candidato , apresenta perfil adequado, estando considerado APTO ou INAPTO , para exercer a função de Conselheiro Tutelar de acordo as atribuições profissionais estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no TITULO V -DO CONELHO TUTELAR.

	NOME DO CANDIDATO	RESULTADO
01	ALEX MARQUES DA SILVA	APTO
02	ALTAIR RIBEIRO BASAIA	INAPTA
03	ANDREI APARECIDO ALVES	APTA
04	DARLENE DE MATOS PEREIRA	APTA
05	ELIAS ALVES ARANHA	APTO
06	GILMAR DOS SANTOS	APTO
07	LAUDUCEIA DA SILVA DO CARMO	INAPTA
08	L LIA CRISTINA FERREIRA DIAS	APTA
09	LIZANGELA BEHMER	APTA
10	LUCIMAR CRISTINA ALUIZO	INAPTA
11	LUCINEIA SANTIAGO PEDRO	APTA
12	LUIZ GUSTAVO ALDAVES ROCHA	INAPTO
13	MARCOS HENRIQUE FRANCISCATO	INAPTO
14	MARTA SOARES NEGRAO	APTA
15	PEDRA DEVANICE BRAGHIN	APTA
16	SIDINEIA DE ARAUJO	APTA
17	SUELIA GOMES DE CARVALHO	APTA
18	SUELY DE OLIVEIRA ALVES FIGUEREIDO	APTA
19	VALERIA SIMPLICIO	INAPTA

Psicóloga Colíder, 26/08/2019

Nome da psicóloga: Cristiane Pereira da Cunha Medeiro

NO CRP 18/01060

CPF:009.892.521-08

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

ASSESSORIA JURÍDICA-GABINETE
LEI Nº 831 DE 26 DE AGOSTO DE 2019

LEI Nº 831 DE 26 DE AGOSTO DE 2019

Sumula:"Autoriza abertura de crédito adicional suplementar no valor de até R$ 965.938,90(novecentos e sessenta e cinco mil novecentos e trinta e oito reais e noventa centavos), no orçamento do Município e dá outras providencias".

O Sr. **Jesineison De Aguiar Brandão,** Prefeito Municipal Interino do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Colniza aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um credito adicional suplementar, nos termos do Art. 41, Inciso I da Lei Federal nº 4. 320/64, **no valor de até R$ 965.938,90 (novecentos e sessenta e cinco mil novecentos e trinta e oito reais e noventa centavos),** à seguinte rubrica orçamentária:.

DOTAÇÃO A SUPLEMENTAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	CATEGORIA	VALOR	FONTE
10.001.26.782.0002.2085– MANUT. ESTRADAS, PONTES E SERVIÇOS DIVERSOS	3.3.90.39.00	540.000,00	130

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	CATEGORIA	VALOR	FONTE
10.001.26.782.0002.2085 – MANUT. ESTRADAS, PONTES E SERVIÇOS DIVERSOS	3.3.90.30.00	200.000,00	100

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	CATEGORIA	VALOR	FONTE
10.001.15.452.0002.2084 – MANUT. RUAS, AVEN, PRACAS, PARQ, JARDINS E SERV. DI.	3.3.90.39.00	225.938,90	100

Art.2º - Para fazer face ao crédito autorizado no Artigo Anterior serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial da dotação abaixo conforme Art. 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	CATEGORIA	VALOR	FONTE
10.001.26.782.0014.1041– AQUIS. CAMINHÕES E MAQUINAS PESADAS	4.4.90.52.00	425.938,90	100

SECRETARIA MUNICIPAL DEINFRAESTRUTURA	CATEGORIA	VALOR	FONTE
10.001.26.782.0014.1041 – AQUIS. CAMINHÕES E MAQUINAS PESADAS	4.4.90.52.00	540.000,00	130

Art.3º - O valor autorizado nesta Lei será suplementado através de decreto emitido pelo Poder Executivo.

Art. 4º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza,Estado de Mato Grosso, em 26 de agosto de 2019.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

JESINEISON DE AGUIAR BRANDÃO

PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.233/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.233/ADM/2019, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença para Tratamento de Saúde** a Servidora Pública Municipal **Maria dos Anjos Oliveira Fernandes**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 2417 por um período de **120 (Cento e Vinte) dias a contar de 20 de agosto de 2019.**

Art.2° -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **20 *de agosto de 2019*,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 26 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
ERRATA DA PORTARIA Nº 1.229/ADM/2019

ERRATA DA PORTARIA Nº 1.229/ADM/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019, que dispõe sobre **"**Conceder **Licença Premio** a Servidora Pública Municipal **Edna da Silva"**

Onde se lê:

Art. 1° - Conceder **Licença Premio** a Servidora Pública Municipal **Edna da Silva,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 898, a partir do dia **07 de setembro a 04 de novembro do ano de 2019**, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Leia-se:

Art. 1° - Conceder **Licença Premio** a Servidora Pública Municipal **Edna da Silva,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 898, a partir do dia **07 de setembro a 05 de dezembro do ano de 2019**, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 26 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 035/2019 PROCEDIMENTO Nº 27.865/2019

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 035/2019, VALIDADE: 12 (doze) meses contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TIPO MELOSA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPÁL DE OBRAS POR UM PERÍODO DE 12 MESES. O fornecedor vencedor encontra-se indicado conforme segue: EMPRESA ARY DOS SANTOS EIRELI, CNPJ Nº 27.222.616/0001-63, com

valor total final de R$ 293.825,00 (Duzentos e noventa e três mil oitocentos e vinte e cinco reais).

Colniza - MT, 26 de agosto de 2019.

Poliana Cristina Guizzardi

Pregoeira Oficial

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.234/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.234/ADM/2019, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença para Tratamento de Saúde** a Servidora Pública Municipal **Edineia Ferreira dos Santos**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Juventude, matricula nº 869 por um período de **180 (Cento e Oitenta) dias a contar de 23 de julho de 2019.**

Art.2° -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **23 *de julho de 2019*,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 26 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

ASSESSORIA JURÍDICA-GABINETE
LEI Nº 832 DE 26 DE AGOSTO DE 2019

LEI Nº 832 DE 26 DE AGOSTO DE 2019

Autoria do Poder Legislativo

Sumula:"Dispõe sobre Municipalização de estrada vicinal no Município de Colniza, Estado de Mato Grosso e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Colniza aprovou e eu, **Jesineison De Aguiar Brandão,** Prefeito Municipal Interino do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º – Fica Municipalizada a Estrada Vicinal FAROFA E FLORITA "A" em Colniza – MT, com inicio à MT 206 "Estrada do Óleo", coordenadas Inicial: ESTE=275072 / NORTE=8959019 e Final ESTE=279727 / NORTE=8965076 em Colniza/MT, com distância de 24,2 (vinte quatro quilômetros e duzentos metros).

Art. 2º - O Poder Público poderá por intermédio de contrato de Concessão de Serviço Público Gratuito, realizado mediante ato privativo do Executivo, autorizar a manutenção, conservação e restauração das referidas Estradas Municipais, por terceiros.

Art.3º - Faz parte desta lei o Croqui anexado.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza,Estado de Mato Grosso, em 26 de agosto de 2019.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

JESINEISON DE AGUIAR BRANDÃO

PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 070/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2019

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro Fernando Oliveira Lemos da Rosa, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL **EXCLUSIVO PARA MICRO-EMPRESA-EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**EDITAL n° 070/2019, tendo como objeto **AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL ATENDENDO AS SECRETARIAS DE SAÚDE, OBRAS E EDUCAÇÃO,** cuja abertura ocorrerá às 11:00 horas do dia **09/09/2019**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com o Pregoeiro/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 26 de agosto de 2019.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

Pregoeiro

PORTARIA Nº. 020/2019

PORTARIA Nº. 020/2019

DE: 26.08.2019

"Designar a Servidora STELANY RIBAS NOGUEIRA DA SILVA para exercer a função de contadora do Comodoro-Previ, e dá outras providências."

GUSTAVO ANDRÉ ROCHA, Diretor Executivo do COMODORO-PREVI, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas do. Inciso IV do art. 72 da Lei Municipal nº 1.519/2014;

RESOLVE,

Art. 1º. Designar a servidora efetiva da Prefeitura Municipal de Comodoro, Sra. STELANY RIBAS NOGUEIRA DA SILVA, cedida através da Portaria nº 420/2019 de 19.08.2019, para exercer a função de contadora junto ao Comodoro-Previ, até o retorno da Contadora efetiva Sra. Micheli Silva dos Santos Souza, que se encontra em beneficio auxilio maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 19/08/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 26 dias do mês de Agosto do ano de 2019.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Gustavo André Rocha

Diretor Executivo

Homologo:

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 910/2019

LEI N.910/2019 DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

DÁ NOVA REDAÇÃOAO PARÁGRAFOÚNICO DO ART. 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 887/2019, DE 05DE ABRIL DE2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Dê-se ao Parágrafo Único do artigo 2º da Lei Municipal nº 887/2019, de 05 de abril de 2019, a seguinte redação:

Art. 2º. .....

Parágrafo Único. O valor da anuidade é de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), o qual poderá ser dividido em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas de R$ 2.000,00 (dois mil reais); podendo o valor da anuidade e parcelas serem alterados mediante decreto após deliberado em Assembleia Geral da Entidade.

Art. 3° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CONFRESA/MT, aos 22 dias do mês de agosto de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N°. 104/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 097/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº. 007/2019

DO OBJETO: Contratação de Empresa Especializada paraExecução da Reforma do PSF Vila Nova da Secretaria Municipal de Saúde, junto ao Município de Confresa – MT.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 210 DIAS - 26/08/2019 a 23/03/2020.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 DIAS CORRIDOS, CONTADOS A PARTIR DO RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇOS EMITIDA PELO MUNICIPIO DE CONFRESA.

DO VALOR GLOBAL: R$ 208.484,45

DATA: Confresa, 26 de Agosto de 2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **CONTRATADA: INCORP CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI – EPP** CNPJ n. 07.799.371/0001-24.

FORO: Porto Alegre do Norte – MT.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N°. 103/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 071/2018

PREGÃO PRESENCIAL N°. 058/2018

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO, EMULSÃO ASFÁLTICA - COMPOSTO DE ASFALTO DE PETRÓLEO, EMULSÃO ASFÁLTICA CATIÔNICA, DE RUPTURA MEDIA, E PRE MISTURA A FRIO- PMF, PARA ATENDER A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS NA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS PUBLICAS URBANA. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO , DO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT.

VIGÊNCIA: 12 MESES - 26/08/2019 a 26/08/2020.

DO VALOR GLOBAL: R$ 35.280,00

DATA: Confresa, 26 de Agosto de 2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **CONTRATADA: BRITASA MINERADORA CONFRESA LTDA** CNPJ: 02.943.563/0001-49.

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 207/2019 ADM DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal qualificado, Sr. **Walter Ramos Teles** CPF: 041.810.571-51, como FISCAL DE CONTRATO.

Art. 2º - O servidor designado fica responsável pelo contrato respectivo a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

CONTRATO	**103/2019**	**CNPJ**	**VALOR TOTAL**
CONTRATADA	**BRITASA MINERADORA CONFRESA LTDA.**	**02.943.563/0001-49.**	**R$ 35.280,00**
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO, EMULSÃO ASFÁLTICA - COMPOSTO DE ASFALTO DE PETRÓLEO, EMULSÃO ASFÁLTICA CATIÔNICA, DE RUPTURA MEDIA, E PRE MISTURA A FRIO- PMF, PARA ATENDER A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS NA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS PUBLICAS URBANA. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO , DO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT.		
VIGÊNCIA	12 MESES - 26//08/2019 A 26/08/2020.		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 26 de agosto de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 206/2019 ADM DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal qualificado, Sr. **ADALBERTO DE ARAÚJO BASTOS PAGIOLLI** CPF: 036.358.471-43, como FISCAL DE CONTRATO.

Art. 2º - O servidor designado fica responsável pelo contrato respectivo a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

CONTRATO	**104/2019**	**CNPJ**	**VALOR TOTAL**
CONTRATADA	INCORP CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI – EPP.	07.799.371/0001-24	R$ 208.484,45
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DO PSF VILA NOVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT.		
PRAZO DE VIGÊNCIA	210 DIAS, 26//08/2019 A 23/03/2020.		
PRAZO DE EXECUÇÃO	180 DIAS CORRIDOS, CONTADOS A PARTIR DO RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇOS EMITIDA PELO MUNICÍPIO DE CONFRESA.		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 26 de agosto de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PORTARIA 208/2019 ADM DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora pública municipal qualificada, sra. **NICEIA GONÇALVES DE MELO FRANCO,** CPF:779.193.191-53, como FISCAL DE CONTRATO.

Art. 2º - O servidor designado fica responsável pelo contrato respectivo a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

CONTRATO	105, 106 E 107/2019	CPF	VALOR TOTAL
CONTRATADA	**VANDERLEI DIAS DAVID**	457.830.551-15	R$ 4.074,00
CONTRATADA	**OSÓRIO DUARTE LIMA**	283.250.101-00	R$ 9.057,60
CONTRATADA	**SOCRATES JOSÉ MARTINS**	303.664.291-91	R$ 20.028,40
OBJETO	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.		
VIGÊNCIA	12 MESES, 26/08/2019 A 26/08/2020.		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 26 de agosto de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
RELAÇÃO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DOS CANDIDATOS A CONSELHEIROS TUTELAR

RELAÇÃO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA CANDIDATOS A CONSELHEIROS TUTELARES/CONFRESA – MT

01	ANGELA LUIZ MARTINS BORBA	APTA
02	ARILEIA ALVES PINHEIRO	APTA
03	AURENIVIA BARROS FEITOSA	APTA
04	BELICE AGUIAR DA SILVA DIAS	APTA
05	EDERSON DA CUNHA	APTO
06	FABIANA SOUZA TORRES	APTA
07	FERNANDA LIMA DA SILVA	APTA
08	GILCIVANIA SILVA MENDONÇA	APTA
09	HELOISA MORAIS SILVA SENA	APTA
10	HERIKA TAVARES MARQUES SILVA	APTA
11	IRAZILDA MATOS RODRIGUES	APTA
12	LUCÉLIA MARTA MARQUES DE S. OLIVEIRA	APTA
13	LUCINEIDE SALES DA SILVA	APTA
14	MARIA SELMA CONCEIÇÃO DIAS	APTA
15	MERIVONE DA SILVA RODRIGUES	APTA
16	ROSILEIDE GOMES DA SILVA	APTA
17	SIMONE FREITAS LUZ	NÃO APTA

CONFRESA – MT, 26 DE AGOSTO DE 2019.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CPL N° 105/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N° 131/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2019 – CHAMADA PÚBLICA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

DO VALOR GLOBAL: R$ 4.074,00 (Quatro Mil e Setenta e Quatro Reais).

VIGÊNCIA: DE 26/08/2019 a 26/08/2020

DATA: Confresa, 26 de agosto de 2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – MT – **CONTRATADO:** VANDERLEI DIAS DAVID - CPF: 457.830.551-15.

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CPL N° 106/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N° 131/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2019 – CHAMADA PÚBLICA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

DO VALOR GLOBAL: R$ 9.057,60 (Nove Mil e Cinquenta e Sete Reais e Sessenta Centavos)

VIGÊNCIA: DE 26/08/2019 a 26/08/2020

DATA: Confresa, 26 de agosto de 2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – MT – **CONTRATADO:** OSÓRIO DUARTE LIMA – CPF: 283.250.101-00

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 261/2019 DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

Portaria 261/2019 de 22 de Agosto de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal LUCIANO DA SILVA MIRANDA matricula 000444, efetivo no cargo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS - ACE, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/VIGILANCIA AMBIENTAL.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
31/01/2005 A 30/01/2010	01/09/2019 A 29/11/2019

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01/08/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 22 de Agosto de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 119/2019.

AVISO DE LICITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2019.

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 119/2019.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia **10 de Setembro de 2019, às 14h00-min** (horário local), na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Centro Oeste, nº 286, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 119/2019, do tipo Menor Preço por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site Confresa.org no link do **Portal da Transparência,** de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818, ou pelo e-mail licitaconfresa@hotmail.com.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICIPIO DE CONFRESA – MT.**

Confresa-MT, em 26 de Agosto de 2019.

JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM.

Pregoeiro.

Portaria nº 135/2019.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 260/2019 DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

Portaria 260/2019 de 22 de Agosto de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal EDESIO LOPES matricula 000999, efetivo no cargo de AGENTE DE SAUDE - ACS, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/UBS FONTOURA.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
13/06/2013 A 12/06/2018	01/09/2019 A 29/11/2019

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01/08/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 22 de Agosto de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CPL N° 107/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N° 131/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2019 – CHAMADA PÚBLICA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

DO VALOR GLOBAL: R$ 20.028,40 (Vinte Mil e Vinte e Oito Reais e Quarenta Centavos)

VIGÊNCIA: DE 26/08/2019 a 26/08/2020

DATA: Confresa, 26 de agosto de 2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – MT – **CONTRATADO:** SOCRATES JOSÉ MARTINS – CPF: 303.664.291-91

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 258/2019 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Portaria 258/2019 de 21 de Agosto de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal MARIA ALVES DIAS DE LIMA matricula 000989, efetiva no cargo de AGENTE DE SAUDE – ACS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/UBS NOVO PLANALTO.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
13/06/2013 A 12/06/2018	01/08/2019 A 29/10/2019

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01/08/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 21 de Agosto de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CONTRATO
PORTARIA Nº 164/2019

"Dispõe sobre a Nomeação da Comissão Organizadora do Processo Seletivo simplificado 001/2019 e da outras providencias."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, **Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores abaixo, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, da Prefeitura Municipal de Conquista D' Oeste – MT:

1. **Mayla Clicia da Silva Farias**, inscrita no CPF nº 386.026.898-88, como Presidente da Comissão, ocupante do cargo de Diretor de Divisão de Recursos Humanos - matrícula funcional nº 1038;

2. Maria Conceição de Freitas, inscrita no CPF nº 584.428.126-87, como Secretária da Comissão, ocupante do cargo de Coordenadora de Recursos Humanos, com a matrícula funcional nº 266.

3. Marina da Gama Souza , inscrita no CPF nº 572.279.771-53, como Membro da Comissão, ocupante do cargo de Diretor de Divisão de Saúde da Família, com a matrícula funcional nº 995.

4. Marcelo Faustino de Oliveira, inscrita no CPF nº 170.390.938-04, como Suplente da Comissão, ocupante do cargo de Enfermeiro, com a matrícula funcional nº 262.

Art. 2º. A Comissão Organizadora fica:

I. encarregada de tomar todas as providências necessárias para realização do Processo Seletivo Simplificado, obedecendo fielmente os ordenamentos legais pertinentes;

II.divulgar o Edital de chamamento, seguindo as orientações da empresa contratada.

Art. 3º. Compete ao Presidente desta Comissão, solicitar junto ao Executivo Municipal, todos os recursos materiais, humanos e financeiros necessários à consecução do objetivo desta Portaria.

Art. 4º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 26 de agosto de 2019.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

CONTRATO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

A **PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em consonância com o que prescreve o art. 37, inciso IX da Constituição Federal, as Leis Municipal nº 001/2001, 002/2001, 003/2001, 172/2005 e 553/2019, Decretos nº 022/2012 e nº 043/2015torna *público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará Processo Seletivo Simplificado de Provas e de Títulos, destinado à contratação e formação de Cadastro de Reserva para os cargos abaixo descritos e dos que vagarem e forem necessários ao quadro pessoal durante o prazo de validade do certame, para todos os efeitos, a saber:*

1. DA DENOMINAÇÃO - REFERÊNCIA - EXIGÊNCIA MÍNIMA - VAGAS - INSCRIÇÃO - VENCIMENTO INICIAL

1.1. A denominação - referência - exigência mínima - as vagas de ampla concorrência, vagas para pessoa com deficiência (PcD) **- vencimento inicial** do cargo, a carga horária semanal, são os estabelecidos a seguir:

QUADRO DE VAGAS						
Cargo	**Vagas de Concorrência Ampla**	**Vagas – PcD *(1)**	**Total de Vagas**	**Escolaridade (requisito a ser comprovado após convocação para contratação) *(2)**	**Jornada de Trabalho (Semanal)**	**Vencimento R$.**
Enfermeiro	01		01	Superior específico de Enfermagem, com registro no Corem = Conselho Regional de Enfermagem.	**40**	5.896,57
Farmacêutico/Bioquímico	01		01	Superior específico de Farmácia - Área Bioquímica**, com registro no Crf = Conselho Regional de Farmácia.**	**40**	5.896,57
Total de Vagas	**02**	**-**	**02**			

NOTAS EXPLICATIVAS:

***(1)** *Siglas:PcD = Pessoas com Deficiência, Vagas reservadas aos Candidatos Portadores de Necessidades especiais, conforme item 4.1, deste Edital;*

(2)Escolaridade Mínima Exigida, realizada em instituição educacional reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC;*

1.1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1.1. O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**, endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, com registro no Conselho Regional de Administração do Estado de Mato Grosso - CRA/MT sob o nº 267 - PJ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 71.358.766/0001-90 e compreenderá: **1ª etapa** - provas escritas e objetivas, de caráter eliminatório e classificatório; **2ª etapa** - títulos de caráter classificatório; **3ª Etapa** - comprovação de requisitos e exames médicos, de caráter eliminatório, que serão entregues pelo candidato, a ser realizada após a homologação do Processo Seletivo, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT.

1.1.2. Compete à Comissão Especial, instituída através da Portaria nº 164/2019, coordenar, acompanhar e fiscalizar todas as fases desse Processo Seletivo Simplificado.

1.1.3. O Processo Seletivo destina-se a contratação para preenchimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva para preenchimento de vagas discriminadas no item 1, que vierem a surgir ou forem criadas, durante o prazo de validade do Processo Seletivo, previsto no item 9.8 deste Edital.

1.1.4. O Regime Jurídico no qual serão contratados os candidatos aprovados e classificados nesse Teste Seletivo será o Estatutário.

1.1.5. O Regime Previdenciário, no qual estarão vinculados os candidatos aprovados e classificados, será o Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS.

1.1.6. Todas as etapas deste Processo Seletivo serão realizadas na cidade de Conquista D'Oeste/MT.

1.1.7. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado serão convocados observados, estritamente, a ordem de classificação no cargo para realização de procedimentos pré-admissionais, compreendendo comprovação de requisitos e exames médicos.

1.1.8. Toda menção a horário neste Edital, terá como referência o **horário oficial de Mato Grosso.**

1.1.9. Todos os questionamentos relacionados ao presente Edital deverão ser encaminhados ao Serviço de Atendimento ao Candidato - SAC da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**, por meio do Fale Conosco no endereço eletrônico **www.w2consultores.com.br** ou através do endereço eletrônico **contato@w2consultores.com.br**.

2 - DOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO

2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto nº 70.436, de 18/04/72, Constituição Federal - §1° do Art. 12 de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º).

2.2. Ter na data da contratação 18 (dezoito) anos completos.

2.3. Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, se do sexo masculino, do serviço militar.

2.4. Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

2.5. Possuir aptidão física e mental, apuradas à época da contratação para o exercício do cargo.

2.6. Possuir e comprovar a escolaridade mínima exigida para o exercício do cargo.

2.7. Não ter incorrido demissão através de processo disciplinar, do serviço público estadual, federal ou municipal.

2.8. Cumprir as exigências contidas neste Edital e ser aprovado em todas as fases nele previstas.

2.9. A habilitação e a escolaridade mínima exigida, como também, as demais exigências para a contratação do cargo, deverão ser comprovadas quando da convocação até a contratação do candidato aprovado, e, a não apresentação de qualquer dos documentos que comprovem as condições exigidas, implicará exclusão do candidato, de forma irrecorrível.

3 - DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

3.1. **VIA INTERNET: Das 13h00min do dia 27/08/2019 às 18h00min do dia 10/09/2019, no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br.** Para o (a) candidato (a), isento (a) ou não, que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, sendo entendida como efetivada a inscrição paga ou contemplada pela regra de isenção. Caso haja mais de uma inscrição paga em um mesmo dia, será homologada e válida a última inscrição efetuada no sistema de inscrições on-line da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**. Consequentemente, as demais inscrições do candidato nesta situação serão automaticamente canceladas, devendo solicitar restituição do valor pago, conforme item 3.4.13, deste Edital.

3.2. DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO VIA INTERNET:

3.2.1. Para inscrição via Internet o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos:

a) Estar ciente de todas as informações sobre este Processo Seletivo Simplificado disponível na página da **W2 AUDITORES E CONSULTORES** (**www.w2consultores.com.br**) e acessar o **link** para inscrição correlato ao Processo Seletivo;

b)O candidato deverá optar pelo cargo a que deseja concorrer;

c)Inscrever-se, no período entre **13h00min do dia 27/08/2019 às 18h00min do dia 10/09/2019**, através do requerimento específico disponível na página citada;

d)Imprimir o boleto bancário, que deverá ser pago, em qualquer banco, impreterivelmente, até a data de vencimento constante no documento. O pagamento após a data de vencimento implica o **CANCELAMENTO** da inscrição;

e) O banco confirmará o seu pagamento junto à **W2 AUDITORES E CONSULTORES.**

f)A taxa de inscrição deverá ser recolhida em favor da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT**, por meio de boleto bancário, até a data estabelecida no **CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (ANEXO I, deste Edital)**, observado o horário de atendimento e das transações financeiras de cada instituição bancária. Os valores das taxas de inscrição serão de acordo com o nível de Escolaridade mínimo exigido para cargo, da seguinte forma:

Escolaridade Mínima	Valor da Taxa de Inscrição - R$.
Superior	40,00

ATENÇÃO: a inscrição via Internet só será efetivada após a confirmação do pagamento feito por meio do boleto bancário **até a data do vencimento.**

3.2.2. O boleto bancário será emitido em nome do requerente e deverá ser impresso em impressora a laser ou jato de tinta, para possibilitar a correta impressão e leitura dos dados e do código de barras, e deverá ser pago no prazo nele indicado. A impressão desse documento em outro tipo de impressora é de exclusiva responsabilidade do candidato.

3.2.3. A inscrição via Internet cujo pagamento realizado dentro do prazo, não for creditado na conta da Prefeitura Municipal de até o primeiro dia útil posterior ao último dia de pagamento da taxa de inscrição não será deferida.

3.3. DA REIMPRESSÃO DO BOLETO:

3.3.1. Todos os candidatos inscritos no período entre **13h00min do dia 27/08/2019 e 18h00min do dia 10/09/2019** poderão reimprimir, caso necessário, o boleto, no máximo até as **18h00min** do último dia do encerramento das inscrições (**10/09/2019**), quando esse recurso será retirado do site da **W2 Consultores**.

3.4. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:

3.4.1. A **W2 AUDITORES E CONSULTORES** não se responsabiliza por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, desde que não tenha dado causa às falhas.

3.4.2. Para efetuar a inscrição, é imprescindível o preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição, sendo que o candidato será identificado pelo número de Cadastro de Pessoa Física (CPF).

3.4.3. Terá a sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição.

3.4.4. Não será aceito pedido de alteração referente à opção de cargo após efetivação da inscrição.

3.4.5. A inscrição do candidato implica conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive quanto à realização das provas nos prazos estipulados.

3.4.6. A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, as provas e a convocação do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.4.7. É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.

3.4.8. É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outrem.

3.4.9. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Não será aceita a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

3.4.10. O candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e que aceita que, caso aprovado, quando de sua convocação, deverá entregar, após a homologação do Processo Seletivo Simplificado, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o respectivo cargo.

3.4.11. O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de seus dados em listagens e resultados no decorrer do certame, tais como aqueles relativos à data de nascimento, CPF, Documento de Identidade, notas e desempenho nas provas, entre outros, tendo em vista que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao Processo Seletivo Simplificado. Não caberão reclamações posteriores neste sentido, ficando cientes também os candidatos de que possivelmente tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores através dos mecanismos de busca atualmente existentes.

3.4.12. A não integralização dos procedimentos de inscrição implica a DESISTÊNCIA do candidato e sua consequente ELIMINAÇÃO deste Processo Seletivo Simplificado.

3.4.13. A taxa de inscrição, uma vez paga, somente será devolvida ao candidato, corrigida pelo INPC na hipótese de cancelamento e suspensão do Processo Seletivo ou em um dos casos abaixo:

a) Não realização do Processo Seletivo;

b) Exclusão de alguma função oferecida;

c) Em caso de alteração das datas do Processo Seletivo;

d) De pagamento em duplicidade e extemporâneo;

e) Em hipótese em que a inscrição do candidato ser indeferida, seja qual for o motivo;

f) Em caso de pagamento em duplicidade;

g) Em caso de cancelamento ou suspensão do Certame;

h) Demais casos que a Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado julgar pertinente.

3.4.13.1. O Formulário de Restituição da Taxa de Inscrição, caso ocorra um dos fatos dispostos no item anterior, será disponibilizado no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, pelo prazo de até **30 (trinta) dias** após a data de publicação do ato que ensejou o adiamento, suspensão, cancelamento ou exclusão de algum cargo oferecido do Processo Seletivo Simplificado. O preenchimento, assinatura e entrega do Formulário de Restituição da Taxa de Inscrição deverá ocorrer em até **30 (trinta) dias**, por uma das seguintes formas:

a) mediante protocolo, dentro de um envelope, diretamente na Sede da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT**, situada à Avenida dos Oitis, 1200 – Centro, CEP: 78.254-000, Conquista D'Oeste/MT, no horário de expediente. No envelope, na parte frontal, deverá constar: Referente Restituição da Taxa de Inscrição – Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 001/2019 - **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT,** nº de inscrição, nome completo e cargo pleiteado;

b) através dos Correios, por meio de Aviso de Recebimento - AR (averiguando-se sua tempestividade pela data da postagem), endereçado à **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT,** Avenida dos Oitis, 1200 – Centro, CEP: 78.254-000 - Conquista D'Oeste/MT. No envelope, na parte frontal, deverá constar: Referente Restituição da Taxa de Inscrição – Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 001/2019 - **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT,** nº de inscrição, nome completo e cargo pleiteado.

3.4.13.2. A restituição da taxa de inscrição será processada nos **20 (vinte) dias úteis** seguintes ao término do prazo fixado no subitem anterior por meio de depósito bancário na conta corrente indicada no respectivo Formulário de Restituição da Taxa de Inscrição.

3.4.14. O candidato inscrito deverá atentar para a formalização da inscrição, considerando que, caso a inscrição não seja efetuada nos moldes estabelecidos neste Edital, será automaticamente considerada não efetivada pela organizadora, não assistindo nenhum direito ao interessado, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.4.15. Para verificar se seu pagamento já foi identificado pelos organizadores do Processo Seletivo Simplificado, o candidato deve acessar o endereço eletrônico da empresa organizadora: **www.w2consultores.com.br** e proceder da seguinte forma:

a) Acessar a área restrita, denominada "**Área do Candidato**", localizada na tela principal do site, informando "**CPF"** e "**SENHA"** cadastrados no momento da inscrição;

b) Clicar no botão "**OK"**. (Em caso de esquecimento, clicar na opção "**ESQUECEU A SENHA? Clique aqui.**");

c) Será aberta a **ÁREA DO CANDIDATO**. Logo abaixo você tem a opção "**Histórico**";

d) Selecionar o Processo Seletivo Simplificado da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT**, clicando na opção "**SELECIONE UM PROCESSO SELETIVO**", localizado na parte inferior da tela;

e) A identificação do pagamento ocorre no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** após a efetivação do pagamento da taxa e será exibida a mensagem "**Confirmação de pagamento - EFETUADO"**.

3.4.16. O candidato que necessitar de qualquer tipo de condição especial (com deficiência ou não) para realização das provas deverá solicitá-la no ato do Requerimento de Inscrição, indicando, claramente, quais os recursos especiais necessários. Não serão aceitas quaisquer solicitações de condições especiais para realização de prova após o ato de inscrição.

3.4.16.1. O candidato que não o fizer até o término das inscrições, seja qual for o motivo alegado, poderá não ter a condição especial atendida.

3.4.16.2. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

3.4.17. A lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira esta condição no campo específico da Ficha de Inscrição Online, observando os procedimentos constantes a seguir, para adoção das providências necessárias.

3.4.17.1. A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

3.4.17.2. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

3.4.17.3. Nos horários previstos para amamentação, a lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova acompanhada de uma fiscal.

3.4.17.4. Na sala reservada para amamentação ficarão somente a lactante, a criança e a fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

3.5. DAS ISENÇÕES DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA HIPOSSUFICIENTES E DOADORES DE SANGUE:

3.6.1. Não haverá isenção total ou parcial do valor da inscrição, exceto para os candidatos amparados pelo Decreto Federal nº 6.135/ 2007, pelo Decreto Federal e 6.593, de2 de outubro de 2008, que comprovar sua hipossuficiência por qualquer outro meio em Direito admitido ou for doador de sangue. O Candidato deverá preencher formulário eletrônico disponível no endereço eletrônico da **W2 Consultores (www.w2consultores.com.br)** ou fazer o pedido de isenção presencial (na forma do item 3.3) das **00h00min do dia 27/08/2019 às 17h00min do dia 29/08/2019**, observado o horário oficial de Cuiabá/MT.

3.6.1.2. Para os candidatos na condição de hipossuficientes, deverá indicar o Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico, e declarando que atende às condições estabelecidas nas alíneas “a” e “b” do item 3.6.2 deste Edital.

3.6.1.3. Para os candidatos na condição de doador de sangue, deverá declarar que atende às condições estabelecidas no item 3.6.4 deste Edital.

3.6.2. Com fundamento nos Decretos Federais nº 6.135/2007 e 6.593/2008, estará isento do pagamento do valor da inscrição o candidato economicamente hipossuficiente que, cumulativamente:

a) estiver inscrito pessoalmente no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 6.135/2007;

b) for membro de família de baixa renda, assim compreendida aquela que possua renda percapita de até meio salário mínimo ou aquela que possua renda familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos, nos termos do Decreto nº 6.135/2007;

3.6.3. Será consultado o sistema CadÚnico com o objetivo de verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato que requerer a isenção como membro de família de baixa renda.

3.6.4. **Doadores regulares de sangue**, conforme disposto na Lei Estadual nº 7.713/2002, deverão apresentar:

c.1) original ou cópia autenticada do documento padronizado de sua condição de doador regular expedido pelo Banco de Sangue, público ou privado, autorizado pelo Poder Público, no qual o doador faz a sua doação, e que já tenha feito no mínimo 03 (três) doações antes da publicação deste Edital;

c.2) cópia do documento de identidade.

3.6.5. As informações prestadas na solicitação de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder criminalmente, caso haja qualquer informação inverídica.

3.6.6. O simples preenchimento dos dados necessários não garante ao candidato a isenção do valor da inscrição. A solicitação estará sujeita à análise e decisão pela W2 Consultores e pela Prefeitura Municipal de Conquista D’Oeste/MT.

3.6.7. A obtenção da isenção em outro certame não garante ao candidato, automaticamente, a isenção do valor da inscrição, bem como não serão aceitos, após a realização da solicitação de isenção, acréscimos ou alterações das informações prestadas.

3.6.8. Estará isento do pagamento da taxa de inscrição no Processo Seletivo o cidadão comprovadamente desempregado, que cumulativamente:

a) preencha o formulário eletrônico disponível no endereço eletrônico da **W2 Consultores (www.w2consultores.com.br)** ou fazer o pedido de isenção presencial (na forma do item 3.3) até a data prevista no item 3.6.1 do presente edital, observado o horário oficial de Cuiabá/MT;

b) comprove impreterivelmente até o último dia do prazo previsto no item 3.6.1 do presente edital a condição de desempregado mediante a apresentação de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou de documento similar, mediante a entrega (mediante protocolo) na Prefeitura Municipal de Conquista D’Oeste/MT, localizada na Avenida dos Oitis, nº 1200 – Centro – Conquista D’Oeste/MT, ou por meio do envio em arquivo **PDF** no ato na inscrição, assim como, via Correios, por meio de SEDEX ou carta registrada com Aviso de Recebimento (AR), com custos por conta do candidato, enviado para o endereço da Prefeitura Municipal de Conquista D’Oeste/MT, localizada na Avenida dos Oitis, nº 1200 - Centro - Conquista D’Oeste/MT - CEP: 78.254-000, contendo externamente na face frontal do envelope os seguintes dados:

Processo Seletivo Simplificado do Município de Conquista D’Oeste/MT

Ref.: Isenção da inscrição

Número do pedido de isenção: obtido na forma da alínea

“b” do item 3.6.7 do edital:

Nome do Candidato:

Endereço:

3.6.8. Além das isenções previstas no item 3.6.2 e 3.6.8 do presente Edital, também serão concedidas isenção do pagamento da taxa de inscrição a todos os candidatos que, em razão de limitação financeira, não possam arcar com o valor da inscrição sem comprometer o sustento próprio e da família e que cumulativamente:

a) preencha o formulário eletrônico disponível no endereço eletrônico da W2 Consultores (www.w2consultores.com.br) ou faça o pedido de isenção presencial (na forma do item 3.3) até a data prevista no item 3.6.1 do presente edital, observado o horário oficial de Cuiabá/MT;

b) comprove impreterivelmente até o último dia do prazo previsto no item 3.6.1 do presente edital, por qualquer meio em Direito admitido, que não possa arcar com o valor da inscrição sem comprometer o sustento próprio e da família mediante a entrega dos documentos (mediante protocolo) na Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT, localizada na Avenida dos Oitis, nº 1200 – Centro – Conquista D'Oeste/MT, ou por meio do envio através de arquivo no formato PDF no ato da inscrição, assim como, via Correios, por meio do envio de SEDEX ou carta registrada com Aviso de Recebimento (AR), com custos por conta do candidato, para o endereço da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT, localizada na Avenida dos Oitis, nº 1200 – Centro – Conquista D'Oeste/MT – CEP: 78.254-000, contendo externamente na face frontal do envelope os seguintes dados:

Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT

Ref.: Isenção da inscrição

Número do pedido de isenção: obtido na forma da alínea

"b" do item 3.6.7 do edital:

Nome do Candidato:

Endereço:

3.6.9. A solicitação de isenção do valor de inscrição será pessoal e intransferível e o não cumprimento de uma das etapas fixadas, a falta ou a inconformidade de alguma informação ou a solicitação apresentada fora do período fixado implicarão a eliminação automática do processo de isenção.

3.6.9.1. O número do pedido de isenção será fornecido no recibo do preenchimento do pedido de isenção por meio do formulário eletrônico disponível no endereço eletrônico da **W2 Consultores (www.w2consultores.com.br)**.

3.6.10. Não será concedida isenção do valor de inscrição ao candidato que:

a) deixar de efetuar o requerimento de inscrição;

b) omitir informações e/ou fornecer informações inverídicas;

c) fraudar e/ou falsificar documento;

d) não informar todas as informações solicitadas corretamente ou informá-lo nas situações inválido, excluído, com renda fora do perfil, não cadastrado ou de outra pessoa ou não informá-lo.

3.6.11. O resultado preliminar das solicitações de isenção do valor da inscrição será divulgado no endereço eletrônico da **W2 Consultores (www.w2-consultores.com.br),** no dia **30/08/2019**.

3.6.12. O candidato que tiver a solicitação de isenção do valor da inscrição deferida estará automaticamente inscrito neste Processo Seletivo Simplificado, não sendo necessário efetuar o pagamento do valor da inscrição.

3.6.13. O candidato cuja solicitação de isenção do valor da inscrição seja indeferida poderá interpor recurso conforme previsto no item 8 deste Edital.

3.6.14. O candidato que tiver o seu recurso deferido estará automaticamente inscrito neste Processo Seletivo Simplificado, não sendo necessário efetuar o pagamento do valor da inscrição.

3.6.15. O candidato que tiver sua solicitação de isenção ou recurso indeferido poderá efetivar sua inscrição acessando o endereço eletrônico (**www.w2consultores.com.br**), imprimindo a 2ª (segunda) via do boleto bancário e pagando o valor da inscrição, conforme alínea 3.3.5.

3.6.16. O candidato que tiver sua solicitação de isenção indeferida e que não efetuar o pagamento do valor da inscrição na forma e no prazo estabelecidos no item 3.6.1 não terá sua inscrição efetivada e estará automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

3.6.17. O não cumprimento de uma das etapas fixadas, a falta ou a inconformidade de alguma informação ou a solicitação apresentada fora do período fixado implicará a eliminação automática do processo de isenção, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.6.18. As informações prestadas no requerimento de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a **W2 AUDITORES E CONSULTORES** do direito de excluir do Processo Seletivo Simplificado aquele que não preencher o requerimento de forma completa, correta e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.6. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

3.6.1. As informações referentes à data, ao horário e ao local de realização das provas (nome do estabelecimento, endereço e sala), cargo, assim como orientações para realização das provas, estarão disponíveis**,**no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br** e Diário Oficial do Município, disponível em https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/**,** devendo o candidato efetuar a impressão deste Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI).

3.6.2. Caso o candidato, ao consultar a Confirmação de Inscrição, constate que sua inscrição não foi deferida, deverá protocolar recurso administrativo na forma do item 8 deste Edital Normativo ou entrar em contato com a Central de Atendimento ao Candidato – SAC da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**, no endereço eletrônico e-mail: (**contato@w2consultores.com.br**)**,** no prazo de até **02 (dois)**, dias úteis após a divulgação da relação de candidatos inscritos.

3.6.2.1. No caso de a inscrição do candidato não tiver sido deferida em virtude de falha por parte da rede bancária na confirmação de pagamento do boleto da inscrição, bem como em outros casos onde os candidatos não participarem para a ocorrência do erro, os mesmos serão incluídos em local de provas especial, que será disponibilizado no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, bem como comunicado diretamente aos candidatos, com anuência da Comissão Organizadora do Processo Seletivo. Seus nomes constarão em listagem à parte no local de provas, de modo a permitir um maior controle para a verificação de suas situações por parte da organizadora.

3.6.2.2. A inclusão, caso realizada, terá caráter condicional, e será analisada pela **W2 AUDITORES E CONSULTORES** com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, não cabendo reclamação por parte

do candidato eliminado, independentemente de qualquer formalidade, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, ainda que o candidato obtenha aprovação nas provas.

3.6.3. Os contatos feitos após a data estabelecida no subitem 3.6.2 deste Edital não serão considerados, prevalecendo para o candidato as informações contidas no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) e a situação de inscrição do mesmo, posto que é dever do candidato verificar a confirmação de sua inscrição, na forma estabelecida neste Edital.

3.6.4. Eventuais erros referentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento, deverão ser comunicados **apenas** no dia e na sala de realização das provas.

3.6.5. O Cartão de Confirmação de Inscrição não será enviado ao endereço informado pelo candidato no ato da inscrição. É de **responsabilidade exclusiva do candidato** a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

4 - DA PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo Simplificado, para as Funções cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada função, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal e Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1.989.

4.1.1. Conforme o §2º do art. 37 do Decreto Federal nº 3.298/1999, se na aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) do total de vagas reservadas a cada função resultar número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, respeitado o limite máximo de 5% (cinco por cento).

4.1.2. A cada vinte novas vagas, haverá a convocação dos candidatos na condição de pessoa com deficiência, devendo obedecer ao seguinte critério: a primeira nomeação ocorrerá na 5ª vaga aberta, a segunda na 21ª, 41ª, 61ª e assim sucessivamente cada vinte novas vagas.

4.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher a função a que concorre e marcar a opção “Pessoas com Deficiência”, bem como deverá **(ANEXAR AQUIVO NO FORMATO PDF)**, os seguintes documentos:

a) Laudo médico (cópia legível), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência.

b) Requerimento solicitando vaga especial, constando:

b1) O tipo de deficiência;

b2) A necessidade de condição especial prova especial e/ou tempo adicional, se for o caso, serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade**;**

c) Parecer original emitido por especialista da área de sua deficiência, atestando a necessidade de tempo adicional, somente para o caso de pedido de **tempo adicional**, conforme Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e alterações. Caso não seja apresentado o parecer, o candidato não terá deferida a sua solicitação.

4.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na Ficha de Inscrição.

4.4. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

4.5. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais e tempo adicional, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.6. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

4.7. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental.

4.8. Na falta de candidatos aprovados para preencher as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos classificados com estrita observância da ordem classificatória.

4.9. Os candidatos que concorrerem na condição de deficientes, se aprovados no Processo Seletivo Simplificado, terão seus nomes publicados na lista geral dos aprovados e em lista à parte.

5 – DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO:

5.1.O processo de seleção constará de provas escritas e objetivas, de caráter eliminatório e de títulos de caráter classificatório.

5.1.1. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS ACERCA DA PRIMEIRA ETAPA:** Serão aplicadas provas escritas e objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do **ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS ESCRITAS E OBJETIVAS** deste Edital, com a seguinte distribuição de questões entre as seguintes disciplinas:

Tipo de Prova	Número de Questões	Pontuação de Cada Questão	Total
Português	10	3,0	30,00
Conhecimentos Gerais	10	2,0	20,00
Conhecimentos Específicos	10	5,0	50,00
Total	**30**		**100,00**

5.1.2. As Provas escritas e objetivas, serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

5.1.3. As provas escritas e objetivas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico.

5.1.4. As provas escritas e objetivas terão caráter Classificatório e Eliminatório, considerando-se habilitado o candidato que obtiver, no mínimo, 20% (vinte por cento) de pontos das provas.

5.1.5. Os candidatos não habilitados nas provas serão excluídos do Processo Seletivo.

5.1.6. As questões das provas escritas e objetivas serão do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.

5.1.7. O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para o cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do cartão de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas no cartão de respostas. **Em hipótese alguma haverá substituição do cartão por erro do candidato.**

5.1.8. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

5.1.9. O candidato deverá, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal o Cartão de Respostas, devidamente assinado no local indicado.

5.1.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão de respostas. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com o cartão de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.

5.1.11. Não será permitido que as marcações no cartão de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal da **W2 AUDITORES E CONSULTORES** devidamente treinado.

5.1.12. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

5.2. **DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS E OBJETIVAS: As provas escritas e objetivas serão realizadas na cidade de Conquista D'Oeste/MT, com data prevista para o dia 15/09/2019 (Domingo), com duração máxima de 02h30min para sua realização, no período matutino, com** fechamento do portão de acesso ao local de realização da prova **as 09h00min, considerado o horário oficial de Mato Grosso.**

5.2.1. O horário de início da prova será o mesmo, ainda que realizada em diferentes locais.

5.3. O local de realização da prova escrita e de títulos, para o qual deverá se dirigir o candidato, será divulgado a partir do dia **11/09/2019 no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT**, **e no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br e Diário Oficial do Município.** É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas escritas e o comparecimento no horário determinado.

5.3.1. Os eventuais erros de digitação no nome, número do documento de identidade ou outros dados referentes à inscrição do candidato deverão ser corrigidos **SOMENTE** no dia das provas objetivas, mediante conferência do documento original de identidade quando do ingresso do candidato no local de provas pelo fiscal de sala.

5.3.2. O candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado constante da ficha de inscrição ou apresentar qualquer observação relevante, poderá fazê-lo no termo de ocorrência existente na sala de provas em posse dos fiscais de sala, para uso, se necessário.

5.3.3. O caderno de provas contém todas as informações pertinentes ao Processo Seletivo, devendo o candidato ler atentamente as instruções, inclusive, quanto à continuidade do processo de seleção.

5.3.3.1. Ao terminar a conferência do caderno de provas, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. O candidato deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de provas.

5.3.3.2. No dia da realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é dever do candidato estar ciente das normas contidas neste Edital.

5.3.4. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de **00h30min do horário** fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de realização da prova, **munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de ponta grossa e transparente**, comprovante de inscrição e de **documento de identidade original COM FOTO (registro na classe, RG ou carteira de habilitação).**

5.3.5. Poderá ser admitido o ingresso de candidato que não esteja portando o comprovante de inscrição no local de realização das provas apenas quando o seu nome constar devidamente na relação de candidatos afixada na entrada do local de provas.

5.3.6. Poderá ocorrer inclusão de candidato em um determinado local de provas quando o seu nome não estiver relacionado na listagem oficial afixada na entrada do local de provas apenas quando o nome deste constar da relação oficial de inscrições deferidas divulgada na forma do subitem 3.6.2.1 deste Edital.

5.3.7. No horário fixado para o início das provas, conforme estabelecido neste edital, os portões da unidade serão fechados pelo Coordenador do local de provas, não sendo admitidos quaisquer candidatos retardatários. O procedimento de fechamento dos portões será registrado em ata, sendo colhida a assinatura do porteiro e do próprio Coordenador da unidade, assim como de 2 (dois) candidatos, testemunhas do fato.

5.3.7.1. Antes do horário de início das provas, o responsável na unidade pela aplicação da prova requisitará a presença de dois candidatos que, juntamente com dois integrantes da equipe de aplicação da prova, presenciarão a abertura da embalagem de segurança onde estarão acondicionados

os instrumentos de avaliação (envelopes de segurança lacrados com os cadernos de provas/cadernos de rascunhos, folhas de respostas/cadernos de textos definitivos, entre outros instrumentos). Será lavrada ata desse fato, assinada pelos presentes, testemunhando que o material se encontrava devidamente lacrado e com seu sigilo preservado.

5.3.8. Durante a realização das provas, a partir do ingresso do candidato na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala. Poderá haver, inclusive, coleta da impressão digital do polegar direito dos candidatos.

5.3.8.1. Caso o candidato esteja impedido fisicamente de colher a impressão digital do polegar direito, deverá ser colhida a digital do polegar esquerdo ou de outro dedo, sendo registrado o fato no Termo de Ocorrência constante na Lista de Presença da respectiva sala.

5.3.8.2. Os candidatos que por algum motivo se recusarem a permitir a coleta de sua impressão digital deverão assinar três vezes uma declaração onde assumem a responsabilidade por essa decisão. A recusa ao atendimento deste procedimento acarretará na **ELIMINAÇÃO** do candidato, sendo lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos demais candidatos presentes na sala de provas, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

5.3.9. Somente será admitido à sala de provas o candidato que estiver portando documento de identidade original com foto que bem o identifique, como: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade, como por exemplo, as da OAB, CREA, CRM, CRC, CRA etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social (novo modelo digital), Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97), bem como carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade.

5.3.9.1. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

5.3.9.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteira de trabalho (modelo antigo), carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.

5.3.9.3. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.

5.3.9.4. O documento oficial de identidade emitido com prazo de validade, quando apresentado pelo candidato, não poderá estar com data de validade vencida, como, por exemplo, passaporte.

5.3.9.5. Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade **original**, na forma definida no subitem 5.3.9 deste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Processo Seletivo Simplificado.

5.3.9.6. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.3.10. Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, em data ou em horários diferentes dos predeterminados em Edital ou em comunicado.

5.3.11. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha, corretivo. Especificamente, não será permitido o candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, smartphones, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio digital, etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade da **W2 AUDITORES E CONSULTORES** sobre tais equipamentos. No caso do candidato, durante a realização das provas, ser surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será automaticamente lavrado no Termo de Ocorrência o fato ocorrido e ELIMINADO automaticamente do Processo Seletivo Simplificado. Para evitar qualquer situação neste sentido, o candidato deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.

5.3.11.1. Não será permitida a utilização de telefone celular ao final das provas, enquanto o mesmo estiver dentro do pátio da unidade.

5.3.11.2. Para a segurança de todos os envolvidos no Processo Seletivo Simplificado, é proibido que os candidatos portem arma de fogo no dia de realização das provas.

5.3.12. Não será permitida, durante a realização da prova escrita, a utilização pelo candidato de óculos escuros (exceto para correção visual ou fotofobia) ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, etc.), e, ainda, lápis contendo gravação de qualquer informação privilegiada em relação ao conteúdo programático do certame.

5.3.13. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Processo Seletivo Simplificado e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

5.3.14. Não haverá segunda chamada para as provas escritas e objetivas. Será excluído do Processo Seletivo Simplificado o candidato que faltar á prova escrita ou chegar após o horário estabelecido.

5.3.15. Não haverá, na sala de provas, marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pelo coordenador do local de provas, conforme estabelecido no item 5.2, deste Edital, dando tratamento isonômico a todos os candidatos presentes.

5.3.16. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas depois de decorridos **01h00min** contados do seu efetivo início.

5.3.17. O fiscal de sala orientará aos candidatos quando do início das provas que os únicos documentos que deverão permanecer sobre a carteira serão o documento de identidade original e o protocolo de inscrição, de modo a facilitar a identificação dos candidatos para a distribuição de seus respectivos

cartões de respostas. 5.3.17.1. Todos os candidatos, ao terminarem a prova, deverão obrigatoriamente entregar ao fiscal de aplicação o cartão de respostas que será utilizado para a correção de sua prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tal documento será **ELIMINADO** do certame.

5.3.18. Terá sua prova anulada e será automaticamente **ELIMINADO** do Processo Seletivo Simplificado o candidato que, durante a realização de qualquer uma das provas:

a) Apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;

b) Apresentar-se em local diferente daquele constante na convocação oficial;

c) Não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;

d) Não apresentar documento que bem o identifique;

e) Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;

f) Ausentar-se do local de provas antes de decorrida **01h00min** do seu início;

g) Fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não autorizado pela Organizadora no dia da aplicação das provas;

h) Ausentar-se da sala de provas levando o Cartão-Respostas, Caderno de Questões (exceto no caso citado no item 5.3.16 deste Edital) ou outros materiais não permitidos;

i) Estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;

j) Lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;

k) Não devolver integralmente o material recebido;

l) For surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso não permitido ou máquina calculadora ou similar;

m) Estiver fazendo uso de qualquer espécie de relógio e qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (telefone celular, notebook, tablets, smartphones ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares e fones de ouvido;

n) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

o) Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;

p) Retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização e não estiver no local da prova no horário previsto para assinar a lista de chamada, sendo automaticamente desclassificado;

q) Não apresentar a documentação exigida;

r) Faltar com a devida cortesia para com qualquer dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes e/ou candidatos;

s) For surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução dos testes ou tentar usar de meios fraudulentos e/ou ilegais para a realização da prova;

t) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.3.18.1. Recomenda-se ao candidato, no dia da realização da prova, não levar nenhum dos aparelhos indicados nas alíneas “l” e “m” do item 5.3. 18. Caso seja necessário o candidato portar algum desses aparelhos eletrônicos, estes deverão ser acondicionados, no momento da identificação, em embalagem específica a ser fornecida pela Organizadora exclusivamente para tal fim, devendo a embalagem, lacrada, permanecer embaixo da mesa/carteira durante toda a aplicação da prova.

5.3.18.2. É aconselhável que os candidatos retirem as baterias dos celulares, garantindo que nenhum som seja emitido, inclusive do despertador caso esteja ativado.

5.3.18.3. Caso aconteça algo atípico no dia de realização da prova, será verificado o incidente, e caso seja verificado que não houve intenção de burlar o edital o candidato será mantido no Processo Seletivo.

5.3.19. Com vistas à garantia da isonomia e lisura do certame seletivo em tela, no dia de realização das provas escritas, os candidatos poderão ser submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização da prova escrita.

5.3.19.1. Ao término da prova o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação de provas, não lhe sendo mais permitido o ingresso nos sanitários.

5.3.20. A ocorrência de quaisquer das situações contidas no item 5.3.18 implicará na eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.3.20.1. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

5.3.21. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas escritas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

5.3.22. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de provas.

5.3.23. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local de realização das provas escritas e objetivas e o comparecimento no horário determinado.

5.3.24. O candidato deverá observar atentamente o Edital de publicação especificando os horários (**Inclusive se tratando de horário de verão, estiver em vigor**) e locais/cidades de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova.

5.3.25. Em hipótese alguma será realizada qualquer prova fora dos locais, horários e datas determinados, e sob nenhum pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização da prova, sendo atribuída a nota 0 (zero) ao candidato ausente ou retardatário, seja qual for o motivo alegado, devendo inclusive observar o horário brasileiro de verão, caso esteja em vigor.

5.4. DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS ACERCA DA SEGUNDA ETAPA:

5.4.1. A avaliação de títulos somente para todos os cargos de nível superior, de caráter apenas classificatório, valerá até 04 (quatro) pontos, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a esse valor.

5.4.2. O candidato deverá encaminhar uma cópia autenticada em cartório de cada título acompanhado dos documentos pessoais (CPF e RG).

5.4.2.1. Os Títulos deverão ser entregues no dia **15/09/2019**, acompanhado do Requerimento de Pontuação devidamente preenchido (**ANEXO V, deste Edital**), na data da realização da prova objetiva, ao fiscal da sala em que o Candidato for designado, acondicionados em envelope devidamente lacrado e identificado com o nome do Candidato e Cargo.

5.4.2.2. Para fins de protocolo, o Candidato poderá levar uma segunda cópia do Requerimento de Pontuação de Títulos (**ANEXO V, deste Edital**), devidamente preenchida, na qual o fiscal atestará o recebimento da documentação.

5.6.2.3. O Candidato também deverá assinar a lista de entrega de títulos, sendo de sua exclusiva responsabilidade, a entrega da documentação respectiva, em observância aos procedimentos ora fixados.

5.6.3. Somente serão avaliados os títulos dos candidatos classificados nas provas escritas e objetivas.

5.6.4. **Não serão consideradas, em nenhuma hipótese, para fins de avaliação, as cópias de documentos que não estejam autenticadas por Tabelião em Cartório**, **bem como documentos gerados por via eletrônica que não estejam acompanhados com o respectivo mecanismo de autenticação.**

5.6.5. A entrega dos documentos referentes à fase de títulos não induz, necessariamente, a atribuição da pontuação pleiteada. Os documentos serão analisados pela Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

5.6.6. A não apresentação dos títulos na forma, no prazo e no local estipulado no Edital, importará na atribuição de nota 0 (zero) ao candidato na fase de avaliação de títulos.

5.6.6.1. Não serão aceitos títulos encaminhados via fax, via correio eletrônico ou por qualquer outro meio não especificado no Edital.

5.6.7. Os títulos especificados neste Edital deverão conter timbre, identificação do órgão expedidor, carimbo e assinatura do responsável e data.

5.6.8. A pontuação dos títulos não é cumulativa, ou seja, só serão computados pontos a um único título (especialização, mestrado ou doutorado), sendo considerado, para tal fim, o de maior pontuação.

5.6.9. Os títulos considerados neste concurso, suas pontuações, o limite máximo por categoria e a forma de comprovação, são assim discriminados:

Quadro de atribuição de pontos para a avaliação de títulos		
Alínea	Título	Valor Máximo Pontos
A	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (stricto sensu), na área específica do cargo pretendido, em nível de doutorado (título de Doutor), ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR.	4,00
B	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (stricto sensu), na área específica do cargo pretendido, em nível de mestrado (título de Mestre), ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR.	3,00
C	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (lato sensu), na área específica do cargo pretendido, em nível de especialização, ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR, com carga horária mínima de 360 horas.	1,00

5.6.10. Na impossibilidade do envio do diploma e/ou certificado, o candidato poderá apresentar declaração expedida por instituição de ensino que demonstre, de forma inequívoca, a conclusão do curso de pós-graduação com colação de grau (lato e/ou stricto sensu) e a obtenção do título. A certidão/declaração deverá vir acompanhada do histórico escolar do curso ao qual se refere.

5.6.11. Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea C do quadro de títulos deste edital, o certificado deverá informar que o curso de especialização foi realizado de acordo com as normas do Conselho Nacional de Educação.

5.6.11.1 Caso o certificado não informe que o curso de especialização foi realizado de acordo com o solicitado no subitem anterior, deverá ser anexada declaração da instituição, atestando que o curso atende às normas do CNE.

5.6.11.2. Não receberá pontuação na alínea “C” do quadro de títulos o candidato que apresentar certificado que não comprove que o curso foi realizado de acordo com as normas do CNE sem a declaração da instituição referida no subitem anterior.

5.6.12. Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea “C” do quadro de títulos, serão aceitos somente os certificados/declarações em que constem a carga horária, e desde que for compatível com cargo inscrito.

5.6.13. Os diplomas (mestrado e doutorado) expedidos por instituição estrangeira deverão ser revalidados por instituição de ensino superior no Brasil.

5.6.14. Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado para fim de avaliação e pontuação na fase de títulos, quando traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

5.6.15. Outros comprovantes de conclusão de curso ou disciplina - tais como, comprovantes de pagamento de taxa para obtenção de documentação, cópias de requerimentos, ata de apresentação e defesa de dissertação, ou documentos que não estejam em consonância com as disposições deste Edital não serão considerados para efeito de pontuação.

5.6.16. Não será considerado o título de pós-graduação para o cargo pretendido quando o mesmo for requisito exigido para o exercício do respectivo cargo, bem como outros títulos de formação tais como: língua inglesa, língua espanhola, informática, entre outros.

6 - DOS PROGRAMAS

6.1. Os programas / conteúdo programático das provas escritas compõe o **ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS ESCRITAS E OBJETIVAS,** do presente Edital, devidamente compatível com as atribuições do cargo.

6.2. O **ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS ESCRITAS E OBJETIVAS,** integrante deste Edital contempla o Conteúdo Programático, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado, desde que compatível com o cargo.

6.3. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT** e a **W2 AUDITORES E CONSULTORES** não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Processo Seletivo Simplificado no que tange ao conteúdo programático.

6.4. Os itens das provas objetivas poderão avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio.

6.5. Cada item das provas objetivas poderá contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento.

7. DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

7.1. A nota final dos candidatos será igual ao somatório dos pontos obtidos nas Provas Objetivas, obedecidos os critérios estabelecidos, neste edital.

7.2. O resultado será disposto apresentando os candidatos posicionados dentro do número de vagas estabelecidas neste Edital, como APROVADOS. Os candidatos que se classificarem fora do número de vagas, conforme critérios estabelecidos neste Edital receberão a nomenclatura de CLASSIFICADOS, e comporão o Cadastro de Reserva.

7.3. A classificação será feita segundo a ordem decrescente da nota final.

7.4. Na hipótese de igualdade no total de pontos entre os aprovados, terá preferência na classificação, sucessivamente, o candidato que:

a) Tiver idade igual ou superior a 60 anos, até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo Simplificado, conforme o disposto no art. 27, Parágrafo Único, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);

b) Maior pontuação nas questões de Conhecimentos Específicos da Prova Objetiva;

c) Maior pontuação na Prova de Língua Portuguesa;

d) Maior pontuação na Prova Objetiva de Conhecimentos Gerais;

e) Maior idade, dentre os de idade inferior a 60 (sessenta) anos.

f) Sorteio.

7.5. O Resultado será publicado no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial do Município**, ocorrida durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

7.6. O candidato classificado, excedente às vagas atualmente existentes, será mantido em cadastro reserva durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado e poderá ser convocado em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento da convocação no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial do Município, disponível em https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/.**

8. DOS RESULTADOS E RECURSOS

8.1. Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados, perante a Comissão para Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia subsequente à data de publicação do objeto de recurso contra todas as decisões proferidas no decorrer do processo que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos, salientando-se, dentre outros:

a) Edital;

b) Inscrições (Erro na grafia do nome e/ou nº do documento, erro na nomenclatura do cargo e indeferimento da inscrição);

c) Erro na identificação do local, sala, data e horário de realização das provas;

d) Questões da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Gabarito oficial;

e) Realização das Provas Objetivas de Múltipla Escolha e Provas Práticas, quando houver;

f) Resultados das Provas, desde que se refira a erros de cálculo das notas;

g) Outras fases do edital.

8.2. O candidato que desejar interpor recursos em requerimento próprio disponibilizado no link correlato ao Processo Seletivo Simplificado no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**.

8.3. **Os recursos deverão ser apresentados:**

8.3.1. INTERPOSIÇÕES DE RECURSOS PELA INTERNET: Para a interposição de recurso pela internet/meio eletrônico o candidato deverá acessar o site www.w2consultores.com.br dentro do prazo estabelecido, seguindo os passos a seguir:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br;

b) Lado superior direito da página principal, insira seu CPF e senha;

c) Na próxima página aparecerá o nome do Processo Seletivo, basta clicar;

d) Após, localize sua inscrição e nome do cargo, clique novamente;

e) Então, aparecerá os serviços disponíveis, clique em Recursos e leia as orientações para sua realização.

Obs: O candidato deverá guardar sua Senha cadastrada no ato da inscrição para acesso à Área Restrita do Candidato, pois é por lá que se dará a interposição de recursos pela internet de forma segura e com identificação do candidato.

8.3.2. INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS POR MEIO DE PROTOCOLO PRESENCIAL: Os recursos deverão ser apresentados dentro do prazo estabelecido neste edital, de forma legível e protocolados pelos candidatos, localizada na Avenida dos Oitis, nº 1200 – Centro – Conquista D'Oeste/MT, conforme modelo constante do **ANEXO IV** deste Edital que deverá ser obrigatoriamente:

a) Manuscrito (letra de forma), Datilografado ou digitado em original;

b) Ser exclusivo, apresentando-se um para cada questão recorrida (no caso de recurso contra o gabarito oficial);

c) Conter indicação do número da questão e da prova (no caso de recurso contra o gabarito oficial);

d) Ter capa constando o nome, número de inscrição e assinatura do candidato;

e) Estar conforme o **ANEXO IV** deste edital, preenchido e assinado;

8.3.3. INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS POR MEIO DE CORREIOS: Os recursos deverão ser apresentados dentro do prazo estabelecido neste edital, através dos Correios, por meio de Aviso de Recebimento – AR (averiguando-se sua tempestividade pela data da postagem), endereçado à Comissão de Processo Seletivo, localizada na Avenida dos Oitis, nº 1200 – Centro – Conquista D'Oeste/MT. No envelope, na parte frontal, deverá constar: Referente Recurso Administrativo – Processo Seletivo – Edital nº 001/2019 – Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT, nº de inscrição, nome completo e cargo pleiteado.

8.4. Os recursos julgados serão divulgados no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.

8.5. Não serão aceitos recursos via postal, via fax, via e-mail, e outros diversos do que determina o subitem 8.3 deste Edital.

8.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

8.6.1. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

8.7. Serão rejeitados também liminarmente os recursos enviados fora do prazo **improrrogável**, de 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação de cada etapa, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato, como seu nome, número de inscrição e cargo. E ainda, serão rejeitados aqueles recursos enviados pelo correio, fax-símile, ou qualquer outro meio que não o previsto neste Edital.

8.8. A decisão da banca examinadora será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior da Banca Examinadora.

8.9. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo, exceto no caso previsto no subitem anterior.

8.10. O recurso cujo teor desrespeite a Banca Examinadora será preliminarmente indeferido.

8.11. Se do exame de recursos resultarem em anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.12. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de provas, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.13. Será assegurado aos candidatos o direito de ampla defesa e contraditório em todos os recursos interpostos.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A publicação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado será feita sempre pela ordem decrescente da nota obtida. O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será homologado pela Prefeita Municipal e divulgado no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT, e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial do Município**.

9.2. Depois de homologado o Processo Seletivo Simplificado, o candidato será convocado para a realização da **2ª Etapa - Comprovação de Requisitos e Exames Médicos** e submeter-se-á à apreciação em duas fases:

1ª Fase - Habilitação para o cargo, apresentando os seguintes documentos, no prazo a ser estipulado em edital a ser oportunamente publicado:

a) Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Carteira de Identidade;

b) Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE;

c) Cópia autenticada por Tabelião em cartório do CPF;

d) Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

e) Comprovante de endereço atualizado;

f) Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Certidão de nascimento;

g) Comprovante do estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

h) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

i) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

j) Fotocópia autenticada por Tabelião em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe se for o caso;

k) Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

l) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

m) Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maiores se for dependente;

n) Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

o) Certidão da Justiça (civil e criminal 1º e 2º grau);

p) Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

q) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

r) Declaração que não foi demitido por justa causa e a bem do serviço Simplificado, no período de 10 (dez) anos, na esfera federal, estadual e municipal;

s) CPF do Pai e da Mãe e/ou declaração de falecimento ou de desconhecimento parental.

t Declaração de não acumulação remunerada de cargos e empregos públicos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade de cargo e horários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal;

u) Demais documentos, se necessários, solicitados no Edital de convocação do candidato.

3ª Fase - Exame médico Pré-Admissional, emitido por médico credenciado junto à **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT,** apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase. O candidato convocado deverá submeter-se a exame médico Pré-Admissional ou a exame médico específico (portadores de deficiência) a ser realizado pelo órgão de saúde indicado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT**, que terá decisão terminativa, após análise dos seguintes exames a serem realizados pelo candidato convocado:

a)Resultado de Laudo Médico Pericial, emitido por médico credenciado junto à **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT**.

9.3. Considerado apto para o desempenho do cargo, nas duas fases previstas no subitem 9.2 deste Edital, o candidato será convocado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT**, observada a ordem de classificação final e obedecido o limite de vagas existentes.

9.4. O candidato, após a convocação, terá o prazo de 15 (quinze) dias para se apresentar e realizar os procedimentos e exames descritos no subitem 9. 2, devendo entrar em exercício da função também no prazo de 15 (quinze) dias, fato que ocorrerá somente se o candidato for considerado apto para o desempenho da mesma, nas duas fases previstas no supracitado subitem 9.2 deste Edital.

9.5. O candidato que por qualquer motivo não apresentar a documentação e exames exigidos na 1ª e 2ª fase de convocação, conforme subitem 9.2, perderá automaticamente o direito à investidura.

9.6. Os candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas estabelecido neste Edital serão convocados para a investidura no cargo, sendo-lhes assegurado o direito de nomeação até o fim do prazo de validade do certame, a qual, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

9.7. A inexatidão das informações, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo Simplificado, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

9.8. A validade deste Processo Seletivo Simplificado é de 12 (dozes) meses, contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período por ato da Prefeita Municipal.

9.8.1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado será efetuada pelo conjunto de cargos constantes do presente Edital.

9.9. O candidato que desejar relatar à **W2 AUDITORES E CONSULTORES** fatos ocorridos durante a realização do Processo Seletivo Simplificado ou que tenha necessidade de outras informações, deverá efetuar contato junto ao Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC da **W2 AUDITORES E CONSULTORES** pelo e-mail: **contato@w2consultores.com.br;** endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**.

9.10. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone junto à **W2 AUDITORES E CONSULTORES**, enquanto estiver participando do Processo Seletivo Simplificado, e junto à **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT**, se aprovado, mediante correspondência a ser enviada para o Setor de Recursos Humanos.

Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização do seu endereço.

9.11. A inscrição implicará, por parte do candidato, conhecimento e aceitação das normas contidas neste Edital.

9.12. A organização, aplicação, correção e elaboração das provas ficarão exclusivamente a cargo e Responsabilidade da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**.

9.13. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para as provas, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso publicado.

9.15. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT** e a **W2 AUDITORES E CONSULTORES** se eximem das despesas com viagens e hospedagens dos candidatos em quaisquer das fases do certame seletivo, mesmo quando alteradas datas previstas no cronograma inicial, reaplicação

de qualquer fase, inclusive de provas, de acordo com determinação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT**, e/ou da organizadora **W2 AUDITORES E CONSULTORES**.

9.16. Os resultados divulgados terão caráter oficial. Os prazos para interposição de recursos em qualquer fase deverão ser contados com estrita observância da hora e dia da publicação, que reproduzirá o publicado em meio oficial no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br** e Diário Oficial do Município.

9.17. A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do Processo Seletivo Simplificado.

9.18. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital só poderão ser feitas por meio de Edital de retificação.

9.19. Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital serão resolvidos pela **W2 AUDITORES E CONSULTORES,** com anuência da comissão organizadora do Processo Seletivo.

9.20. Todos os documentos relacionados e descritos, constantes nesse Edital, serão alocados e armazenados em local adequado para sua manutenção e preservação, pelo prazo de 1 (um) ano, contados a partir da expiração do prazo de validade do Certame. Após essa data, a critério da Administração, poderão ser destruídos.

9.21. O candidato deverá consultar frequentemente no q**uadro de avisos da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT e no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br** e Diário Oficial do Município, disponível em **https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/**, para verificar as informações que lhe são pertinentes, referentes à execução do Processo Seletivo Simplificado.

9.22. A **W2 AUDITORIA E CONSULTORIA** não participa do processo de homologação, nomeação e contratação dos candidatos aprovados. Tais informações deverão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT.

9.23. O prazo de impugnação deste edital será de 2 (dois) dias úteis a partir da sua data de publicação.

9.24. Faz parte de Edital aos anexos (**ANEXO I – CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO; ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS ESCRITAS E OBJETIVAS; ANEXO III – ATRIBUIÇÃO SINTÉTICA DOS CARGOS; IV – FORMULÁRIO DE RECURSO; V – FORMULÁRIO DE TÍTULOS).**

Conquista D'Oeste/MT, 26 de Agosto de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto - Prefeita Municipal

MAYLA CLICIA DA SILVA FARIAS - Presidente da Comissão

MARIA CONCEIÇÃO DE FREITAS – Secretaria da Comissão

MARINA DA GAMA SOUZA - Membro da Comissão

MARCELO FAUSTINO DE OLIVEIRA - Suplente da Comissão

ANEXO I - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

(As datas deste cronograma poderão sofrer eventuais alterações enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado).

Data	Evento
26/08/2019	Publicação da íntegra do Edital de Abertura.
27/08/2019 a 10/09/2019	Período de Inscrições VIA INTERNET dos candidatos ao Processo Seletivo Simplificado com Pagamento da Taxa
27/08/2019 a 29/08/2019	Período para requisição de isenção da taxa de inscrição
30/08/2019	Divulgação dos candidatos com o pedido de isenção da taxa de inscrição deferida.
10/09/2019	Último Dia Pagamento da Taxa de Inscrição
10/09/2019	Último dia paraos Candidatos no Processo Seletivo Simplificado e Entrega do Laudo Médicopelo candidato que quiser concorrer como deficiente
11/09/2019	Divulgação do **Mapa Estatístico (Candidatos x Vagas)** e da **Relação de Candidatos Inscritos**
11/12/2019	Divulgação do **Local de Realização da Prova Escrita e Objetiva e confirmação de data e horários de realização das provas**
	Disponibilização do **Comprovante Definitivo de Inscrição - CDI** de todos os candidatos
15/09/2019	Realização da prova escrita e objetiva.
16/09/2019, a partir das 16h00min	Divulgação dos gabaritos das provas escritas e objetivas.
Até 23/09/2019	Divulgação do Gabarito Definitivo e Parecer dos recursos sobre os gabaritos das provas escritas e objetivas e o Resultado das provas escritas e objetivas.
25/09/2019	Divulgação do parecer sobre o Resultado das provas escritas e objetivas e o Resultado classificatório.
27/09/2019	Divulgação do parecer sobre o Resultado Classificatório e o Resultado dos aprovados e classificados e do **Resultado Final** (em ordem de classificação, contemplando somente os candidatos classificados e excedentes).
No prazo máximo de **15 (quinze)** dias após terem sido ultimadas todas as etapas editalícia.	Divulgação do Resultado Final Definitivo apto à homologação pela Prefeita Municipal.

ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS ESCRITAS E OBJETIVAS

CARGO DE ENSINO (SUPERIOR)

→**LÍNGUA PORTUGUESA**: TEXTO: Interpretação de texto informativo ou literário. FONÉTICA: fonema e letra; classificação dos fonemas (vogais, semivogais e consoantes); encontros vocálicos; encontros consonantais; dígrafos; sílabas; tonicidade das sílabas. ORTOGRAFIA: Emprego das letras

maiúsculas e minúsculas; acentuação gráfica; emprego do hífen. MORFOLOGIA: Famílias de palavras; afixos; processos de formação de palavras; reconhecimento, emprego, flexões e classificações das classes gramaticais. SINTAXE: emprego dos sinais de pontuação; regência verbal e nominal; a ocorrência da crase, concordância verbal e nominal.

→**CONHECIMENTOS GERAIS**: Assuntos ligados à atualidade nas áreas: História, Geografia, Estudos Sociais e Ciências. Assuntos ligados à atualidade nas áreas: Econômica, Científica, Tecnológica, Política, Cultural, Saúde, Meio Ambiente, Esportiva, Artística, Literária e Social do Brasil. Conhecimentos Gerais do Município de Conquista D'Oeste/MT (História, geografia e atualidades). Conhecimentos básicos de informática.

→**CONHECIMENTOS ESPECÍFICos PARA O CARGO DE Enfermeiro**: Administração em Enfermagem de Saúde Pública. Técnicas Básicas de Enfermagem. Assistência de Enfermagem na Atenção Integral à Mulher no Ciclo Grávido - Puerperal. Assistência de Enfermagem na Atenção Integral à Criança desenvolvimento. Controle das infecções respiratórias agudas. Controle das doenças diarréicas e prevenção a acidentes e intoxicações. Vacinação. Aspectos imunológicos e operacionais. Vacinas utilizadas. Conservação. programa e avaliação. Participação do Enfermeiro no Controle das Doenças Infecciosas e Parasitárias Prevalentes em Nosso Meio. Assistência de Enfermagem ao Adulto à Nível Ambulatorial. **Saúde Pública**: As condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde; Gestão do Sistema Único de Saúde; Responsabilidades dos municípios na Atenção Básica; Processo de regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade; Mecanismos para o fortalecimento da capacidade de gestão do Sistema Único de Saúde; critérios de habilitação de estados e municípios. Pactos pela Vida em Defesa do SUS e de Gestão. Política Nacional de Humanização. Política Nacional de Atenção Básica.

→**CONHECIMENTOS ESPECÍFICos PARA O CARGO DE Farmacêutico/Bioquímico**: Farmacologia Bases fisiológicas da farmacologia: mediadores químicos, evolução do conceito de mediação química, receptores farmacológicos, receptores pré e pós-sinápticos, interação droga receptor, mensageiro secundário. Farmacocinética: via de administração de drogas, absorção, biodisponibilidade, meia-vida das drogas, distribuição, biotransformação, excreção. Farmacodinâmica: mecanismo de ação das drogas, interação droga-receptor, relação dose-efeito, sinergismo, tipos de antagonismo, eficácia e potência de uma droga. Principais grupos de fármacos - Drogas que atuam no sistema nervoso autônomo: agonistas e antagonistas colinérgicos; agonistas e antagonistas adrenérgicos. Drogas que atuam no sistema nervoso central: hipnóticos, sedativos e ansiolíticos. Drogas anticonvulsivantes; hipnoanalgésicos; drogas antidepressivas; analgésicos e antiinflamatórios (esteroidais e não esteroidais); drogas diuréticas; drogas cardiovasculares; anti-hipertensivos, antiarrítmicos. Antineoplásicos. Drogas que atuam no sistema gastrointestinal: fármacos que controlam a acidez gástrica. Fármacos utilizados nas afecções do aparelho respiratório. Drogas antiparasitárias: anti-helmínticos. Drogas antimicrobianas e antibióticas. Insulina e fármacos hipoglicemiantes orais. Vitaminas hidrossolúveis e lipossolúveis. Interações farmacológicas: interação medicamento - medicamento e medicamento-alimento. Análise Farmacêutica. Cálculo de equivalente grama, de miliequivalente grama e de miliosmol. Concentração de soluções em molaridade, normalidade, molalidade, peso/peso, peso/volume, volume/volume, ppm. Ensaio limite de ferro, metais pesados, cloreto, sulfato e arsênico. Análise volumétrica por neutralização, oxiredução, precipitação e complexação. Preparações Farmacêuticas e suas Elaborações. Formas farmacêuticas sólidas, líquidas de uso oral e parenteral, cremes e pomadas - preparação, vantagens e desvantagens das principais vias de administração. Vigilância Sanitária: Legislações relacionadas a farmácias e drogarias (Biossegurança, Boas práticas de dispensação e manipulação, Medicamentos de uso controlado). **Saúde Pública**: As condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde; Gestão do Sistema Único de Saúde; Responsabilidades dos municípios na Atenção Básica; Processo de regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade; Mecanismos para o fortalecimento da capacidade de gestão do Sistema Único de Saúde; critérios de habilitação de estados e municípios. Pactos pela Vida em Defesa do SUS e de Gestão. Política Nacional de Humanização. Política Nacional de Atenção Básica.

ANEXO III - ATRIBUIÇÃO SINTÉTICA DO CARGO

→**Enfermeiro:** Supervisionar, coordenar e realizar atividades de qualificação e educação permanente dos ACS, com vistas ao desempenho de suas funções; realizar consultas e procedimentos de enfermagem na Unidade Básica de Saúde e, quando necessário, no domicilio, na comunidade e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário. Solicitar exames complementares e prescrever medicações, conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal, observadas as disposições legais da profissão; Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS. Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnostico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias na USF e, quando indicado ou necessário, no domicilio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade, durante o tempo e frequência necessários de acordo com as necessidades de cada paciente; Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local; Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local; Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis; Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

→**Farmacêutico/Bioquímico:** Realizar tarefas inerentes às áreas de análises clínicas; Desenvolver e interpretar a rotina de todos os setores laboratoriais, bioquímica, imunologia, microbiologia, hematologia e urinálise, clínica, hematologia, parasitologia, bacteriologia, virologia, mitologia e outros, valendo-se de técnicas específicas para completar o diagnóstico de doenças; Manter controle de qualidade no setor laboratorial; Preparar boletins informativos com a finalidade de fornecer subsídios para a classe médica; Orientar e controlar atividades de equipes auxiliares; Dar pareceres sobre a compra de materiais e equipamentos laboratoriais, fornecendo as especificações técnicas necessárias; Preparar reagentes, soluções, vacinas, meios de cultura e outros, para aplicação em análises clínicas; Efetuar controle de qualidade de matérias primas, produtos em elaboração e produtos acabados, realizando análise de laboratório, para assegurar-se de que os mesmos atendem às especificações propostas; Responder pelas Farmácias dos Postos de Saúde e manter os controles de qualidade das mesmas; Preparar boletins informativos sobre medicamentos, com a finalidade de fornecer subsídios para a classe médica; Dar pareceres sobre a compra de materiais, equipamentos e medicamentos, fornecendo as especificações técnicas necessárias para a manutenção das farmácias dos postos de saúde; Efetuar controle da qualidade dos medicamentos para assegurar-se de que os mesmos atendem às especificações propostas; Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade; Executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato.

ANEXO IV – FORMULÁRIO DE RECURSO

À Comissão de Processo Seletivo
Processo Seletivo – Edital nº 001/2019 - Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT

Candidato	
Nº de Inscrição	
Cargo	

Marque abaixo o tipo de recurso:

Edital	Indeferimento do pedido de isenção da Taxa de inscrição
Inscrições (erro na grafia do nome)	Inscrições (omissão do nome)
Inscrições (Erro no nº de inscrição)	Inscrições (erro no nº da identidade)
Inscrições (erro na nomenclatura do cargo)	Inscrições (indeferimento de inscrição)
Local, sala, data e horário de prova (erro no local e/ou data; erro na data e/ou horário)	
Realização das Provas (Objetiva de Múltipla Escolha ou de Títulos)	
Questão da Prova Objetiva de Múltipla Escolha (desde que demonstrado erro material)	
Gabarito da Prova Objetiva de Múltipla Escolha (erro na resposta divulgada)	
Resultado (erro na pontuação e/ou classificação)	
Qualquer outra decisão proferida no certame. Especificar _____	

Digitar ou datilografar ou escrever em letra de forma a justificativa do recurso, de forma objetiva:

Local e data: _____, _____/_____/_____.
Assinatura: _____

ANEXO V - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS

À Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo - Edital nº 001/2019

Conquista D'Oeste/MT.

Referente: Solicito Contagem de pontos referente prova de títulos

a. Tendo em vista o Edital que determina a entrega de títulos, para o Processo Seletivo, venho apresentar a esta Comissão, documentos que atestam qualificações, dando margem à contagem de pontos na prova de títulos conforme subitem 5.4 do Edital.

b. Estou ciente de que os documentos entregues, **TODOS AUTENTICADOS**, não serão devolvidos em hipótese alguma, uma vez que serão apensados aos demais documentos relativos ao Processo Seletivo.

c. Ainda, **DECLARO**, para efeitos legais, que a falta ou incorreção de qualquer dos documentos que estiverem relacionados nesta ficha é de minha única responsabilidade, pois os documentos serão entregues em envelope lacrado e, portanto, não serão conferidos no ato da entrega.

Candidato				Qte Documentos Entregues	
Inscrição		**Cargo**			
Avaliação de Títulos (Cursos)	Início do Curso	Término do Curso	Carga Horária	Pontos Solicitados pelo Candidato	Pontuação concedida pela organizadora (NÃO PREENCHER)
Pós-Graduação na área de Atuação (pós-graduação)					
Pós-Graduação na área de Atuação (mestrado)					
Pós-Graduação na área de Atuação (doutorado)					

Em anexo, cópia de documentos autenticados.

Conquista D'Oeste/MT, _____de _____ de 2019.

_____

Assinatura do candidato

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

AVISO DE ABERTURA DE EDITAL LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 062/2019 PROCESSO 097/2019

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 062/2019, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para: REGISTRO DE PREÇO **"REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM REPAROS, CONSERTOS E REBOBINAGEM DE BOMBAS DE POÇO E MOTOBOMBAS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **13 (Treze) de setembro de 2019, às 08:30 (oito horas e trinta minutos)**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br

ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência). Cotriguaçu-MT, 27 de agosto de 2019.

JULIANO MATEUS DE ALMEIDA

Pregoeiro da Comissão Especial de Licitação.

CONVOCAÇÃO DO TERCEIRO COLOCADO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 142/2018 PROCESSO 211/2018

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público que a LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 118/2018 com o **objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EM GERAL PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS EM COTRIGUAÇU E DISTRITOS "** que aconteceu no dia 17 de dezembro de 2018 teve como vencedor do certame a empresa **MATHEUS FELIPE TOMAZETTO 06064785152, CNPJ: 26.132.353/0001-99.**

ITEM	QUANT.	APRES	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	12	MÊS	SERVICO DE MANUTENCAO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS/SISTEMA DE REFRIGERACAO - EQUIPAMENTO DE REFRIGERACAO EM GERAL - 40 HORAS SEMANAIS.	R$ 3. 666,67	R$ 44. 000,00

A empresa JISLAINE FARIAS DOS ANJOS BONINI-ME, ora segunda colocada no certame teve o prazo de 5 (cinco) dias, para se apresentar e assumir o item, como o representante não compareceu o item passará para a terceira colocada.

O item do pregão passará para a terceira colocada a empresa GEOVANE TORRENTE SILVA-ME cnpj: 22.109.511/0001-89, a empresa terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se apresentar a partir da data 27 de agosto de 2019, para assumir o item, caso não se apresente no prazo o certame será cancelado.

A empresa assumirá o item no valor mensal de R$1.999,00 (Um mil novecentos e noventa e nove reais), a partir da assinatura da ata de registro de preço.

Cotriguaçu-MT, 26 de agosto de 2019.

GISLAINE MOREIRA DE OLIVEIRA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2019

A Pregoeira da Secretaria Municipal de Gestão, torna público aos interessados que o Pregão Eletrônico nº. 037/2019, que tem por objeto **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais de Copa, Cozinha e Material de Limpeza para atender as demandas das Secretarias Municipais da Prefeitura de Cuiabá,** com abertura da sessão pública prevista para o dia 04 de setembro de 2019, às 10:00 horas (Horário de Brasília), que decide **SUSPENDER** o certame para readequações no edital. Tão logo, atendido, nova data será marcada e comunicada por meio de publicação na imprensa Oficial, site da Prefeitura e www.licitacoes-e.com.br.

Cuiabá, 26 de agosto de 2019

Priscila R. N. M. Berber

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

GABINETE
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 09/2019

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO E A COOPERCAETÉ – COOPERATIVA DE AGRICULTORES INDEPENDENTES DE MATO GROSSO.

De um lado como **PRIMEIRO COOPERANTE**, o **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO**, com sede administrativa sito à Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº 2.341, Jardim Eldorado, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 03.648.540/0001-74, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr.**EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portador da Cédula de identidade RG n.º 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 937.368.431-00, residente e domiciliado Av. Diamantino, nº 570, Centro, DIAMANTINO – MT, e, de outro lado como **SEGUNDA COOPERANTE**, a **COOPERCAETE – COOPERATIVA DE AGRICULTORES INDEPENDENTES DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.002.553/0001-58,com sede à Rodovia Senador Roberto Campos, s/n, KM 2,5, Novo Diamantino, em Diamantino/MT, neste ato representada por seu presidente, Sr. **VALDEVINO DA SILVA,** RG nº 989.709 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 786.423.611-15, residente e domiciliado neste município, resolveram celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, com fundamento na Lei Municipal nº 1.300/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1.- A cooperação tem por finalidade o desenvolvimento de serviços destinados a auxiliar o produtor rural, no processo de gradagem, nivelamento, correção (calagem) do solo de sua propriedade e plantio, conforme necessidade, através da disponibilização de maquinário e implementos agrícolas pelo **PRIMEIRO COOPERANTE** e operacionalização pela **SEGUNDA COOPERANTE**.

1.2.- O maquinário e implementos agrícolas a serem disponibilizados pelo **PRIMEIRO COOPERANTE** são os seguintes:

I.- TRATOR AGRÍCOLA EXITUS DE RODAS COM TOLDO, MARCA/MODELO: NEW HOLLAND/TL 95E, COR: AZUL, ANO: 2018, NÚMERO DE SÉRIE: T595R401188, REGISTRO PATRIMONIAL CÓDIGO Nº 258160, PLAQUETA Nº 27934;

II.- GRADE ARADORA, MARCA/MODELO: PICCIN/GACR 14X28X230MM C/ CONTROLE, ESP.: 28X22RO175 DISCOS 14, COR VERDE, NÚMERO DE SÉRIE: 1406964, REGISTRO PATRIMONIAL CÓDIGO Nº 9187, PLAQUETA Nº 24000;

III.- DISTRIBUIDOR DE ADUBO E CALCÁRIO, MARCA/MODELO: PICCIN/MASTER 5500, NÚMERO DE SÉRIE: 17/04130, REGISTRO PATRIMONIAL CÓDIGO Nº 25919, PLAQUETA Nº 27669;

IV.- GRADE NIVELADORA, MARCA/MODELO: BALDAN/NVCR 28 C/ DSC MIS 22 P1, CONTROLE C/ MANCAIS, NÚMERO DE SÉRIE: 60342959002001;

V.- SEMEADEIRA ADUBADEIRA SIMPLES, MARCA/MODELO: NOGUEIRA/SOFT900, NÚMERO DE SÉRIE: NONOOA02723, REGISTRO PATRIMONIAL CÓDIGO Nº 9629, PLAQUETA Nº 20512;

VI.- SULVADOR SIMPLES P/ CANA, MARCA/MODELO: BALDAN/SLS PESADO DE 01 LINHA, NÚMERO DE SÉRIE: 590359001001, REGISTRO PATRIMONIAL CÓDIGO Nº 9658, PLAQUETA Nº 20513.

CLAUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1.- Compete ao **PRIMEIRO COOPERANTE**:

I.- Disponibilizar e dar manutenção no maquinário e implementos agrícolas acima descritos;

II.- Cadastrar os produtores rurais conforme solicitação de serviço;

III.- Autorizar o uso do maquinário e implementos agrícolas disponibilizados;

IV.- Fiscalizar a fiel execução dos objetivos do termo de cooperação, verificando, ainda, o funcionamento maquinário e implementos agrícolas, de forma a evitar prejuízos e deteriorações.

2.2.- Compete à **SEGUNDA COOPERANTE**:

I.- Fazer a gestão do maquinário e implementos agrícolas disponibilizados;

II.- Indicar e manter, no mínimo, 03 (três) cooperados qualificados para operar o maquinário e implementos agrícolas, sendo que os mesmos deverão receber por hora trabalhada diretamente do produtor beneficiado pelo serviço;

III.- Auxiliar no desempenho das atividades desenvolvidas;

IV.- Conservar e guardar o maquinário e implementos agrícolas, comprometendo-se a devolvê-los ao **PRIMEIRO COOPERANTE**, findo o prazo de vigência da cooperação;

V.- Disponibilizar local adequado para o armazenamento do maquinário e implementos agrícolas;

VI.- Comunicar, imediatamente, o **PRIMEIRO COOPERANTE**, acerca de todas e quaisquer formas de ameaça realizadas por terceiros contra o maquinário e implementos agrícolas;

VII.- Defender a posse das referidas máquinas.

2.3.- Para efeito do inciso II, do item 2.2, o valor da hora trabalhada não poderá ultrapassar R$ 25,00 (vinte e cinco reais).

2.4.- O produtor beneficiado também arcará com as despesas de combustível.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

3.1.- À **SEGUNDA COOPERANTE** é vedado alugar, alienar ou penhorar, parcialmente ou integralmente, os bens móveis descritos na Cláusula Primeiro, objeto deste Termo.

CLAUSULA QUARTA– DA RESPONSABILIDADE

4.1.- A **SEGUNDA COOPERANTE** não se responsabilizará por eventuais danos existentes anteriores a data da vigência do presente instrumento e aqueles que, porventura, vierem a ocorrer, proveniente de caso fortuito ou força maior.

4.2.- Por outro lado, é de inteira responsabilidade da **SEGUNDA COOPERANTE** a utilização dos bens disponibilizados, pela qual responde por todos os prejuízos que eventualmente possa causar a outrem ou mesmo em caso de acidentes que envolvam a utilização dos mesmos.

CLAUSULA QUINTA– DA VIGÊNCIA

5.1.- O presente **TERMO** terá vigência de 02 (dois) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Município, podendo ser renovado, por acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO UNILATERAL

6.1.- É atribuído ao **PRIMEIRO COOPERANTE** as seguintes prerrogativas:

I.- Modificar unilateralmente o termo de cooperação para melhor adequação ao atendimento da finalidade pública a que se destina;

II.- Rescindir unilateralmente o termo de cooperação, independente de pagamento de multa, ou aviso prévio, após justificativa e autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, pelos motivos a seguir:

a) Não cumprimento de quaisquer de suas clausulas e condições ou cumprimento irregular das obrigações da **SEGUNDA COOPERANTE**; b) Razões de interesse público de alta relevância e conhecimento, justificado pela autoridade pública; c) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovado, impeditivo da execução da cooperação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO LUGAR DA OBRIGAÇÃO

7.1.- A entrega dos bens e a restituição serão realizadas na sede administrativa deste Município, no endereço indicado preambularmente, mediante assinatura do presente termo.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Diamantino, com exclusão a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões que derivem deste Termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, estando assim, justos compromissados, firmo o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos de direito.

Diamantino-MT, 23 de agosto de 2019.

PRIMEIRO COOPERANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SEGUNDA COOPERANTE: VALDEVINO DA SILVA

Presidente da COOPERCAETE

TESTEMUNHAS:

Nome: MARIANA DE SOUZA LARA Nome:TÂNIA MARA MARUCHI

RG: 2494524-2 SSP/MT RG: 1153985-2 SSP/MT

CPF: 161.316.421-09 CPF: 771.399.689-34

LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648. 540/0001-74, com sede administrativa na Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, n.º 2287, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de DIAMANTINO-MT, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica pelo Prefeito Municipal, Sr. Eduardo Capistrano, brasileiro, casado, Advogado, portador da Cédula de identidade RG n.º 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 937.368.431-00, residente e domiciliado Av. Diamantino, nº 570, Centro, neste Município, resolve:

Considerando a Ata de Registro de Preços nº 117/2018, firmado entre este Poder executivo Municipal e a Empresa **AMAURI ROBERTO DE ARAUJO - ME;**

Considerando que o objeto do instrumento acima referido é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOVEIS E MATERIAIS PERMANENTES, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

Considerando que na clausula quinta estabelece que o prazo de entrega seja de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da expedição da ordem de fornecimento/serviços ou empenho expedida pelo setor competente;

Considerando que a entrega dos produtos solicitados seja mediante a NAD nº 2103.73.1/2019 encaminhada a vossa empresa no dia 30/05/2019 e até o momento não foi entregue;

Considerando que a entrega dos produtos da NAD citada acima deveria ser entregue até o dia 06/06/2019, e ainda não foi entregue, portanto já se

encontra em atraso a mais de 79 (setenta e nove) dias pela empresa detentora do registro de preços, prejudicando desta forma o bom andamento do trabalho das Secretarias do Município de Diamantino/MT.

Considerando que a Ata de Registro de Preços impõe diversas obrigações formais à empresa contratada e ora NOTIFICADA, dentre as quais já destacamos;

Diante disto, fica por meio da presente **NOTIFICADA** a empresa **AMAURI ROBERTO DE ARAUJO - ME**, inscrita no CNPJ nº 13.234.712/0001-17, para que, entregue o produto solicitado o mais rápido possível, não ultrapassando o prazo de 05 (cinco) dias úteis, e, caso não seja atendido dentro deste prazo, poderá o Município de Diamantino, **CANCELAR O REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR** e aplicar as sanções previstas na Ata e no processo licitatório, diante dos fatos apontados na presente **NOTIFICAÇÃO.**

A presente NOTIFICAÇÃO será publicada na forma da Lei, assegurado prazo de 05 (cinco) dias, para ampla defesa e o contraditório à empresa NOTIFICADA.

Diamantino - MT, 23 de Agosto de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO 06/2019

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio, que tem por objetivo ajustar os prazos para pagamento, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT e o Sr. Cleber da Costa Soares, na forma abaixo:

O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MT sob nº 03.648.540/0001-74, com sede administrativa na cidade de Diamantino, na Av. Des. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2341, Bairro Jardim Eldorado, Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, **Sr. EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade civil nº 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 937.368.431-00, residente e domiciliado na Avenida Diamantino, n° 570, bairro Centro, em Diamantino – MT, doravante denominado simplesmente, e de outro lado **Sr. CLEBER DA COSTA SOARES,** inscrito no CPF sob o nº 571.705.251-00, residente na Avenida Desembargador J. P. F. Mendes, N° 425, Centro, em Diamantino/MT, resolvem celebrar o presente aditivo ao convênio de mútua cooperação, na forma como segue abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES

Fica alterada a Cláusula Segunda, prorrogando o parcelamento do valor da cartela para os meses de setembro e outubro/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - PAGAMENTO

Fica alterada também, a Cláusula Terceira, alínea "c", postergando o repasse dos valores até o último dia 31 de outubro de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas todas as demais disposições contidas no Termo de Convênio 06/2019, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integralmente.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Diamantino/MT, 23 de Agosto de 2019.

_____

MUNICÍPIO DE DIAMANTINO

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal

_____

CLEBER DA COSTA SOARES

TESTEMUNHAS:

DINÁ BENEDITA C. DE ARAÚJO MARIANA DE SOUZA LARA

RG: 0129508-0 SJ/MT RG: 2494524-2

CPF: 172.762.331-20 CPF: 061.316.421-09

GABINETE
PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO 06/2019

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio, que tem por objetivo ajustar os prazos para pagamento, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT e o Sr. Cleber da Costa Soares, na forma abaixo:

O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MT sob nº 03.648.540/0001-74, com sede administrativa na cidade de Diamantino, na Av. Des. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2341, Bairro Jardim Eldorado, Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, **Sr. EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade civil nº 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 937.368.431-00, residente e domiciliado na Avenida Diamantino, n° 570, bairro Centro, em Diamantino – MT, doravante denominado simplesmente, e de outro lado **Sr. CLEBER DA COSTA SOARES,** inscrito no CPF sob o nº 571.705.251-00, residente na Avenida Desembargador J. P. F. Mendes, N° 425, Centro, em Diamantino/MT, resolvem celebrar o presente aditivo ao convênio de mútua cooperação, na forma como segue abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES

Fica alterada a Cláusula Segunda, prorrogando o parcelamento do valor da cartela para os meses de setembro e outubro/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - PAGAMENTO

Fica alterada também, a Cláusula Terceira, alínea "c", postergando o repasse dos valores até o último dia 31 de outubro de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas todas as demais disposições contidas no Termo de Convênio 06/2019, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integralmente.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Diamantino/MT, 23 de Agosto de 2019.

_____

MUNICÍPIO DE DIAMANTINO

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal

_____

CLEBER DA COSTA SOARES

TESTEMUNHAS:

DINÁ BENEDITA C. DE ARAÚJO MARIANA DE SOUZA LARA

RG: 0129508-0 SJ/MT RG: 2494524-2

CPF: 172.762.331-20 CPF: 061.316.421-09

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 054-2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CRONOMETRAGEM PARA ATENDER A CORRIDA DIAMANTE, QUE ACONTECERÁ NO MÊS DE SETEMBRO NA CIDADE DE DIAMANTINO - MT

VALOR TOTAL: R$ 5.650,00 (CINCO MIL SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: ATÉ 30/09/2019.

CONTRATADO: JÚNIOR DE ASSIS SOARES - ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 19 DE AGOSTO DE 2019.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 052-2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM A DUPLA JADS E JADSON E JOÃO CARREIRO, PARA ANIMAÇÃO DA FESTA DE 291 ANOS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.

VALOR TOTAL: R$ 130.000,00 (CENTO E TRINTA MIL REAIS

PRAZO DO CONTRATO: ATÉ 19/09/2019

CONTRATADO: JADS E JADSON PRODUÇÕES ARTISTICA LTDA-ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 09 DE AGOSTO DE 2019.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO Nº 081/2018

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLINICO GERAL, NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA E PLANTONISTAS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL SAE/CTA NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT

VALOR: **R$** 186.000,00 (CENTO E OITENTA E SEIS MIL REAIS)

PRAZO: 12 (DOZE) MESES

CONTRATADO: B C MOLITOR - ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 13 DE AGOSTO DE 2019.

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2019

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, **RATIFICO** todos os atos do presente Processo de Dispensa nº 022/2019, e autorizo a contratação direta da empresa **ROSIMEIRE DA SILVA BIGOTO EIRELI - ME**, inscrito no **CNPJ n° 05.921.782/0001-15,** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW PIROTÉCNICO (FOGOS DE ARTIFICIO E EFEITOS ESPECIAIS), A SER USADO NA COMEMORAÇÃO DE ANIVERSÁRIO DE 291 ANOS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT,** no valor de **R$ 16.000,00 (Dezesseis Mil reais).** A presente Dispensa de Licitação esta enquadrada no inciso II do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei nº 8.666/93.

Diamantino-MT, 26 de Agosto de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2019

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, **RATIFICO** todos os atos do presente Processo de Dispensa nº 021/2019, e autorizo a contratação direta da empresa **MVR1 MÓVEIS E MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI**, inscrito no **CNPJ n° 19.071.896/0001-28,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE MOVEIS PLANEJADOS PARA O PROCON, SINE, RECEITA FEDERAL, DEPARTAMENTO DE TURISMO E JUNTA MILITAR DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT,** no valor de **R$ 17.567,40 (Dezessete Mil Quinhentos e Sessenta e Sete reais e Quarenta centavos).** A presente Dispensa de Licitação esta enquadrada no inciso II do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei nº 8.666/93.

Diamantino-MT, 26 de Agosto de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR RH
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 207/2019 - CONTRATADO(a): LEONARDO JOSE ALBERNAZ REGIS: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - CONTRATO**, lotado(a) na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. O (A) CONTRATO(A)receberá o vencimento de **R$ 1.739,79 (Um Mil Setecentos e Trinta e Nove Reais e Setenta e Nove Centavos**), equivalente a carga horário de 30 (trinta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação e Cultura; II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria - 2.046; III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3190040000.0119000000; IV – Fonte do Recurso: FUNDEB INFANTIL - 40% - Contrato. Diamantino/MT, **26 de Agosto de 2019.**

SETOR RH
EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 195/2019

CONTRATADO(a):FLÁVIO ROQUE DA CRUZ

O presente **TERMO** tem por finalidade a **RESCISÃO AO CONTRATO DE SERVIDOR(a) TEMPORÁRIO Nº. 195/2019**, que teve como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **MOTORISTA EDUCACIONAL - CONTRATO**, lotado (a) na **Secretaria Municipal Educação e Cultura** com termino dia **01 de Agosto de 2019**.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 163/2019

DISPÕE SOBRE A REENQUADRAMENTO DO SERVIDOR EFETIVO EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 881/2013 E 1.284/2019

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reenquadrado (a) servidor (a) efetivo (a) relacionado (a) na tabela abaixo, anexa de acordo com a Lei Nº 1.284/2019.

Art. 2º- - Este Decreto entrará em vigor com efeito retroativo a 01/08/2019, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino, 16 de Agosto de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
SERVIDOR	**CARGO**	**FUNÇÃO**	**CLASSE/ NÍVEL ATUAL**	**REENQ.**	**SALÁRIO ATUAL**	**SAL. REENQ.**
ADRIANA MANRIQUE TOMÉ	Técnico de Nível Superior	Psicólogo	B - 02	C - 03	R$ 6.066,70	R$ 7.246,18

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

MÁRCIO FERNANDO FERREIRA NASCIMENTO	Agente Operacional e Manutenção	Motorista	B - 03	C - 03	R$ 2.043,30	R$ 2.309,82
EDMILSON FREITAS DE ALMEIDA	Agente Operacional e Manutenção	Motorista	B - 08	C - 08	R$ 2.509,62	R$ 2.928,55
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA						
MARIA HELENA DA SILVA VIEIRA	Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	C - 04	D - 04	R$ 2.130,37	R$ 2.376,19
MARIA JOSÉ SANTANA ORMOND	Agente Público Municipal	Agente de Higienização em Saúde	B - 02	C - 03	R$ 1.587,73	R$ 1.896,44

Diamantino, 16 de Agosto de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 10/2019

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO E A ASSOCIAÇÃO DOS MINI E PEQUENOS PRODUTORES DO CÓRREGO GRANDE.

De um lado como **PRIMEIRO COOPERANTE**, o **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO**, com sede administrativa sito à Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº 2.341, Jardim Eldorado, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 03.648.540/0001-74, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr.**EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portador da Cédula de identidade RG n.º 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 937.368.431-00, residente e domiciliado Av. Diamantino, nº 570, Centro, DIAMANTINO – MT, e, de outro lado como **SEGUNDA COOPERANTE**, a **ASSOCIAÇÃO DOS MINI E PEQUENOS PRODUTORES DO CÓRREGO GRANDE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.462.412/0001-79, com sede à Comunidade Rural Córrego Grande, s/n, Zona Rural, em Diamantino/MT, neste ato representada por seu presidente, Sr. **LEANDRO FERREIRA DE ALMEIDA,** RG nº 0364120-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 103.033.321-15, residente e domiciliado neste município, resolveram celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, com fundamento na Lei Municipal nº 1.301/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1.- A cooperação tem por finalidade o desenvolvimento de serviços destinados a auxiliar o produtor rural, no processo de gradagem e nivelamento do solo de sua propriedade, conforme necessidade, através da disponibilização de maquinário e implemento agrícola pelo **PRIMEIRO COOPERANTE** e operacionalização pela **SEGUNDA COOPERANTE**.

1.2.- O maquinário e implemento agrícola a serem disponibilizados pelo **PRIMEIRO COOPERANTE** são os seguintes:

I.- TRATOR AGRÍCOLA, MARCA/MODELO: MASSEY FERGUSON/MP275/4C, ANO/MODELO: 2009, NÚMERO DE SÉRIE: 275-284989, REGISTRO PATRIMONIAL CÓDIGO Nº 9627, PLAQUETA Nº 20510;

II.- GRADE ARADORA, MARCA/MODELO: BALDAN/CRSG 14X24 C/CONTROLE REMOTO E MANCAIS, NÚMERO DE SÉRIE: 60683313001001, REGISTRO PATRIMONIAL CÓDIGO Nº 256611, PLAQUETA Nº 26595.

CLAUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1.- Compete ao **PRIMEIRO COOPERANTE**:

I.- Disponibilizar e dar manutenção no maquinário e implemento agrícola acima descritos;

II.- Cadastrar os produtores rurais conforme solicitação de serviço;

III.- Autorizar o uso do maquinário e implemento agrícola disponibilizados;

IV.- Fiscalizar a fiel execução dos objetivos do termo de cooperação, verificando, ainda, o funcionamento maquinário e implemento agrícola, de forma a evitar prejuízos e deteriorações.

2.2.- Compete à **SEGUNDA COOPERANTE**:

I.- Fazer a gestão do maquinário e implemento agrícola disponibilizados;

II.- Indicar e manter, no mínimo, 03 (três) associados qualificados para operar o maquinário e implemento agrícola, sendo que os mesmos deverão receber por hora trabalhada diretamente do produtor beneficiado pelo serviço;

III.- Auxiliar no desempenho das atividades desenvolvidas;

IV.- Conservar e guardar o maquinário e implemento agrícola, comprometendo-se a devolvê-los ao **PRIMEIRO COOPERANTE**, findo o prazo de vigência da cooperação;

V.- Disponibilizar local adequado para o armazenamento do maquinário e implemento agrícola;

VI.- Comunicar, imediatamente, o **PRIMEIRO COOPERANTE**, acerca de todas e quaisquer formas de ameaça realizadas por terceiros contra o maquinário e implemento agrícola;

VII.- Defender a posse das referidas máquinas.

2.3.- Para efeito do inciso II, do item 2.2, o valor da hora trabalhada não poderá ultrapassar R$ 25,00 (vinte e cinco reais).

2.4.- O produtor beneficiado também arcará com as despesas de combustível.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

3.1.- À **SEGUNDA COOPERANTE** é vedado alugar, alienar ou penhorar, parcialmente ou integralmente, os bens móveis descritos na Cláusula Primeiro, objeto deste Termo.

CLAUSULA QUARTA– DA RESPONSABILIDADE

4.1.- A **SEGUNDA COOPERANTE** não se responsabilizará por eventuais danos existentes anteriores a data da vigência do presente instrumento e aqueles que, porventura, vierem a ocorrer, proveniente de caso fortuito ou força maior.

4.2.- Por outro lado, é de inteira responsabilidade da **SEGUNDA COOPERANTE** a utilização dos bens disponibilizados, pela qual responde por todos os prejuízos que eventualmente possa causar a outrem ou mesmo em caso de acidentes que envolvam a utilização dos mesmos.

CLAUSULA QUINTA– DA VIGÊNCIA

5.1.- O presente **TERMO** terá vigência de 02 (dois) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Município, podendo ser renovado, por acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO UNILATERAL

6.1.- É atribuído ao **PRIMEIRO COOPERANTE** as seguintes prerrogativas:

I.- Modificar unilateralmente o termo de cooperação para melhor adequação ao atendimento da finalidade pública a que se destina;

II.- Rescindir unilateralmente o termo de cooperação, independente de pagamento de multa, ou aviso prévio, após justificativa e autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, pelos motivos a seguir:

a) Não cumprimento de quaisquer de suas clausulas e condições ou cumprimento irregular das obrigações da **SEGUNDA COOPERANTE**; b) Razões de interesse público de alta relevância e conhecimento, justificado pela autoridade pública; c) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovado, impeditivo da execução da cooperação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO LUGAR DA OBRIGAÇÃO

7.1.- A entrega dos bens e a restituição serão realizadas na sede administrativa deste Município, no endereço indicado preambularmente, mediante assinatura do presente termo.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Diamantino, com exclusão a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões que derivem deste Termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, estando assim, justos compromissados, firmo o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos de direito.

Diamantino-MT, 23 de agosto de 2019.

PRIMEIRO COOPERANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SEGUNDA COOPERANTE: LEANDRO FERREIRA DE ALMEIDA

Presidente da ASSOCIAÇÃO

TESTEMUNHAS:

Nome: MARIANA DE SOUZA LARA Nome:TÂNIA MARA MARUCHI

RG: 2494524-2 SSP/MT RG: 1153985-2 SSP/MT

CPF: 161.316.421-09 CPF: 771.399.689-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 276/2019 DE 26 DE AGOSTO DE 2019

PORTARIA Nº 276/2019 DE 26 DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA DANILA MORAIS SILVA SOUSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1640 de 11 de maio de 2016;

R E S O L V E

ART. 1º - Designar a Servidora Municipal **DANILA MORAIS SILVA SOUSA** para exercer atribuições de lançamento de créditos tributários no âmbito municipal, em consonância com a Instrução normativa da Receita Federal do Brasil nº 1640 de 11 de maio de 2016..

ART. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 26 de agosto de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Gerson Januario de Amorim

Secretário de Administração

SETOR PESSOAL
DECRETO Nº 045/2019 DE 23 DE AGOSTO DE 2019

DECRETO Nº 045/2019 DE 23 DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº **1.622/2019** de 23 de agosto 2.019.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica aberto no corrente Exercício um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 370.000,00 (Trezentos e setenta mil reais) conforme abaixo:

10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUN DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO		
10.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA MUN DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO		
10.001.26.000.0000.0.000.	Transporte		
10.001.26.782.0000.0.000.	Transporte Rodoviário		
10.001.26.782.0102.0.000.	ESTRADAS VICINAIS		
10.001.26.782.0102.1.129.	Aquisição de Pá Carregadeira		
4.4.90.52.00.00	41	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	40.000,00
4.4.90.52.00.00	44	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	95.166,34
4.4.90.52.00.00	66	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	234.833,66

Total Suplementação:			**370000**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste decreto, servirá como recurso o cancelamento total ou parcial de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

02.000.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO PREFEITO				
02.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO PREFEITO				
02.001.04.000.0000.0.000.	Administração				
02.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral				
02.001.04.122.0003.0.000.	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
02.001.04.122.0003.2.010.	Contribuições à AMM e CNM				
541	-	3.3.90.41.00.00	41	Contribuições	40.000,00

07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
07.002.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
07.002.08.000.0000.0.000.	Assistência Social				
07.002.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária				
07.002.08.244.0090.0.000.	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL				
07.002.08.244.0090.2.083.	Manutenção do Programa PAIF				
385	-	3.3.90.39.00.00	67	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	30.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
07.002.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
07.002.08.000.0000.0.000.	Assistência Social				
07.002.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária				
07.002.08.244.0094.0.000.	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				
07.002.08.244.0094.1.103.	Construção do Centro da Juventude de Dom Aquino				
401	-	4.4.90.51.00.00	66	OBRAS E INSTALAÇÕES	65.000,00

08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUN DE TURISMO CULT .E MEIO AMBIENTE				
08.001.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUN DE TURISMO CULT .E MEIO AMBIENTE				
08.001.23.000.0000.0.000.	Comércio e Serviços				
08.001.23.695.0000.0.000.	Turismo				
08.001.23.695.0117.0.000.	MANUTENÇÃO COM O TURISMO				
08.001.23.695.0117.1.111.	Realização do Evento Eco-Praia				
414	-	3.3.90.39.00.00	67	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA	60.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUN DE TURISMO CULT .E MEIO AMBIENTE				
08.002.00.000.0000.0.000.	GERENCIA DE MEIO AMBIENTE				
08.002.23.000.0000.0.000.	Comércio e Serviços				
08.002.23.542.0000.0.000.	Controle Ambiental				
08.002.23.542.0072.0.000.	APOIO AO DESENVOLV. DO COMÉRCIO E SERVIÇOS				
08.002.23.542.0072.1.116.	Aquisição de 01 Coletor de Lixo				
419	-	4.4.90.52.00.00	67	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19.833,66

10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUN DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO				
10.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA MUN DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO				
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração				
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral				
10.001.04.122.0003.0.000.	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
10.001.04.122.0003.2.070.	Reforma e manutenção de máquinas e equipamentos				
456	-	3.3.90.30.00.00	44	MATERIAL DE CONSUMO	47.583,17
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUN DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO				
10.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA MUN DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO				
10.001.26.000.0000.0.000.	Transporte				
10.001.26.782.0000.0.000.	Transporte Rodoviário				
10.001.26.782.0102.0.000.	ESTRADAS VICINAIS				
10.001.26.782.0102.2.071.	Recuperação e abertura de estradas vicinais				
479	-	3.3.90.30.00.00	44	MATERIAL DE CONSUMO	47.583,17
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUN DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO				
10.003.00.000.0000.0.000.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO				
10.003.28.000.0000.0.000.	Encargos Especiais				
10.003.28.846.0000.0.000.	Outros Encargos Especiais				
10.003.28.846.0140.0.000.	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA FUNDADA				
10.003.28.846.0140.1.118.	Aquisição de veículos para o DAE				
528	-	4.4.90.52.00.00	67	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	60.000,00
Total Redução:					**370000**

Artigo 3° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de agosto de 2.019.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor

GERSON JANUARIO DE AMORIM

Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/2019
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 041/2019

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar às 08h00min do dia 06 de setembro de 2019, em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/2019, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 041/2019,** objetivando ao **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS.**

O edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.feliznatal.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, situado à Av. Maravilha, Praça da Bíblia, na cidade de Feliz Natal - MT, ou pelo telefone (66) 3585-2700.

Feliz Natal – MT, 26 de agosto de 2019.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

CONTRATO Nº 021/2019

QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE E *EMPRESA G.A. FIORENTIN*, COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento contratual, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Pará esquina com a Rua Brasília nº 229, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no CNPJ./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, solteiro, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa ***G.A. FIORENTIN***, denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ nº 21.310.004/0001-46 estabelecida na Av. Paraná – centro em Canarana MT neste ato representado por *GILMAR ANTÔNIO FIORENTIN* com Cadastro de Pessoas Físicas sob nº 43088007904 e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo **Processo Administrativo nº 065/2018**, e que se regerá pelo que dispõe o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL- SRP Nº. 053/2018**, e a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a contratação de empresas para a secretaria de obras deste município**,** conforme abaixo:

Item	Qnt	Unid.	Descrição	Valor/ Unit.	Valor/ Total
01	59	ML	Mão de obra de carpintaria para **Reforma da Ponte sobre o Rio Kurisevo** de madeira **localizado na zona rural estrada de acesso a fazenda 4A do Município de Gaúcha do Norte MT**, onde foram realizados os serviços descritos abaixo: ü Substituição de "Pranchão" de Assoalho em Ponte de Madeira, ü Substituição de "Pranchão" de Rodeiro em Ponte de Madeira, ü Substituição de Guarda Roda em Ponte de Madeira, ü Substituição de Trava de Rodeiro em Ponte de Madeira. os serviços serão de conforme planilha orçamentária, memorial descritivo e cronograma físico financeiro, feito pelo engenheiro responsável do município, contendo fotos do inicio dos serviços e termino, uma forma de deixa os serviços mais transparente aos órgãos de fiscalização.	539,00	**31. 801,00**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FATO GERADOR CONTRATUAL

2.1 - O presente Contrato está fundamentado e regido pela Lei n°. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores e foi originado do processo licitatório, na modalidade de **Pregão Presencial- SRP n°. 053/2018 e da Ata SRP nº070/2018**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA.

3.1 – A forma de execução constantes da Cláusula Primeira deste Contrato será integral, por empreitada por preço global, mediante o pagamento do objeto contratado.

3.2 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com Cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

3.2.1 - A partir da entrega e/ou execução, os serviços serão recebidos e submetidos ao setor requisitante para avaliar a sua conformidade com as especificações constantes do edital, a fim de que se decida sobre sua aceitação ou rejeição.

3.2.2 - Na hipótese de rejeição dos serviços recebidos, o mesmo deverá ser recolhido pelo fornecedor no prazo de 05 (cinco) dias da comunicação pelo Departamento de compras. Após este prazo, reserva-se o direito de refazer os serviços rejeitados sem nenhum ônus a administração publica;

3.2.4 - De acordo com a legislação o prestador de serviços fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

3.2.5 - O serviço rejeitado poderá ser substituído uma única vez, dentro de até 05 (cinco) dias úteis, após solicitação pelo Setor requisitante.

3.3 – Só se admitirá a prorrogação de prazos quando houver impedimentos que paralisem ou restrinjam o normal cumprimento à responsabilidade da CONTRATADA, atestados e reconhecidos pela CONTRATANTE.

3.4 – Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito dez dias antes de findar o prazo original, em ambos os casos com justificativa circunstanciada.

3.5 – O prazo para execução será de **até 18 dias corridos contados da ordem de serviços.**

3.6 – O período de contratação será **de 04 (quatro) meses após a assinatura do contrato, finalizando na data de 28/12/2019,** prorrogáveis por igual período, a contar da data da sua assinatura. Poderá, todavia, por acordo das partes, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que seja de interesse da Contratante, mediante termo próprio, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme faculta o inciso II, do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

4 – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - O presente contrato é firmado pelo preço certo e ajustado no total de **R$ 31.801,00 (trinta e um *mil e oitocentos e um reais)*** cujos valores unitários se verificam da proposta apresentada pela contratada.

4.2 - O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias** após a emissão da nota fiscal desde que devidamente atestada pelo Gabinete do município de Gaúcha do Norte MT.

4.3 - O pagamento se dará a contra apresentação da Nota Fiscal descriminada, devidamente atestada pelo(s) Fiscal (ais) do Contrato.

4.4 - O pagamento somente será efetuado a representante legal da Contratada.

4.5 - Os preços do presente contrato são considerados fixos, ressalvadas as hipóteses de reajuste admitidas na forma da Lei 8.666/93.

5 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - Todas as despesas decorrentes deste processo contrato correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Municipal para o ano de 2018 e anos seguintes nas dotações orçamentárias:

ORGÃO: 09 - SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS

UNIDADE: 001 - SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS E UNIDADES

PROJETO ATIVIDADE: 26.782.0260.10044 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES

DOTAÇÃO: 4.4.90.51.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES

FONTE DE RECURSO: 0.1.00.000000

CÓDIGO REDUZIDO: 316

6 – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 – São direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

a) cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que, no prazo estabelecido, os serviços foram executados inteiramente;

b) arcar com pagamentos de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto do presente contrato;

c) assumir quaisquer acidentes na execução do objeto do presente contrato;

d) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, observado o art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

e) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as Notas Fiscais, aprovadas pela Secretaria Municipal competente.

f) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes aos produtos e/ou mercadorias fornecidas.

g) O pagamento só será efetuado após a entrega nota fiscal devidamente atestada pela secretaria competente.

6.2 – São direitos e responsabilidades da CONTRATANTE os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA.

b) intervir no fornecimento dos produtos e/ou mercadorias, nos casos e condições previstos em lei.

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostas na forma da Lei e do presente Contrato.

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares e as cláusulas contratuais deste instrumento.

e) fiscalizar a execução da entrega das mercadorias por intermédio da Secretaria Municipal competente.

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do Contrato.

g) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no Contrato depois do recebimento das Notas Fiscais e respectivas atestações, já devidamente atestadas pela Secretaria Municipal competente.

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste Contrato.

i) efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais de cada parcela.

j) modificar o Contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos da CONTRATADA.

k) rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei.

7 – DAS SANÇÕES

7.1 - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se referem os artigos 86 e seguintes da Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes, obedecerá as normas estabelecidas neste contrato.

7.2 - A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência à aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritivas de direitos, previstas em lei.

7.3 - As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa.

7.4 - Configurado o descumprimento de obrigação contratual, a contratada será notificada da infração e da penalidade correspondente para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

7.5 - Recebida à defesa, a Autoridade competente deverá se manifestar, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não de penalidade.

7.6 - Da decisão caberá recurso no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, ressalvada a sanção prevista no “item 7.7.4”, de cuja decisão cabe pedida de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

7.7 - Garantida a prévia defesa, a inexecução total ou parcial do contrato, assim como a execução irregular ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:

a - Advertência.

b - Multa.

c - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos.

d - Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

7.8 - A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, no intuito de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer das obrigações assumidas ou desatender a determinações do(s) Fiscal(ais) do Contrato(s).

7.9 - A multa prevista no item 7.7 alínea B será:

a - De 10% (Dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total das obrigações assumidas pelo contratado.

7.9.1 - A recusa injustificada em honrar a proposta apresentada caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas.

7.9.2 - De 10% (Dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação.

7.9.3 - O valor correspondente à multa, depois do devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contrato, será descontado do primeiro pagamento devido, em decorrência da execução contratual.

7.9.4 - Na hipótese de descumprimento total da obrigação, depois da celebração do contrato em que tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

7.9.5 - Em não havendo prestação de garantia, o valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal, através de Guia de Recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação.

7.10 - A aplicação de sanções aos contratados deve ser objeto de registro como fator relevante para a determinação das penas futuras, especialmente com vistas ao agravamento da punição nos casos de reincidências que se tornem contumazes.

7.11 - Aos casos omissos se aplicam as disposições pertinentes à Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

7.12 - As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato, em especial em decorrência de perdas e danos, danos materiais e morais e outros, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não expressos.

8 – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 – O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78, e na forma disposta pelo artigo 79 e consequências previstas no artigo 80, todos os artigos da Lei nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.2 - Também poderá ocorrer à rescisão do contrato por conveniência da Administração, a qualquer tempo e mediante notificação prévia no prazo mínimo de 10 dias.

8.3 - A administração Pública se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto do contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a contratada terá direito de receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.4 – A CONTRATANTE poderá ainda considerar rescindido este Contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente Contrato, no todo ou em parte.

b) a CONTRATADA atrasar por mais de trinta dias o cumprimento dos prazos parciais previstos na notificação dada pela CONTRATANTE.

c) a CONTRATADA não atender as exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições dos serviços ou com respeito a quaisquer dos materiais, dos equipamentos e da mão-de-obra utilizados.

d) as multas aplicadas à CONTRATADA atingirem, isolada ou cumulativamente, montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;

e) a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer Cláusula, condições ou obrigações prevista neste Contrato ou dele decorrente;

f) ocorrer qualquer um dos motivos referidos nos Capítulo III, seção V da Lei nº. 8.666, de 21/06/93.

8.5 – A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

8.6 – A rescisão deste Contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

a) assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

8.7 - A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

9 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelo fiscal responsável pela secretaria municipal de Obras, neste ato denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela ***CONTRATANTE*** à seu exclusivo juízo.

10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - O presente contrato se regerá pelas cláusulas e disposições aqui expressas; pelas disposições constantes do edital de licitação; pelas disposições contidas na Lei 8.666/93 com as alterações dela decorrentes; e, ainda, pelas demais disposições legais que se verificarem aplicáveis à espécie de seu objeto, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui ou na minuta de contrato mencionadas.

10.2 - Ficam fazendo parte integrante do presente contrato o edital de licitação e seus anexos, bem como todos os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a licitação.

10.2.1 - O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços que originou este contrato mediante a realização do **Pregão Presencial nº 053/2018** é a Secretaria Municipal de Obras.

10.3 - Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato será competente o foro da Comarca de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

10.4 - Incumbirá ao contratante providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos, observadas as disposições do art. 61, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

10.5 - Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, decorrente do **Pregão Presencial nº. 053/2018**, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Gaúcha do Norte – MT, 26 de agosto de 2019.

MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

G.A. FIORENTIN

CNPJ: 21.310.004/0001-46

CONTRATADO

_____

Fiscal do Contrato

Portaria nº: 227/2017

TESTEMUNHAS: 1)_____

2)_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

2ª NOTIFICAÇÃO PRÉVIA

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA DE GENERAL CARNEIRO

2ª NOTIFICAÇÃO PRÉVIA

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria n° 179/GP/2019, de 23 de julho de 2019, do Excelentíssimo Sr. Prefeito, Marcelo de Aquino, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Ano XIV, n° 3.276, pág. 217, de 24/07/2019 e Republicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Ano XIV, n° 3.277, pág. 89, de 25/07/2019 NOTIFICA Vossa Senhoria dos fatos constantes no sobredito processo, no qual figura na condição de acusada, sendo-lhe facultada acompanhá-la, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, ter vista dos autos, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial, nos termos do art. 156 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

A presente Comissão encontra-se instalada no seguinte endereço: Sala de Reunião da Prefeitura de General Carneiro, localizada na Avenida Delson Rodrigues, Bairro Bom Jesus da Lapa, s/n°, exercendo as suas atividades de segunda às sextas-feiras, no horário das 08h às 11h, no local acima mencionado e pode ser contatada no telefone: (66) 3416-1215 .

Nesta oportunidade, INTIMO, Vossa Senhoria T.S.N.A.P para, no prazo de 5 (cinco) dias contados do recebimento desta, caso deseje, apresentar

o rol de testemunhas a serem ouvidas por esta Comissão Processante, indicando-se a pertinência do seu testemunho com os fatos tratados nos autos, declinando, na oportunidade, o nome e o endereço de cada uma delas.

Em se tratando de testemunha servidor público, informar o cargo e a respectiva lotação, para fins do disposto nos arts. 157, parágrafo único, e 173, inciso I, ambos da Lei nº 8.112, de 1990. No mesmo prazo de 5 (cinco) dias, poderá ser requerida a produção de outras provas tidas como indispensáveis à elucidação dos referidos fatos.

Por fim, registre-se que a presente notificação decorre dos fatos apontados no Processo Administrativo Disciplinar n° 001/2019 bem como por fatos, ações ou omissões que venham a ser conhecidos no curso da instrução do processo ou que, por força do contexto apuratório, se afigurem como conexos aos fatos já referidos.

General Carneiro, 26 de agosto de 2019.

_____

Sandro Wesley Pinheiro da Silva

Presidente

_____

Lilian Borges do Nascimento

Secretária

_____

Thales Marcelo Fonseca Vigato

Membro

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE – MT

Torna público que requereu à Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA-MT a Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI) para o Cemitério da Saudade, localizado na Avenida dos Imigrantes, Glória D'Oeste/MT, com área total de 6.444,44 m².

EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO N.º 038/2019

CONTRATANTE: Município de Gloria D'Oeste – MT, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida dos Imigrantes, nº. 2.000, bairro Centro, Município de Glória D' Oeste/MT, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº. 37.464.955/0001-00, neste ato representado pelo Sr. **PAULO REMÉDIO**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Glória D' Oeste/MT, portador da Cédula de Identidade, nº 428 609 SSP/MT e do CPF nº 361.992.571-20.

CONTRATADO: : Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso - CISOMT, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº. 490, bairro Jardim Santa Rosa, São José dos Quatro Marcos - MT, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 01.870.663/0001-20, representado neste ato pelo seu Presidente Sr. **SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 928.708.218-91 e RG sob o nº 9.708-479 SSP/SP, residente e domiciliado na Avenida Rio Branco, nº 2552, Centro, no Município de Curvelândia - MT, CEP: 78.237-000, com fulcro na lei nº 8666/93, no Estatuto Social do CISOMT, que prevê que, para o cumprimento de suas finalidades, o consórcio poderá ser contratado pela Administração Direta ou Indireta dos consorciados, inclusive por entes da Federação, sendo dispensada, nestes casos, a licitação (art. 5º, § 3º, "g").

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a aquisição de serviços médicos para atender a demanda reprimida do CONTRATANTE, em conformidade com os objetivos fixados no Estatuto do CISOMT, conforme exigências da Lei Federal nº 11.107/2005 e plano de trabalho, em atenção ao que prevê a Resolução nº. 003/2018/CISOMT de 10 de abril de 2018, que cria o programa Fila Zero no CISOMT, que tem por finalidade diminuir as filas em demanda reprimida de consultas, exames e cirurgias nos municípios integrantes do CISOMT, de forma articulada e planejada, executando ações em serviços de saúde, com eficácia e em observância ao Plano de Trabalho – Anexo I - deste instrumento;

VALOR: O valor global do presente contrato de rateio é destinado ao Programa Fila Zero é de **R$: 2.017,30 (dois mil e dezessete reais e trinta centavos),** devendo ser liberado de acordo com as solicitações dos serviços pela secretaria municipal de Saúde, conforme o Plano de Trabalho.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste ato correrão por conta do orçamento vigente programado para o corrente exercício de 2019, **em Dotação Orçamentária própria do Município**, como segue:

Código reduzido: 406

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0030 – Ampliação e Qualidade nas Medias e Altas Complexidade

Recurso: 0.1.02 – Recursos de Transferências e impostos - Saúde

Projeto/Atividade: 2.082 – Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde

Elemento de Despesa: 3.3.71.70.00.00.00.00 – Rateio pela Participação em Consórcio Público

R$ 2.017,30

VIGÊNCIA: 26/04/2019 ATE 30/06/2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 036/2019

CONTRATANTE: Município de Gloria D'Oeste – MT, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida dos Imigrantes, nº. 2.000, bairro Centro, Município de Glória D' Oeste/MT, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº. 37.464.955/0001-00, neste ato representado pelo Sr. **PAULO REMÉDIO**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Glória D' Oeste/MT, portador da Cédula de Identidade, nº 428 609 SSP/MT e do CPF nº 361.992.571-20.

CONTRATADO: o senhor **CLODOALDO ANTONIO DA SILVA**, brasileiro, maior ,Enfermeiro inscrito sob protocolo n.º 268/2019, Portador do RG. Sob o N.º 2309241-6 SSP/MT, inscrito no CPF sob nº 038.274.271-00 residente e domiciliado neste Município, na Rua professora Maria Flores 2830, Bairro Adelvidon Vieira dos Santos, CEP 78.293-000

OBJETO: E objeto do presente contrato a prestação de Serviços na função específica de ENFERMEIRO PADRÃO – PSF (SUBSTITUTO) tendo em vista a necessidade junto a Secretaria Municipal de Saúde, em substituição a servidora Efetiva Flavia Latorraca que se encontra de Licença

VALOR: A contratante pelos serviços à serem executados pela contratada, pagará a título de honorário mensal de R$ 2.951,56 (Dois mil, novecentos cinquenta e um reais cinquenta e seis centavos) , MAIS ADICIONAL NOTURNO E INSALUBRIDADE, perfazendo um montante de R$ 17.500,72.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: cuja despesa são nas seguintes dotações:

Código: 380

Órgão: 6 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade: 2 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Subfunção: 301 Atenção Básica

Programa: 020 Gerir com qualidade a Atenção Básica

Recurso: 0.1.46 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS

Elemento: 3.3.90.36.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA

Projeto/Atividade: 2.028 – Manutenção e Encargos com ESF – Estratégia Saúde da Família

Código: 379

Órgão: 6 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade: 2 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Subfunção: 301 Atenção Básica

Programa: 020 Gerir com qualidade a Atenção Básica

Recurso: 0.1.02 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Elemento: 3.3.90.36.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA

Projeto/Atividade: 2.028 – Manutenção e Encargos com ESF – Estratégia Saúde da Família

VIGÊNCIA: 15/04/2019 ATE 31/08/2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 037/2019

CONTRATANTE: Município de Gloria D'Oeste – MT, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida dos Imigrantes, nº. 2. 000, bairro Centro, Município de Glória D' Oeste/MT, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº. 37.464.955/0001-00, neste ato representado pelo Sr. **PAULO REMÉDIO**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Glória D' Oeste/MT, portador da Cédula de Identidade, nº 428 609 SSP/MT e do CPF nº 361.992.571-20.

CONTRATADO: o senhor **WANDERSON LOURENÇO DA SILVA**, brasileiro, maior, Técnico de Enfermagem inscrito COREN MT sob n.º 000.833. 246, Portador do RG. Sob o N.º 04981504229 SSP/MT, inscrito no CPF sob nº 032.125.221-78 residente e domiciliado neste Município, na Rua Juliano Mateus, S/N.º, CEP 78.293-000.

OBJETO: E objeto do presente contrato a prestação de Serviços na função específica de TÉCNICO DE ENFERMAGEM (SUBSTITUTO) tendo em vista a necessidade junto a Secretaria Municipal de Saúde, em substituição a servidora Efetiva Cassia Regina, que se encontra de Licença.

VALOR: A contratante pelos serviços à serem executados pela contratada, pagará a título de honorário mensal de R$ 1.430,54 (Um mil, quatrocentos e trinta reais cinquenta e quatro centavos) , MAIS INSALUBRIDADE, perfazendo um montante de R$ 4.890,42.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: cuja despesa são nas seguintes dotações:

Código: 380

Órgão: 6 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade: 2 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Subfunção: 301 Atenção Básica

Programa: 020 Gerir com qualidade a Atenção Básica

Recurso: 0.1.46 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS

Elemento: 3.3.90.36.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA

Projeto/Atividade: 2.028 – Manutenção e Encargos com ESF – Estratégia Saúde da Família

Código: 379

Órgão: 6 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade: 2 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Subfunção: 301 Atenção Básica

Programa: 020 Gerir com qualidade a Atenção Básica

Recurso: 0.1.02 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Elemento: 3.3.90.36.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA

Projeto/Atividade: 2.028 – Manutenção e Encargos com ESF – Estratégia Saúde da Família

VIGÊNCIA: 22/04/2019 ATE 21/07/2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO Nº 035/2019

CONTRATANTE: Município de Gloria D'Oeste – MT, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida dos Imigrantes, nº. 2. 000, bairro Centro, Município de Glória D' Oeste/MT, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº. 37.464.955/0001-00, neste ato representado pelo Sr. **PAULO REMÉDIO**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Glória D' Oeste/MT, portador da Cédula de Identidade, nº 428 609 SSP/MT e do CPF nº 361.992.571-20.

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso - CISOMT, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº. 490, bairro Jardim Santa Rosa, São José dos Quatro Marcos - MT, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 01.870.663/0001-20, representado neste ato pelo seu Presidente Sr. **SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 928.708. 218-91 e RG sob o nº 9.708-479 SSP/SP, residente e domiciliado na Avenida Rio Branco, nº 2552, Centro, no Município de Curvelândia - MT, CEP: 78.237-000.

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto o rateio dos custos com a MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso e o cumprimento dos objetivos fixados no Estatuto do CISOMT, em cumprimento às exigências da Lei Federal n. 11.107/05.

VALOR: *O valor global do presente contrato de rateio é de **R$ 23.138,36 (vinte e três mil cento e trinta e oito reais e trinta e seis centavos)**.*

***DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**:* As despesas decorrentes deste ato, correrá a conta do orçamento vigente programado para o corrente exercício de 2019, **em Dotação Orçamentária própria do Município**, como segue:

Código reduzido: 410

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0030 – Ampliação e Qualidade nas Medias e Altas Complexidade

Recurso: 0.1.02 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.082 – Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde

Elemento de Despesa: 3.1.71.70.00.00.00.00 – Rateio pela Participação em Consórcio Público

R$ 1.834,00

Código reduzido: 492

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 303 – Suporte Profilático e Terapêutico

Programa: 0039 – Ampliação e Qualidade na Assistência Farmacêutica

Recurso: 0.1.02 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.031 – Manutenção e Encargos – Farmácia Básica

Elemento de Despesa: 3.3.71.70.00.00.00.00 – Rateio pela Participação em Consórcio Publico

R$ 21.173,36

Código reduzido: 407

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0030 – Ampliação e Qualidade nas Médias e Alta Complexidade

Recurso: 0.1.02 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.082 – Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde

Elemento de Despesa: 4.4.71.70.00.00.00.00 – Rateio pela Participação em Consórcio Publico

R$ 131,00

VIGÊNCIA:A vigência deste Contrato será até o vencimento das atas de registro de preços ou enquanto estiver saldo nos itens do pregão eletrônico 001/2018 para fazer pedidos de medicamentos.

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 039/2019

CONTRATANTE: Município de Gloria D'Oeste – MT, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida dos Imigrantes, nº. 2. 000, bairro Centro, Município de Glória D' Oeste/MT, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº. 37.464.955/0001-00, neste ato representado pelo Sr. **PAULO REMÉDIO**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Glória D' Oeste/MT, portador da Cédula de Identidade, nº 428 609 SSP/MT e do CPF nº 361.992.571-20.

CONTRATADO: o senhor **VALDECIR OLIVEIRA VIANA**, brasileiro, maior, Portador do RG. Sob o N.º 1101705-8 SSP/MT, inscrito no CPF sob nº 828.493.581-34, residente e domiciliado nesta cidade à Rua Professora Maria Flores, n.º 2130, CENTRO.

OBJETO: É objeto do presente contrato a prestação do serviço de CONSELHO TUTELAR, conforme Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito do Município de Glória D'Oeste de acordo com a Lei 565 de 16 de Junho de 2015.

VALOR: A contratante pelos serviços à serem executados pela contratada, pagará a titulo de honorário a importância mensal de Um salário Mínimo vigente.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: cuja despesa são nas seguintes dotações:

Dotação Orçamentaria: 208

Orgão: 7 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 2 – Fundo Municipal de Assistencia Social

Função: 8 – Assistencia Social

Subfunção: 244 – Assistencia Comunitaria

Programa: 487 – Descentralização das Ações de Assistencia Social

Recurso: 0100 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade:2.037 – Manutenção das Depesas com Conselho Tutelar Elemento de Depesa: 3.3.90.36.00.00.00.00 – Outros serviços Pessoa Fisica

VIGÊNCIA: 09/05/2019 ATE 08/11/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2019 – SRP

O Município de Guarantã do Norte torna público para conhecimento dos interessados, que foi **Retificado** o edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2019** cujo objeto é **Registro de Preços** para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento **MATERIAIS GRAFICOS,** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I). **E prorrogado à** abertura do certame para o dia **06*/09/2019 às 08h00* (horário de Mato Grosso),** na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. O edital Retificado, encontra se disponível no endereço eletrônico www.guarantadonorte.mt.gov.br ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135. Guarantã do Norte/MT, 26 de agosto de 2019. ***Gislaine Ascanio/Pregoeira.***

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 153/2017

OBJETO: prorrogação de prazo de vigência para mais 12 (doze) meses para o item do contrato PMGN/MT/Nº 153/2017.

DATA: 09/08/2019

CONTRATADO: TF ENGENHARIA EIRELI – ME

VALOR: R$ 88.800,00 (oitenta e oito mil e oitocentos reais)

Guarantã do Norte, 09 de Agosto de 2019.

ÉRICO STEVAN GONÇALVES Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 045/2019

Nos termos do Art.43, inciso da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal de Itanhangá-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Pregoeira, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, **HOMOLOGA** o objeto da Licitação supracitada, que tem como vencedor abaixo e cujo objeto é:

OBJETO: **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais hidráulicos para uso no Departamento de Água e Esgoto do Município de Itanhangá-MT.".**

VENCEDORES:

Nome	CPF/CNPJ:
AAGUA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI	09.237.525/0001-10
IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA LTDA – ME	12.995.729/0001-24
SOLUÇÕES PRATICAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP	27.222.285/0001-61

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Itanhangá-MT, 26 de agosto de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA - LDO 2020

ATA AUDIÊNCIA PÚBICA RELATIVA À DISCUSSÃO SOBRE AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COM A FINALIDADE DE ELABORAR O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, PARA VIGER DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020

Ao décimo quinto dia do mês de agosto de 2019 as 15h00min, reuniram-se no Município de Itanhangá, tendo por local o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, para a realização da **Audiência Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2020,** em conformidade com o inc. I, do parágrafo único, do art. 48, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) para tratar da discussão e elaboração das metas e prioridades para o exercício financeiro de 2020, assim como sugestões e indicações de interesse coletivo dos moradores do Município de Itanhangá. Representando a assessoria contábil do município o Sr. Edson Juliano Maestro fez as devidas apresentações e na sequencia iniciou as apresentações dos slides com a parte conceitual trazendo a definição da Lei de Diretrizes Orçamentárias e sua fundamentação legal perante a Constituição Federal/88 assim como da participação social na audiência pública sua importância e seus objetivos. Na sequência apresentou aos presentes o cenário da receita orçamentária geral mostrando assim a evolução das receitas desde 2017 e o comparativo dos valores arrecadados e projetados até o momento do encerramento do primeiro semestre/2019 e seu comportamento de arrecadação demonstrando assim que os valores das projeções de arrecadação estão alinhados com as receitas de fato arrecadadas. Dentro desta visão, comparado com os três últimos exercícios realizaram as projeções para o exercício de 2020, bem como os ajustes devidos para 2021 e 2022 realizando assim as demais explanações e trazendo as informações de forma gráfica para melhor entendimento deste comportamento da Receita. Com a avaliação das receitas a previsão orçamentária para 2020 será de R$ 24.750.000,00 (vinte e quatro milhões setecentos e cinquenta mil reais. Em sequência, a Sr.ª Hingrid Bezerra da Silva deu continuidade mostrando a projeção por unidade orçamentária, tendo assim os valores por secretaria e demonstrando também a variação pelo comparativo com a LDO de 2019. As despesas por secretarias foram avaliadas e em comum acordo com os secretários, acerca dos planejamentos para realização das Ações em 2020, ajustadas conforme a projeção de inflação para o período, e ainda, atendendo as especificidades de prioridades, onde a realização do orçamento será dentro da capacidade de arrecadação. Foi demonstrado os valores por detalhamento dos programas e por ações estabelecidos em cada secretaria para melhor entendimento de todos. Para concluir a mesma demonstrou por tipo de despesas a distribuição total para a LDO de 2020. Após a conclusão da equipe de assessoria, o prefeito Sr. Edu Pascoski tomou a palavra para falar sobre a distribuição dos gastos por secretaria e enfatizou a importância do tratamento das informações para melhor execução das ações e dos gastos públicos do Município. As explanações foram feitas de forma minuciosa em todos os slides não havendo dúvidas por nenhum dos participantes. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a audiência pública, foi lavrada a presente **ata**, que vai assinada por mim, Gabriela Monfredini Carvalho Neves. Segue em anexo a lista de presença assinada pelos participantes.

GABINETE DO PREFEITO
LEIS MUNICIPAIS

LEI MUNICIPAL Nº 497/2019

SÚMULA: "Altera artigos da Lei nº 376/2015 que autoriza o poder executivo a promover a regularização Fundiária Urbana e dá outras providências**. "**

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições autorizadas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica alterado o art. 3º e seus parágrafos da Lei Municipal nº 376/2015.

Art. 3º - O Executivo Municipal está autorizado a proceder à regularização e alienação gratuita ou onerosa dos imóveis localizados no núcleo urbano do Município de Itanhangá, em favor dos seus ocupantes, mediante outorga de título de propriedade emitido pelo Município, correndo todas as despesas por conta dos outorgados, ressalvadas as exceções descritas nesta lei.

§ 1º Os imóveis para efeito de Regularização Fundiária, mencionados no "caput", abrangem os imóveis edificados ou não, localizados no núcleo urbano do município de Itanhangá.

§ 2º A alienação será gratuita aos órgãos e entidades da Administração Pública, Instituições Religiosas, Sindicatos, Cooperativas e Associações sem fins lucrativos.

§ 3º A alienação será gratuita ao ocupante, pessoa natural, que possua um único imóvel edificado ou não com área de até 1.000m²(um mil metros quadrados), exceto imóveis com área construída superior a 64m² (sessenta e quatro metros quadrados);

§ 4º Serão passíveis de regularização gratuita nos termos do § 3º, os imóveis com área superior em até 20% (vinte por centro).

§ 5º A alienação será onerosa e sem obrigação de construir, ao requerente ocupante de até 02 (dois) imóveis sem edificação, desde que a soma de seus imóveis, com ou sem edificação não seja superior a 5.000m² (cinco mil metros quadrados).

§ 6º A alienação será onerosa e com cláusulas resolutivas, aos ocupantes que já possuírem dois imóveis sem edificação, já titulados por esta Lei;

§ 7º As cláusulas resolutivas de que tratam os § 6º consiste na obrigação de construir:

I - Edificação residencial e/ou comercial, no prazo de até 5 (cinco) anos;

II - Passeio e muro ou gradil em toda a extensão de testada, com frente para via ou logradouro público pavimentado que apresente meio-fio, no prazo de até 02 (dois) anos;

III - O muro ou gradil de que trata o inciso II poderá ser substituído por mureta de no mínimo 01 (um) metro de altura;

§ 8º Tão logo sejam cumpridas as obrigações constantes do Parágrafo anterior, poderá o beneficiário requerer a baixa das cláusulas resolutivas;

§ 9º O prazo para cumprimento das cláusulas resolutivas começará a fluir na data da emissão do Título de Propriedade ou da publicação do edital de conclusão da obra de construção de pavimentação e meio-fio.

§ 10 Em caso de descumprimento de quaisquer encargos e/ou cláusula resolutiva aplicada, o bem imóvel será revertido ao patrimônio público municipal, sem direito a indenizações.

Art. 2º - Fica criado o art. 4ºA com a seguinte redação:

Art. 4º A - **A regularização de terrenos com área superior a 5.000 m2 (cinco mil metros quadrados) ou de terrenos cujo possuidor já regularizou o limite de 5.000 m2,** será efetivada por meio Licitação na moda-

lidade de Concorrência, sem preferência para o ocupante detentor da posse do imóvel e benfeitorias, mediante avaliação prévia.

Art. 3º - Fica alterado o art. 6º da Lei 376/2015, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a cobrar do beneficiário desta lei, a título de alienação, o percentual de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor venal descrito na planta genérica do imóvel a ser regularizado, a fim de custear as despesas com a implantação do loteamento e manter a Política Municipal de Regularização Urbana;

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 26 de Agosto de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 498/2019

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO TOTAL ou PARCIAL de DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições autorizadas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de **R$ 250**.000,00 (Duzentos e Cinquenta Mil Reais), nos termos do Artigo 41, inc. I da Lei Federal nº 4.320/64, para reforço de dotações já consignadas no Orçamento vigente, conforme segue:

ORGÃO: 09 - SECRETARIA MUN. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICOS

UNIDADE: 002 – Depto. de Transportes, Obras e Serviços Públicos

FUNÇÃO: 26 - TRANSPORTE

SUB FUNÇÃO: 782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO

PROGRAMA: 0030 – EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA

Projeto/Atividade: 2134 – Manutenção – Estradas Vicinais

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0298)4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações.

FONTE DE RECURSO:

0.1.24.000000– Transferências de Convênios – Outros (não relacionados a educação/saúde/assistência social)

Valor.....R$ 250.000,00

TOTAL GERAL.....R$ 250.000,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de anulação total ou parcial de dotações em conformidade com o §1º inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64.

ORGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 001 – Gabinete do Prefeito

FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: 0007 – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Projeto/Atividade: 2004 – Manutenção e Encarg. – Gabinete do Prefeito

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0026)3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FONTE DE RECURSO:

0.1.00.000000– Recursos Ordinários

Valor.....R$ 5.000,00

ORGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 001 – Gabinete do Prefeito

FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 124 – CONTROLE INTERNO

PROGRAMA: 0005 – AUDITORIA E CONTROLE

Projeto/Atividade: 2007 – Manutenção e Encarg. – Controle Interno

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0030)3390.14.00.00.00 – Diárias - Civil

FONTE DE RECURSO:

0.1.00.000000– Recursos Ordinários

Valor.....R$ 1.000,00

ORGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE: 001 – Gabinete do Secretário

FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

PROGRAMA: 0007 – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Projeto/Atividade: 2008 – Manutenção e Encarg. – Secr. Finanças

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0048)4490.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

FONTE DE RECURSO:

0.1.00.000000– Recursos Ordinários

Valor.....R$ 10.000,00

ORGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 001 – Gabinete do Secretário

FUNÇÃO: 12 - EDUCAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: 0012 – GERENCIAMENTO GLOBAL DA EDUCAÇÃO

Projeto/Atividade: 2016 – Manutenção e Encarg. – Secr. Educação

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0064)3390.14.00.00.00 – Diárias - Civil

FONTE DE RECURSO:

0.1.01.000000– Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor.....R$ 5.000,00

ORGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 001 – Gabinete do Secretário

FUNÇÃO: 12 - EDUCAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: 0012 – GERENCIAMENTO GLOBAL DA EDUCAÇÃO

Projeto/Atividade: 2016 – Manutenção e Encarg. – Secr. Educação

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0067)3390.36.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

FONTE DE RECURSO:

0.1.01.000000– Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor.....R$ 6.660,00

ORGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 001 – Gabinete do Secretário

FUNÇÃO: 12 - EDUCAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: 0012 – GERENCIAMENTO GLOBAL DA EDUCAÇÃO

Projeto/Atividade: 2016 – Manutenção e Encarg. – Secr. Educação

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0068)3390.37.00.00.00 – Locação de Mão-de-Obra

FONTE DE RECURSO:

0.1.01.000000– Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor.....R$ 882,08

ORGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 001 – Gabinete do Secretário

FUNÇÃO: 12 - EDUCAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 306 – ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

PROGRAMA: 0013 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Projeto/Atividade: 2140 – PNAE – Alimentação Escolar - Creches

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0089)3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE DE RECURSO:

0.1.15.000000– Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE

Valor.....R$ 9.000,00

ORGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 001 – Gabinete do Secretário

FUNÇÃO: 12 - EDUCAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 365 – EDUCAÇÃO INFANTIL

PROGRAMA: 0014 – INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL

Projeto/Atividade: 1005 – Constr./Ampl./Reforma - Creches

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0057)4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações

FONTE DE RECURSO:

0.1.01.000000– Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor.....R$ 807,03

ORGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

UNIDADE: 001 – Gabinete do Secretário

FUNÇÃO: 10 - SAÚDE

SUB FUNÇÃO: 301 – ATENÇÃO BÁSICA

PROGRAMA: 0019 – GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2059 – Manutenção e Encarg. – Secr. Saúde e Saneamento

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0119)3190.94.00.00.00 – Indenizações e Restituições Trabalhistas

FONTE DE RECURSO:

0.1.02.000000– Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde

Valor.....R$ 5.502,50

ORGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

UNIDADE: 001 – Gabinete do Secretário

FUNÇÃO: 10 - SAÚDE

SUB FUNÇÃO: 301 – ATENÇÃO BÁSICA

PROGRAMA: 0019 – GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2059 – Manutenção e Encarg. – Secr. Saúde e Saneamento

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0125) 3390.37.00.00.00 – Locação de Mão-de-Obra

FONTE DE RECURSO:

0.1.02.000000– Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde

Valor.....R$ 49,80

ORGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

UNIDADE: 002 – Fundo Municipal de Saúde

FUNÇÃO: 10 - SAÚDE

SUB FUNÇÃO: 301 – ATENÇÃO BÁSICA

PROGRAMA: 0019 – GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2061 – Manutenção e Apoio – Cons. de Saúde/Associações

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0143)3371.70.00.00.00 – Contrato de Rateio – Consórcio Intermunicipal de Saúde

FONTE DE RECURSO:

0.1.02.000000– Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde

Valor.....R$ 50.000,00

ORGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

UNIDADE: 002 – Fundo Municipal de Saúde

FUNÇÃO: 10 - SAÚDE

SUB FUNÇÃO: 301 – ATENÇÃO BÁSICA

PROGRAMA: 0020 – BLOCO DE FINANCIAMENTO DO SUS

Projeto/Atividade: 2063 – Bloco I – ATENÇÃO BÁSICA

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0149)3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FONTE DE RECURSO:

0.1.02.000000– Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde

Valor.....R$11.553,55

ORGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

UNIDADE: 002 – Fundo Municipal de Saúde

FUNÇÃO: 10 - SAÚDE

SUB FUNÇÃO: 305 – VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

PROGRAMA: 0020 – BLOCO DE FINANCIAMENTO DO SUS

Projeto/Atividade: 2065 – Bloco III – Vigilância em Saúde

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0154)3190.94.00.00.00 – Indenizações e Restituições Trabalhistas

FONTE DE RECURSO:

0.1.02.000000– Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde

Valor.....R$ 528,30

ORGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

UNIDADE: 002 – Fundo Municipal de Saúde

FUNÇÃO: 10 - SAÚDE

SUB FUNÇÃO: 305 – VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

PROGRAMA: 0020 – BLOCO DE FINANCIAMENTO DO SUS

Projeto/Atividade: 2065 – Bloco III – Vigilância em Saúde

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0158)3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FONTE DE RECURSO:

0.1.02.000000– Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde

Valor.....R$ 1.090,50

ORGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

UNIDADE: 003 – Departamento de Água e Esgoto - DAE

FUNÇÃO: 17 - SANEAMENTO

SUB FUNÇÃO: 512 – SANEAMENTO BÁSICO URBANO

PROGRAMA: 0021 – AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO DAE

Projeto/Atividade: 2014 – Manutenção e Encarg. – Dpto. Água e Esgoto DAE

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0171)3190.94.00.00.00 – Indenizações e Restituições Trabalhistas

FONTE DE RECURSO:

0.1.00.000000– Recursos Ordinários

Valor.....R$ 83,54

ORGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

UNIDADE: 003 – Departamento de Água e Esgoto - DAE

FUNÇÃO: 17 - SANEAMENTO

SUB FUNÇÃO: 512 – SANEAMENTO BÁSICO URBANO

PROGRAMA: 0021 – AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO DAE

Projeto/Atividade: 2014 – Manutenção e Encarg. – Dpto. Água e Esgoto DAE

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0172)3390.14.00.00.00 – Diárias - Civil

FONTE DE RECURSO:

0.1.00.000000– Recursos Ordinários

Valor.....R$ 500,00

ORGÃO: 06 – SECRETARIA MUN. AGRIC. INDUS. COM. E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 001 – Gabinete do Secretário

FUNÇÃO: 20 - AGRICULTURA

SUB FUNÇÃO: 608 – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

PROGRAMA: 0023 – DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DA AGROPECUÁRIA

Projeto/Atividade: 2050 – Manutenção e Encarg. – Ind./Comércio/Meio Amb.

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0186)3390.33.00.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção

FONTE DE RECURSO:

0.1.00.000000– Recursos Ordinários

Valor.....R$ 1.000,00

ORGÃO: 07 – SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

UNIDADE: 001 – Gabinete do Secretário

FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: 0007 – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Projeto/Atividade: 2042 – Manutenção e Encarg. – Secr. Administração/ Planej.

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0205)3190.94.00.00.00 – Indenizações e Restituições Trabalhistas

FONTE DE RECURSO:

0.1.00.000000– Recursos Ordinários

Valor.....R$ 1.000,00

ORGÃO: 07 – SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

UNIDADE: 001 – Gabinete do Secretário

FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: 0007 – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Projeto/Atividade: 2042 – Manutenção e Encarg. – Secr. Administração/ Planej.

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0206)3390.14.00.00.00 – Diárias - Civil

FONTE DE RECURSO:

0.1.00.000000– Recursos Ordinários

Valor.....R$ 3.000,00

ORGÃO: 07 – SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

UNIDADE: 001 – Gabinete do Secretário

FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: 0007 – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Projeto/Atividade: 2042 – Manutenção e Encarg. – Secr. Administração/ Planej.

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0208)3390.33.00.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção

FONTE DE RECURSO:

0.1.00.000000– Recursos Ordinários

Valor.....R$ 1.440,00

ORGÃO: 07 – SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

UNIDADE: 001 – Gabinete do Secretário

FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: 0007 – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Projeto/Atividade: 2042 – Manutenção e Encarg. – Secr. Administração/ Planej.

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0216)4490.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

FONTE DE RECURSO:

0.1.00.000000– Recursos Ordinários

Valor.....R$ 1.676,29

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

UNIDADE: 002 – Fundo Municipal de Assistência Social

FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUB FUNÇÃO: 244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

PROGRAMA: 0027 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Projeto/Atividade: 1093 – Const/Reforma e Ampliação de CRAS

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0322)4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações

FONTE DE RECURSO:

0.1.92.000000– Alienação de Bens

Valor.....R$ 7.567,26

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

UNIDADE: 002 – Fundo Municipal de Assistência Social

FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUB FUNÇÃO: 244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

PROGRAMA: 0027 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Projeto/Atividade: 2071 – Manutenção e Encarg. – Fundo Municipal de Ação Social

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0232)3190.94.00.00.00 – Indenizações e Restituições Trabalhistas

FONTE DE RECURSO:

0.1.00.000000– Recursos Ordinários

Valor.....R$ 81,34

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

UNIDADE: 002 – Fundo Municipal de Assistência Social

FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUB FUNÇÃO: 244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

PROGRAMA: 0027 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Projeto/Atividade: 2130 – Manutenção – FNAS-SUAS

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0250)3390.14.00.00.00 – Diárias - Civil

FONTE DE RECURSO:

0.1.00.000000– Recursos Ordinários

Valor.....R$ 500,00

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

UNIDADE: 002 – Fundo Municipal de Assistência Social

FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUB FUNÇÃO: 244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

PROGRAMA: 0027 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Projeto/Atividade: 2130 – Manutenção – FNAS-SUAS

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0252)3390.33.00.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção

FONTE DE RECURSO:

0.1.29.000000– Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Valor.....R$ 300,00

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

UNIDADE: 003 – Fundo Munic. Dos Direitos Criança e ao Adolesc. FMDCA

FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUB FUNÇÃO: 243 – ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

PROGRAMA: 0027 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Projeto/Atividade: 2080 – Manutenção e Encarg. – Conselho Tutelar

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0258)3190.94.00.00.00 – Indenizações e Restituições Trabalhistas

FONTE DE RECURSO:

0.1.00.000000– Recursos Ordinários

Valor.....R$ 10.000,00

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

UNIDADE: 003 – Fundo Munic. Dos Direitos Criança e ao Adolesc. FMDCA

FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUB FUNÇÃO: 243 – ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

PROGRAMA: 0027 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Projeto/Atividade: 2080 – Manutenção e Encarg. – Conselho Tutelar

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0264)4490.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

FONTE DE RECURSO:

0.1.00.000000– Recursos Ordinários

Valor.....R$ 836,00

ORGÃO: 09 – SECRETARIA MUN. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICOS

UNIDADE: 001 – Gabinete do Secretário

FUNÇÃO: 15 – URBANISMO

SUB FUNÇÃO: 451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA

PROGRAMA: 0030 – EXECUÇÃO DE INFREA-ESTRUTURA

Projeto/Atividade: 1009 – Reestrut./Reformul. – Trânsito/Sinalização

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0267)4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações

FONTE DE RECURSO:

0.1.00.000000– Recursos Ordinários

Valor.....R$ 30.000,00

ORGÃO: 09 – SECRETARIA MUN. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICOS

UNIDADE: 001 – Gabinete do Secretário

FUNÇÃO: 26 – TRANSPORTE

SUB FUNÇÃO: 782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO

PROGRAMA: 0007 – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Projeto/Atividade: 2041 – Manutenção e Encarg. – Secr. Obras/Serv. Públicos

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0270)3190.94.00.00.00 – Indenizações e Restituições Trabalhistas

FONTE DE RECURSO:

0.1.00.000000– Recursos Ordinários

Valor.....R$ 18.000,00

ORGÃO: 09 – SECRETARIA MUN. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICOS

UNIDADE: 001 – Gabinete do Secretário

FUNÇÃO: 26 – TRANSPORTE

SUB FUNÇÃO: 782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO

PROGRAMA: 0007 – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Projeto/Atividade: 2041 – Manutenção e Encarg. – Secr. Obras/Serv. Públicos

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0278)4490.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

FONTE DE RECURSO:

0.1.00.000000– Recursos Ordinários

Valor.....R$ 356,00

ORGÃO: 09 – SECRETARIA MUN. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICOS

UNIDADE: 002 – Depto. de Transportes, Obras e Serv. Públicos

FUNÇÃO: 15 – URBANISMO

SUB FUNÇÃO: 452 – SERVIÇOS URBANOS

PROGRAMA: 0029 – LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MELHORIA DE LOGRADOUROS PÚBLICOS

Projeto/Atividade: 1014 – Urbanização – Canteiros/Praças/Jardins

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0280)3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE DE RECURSO:

0.1.00.000000– Recursos Ordinários

Valor.....R$ 585,81

ORGÃO: 09 – SECRETARIA MUN. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICOS

UNIDADE: 002 – Depto. de Transportes, Obras e Serv. Públicos

FUNÇÃO: 26 – TRANSPORTE

SUB FUNÇÃO: 782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO

PROGRAMA: 0030 – EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA

Projeto/Atividade: 2134 – Manutenção – Estradas Vicinais

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0297)3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FONTE DE RECURSO:

0.1.00.000000– Recursos Ordinários

Valor.....R$ 15.000,00

ORGÃO: 09 – SECRETARIA MUN. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICOS

UNIDADE: 002 – Depto. de Transportes, Obras e Serv. Públicos

FUNÇÃO: 27 – DESPORTO E LAZER

SUB FUNÇÃO: 812 – DESPORTO COMUNITÁRIO

PROGRAMA: 0030 – EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA

Projeto/Atividade: 1017 – Constr./Ampl./Ref.- Praças / Parques / Jardins / Canteiros

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0284)4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações

FONTE DE RECURSO:

0.1.00.000000– Recursos Ordinários

Valor.....R$ 5.000,00

ORGÃO: 09 – SECRETARIA MUN. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICOS

UNIDADE: 002 – Depto. de Transportes, Obras e Serv. Públicos

FUNÇÃO: 27 – DESPORTO E LAZER

SUB FUNÇÃO: 812 – DESPORTO COMUNITÁRIO

PROGRAMA: 0030 – EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA

Projeto/Atividade: 1017 – Constr./Ampl./Ref.- Praças / Parques / Jardins / Canteiros

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0285)4490.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

FONTE DE RECURSO:

0.1.00.000000– Recursos Ordinários

Valor.....R$ 20.000,00

ORGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E TURISMO

UNIDADE: 001 – Gabinete do Secretário

FUNÇÃO: 27 – DESPORTO E LAZER

SUB FUNÇÃO: 812 – DESPORTO COMUNITÁRIO

PROGRAMA: 0018 – GESTÃO DA POLÍTICA DE ESPORTE LAZER E TURISMO

Projeto/Atividade: 2094 – Manutenção – Eventos Esportivos

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0306)3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

FONTE DE RECURSO:

0.1.00.000000– Recursos Ordinários

Valor.....R$ 6.000,00

ORGÃO: 99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

UNIDADE: 999 – Reserva de Contingência

FUNÇÃO: 99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

SUB FUNÇÃO: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

PROGRAMA: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Projeto/Atividade: 9999 – Reserva de Contingência

ELEMENTO DE DESPESA:

(red. 0315)9999.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS

FONTE DE RECURSO:

0.1.00.000000– Recursos Ordinários

Valor.....R$ 20.000,00

TOTAL GERAL.....R$ 250.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 26 de agosto de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 074/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: DYMAK MÁQUINAS RODOVIÁRIAS LTDA – CNPJ - 01.840.707/0001-79.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo reduzir o prazo de vigência do contrato, alterando o prazo previsto na cláusula quarta do contrato nº 074/2019.

DATA DE ASSINATURA: 26/08/2019.

VIGÊNCIA: 22/06/2020.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIA DLC N° 179/2019

DATA: 26 de agosto de 2019.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE** ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora Marcilene Rodrigues Padilha, inscrita no CPF n° 010.927.512.89, para exercer a função de Fiscal Titular das Ata de Registro de Preços oriundas do Pregão Presencial n° 045/2019, qual tem por objeto a "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais hidráulicos para uso no Departamento de Água e Esgoto do Município de Itanhangá-MT", celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e as empresas abaixo relacionadas, conforme segue:

Ata de Registro de Preços n° 031/2019 tendo como detentora a empresa **AAGUA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.237.525/0001-10.

Ata de Registro de Preços n° 032/2019 tendo como detentora a empresa **IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA LTDA – ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 12.995.729/0001-24.

Ata de Registro de Preços n° 033/2019, tendo como detentora a empresa **SOLUÇÕES PRATICAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 27.222.285/0001-61.

Art. 2°. Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, o servidor Joao Evangelista Alves da Cunha – CPF: 336.639.043.34.

Art. 3°. Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais referentes a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 26 de agosto de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SANDRA KLASSEN GRZECHOTA

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL 045/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 031/2019

Pregão Presencial n° 045/2019

Vigência: 12 (doze) meses

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá, de um lado o **MUNICIPIO DE ITANHANGÁ**, **ESTADO DE MATO GROSSO,** inscrita no CNPJ n°. 07.209.225/0001-00, situada na Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, CEP: 78579-000, Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr. EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador do RG n° 408.854 SSP/MS e inscrito no CPF n° 411.269.551-91, doravante e denominado "MUNICIPIO" e do outro lado a empresa **AAGUA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI,** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n° **09.237.525/0001-10,** situada na Rua dos Curiós, n° 150, Quadra 10, bairro: Parque Ohara, CEP: 78.080-480, Cuiabá – MT, neste ato representada por seu proprietário Whelton Correa Martins, portador do RG n° 1247970-5 SSP/MT e inscrito no CPF sob n° 006.110.301-28, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93, da Lei Federal 10.520/02, Decretos Municipais n° 001/2010 e 081/2015, que regulamenta o Pregão Presencial e o Registro de Preços no Município de Itanhangá e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial n° 045/2019, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes aos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei n° 10.520/2002, Decreto Federal n° 7.892/13 e Decreto Municipal n° 081/2015 e demais legislação aplicável à matéria, e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

1. DO OBJETO E DOS PREÇOS

1.1. A presente ata tem por objeto "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais hidráulicos para uso no Departamento de Água e Esgoto do Município de Itanhangá-MT", conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência (anexo I) do edital do Pregão Presencial n° 045/2019, abaixo especificados, conforme abaixo descritos:

1.2. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Descrição	Marca	Qtde	Und	Valor Unit.	Valor Total
01	Cap PBA 60mm	AMANCO	50	Und	**R$ 4,19**	R$ 209,50
02	Luva Galvanizada 2"	REMADI	50	Und	**R$ 15,90**	R$ 795,00
03	Registro Esfera PVC Soldável 85MM	VIQUA	20	Und	**R$ 165,60**	R$ 3.312,00
04	TE PBA 60mm C/Anel	AMANCO	20	Und	**R$ 13,20**	R$ 264,00
05	Tubo - Edutor Geomecanico DN 32MM (1, 1/4) polegadas 4 Metros	HIPERFORTE	15	Und	**R$ 33,20**	R$ 498,00
06	Tubo - Edutor Geomecanico DN 50MM 2/polegadas 4 Metros	HIPERFORTE	40	Und	**R$ 80,60**	R$ 3.224,00
07	Tubo PBA classe 12 - 60mm barra c/6 metros	AMANCO	800	Barra	**R$ 45,45**	R$ 36.360,00
08	Tubo Polietileno PEAD 20mm x 2,3	AMANCO	5.000	Mts	**R$ 2,64**	R$ 13.200,00
Valor total dos itens: R$ 57.862,50 (cinquenta e sete mil oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).						

2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura, de **26/08/2019** até **26/08/2020.**

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal n° 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itanhangá não será obrigado a contratação, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. A aquisição decorrente desta Ata será observada, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do Pregão Presencial n° 045/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos corresponderão aos produtos efetivamentos entregues, observados os valores unitários apresentados pela proponente por ocasião da licitação, mediante apresentação das Notas Fiscais apresentadas e devidamente atestadas, e serão efetuados através de Ordem Bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias conforme disponibilidade financeira do órgãos, contados a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor responsável designado pela secretaria solicitante.

3.2. A detentora da Ata deverá comprovar sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota Fiscal, as certidões de regularidade fiscal as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda, Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Trabalhista, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.2.1. A validade das certidões deverá ser correspondente a programação de pagamento, constante no "item 3.1.", devendo a DETENTORA DA ATA ficar responsável pela conferência de tal validade.

3.3. O CNPJ da licitante constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.4. A Licitante vencedora deverá apresentar a Nota Fiscal, correspondente à entrega do produto entregue, com todos os campos preenchidos, sem rasuras devendo ainda estar acompanhada da cópia da Nota de Autorização de Despesa (NAD) autorizadas pela Secretaria Municipal solicitante

3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção montária.

3.6. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação. O prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;

3.7. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas, simultaneamente, com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.9. Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

4. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. Os produtos deverão ser entregues/fornecidos em até 10 (dez) dias, nas quantidades solicitadas, mediante apresentação da NAD (Nota de Autorização de Despesa), conforme a necessidade das Secretarias Municipais, sendo que a solicitante estabelecerá em comum acordo com a a detentora da ata os horários e locais de entrega;

4.1.1. O Local de entrega dos objetos desta licitação deverão ser entregues de acordo com as necessidades da contratante, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, na Avenida Santa Catarina, n° 314, Centro, CEP 78.579-000, com frete e descarga às expensas da contratada, de segunda a sexta feira das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas (horário local), estando sujeito a conferência, ou em outro local dentro do perímetro urbano de Itanhangá de acordo com a necessidade da Administração.

4.2. A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.2.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.3. Os contratos de aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da Nota de Autorização de Despesa (NAD) pela detentora;

4.3.1. O prazo para a retirada da nota de autorização de fornecimento, será de até 02 (dois) dias úteis contados da ciência da convocação;

4.4. Apresentada a Nota fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar a regular entrega dos produtos, conferindo as quantidades solicitadas e entregues, apresentação das certidões de regularidade fiscal, encaminhando os documentos para

4.5. Todas as despesas de seguro, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento serão responsabilidade da DETENTORA DA ATA;

4.6. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de autorização de despesa (NAD), deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

4.5. Se durante do prazo de validade da ata, os produtos entregues apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes do Município, este estabelecerá, em que a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco;

4.6. Os produtos licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o edital e proposta; após a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

4.6.1. Ficará a cargo da Detentora da Ata todas as despesas com a entrega dos itens no local indicado pela secretaria solicitante, incluindo a troca dos que porventura forem fornecidos em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

4.6.2. Em caso de recusa dos produtos pelas secretarias do Município de Itanhangá-MT, será lavrado o Termo de Recuso no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela CONTRATADA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoantes o que dispõe no Art. 69 da Lei n° 8.666/93);

4.7. A DETENTORA DA ATA sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, encarregada de acompanhar a entrega dos itens prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta;

4.8. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos produtos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

4.9 Os produtos licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o edital e proposta; após a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

4.9.1. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de produtos ou prestação de serviços de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

4.10. Reserva-se a Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT o direito de não aceitar os produtos cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou que não estejam adequadas as especificações do edital.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA:

5.1.2. A empresa detentora do registro de preço deverá receber a respectiva solicitação/requisição, sob pena de decair do direito à prestação dos serviços ou entrega dos materiais, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a solicitação/requisição, a empresa obriga-se a:

a) É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos/prestação de serviços nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital; b) Fornecer os produtos/serviços nas especificações e com a qualidade exigida pelo MUNICÍPIO e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais; c) Fornecer os produtos objeto desta Ata, nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação; d) Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.; e) Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações; f) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade; g) Obedecer rigorosamente à Nota de Autorização de Despesa quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades; h) A DETENTORA DA ATA obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato; i) A DETENTORA DA ATA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade fiscal; j) Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza; k) Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos; l) Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência; m) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante; n) Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto; o) A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas; p) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura; q) Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes; r) Sujeitar-se á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto; s) O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento, ficará a cargo exclusivamente da CONTRATADA; t) Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato, bem como de quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto; u) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato sem autorização da CONTRATANTE; v) Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, a detentora da ata se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante; w) A detentora da ata reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/93;

5.2. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

5.2.1. Uma vez firmada a ata de registro de preços, o Município se obriga a:

a) Emitir Nota de Autorização de Despesa e/ou Nota de Empenho, no valor e quantidades a serem adquiridas/contratada;

b) Convocar a detentora da ata para a retirada da Nota de Autorização de Despesa dos itens licitados no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

c) Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos/serviços, objeto da contratação;

d) Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação;

e) Observar que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada;

f) Receber ou rejeitar os produtos/serviços no todo ou em parte, prestados em desacordo com as obrigações assumidas;

g) Atestar as notas fiscais e/ou faturas, mediante efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme Nota de Aturoziação de Despesa (NAD);

h) Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas no Edital, após a entrega dos itens, acompanhados da nota fiscal, devidamente atestada no setor competente, após conferencia dos itens e as quantidades solicitadas;

i) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

j) Prestar á detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária perfeita execução da Nota de Autorização de Despesa;

k) Notificar por escrito, a detentora da ata, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto e/ou aplicação de qualquer sanção;

l) Fiscalizar a execução do objeto do contrato. m) Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato; n) Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação; o) Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento; p) Rejeitar os itens no todo ou em parte entregues em desacordo com as obrigações assumidas;

q) Aplicar a detentora da Ata as penalidades, quando for o caso;

r) Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

s) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

6.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

6.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC.

6.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

6.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

6.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro

6.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

6.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

6.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

6.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

6.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. DAS PENALIDADES

7.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejarão a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

7.2. O Contratado que atrasar a entrega do objeto ou inadimplir o contrato incorrerá nas penalidades administrativas previstas no art. 86 da Lei n. 8.666/93 e art. 7º da Lei n. 10.520/02.

7.3. A multa moratória, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.4. A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.5. A aplicação das multas não afasta as demais penalidades, a seguir tipificadas:

a) Não celebra o contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. b) Deixar de entregar a documentação: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. c) Apresentar a documentação falsa: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. d) Atraso na execução do objeto: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. e) Não mantiver a proposta: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. f) Falhar na execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. g) Fraudar a execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. h) Comportar-se de modo inidôneo: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. i) Cometer fraude fiscal: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. j) Declaração de Inidoneidade.

7.6. De qualquer sanção imposta, a Fornecedora poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, oferecer recurso à Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, devidamente fundamentado.

7.7. A segunda adjudicatária, em ocorrendo à hipótese do item precedente, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela "PROMITENTE FORNECEDORA".

8.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando: **8.2.1.** A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

8.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

8.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

8.2.5. Por razões de interesse público devidamente demonstrada e justificadas pela Administração.

8.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

8.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

8.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

8.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra o motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público;

11. DO CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei n° 8.666/93.

11. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente ata de registro de preços obedece aos termos do Edital do Pregão Presencial n° 045/2019, bem como Proposta de Preços apresentada pela detentora da ata e ao que determina a Lei Federal 8.666/93, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal n° 001/2010 e Decreto Municipal n° 081/2015, bem como alterações posteriores.

12. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

13. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

13.1. A fornecedora deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O Município de Itanhangá-MT, promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de preços na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o Art. 61 da Lei Federal n° 8.666/93;

15. DO FORO

15.1. Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Tapurah-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

AAGUA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI

Whelton Correa Martins - Proprietário

CONTRATADA

Testemunhas:

_____	_____

Nome: CPF:	Nome: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 032/2019

Pregão Presencial n° 045/2019

Vigência: 12 (doze) meses

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá, de um lado o **MUNICIPIO DE ITANHANGÁ**, **ESTADO DE MATO GROSSO,** inscrita no CNPJ n°. 07.209.225/0001-00, situada na Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, CEP: 78579-000, Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr. EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador do RG n° 408.854 SSP/MS e inscrito no CPF n° 411.269.551-91, doravante e denominado "MUNICIPIO" e do outro lado a empresa **IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA LTDA – ME,** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n°**12.995.729/0001-24,** situada na Rua Siqueira Campos, Quadra 54, Lote n° 13, bairro: Jardim Ikaray, CEP: 78.130-426, Varzea Grande – MT, neste ato representada por seu sócio/administrador Ivan Guia Lemos da Silva, portador do RG n° 041.0006-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob n° 304.300.541-49, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93, da Lei Federal 10.520/02, Decretos Municipais n° 001/2010 e 081/2015, que regulamenta o Pregão Presencial e o Registro de Preços no Município de Itanhangá e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial n° 045/2019, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes aos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei n° 10.520/2002, Decreto Federal n° 7.892/13 e Decreto Municipal n° 081/2015 e demais legislação aplicável à matéria, e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

1. DO OBJETO E DOS PREÇOS

1.1. A presente ata tem por objeto "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais hidráulicos para uso no Departamento de Água e Esgoto do Município de Itanhangá-MT", conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência (anexo I) do edital do Pregão Presencial n° 045/2019, abaixo especificados, conforme abaixo descritos:

1.2. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Descrição	Marca	Qtde	Und	Valor Unit.	Valor Total
01	**Adaptador Compressão RM 20mm 3/4"**	TAF	1.000	Und	R$ 1,39	R$ 1.390,00
02	**Colar Tomada. PVC PBA 110mm x 3/4" c/ Trava e Saída Roscavel**	DOALPLASTIC	100	Und	R$ 5,98	R$ 598,00
03	**Colar Tomada. PVC PBA 60mm 3/4" c/ Trava e Saída Roscavel**	DOALPLASTIC	300	Und	R$ 3,98	R$ 1.194,00
04	**Colar Tomada. PVC PBA 85mm x 3/4" c/ Trava e Saída Roscavel**	DOALPLASTIC	100	Und	R$ 4,71	R$ 471,00
05	**Dispositivo de Supressão - Lacre Anti-Fraude OB 3/4"**	DOALPLASTIC	2.000	Und	R$ 5,49	R$ 10.980,00
06	**Dispositivo de Supressão -Lacre Anti-Fraude OB 20mm**	DOALPLASTIC	500	Und	R$ 5,49	R$ 2.745,00
07	**Fita Veda Rosca 18mm x 50m**	QUALIFON	300	Und	R$ 2,94	R$ 882,00
08	**Hidrometro Horizontal DN80 (3polg) Vazão Nonimal de 40M/3/h Vazão Máxima 80M/3/h**	WOLTMAN	8	Und	1.589,90	R$ 12.719,20
09	**Hidrometro unijato magnético 3x3/4" 1º linha**	FAE	500	Und	R$ 69,80	R$ 34.900,00
10	**Luva de correr PBA 85mm**	MULTILIT	30	Und	R$ 13,98	R$ 419,40
11	**Luva de correr PBA 110mm**	MULTILIT	30	Und	R$ 24,34	R$ 730,20
12	**Luva de correr PBA 60mm**	MULTILIT	100	Und	R$ 6,09	R$ 609,00
13	**Luva Galvanizada 2 1/2"**	ZETONE	50	Und	R$ 25,95	R$ 1.297,50
14	**Registro esfera com borboleta 3/4 para cavalete**	POLIERG	500	Und	R$ 5,39	R$ 2.695,00
15	**Registro Esfera PVC Soldavel 110MM**	VIQUA	20	Und	R$ 298,00	R$ 5.960,00
16	**Registro gaveta em ferro fundido c/ bolsa para tubo PVC/PBA, cunha de borracha, cabeçote DN 150 mm c/anel.**	GENEBRE	02	Und	R$ 1.099,00	R$ 2.198,00
17	Registro gaveta em ferro fundido c/ bolsa para tubo PVC/PBA, cunha de borracha, cabeçote DN 60mm c/anel.	IVALVULAS	10	Und	R$ 314,99	R$ 3.149,90
18	TE PBA 110mm C/Anel	CORPLASTIK	20	Und	R$ 44,90	R$ 898,00
19	TE PBA 85mm C/Anel	CORPLASTIK	20	Und	R$ 24,99	R$ 499,80
20	Tubo PBA classe 12 - 110mm barra c/6 metros	MULTILIT	100	Barra	R$ 149,80	R$ 14.980,00
21	Tubo PBA classe 12 - 85mm barra c/6 metros	MULTILIT	100	Barra	R$ 95,80	R$ 9.580,00
Valor total dos itens: R$ 108.896,00 (cento e oito mil oitocentos e noventa e seis reais).						

2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura, de **26/08/2019** até **26/08/2020.**

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal n° 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itanhangá não será obrigado a contratação, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. A aquisição decorrente desta Ata será observada, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do Pregão Presencial n° 045/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos corresponderão aos produtos efetivamentos entregues, observados os valores unitários apresentados pela proponente por ocasião da licitação, mediante apresentação das Notas Fiscais apresentadas e devidamente atestadas, e serão efetuados através de Ordem Bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias conforme disponibilidade financeira do órgãos, contados a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor responsável designado pela secretaria solicitante.

3.2. A detentora da Ata deverá comprovar sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota Fiscal, as certidões de regularidade fiscal as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda, Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Trabalhista, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.2.1. A validade das certidões deverá ser correspondente a programação de pagamento, constante no "item 3.1.", devendo a DETENTORA DA ATA ficar responsável pela conferência de tal validade.

3.3. O CNPJ da licitante constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.4. A Licitante vencedora deverá apresentar a Nota Fiscal, correspondente à entrega do produto entregue, com todos os campos preenchidos, sem rasuras devendo ainda estar acompanhada da cópia da Nota de Autorização de Despesa (NAD) autorizadas pela Secretaria Municipal solicitante

3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção montária.

3.6. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação. O prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;

3.7. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas, simultaneamente, com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.9. Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

4. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. Os produtos deverão ser entregues/fornecidos em até 10 (dez) dias, nas quantidades solicitadas, mediante apresentação da NAD (Nota de Autorização de Despesa), conforme a necessidade das Secretarias Municipais, sendo que a solicitante estabelecerá em comum acordo com a a detentora da ata os horários e locais de entrega;

4.1.1. O Local de entrega dos objetos desta licitação deverão ser entregues de acordo com as necessidades da contratante, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, na Avenida Santa Catarina, n° 314, Centro, CEP 78.579-000, com frete e descarga às expensas da contratada, de segunda a sexta feira das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas (horário local), estando sujeito a conferência, ou em outro local dentro do perímetro urbano de Itanhangá de acordo com a necessidade da Administração.

4.2. A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.2.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.3. Os contratos de aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da Nota de Autorização de Despesa (NAD) pela detentora;

4.3.1. O prazo para a retirada da nota de autorização de fornecimento, será de até 02 (dois) dias úteis contados da ciência da convocação;

4.4. Apresentada a Nota fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar a regular entrega dos produtos, conferindo as quantidades solicitadas e entregues, apresentação das certidões de regularidade fiscal, encaminhando os documentos para

4.5. Todas as despesas de seguro, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento serão responsabilidade da DETENTORA DA ATA;

4.6. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de autorização de despesa (NAD), deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

4.5. Se durante do prazo de validade da ata, os produtos entregues apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes do Município, este estabelecerá, em que a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco;

4.6. Os produtos licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o edital e proposta; após a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

4.6.1. Ficará a cargo da Detentora da Ata todas as despesas com a entrega dos itens no local indicado pela secretaria solicitante, incluindo a troca dos que porventura forem fornecidos em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

4.6.2. Em caso de recusa dos produtos pelas secretarias do Município de Itanhangá-MT, será lavrado o Termo de Recuso no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela CONTRATADA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoantes o que dispõe no Art. 69 da Lei n° 8.666/93);

4.7. A DETENTORA DA ATA sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, encarregada de acompanhar a entrega dos itens prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta;

4.8. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos produtos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

4.9 Os produtos licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o edital e proposta; após a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

4.9.1. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de produtos ou prestação de serviços de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

4.10. Reserva-se a Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT o direito de não aceitar os produtos cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou que não estejam adequadas as especificações do edital.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA:

5.1.2. A empresa detentora do registro de preço deverá receber a respectiva solicitação/requisição, sob pena de decair do direito à prestação dos serviços ou entrega dos materiais, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a solicitação/requisição, a empresa obriga-se a:

a) É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos/prestação de serviços nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital; b) Fornecer os produtos/serviços nas especificações e com a qualidade exigida pelo MUNICÍPIO e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais; c) Fornecer os produtos objeto desta Ata, nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação; d) Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.; e) Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações; f) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade; g) Obedecer rigorosamente à Nota de Autorização de Despesa quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades; h) A DETENTORA DA ATA obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato; i) A DETENTORA DA ATA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade fiscal; j) Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza; k) Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos; l) Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência; m) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante; n) Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto; o) A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas; p) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura; q) Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes; r) Sujeitar-se á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto; s) O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento, ficará a cargo exclusivamente da CONTRATADA; t) Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato, bem como de quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto; u) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato sem autorização da CONTRATANTE; v) Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, a detentora da ata se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante; w) A detentora da ata reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/93;

5.2. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

5.2.1. Uma vez firmada a ata de registro de preços, o Município se obriga a:

a) Emitir Nota de Autorização de Despesa e/ou Nota de Empenho, no valor e quantidades a serem adquiridas/contratada;

b) Convocar a detentora da ata para a retirada da Nota de Autorização de Despesa dos itens licitados no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

c) Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos/serviços, objeto da contratação;

d) Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação;

e) Observar que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada;

f) Receber ou rejeitar os produtos/serviços no todo ou em parte, prestados em desacordo com as obrigações assumidas;

g) Atestar as notas fiscais e/ou faturas, mediante efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme Nota de Aturoziação de Despesa (NAD);

h) Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas no Edital, após a entrega dos itens, acompanhados da nota fiscal, devidamente atestada no setor competente, após conferencia dos itens e as quantidades solicitadas;

i) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

j) Prestar á detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária perfeita execução da Nota de Autorização de Despesa;

k) Notificar por escrito, a detentora da ata, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto e/ou aplicação de qualquer sanção;

l) Fiscalizar a execução do objeto do contrato. m) Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato; n) Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação; o) Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento; p) Rejeitar os itens no todo ou em parte entregues em desacordo com as obrigações assumidas;

q) Aplicar a detentora da Ata as penalidades, quando for o caso;

r) Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

s) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

6.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

6.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC.

6.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

6.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

6.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro

6.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

6.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

6.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

6.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

6.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. DAS PENALIDADES

7.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejarão a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

7.2. O Contratado que atrasar a entrega do objeto ou inadimplir o contrato incorrerá nas penalidades administrativas previstas no art. 86 da Lei n. 8.666/93 e art. 7º da Lei n. 10.520/02.

7.3. A multa moratória, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.4. A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.5. A aplicação das multas não afasta as demais penalidades, a seguir tipificadas:

a) Não celebra o contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. b) Deixar de entregar a documentação: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. c) Apresentar a documentação falsa: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. d) Atraso na execução do objeto: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. e) Não mantiver a proposta: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. f) Falhar na execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. g) Fraudar a execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. h) Comportar-se de modo inidôneo: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. i) Cometer fraude fiscal: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. j) Declaração de Inidoneidade.

7.6. De qualquer sanção imposta, a Fornecedora poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, oferecer recurso à Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, devidamente fundamentado.

7.7. A segunda adjudicatária, em ocorrendo à hipótese do item precedente, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela “PROMITENTE FORNECEDORA”.

8.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando: **8.2.1.** A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

8.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

8.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

8.2.5. Por razões de interesse público devidamente demonstrada e justificadas pela Administração.

8.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

8.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

8.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra o motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público;

11. DO CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei n° 8.666/93.

11. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente ata de registro de preços obedece aos termos do Edital do Pregão Presencial n° 045/2019, bem como Proposta de Preços apresentada pela detentora da ata e ao que determina a Lei Federal 8.666/93, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal n° 001/2010 e Decreto Municipal n° 081/2015, bem como alterações posteriores.

12. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

13. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

13.1. A fornecedora deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O Município de Itanhangá-MT, promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de preços na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o Art. 61 da Lei Federal n° 8.666/93;

15. DO FORO

15.1. Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Tapurah-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA LTDA – ME

Ivan Guia Lemos da Silva – Sócio administrador

CONTRATADA

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2019

Pregão Presencial n° 045/2019

Vigência: 12 (doze) meses

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá, de um lado o **MUNICIPIO DE ITANHANGÁ**, **ESTADO DE MATO GROSSO,** inscrita no CNPJ n°. 07.209.225/0001-00, situada na Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, CEP: 78579-000, Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr. EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador do RG n° 408.854 SSP/MS e inscrito no CPF n° 411.269.551-91, doravante e denominado "MUNICIPIO" e do outro lado a empresa **SOLUÇÕES PRATICAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP,** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n° **27.222.285/0001-61,** situada na Av. Fernando Corrêa da Costa, n° 5799, bairro: Parque Ohara, CEP: 78.080-30, Cuiabá – MT, neste ato representada por sua representante legal Fatima Mendes Cruz, portadora do RG n° 13176889 SEJUSP/MT e inscrita no CPF sob n° 834.671.141-72, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93, da Lei Federal 10.520/02, Decretos Municipais n° 001/2010 e 081/2015, que regulamenta o Pregão Presencial e o Registro de Preços no Município de Itanhangá e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial n° 045/2019, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes aos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei n° 10.520/2002, Decreto Federal n° 7.892/13 e Decreto Municipal n° 081/2015 e demais legislação aplicável à matéria, e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

1. DO OBJETO E DOS PREÇOS

1.1. A presente ata tem por objeto "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais hidráulicos para uso no Departamento de Água e Esgoto do Município de Itanhangá-MT", conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência (anexo I) do edital do Pregão Presencial n° 045/2019, abaixo especificados, conforme abaixo descritos:

1.2. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Descrição	Marca	Qtde	Und	Valor Unit.	Valor Total
01	Adesivo PVC Fraco Plástico 175g c/ pincel	DUN DUN	200	Und	R$ 6,20	R$ 1.240,00
02	Anel PBA 110mm	CHC	100	Und	R$ 1,65	R$ 165,00
03	Anel PBA 60mm	CHC	500	Und	R$ 0,80	R$ 400,00
04	Anel PBA 85mm	CHC	100	Und	R$ 1,30	R$ 130,00
05	Cap PBA 110mm	CORRPLASTIK	50	Und	R$ 17,60	R$ 880,00
06	Cap PBA 85mm	CORRPLASTIK	50	Und	R$ 10,90	R$ 545,00
07	**Lacre Anti-Fraude para Hidrômetro, fabricado em polipropileno virgem, formato circular, bipartido, na cor azul, bitola 3/4", travamento c/ travas, com capa de proteção sobre o echamento lateral das travas, fechamento manual sem uso de ferramenta ou pino, Diâmetro externo máximo 70 mm de diâmetro do orifício (lado hidrômetro) de 34 mm diâmetro do orifício (lado Tubete) de 28 mm largurua máxima do lacre de 36mm com as seguintes inscrições em ambas as calotas, todas em alto relevo: "EVITE MULTA NÃO QUEBRE O LACRE".**	VEDASYSTEM	1.000	Und	R$ 0,50	R$ 500,00
08	**Redução PBA de 110 MM PARA 85 MM**	CORRPLASTIK	30	Und	R$ 18,00	R$ 540,00
09	**Redução PBA de 85 MM PARA 60 MM**	CORRPLASTIK	30	Und	R$ 9,90	R$ 297,00

10	**Redução PBA de 110 MM PARA 60MM**	CORRPLASTIK	30	Und	R$ 17,00	R$ 510,00
11	**Registro Esfera PVC Soldável 60MM**	CORRPLASTIK	30	Und	R$ 23,00	R$ 690,00
12	**Registro gaveta em ferro fundido c/ bolsa para tubo PVC/PBA, cunha de borracha, cabeçote DN 110mm c/anel.**	IVALVULAS	5	Und	R$ 529,00	R$ 2. 645,00
Valor total dos itens: R$ 8.542,00 (oito mil quinhentos e quarenta e dois reais).						

2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura, de **26/08/2019** até **26/08/2020.**

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal n° 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itanhangá não será obrigado a contratação, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. A aquisição decorrente desta Ata será observada, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do Pregão Presencial n° 045/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos corresponderão aos produtos efetivamentos entregues, observados os valores unitários apresentados pela proponente por ocasião da licitação, mediante apresentação das Notas Fiscais apresentadas e devidamente atestadas, e serão efetuados através de Ordem Bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias conforme disponibilidade financeira do órgãos, contados a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor responsável designado pela secretaria solicitante.

3.2. A detentora da Ata deverá comprovar sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota Fiscal, as certidões de regularidade fiscal as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda, Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Trabalhista, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.2.1. A validade das certidões deverá ser correspondente a programação de pagamento, constante no “item 3.1.”, devendo a DETENTORA DA ATA ficar responsável pela conferência de tal validade.

3.3. O CNPJ da licitante constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.4. A Licitante vencedora deverá apresentar a Nota Fiscal, correspondente à entrega do produto entregue, com todos os campos preenchidos, sem rasuras devendo ainda estar acompanhada da cópia da Nota de Autorização de Despesa (NAD) autorizadas pela Secretaria Municipal solicitante

3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção montária.

3.6. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação. O prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;

3.7. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas, simultaneamente, com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.9. Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

4. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. Os produtos deverão ser entregues/fornecidos em até 10 (dez) dias, nas quantidades solicitadas, mediante apresentação da NAD (Nota de Autorização de Despesa), conforme a necessidade das Secretarias Municipais, sendo que a solicitante estabelecerá em comum acordo com a a detentora da ata os horários e locais de entrega;

4.1.1. O Local de entrega dos objetos desta licitação deverão ser entregues de acordo com as necessidades da contratante, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, na Avenida Santa Catarina, n° 314, Centro, CEP 78.579-000, com frete e descarga às expensas da contratada, de segunda a sexta feira das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas (horário local), estando sujeito a conferência, ou em outro local dentro do perímetro urbano de Itanhangá de acordo com a necessidade da Administração.

4.2. A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.2.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.3. Os contratos de aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da Nota de Autorização de Despesa (NAD) pela detentora;

4.3.1. O prazo para a retirada da nota de autorização de fornecimento, será de até 02 (dois) dias úteis contados da ciência da convocação;

4.4. Apresentada a Nota fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar a regular entrega dos produtos, conferindo as quantidades solicitadas e entregues, apresentação das certidões de regularidade fiscal, encaminhando os documentos para

4.5. Todas as despesas de seguro, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento serão responsabilidade da DETENTORA DA ATA;

4.6. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de autorização de despesa (NAD), deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

4.5. Se durante do prazo de validade da ata, os produtos entregues apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes do Município, este estabelecerá, em que a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco;

4.6. Os produtos licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o edital e proposta; após a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

4.6.1. Ficará a cargo da Detentora da Ata todas as despesas com a entrega dos itens no local indicado pela secretaria solicitante, incluindo a troca dos que porventura forem fornecidos em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

4.6.2. Em caso de recusa dos produtos pelas secretarias do Município de Itanhangá-MT, será lavrado o Termo de Recuso no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela CONTRATADA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoantes o que dispõe no Art. 69 da Lei n° 8.666/93);

4.7. A DETENTORA DA ATA sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, encarregada de acompanhar a entrega dos itens prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta;

4.8. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos produtos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

4.9 Os produtos licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o edital e proposta; após a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

4.9.1. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de produtos ou prestação de serviços de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

4.10. Reserva-se a Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT o direito de não aceitar os produtos cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou que não estejam adequadas as especificações do edital.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA:

5.1.2. A empresa detentora do registro de preço deverá receber a respectiva solicitação/requisição, sob pena de decair do direito à prestação dos serviços ou entrega dos materiais, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a solicitação/requisição, a empresa obriga-se a:

a) É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos/prestação de serviços nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital; b) Fornecer os produtos/serviços nas especificações e com a qualidade exigida pelo MUNICÍPIO e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais; c) Fornecer os produtos objeto desta Ata, nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação; d) Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.; e) Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações; f) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade; g) Obedecer rigorosamente à Nota de Autorização de Despesa quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades; h) A DETENTORA DA ATA obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato; i) A DETENTORA DA ATA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade fiscal; j) Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza; k) Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos; l) Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência; m) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante; n) Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto; o) A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas; p) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura; q) Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes; r) Sujeitar-se á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto; s) O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento, ficará a cargo exclusivamente da CONTRATADA; t) Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato, bem como de quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto; u) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato sem autorização da CONTRATANTE; v) Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, a detentora da ata se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante; w) A detentora da ata reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/93;

5.2. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

5.2.1. Uma vez firmada a ata de registro de preços, o Município se obriga a:

a) Emitir Nota de Autorização de Despesa e/ou Nota de Empenho, no valor e quantidades a serem adquiridas/contratada;

b) Convocar a detentora da ata para a retirada da Nota de Autorização de Despesa dos itens licitados no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

c) Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos/serviços, objeto da contratação;

d) Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação;

e) Observar que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada;

f) Receber ou rejeitar os produtos/serviços no todo ou em parte, prestados em desacordo com as obrigações assumidas;

g) Atestar as notas fiscais e/ou faturas, mediante efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme Nota de Aturoziação de Despesa (NAD);

h) Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas no Edital, após a entrega dos itens, acompanhados da nota fiscal, devidamente atestada no setor competente, após conferencia dos itens e as quantidades solicitadas;

i) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

j) Prestar á detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária perfeita execução da Nota de Autorização de Despesa;

k) Notificar por escrito, a detentora da ata, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto e/ou aplicação de qualquer sanção;

l) Fiscalizar a execução do objeto do contrato. m) Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato; n) Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação; o) Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento; p) Rejeitar os itens no todo ou em parte entregues em desacordo com as obrigações assumidas;

q) Aplicar a detentora da Ata as penalidades, quando for o caso;

r) Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

s) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

6.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

6.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC.

6.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

6.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

6.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro

6.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

6.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

6.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

6.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

6.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. DAS PENALIDADES

7.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejarão a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

7.2. O Contratado que atrasar a entrega do objeto ou inadimplir o contrato incorrerá nas penalidades administrativas previstas no art. 86 da Lei n. 8.666/93 e art. 7º da Lei n. 10.520/02.

7.3. A multa moratória, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.4. A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.5. A aplicação das multas não afasta as demais penalidades, a seguir tipificadas:

a) Não celebra o contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. b) Deixar de entregar a documentação: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. c) Apresentar a documentação falsa: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. d) Atraso na execução do objeto: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. e) Não mantiver a proposta: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. f) Falhar na execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. g) Fraudar a execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. h) Comportar-se de modo inidôneo: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. i) Cometer fraude fiscal: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. j) Declaração de Inidoneidade.

7.6. De qualquer sanção imposta, a Fornecedora poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, oferecer recurso à Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, devidamente fundamentado.

7.7. A segunda adjudicatária, em ocorrendo à hipótese do item precedente, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela “PROMITENTE FORNECEDORA”.

8.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando: **8.2.1.** A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

8.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

8.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

8.2.5. Por razões de interesse público devidamente demonstrada e justificadas pela Administração.

8.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

8.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

8.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra o motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público;

11. DO CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei n° 8.666/93.

11. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente ata de registro de preços obedece aos termos do Edital do Pregão Presencial n° 045/2019, bem como Proposta de Preços apresentada pela detentora da ata e ao que determina a Lei Federal 8.666/93, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal n° 001/2010 e Decreto Municipal n° 081/2015, bem como alterações posteriores.

12. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

13. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

13.1. A fornecedora deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O Município de Itanhangá-MT, promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de preços na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o Art. 61 da Lei Federal n° 8.666/93;

15. DO FORO

15.1. Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Tapurah-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

SOLUÇÕES PRATICAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP

Fatima Mendes Cruz - Representante Legal

CONTRATADA

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 267/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT e PAULO DA CONCEIÇÃO SILVA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 267/2018, POR MAIS UM (01) ANO, CONTADOS DE 31/08/2019 A 31/08/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO(A) SERVIDOR(A) SUPRAMENCIONADO(A) NO CARGO DE PEDREIRO.

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 223, DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

"Dispõe sobre a ***concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição,*** *a servidoraEfetiva* ***Sra. Marlenita Rodrigues Parreira."***

O Prefeito Municipal de Itiquira do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o preenchimento dos requisitos estatuídos no art.6º incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional n.º 41/2003 c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal; Art. 82, incisos I, II, III e IV e parágrafo único da Lei Municipal n.º 675/2010, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Itiquira/MT; Lei Municipal nº 684 de 02 de julho de 2010 que dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreiras e Vencimentos para os servidores públicos efetivos, integrantes do Grupo Funcionais da Educação Básica do Município de Itiquira / MT; e Decreto Municipal nº 031 de 30 de abril de 2019, que Aplica a Revisão Geral Anual de 3,43% concedida pela Lei Municipal nº 1.013 e aprova as tabelas de vencimentos e subsídios e bolsa estagio em anexos, dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, à servidora **Sra.Marlenita Rodrigues Parreira**, casada, brasileira, portadora do RG n.º 050 440 SSP/MT , e do CPF sob n.º 896.196.411-91, residente e domiciliada no Município de Itiquira-MT, servidora efetiva no cargo de Professor II, Classe "C", Nível "09", lotada na Secretaria Municipal de Educação , devidamente matriculada sob o n.º 307, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, contando com **25 (vinte e cinco) anos, 03 (três) meses e 11 (onze) dias** de tempo de contribuição exclusivos na função de magistério, com proventos integrais, conforme processo administrativo do **ITIPREV n.º 2019.04.00043**, a partirde **01/08/2019**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a **01 de Agosto de 2019**, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira/MT, aos 22 de agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

ALEX ALVES DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Homologo:

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 224, DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

"Dispõe sobre a ***concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição,*** *a servidoraEfetiva* ***Sra. Helena Maria de Oliveira Silva. "***

O Prefeito Municipal de Itiquira do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o preenchimento dos requisitos estatuídos no art.6º incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional n.º 41/2003 c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal; Art. 82, incisos I, II, III e IV e parágrafo único da Lei Municipal n.º 675/2010, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Itiquira/MT; Lei Municipal nº 684 de 02 de julho de 2010 que dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreiras e Vencimentos para os servidores públicos efetivos, integrantes do Grupo Funcionais da Educação Básica do Município de Itiquira / MT; e Decreto Municipal nº 031 de 30 de abril de 2019, que Aplica a Revisão Geral Anual de 3,43% concedida pela Lei Municipal nº 1.013 e aprova as tabelas de vencimentos e subsídios e bolsa estagio em anexos, dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, à servidora **Sra.HELENA MARIA DE OLIVEIRA SILVA**, casada, brasileira, portadora do RG n.º 12.392.764-x SSP/SP, e do CPF sob n.º 005. 007.288-95, residente e domiciliada no Município de Itiquira-MT, servidora efetiva no cargo de Professor II, Classe "C", Nível "08", lotada na Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Cultura , devidamente matriculada sob o n.º 176, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, contando com **25 (vinte e cinco) anos, 03 (três) meses e 11 (onze) dias** de tempo de contribuição exclusivos na função de magistério, com proventos integrais, conforme processo administrativo do **ITIPREV n.º 2019.04.00042**, a partir-de **01/08/2019**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a **01 de Agosto de 2019**, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira/MT, aos 22 de agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

ALEX ALVES DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Homologo:

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 057/2019 DE: 23.08.2019

"Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 714.285,71 (setecentos e quatorze mil, duzentos e oitenta e cinco reais e setenta e um centavos), em favor da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, e dá outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1066/2019 de 23/08/2019.

DECRETA

Art. 1º. - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 714. 285,71 (setecentos e quatorze mil, duzentos e oitenta e cinco reais e setenta e um centavos), em favor da Unidade, conforme abaixo:

Órgão: 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 03 – Coordenadoria de Desenvolvimento de Assentamento Rural

Função: 20 – Agricultura

Sub-Função: 606 – Extensão Rural

Programa: 0018 **– Promoção e Extensão Rural**

Recurso: 00.01.0024 – Transferências de Convênio - Outros

Projeto/Atividade: 1.104 – Aquisição de Veículos, Caminhões**, Barcos, Patrulhas e Máquinas**

Elemento de Despesa:

4.4.90.52.00.00.01.0024 – Equipamentos e Material Permanente **R$ 714. 285,71**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

Órgão: 06 – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E DES. URBANO

Unidade: 02 – Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Urbano

Função: 17 – Saneamento

Sub-Função: 512 – Saneamento Básico Urbano

Programa: 0076 **– Saneamento**

Recurso: 00.01.0024 – Transferências de Convênio - Outros

Projeto/Atividade: 1.079 – Construção de Estação de Tratamento de Água

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.0.00.01.0024 – Obras e Instalações

Valor:R$ 33.760,00

Órgão: 06 – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E DES. URBANO

Unidade: 02 – Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Urbano

Função: 04 – Administração

Sub-Função: 451 – Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0007 **–** Administração

Recurso: 00.01.0024 – Transferências de Convênio - Outros

Projeto/Atividade: 1.081 – Ampliação da Rede de Captação de Aguas Pluviais

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.0.00.01.0024 – Obras e Instalações

Valor:R$ 104.700,00

Órgão: 06 – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E DES. URBANO

Unidade: 02 – Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Urbano

Função: 17 – Saneamento

Sub-Função: 512 – Saneamento Básico Urbano

Programa: 0076 **– Saneamento**

Recurso: 00.01.0024 – Transferências de Convênio - Outros

Projeto/Atividade: 1.082 – Construção de Estação de Tratamento de Esgoto

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.0.00.01.0024 – Obras e Instalações

Valor:R$ 52.350,00

Órgão: 06 – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E DES. URBANO

Unidade: 02 – Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Urbano

Função: 17 – Saneamento

Sub-Função: 512 – Saneamento Básico Urbano

Programa: 0076 **– Saneamento**

Recurso: 00.01.0030 – Recurso do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB

Projeto/Atividade: 1.082 – Construção de Estação de Tratamento de Esgoto

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.0.00.01.0030 – Obras e Instalações

Valor:R$ 44.700,00

Órgão: 06 – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E DES. URBANO

Unidade: 02 – Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Urbano

Função: 17 – Saneamento

Sub-Função: 512 – Saneamento Básico Urbano

Programa: 0076 **– Saneamento**

Recurso: 00.01.0024 – Transferências de Convênio - Outros

Projeto/Atividade: 1.086 – Construção de Aterro Sanitário

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.0.00.01.0024 – Obras e Instalações

Valor:R$ 49.700,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E OBRAS

Unidade: 01 – Gabinete do Secretário Municipal de Infra Estrutura e Obras

Função: 26 – Transporte

Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0088 **– Transporte Rodoviário**

Recurso: 00.01.0024 – Transferências de Convênio - Outros

Projeto/Atividade: 1.067 – Pavimentação Asfáltica

Elemento de Despesa: 3.3.90.36.0.00.01.0024 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Valor:R$ 10.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E OBRAS

Unidade: 01 – Gabinete do Secretário Municipal de Infra Estrutura e Obras

Função: 26 – Transporte

Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0088 **– Transporte Rodoviário**

Recurso: 00.01.0024 – Transferências de Convênio - Outros

Projeto/Atividade: 1.067 – Pavimentação Asfáltica

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.0.00.01.0024 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Valor:R$ 20.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E OBRAS

Unidade: 01 – Gabinete do Secretário Municipal de Infra Estrutura e Obras

Função: 26 – Transporte

Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0088 **– Transporte Rodoviário**

Recurso: 00.01.0024 – Transferências de Convênio - Outros

Projeto/Atividade: 1.067 – Pavimentação Asfáltica

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.0.00.01.0024 – Obras e Instalações

Valor:R$ 59.400,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E OBRAS

Unidade: 01 – Gabinete do Secretário Municipal de Infra Estrutura e Obras

Função: 26 – Transporte

Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0088 **– Transporte Rodoviário**

Recurso: 00.01.0030 – Recurso do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB

Projeto/Atividade: 1.067 – Pavimentação Asfáltica

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.0.00.01.0030 – Material de Consumo

Valor:R$ 1.105,71

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E OBRAS

Unidade: 01 – Gabinete do Secretário Municipal de Infra Estrutura e Obras

Função: 26 – Transporte

Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0088 **– Transporte Rodoviário**

Recurso: 00.01.0030 – Recurso do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB

Projeto/Atividade: 1.067 – Pavimentação Asfáltica

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.0.00.01.0030 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Valor:R$ 20.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E OBRAS

Unidade: 01 – Gabinete do Secretário Municipal de Infra Estrutura e Obras

Função: 26 – Transporte

Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0088 **– Transporte Rodoviário**

Recurso: 00.01.0030 – Recurso do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB

Projeto/Atividade: 1.067 – Pavimentação Asfáltica

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.0.00.01.0030 – Obras e Instalações

Valor:R$ 104.700,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, TURISMO E CULTURA

Unidade: 01 – Gabinete do Secretário Municipal de Esporte, Turismo e Cultura

Função: 27 – Desporto e Lazer

Sub-Função: 812 – Desporto Comunitário

Programa: 0046 **–** Educação Física e Desportos

Recurso: 00.01.0024 – Transferências de Convênios - Outros

Projeto/Atividade: 1.111 – Construção, Reforma e Ampliação de Centros Poliesportivos

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.01.0024 – Obras e Instalações

Valor: R$ 53.870,00

Órgão: 14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE OURO BRANCO DO SUL

Unidade: 01 – Gabinete do Secretário Municipal de Gestão de Ouro Branco do Sul

Função: 04 – Administração

Sub-Função: 122 – Administração Geral

Programa: 0007 **–** Administração

Recurso: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.177 – Manutenção e Encargos com o Gabinete do Secretário Municipal de Gestão de Ouro Branco do Sul

Elemento de Despesa: 3.1.90.11.00.00.01.0000 – Vencimentos e Vantagens Fíxas – Pessoal Civil

Valor: R$ 80.000,00

Órgão: 14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE OURO BRANCO DO SUL

Unidade: 01 – Gabinete do Secretário Municipal de Gestão de Ouro Branco do Sul

Função: 04 – Administração

Sub-Função: 122 – Administração Geral

Programa: 0007 **–** Administração

Recurso: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.177 – Manutenção e Encargos com o Gabinete do Secretário Municipal de Gestão de Ouro Branco do Sul

Elemento de Despesa: 3.1.91.13.00.00.01.0000 – Obrigações Patronais

Valor: R$ 25.000,00

Órgão: 14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE OURO BRANCO DO SUL

Unidade: 01 – Gabinete do Secretário Municipal de Gestão de Ouro Branco do Sul

Função: 04 – Administração

Sub-Função: 122 – Administração Geral

Programa: 0007 **–** Administração

Recurso: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.177 – Manutenção e Encargos com o Gabinete do Secretário Municipal de Gestão de Ouro Branco do Sul

Elemento de Despesa: 3.3.90.36.0.00.01.0000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Valor: R$ 10.000,00

Órgão: 14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE OURO BRANCO DO SUL

Unidade: 02 – Coordenadoria de Manutenção Urbana de Ouro Branco do Sul

Função: 15 – Urbanismo

Sub-Função: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 0058 **–** Urbanismo

Recurso: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.178 – Manutenção e Encargos com a Coordenadoria de Manutenção Urbana de Ouro Branco do Sul

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.01.0000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Valor: R$ 15.000,00

Órgão: 14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE OURO BRANCO DO SUL

Unidade: 02 – Coordenadoria de Manutenção Urbana de Ouro Branco do Sul

Função: 15 – Urbanismo

Sub-Função: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 0060 **–** Serviços de Utilidade Pública

Recurso: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.179 – Man. Enc. com a Ger. de Limpeza Urbana Ouro Branco do Sul

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.01.0000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Valor: R$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de agosto de 2019.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 058/2019 DE: 23.08.2019

"Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), em favor da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, e dá outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1067/2019 de 23/08/2019.

DECRETA

Art. 1º. - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), em favor da Unidade, conforme abaixo:

Órgão: 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 02 – Coordenadoria de Agricultura e Meio Ambiente

Função: 18 – Gestão Ambiental

Sub-Função: 541 – Preservação e Conservação Ambiental

Programa: 0077 **– Proteção ao Meio Ambiente**

Recurso: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 1.129 – Manutenção do Convênio com a UFMT, de Projeto de Pesquisa sobre Aterro Sanitário.

3.3.50.41.00 – Contribuições **R$ 210.000,00**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

Órgão: 06 – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E DES. URBANO

Unidade: 02 – Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Urbano

Função: 04 – Administração

Sub-Função: 451 – Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0007 – Administração

Recurso: 00.01.0030 – Recurso do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB

Projeto/Atividade: 1.081 – Ampliação da Rede de Captação de Águas Pluviais

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.0.00.01.0030 – Obras e Instalações

Valor:R$ 104.000,00

Órgão: 06 – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E DES. URBANO

Unidade: 02 – Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Urbano

Função: 17 – Saneamento

Sub-Função: 512 – Saneamento Básico Urbano

Programa: 0076 **– Saneamento**

Recurso: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 1.082 – Construção de Estação de Tratamento de Esgoto

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.0.00.01.0000 – Obras e Instalações

Valor:R$ 30.000,00

Órgão: 06 – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E DES. URBANO

Unidade: 02 – Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Urbano

Função: 17 – Saneamento

Sub-Função: 512 – Saneamento Básico Urbano

Programa: 0076 **– Saneamento**

Recurso: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 1.086 – Construção de Aterro Sanitário

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.0.00.01.0000 – Obras e Instalações

Valor:R$ 36.000,00

Órgão: 06 – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E DES. URBANO

Unidade: 02 – Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Urbano

Função: 16 – Habitação

Sub-Função: 482 – Habitação Urbana

Programa: 0100 **– Recursos de Itiquira Construindo Lares**

Recurso: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 1.087 – Construção de Unidades Habitacionais

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.0.00.01.0000 – Obras e Instalações

Valor:R$ 40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de agosto de 2019.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 255/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT e SILMAR MACHADO DE SOUZA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 255/2018, POR MAIS UM (01) ANO, CONTADOS DE 01/08/2019 A 01/08/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO(A) SERVIDOR(A) SUPRAMENCIONADO(A) NO CARGO DE TÉCNICO EM RAIO X.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 257/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT e PATRICIA LAURINDA ALVES

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 257/2018, POR MAIS UM (01) ANO, CONTADOS DE 07/08/2019 A 07/08/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO(A) SERVIDOR(A) SUPRAMENCIONADO(A) NO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 259/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT e HELDER ALBERTO LUCZYNSKY VENTURA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 259/2018, POR MAIS UM (01) ANO, CONTADOS DE 10/08/2019 A 10/08/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO(A) SERVIDOR(A) SUPRAMENCIONADO(A) NO CARGO DE FARMACÊUTICO.

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 059/2019 DE: 23.08.2019

"Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), em favor da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, e dá outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1069/2019 de 23/08/2019.

DECRETA

Art. 1º. - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), em favor da Unidade, conforme abaixo:

Órgão: 06 – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E DES. URBANO

Unidade: 01 – Gabinete do Sec. Mun. de Administração, Planej. e Des. Urbano

Função: 08 – Assistência Social

Sub-Função: 242 – Assistência ao Portador de Deficiência

Programa: 0081 **– Assistência**

Recurso: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 1.125 – Contribuição para APAE

Elemento de Despesa: 3.3.50.43.0.00.01.0000 – Subvenções Sociais

Valor: R$ 15.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 06 – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Função: 08 – Assistência Social

Sub-Função: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 0081 **– Assistência**

Recurso: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.152 – Manutenção e Encargos com Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Elemento de Despesa: 3.1.90.11.00.00.01.0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Valor: R$ 15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de agosto de 2019.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 262/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT e DEBORAH PARREIRA CABRAL

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 262/2018, POR MAIS UM (01) ANO, CONTADOS DE 20/08/2019 A 20/08/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO(A) SERVIDOR(A) SUPRAMENCIONADO(A) NO CARGO DE AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS.

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 060/2019 DE: 23.08.2019

"Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 409.000,00 (quatrocentos e nove mil reais), em favor da Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1070/2019 de 23/08/2019.

DECRETA

Art. 1º. - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 409.000,00 (quatrocentos e nove mil reais), em favor da Unidade, conforme abaixo:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0075 **– Saúde**

Recurso: 00.01.0046 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS União

Projeto/Atividade: 2.136 – Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade-MAC

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.01.0046 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Valor: R$ 300.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0075 **– Saúde**

Recurso: 00.01.0046 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS União

Projeto/Atividade: 2.137 – Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde

Elemento de Despesa: 3.3.71.41.00.00.01.0046 – Contribuições

Valor: R$ 100.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 304 – Vigilância Sanitária

Programa: 0075 **– Saúde**

Recurso: 00.01.0042 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS Estado

Projeto/Atividade: 1.033 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Vigilância Sanitária

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.01.0042 – Equipamentos e Material Permanente

Valor: R$ 9.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0075 **– Saúde**

Recurso: 00.01.0047 – Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS proveniente do Governo Federal - Bloco de Investimentos

Projeto/Atividade: 1.088 – Construção, Reforma e/ou Ampliação de Unidades Básicas de Saúde

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.01.0047 – Obras e Instalações

Valor: R$ 59.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0075 **– Saúde**

Recurso: 00.01.0000 – Recurso Ordinário

Projeto/Atividade: 1.088 – Construção, Reforma e/ou Ampliação de Unidades Básicas de Saúde

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.01.0000 – Obras e Instalações

Valor: R$ 69.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0075 **– Saúde**

Recurso: 00.01.0000 – Recurso Ordinário

Projeto/Atividade: 1.089 – Reforma e/ou Ampliação do Laboratório Municipal

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.01.0000 – Obras e Instalações

Valor: R$ 17.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0075 **– Saúde**

Recurso: 00.01.0000 – Recurso Ordinário

Projeto/Atividade: 1.090 – Reforma e/ou Ampliação de Unidade de Reabilitação

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.01.0000 – Obras e Instalações

Valor: R$ 30.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0075 **– Saúde**

Recurso: 00.01.0000 – Recurso Ordinário

Projeto/Atividade: 1.091 – Reforma e/ou Ampliação do Hospital Municipal

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.01.0000 – Obras e Instalações

Valor: R$ 44.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0075 **– Saúde**

Recurso: 00.01.0002 – Recurso Saúde 15%

Projeto/Atividade: 2.116 – Manutenção e Encargos com a Coordenadoria do Hospital Municipal

Elemento de Despesa: 3.3.90.34.00.00.01.0002 – Outras Despesas de Pessoal Decorrente de Contrato de Terceirização

Valor: R$ 50.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0075 **– Saúde**

Recurso: 00.01.0002 – Recurso Saúde 15%

Projeto/Atividade: 2.117 – Manutenção e Encargos com a Coordenadoria do Pronto Atendimento de Ouro Branco do Sul

Elemento de Despesa: 3.3.90.34.00.00.01.0002 – Outras Despesas de Pessoal Decorrente de Contrato de Terceirização

Valor: R$ 40.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0075 **– Saúde**

Recurso: 00.01.0046 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS União

Projeto/Atividade: 2.136 – Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade-MAC

Elemento de Despesa: 3.3.90.11.00.00.01.0046 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal

Valor: R$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de agosto de 2019.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 264/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT e RAQUEL ALVES BRAGA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 262/2018, POR MAIS UM (01) ANO, CONTADOS DE 29/08/2019 A 29/08/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO(A) SERVIDOR(A) SUPRAMENCIONADO(A) NO CARGO DE SERVENTE DE PEDREIRO.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 265/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT e CARINA AUGUSTO DOS SANTOS

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 265/2018, POR MAIS UM (01) ANO, CONTADOS DE 29/08/2019 A 29/08/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO(A) SERVIDOR(A) SUPRAMENCIONADO(A) NO CARGO DE SERVENTE DE PEDREIRO.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 266/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT e EDUARDO HENRIQUE GALDINO

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 266/2018, POR MAIS UM (01) ANO, CONTADOS DE 30/08/2019 A 30/08/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO(A) SERVIDOR(A) SUPRAMENCIONADO(A) NO CARGO DE SERVENTE DE PEDREIRO.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 263/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT e HIAGO BARBOSA DA SILVA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 263/2018, POR MAIS UM (01) ANO, CONTADOS DE 24/08/2019 A 24/08/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO(A) SERVIDOR(A) SUPRAMENCIONADO(A) NO CARGO DE AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 411/2019.

Data da vigência: 23/07/2019 a 23/07/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): VIVIANE ROSA PIRES

Objeto: Contrato Administrativo nº 411/2019 firmado entre as partes de 23/07/2019 a 23/07/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA INTERNA Nº 09, DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

Designa o servidor que menciona para ser responsável pelo Programa Vigiágua no Município de Itiquira.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de viabilizar os trabalhos de alimentação do sistema e monitoramento da qualidade da água no âmbito do município de Itiquira/MT;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Servidor que menciona para responder como responsável pelo Programa Vigiágua e seus sistemas, como segue:

1- EVERTON TAFAREL DE SOUZA SILVA

CPF-MF: 062.016.665-75

Agente de Combate a Endemias

Art. 2º O servidor acima mencionado não receberá gratificação para responder pela responsabilidade técnica.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Saúde, em Itiquira-MT, 23 de AGOSTO de 2019.

FLÁVIO ALEXANDRE DOS SANTOS

Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 037-2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo por objeto a **"Aquisição de um veículo tipo ônibus rodoviário sendo de no máximo 13 (treze) anos de uso para atender a Secretaria de Assistência Social no Município de Jaciara-MT"**,nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **11 DE SETEMBRO DE 2019 - 14:00h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461-7925. Jaciara, 26 de agosto de 2019.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

Nome: Cleire Godoi Brasileiro / Cargo: Agente Comunitário de Saúde / Processo Seletivo Público Municipal 001/2017 / Edital de Convocação 003/2019/SMS / Data de Admissão 07/08/2019 / Contrato nº 516

Nome: Queiliane Dias Paes Oliveira / Cargo: Agente Comunitário de Saúde / Processo Seletivo Público Municipal 001/2017 / Edital de Convocação 003/2019/SMS / Data de Admissão 07/08/2019 / Contrato nº 517

Nome: Pamella Mara de Souza Nunes / Cargo: Agente Combate a Endemias / Processo Seletivo Público Municipal 001/2017 / Edital de Convocação 002/2019/SMS / Data de Admissão 01/08/2019 / Contrato nº 518

Nome: Sandra Fátima dos Reis / Cargo: Agente Combate a Endemias / Processo Seletivo Público Municipal 001/2017 / Edital de Convocação 002/2019/SMS / Data de Admissão 01/08/2019 / Contrato nº 519

Nome: Marinalva Viturino de Souza / Cargo: Agente Combate a Endemias / Processo Seletivo Público Municipal 001/2017 / Edital de Convocação 002/2019/SMS / Data de Admissão 07/08/2019 / Contrato nº 520

RESCISÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORARIO

Servidor: Camila Suares / Rescisão do Contrato nº 190/2019, de 01/05/2019 cargo de Auxiliar Desenvolvimento Infantil, a partir de 12/08/2019.

Servidor: Maria Aparecida Ribeiro / Rescisão do Contrato nº 168//2019, de 01/03/2019 cargo de Professor, a partir de 09/08/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA- MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 24.772.147/0001-68, localizada na Rua Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, S/Nº, Bairro Centro, JANGADA – MT – CEP. 78.490-000 TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar a abertura de procedimento licitatório, do tipo "Menor Preço Por Item", na modalidade Pregão Presencial nº 023/2019 Por Registro de Preços. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL DO TIPO ETANOL PARA ATENDER O MUNICIPIO DE JANGADA-MT, de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520/02, bem como nas Leis Complementares 123/2006, subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a ser regidas pelos mencionados diplomas legais e pelas cláusulas e condições do edital.

Entrega e abertura dos Envelopes: Até as 08:00 horas, do dia 29/08/2019 – no endereço acima.

Edital Completo: Afixado no endereço acima e-mail: licitacaojangada@hotmail.com. ou pelo SITE: http://www.jangadamt.com.br

Jangada – MT, 26 de Agosto de 2019.

ADILSON PEREIRA NUNES - Pregoeiro

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2019 - TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, Sr. EDERZIO DE JESUS MENDES, torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pelo Srº EDIANE DE BRITO ARAUJO, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, no processo de contratação direta com Pessoa Física: **ADAM JOSÉ NUNES DE OLIVEIRA, Inscrito no CPF Nº 005.286.011-64, objeto:**CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO (SHOW) ARTISTICOS NO "14º FESTIVAL DO PASTEL", NO MUNICÍPIO DE JANGADA/MT, mediante o pagamento de valor total de R$ 6.937,00 (seis mil novecentos e trinta e sete reais), onde formulou-se expediente de Dispensa de Licitação Nº 010/2019, fulcrada nas disposições do art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93, e no que couber o Decreto Federal Nº 9.412/2018, RATIFICA a justificativa apresentada e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal e autoriza a Prestação do Serviço, Objeto Licitado

Jangada/MT, 26 de Agosto de 2019.

EDERZIO DE JESUS MENDES - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 498,504,507,541-2019

Portaria nº 498/2019.

Dispõe sobre a revogação da Portaria nº740/2013 de 18//11/2013.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 15.190 de 08/08/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº740/2013 que determinou à **Equipe Gestora e ao** Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar a Organização e a composição de Turmas, nas Unidades Escolares.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 08 de agosto de 2019.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº504/2019.
DISPÕE SOBRE A CEDÊNCIA DA SERVIDORA SANDRA VIEIRA.

CARLOS AMADEU SIRENA, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando: O Processo de SAD nº 15.420 de 12/08/2019.

Considerando: Oficio nº887/2019-GP.

Considerando: Ofício n° 042/2019 27ª.

Considerando: Portaria nº 346/2019.

RESOLVE:

Art. lº - Ceder a servidora: **Sandra Vieira**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, ao Cartório da 27º Zona Eleitoral do Município de Juara, no período de 12/08/2019 a 10/08/2020;

Art. 2º - A cedência de que trata esta Portaria é com ônus para o órgão de origem.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 12 de agosto de 2019.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº507/2019.

Dispõe sobre nomeação do membros para compor a comissão de Processo de Sindicância.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processos SAD sob o nº. 20.455/2017, 20.952/2017, 22. 177/2017, 22.187/2017, 2.285/2018, 15.706/2018 e 7.993/2019 de 26/04/ 2019;

RESOLVE:

Art.1º-Designar: **Mauro Sérgio da Silva,** brasileiro, maior, efetivo no cargo de Fiscal Tributário de Obras e Posturas, matrícula nº 288, **Amauricio Alves Cordeiro,** brasileiro, maior, efetiva no cargo Fiscal Tributário de Obras e Posturas, matrícula nº 5599 e **Patrícia Alves da Silva**, brasileira, maior, efetiva no cargo de Agente Administrativo, matricula nº5100, para, sob a **presidência do primeiro**, constituírem **Comissão de Sindicância**, com sede a Rua Niterói, número 81 N, Centro, no Município de Juara, Estado de Mato Grosso, incumbido de apurar as denúncias de possíveis irregularidades referentes a conduta, atos e fatos relatados em desfavor do servidor **LAURO ROGÉRIO DO NASCIMENTO.**

Art. 2º - A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para concluir o processo, assegurando o servidor o princípio da ampla defesa, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Municipal nº 028/2007.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial a Portaria GP nº 091/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 16 de agosto de 2019.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº 541/2019.

"Dispõe sobre a nomeação da Fiscal de Contratos firmados junto a Previdência Social dos servidores de Juara."

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juara, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 8.666/93, Art. 67:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Srª. **SANDRA ALMEIDA TORSI GALVÃO,** brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 1018349-3 SSP/MT e do CPF nº 667. 373.201-63, para acompanhamento e Fiscalização do Contrato Administrativo nº001/2019, firmado com o Consórcio Gestor RPPS-CONSPREV.

Art. 2º - o Contrato Administrativo nº 001/2018, tem por objeto a contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços Técnicos de Assessoria para atendimento do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juara-**PREV-JUARA,** com efeitos retroagindo em 12 de agosto de 2019.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogar em especial a Portaria GP nº 250/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 22 de agosto de 2019.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 510/2019.

PORTARIA Nº 510/2019.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA LUCIANA LAZARETTI AVILA PEREZ DO CARGO DE ESPECIALISTA SAUDE-4589.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 16.008 de 20/08/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a servidora **LUCIANA LAZARETTI AVILA PEREZ**,brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 24714968 SSP/MT e do CPF nº 015.077.949-67, que exercia o cargo de **ESPECIALISTA SAÚDE/ODONTOLOGO**, junto a Secretaria Municipal de Saúde/Departamento de Gestão Administrativo/Divisão de Saúde Coletiva/Setor de Unidade ESF Estratégia Saúde da Família, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 20 de agosto de 2019.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

RECURSOS HUMANOS
PORTARIAS 544,545,546,547,548,549-2019

PORTARIA Nº. 544/2019.

O PREFEITO DE JUARA/MT, no uso da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no Art. 227 da Lei Complementar Municipal n°. 028/2007, que se refere ao Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Juara,

Considerando, o Processos SAD nº 16.220 de 21/08/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60(sessenta) dias a partir de 26/08/2019 a 24/10/2019, a Portaria 356/2019 de 24/06/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 26 de agosto de 2019.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº.545/2019.

O PREFEITO DE JUARA/MT, no uso da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no Art. 227 da Lei Complementar Municipal n°. 028/2007, que se refere ao Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Juara,

Considerando, o Processos SAD nº 16.221 de 21/08/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60(sessenta) dias a partir de 26/08/2019 a 24/10/2019, a Portaria 355/2019 de 24/06/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 26 de agosto de 2019.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº. 546/2019.

O PREFEITO DE JUARA/MT, no uso da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no Art. 227 da Lei Complementar Municipal n°. 028/2007, que se refere ao Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Juara,

Considerando, o Processo SAD nº 16.219 de 21/08/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60(sessenta) dias a partir de 26/08/2019 a 24/10/2019, a Portaria 354/2019 de 24/06/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 26 de agosto de 2019.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº 547/2019.

O PREFEITO DE JUARA/MT, no uso da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no Art. 231 da Lei Complementar Municipal n°. 028/2007, que se refere ao Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Juara,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a Portaria n°359/2019 por mais 60(sessenta) dias, no período de 26/08/2019 a 24/10/2019, sem prejuízo de sua remuneração, ao servidor **MAILSON DE SOUZA GUIMARÃES,** do exercício do cargo de Especialista Saúde/Odontólogo, a fim de evitar influência na apuração relativa ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria n° 356 de 24/06/2019, prorrogado pela Portaria n° 544/2019.

Art. 2º - Fica proibido o acesso do mencionado servidor às repartições internas deste Órgão, bem como o acesso a sistemas eletrônicos internos, posse de equipamentos e de documentos durante a vigência desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 26 de agosto de 2019.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº. 548/2019.

O PREFEITO DE JUARA/MT, no uso da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no Art. 231 da Lei Complementar Municipal n°. 028/2007, que se refere ao Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Juara,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a Portaria n°358/2019 por mais 60(sessenta) dias, no período de 26/08/2019 a 24/10/2019, sem prejuízo de sua remuneração, a servidora **GIOVANA MATHILDE OLIVEIRA**, do exercício do cargo de Especialista Saúde/Odontólogo, a fim de evitar influência na apuração relativa ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria n° 355, de 24/06/2019, prorrogado pela Portaria nº 545/2019.

Art. 2º - Fica proibido o acesso do mencionado servidor às repartições internas deste Órgão, bem como o acesso a sistemas eletrônicos internos, posse de equipamentos e de documentos durante a vigência desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 26 de agosto de 2019.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº. 549/2019.

O PREFEITO DE JUARA/MT, no uso da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no Art. 231 da Lei Complementar Municipal n°. 028/2007, que se refere ao Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Juara,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a Portaria n°357/2019 por mais 60(sessenta) dias, no período de 26/08/2019 a 24/10/2019, sem prejuízo de sua remuneração ao servidor **CLODIMAR JOSÉ RISSOTTI**, do exercício do cargo de Espe-

cialista Saúde/Odontólogo, a fim de evitar influência na apuração relativa ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria n° 354 de 24/06/2019, prorrogado pela Portaria n°546/2019.

Art. 2º - Fica proibido o acesso do mencionado servidor às repartições internas deste Órgão, bem como o acesso a sistemas eletrônicos internos, posse de equipamentos e de documentos durante a vigência desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 26 de agosto de 2019.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO

A Comissão de Pregão, da entidade Prefeitura Municipal de Juruena, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 088/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, que será realizada no dia 06/09/2019, às 09:00 horas, (horário de Brasília) no portal www.bll.org.br, conforme especificado no Edital de Licitação Pregão Eletrônico n.º 017/2019, Processo Administrativo n.º 052/2019. Informamos que o Edital encontra-se disponível nos sites www.bll.org.br e www.pmjuruena.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1346.

Objeto da Licitação: Aquisição de uma motoniveladora nova, zero hora de uso, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Juruena, conforme Contrato de Repasse n.º 882084/2018/MAPA/CAIXA, firmado entre o Município de Juruena e a Caixa Econômica Federal, de acordo com as especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo no Edital.

Entrega das Propostas: A partir de 27/08/2019 no portal: www.bll.org.br.

Juruena - MT, 26 de agosto de 2019.

Robson Gomes Dias Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

PORTARIA Nº 182/2019, 21 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE **EXONERAÇÃO** DO **CARGO COMISSIONADO DE GERENTE DE FINANÇAS** DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR o **Srº JUCIMAR HONORIO DA SILVA, Matricula nº 369,** brasileiro, casado, portador do RG nº 506.944 SSP/MT, CPF nº 468.887.211-91, residente e domiciliado à Rua Dois Irmãos, Nº 393, Centro, Juscimeira-MT, Efetivo no Cargo de Fiscal de Postura, do **Cargo Comissionado de Gerente de Finanças**.

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 21 de Agosto de 2019.

JOSE JUNIOR ALVES

Secretario de Fazenda e Finanças

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

AVISO LICITAÇÃO PREGÃO 028/2019

OBJETO: "Registro de Preços Para Futura e Eventual Contratação De Empresa Em Prestação De Serviços Em Serralheria, Para Atender As Necessidades Deste Municipio". **Data e Hora de Abertura:** 10-09-2019 as 08:00hs-MT. Edital pode ser retirado na Prefeitura e-mail licitacao@juscimeira.mt.gov.br dias úteis ou 66 3412-1371 ou 1381.

Juscimeira/MT, 26 de agosto de 2019

Diva Maria Santos Trindade

Pregoeiro

PORTARIA Nº 183/2019, 21 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE **NOMEAÇAO** PARA OCUPAR O **CARGO COMISSIONADO DE GERENTE DE TRIBUTOS** DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o **Srº JUCIMAR HONORIO DA SILVA, Matricula nº 369,** brasileiro, casado, portador do RG nº 506.944 SSP/MT, CPF nº 468.887.211-91, residente e domiciliado à Rua Dois Irmãos, Nº 393, Centro, Juscimeira-MT, Efetivo no Cargo de Fiscal de Postura, Para ocupar o **Cargo Comissionado de Gerente de Tributos**.

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 21 de Agosto de 2019.

JOSE JUNIOR ALVES

Secretario de Fazenda e Finanças

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Pricielly Andressa Barasuol Cabral - ME

OBJETO: "Registro de Preços Para Futura e Eventual Contratação De Empresa Especializada Em Prestação De Serviços Referente Coleta, Transporte e Destinação Final Dos Residuos Sólidos Domiciliares Da Área Urbana, Sede e Distritos, Para o Aterro No Setor Industrial Do Município De Juscimeira/MT"

PRAZO: 12 Meses

VALOR: R$ 304.200,00 (Trezentos Quatro Mil, Duzentos Reais)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Pricielly Andressa Barasuol Cabral – ME – CNPJ: 28.966.100/0001-96

PORTARIA Nº 181/2019, 21 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE **EXONERAÇÃO** DO **CARGO COMISSIONADO DE GERENTE DE TRIBUTOS** DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR o **Srº JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA, Matricula nº 321-1,** brasileiro, casado, portador do RG nº 394.333 SSP/MT, CPF nº 383.666.571-91, residente e domiciliado à Rua Alivio Soares,S/ Nº Bairro Cajus, Juscimeira-MT, Efetivo no Cargo de Oficial Administrativo, do **Cargo Comissionado de Gerente de Tributos**.

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 21 de Agosto de 2019.

JOSE JUNIOR ALVES

Secretario de Fazenda e Finanças

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

TERMO ADITIVO Nº 021/2019

REFERENTE CONTRATO Nº 015/2019/SMEC/PMLO

CONTRATADO: DIEGO JUSTINIANO SEVERO

OBJETO: RETIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS SEGUNDA E TERCEIRA DO CONTRATO Nº 015/2019

VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: **01/08/2019 A 20/12/2019**

TERMO DE DISTRATO Nº 002/2019

REFERENTE AO CONTRATO Nº 007/2016/SMS/PMLDO

CONTRATADO: EDER FRANCISCO DA SILVA

OBJETO: CONTRATO TEMPORÁRIO – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

DATA DO DISTRATO: 22/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 8025 DE 26 DE AGOSTO DE 2019 "ALTERA O ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 7599 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2019 QUE NOMEIA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR RESPONSÁVEL PELAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO, FISCALIZ

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – O artigo 1º da Portaria Nº 7599 de07 de fevereiro de 2019 passa vigorar com a seguinte redação:

Art.1º Nomear, os servidores abaixo para comporem a equipe Multidisciplinar Responsável pelas Atividades de Licenciamento, fiscalização Ambiental e da Gestão Plena das Atividades Ambientais do Município:

I. Licenciamento Ambiental

Antonio Pereira de Figueiredo Netto – Engenheiro Sanitarista – Portaria 6791

Thierry Clemente Dias Guerra Semensato – Engenheiro Civil – Portaria 6688

Lincon Sumida – Engenheiro Ambiental – Portaria 7961

II. Fiscalização

Gilberto Martins Bello da Silva – Engenheiro Agrônomo – Portaria 6684

Claudio Ribeiro da Silva – Fiscal de Tributos, Obras e Posturas – Portaria 6679

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

VALTER MIOTTO FERREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
LEI Nº 1123, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

AUTOR DO PROJETO DE LEI: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

PROJETO DE LEI N° 9932019.

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE FONTES E DESTINAÇÃO DE RECURSOS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ, DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei.

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir nas naturezas das despesas já fixadas na Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2019, fontes e destinação de recursos por crédito adicional suplementar nos termos do art. 41, I e II da Lei 4.320/64, a seguir:

07– SECRETARIA MUNICPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.002– Fundo Municipal de Educação

07.002.12 – Educação

07.002.12.361 – Ensino Fundamental

07.002.12.361.0030 – TRANSPORTE ESCOLAR DA ZONA RURAL

07.002.12.361.0030.10117 AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLARES, VANS, KOMBIS, MICRO-ÔNIBUS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE **– R$ 285. 000,00**

Fonte: 0.1.30.061000 FETHAB (Transporte Escolar) – R$ 285.000,00

TOTAL DA AÇÃO R$ 285.000,00

07– SECRETARIA MUNICPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.002– Fundo Municipal de Educação

07.002.12 – Educação

07.002.12.365 – Educação Infantil

07.002.12.365.0018 – EDUCAÇÃO INFANTIL – BRINCANDO E APRENDENDO

07.002.12.365.0018.10056 CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE PARQUE INFANTIL EM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CEMEIS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE **– R$ 87. 000,00**

Fonte: 0.1.01.000000 RECURSOS DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO R$ 87. 000,00

TOTAL DA AÇÃO R$ 87.000,00

07– SECRETARIA MUNICPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.001– Gabinete do Secretario

07.001.12 – Educação

07.001.12.122 – Administração Geral

07.001.12.122.0029 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.001.12.122.0029.20086 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3390400000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA **– R$ 7.000,00**

Fonte: 0.1.01.000000 RECURSOS DE IMPOSTO EDUCAÇÃO – R$ 7.000,00

TOTAL DA AÇÃO R$ 7.000,00

07– SECRETARIA MUNICPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.002 – Fundo Municipal de Educação

07.002.12 – Educação

07.002.12.365 – Educação Infantil

07.002.12.365.0018 – Educação Infantil – Brincando e Aprendendo

07.002.12.365.0018.20028 MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ

3390400000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – P. JURÍDICA **– R$ 3.100,00**

Fonte: 0.1.01.000000 RECURSOS DE IMPOSTO EDUCAÇÃO – R$ 3.100,00

TOTAL DA AÇÃO R$ 3.100,00

07– SECRETARIA MUNICPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.002– Fundo Municipal de Educação

07.002.12 – Educação

07.002.12.361 – Ensino Fundamental

07.002.12.361.0015 – REVITALIZANDO A EDUCAÇÃO

07.002.12.361.0015.10045 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL

3390400000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA **– R$ 56.460,00**

Fonte: 0.1.01.000000 RECURSOS DE IMPOSTO EDUCAÇÃO – R$ 56.460,00

TOTAL DA AÇÃO R$ 56.460,00

02–GABINETE DO PREFEITO

02.001– Gabinete do Prefeito

02.001.04 – Administração

02.001.04.122 – Administração Geral

02.001.04.122.0033 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0033.20094 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO

3390400000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA **– R$ 2.000,00**

Fonte: 0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS PRÓPRIOS – R$ 2.000,00

TOTAL AÇÃO R$ 2.000,00

08– SECRETARIA MUNICPAL DE SAÚDE

08.002– Fundo Municipal de Saúde

08.002.10 – Saúde

08.002.10.122 – Administração Geral

08.002.10.122.0038 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA

08.002.10.122.0038.20098 MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS

3390400000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA **– R$ 9.000,00**

Fonte: 0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS PRÓPRIOS – R$ 9.000,00

TOTAL DA AÇÃO R$ 9.000,00

TOTAL GERAL R$ 449.560,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar autorizado no artigo 1º

desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a anular igual importância, nos termos do art. 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320/64, das seguintes dotações orçamentárias:

07– SECRETARIA MUNICPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.002– Fundo Municipal de Educação
07.002.12 – Educação
07.002.12.361 – Ensino Fundamental
07.002.12.361.0030 – TRASPORTE ESCOLAR DA ZONA RURAL
07.002.12.361.0030.20089 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICAR$ 285.000,00
Fonte: 0130061000 FETHAB (Transporte Escolar) R$ 285.000,00
TOTAL DA AÇÃO R$ 285.000,00
02– GABINETE DO PREFEITO
02.001– Gabinete do Prefeito
02.001.04 – Administração
02.001.04.122 – Administração Geral
02.001.04.122.0033 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
02.001.04.122.0033.20089 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
3390350000 SERVIÇOS DE CONSULTORIA R$ 2.000,00
Fonte: 0100000000 RECURSOS ORDINÁRIOS PRÓPRIOS R$ 2.000,00
TOTAL DA AÇÃO R$ 2.000,00
08– SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.002– Fundo Municipal de Saúde
08.002.10 – Saúde
08.002.10.305 – Vigilância Epidemiológica
08.002.10.305.0041 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE
08.002.10.305.0041.20103 MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
3390300000 MATERIAL DE CONSUMO R$ 9.000,00
Fonte: 0100000000 RECURSOS ORDINÁRIOS PRÓPRIOS R$ 9.000,00
TOTAL DA AÇÃO R$ 9.000,00
07– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.001 – Gabinete do Secretário
07.001.12 – Educação
07.001.12.122 – Administração Geral
07.001.12.122.0029 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.001.12.122.0029.20088 – CAPACITAÇÃO DO QUADRO DE CONSELHEIROS DOS CONSELHOS MUNICIPAIS
3390.1400 – DIÁRIAS - CIVIL – R$ 5.580,00
Fonte: 0.1.01.00.00.00 – RECURSOS DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO - R$ 5.580,00
3390.3300 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO – R$ 2.564,00
Fonte: 0.1.01.00.00.00 – RECURSOS DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO - R$ 2.564,00
TOTAL DA AÇÃO R$ 8.144,00
07– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.002 – Fundo Municipal de Educação
07.002.12 – Educação
07.002.12.361 – Ensino Fundamental
07.002.12.361.0015 – REVITALIZANDO A EDUCAÇÃO
07.002.12.361.0015.10050 – REALIZAÇÃO DE PROJETOS, EVENTOS E EXPOSIÇÕES ARTICULADOS C/ BASE NACIONAL COMUM, RELACIONADOS A EDUCAÇÃO
3390.3000 – MATERIAL DE CONSUMO – R$ 3.419,00
Fonte: 0.1.01.00.00.00 – RECURSOS DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO - R$ 3.419,00
3390.3600 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA – R$ 5.000,00
Fonte: 0.1.01.00.00.00 – RECURSOS DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO - R$ 5.000,00
TOTAL DA AÇÃO R$ 8.419,00
07– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.002 – Fundo Municipal de Educação
07.002.12 – Educação
07.002.12.361 – Ensino Fundamental
07.002.12.361.0015 – REVITALIZANDO A EDUCAÇÃO
07.002.12.361.0015.10051 – CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE LABORATÓRIOS (INFORMÁTICA, MATEMÁTICA)
4490.5100 – OBRAS E INSTALAÇÕES – R$ 10.000,00
Fonte: 0.1.01.00.00.00 – RECURSOS DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO - R$ 10.000,00
TOTAL DA AÇÃO R$ 10.000,00
07– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.002 – Fundo Municipal de Educação
07.002.12 – Educação
07.002.12 365 – Educação Infantil
07.002.12.365.0018 – EDUCAÇÃO INFANTIL- BRINCANDO E APRENDENDO
07.002.12.365.0018.10058 – CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE BIBLIOTECA/BRINQUEDOTECA NAS UNIDADES
4490.5200 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – R$ 4.000,00
Fonte: 0.1.01.00.00.00 – RECURSOS DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO - R$ 4.000,00

TOTAL DA AÇÃO R$ 4.000,00
07– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.002 – Fundo Municipal de Educação
07.002.12 – Educação
07.002.12 365 – Educação Infantil
07.002.12.365.0018 – EDUCAÇÃO INFANTIL- BRINCANDO E APRENDENDO
07.002.12.365.0018.10059 – CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NAS UNIDADES DE ENSINO INFANTIL DO MUNICÍPIO
4490.5100 – OBRAS E INSTALAÇÕES – R$ 20.000,00
Fonte: 0.1.01.00.00.00 – RECURSOS DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO - R$ 20.000,00
TOTAL DA AÇÃO R$ 20.000,00
07– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.002 – Fundo Municipal de Educação
07.002.12 – Educação
07.002.12 365 – Educação Infantil
07.002.12.365.0018 – EDUCAÇÃO INFANTIL- BRINCANDO E APRENDENDO
07.002.12.365.0018.10063 – REALIZAÇÃO DE PROJETOS, EVENTOS E EXPOSIÇÕES ESCOLARES ARTIC. COM BASE NACIONAL COMUM, RELACIONADOS A EDUCAÇÃO
3390.3000 – MATERIAL DE CONSUMO – R$ 2.048,00
Fonte: 0.1.01.00.00.00 – RECURSOS DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO - R$ 2.048,00
3390.3900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – R$ 10.000,00
Fonte: 0.1.01.00.00.00 – RECURSOS DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO - R$ 10.000,00
TOTAL DA AÇÃO R$ 12.048,00
07– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.001 – Gabinete do Secretário
07.001.12 – Educação
07.001.12 122 – Administração Geral
07.001.12.122.0029 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.001.12.122.0029.10113 – CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
4490.5100 – OBRAS E INSTALAÇÕES – R$ 10.000,00
Fonte: 0.1.00.00.00.00 – RECURSOS ORDINÁRIOS PRÓPRIOS - R$ 10.000,00
TOTAL DA AÇÃO R$ 10.000,00
07– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.002 – Fundo Municipal de Educação
07.002.12 – Educação
07.002.12.364 – Ensino Superior
07.002.12.364.0015 – REVITALIZANDO A EDUCAÇÃO
07.002.12.364.0015.10066 – AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS INSTALAÇÕES DO CENTRO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR
4490.5100 – OBRAS E INSTALAÇÕES – R$ 10.000,00
Fonte: 0.1.00.00.00.00 – RECURSOS ORDINÁRIOS PRÓPRIOS - R$ 10.000,00
TOTAL DA AÇÃO R$ 10.000,00
07– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.002 – Fundo Municipal de Educação
07.002.12 – Educação
07.002.12.364 – Ensino Superior
07.002.12.364.0015 – REVITALIZANDO A EDUCAÇÃO
07.002.12.364.0015.10067 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA AS INSTALAÇÕES DO CENTRO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR
4490.5200 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – R$ 1.000,00
Fonte: 0.1.00.00.00.00 – RECURSOS ORDINÁRIOS PRÓPRIOS - R$ 1.000,00
TOTAL DA AÇÃO R$ 1.000,00
07– SECRETARIA MUNICPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.002– Fundo Municipal de Educação
07.002.12 – Educação
07.002.12.361 – Ensino Fundamental
07.002.12.361.0030 – TRANSPORTE ESCOLAR DA ZONA RURAL
07.002.12.361.0030.10117 AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLARES, VANS, KOMBIS, MICRO-ÔNIBUS
4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE **– R$ 69.949,00**
Fonte: 0.1.22.054000 TRANSF. DE CONV. EDUCAÇÃO UNIÃO – R$ 69.949,00
TOTAL DA AÇÃO R$ 69.949,00
TOTAL GERAL R$ 449.560,00
Art. 3º - Fica vedado ao Poder Executivo utilizar os recursos do crédito ora autorizado para suplementares dotações orçamentárias diferentes da autorizada no artigo 1º desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos vinte um dias do mês de agosto de 2019.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 8006 DE 19 DE AGOSTO DE 2019 "NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá- Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando as necessidades do poder público municipal e a supremacia de interesse público;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear, em caráter efetivo, o S.r. (a). ***CLEUDIVANIA LOPES DE ALMEIDA*** portador (a) do RG nº 055962682015-3 SESP/MA e inscrita no CPF sob o nº 086.984.713-90, no quadro de servidores do Município de Matupá, para exercer o Cargo de ***EDUCADOR SOCIAL – Zona Urbana,*** tendo sido aprovado (a) no Concurso Público Municipal 001/2019**.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 19 de agosto do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

-Prefeito Municipal de Matupá-

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 109/2019

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **REZER FRUTUOSO & CIA LTDA – EPP,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 33.664.004/0001-23 e Inscrição Estadual n° 130779610, com sede na Rua dos Cajueiros, nº 710, Bairro Centro, na Cidade de Guarantã do Norte/MT, CEP 78520-000, telefone n° (66) 3552-1102, neste ato representada pela Sra. ELZA REZER FRUTUOSO, portadora do RG n° 0435080-4 SSP/MT, inscrita no CPF n° 340.314.301-59, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÃO DE TECIDOS, CONFECÇÕES, ROUPARIA HOSPITALAR, CAMISAS, CAMISETAS E UNIFORMES PARA ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL",** de acordo com a clausula 04 desta Ata de Registro de Preço que são partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2019.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal de Agricultura; Secretaria Municipal de Educação e Desporto; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal Obras, Urbanismo e Transportes; Secretaria Municipal Meio Ambiente; Secretaria Municipal Cultura e Lazer.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

1 - LOTE 001 no valor de 19.618,78

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
371372	CAMISETE FEMININA MODELO TRADICIONAL, MANGA CURTA, TECIDO TRICOLINE LISTADINHO AZUL, COM LOGO DO MUNICIPIO E NOME DA PREFEITURA DE MATUPA BORDADO, COM ESPAÇAMENTO ENTRE BOTÕES FRONTAIS DE 6 EM 6CM. TAMANHOS VARIADOS MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	BIG LOJA	121,00	66,96	8.102,16
371373	CAMISETE FEMININA MODELO TRADICIONAL, MANGA LONGA, TECIDO TRICOLINE LISTADINHO AZUL, COM LOGO DO MUNICIPIO E NOME DA PREFEITURA DE MATUPA BORDADO, COM ESPAÇAMENTO ENTRE BOTÕES FRONTAIS DE 6 EM 6CM. TAMANHOS VARIADOS MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	BIG LOJA	73,00	66,96	4.888,08
371375	CAMISETE MASCULINA AZUL CLARA COM LISTRA AZUL ESCURA TRADICIONAL COM LOGO E NOME DA PREFEITURA BORDADO NO BOLSO, TAMANHOS VARIADOS, MANGA CURTA MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	BIG LOJA	50,00	66,95	3.347,50
371374	CAMISETE MASCULINA AZUL CLARA COM LISTRA AZUL ESCURA TRADICIONAL COM LOGO E NOME DA PREFEITURA BORDADO NO BOLSO, TAMANHOS VARIADOS, MANGA LONGA MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	BIG LOJA	49,00	66,96	3.281,04

5 - LOTE 005 no valor de 8.045,40

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
367966	CHAPEU AZUL MARINHO COM PROTEÇAO PARA O NAS COSTA - C/ CORES 8 X 1. TAMANHO EGG - BORDADA PESCOÇO E FACE. POSSUI BOTOES PARA PRENDER A ABA NAS LATERAIS E CORDAO DE PESCOÇO COM REGULAGEM. ABA TRASEIRA PARA PROTEGER O PESCOÇO, NUCA E ORELHAS CONTRA O SOL E INSETOS. EM TECIDO BRIM 100% ALGODAO, COM FORRO DE ALGODAO. TAMANHO ADULTO. COMPOSTO POR TRES GOMOS SENDO PARTE FRONTAL, TRASEIRA E TAMPA SUPERIOR, CALDA DE PROTEÇAO COM NO MINIMO 25 CM. COM PERSONALIZAÇAO FRONTAL	UN - UNIDADE	BIG LOJA	276,00	29,15	8.045,40

6 - LOTE 006 no valor de 4.139,60

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unit.	Total
367994	BOLSA EM LONA DE ALGODÃO IMPERMEABILIZADA, TODA DEBRUADA, ALÇA DE CADARÇO DE ALGODÃO LARGURA 50MM DA MESMA COR COM REGULAGEM, FECHAMENTO COM 2 TIRAS DE CADARÇO 25MM, 2 DIVISÕES INTERNAS MAIS UM BOLSO SEM LAPELA POR BAIXO DA TAMPA, TAMANHO 35 CM DE LARGURA X 40 CM DE ALTURA X 25 CM DE LATERAL, PARA AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS, COM LOGOMARCA, NA COR AZUL	UN - UNIDADE	BIG LOJA	40,00	103,49	4.139,60

11 - LOTE 011 no valor de 28.510,70

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unit.	Total
367532	TECIDO - ALGODAO CRU LISO, 2 X 2, 100 % ALGODAO, 120 G/M2, DIVERSOS MATERIAIS, 1,60 M, BRANCO	UN - UNIDADE	SERGIPE	270,00	8,24	2.224,80
371682	TECIDO - CETIM, TEXTURA ENCORPADA E DE BOA APARENCIA MEDINDO 1X1 (ARMACAO TELA, 100% POLIESTER, DE 230 A 240 G/M2, PARA CONFECCAO DE FANTASIAS, LARGURA 1,60 M, CORES VARIADAS	UN - UNIDADE	EUROTEXTIL	460,00	9,09	4.181,40
371675	TECIDO - FRALDA DUPLO BRANCO, MACIO, CONFORTAVEL E ABSORVENTES. LARGURA DUPLA 80CM METROS COMPOSICAO: 100% ALGODAO FABRICANTE: PAPI	UN - UNIDADE	ESTILOTEX	110,00	9,99	1.098,90
371674	TECIDO - TIPO ALGODAO,ARMACAO 2X1,COMPOSTO 100% ALGODAO,PESANDO 120G/M2,PARA PANO DE PRATO,LARGURA: 1,60M,CORES VARIADAS	UN - UNIDADE	ESTILOTEX	110,00	12,34	1.357,40
371679	TECIDO - TIPO MALHA DE ALGODAO, COMPOSTO DE ALGODAO, COM LARGURA DE 1,50M, NA COR VERDE CLARO	UN - UNIDADE	MALHARIA BRASIL	180,00	18,49	3.328,20
371681	TECIDO - TIPO PIQUE, ARMACAO FIO 10/1, COMPOSTO DE 100% ALGODAO, PESANDO 295G/M2, COM LARGURA DE 1,60M, NA COR BRANCA Detalhamento: TECIDO - TIPO PIQUE, ARMACAO FIO 10/1, COMPOSTO DE 100% ALGODAO, PESANDO 295G/M2, COM LARGURA DE 1,60M, NA COR BRANCA	UN - UNIDADE	ESTILOTEX	20,00	35,57	711,40

371673	TECIDO - TIPO TRICOLINE, 100% ALGODAO, PARA TRABALHO DE APLIQUE EM PET, EM CORES DIVERSAS, MEDINDO 1,40 M. Detalhamento: TECIDO - TIPO TRICOLINE, 100% ALGODAO, PARA TRABALHO DE APLIQUE EM PET, EM CORES DIVERSAS, MEDINDO 1,40 M.	UN - UNIDADE	EUROTEXTIL	190,00	23,99	4.558,10
371672	TECIDO - TIPO TRICOLINE, 100% ALGODAO, TAMANHO 30 X 35 CM, DIVERSAS ESTAMPAS, COM CORES VARIADAS. Detalhamento: TECIDO - TIPO TRICOLINE, 100% ALGODAO, TAMANHO 30 X 35 CM, DIVERSAS ESTAMPAS, COM CORES VARIADAS.	UN - UNIDADE	EUROTEXTIL	360,00	19,09	6.872,40
367549	TECIDO - TIPO TRICOLINE, ARMACAO TELA 2X2, 100% ALGODAO, PESANDO 120 G/M2, MEDINDO 1,40 M DE LARGURA Detalhamento: TECIDO - TIPO TRICOLINE, ARMACAO TELA 2X2, 100% ALGODAO, PESANDO 120 G/M2, MEDINDO 1,40 M DE LARGURA, NA COR BRANCA	M - METRO	EUROTEXTIL	190,00	21,99	4.178,10

15 - LOTE 015 no valor de 28.446,88

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unit.	Total
372036	CALCA - EM TECIDO BRIM, COM ELASTICO DE 4,0 CM E CADARCO NA CINTURA, COM DOIS BOLSOS FRONTAIS E DOIS TRASEIRO, FAIXAS REFLETIVAS NAS PERNAS, NA COR BRANCA, NO TAMANHO 36 AO 52. (COR E TAMANHO A SER DEFINIDO NO ATO DO PEDIDO)	UN - UNIDADE	BIG LOJA	360,00	41,87	15.073,20
371341	CAMISETA MALHA PV (MALHA FRIA) MANGA LONGA COM 67% DOS FIOS DE POLIESTER E 33% DE VISCOSE ANTI PILLING, GOLA REDONDA COM SERIGRAFIA (LETREIROS E ESTAMPAS/EMBLEMAS - FRENTE E COSTAS, COR DA CAMISETA E RIBANAS A CRITERIO DO CONTRATANTE DEVERA SER DISPONIBILIZADO UMA VARIEDADE MININA DE 10 OPÇOES DE CORES E TAMANHO VARIADOS (PP, P, M). MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	BIG LOJA	396,00	17,63	6.981,48
371342	CAMISETA MALHA PV (MALHA FRIA) MANGA LONGA COM SERIGRAFIA (LETREIROS E ESTAMPAS/EMBLEMAS - FRENTE E COSTAS, COR DA CAMISETA E RIBANAS A CRITERIO DO CONTRATANTE - DEVERA SER DISPONIBILIZADO UMA VARIEDADE MININA DE 10 OPÇOES DE CORES E TAMANHO VARIADOS (G, EG,XXG). MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	BIG LOJA	310,00	20,62	6.392,20

21 - LOTE 021 no valor de 34.199,92

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
371925	CAMISA - DO TIPO CAMISETE, FEMININA, MANGA LONGA, TECIDO TRICOLINE, AZUL GELEIRA, COM LOGO BORDADO, COM LOGO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E ESCRITO O NOME DA SECRETARIA, ESPACAMENTO ENTRE BOTOES FRONTAIS DE 6 EM 6CM, TAMANHOS VARIADOS.	UN - UNIDADE	BIG LOJA	105,00	66,79	7.012,95
371924	CAMISA - DO TIPO CAMISETE, MASCULINA, MANGA LONGA, TECIDO TRICOLINE, AZUL GELEIRA, COM LOGO BORDADO, COM LOGO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E ESCRITO O NOME DA SECRETARIA, ESPACAMENTO ENTRE BOTOES FRONTAIS DE 6 EM 6CM, TAMANHOS VARIADOS.	UN - UNIDADE	BIG LOJA	26,00	66,79	1.736,54
371928	CAMISETE FEMININA MODELO TRADICIONAL, MANGA CURTA, TECIDO TRICOLINE AZUL GELEIRA, COM LOGO DA SECRETARIA DE SAUDE E ESCRITO O NOME DA INSTITUIÇÃO BORDADO, COM ESPAÇAMENTO ENTRE BOTÕES FRONTAIS DE 6 EM 6CM. TAMANHOS VARIADOS. MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	BIG LOJA	74,00	66,79	4.942,46
371585	CAMISETE FEMININA MODELO TRADICIONAL, MANGA CURTA, TECIDO TRICOLINE AZUL GELEIRA, COM LOGO DA SECRETARIA DE SAUDE E ESCRITO O NOME HOSPITAL MUNICIPAL EM BORDADO, COM ESPAÇAMENTO ENTRE BOTÕES FRONTAIS DE 6 EM 6CM. TAMANHOS VARIADOS. MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	BIG LOJA	88,00	66,79	5.877,52
371926	CAMISETE FEMININA MODELO TRADICIONAL, MANGA LONGA, TECIDO TRICOLINE AZUL GELEIRA, COM LOGO DA SECRETARIA DE SAUDE E ESCRITO O NOME DA INSTITUIÇÃO BORDADO , COM ESPAÇAMENTO ENTRE BOTÕES FRONTAIS DE 6 EM 6CM. TAMANHOS VARIADOS. MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	BIG LOJA	20,00	66,85	1.337,00
371583	CAMISETE FEMININA MODELO TRADICIONAL, MANGA LONGA, TECIDO TRICOLINE AZUL GELEIRA, COM LOGO DA SECRETARIA DE SAUDE E ESCRITO O NOME HOSPITAL MUNICIPAL EM BORDADO, COM ESPAÇAMENTO ENTRE BOTÕES FRONTAIS DE 6 EM 6CM. TAMANHOS VARIADOS. MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	BIG LOJA	85,00	66,79	5.677,15
371929	CAMISETE MASCULINA MODELO TRADICIONAL, MANGA CURTA, TECIDO TRICOLINE AZUL GELEIRA, COM LOGO DA SECRETARIA DE SAUDE E ESCRITO O NOME DA INSTITUIÇÃO BORDADO , COM ESPAÇAMENTO ENTRE BOTÕES FRONTAIS DE 6 EM 6CM. TAMANHOS VARIADOS. MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	BIG LOJA	68,00	66,82	4.543,76
371586	CAMISETE MASCULINA MODELO TRADICIONAL, MANGA CURTA, TECIDO TRICOLINE AZUL GELEIRA, COM LOGO DA SECRETARIA DE SAUDE E ESCRITO O NOME HOSPITAL MUNICIPAL EM BORDADO, COM ESPAÇAMENTO ENTRE BOTÕES FRONTAIS DE 6 EM 6CM. TAMANHOS VARIADOS. MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	BIG LOJA	10,00	66,79	667,90
371927	CAMISETE MASCULINA MODELO TRADICIONAL, MANGA LONGA, TECIDO TRICOLINE AZUL GELEIRA, COM LOGO DA SECRETARIA DE SAUDE E ESCRITO O NOME DA INSTITUIÇÃO BORDADO BORDADO, COM ESPAÇAMENTO ENTRE BOTÕES FRONTAIS DE 6 EM 6CM. TAMANHOS VARIADOS. MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	BIG LOJA	20,00	66,80	1.336,00
371584	CAMISETE MASCULINA MODELO TRADICIONAL, MANGA LONGA, TECIDO TRICOLINE AZUL GELEIRA, COM LOGO DA SECRETARIA DE SAUDE E ESCRITO O NOME HOSPITAL MUNICIPAL EM BORDADO, COM ESPAÇAMENTO ENTRE BOTÕES FRONTAIS DE 6 EM 6CM. TAMANHOS VARIADOS. MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	BIG LOJA	16,00	66,79	1.068,64
Total Fornecedor						**R$ 122.961,28**

5 - DA PRESTAÇÃO

5.1 - O prazo máximo para entrega objeto do pedido, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações serão de:

5.1.1 – 15 dias quando se tratar de confeccionar;

5.1.2 – 08 dias quando se tratar de produtos prontos (ex. tecido).

5.1.3. O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.1.3.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.1.3.2 Não apresente avaria ou adulteração;

5.2 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.3 – O Licitante deverá garantir a melhor qualidade dos serviços, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação;

5.4 - A CONTRATADA deverá manter sigilo dos dados e informações a que tiver acesso e ceder ao CONTRATANTE o direito patrimonial, a propriedade intelectual de toda e qualquer documentação e produtos gerados, logo após o recebimento definitivo dos serviços prestados;

5.5 - A CONTRATADA deverá obedecer aos padrões exigidos pelo contratante no momento da requisição do serviço referente a impressão, inclusive quanto às cores, tipo e gramatura do papel, acabamento e demais requisitos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;

5.6 - O serviço deverá ser executado conforme modelos e dimensões fornecidos pelas Secretarias do Município de Matupá. E obrigação da empresa contratada confeccionar a arte final e submeter a aprovação do Município de Matupá;

5.7 – E obrigação da empresa contratada acatar as modificações que poderão ocorrer na arte final, a critério da CONTRATANTE;

5.8 - Serão avaliados os seguintes itens na entrega dos materiais: falta de nitidez nas cores; vazamento de tinta; má definição das fotos; fotos não-nítidas; manchas nas cores; borrados na impressão; acabamento defeituoso; laminação com bolhas; acabamento soltos; folhas amassadas ou ainda em quaisquer outros casos em que seja o defeito notoriamente visualizado;

- Caberá à Licitante Vencedora:

Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

– Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.11 - Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

5.12 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser substituído pela Contratada imediatamente após constatação dos problemas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.13 – A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

- Recebimento dos Produtos:

- Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

- Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

- O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

- A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da prestação dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.12 - O atraso na prestação dos serviços caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas nesta Ata;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos/serviços bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco do Brasil, Ag. Nº 1589-X Conta corrente nº 13.662-0 REZER FRUTUOSO & CIA LTDA – EPP

8.2 – A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

8.3 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.4 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.6 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos serviços decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao serviço do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos/serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão prestados serviços, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE O PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 14.001.04.122.0035.20096- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SECRETARIA DE GOVERNO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.20110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.20020– MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNIC DE ENS FUNDAMENTAL– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNIC DE ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20029– MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNIC DE ENSINO INFANTIL – CRECHE– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.20103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.20046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.20050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.304.0041.2.0105 – MANUTENÇÃO DA VISA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20048 – MANUTENÇÃO LABORATÓRIO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.20057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.2.0071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO DO IGD SUAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 13.001.13.812.0017.20037 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA, BIBLIOTECA PÚBLICA, BANDA/FANFARRA MUNICIP, GRUPO DE TEATRO D'ARTE CULTURA– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.22.122.0042.20117 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E TURISMO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1 – Foi designado através de portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos	3011/2013
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - CRAS	Cides Semprebom Bezerra	7450/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - CREAS	Graziela da Rocha Ribeiro Martins	4053/2014
Secretaria Municipal de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	Ana Lúcia de Souza	2735/2013
Secretaria Municipal de Educação	Clarise Wenzel	7925/2019
Secretaria de Esporte e Lazer	Adenil Peres Bandeira	4991/2015
Secretaria Municipal de Agricultura	Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi	7202/2018
Secretaria Municipal de Indústria e Comércio	Julise Trevisan	7226/2018
Secretaria Municipal de Cultura e Lazer	Vânia Cinara Becker	3006/2013
Secretaria Municipal de Saúde - PSF	Clarisse Maria Sala	2336/2013
Secretaria Municipal de Saúde	Edna Schwingel	2722/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRM	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017
Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância	Francisco Carlos Vieira	6579/2017
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janice Kerber	2340/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Saúde - Laboratório	Mariza Rafaela Baptista da Silva	7734/2019
Secretaria Municipal de Obras	Celia Pereira Bueno da Silva	7979/2019

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 50/2019** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 22 de agosto de 2019.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

REZER FRUTUOSO & CIA LTDA – EPP

CNPJ sob o nº. 33.664.004/0001-23

ELZA REZER FRUTUOSO

CPF n° 340.314.301-59

Contratada

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 111/2019

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa empresa **S.M. GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA-EPP** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 08.711.005/0001-34 e Inscrição Estadual n° 13.337.773-7, com sede na Avenida Miguel Sutil, n° 14230, Bairro Coophamil, na cidade de Cuiabá/MT, CEP 08.711.005/0001-34, telefone n° (65) 3637-2577, neste ato representada pelo sócio **SANDRA MARA GIUSTTI DE ARRUDA,** portadora do CPF nª 545.300.591-20 e RG. 08141924 SJ/MT, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÃO DE TECIDOS, CONFECÇÕES, ROUPARIA HOSPITALAR, CAMISAS, CAMISETAS E UNIFORMES PARA ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL",** de acordo com a clausula 04 desta Ata de Registro de Preço que são partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2019.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal de Agricultura; Secretaria Municipal de Educação e Desporto; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal Obras, Urbanismo e Transportes; Secretaria Municipal Meio Ambiente; Secretaria Municipal Cultura e Lazer.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

2 - LOTE 002 no valor de 1.017,9000

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unit.	Total
372103	CALÇA - BRIM LEVE, NA COR CINZA, 36 A 56	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	30,00	33,93	1.017,90

4 - LOTE 004 no valor de 15.010,0000

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unit.	Total
372100	JALECO - DE MANGA LONGA, GOLA E PÉ DE GOLA PESPONTADA, PUNHO EM RIBANA, DE TECIDO OXFORD COR BRANCA, AVIAMENTO 100% POLIESTER NA COR DO TECIDO, COM DOIS BOLSOS INFERIORES E UM SUPERIOR ESQUERDO COM A LOGOMARCA LABORATORIO MUNICIPAL DE MATUPA, NOS TAMANHOS UNISSEX: P, M, G E GG.	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	50,00	50,00	2.500,00
372101	JALECO - DE MANGA LONGA, GOLA TIPO PADRE, PUNHO EM RIBANA, DE TECIDO OXFORD COR BRANCA, AVIAMENTO 100% POLIESTER NA COR DO TECIDO, COM DOIS BOLSOS INFERIORES E UM SUPERIOR ESQUERDO COM A LOGOMARCA LABORATORIO MUNICIPAL DE MATUPA, NOS TAMANHOS UNISSEX: P, M, G E GG.	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	50,00	50,00	2.500,00
372035	JALECO FEMININO OXFORDINE 100% POLIESTER, SEM MANGA, SEM GOLA, CORES EM TONALIDADE CLARA, ABERTURA EM V, SEM PUNHO, NO MINIMO 05 BOTOES FRONTAIS E UM RESERVA, 2 BOLSOS INFERIORES EMBUTIDOS, MEDIDA DE 13X14CM, 1 BOLSO NA ALTURA DO PEITO AO LADO ESDQUERDO MEDINDO 11X12CM, BORDADO DE ATE 7 CORES MEDINDO 9X5CM (LOGOTIPO DA SECRETARIA/PREFEITURA) CINTO NAS COSTAS, TAMANHOS PP, P, M, G, GG, EG. (COR E TAMANHO A SER DEFINIDO NO ATO DO PEDIDO)	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	162,00	45,00	7.290,00

371581	JALECO MANDA LONGA, EM BRIM PROFISSIONAL, COR AZUL ESCURO ROYAL. MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	68,00	40,00	2.720,00

10 - LOTE 010 no valor de 6.050,0000

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unit.	Total
371356	CALÇA JEANS FEMININA, TAMANHO 34 AO 44. MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	100,00	38,00	3.800,00
371355	CALÇA JEANS MASCULINA, TAMANHO 34 AO 44. MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	50,00	45,00	2.250,00

13 - LOTE 013 no valor de 16.930,3200

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unit.	Total
371671	CAMISETA - COMPOSTA DE 67% POLIESTER E 33% VISCOSE, GRAMATURA DE 158 G/M2, CONSTRUCAO DO TIPO MALHA FRIA, NO TAMANHO P/M/G/GG, COM MANGA CURTA, GOLA NAS CORES DIVERSAS, TIPO UNISSEX, EM COR E ESTAMPAS VARIADAS, LOGOMARCA EM POLICROMIA NA FRENTE E VERSO	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	1272,00	13,31	16.930,32

17 - LOTE 017 no valor de 3.673,5000

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unit.	Total
372038	CAMISETA MANGA CURTA GOLA POLO, COM DETALHE NO PUNHO, ABERTURA FRONTAL COM 3 BOTÕES E ACABAMENTO COM DETALHE INTERNO, EM MALHA FRIA 67% POLIESTER E 33 % DE VISCOSE, COSTURA 100% OVERLOCADAS E ACABAMENTO DE 1ª QUALIDADE, BORDADO APLICADO NA PARTE FRONTAL LADO ESQUERDO COM LOGOMARCA DA SECRETARIA/PREFEITURA, COR: DIVERSAS, TAMANHOS PP, P, M, G, GG, EG. (COR E TAMANHO A SER DEFINIDO NO ATO DO PEDIDO)	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	150,00	24,49	3.673,50

20 - LOTE 020 no valor de 10.740,6000

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unit.	Total
372041	CAMISETA GOLA EM V, MALHA EM POLIVISCOSE 65% POLIESTER E 35% VISCOSE COM RIBANA, MANGA CURTA SILICADAS COM LOGOMARCA, DESCRIÇÃOSEUS RESPECTIVOS DEPARTAMENTOS (CONFORME NECESSIDADE DO EVENTO), NOS MODELOS BABY LOOK OU TRADICIONAL, CORES DIVERSAS, TAMANHOS PP, P, M, G, GG, EG. (COR E TAMANHO A SER DEFINIDO NO ATO DO PEDIDO)	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	780,00	13,77	10.740,60

22 - LOTE 022 no valor de 3.392,6400

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unit.	Total
371345	CAMISETA EM MALHA 100% POLIESTER ANTI PILLING , GOLA REDONDA COM RIBANAS ELASTANO , MANGA CURTA, COM SERIGRAFIA (LETREIROS, FIGURAS / ESTAMPAS E EMBLEMAS) - FRENTE E COSTA - COR DA CAMISETA E RIBANAS A CRITERIO DO CONTRATANTE - DEVERA SER DISPONIBILIZADO UMA VARIEDADE MININA DE 10 OPÇOES DE CORES E TAMANHO VARIADOS (PP , P, M). MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	248,00	13,68	3.392,64

23 - LOTE 023 no valor de 55.555,9500

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unit.	Total
368002	AVENTAL CIRÚRGICO – CAPOTE CIRÚRGICO EM BRIM PROFISSIONAL PESADO 100% ALGODÃO, TAM G – COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAÚDE (HOSPITAL)	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	30,00	53,44	1.603,20
368003	AVENTAL CIRÚRGICO – CAPOTE CIRÚRGICO EM BRIM PROFISSIONAL PESADO 100% ALGODÃO, TAM M – COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAÚDE (HOSPITAL)	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	30,00	53,44	1.603,20
371359	CAMISOLA TRANSPASSADA 180 FIOS 100% ALGODÃO ABERTA COM 3 PARES DE TIRAS PARA AMARRAR (UM LEVE TRANSPASSE DE 5 CM), TAMANHO M ? AZUL CLARO COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAÚDE (HOSPITAL). MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	90,00	25,79	2.321,10
371360	CAMISOLA TRANSPASSADA EM PERCAL 180 FIOS 100% ALGODÃO ABERTA COM 3 PARES DE TIRAS PARA AMARRAR (UM LEVE TRANSPASSADO DE 5 CM), TAMANHO G AZUL CLARO COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAÚDE (HOSPITAL). MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	70,00	25,79	1.805,30
371570	CAMPO CIRURGICO EM BRIM PROFISSIONAL PESADO 1,10 CM X 1,60 CM 100% ALGODAO - SIMPLES - COR AZUL ROYAL	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	100,00	30,40	3.040,00
367982	CAMPO CIRURGICO SIMPLES BRIMPROFISSIONAL HOSPITAL). PESADO COR AZUL ROYAL TAMANHO 0,80 X 0,80 - COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAUDE (HOSPITAL).	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	100,00	14,74	1.474,00
367983	CAMPO CIRURGICO SIMPLES EM BRIM (HOSPITAL). PROFISSIONAL PESADO COR AZUL ROYAL TAMANHO 0,50 X 0,50 - COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAUDE (HOSPITAL).	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	50,00	12,00	600,00
371572	CAMPO DUPLO EM BRIM PROFISSIONAL PESADO 100% ALGODÃO TAM 0,40 CM X 0,40 CM, COR AZUL ROYAL	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	30,00	10,13	303,90
367979	CAMPO DUPLO EM BRIM PROFISSIONAL PESADO 100% ALGODÃO TAM 0,60 CM X 0,60 CM, COR AZUL	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	50,00	16,58	829,00
367976	CAMPO DUPLO EM BRIM PROFISSIONAL PESADO 100% ALGODÃO TAM 0,80 CM X 0,80 CM COR AZUL	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	50,00	18,42	921,00
371571	CAMPO DUPLO EM BRIM PROFISSIONAL PESADO 100% ALGODÃO TAM 1,00 CM X 0,80 CM, COR AZUL ROYAL	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	50,00	23,03	1.151,50
367978	CAMPO DUPLO EM BRIM PROFISSIONAL PESADO 100% ALGODÃO TAM 1,50 CM X 1,50 CM, COR AZUL	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	50,00	52,52	2.626,00

367977	CAMPO EM BRIM PROFISSIONAL PESADO 100% ALGODÃO DUPLO 0,60 CM X 0,60 CM COR AZUL ROYAL	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	50,00	16,58	829,00
367981	CAMPO EM BRIM PROFISSIONAL PESADO 2,00 X 1,50 CM 100% ALGODÃO – SIMPLES COR AZUL ROYAL	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	100,00	37,77	3.777,00
371576	CAMPO FENESTRADO EM BRIM PROFISSIONAL (FENESTRA DE 10CM - CENTRALIZADA). PESADO 100% ALGODAO SIMPLES 0,50 X 0,50 CM COR AZUL ROYAL	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	120,00	11,97	1.436,40
367999	CONJUNTO CIRÚRGICO EM BRIM PESADO PROFISSIONAL NA COR AZUL ROYAL CONTENDO BLUSA E CALÇA TAMANHO G – COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAÚDE (HOSPITAL)	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	25,00	54,82	1.370,50
368000	CONJUNTO CIRÚRGICO EM BRIM PESADO PROFISSIONAL NA COR AZUL ROYAL CONTENDO BLUSA E CALÇA TAMANHO GG – COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAÚDE (HOSPITAL)	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	25,00	58,96	1.474,00
367998	CONJUNTO CIRÚRGICO EM BRIM PESADO PROFISSIONAL NA COR AZUL ROYAL CONTENDO BLUSA E CALÇA TAMANHO M – COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAÚDE (HOSPITAL)	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	25,00	50,67	1.266,75
371577	CONJUNTO CIRÚRGICO EM BRIM PESADO PROFISSIONAL NA COR AZUL ROYAL CONTENDO BLUSA E CALÇA TAMANHO P? COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAUDE (HOSPITAL)	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	25,00	49,29	1.232,25
368001	CONJUNTO CIRÚRGICO EM BRIM PESADO PROFISSIONAL NA COR AZUL ROYAL CONTENDO BLUSA E CALÇA TAMANHO XGG – COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAÚDE (HOSPITAL)	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	25,0000	63,5700	1.589,25
371578	CONJUNTO CIRÚRGICO EM BRIM PESADO PROFISSIONAL NA COR AZUL ROYAL CONTENDO BLUSA E CALÇA TAMANHO XXG? COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAUDE (HOSPITAL)	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	40,0000	63,5700	2.542,80
368014	FRONHAS DE TECIDO PERCAL 150 FIOS 100% ALGODÃO TAMANHO 0,50 CM X 0,70 CM – COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAÚDE (HOSPITAL)	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	75,0000	10,2500	768,75
371574	LENÇOL COM ELASTICO EM PERCAL 150 FIOS (100 % DE HOSPITAL). EM ALGODAO, TAMANHO 1,62 CM X 0,65 CM COR AZUL CLARO. - COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAUDE (HOSPITAL).	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	130,0000	15,6600	2.035,80
371575	LENÇOL SEM ELASTICO EM PERCAL 150 FIOS (100 % DE (HOSPITAL). ALGODAO) TAMANHO 1,60 CM X 2,50 CM COR AZUL CLARO. - COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAUDE (HOSPITAL).	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	120,0000	30,4000	3.648,00
371364	PIJAMA CIRÚRGICO UNISSEX, TECIDO: 100% ALGODÃO- BRIM LEVE, TECIDO INDICADO PARA USO MÉDICO-HOSPITALAR, COM COSTURA DUPLA NA COR AZUL MÉDIA. COMPOSTO DE BLUSA MANGA CURTA, SEM GOLA, DECOTE EM V, COM (02) DOIS BOLSOS FRONTAIS NA PARTE INFERIOR E CALÇA COMPRIDA COM BOLSOS FRONTAIS, ELÁSTICO E CORDÃO NA CINTURA, TAMANHOS P. COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAÚDE (HOSPITAL). MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	30,0000	58,0400	1.741,20
371366	PIJAMA CIRÚRGICO UNISSEX, TECIDO: 100% ALGODÃO- BRIM LEVE, TECIDO INDICADO PARA USO MÉDICO-HOSPITALAR, COM COSTURA DUPLA NA COR AZUL MÉDIA. COMPOSTO DE BLUSA MANGA CURTA, SEM GOLA, DECOTE EM V, COM (02) DOIS BOLSOS FRONTAIS NA PARTE INFERIOR E CALÇA COMPRIDA COM BOLSOS FRONTAIS, ELÁSTICO E CORDÃO NA CINTURA, TAMANHOS G. COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAÚDE (HOSPITAL). MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	50,0000	58,0400	2.902,00
371580	PIJAMA CIRÚRGICO UNISSEX, TECIDO: 100% ALGODÃO- BRIM LEVE, TECIDO INDICADO PARA USO MÉDICO-HOSPITALAR, COM COSTURA DUPLA NA COR AZUL MÉDIA. COMPOSTO DE BLUSA MANGA CURTA, SEM GOLA, DECOTE EM V, COM (02) DOIS BOLSOS FRONTAIS NA PARTE INFERIOR E CALÇA COMPRIDA COM BOLSOS FRONTAIS, ELÁSTICO E CORDÃO NA CINTURA, TAMANHOS GG. COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAÚDE (HOSPITAL). MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	50,0000	59,8900	2.994,50
371579	PIJAMA CIRÚRGICO UNISSEX, TECIDO: 100% ALGODÃO- BRIM LEVE, TECIDO INDICADO PARA USO MÉDICO-HOSPITALAR, COM COSTURA DUPLA NA COR AZUL MÉDIA. COMPOSTO DE BLUSA MANGA CURTA, SEM GOLA, DECOTE EM V, COM (02) DOIS BOLSOS FRONTAIS NA PARTE INFERIOR E CALÇA COMPRIDA COM BOLSOS FRONTAIS, ELÁSTICO E CORDÃO NA CINTURA, TAMANHOS XGG. COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAÚDE (HOSPITAL). MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	20,0000	61,7300	1.234,60
371365	PIJAMA CIRÚRGICO UNISSEX, TECIDO: 100% ALGODÃO- BRIM LEVE, TECIDO INDICADO PARA USO MÉDICO-HOSPITALAR, COM COSTURA DUPLA NA COR AZUL MÉDIA. COMPOSTO DE BLUSA MANGA CURTA, SEM GOLA, DECOTE EM V, COM (02) DOIS BOLSOS FRONTAIS NA PARTE INFERIOR E CALÇA COMPRIDA COM BOLSOS FRONTAIS, ELÁSTICO E CORDÃO NA CINTURA, TAMANHOS M. COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAÚDE (HOSPITAL). MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	30,0000	58,0400	1.741,20
371363	PIJAMA UNISSEX EM PERCAL 100% ALGODÃO (COMPOSTO DE CALÇA COMPRIDA COM ELÁSTICO E CORDÃO NA CINTURA PARA AMARRAR E BLUSA MANGA CURTA COM GOLA V, TAMANHO G COR AZUL CLARO COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAÚDE (HOSPITAL). MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	10,0000	47,9100	479,10
371362	PIJAMA UNISSEX EM PERCAL 100% ALGODÃO (COMPOSTO DE CALÇA COMPRIDA COM ELÁSTICO E CORDÃO NA CINTURA PARA AMARRAR E BLUSA MANGA CURTA COM GOLA V, TAMANHO M COR AZUL CLARO COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAÚDE (HOSPITAL). MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	10,0000	46,0700	460,70
371361	PIJAMA UNISSEX EM PERCAL 100% ALGODÃO (COMPOSTO DE CALÇA COMPRIDA COM ELÁSTICO E CORDÃO NA CINTURA PARA AMARRAR E BLUSA MANGA CURTA COM GOLA V, TAMANHO P ? COR AZUL CLARO ? COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAÚDE (HOSPITAL). MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	10,0000	46,0700	460,70
367997	PROPES (BRIM PROFISSIONAL PESADO COR AZUL ROYALSOLADO DE TRANÇADO CRU) – COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAÚDE (HOSPITAL)	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	50,0000	9,2100	460,50
368013	TRAVESSEIRO REVESTIDO EM NAPA COR AZUL COM ENCHIMENTO DE FIBRA SILICONADA TAMANHO 0,50CM X 0,70 CM – COM TIMBRE DA UNIDADE DE SAÚDE (HOSPITAL)	UN - UNIDADE	STILLUS UNIFORMES	75,0000	37,7700	2.832,75
Total Fornecedor						R$112.370,91

5 - DA PRESTAÇÃO

5.1 - O prazo máximo para entrega objeto do pedido, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações serão de:

5.1.1 – 15 dias quando se tratar de confeccionar;

5.1.2 – 08 dias quando se tratar de produtos prontos (ex. tecido).

5.1.3. O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.1.3.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.1.3.2 Não apresente avaria ou adulteração;

5.2 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.3 – O Licitante deverá garantir a melhor qualidade dos serviços, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação;

5.4 - A CONTRATADA deverá manter sigilo dos dados e informações a que tiver acesso e ceder ao CONTRATANTE o direito patrimonial, a propriedade intelectual de toda e qualquer documentação e produtos gerados, logo após o recebimento definitivo dos serviços prestados;

5.5 - A CONTRATADA deverá obedecer aos padrões exigidos pelo contratante no momento da requisição do serviço referente a impressão, inclusive quanto às cores, tipo e gramatura do papel, acabamento e demais requisitos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;

5.6 - O serviço deverá ser executado conforme modelos e dimensões fornecidos pelas Secretarias do Município de Matupá. E obrigação da empresa contratada confeccionar a arte final e submeter a aprovação do Município de Matupá;

5.7 – E obrigação da empresa contratada acatar as modificações que poderão ocorrer na arte final, a critério da CONTRATANTE;

5.8 - Serão avaliados os seguintes itens na entrega dos materiais: falta de nitidez nas cores; vazamento de tinta; má definição das fotos; fotos não-nítidas; manchas nas cores; borrados na impressão; acabamento defeituoso; laminação com bolhas; acabamento soltos; folhas amassadas ou ainda em quaisquer outros casos em que seja o defeito notoriamente visualizado;

- Caberá à Licitante Vencedora:

Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

– Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.11 - Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

5.12 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser substituído pela Contratada imediatamente após constatação dos problemas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.13 – A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

- Recebimento dos Produtos:

- Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

- Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

- O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

- A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da prestação dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.12 - O atraso na prestação dos serviços caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas nesta Ata;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos/serviços bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco do Brasil Ag. Nº 7139-0 Conta corrente nº 63.950-8 em nome de **S. M. GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA**

8.2 – A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

8.3 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.4 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.6 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos serviços decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao serviço do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos/serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão prestados serviços, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE O PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 14.001.04.122.0035.20096- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SECRETARIA DE GOVERNO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.20110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.20020– MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNIC DE ENS FUNDAMENTAL– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNIC DE ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20029– MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNIC DE ENSINO INFANTIL – CRECHE– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.20103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.20046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.20050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.304.0041.2.0105 – MANUTENÇÃO DA VISA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20048 – MANUTENÇÃO LABORATÓRIO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.20057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.2.0071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO DO IGD SUAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 13.001.13.812.0017.20037 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA, BIBLIOTECA PÚBLICA, BANDA/FANFARRA MUNICIP, GRUPO DE TEATRO D'ARTE CULTURA– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.22.122.0042.20117 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E TURISMO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1 – Foi designado através de portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos	3011/2013
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - CRAS	Cides Semprebom Bezerra	7450/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - CREAS	Graziela da Rocha Ribeiro Martins	4053/2014
Secretaria Municipal de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	Ana Lúcia de Souza	2735/2013
Secretaria Municipal de Educação	Clarise Wenzel	7925/2019
Secretaria de Esporte e Lazer	Adenil Peres Bandeira	4991/2015
Secretaria Municipal de Agricultura	Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi	7202/2018
Secretaria Municipal de Indústria e Comércio	Julise Trevisan	7226/2018
Secretaria Municipal de Cultura e Lazer	Vânia Cinara Becker	3006/2013
Secretaria Municipal de Saúde - PSF	Clarisse Maria Sala	2336/2013
Secretaria Municipal de Saúde	Edna Schwingel	2722/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRM	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017
Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância	Francisco Carlos Vieira	6579/2017
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janice Kerber	2340/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Saúde - Laboratório	Mariza Rafaela Baptista da Silva	7734/2019
Secretaria Municipal de Obras	Celia Pereira Bueno da Silva	7979/2019

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 50/2019** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 22 de agosto de 2019.

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

S M GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA - EPP

CNPJ nº. 08.711.005/0001-34

SANDRA MARA GIUSTTI DE ARRUDA

CPF nª 545.300.591-2

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 8009 DE 19 DE AGOSTO DE 2019 "NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá- Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando as necessidades do poder público municipal e a supremacia de interesse público;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear, em caráter efetivo, o S.r. (a). ***JESSICA LANA PEREIRA LIMA*** portador (a) do RG nº 2602696-1 SEJSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 049.050.971-18, no quadro de servidores do Município de Matupá, para exercer o Cargo de ***FISIOTERAPEUTA - 20H – Zona Urbana,*** tendo sido aprovado (a) no Concurso Público Municipal 001/2019**.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 19 de agosto do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

-Prefeito Municipal de Matupá-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 8008 DE 19 DE AGOSTO DE 2019 "NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá- Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando as necessidades do poder público municipal e a supremacia de interesse público;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear, em caráter efetivo, o S.r. (a). ***HOSANA SUNAQUI DA SILVA*** portador (a) do RG nº 1392105-3 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 019.957.261-50, no quadro de servidores do Município de Matupá, para exercer o Cargo de ***AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS – Zona Rural,*** tendo sido aprovado (a) no Concurso Público Municipal 001/2019**.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 19 de agosto do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

-Prefeito Municipal de Matupá-

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 110/2019

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **IMPACTO INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONFEÇÕES LTDA - ME** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 08.952.092/0001-11 e Inscrição Estadual n° 13.341.554-6, com sede na Rua das Aroeiras nº 570, Bairro Setor Comercial, na Cidade de Sinop/MT, telefone n° (66) 3532-2099, neste ato representada pelo sócio **EMERSON DE OLIVEIRA COSTA** portador do CPF nª 999.090.571-15 e RG. 1537110-7 SSP/MT, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÃO DE TECIDOS, CONFECÇÕES, ROUPARIA HOSPITALAR, CAMISAS, CAMISETAS E UNIFORMES PARA ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL",** de acordo com a clausula 04 desta Ata de Registro de Preço que são partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2019.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal de Agricultura; Secretaria Municipal de Educação e Desporto; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal Obras, Urbanismo e Transportes; Secretaria Municipal Meio Ambiente; Secretaria Municipal Cultura e Lazer.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

3 - LOTE 003 no valor de 689,00

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unit.	Total
372102	SAPATO DE PROTECAO - ANTIDERRAPANTE DO TIPO STICKY SHOE PARA O AMBIENTE DA COZINHA. CONFECCIONADO COM MATERIAL COMPOSTO DE TERMOPLASTICOS EXPANDIDO, QUE DA FLEXIBILIDADE, IMPERMEABILIDADE. SOLADO CONFECCIONADO COM MICRO RANHURAS TRANSVERSAIS QUE PERMITE PROTECAO CONTRA DERRAPAGENS EM TODAS AS DIRECOES. PALMILHA E REMOVIVEL E LAVAVEL, CONTANDO COM AGENTE BACTERICIDA E FUNGICIDA, PROPORCIONANDO UMA MELHOR ABSORCAO DE IMPACTO E SUOR AOS PES DO USUARIO	UN - UNIDADE	MARLUVAS	10,00	68,90	689,00

7 - LOTE 007 no valor de 29.874,00

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unit.	Total
371569	CAMISETA EM MALHA 100% POLIESTER PARA SUBLIMAÇÃO, GOLA V, COM RIBANAS, MANGA CURTA, COM LETREIROS E ESTAMPAS/EMBLEMAS COM 5X1 CORES DE TAMANHOS VARIADOS FRENTE E COSTA - COR DA CAMISETA E RIBANAS A CRITORIO DO CONTRATANTE - DEVERA SER DISPONIBILIZADO UMA VARIEDADE MININA DE 10 OPCOES DE CORES - TAMANHOS: G, GG, EG, XXG. MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	IMPACTO	1215,00	11,49	13.960,35
371343	CAMISETA EM MALHA 100% POLIESTER PARA SUBLIMAÇÃO, GOLA V, COM RIBANAS, MANGA CURTA, COM LETREIROS E ESTAMPAS/EMBLEMAS COM 5X1 CORES DE TAMANHOS VARIADOS FRENTE E COSTA - COR DA CAMISETA E RIBANAS A CRITORIO DO CONTRATANTE - DEVERA SER DISPONIBILIZADO UMA VARIEDADE MININA DE 10 OPCOES DE CORES - TAMANHOS: PP, P, M. MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	IMPACTO	1385,00	11,49	15.913,65

8 - LOTE 008 no valor de 7.192,00

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unit.	Total
371346	CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BOTINA, CONFECCIONADA EM COURO NOBUCK COM CURTIMENTO ATRAVESSADO, 1,8/2,0 MM LINHAS DE ESOESSURA, FORRAÇAO EM TECIDO N.O TECIDO TRANSPIRAVEL, FECHAMENTO EM CADARÇO E COLARINHO SINTETICO ACOLCHOADO E COSTURA CENTRAL, SOLADO EM PU BIDENSIDADE BICOLOR COM SISTEMA DE ABSORÇAO DE IMPACTO, INJETADO DIRETAMENTE AO CABEDAL. POSSUI RACHADURAS ESPECIAIS ANTIDERRAPANTE QUE PERMITEM TRACIONAR EM QUALQUER TIPO DE TERRENO. BIQUEIRA EM POLIPROPILENO (PLASTICO ULTRARESISTENTE), PALMILHA HIGIENICA ANTIBACTERIANA. TAMANHOS 34 AO 44. MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	CARTOM	80,00	89,90	7.192,00

9 - LOTE 009 no valor de 16.030,00

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unit.	Total
371353	CAMISETA GOLA POLO EM MALHA PIQUET PA (POLO TRADICIONAL), COM LOGOMARCA DO MUNICIPIO MATUPA BORDADO NA MANGA E IDENTIFICAÇAO BORDADO NO BOLSO E NAS COSTAS COR DA CAMISETA A CRITERIO DO CONTRATANTE - DEVERA SER DISPONIBILIZADO UMA VARIEDADE MININA DE 10 OPÇOES DE CORES E TAMANHO VARIADOS (PP, P,M). MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	IMPACTO	272,00	27,50	7.480,00
371354	CAMISETA GOLA POLO EM MALHA PIQUET PA (POLO TRADICIONAL), COM LOGOMARCA DO MUNICIPIO MATUPA BORDADO NA MANGA E IDENTIFICAÇAO BORDADO NO BOLSO E NAS COSTAS COR DA CAMISETA A CRITERIO DO CONTRATANTE ? DEVERA SER DISPONIBILIZADO UMA VARIEDADE MININA DE 10 OPÇOES DE CORES E TAMANHO VARIADOS (G, GG, XXG). MEDIDAS CONFORME A NBR 13377 DA ABNT E NBR 16060 DE 2012.	UN - UNIDADE	IMPACTO	300,00	28,50	8.550,00

12 - LOTE 012 no valor de 100.504,62

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unit.	Total
372032	BERMUDA - MASCULINA EM ELANCA COLEGIAL, 100% POLIESTER, GRAMATURA DE 240G/M2, COR VERDE BANDEIRA, COM ELASTICO COM 3 COSTURAS NA CINTURA, SEM BOLSOS, COM BRASAO EM SERIGRAFIA NA PERNA, TAMANHOS 02 A 14 ANOS. (COR E TAMANHO A SER DEFINIDO NO ATO DO PEDIDO)	UN - UNIDADE	IMPACTO	3690,00	12,75	47.047,50
372040	CAMISETA GOLA EM V, MALHA EM POLIVISCOSE 65% POLIESTER E 35% VISCOSE COM RIBANA, MANGA CURTA SILICADAS COM LOGOMARCA, DESCRIÇÃOSEUS RESPECTIVOS	UN - UNIDADE	IMPACTO	1448,00	10,91	15.797,68

	DEPARTAMENTOS (CONFORME NECESSIDADE DO EVENTO), NOS MODELOS BABY LOOK OU TRADICIONAL, CORES DIVERSAS, TAMANHOS 10,12,14 E 16 ANOS. (COR E TAMANHO A SER DEFINIDO NO ATO DO PEDIDO)					
372039	CAMISETA GOLA EM V, MALHA EM POLIVISCOSE 65% POLIESTER E 35% VISCOSE COM RIBANA, MANGA CURTA SILICADAS COM LOGOMARCA, DESCRIÇÃOSEUS RESPECTIVOS DEPARTAMENTOS (CONFORME NECESSIDADE DO EVENTO), NOS MODELOS BABY LOOK OU TRADICIONAL, CORES DIVERSAS, TAMANHOS 0,1,2,3,4,5,6,7 e 8 ANOS. (COR E TAMANHO A SER DEFINIDO NO ATO DO PEDIDO)	UN - UNIDADE	IMPACTO	3066,00	11,09	34.001,94
367529	SHORTS - INFANTIL, EM MALHA, TAMANHOS DIVERSOS	UN - UNIDADE	IMPACTO	350,00	10,45	3.657,50

14 - LOTE 014 no valor de 2.937,90

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
372031	SAPATO ANTIDERRAPANTE (SIMILAR STICKY SCHOE) NA COR BRANCO EM MATERIAL POLIMERICO IMPERMEAVEL, ELASTICO E FLEXIVEL CABEDAR TOTALMENTE FECHADO NA FRENTE E CALCANHAR, PALMILHA ANTI-UMIDADE, COM MATERIAL HIDRIREPELENTE, COM SELO IBTEC DE CONFORTO DE EPI APROVADO DO TAMANHO 34 AO 44. (COR E TAMANHO A SER DEFINIDO NO ATO DO PEDIDO)	UN - UNIDADE	MARLUVAS	42,00	69,95	2.937,90

16 - LOTE 016 no valor de 1.421,00

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unit.	Total
372037	CAMISETA GOLA POLO MANGA CURTA BABY LOOK, COM DETALHE NO PUNHO, ABERTURA FRONTAL COM 3 BOTÕES E ACABAMENTO COM DETALHE INTERNO, EM MALHA FRIA 67% POLIESTER E 33 % DE VISCOSE, COSTURA 100% OVERLOCADAS E ACABAMENTO DE 1ª QUALIDADE, BORDADO APLICADO NA PARTE FRONTAL LADO ESQUERDO COM LOGOMARCA DA SECRETARIA/PREFEITURA, COR: DIVERSAS, TAMANHOS PP, P, M, G, GG, EG. (COR E TAMANHO A SER DEFINIDO NO ATO DO PEDIDO)	UN - UNIDADE	IMPACTO	58,00	24,50	1.421,00

18 - LOTE 018 no valor de 1.563,00

Código	**Nome**	**Unidade**	**Marca**	**Quant.**	**Vlr. Unit.**	**Total**
372042	CAMISETA UNISSEX CONFECCIONADA EM TECIDO DRY FIT COM PROTEÇÃO UV, 100% POLIESTER, EM SUBLIMAÇÃO TOTAL (MODELO A SER DEFINIDO PELA CONTRATANTE), MANGA CURTA, GOLA REDONDA, ARTE EM SUBLIMAÇÃO TOTAL,TAMANHOS PP, P, M, G, GG, EG. (TAMANHO A SER DEFINIDO NO ATO DO PEDIDO)	UN - UNIDADE	IMPACTO	60,00	26,05	1.563,00
Total Fornecedor						**R$ 160.211,52**

5 - DA PRESTAÇÃO

5.1 - O prazo máximo para entrega objeto do pedido, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações serão de:

5.1.1 – 15 dias quando se tratar de confeccionar;

5.1.2 – 08 dias quando se tratar de produtos prontos (ex. tecido).

5.1.3. O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.1.3.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.1.3.2 Não apresente avaria ou adulteração;

5.2 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.3 – O Licitante deverá garantir a melhor qualidade dos serviços, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação;

5.4 - A CONTRATADA deverá manter sigilo dos dados e informações a que tiver acesso e ceder ao CONTRATANTE o direito patrimonial, a propriedade intelectual de toda e qualquer documentação e produtos gerados, logo após o recebimento definitivo dos serviços prestados;

5.5 - A CONTRATADA deverá obedecer aos padrões exigidos pelo contratante no momento da requisição do serviço referente a impressão, inclusive quanto às cores, tipo e gramatura do papel, acabamento e demais requisitos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;

5.6 - O serviço deverá ser executado conforme modelos e dimensões fornecidos pelas Secretarias do Município de Matupá. E obrigação da empresa contratada confeccionar a arte final e submeter a aprovação do Município de Matupá;

5.7 – E obrigação da empresa contratada acatar as modificações que poderão ocorrer na arte final, a critério da CONTRATANTE;

5.8 - Serão avaliados os seguintes itens na entrega dos materiais: falta de nitidez nas cores; vazamento de tinta; má definição das fotos; fotos não-nítidas; manchas nas cores; borrados na impressão; acabamento defeituoso; laminação com bolhas; acabamento soltos; folhas amassadas ou ainda em quaisquer outros casos em que seja o defeito notoriamente visualizado;

- Caberá à Licitante Vencedora:

Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

– Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.11 - Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

5.12 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser substituído pela Contratada imediatamente após constatação dos problemas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.13 – A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

- Recebimento dos Produtos:

- Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

- Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

- O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

- A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da prestação dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.12 - O atraso na prestação dos serviços caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas nesta Ata;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos/serviços bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco Caixa Econômica 104 Ag. Nº 3263 Conta corrente nº 056-0 em nome de **IMPACTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME**

8.2 – A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

8.3 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.4 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.6 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos serviços decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao serviço do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos/serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão prestados serviços, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE O PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 14.001.04.122.0035.20096- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SECRETARIA DE GOVERNO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.20110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.20020– MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNIC DE ENS FUNDAMENTAL– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNIC DE ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.20029– MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNIC DE ENSINO INFANTIL – CRECHE– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.20103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.20046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.20050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.304.0041.2.0105 – MANUTENÇÃO DA VISA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20048 – MANUTENÇÃO LABORATÓRIO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.20057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.2.0071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO DO IGD SUAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 13.001.13.812.0017.20037 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA, BIBLIOTECA PÚBLICA, BANDA/FANFARRA MUNICIP, GRUPO DE TEATRO D'ARTE CULTURA– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.22.122.0042.20117 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E TURISMO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1 – Foi designado através de portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos	3011/2013
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - CRAS	Cides Semprebom Bezerra	7450/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - CREAS	Graziela da Rocha Ribeiro Martins	4053/2014
Secretaria Municipal de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	Ana Lúcia de Souza	2735/2013
Secretaria Municipal de Educação	Clarise Wenzel	7925/2019
Secretaria de Esporte e Lazer	Adenil Peres Bandeira	4991/2015
Secretaria Municipal de Agricultura	Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi	7202/2018
Secretaria Municipal de Indústria e Comércio	Julise Trevisan	7226/2018
Secretaria Municipal de Cultura e Lazer	Vânia Cinara Becker	3006/2013
Secretaria Municipal de Saúde - PSF	Clarisse Maria Sala	2336/2013
Secretaria Municipal de Saúde	Edna Schwingel	2722/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRM	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017
Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância	Francisco Carlos Vieira	6579/2017
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janice Kerber	2340/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Saúde - Laboratório	Mariza Rafaela Baptista da Silva	7734/2019

Secretaria Municipal de Obras	**Celia Pereira Bueno da Silva**	**7979/2019**

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 50/2019** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 22 de agosto de 2019.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

IMPACTO INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONFEÇÕES LTDA - ME

CNPJ nº. 08.952.092/0001-11

EMERSON DE OLIVEIRA COSTA

CPF nº 999.090.571-15

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
LEI Nº 1124, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

AUTOR DO PROJETO DE LEI: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

PROJETO DE LEI N° 995/2019.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR REPASSE FINANCEIRO PARA O CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ - CONSEG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei.

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar repasse financeiro e firmar termo para o repasse com o Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município de Matupá-MT - CONSEG, inscrito no CNPJ sob nº 26.823.035/0001-14, com sede na Rua 15, nº 119, bairro Centro em Matupá/MT, com o objetivo de realizar repasse financeiro à Polícia Judiciária Civil para custear despesa com refeições de detentos que estão prestando serviços na construção da nova sede da Delegacia da Polícia Civil de Matupá-MT.

Art. 2º O repasse autorizado no artigo anterior será de R$ 12.000,00 (Doze mil reais), efetuado em (04) quatro parcelas mensais, no valor de R$ 3. 000,00 (Três mil reais), destinados a Polícia Judiciária Civil, conforme estabelecido no termo de repasse firmado para esse fim.

Parágrafo único. O Termo referente ao repasse será elaborado nas normas estabelecidas pelo ente repassador.

Art. 3º A despesa de que trata esta lei, será suportada pela dotação orçamentária constante no orçamento vigente do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos vinte e um dias do mês de Agosto de 2.019.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 420 DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, com base no Titulo V, Capítulo III da Lei Complementar nº 157/2016,

Considerando os termos da CI 70/2019/ADM/PLAN;

Considerando que o art. 113 da Lei Complementar nº 157/2016 dispõe que configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos;

Considerando a necessidade de assegurar o princípio do contraditório e da ampla defesa;

R E S O L V E:

Art. 1º - INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar em tese, abandono do cargo praticado pelo servidor GEMERSON LEITE DA COSTA E FARIA, Motorista, Matrícula/Registro nº 5514/126, em face do não cumprimento do disposto no Inciso X do artigo 92 da Lei Complementar nº 157/2016, podendo o servidor ensejar nas penalidades previstas nos artigos 103 e 108 do mesmo diploma legal.

Art. 2º - DESIGNAR comissão composta pelos servidores MASTERSON FELIPE DA SILVA, Auxiliar Administrativo, Matricula/Registro nº 4763/591; ROSIMAR CUSTÓDIO DA SILVA FIORIM, Agente Administrativo, Matrícula/Registro nº 5178/1133 e, MARIA ARACELLY MACHADO, Auxiliar Administrativo, Matricula nº 423/1699, para sob a presidência do primeiro, promoverem as investigações e demais diligências cabíveis.

Art. 3º - Para cumprir suas atribuições, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, adotando os procedimentos previstos na Lei Complementar nº 157/2016 inerentes ao Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 4º -O prazo para conclusão dos trabalhos será de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente Portaria.

Parágrafo Único: O prazo referido neste artigo, poderá ser prorrogado por igual período, caso as circunstâncias exigirem.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho" em 26 de agosto de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL n. 41/2019. O Município de Mirassol D'Oeste através de sua Pregoeira, torna público aos interessados o resultado do Pregão acima. OBJETO: SRP AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTUDO TÉCNICO EM SOLO NATURAL (SONDAGEM DE SOLO), sendo vencedora a empresa: ELAINE FRANÇA DE OLIVEIRA, CNPJ15.078.262/0001-46, com o valor unitário de R$155,00 (cento e cinquenta e cinco reais).**Adjudicado e Homologado em 23/08/19**. Euclides da Silva Paixão – Prefeito. Mara Aparecida Amarante – Pregoeira. M. D' Oeste, 27/08/2019.

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO PREGÃO 006/2019

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO

PREGÃO 006/2019

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às 08h30 (oito horas e trinta minutos) na sala de licitação do SAEMI – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D`Oeste - MT, reuniram-se a Equipe de Pregão composta por**: VANESSA GONÇALVES RIBEIRO- Auxiliar Administrativo e Financeiro** Pregoeira, **LUCINÉIA DIAS DOS SANTOS Recepcionista e Atendente e GLEICY MARTINEZ OCHIUTO – Agente Administrativo e Financeiro,** Membros,designados pela portaria n.º 004/2019, de 25/02/2019, para analisar e julgar as propostas referentes ao objeto da **PREGÃO 006/2019,** visando a sequência da sessão pública do **Pregão Presencial 006/2019**, em atendimento as disposições contidas na Lei nº 10520/2002, Decreto nº 5450/2005, **cujo objeto trata-se deREGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE ANALISES LABORATORIAIS DE ÁGUA E ESGOTO**. Objetivando atender as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D´Oeste – SAEMI.

CREDENCIAMENTO:

As empresas:

*****Nenhuma empresa se apresentou para esse **pregão n.006/2019, tornando a licitação DESERTA.**

Recurso

Não houve manifestação recursal para o pregão 006/2019.

ADJUDICAÇÃO

A pregoeira adjudicou os itens 01 ao 04 do lote 01, de acordo com tabela acima.

Sem mais a tratar deu-se por encerrada a presente reunião as 08h45(oito horas e quarenta e cinco) da qual, eu Vanessa Gonçalves Ribeiro, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação. Mirassol D´Oeste, Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e dezenove.

Pregoeira: Nome: VANESSA GONÇALVES RIBEIRO EQUIPE DE APOIO: **Nome: GLEICY MARTINEZ OCHIUTO**	Ass.: -
Nome: LUCINÉIA DIAS DOS SANTOS	Ass.:-
	Ass.: -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
COORD. DE PLANEJAMENTO - DECRETO 3545/2019

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2019

DECRETO Nº 3545 , DE 22 DE AGOSTO DE 2019 - LEI N.1493

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 4.200,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 09 03 FUNDO MUN.DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE

619	08.243.0022.2066.0000	MANUTENÇAO DAS AÇOES DESENVOLVIDAS PELO FMDCA	4.200,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 09 01 GABINETE DO SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

580	08.244.0007.2178.0000	MAN. DAS DESPESAS COM O EVENTO ENCONTRO DA MULHI	-4.200,00
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 22 de agosto de 2019

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 358/2019

PORTARIA Nº. 358/2019

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor ***Jesiel Lima dos Reis,*** *e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.297/2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade ao servidor *Jesiel Lima dos Reis,* portador do RG nº. 1518803-5 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 000.731.101.-08, pelo período de 03 (três) meses, a contar do dia 26/08/2019 a 23/11/2019, referente ao período aquisitivo dos anos de 2013 a 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 26 de agosto de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 30/2019

CONTRATO N° 30/2019 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **E – TAG CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA**, inscrita no CNPJ n° 05.319.939/0001-37. **Objeto:** ***Contratação De Empresa Para Construção Da Feira Do Produtor Rural, Para Atender Ao Contrato De Repasse N° 0348767-23/2010/MAPA/CAIXA*****. Valor: R$ 214.456,45** (duzentos e quatorze mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais com quarenta e cinco centavos. **Prazo de Execução:** 120 (cento e vinte) dias. **Prazo Vigência contratual:** 12 (doze) meses. **Data:** 23/08/2019. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e **E – TAG CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA** – Contratado

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 346/2019

PORTARIA Nº. 346/2019

"Institui Comissão de Sindicância para apurar possíveis irregularidades cometidas, e designa seus membros".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Fica determinada a abertura de Sindicância Administrativa e igualmente instituída a Comissãode Sindicância no âmbito da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades cometidas, pelo Sr. **Roenthege Leite de Jesus**, servidor efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os servidores abaixo relacionados comporão a Comissão instituída no *caput:*

Presidente: **CÉLIO FERNANDO SILVA E SOUZA** Membro: **EDSON FRIEDRICH** Membro: **MICAEL MIQUEIAS CALISTO**

Art. 2º. Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar informações e testemunhos necessários à instrução processual.

Art. 3º. A Comissão do Processo Administrativo deverá obedecer ao disposto na Lei 992/2006 respeitando os procedimentos e prazos, devendo apresentar relatório conclusivo da apuração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria.

Art. 4º. As funções desempenhadas pelos integrantes da Comissão do Processo Administrativo não são remuneradas, sendo consideradas como serviço relevante prestado ao Município.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 21 de agosto de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 332/2019

PORTARIA Nº. 332/2019

"ALTERA A PORTARIA N.º 306/2017 QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. LEOCIR HANEL, no uso das atribuições legais lhe são conferidas pela Lei, e

CONSIDERANDO o Parágrafo Único do Artigo 1º do Decreto Municipal nº 052/2015 que criou o Conselho Municipal do FETHAB;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os representantes do Conselho Municipal do FETHAB como segue:

Presidente: Rafael Roberto Botini - representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura;;

Membro: Mara Lurdes Ohlweiler – representante da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão;

Membro: Eliés Borges de Paula – representante dos moradores do Distrito de Roda d água;

Membro: Daniel Dalmolin – representante da Associação Comercial e Empresarial de Nobres – ACENOB.

Membro: **Ademar Rodrigues dos Santos** – representante da COMTUR

Membro: Amarildo Sampaio Anchieta – representante Municipal da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Mineração;

Membro: Acendino Mendes de Souza – representante da Secretaria de Infraestrutura;

Membro: Fernando de Moraes Silva – representante da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão;

Membro: Oscar dos Santos Lara– representante da Câmara dos Vereadores;

Membro: Rogério Frazão Sampaio - representante da Câmara dos Vereadores;

Membro: Elias Queiroz Carvalho – representante do Rotary Club

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 08 de agosto de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 582/2019, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

Concede parcela do tempo de licença prêmio devida ao servidor Florindo de Oliveira Almeida, e dá outras providências.

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder parcela do tempo de licença prêmio de direito ao servidor abaixo relacionado:

Florindo de Oliveira Almeida, Professor, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura de Nortelândia-Mt, referente ao período aquisitivo de 28/07/1994 (vinte e oito de julho de mil novecentos e noventa e quatro) a 28/07/1999 (vinte e oito de julho de mil novecentos e noventa e nove), cujo gozo se observará no período no período de 26/08/2019 (vinte e seis de agosto de dois mil e dezenove) a 26/10/12019 (vinte e seis de novembro de dois mil e dezenove), conforme requerido expressamente pelo servidor em questão.

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento o artigo 95, parágrafo 2° da Lei Complementar nº 021/2005 de 11/10/2005 (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Fundações Públicas e Autarquias do Município de Nortelândia-MT); e o artigo 119. Inciso X, da Lei nº 155/2010 de 12/02/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica Nortelândia-MT);

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso. Aos 26 dias do mês de agosto de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 26.08.2019

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE O. SCARPAT

Secretária de Administração, Planej.e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

PORTARIA Nº. 342/2019

PORTARIA Nº. 342/2019

Rose Mary Miranda de Carvalho, Coordenadora de Recursos Humanos-da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder 01(um) período de Licença Prêmio a servidora Publica Municipal **Kathea Jackeline da Silva Duarte**, lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer no cargo de Professora Ensino Infantil, matricula **457**, referente ao período aquisitivo de 2012/2017, conforme processo 001578/2019-1, compreendido de **01/08/2019 a 29/10/2019**. **Silvana Maria da Silva**, 01(um) período de Licença Prêmio, lotada na Secretaria Municipal Educação Esporte e Lazer no cargo de Apoio Municipal/Serviços Gerais – matricula **91**, referente ao período aquisitivo de 2013/2018, conforme processo 004621/2018-1, compreendido de **05/08/2019 a 02/11/2019**. **Joziquele França de Morais**, 01 (um) período de Licença Prêmio, lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, no cargo de Apoio Nutricional da Educação, matrícula **1144**, referente ao período aquisitivo 2012/2017, conforme processo 00242/2018, compreendido de **10/08/2019 a 07/11/2019**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 13 de Agosto de 2019.

Rose Mary Miranda de Carvalho

Coordenadora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº. 381/2019

PORTARIA Nº. 381/2019

Rose Mary Miranda de Carvalho, Coordenadora de Recursos Humanos-da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder 01(um) período de Licença Prêmio a servidora Publica Municipal **Ana Antonio de Oliveira**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde no cargo de Apoio da Saúde/Serviços Gerais, matricula **606,** referente ao período aquisitivo de 2013/2018, conforme processo 003200/2018-1, compreendido de **15/08/2019 a 12/11/2019**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 23 de Agosto de 2019.

Rose Mary Miranda de Carvalho

Coordenadora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 383/2019

PORTARIA Nº 383/2019

"Dispõe sobre o desligamento e designação de novos membros para compor a Comissão Permanente de Avaliação Institucional – CPAI e dá outras providências."

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, no uso de suas atribuições legais decreta:

Art. 1º A Comissão Permanente de Avaliação Institucional – CPAI, órgão colegiado de coordenação e supervisão vinculado ao Gabinete do Prefeito instituído pela Lei n. 818/2017 passa a ser integrada juntamente com os demais membros já designados pelo servidor com a função de apoio administrativo:

GELSON GREICK DE ALMEIDA

LEIDIANE CRISTINA DE ANUNCIAÇÃO SANTOS CAMPOS

Art. 2º Os membros da Comissão Permanente de Avaliação Institucional e os servidores de suporte administrativos farão jus a jeton previsto no Art. 13 da Lei 819/2017.

Esta portaria entra em vigor na data de 01 de Agosto de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 23 de Agosto de 2019.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA DO CONTRATO DE PRESTACAO DE SERVICO Nº 088 2019

ERRATA DO CONTRATO DE PRESTACAO DE SERVICO Nº 088 2019

ONDE SE LÊ PUBLICADO NO DIA 26 de Agosto de 2019 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XIV | N° 3.299

CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTACAO DE SERVICOS CONTINUADOS DE FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNETDEDICADO COM VELOCIDADE DE 50 MBPS FULL, SER DETENTORA DE OUTORGA DA ANATEL PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE SCM(SERVICO DE COMUNICACAO MULTIMIDIA), PARA O PACO CENTRAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO– MT E A EMPRESA MTCASEMOD COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003144/2019, INEXIGIBILIDADE Nº 005/2019 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

LEIA-SE

CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTACAO DE SERVICOS CONTINUADOS DE FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNETDEDICADO COM VELOCIDADE DE 50 MBPS FULL, SER DETENTORA DE OUTORGA DA ANATEL PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE SCM(SERVICO DE COMUNICACAO MULTIMIDIA), PARA O PACO CENTRAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO– MT E A EMPRESA ZECTA TELECOMINCAÇÕES LTDA CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003144/2019, INEXIGIBILIDADE Nº 005/2019 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO OBJETO

1.1 É objeto do presente contrato a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados de fornecimento de Link de Internet dedicado com velocidade de 50 Mbps FULL, ser detentora de outorga da ANATEL para prestação de serviços de SCM (Serviço de Comunicação Multimídia), para o paço central da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento – M, conforme proposta de preço apresentada no Processo Administrativo Nº 003144/2019, Inexigibilidade Nº 005/2019.

1.2 Secretarias e suas respectivas unidades operacionais que serão interligadas com o CPD do Paço Central da Prefeitura: Secretaria Municipal de Finanças; Secretaria Municipal de Administração; Secretaria de Educação Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Infraestrutura; Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Saúde e Secretaria de Desenvolvimento Rural.

DOS FUNDAMENTOS E SUPORTE LEGAL

Firma-se o presente com base no Processo Administrativo Nº 003144/2019, Inexigibilidade Nº 005/2019, bem como legislação aplicável a espécie.

DO CONTRATADO

3.1 Pelos serviços descritos no Termo de referencia, a Contratante eventualmente pagará á Contratada, no valor Total de R$ 60.000,00(Sessenta Mil Reais), sendo o valor de R$ 10.000,00 (Dez Mil) mensalmente após a solicitação, execução e por fim comprovação da entrega do produto

Empresa **EMPRESA ZECTA TELECOMINCAÇÕES LTDA,** CNPJ sob o nº 09.188.449/0001-08

Item	Qtde	Und	Especificações	Preço Unit R$	Preço Total R$
01	06	Meses	*Contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados de fornecimento de Link de Internet dedicado com velocidade de 50 Mbps FULL, ser detentora de outorga da ANATEL para prestação de serviços de SCM (Serviço de Comunicação Multimídia), para o paço central da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT*	**10. 000,00**	**60. 000,00**
TOTAL: R$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais)					

DA DOTACAO ORCAMENTARIA

A despesa decorrente desta contrato correrá por conta da seguinte Dotação:

Secretaria/ Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Sec. de ADM e Planejamento	Próprio	02089 – Manutenção das Atividades de ADM e Planejamento	040038	33.90.39.00	100	**8.571,42**
Sec. Finanças	Próprio	02004 – Manutenção e Atividades da Sec. de Finanças	040008	33.90.39.00	100	**8.571,42**
Sec. de Educação	Próprio	02045 – Manutenção e Encargos da Educação	050019	33.90.39.00	100	**8.571,42**
Sec. Desenv. Rural	Próprio	02036 – Manutenção e Encargos das Secretarias	100007	33.90.39.00	100	**4.285,74**
Sec. A. Social	Próprio	02022 – Manutenção da Sec, de Ação Social	060008	33.90.39.00	100	**8.571,42**
Sec. Saúde	Próprio	2030 – Manutenção de Encargos Saúde	070008	33.90.39.00	100	**8.571,36**
Sec. Saúde	Próprio	2086 – Manutenção do Programa Farmácia Básica	070058	33.90.39.00	100	**4.285,74**
Sec. Saúde	Próprio	2067 – Manutenção das Atividades Hospitalar Ambulatorial - MAC	070041	33.90.39.00	100	**4.285,74**
Sec. Obras	Próprio	02074 – Manutenção, Encargos e Salários	080013	33.90.39.00	100	**4.285,74**
TOTAL R$ 60.000,00						

DA FISCALIZACAO

.A Secretaria Municipal de Administracao (Coordenadoria de Informatica): Reinaldo Rodrigues de Almeida, que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

DA VIGENCIA DO CONTRATO

- O presente contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contados a partir da sua assinatura.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 23 de Agosto de 2019.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONCALVES

Prefeito Municipal

ONDE SE LÊ

CONTRATADO:

MTCASEMOD COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA, CNPJ sob o nº 09.188.449/0001-08

representada pelo Senhor Misael Basanin Garcia

RG: nº 126.1520-0 SSP/MT e CPF nº 700.421.791-49

LEIA-SE

CONTRATADO:

ZECTA TELECOMUNICAÇOES LTDA

CNPJ sob o nº 09.188.449/0001-08

representada pelo Senhor Misael Basanin Garcia

RG: nº 126.1520-0 SSP/MT e CPF nº 700.421.791-49

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - RGF - 2º QUADRIMESTRE/2019

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes-MT, **CONVOCA** os representantes de Sindicatos, Associações de Comunidades Rurais, de Bairros, da Industria, comércio e demais interessados, para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, que será realizada no Recinto da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, **às 16:00 horas do dia 11 de setembro de 2019**, cuja finalidade é à **Avaliação de Cumprimento das Metas Fiscais - RGF - 2º quadrimestre/2019,** no cumprimento do disposto do Parágrafo Único, do Artigo 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000

Nova Bandeirantes – MT, 26 de agosto de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - ELABORAÇÃO DA LOA-2020

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes-MT, **CONVOCA** os representantes de Sindicatos, Associações de Comunidades Rurais, de Bairros, da Industria, comércio e demais interessados, para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, que será realizada no Recinto da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, às **16:30 HORAS DO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2019,** cuja finalidade é à **ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2020 - LOA - 2020**, no cumprimento do disposto do Parágrafo Único, do Artigo 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000

Nova Bandeirantes – MT, 26 de agosto de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO Nº 101/2018

Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes
Estado de Mato Grosso

DECRETO Nº 101/2018

EMENTA:*DISPÕE DE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS,*

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, autorizado pelo disposto na Lei Municipal n° 1044/217, de 13 de dezembro de 2017, artigo 4°, que dispõe sobre o Orçamento Programa do Município;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no Orçamento Programa do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$: 10.000,00 (dez mil reais), destinado a atender a seguinte dotação orçamentária prevista no orçamento inicial de 2018, conforme discriminado abaixo:

CÂMARA MUNICIPAL

01.001.01.031.0001.2.001.3390.14.00.00.00	10.000,00
TOTAL	**10.000,00**

Art. 2º - Para cobertura do presente Crédito, anular-se-á parcialmente a seguinte dotação do Orçamento Programa vigente:

CÂMARA MUNICIPAL

01.001.01.031.0001.2.001.3390.30.00.00.00	10.000,00
TOTAL	**10.000.00**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes-MT, 01 de agosto de 2.018

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes
Av. Comendador Luiz Meneguel n° 52 - Centro - CEP 78.565-000
Tel.: (66) 3572 - 1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73

GESTÃO 2017/2020 PREFEITURA DE NOVA BANDEIRANTES Governo Municipal TODOS POR BANDEIRANTES

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006 DA APRESENTAÇÃO DO RESULTADO FINAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006

DA APRESENTAÇÃO DO RESULTADO FINAL

A Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria nº 22/2019/GP de 08 de julho de 2019, a qual nomeia a servidora Maraisa Lopes dos Santos, no âmbito de sua competência, e em atendimento aos ditames regulatórios deste certame, especificamente no que tange ao cronograma dos trabalhos acerca desse Processo Seletivo Simplificado conforme preceitua o Edital de Abertura, e ainda...

Considerando a publicação do Edital Complementar nº 005 em data de 21 de agosto de 2019, que apresentou o Resultado e Classificação Prévia,

Considerando o decurso de prazos para recurso, e nenhum(a) candidato(a) apresentou recurso contra o Resultado e a Classificação Prévia,

Considerando que os trabalhos deste processo Seletivo Simplificado chegam ao final.

Resolve apresentar no Anexo I deste Edital Complementar, o Resultado Final dos(as) candidatos(as) concorrentes ao certame.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Este Edital Complementar apresenta o Resultado Final do certame.

A Comissão Organizadora entrega o Resultado Final para homologação do Chefe do Poder Legislativo.

Nova Bandeirantes MT, 26 de agosto de 2019.

Maraisa Lopes Dos Santos

Presidente da Comissão Organizadora

ANEXO I – RESULTADO FINAL

Agente de Serviços Gerais | Ensino Fundamental Completo												
Nº INSC	CANDIDATO	Port.		Mat.		C. Gerais		C. Espec.		Total Acertos	Nota Final	Resultado Final
		AC	Nota	AC	Nota	AC	Nota	AC	Nota			
1621286	Adriane Leandra Cellarius	4	16,00	4	16,00	4	24,00	5	30,00	17	86,00	1º Aprovado
1613461	Jeisieli Alana Nochelli	5	20,00	3	12,00	5	30,00	4	24,00	17	86,00	1º Classificado
1628360	Samuel Goncalves Pereira	4	16,00	4	16,00	3	18,00	5	30,00	16	80,00	2º Classificado
1634758	Vanda Cristina Fernandes De Oliveira	4	16,00	2	8,00	4	24,00	5	30,00	15	78,00	3º Classificado
1616945	Marcia Sousa Silva Tiburcio	2	8,00	4	16,00	4	24,00	5	30,00	15	78,00	4º Classificado
1633970	Leila Ali Darwiche	2	8,00	4	16,00	5	30,00	4	24,00	15	78,00	5º Classificado
1622526	Crisellen Schmoller Buchmann	3	12,00	2	8,00	4	24,00	5	30,00	14	74,00	6º Classificado
1612479	Maria Clara De Oliveira	2	8,00	3	12,00	4	24,00	5	30,00	14	74,00	7º Classificado
1620329	Geisiana Voth De Araujo	4	16,00	3	12,00	2	12,00	5	30,00	14	70,00	8º Classificado
1629872	Geneci Vedigal	1	4,00	3	12,00	4	24,00	5	30,00	13	70,00	9º Classificado
1629552	Valquiria Da Silva Ribeiro	2	8,00	3	12,00	4	24,00	4	24,00	13	68,00	10º Classificado
1633193	Rosinei Dulino Dos Reis	3	12,00	3	12,00	2	12,00	5	30,00	13	66,00	11º Classificado
1621860	Wigna Polyana Dos Santos Silva	3	12,00	3	12,00	3	18,00	4	24,00	13	66,00	12º Classificado
1616602	Marcia Dos Santos Oliveira	1	4,00	2	8,00	4	24,00	5	30,00	12	66,00	13º Classificado
1619719	Deiviane De Araujo Neres	3	12,00	4	16,00	2	12,00	4	24,00	13	64,00	14º Classificado
1613148	Renato Moreira De Castro	2	8,00	2	8,00	3	18,00	5	30,00	12	64,00	15º Classificado
1615826	Rosa Feitosa Pimenta	1	4,00	2	8,00	3	18,00	5	30,00	11	60,00	16º Classificado
1616782	Marli De Campos Goncalves Polato	2	8,00	2	8,00	3	18,00	4	24,00	11	58,00	17º Classificado
1613561	Osmarina Ferreira Da Silva	1	4,00	1	4,00	3	18,00	5	30,00	10	56,00	18º Classificado
1624806	Aliasvandriellhy Rodrigues Rosa	1	4,00	3	12,00	2	12,00	4	24,00	10	52,00	19º Classificado

Nova Bandeirantes MT, 26 de agosto de 2019.

Maraisa Lopes Dos Santos

Presidente da Comissão Organizadora

DEPTO LICITAÇÃO
PORTARIA DE NOMEAÇÃO 275/2019 - FISCAL

PORTARIA Nº 275/2019

DE 12 DE AGOSTO DE 2019

ATRIBUI AO HELIANDRO DELLA ROSA, REGISTRO CAU Nº A57534-8, A RESPONSABILIDADE PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO "ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PSCIP", DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições Legais.

CONSIDERANDO a resolução Normativa nº 006/2008 do Tribunal de Contas do estado de Mato Grosso, que dispõe sobre a implantação do sistema GEO-OBRAS, estabelece prazos e regras para remessa de informações via internet pelas unidades gestoras estaduais e municipais de Mato Grosso e dá providencias:

CONSIDERANDO a necessidade do engenheiro municipal responsável pela fiscalização de obras e serviços, objeto de convênios para de recomendação da equipe técnica do TCE/MT para inserção de documentos no Sistema Geo-Obras.

RESOLVE:

Art.1º - Atribuir ao Senhor **HELIANDRO DELLA ROSA**, Brasileiro, **Arquiteto**, portador da carteira de identidade/RG nº **1426210-0 SSP/SP** e do

CPF nº **941.159.821-87**, **CAU – A57534-8** – residente e domiciliado na cidade de **Nova Bandeirantes – MT**, a responsabilidade pelo acompanhamento e fiscalização da obra cujo o objeto é a **ELABORAÇÃO DE PSCIP - PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PANICO, PARA DESFILE EM COMEMORAÇÃO AO 37º ANIVERSARIO DE NOVA BANDEIRANTES, COM ACOMPANHAMENTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIRO; EXECUÇÃO DO PSCIP – PROCESSO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO, PARA O SHOW NACIONAL EM COMEMORAÇÃO AO 37º ANIVERSARIO DE NOVA BANDEIRANTES COM ACOMPANHAMENTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIRO; EXECUÇÃO DO PSCIP – PROCESSO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO DO GINASIO DE ESPORTES COM VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIRO**, no Município de Nova Bandeirantes – MT, oriunda da **Dispensa 035/2019**, publicada no dia **12/08/2019** no Jornal Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM).

Art.2º O serviço de fiscalização deverá ser exercido em conformidade com as normas do TCE/MT, e demais responsabilidades pactuadas nos contratos nº **088/2019,** firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e a empresa **Alliance Consultoria em Segurança do Trabalho Ltda - ME,** assinado em **09 de Agosto de 2019**.

Art.3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS PREFEITO MUNICIPAL

DEPTO LICITAÇÃO
LAUDO DE CONCLUSÃO DA OBRA - CONTRATO Nº 079/2019

TOMADA DE PREÇO N.º 009/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2019

A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do presente Termo, e considerando que os serviços executados estão de acordo com as cláusulas contratuais, declara estar recebendo **a Obra de pequenos reparos das 6 Salas de Aula da escola municipal de Nova Bandeirantes.**

A Obra de pequenos reparos das 6 Salas de Aula, está Localizado na Rua São Paulo nos lotes AP 01/1 e AP 01/2, Centro da cidade, NO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, da Tomada de Preço nº 009/2019, Processo Licitatório nº 067/2019, dentro do que percentual o Artigo 73, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93 e do Contrato de Prestação de Serviço nº 079/2019, firmado com a empresa **POLI ENGENHARIA E COMERCIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ nº. **01.379.965/0001-08**, com sede na Avenida Nove de Maio nº 620N, Centro Município de Juína – MT, responsável pela execução parcial da obra, observando o Artigo 69 da mesma Lei Federal.

A assinatura do presente Termo, não eximirá a Contratada das responsabilidades do Contrato e da Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

O presente Termo de recebimento tem caráter legal e imediato de modo que a Lei, o interesse público firmado, sejam efetivamente cumpridos.

.

Nova Bandeirantes – MT , 22 de Agosto de 2019

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeita Municipal

_____

HELIANDRO DELLA ROSA

ARQUITETO

CAU – 109702-4

_____

POLI ENGENHARIA E COMERCIO LTDA

CNPJ nº. 01.379.965/0001-08

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO Nº 150/2018

Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes
Estado de Mato Grosso

DECRETO Nº 150/2018

EMENTA: *DISPÕE DE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS,*

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, autorizado pelo disposto na Lei Municipal n° 1044/217, de 13 de dezembro de 2017, artigo 4°, que dispõe sobre o Orçamento Programa do Município;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no Orçamento Programa do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$: 40.580,45 (trinta e cinco mil reais), destinado a atender a seguinte dotação orçamentária prevista no orçamento inicial de 2018, conforme discriminado abaixo:

CÂMARA MUNICIPAL

01.001.01.031.0001.1.001.4490.52.00.00.00	438,95
01.001.01.031.0001.2.001.3190.11.00.00.00	19.535,48
01.001.01.031.0001.2.001.3190.13.00.00.00	1.047,49
01.001.01.031.0001.1.002.4490.51.00.00.00	19.353,53
01.001.01.031.0001.2.001.3390.36.00.00.00	205,00
TOTAL	**40.580,45**

Art. 2º - Para cobertura do presente Crédito, anular-se-á parcialmente a seguinte dotação do Orçamento Programa vigente:

CÂMARA MUNICIPAL

01.001.01.031.0001.1.003.4490.52.00.00.00	300,00
01.001.01.031.0001.2.001.3390.93.00.00.00	3.589,22
01.001.01.031.0001.2.076.3390.39.00.00.00	2.500,00
01.001.01.031.0001.2.001.3390.39.00.00.00	25.633,95
01.001.01.031.0001.2.001.3190.91.00.00.00	1.000,00
01.001.01.031.0001.2.001.3190.92.00.00.00	1.000,00
01.001.01.031.0001.2.001.3390.35.00.00.00	100,00
01.001.01.031.0001.2.001.3390.91.00.00.00	1.000,00
01.001.01.031.0001.2.001.3390.92.00.00.00	1.000,00
01.001.01.031.0001.2.001.3390.33.00.00.00	3.400,00
01.001.01.031.0001.2.001.3390.30.00.00.00	547,28

01.001.01.031.0001.2.001.3390.14.00.00.00	510,00
TOTAL	**40.580,45**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes-MT, 03 de dezembro de 2.018

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO Nº 026/2018

Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes
Estado de Mato Grosso

DECRETO Nº 026/2018

EMENTA: *DISPÕE DE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS,*

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, autorizado pelo disposto na Lei Municipal n° 1044/217, de 13 de dezembro de 2017, artigo 4°, que dispõe sobre o Orçamento Programa do Município;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no Orçamento Programa do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$: 1.100,00 (hum mil e cem reais), destinado a atender a seguinte dotação orçamentária prevista no orçamento inicial de 2018, conforme discriminado abaixo:

CÂMARA MUNICIPAL

01.001.01.031.0001.2.001.3390.35.00.00.00	1.100,00
TOTAL	**1.100,00**

Art. 2º - Para cobertura do presente Crédito, anular-se-á parcialmente a seguinte dotação do Orçamento Programa vigente:

CÂMARA MUNICIPAL

01.001.01.031.0001.2.001.3390.39.00.00.00	1.100,00
TOTAL	**1.100.00**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes-MT, 12 de março de 2.018

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes
Av. Comendador Luiz Meneguel n° 52 - Centro - CEP 78.565-000
Tel.: (66) 3572 - 1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73

GESTÃO 2017/2020 PREFEITURA DE NOVA BANDEIRANTES Governo Municipal TODOS POR BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
DECRETO Nº 134/2018

Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes
Estado de Mato Grosso

DECRETO Nº 134/2018

EMENTA: *DISPÕE DE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS,*

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, autorizado pelo disposto na Lei Municipal n° 1044/217, de 13 de dezembro de 2017, artigo 4°, que dispõe sobre o Orçamento Programa do Município;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no Orçamento Programa do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$: 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), destinado a atender a seguinte dotação orçamentária prevista no orçamento inicial de 2018, conforme discriminado abaixo:

CÂMARA MUNICIPAL

01.001.01.031.0001.1.001.4490.52.00.00.00	35.000,00
TOTAL	**35.000,00**

Art. 2º - Para cobertura do presente Crédito, anular-se-á parcialmente a seguinte dotação do Orçamento Programa vigente:

CÂMARA MUNICIPAL

01.001.01.031.0001.1.003.4490.52.00.00.00	10.500,00
01.001.01.031.0001.2.001.3390.93.00.00.00	7.000,00
01.001.01.031.0001.2.076.3390.39.00.00.00	2.500,00
01.001.01.031.0001.2.001.3390.39.00.00.00	15.000,00
TOTAL	**35.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes-MT, 09 de outubro de 2.018

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes
Av. Comendador Luiz Meneguel n° 52 - Centro - CEP 78.565-000
Tel.: (66) 3572 - 1950
CNPJ: 33.683.822/0001-73

GESTÃO 2017/2020 PREFEITURA DE NOVA BANDEIRANTES Governo Municipal TODOS POR BANDEIRANTES

DEPTO LICITAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 081/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 069/2019

CONTRATO DE REPASSE Nº0265757-47/2008

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA RETOMADA A CONSTRUÇÃO DE 01 (UM) MINI ESTÁDIO DE FUTEBOL COM 7.000M² COM ARQUIBANCADA, CERCA E VESTIÁRIOS COM 120,00M², CONTRATO DE REPASSE Nº 0265757-47/2008 CONVENIADO POR MEIO DA SUPERINTENDÊNCIA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES - MT, através do **Prefeito Municipal,** no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com a TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2019, determina à empresa **POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**, com sede na Avenida Nove de Maio nº 620N, Centro no Município de Juína – MT, inscrita no CNPJ sob o n.º **01.379.965/0001-08**, Inscrição Estadual nº 13.057151400, e-mail: poliengenharia.licitacao@gmail.com, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, representada por **LUIZ CARLOS IORIS,** portador do RG nº *1.996.861 SSP/PR*, e titular do CPF nº *408.449.359-72,* conforme documento que fica arquivado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, tendo como Responsável Técnico **LUIZ CARLOS IORIS** portador da carteira profissional N.º **MT03702/D**, a executar os serviços de execução da obra conforme descriminado acima em conformidade com as planilhas e projetos do mesmo, **a partir do dia da ciência pela empresa,** dentro das especificações constantes no Contrato nº 081/2019, conforme segue:

Nova Bandeirantes – MT, 27 de agosto 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

CIENTE EM: _____/____/2019.

_____

POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA

CNPJ: **01.379.965/0001-08**

CONTRATADA

DEPTO LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 278/2019

EMENTA: "DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea "b" e inciso "", alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública.

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor JADERSON ALEX DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA NUNES, servidor nomeado no cargo de Coordenador de Programas do departamento Desporto e Lazer, para atuar como fiscal e designar a servidora JULIANA DA SILVA SCHMITT, servidora nomeada no cargo de chefe de departamento de Assistência Social, para atuar como suplente do Contrato Administrativo nº 090/2019, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS, PARA ORGANIZAR PROVA DE MOUTAIN BIKE, DO CIRCUITO VALE DO TELES PIRES, NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT.

Art. 2º O servidor ora designado por esta Portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 004/2017;

Art. 3º Ficará o Fiscal obrigado a comunicar a Administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao Gestor em tempo hábil para adoção das medidas observadas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes-MT, em 21 de agosto de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPTO LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 095/2018 TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2018 PROCESSO Nº 053/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **O MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, CEP: 78.565-000, representada neste ato pelo Prefeito Municipal o **Sr. VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**,brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 2412731-0 SSP/MT, e do CIC/CPF nº 236.135.139-00, doravante denominado Contratante, e de outro lado à empresa **POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**, com sede na Avenida Nove de Maio nº 620N, Centro município de Juína – MT, Inscrita no CNPJ sob o n.º **01.379.965/0001-08**, Inscrição Estadual nº 13.057151400, e-mail: poliengenharia.licitacao@gmail.com, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, representada por *FRANCISCO CARLOS DE OLIVEIRA,* portador do *RG nº 0577208-7 SSP/MT* e titular do *CPF nº 420.043.301-04*, conforme documento que fica arquivado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, tendo como Responsável Técnico **LUIZ CARLOS IORIS**, portador da carteira profissional N.º **MT03702/D** expedida pelo CREA **MT**, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À CONSTRUÇÃO DE UM "CENTRO DE MÚLTIPLO USO NO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES", CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETO BÁSICO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, NO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, NA AVENIDA COMENDADOR LUIZ MENEGHEL Nº 62, CENTRO, COM ÁREA DE 968,38 M².**

1.2.Poreste ato de aditivo de Prorrogação de prazo, ajustam e acordam entre si o presente **TERMO ADITIVO**, mediantes as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93, na clausula 5ª, subitem 5.5 do contrato nº 095/2018.

2.2. A Contratante providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial do município –(AMM-MT), conforme estabelece a Lei.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

3.1.Prorrogação do prazo de **execução da obra**, por mais **90 (noventa)** dias, passando a vigorar do dia **01/09/2019** até a data de **30/11/2019.**

3.2.Prorrogação do prazo de duração do Contrato original, passando a vigorar até a data de **31/12/2019.**

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde - MT, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 27 de agosto de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

POLI ENGENHARIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 01.379.965/0001-08

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

BRUNA NEIVERTH

CPF: 050.597.081-36

_____

DANIELA TEODORO CANDIDO

CPF: 043.433.271-24

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 022/2019 - EDSON RIBEIRO DE OLIVEIRA JUNIOR

PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia -MT– CNPJ nº 15.023.963.0001/88 e Edson Ribeiro de Oliveira Júnior.

OBJETO: Prestação de Serviços por Tempo Determinado com a finalidade de atender a Lei Municipal nº 671/2017, na Secretaria Municipal de Infra Estrutura para o cargo de Motorista Cat. D.

VALOR: R$ - 1.465,12 (Um mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e doze centavos).

VIGÊNCIA: 23/08/2019 a 31/12/2019

ASSINAM: Mauriza Augusta de Oliveira – Prefeita Municipal e Edson Ribeiro de Oliveira Júnior – Contratado.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 369/2019, DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

"Retornar de Licença Medica o servidor estável Senhor Junior Cesar de Carvalho".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no Artigo 76 e seus incisos da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Artigo 1º - RETORNAR o Servidor Estável Sr**. JUNIOR CESAR DE CARVALHO – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, que se encontrava de **Licença Médica**, a partir de 23 de agosto de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 23 de agosto de 2019.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 23 de agosto de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 368/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

"Concessão de pagamento de férias indenizadas a servidora efetiva senhora Viviane Venturin".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Decreto nº 177/2003 de 24 de janeiro de 2003.

R E S O L V E:

Artigo 1º - *Concedera* servidora Efetiva Srª. ***VIVIANE VENTURIN – Cargo em Comissão de Coordenação do Sistema GEO-OBRAS – TCE/MT,*** *o pagamento de Férias Indenizadas, referente ao período aquisitivo de 02/08/2007 a 01/08/2008.*

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 01 de Setembro de 2019.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 20 de Agosto de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 027/2019

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 027/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**AMILSON FERREIRA SILVA ME**

CNPJ nº 04.848.770/0001-40

OBJETO:Prorrogação do prazo de vigência do contrato original por mais **60 (sessenta)** dias contados a partir **11 de agosto 2019 até 09 de outubro 2019**.

ASSINATURA**: 09 de agosto de 2019**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 027/2019

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 027/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**AMILSON FERREIRA SILVA ME**

CNPJ nº 04.848.770/0001-40

OBJETO:Prorrogação do prazo de execução do contrato original por mais **60 (sessenta)** dias contados a partir **03 de agosto 2019 até 01 de outubro 2019**.

ASSINATURA**: 02 de agosto de 2019**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 050/2019

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 050/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**AMILSON FERREIRA SILVA ME**

CNPJ nº 04.848.770/0001-40

OBJETO:Prorrogação do prazo de execução do contrato original por mais **30 (trinta)** dias contados a partir **16 de agosto 2019 até 14 de setembro 2019.**

ASSINATURA**: 15 de agosto de 2019**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR) DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO - LEI Nº11.250, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2005 - EC Nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA BRASILANDIA - MT EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇ

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA BRASILANDIA - MT

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00010, de 26 de Agosto de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
CARLOS ANGELO MOIOLI	128.174.499-91	8981 /00089/2019
CARLOS ANGELO MOIOLI	128.174.499-91	8981 /00090/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: JEOLLI CERUTTI AMORIM Matrícula: 00003141
Cargo: SECRETARIA MUN DE ECONOMIA E FINANÇAS
Assinatura:

Data de afixação: Data de desafixação:

26/08/2019

10/09/2019

EXTRATO DO CONTRATO N°. 084/2019

EXTRATO DO CONTRATO N°. 084/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT

CONTRATADA: AMANDA ARAUJO COSTA ME

CNPJ: 32.856.274/0001-73

OBJETO: O presente contrato tem como objetivo LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO, TIPO CAMINHAO PIPA COM MOTORISTA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE AGUAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS NÃO PAVIMENTADAS E LOGRADOUROS DE NOVA BRASILANDIA, PELO PERÍODO DE 03 (TRÊS) MESES, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

VALOR: **R$16.800,00** (dezesseis mil e oitocentos reais)

ASSINATURA: **22 de Agosto de 2019.**

VIGENCIA: **22 de Agosto de 2019 a 22 novembro de 2019.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 007/2019 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019

A PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA- MT, no uso de suas atribuições legais,

CONVOCA os candidatos constantes no quadro em anexo, que foram aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019 da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT, conforme Homologação pelo Decreto Municipal nº 041/2019 e resultado final, a comparecerem à Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT, na Coordenadoria de Recursos Humanos, situada na Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, nº 993 - Centro, do dia **26/08/2019 ao dia 24/09/2019, no horário das 13h00min às 17h00min, portando os documentos originais e fotocópia abaixo relacionados**:

1. Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Carteira de Identidade;

2. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE;

3. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do CPF;

4. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

5. Comprovante de endereço atualizado;

6. Certidão de nascimento Cópia autenticada;

7. Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Certidão de nascimento;

8. Comprovante do estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

9. Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

10. Carteira de Trabalho e Previdência Social;

11. 02 (Duas) fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

12. Fotocópia autenticada por Tabelião em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo-função/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe, se for o caso;

13. Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

14. Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

15. Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maior se for dependente;

16. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

17. Certidão da Justiça Comum, Federal e Eleitoral (criminal, de 1º e 2º grau), da Comarca do domicílio do candidato, bem como da Comarca de Chapada dos Guimarães/MT (caso resida fora desta), bem como das Polícias Civil e Federal;

18. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

19. Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

20. Declaração que não foi demitido por justa causa e a bem do serviço público, no período de 10 (dez) anos, na esfera federal, estadual e municipal;

21. Declaração de não acumulação remunerada de cargos ou cargo e cargos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade e horários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal;

22. Conta Corrente (Banco do Brasil ou Bradesco) Cópia do cartão;

23. Laudo médico favorável, fornecido por profissional ou junta médica devidamente designada pelo Município de Nova Brasilândia/MT.

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados até a data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo concurso público e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do Edital.

Nova Brasilândia/MT, 26 de Agosto de 2019.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

ANEXO CONVOCADO

Cargo: **MOTORISTA CATEGORIA D**		
Candidato	Inscrição	Colocação
SILVONEY DE SOUZA PEREIRA	017	3º

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 370/2019, DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

"*Dispõe contratação do sr. Edson Ribeiro de Oliveira Junior".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei nº 671/2018 de 05 de dezembro de 2017, Decreto de Homologação nº 041/2019 do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019 de 01 de abril de 2019 e Edital de Convocação nº 006/2019 de 20 de agosto de 2019.

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar o senhor **EDSON RIBEIRO DE OLIVEIRA JUNIOR**, sob o RG: 1840115-5/SSP/MT e CPF 038.373.681-14, para ocupar o cargo de **MOTORISTA CAT. D,** lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, a partir de 23 de Agosto de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 23 de agosto de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 23/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT, através da sua Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial n.º 23/2019, cujo objeto é a: **Seleção de melhor Proposta objetivando o Registro de Preço para Aquisição Futura e Fracionada de Materiais de Expediente para uso em todas as Secretarias do Município de Nova Guarita – MT**, tudo em conformidade com as características técnicas e quantitativos descritos em Edital.

Conforme Edital nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, neste município de Nova Guarita - MT, com data prevista para abertura no dia **06/09/2019**, às 08:30 horas. Cópias do edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada na Av. dos Migrantes, Travessa 01, N° 30, em Nova Guarita – MT, no horário das 08:30 hs às 11:00 ou através do site **www.novaguarita.mt.gov.br** e encaminhar o formulário/ recibo de retirada do edital devidamente preenchido para o departamento de Licitações através do e-mail **licitacao@novaguarita.mt.gov.br**.

Nova Guarita – MT, em 26 de Agosto de 2019.

Yana Maria Marcon

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO RESULTADO DE LICITAÇÃO EDITAL TOMADA DE PREÇO 01/2019

AVISO RESULTADO DE LICITAÇÃO EDITAL TOMADA DE PREÇO 01/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE TOMADA DE PREÇO 001/2019

OBJETO: Execução de projeto de pavimentação asfáltica e drenagem, Av. Brasília, Rua dos Estudantes e Av. Umuarama, a extensão de 726,14 m,

para atender as necessidades do município de Nova Lacerda - MT. CONVENIO FEDERAL 723669/2009

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

EMPRESA VENCEDORA- OESTE CONSTRUTORA EIRELI

VALOR GLOBAL – R$ 336.107,79 (Trezentos e trinta e seis mil cento e sete reais e setenta e nove centavos).

Ivair José Salomão Comar

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DO CONSELHO CURADOR DO PREVINOM - 2019

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE, A PARTIR DAS NOVE HORAS, REUNIRAM-SE NA SALA DO GABINETE DO PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA - MT OS MEMBROS DO CONSELHO CURADOR DO PREVINOM PARA ELEIÇÃO DO NOVO PRESIDENTE DO CONSELHO E TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE DO FUNDO. ESTAVAM PRESENTES NA REUNIÃO A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTORA DO PREVINOM SRª MARTA REGINA WAINDT DA SILVA, OS CONSELHEIROS CLEBER LIMA SOUTO, JHON KLEITON NATAL GONÇALVES, AILTON SOUTO PICALHO, VANDILENE FRANCISCA GOMES, REGINALDO SANTOS DA SILVA, NEUCIRENO FRANCISCO GOMES, PATRICIA DE SOUZA VIEIRA, ELIANA DO PRADO PEREIRA E O CONTROLADOR INTERNO MUNICIPAL SR. ANDRÉ LUIZ BUENO FIGUEIRA. DANDO INÍCIO A REUNIÃO A SR.ª. MARTA REGINA AGRADECEU A PRESENÇA DE TODOS OS CONSELHEIROS E PARABENIZOU-OS POR ASSUMIR A RESPONSABILIDADE DE CONSELHEIRO. A GESTORA ORIENTOU QUE OS MESMOS SEJAM ATUANTES E COMPROMETIDOS COM A VIDA DO FUNDO, POIS O FUTURO DE CADA SEGURADO DEPENDE DA BOA ADMINISTRAÇÃO DOS MESMOS. NA OPORTUNIDADE A GESTORA INFORMOU AOS CONSELHEIROS QUE NÃO CONCORDA COM A ATUAL LEGISLAÇÃO QUE DETERMINA QUE O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO SEJA O GESTOR DO FUNDO, POIS A MESMA ACREDITA QUE ESSA GESTÃO DEVE SER FEITA POR FUNCIONARIO EFETIVO POR SER OS MAIORES INTERESSADOS NO BOM FUNCIONAMENTO E GESTÃO DO FUNDO. DANDO CONTINUIDADE A REUNIÃO O CONTROLADOR INTERNO MUNICIPAL SR. ANDRÉ LUIZ TOMOU A PALAVRA FAZENDO A LEITURA DO ART. 66 DA LEI MUNICIPAL Nº 412/2006 QUE TRATA DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO CURADOR. DENTRE AS ATRIBUIÇÕES CITADAS, O CONTROLADOR RESSALTOU A SUMA IMPORTANCIA E NECESSIDADE DE SE ELABORAR E APROVAR O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO CURADOR. NA SEQUÊNCIA FOI EXPLICADO SOBRE A NECESSIDADE DE SE ELEGER O NOVO PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR E AS ATRIBUIÇÕES DO MESMO DIANTE DO CONSELHO. APÓS MUITO DIÁLOGO E ESCLARECIMENTOS ENTRE OS MEMBROS, FORA ELEITA POR UNANIMIDADE COMO PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR A SRª ELIANA DO PRADO PEREIRA PELO MANDATO DE 01 (UM) ANO CONFORME DETERMINA A LEGISLAÇÃO. NÃO HAVENDO MAIS NADA A TRATAR A REUNIÃO FOI ENCERRADA, E PARA CONSTAR, EU, DEVANIRA DA SILVA LEITE LAVREI A PRESENTE ATA QUE APÓS LIDA E APROVADA SERÁ ASSINADA POR MIM E TODOS OS PRESENTES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 205/2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 61/2019 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do Contrato nº 61/2019/DPTO/ADM/COMPRAS, celebrado entre o MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE e ALLIANCE CONSULTORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA.

CONTRATO Nº 61/2019/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5253/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORARAÇÃO DO PROJETO DE ENGENHARIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO, À FIM DE ATENDER AS FESTIVIDADES DO 28º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 16,17 E 18 DE AGOSTO DE 2019 NA PRAÇA DA BÍBLIA.

DATA DA ASSINATURA: 08 DE AGOSTO DE 2019

VIGENCIA: 08 DE AGOSTO DE 2019 Á 15 DE SETEMBRO DE 2019

VALOR: R$ 5.500,00 (Cinco Mil e Quinhentos Reais)

FISCAL TITULAR: LUCIMAR BARBOSA MARTINS

RG Nº: 333614835 SSP/MT

CPF Nº: 272.748.508-57

CARGO: TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 59

FISCAL SUBSTITUTO: ELI DOS SANTOS

RG Nº: 11351780

CPF Nº: 269.233.018-82

CARGO: DIRETOR DE DEPARTAMENTO

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

MATRICULA: 3488

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 08 de Agosto de 2019.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 209/2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para a Ata de Registro de Preço nº 27/2019 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos da ata de registro de preço nº27/2019/DPTO/ADM/COMPRAS, referente a secretaria em que foi indicado, celebrado entre o MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE e a Empresa C B TERRAPLANAGEM LTDA – ME.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2019/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4263/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA, Á FIM DE AUXILIAR OS TRABALHOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES, conforme especificações e condições constantes no edital de Pregão Presencial nº. 34/2019.

VIGENCIA: 14 DE AGOSTO DE 2019 Á 14 DE AGOSTO 2020

VALOR: R$ 1.375.750,00 (Um milhão e trezentos e setenta e cinco mil e setecentos e cinqüenta reais)

FISCAL TITULAR E SUBSTITUTO RESPONSAVEL PELA SECRETARIA DE OBRAS:

FISCAL TITULAR: AILTON JOSÉ DA SILVA FILHO

RG Nº: 22611770 SSP/MT

CPF Nº: 027.551.511.-70

CARGO: DIRETOR DE DAPARTAMENTO

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS

MATRICULA: 3481

FISCAL SUBSTITUTO: ADRIANO MANOEL FERREIRA

RG Nº: 1178626-4 SSP/M

CPF Nº: 834.597.741-34

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

MATRICULA: 1377

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 15 de Agosto de 2019.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 207/2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 62/2019 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do Contrato nº 62/2019/DPTO/ADM/COMPRAS, celebrado entre o MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE e A. F. LOCAÇÕES E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA EPP.

CONTRATO Nº 62/2019/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5281/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS E FECHAMENTOS DE TENDAS, PARA ATENDER AS FESTIVIDADES DE COMEMORAÇÃO AO 28º ANIVERSÁRIO DE NOVA MONTE VERDE/MT ENTRE OS DIAS 16, 17 E 18 DO MÊS DE AGOSTO DE 2019.

DATA DA ASSINATURA: 09 DE AGOSTO DE 2019

VIGENCIA: 09 DE AGOSTO DE 2019 Á 15 DE SETEMBRO DE 2019

VALOR: R$ 3.260,00 (Três mil e duzentos e sessenta reais)

FISCAL TITULAR: LUCIMAR BARBOSA MARTINS

RG Nº: 333614835 SSP/MT

CPF Nº: 272.748.508-57

CARGO: TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 59

FISCAL SUBSTITUTO: ELI DOS SANTOS

RG Nº: 11351780

CPF Nº: 269.233.018-82

CARGO: DIRETOR DE DEPARTAMENTO

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

MATRICULA: 3488

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 09 de Agosto de 2019.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 206/2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para a Ata de Registro de Preço nº 26/2019 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos da ata de registro de preço nº26/2019/DPTO/ADM/COMPRAS, referente a secretaria em que foi indicado, celebrado entre o MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE e a Empresa GEOPLUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MASSA ASFÁLTICA LTDA – EPP.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2019/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4270/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ASFALTO USINADO A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO, Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS E URBANOS, EM UM PERÍODO DE 12 MESES, conforme especificações e condições constantes no edital de Pregão Presencial nº. 33/2019.

VIGENCIA: 08 DE AGOSTO DE 2019 Á 08 DE AGOSTO 2020

VALOR: R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

FISCAL TITULAR E SUBSTITUTO RESPONSAVEL PELA SECRETARIA DE OBRAS:

FISCAL TITULAR: ADRIANO MANOEL FERREIRA

RG Nº: 1178626-4 SSP/M

CPF Nº: 834.597.741-34

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

MATRICULA: 1377

FISCAL SUBSTITUTO: MANOEL MESSIAS DE JESUS COSTA

RG Nº: 18173340 SSP/SP

CPF Nº: 123.650.278-73

CARGO: MOTORISTA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

MATRICULA: 1448

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 09 de Agosto de 2019.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA
RESOLUÇÃO Nº 002/2019

RESOLUÇÃO Nº 002/2019

26 de Agosto de 2019.

O Conselho Municipal de Transporte Escolar Estadual- PNATE de Nova Nazaré-MT, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Reunião Extraordinária realizada no dia 23 de Agosto de 2019, às 08h00min nas dependências da **Escola Municipal de Nova Nazaré.**

Considerando o teor contido na **Lei de Criação, do Conselho Municipal do PNATE de n°. 210/07 de maio de 2007**, que regulamenta as atividades dos programas de educação.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR COM RESALVA A PRESTAÇÃO DE CONTA REFERENTE AO 1ºREPASSE DE 2019.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Nazaré-MT, 26 de Agosto de 2019.

_____

Antonio Vilmar de Lara

Presidente do Conselho Municipal do Transporte Escolar Estadual

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3553/2019

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

TESTE SELETIVO N.º 001/2018

Contratada: LARRIANE SILVA DO NASCIMENTO

Cargo/ Função: Professora

Vencimento Mensal: R$ 1.888,91 (Um mil oitocentos e oitenta e oito reais e noventa e um centavos)

Vigência: 23/08/2019 à 21/08/2020.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

SIMPREV
PORTARIA Nº. 014/2019

"Dispõe sobre a nomeação do "Fiscal de contrato" firmado junto ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nova Olímpia - MT".

O **Diretor Executivo do SIMPREV** – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nova Olímpia – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 67, da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1°: Designar o servidor **RONALDO DA ROCHA SANTOS**", portador da Cédula de Identidade sob nº. 978.708 – SSP/MT e CPF sob nº 616.522. 701-59, para acompanhamento e fiscalização do Contrato nº. 003/2019, firmado com **CONSÓRCIO GESTOR RPPS.**

Art. 2°: O **Contrato 003/2019**, tem como objeto a contratação do Consórcio Gestor RPPS, para execução de serviços técnicos, por empreitada global, necessários à operacionalização do passivo previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social, conforme descrição contida no Termo de Referência (anexo I) do Pregão Presencial n.º 001/2017 realizado pelo CONSPREV, parte integrante deste contrato, independente de transcrição.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos a data de**27 de junho de 2019**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Nova Olímpia – MT, 23 de Agosto de 2019.

CARLOS MARCOS MASCARENHAS ALMEIDA

Diretor Executivo Simprev

LICITAÇÃO
EXTRATO ADITAMENTO

EXTRATO ADITAMENTO

QUARTO TERMO DE ADITAMENTO N. º 040/2019 PROCESSO ADM Nº 122/2019

REF: Ao contrato 042-2015, Pregão Presencial nº 033/2015/PMNO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N. º 259-S, Ouro verde, nesta cidade, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78. 370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

CONTRATADA: CLEIDE PEREIRA FRANCISCO, inscrita no CNPJ sob N. º 11.861.214/000179, neste ato representada pela Senhora **Cleide Pereira Francisco**, portadora da Cédula de Identidade RG N. º 1319760-6 SSP/MT e CPF 906.573.301-91.

MOTIVO: Alterar a CLAUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGENCIA, por tratar-se de serviços continuados no âmbito do Poder Executivo municipal, em razão da vigência ter ultrapassado 12 (doze) meses**,**

VALOR GLOBAL: R$ 61.692,00 (sessenta e um mil e seiscentos e noventa e dois reais).

Em 12 parcelas de R$ 5.141,00 (cinco mil cento e quarenta e um reais).

VIGENCIA: 06/09/2019 ATE 06/09/2020.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA: 08.08002.15.452.0036.2231 - 3.3.90.39. 00.00 - 010000000 –Outros Serviços de terceiros Pessoa jurídica-limpeza urbana

OBJETO: CONTRATAÇAO D E EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TRATOR, ACOPLADO COM CARRETA POTENCIA MINIMA DE 85 CV, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE LIXO NO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT.

Nova Olímpia, 23 de agosto de 2019.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

RETIFICA-SE EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO PREGAO PRESENCIAL SRP Nº043/PMNO/2019

PROCESSO ADM. N° 112/2019

PUBLICADOS NOS SEGUINTES JORNAIS:

JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, EDIÇÃO 3.298, PAGINA 232, DIARIO OFICIAL ESTADO EDIÇÃO Nº27574, PAGINA 123

ONDE SE LE: VIGENCIA 22/09/2019 A 22/09/2020

LEIA-SE: VIGENCIA 22/08/2019 A 22/08/2020

Nova Olímpia, 26 de agosto de 2019.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE SESSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP-Nº. 027/2019/PMNO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 087/2019/PMNO

O município de Nova Olímpia **-** Mato Grosso,através da Pregoeira devidamente instituída pela portaria 058 / 2019, torna público para conhecimento dos interessados que foi **PRORROGADA** a sessão **do pregão presencial nº 027/2019/PMNO** com o objeto REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA - MT**. Que ocorrera no dia 28 de agosto de 2019 as 08:00hs. A sessão esta remarcada para o dia 16 de setembro de 2019 as 8:00hs** na sala de licitações na prefeitura municipal**.**As dúvidasserão dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 08h00min as 11h00min e das 14:00 as 17:00 hrs, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130. Também pelo endereço eletrônico **licitacao@novaolimpia.mt.gov.br.**

Nova Olímpia/MT, 26 agosto de 2019

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120025/2019/ PMNO

REF: AO PREGÃO PRESENCIAL 025/2019/PMNO.

ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de almeida, N. º 259-S, Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

FORNECEDORES REGISTRADOS: Empresa, **WALERIA DOS S. CORDEIRO EIRELI-ME (MAXIMA DISTRIBUIDORA)**, inscrita no CNPJ: 30. 985.777/0001-13, sediada Avenida Miguel Sutil, nº 11925, Cidade Alta, Cuiabá- MT, CEP: 78.030-485, representada pelo **Sr. Silverlei Correa do Espirito Santo,** portador do RG: 21037965 SEJUSP/MT, e o CPF: 039. 493.451-24; Registra se o preço da Empresa **WENDELL R. MACHADO EPP (FACILIMP)**, inscrita no CNPJ: 11.648.285/0001-98, sediada na Rua 19 nº 1328-S Bairro: Santa Terezinha, Tangará da Serra MT, representa pelo Senhor Wendell Rezende Machado, portador da cédula de identidade 891225, e o CPF: 542.321.711-34; Registra se o preços da empresa **SETE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP**, inscrita no CNPJ: 04.578. 067/0001-69, sediada na Av. Mario Correa Nº 246, Bairro Porto, CEP: 78. 025-140, Cuiabá MT, representada neste ato o Senhor Carlos Alberto Fonseca, portador da cédula de identidade RG: Nº 0280.110-8 SSP/MT e o CPF/ MF nº 293.321.681-72; Registra se o preço da empresa **MERCADÃO DA LIMPEZA COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME,** inscrita no CNPJ: 14.689.405/0001-93, sediada na Av. Agrícola Paes de Barros, nº 1294, Bairro Verdão, CEP: 78030-210, Cuiabá-MT, neste ato presentada pelo Senhor Tiago Cavalari Godoi, portador da cédula de identidade RG: 1342743-1 SSP/MT e o CPF: 950.046. 291-53; Registra se o preço da empresa **COMERCIAL HF- COMERCIO DE PRODUTOS DESCVARTAVEIS E LIMPEZA LTDA EPP**, inscrita no CNPJ: 73.905.341/0001-80, com sede na Avenida das Torres , nº 14, quadra 71, Bairro Santa Cruz, Cuiabá MT, representada neste ato pelo Senhor MYLLER AMORIM DE ALMEIDA, portador da cédula de identidade RG: 1979265-4 SSP/MT E CPF: Nº 026.809.591-40; Registra se o preço da empresa **C.R. DOS SANTOS COMERCIO DE ALIMENTOS ME (MEGA FRIO**), inscrita no CNPJ: 20.307.873/0001-59, com sede na rua Jose Alves de Souza, nº 100N, Tangara da Serra MT, CEP: 78.300-000, representada neste ato pelo Senhor Celio Roberto dos Santos, portador da cédula de identidade de nº 12639907 SS/MT, e o CPF nº 901.907.851-87, Registra se o preço da empresa **IGUAÇU COMERCIO DE GAS EIRELI,** Inscrita no **CNPJ: 12.835.034/0001-85**, sediada na rua Jose Alves Leão, nº 177, Bairro Jardim Santa Rosa Nova Olímpia MT, neste ato representada pelo senhor Antônio Valtair Flores Dos Santos, portador da cédula de identidade RG: 468.731-90 SSP/PR, e o CPF Nº 661.108.159-34, Registra se o preço da empresa **MASAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELLI** inscrita no **CNPJ: 26.148.070/0001-85,** sediada na Rua Comandante costa nº 14- quadra G, Bairro: centro sul CEP: 78.

125.499, Várzea Grande MT, representada neste ato pelo Senhor Aldeney Antônio Neto, portador da cédula de identidade de nº M-7 908026 SSP/MG e o cpf: 030.2744.876-80, Registra se o preço da empresa **L BARRETO KATAYAMA EIRELI (KATAYAMA DISTRIBUIDORA**), inscrita no **CNPJ: 10.448.902.0001/49**, com sede na rua Quatro (lote jardim Alencastro), lote 10, quadra 06, salão 02 CEP: 78.085-035, neste ato representada pelo Senhor Leonardo Augusto Train Vieira, portador da cédula de identidade de nº 1290682-4, e o CPF: 010.201.401-94;

O valor global para cada fornecedor registrado será conforme abaixo:

FORNECEDOR REGISTRADO	VALOR GLOBAL
WALERIA DOS S. CORDEIRO EIRELI-ME (MAXIMA DISTRIBUIDORA), CNPJ: 30.985.777/0001-13	R$ 99.007,31 (noventa e nove mil e sete reais e trinta e um centavos)
WENDELL R. MACHADO EPP (FACILIMP), CNPJ: 11.648.285/0001-98,	R$ 5.248,00 (cinco mil duzentos e quarenta e oito reais)
SETE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP, CNPJ: 04.578.067/0001-69	R$ 55.781,87 (cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos)
MERCADÃO DA LIMPEZA COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME, CNPJ: 14.689.405/0001-93	R$ 87.083,51 (oitenta e sete mil e oitenta e três reais e cinquenta e um centavos)
COMERCIAL HF- COMERCIO DE PRODUTOS DESCVARTAVEIS E LIMPEZA LTDA EPP CNPJ: 73.905.341/0001-80	R$ 21.823,59 (vinte e um mil, oitocentos e vinte e três reais e cinquenta e nove centavos)
C.R. DOS SANTOS COMERCIO DE ALIMENTOS ME (MEGA FRIO), CNPJ: 20.307.873/0001-59	R$ 24.399,05 (vinte e quatro mil, trezentos e noventa e nove reais e cinco centavos)
IGUAÇU COMERCIO DE GAS EIRELI, CNPJ: 12.835.034/0001-85,	RS 93.787,97 (noventa e três mil e setecentos e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos)
MASAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELLI CNPJ: 26.148.070/0001-85	R$ 307.845,63 (trezentos e sete mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos)
L BARRETO KATAYAMA EIRELI (KATAYAMA DISTRIBUIDORA), CNPJ: 10.448.902.0001/49,	R$ 24.804,55 (vinte e quatro mil, oitocentos e quatro reais, cinquenta e cinco centavos)

VALOR GLOBAL LICITADO: R$ 719.781,48 (setecentos e dezenove mil, setecentos e oitenta e um reais e quarenta e oito centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

03.030.0.1.04.122.0003.2021.3.3.90.30.00.00.0100000000
05.050.0.2.12.361.0013.2049.3.3.90.30.00.00.0101000000
05.050.0.2.12.361.0013.2049.3.3.90.30.00.00.0115000000
05.050.0.4.12.361.0013.2078.3.3.90.30.00.00.0119000000
06.060.0.2.10.301.0019.2130.3.3.90.30.00.00.0102000000
06.060.0.2.10.301.0019.2130.3.3.90.30.00.00.0146000000
07.070.0.1.08.122.0024.2186.3.3.90.30.00.00.0100000000
07.070.0.2.08.244.0025.2211.3.3.90.30.00.00.0129000000
09.090.0.1.20.122.0005.2245.3.3.90.30.00.00.0100000000

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MATERIAL DE LIMPEZA , HIGIENIZAÇAO, DESCARTAVEIS E AFINS DESTINADOS AOS ORGAOS PUBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT

VIGENCIA: 26/08/2019 ATE 26/08/2020.

Nova Olímpia, 26 de agosto de 2019.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇAO PREGÃO PRESENCIAL Nº049/2019/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº120/2019/PMNO

O município de Nova Olímpia **-** Mato Grosso torna público para conhecimento dos interessados, que a Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2019/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO por item, com o objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO (PREVENTIVA E CORRETIVA) EM VEICULOS E MAQUINÁRIOS LEVES E PESADOS, VIA SISTEMA WEB PRÓPRIO DA CONTRATADA, ATRAVÉS DE OFICINAS CREDENCIADAS, INCLUINDO ORÇAMENTO DAS PEÇAS, ACESSÓRIOS, SERVIÇOS e TRANSPORTE SUSPENSO POR GUINCHO PARA ATENDER À FROTA DO MUNICIPO DE NOVA OLIMPIA/MT**. FOI REVOGADO** conforme e despacho revogatório constante nos autos do processo administrativo nº 120/2019/PMNO.

Nova Olímpia/MT, 26 de agosto de 2019

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

RETIFICA-SE EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO PREGAO PRESENCIAL SRP Nº041/PMNO/2019

PROCESSO ADM. N° 108/2019

PUBLICADOS NOS SEGUINTES JORNAIS:

JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, EDIÇÃO 3.298, PAGINA 232, DIARIO OFICIAL ESTADO EDIÇÃO Nº27572, PAGINA 115

ONDE SE LE: VIGENCIA 22/09/2019 A 22/09/2020

LEIA-SE: VIGENCIA 22/08/2019 A 22/08/2020

Nova Olímpia, 26 de agosto de 2019.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO Nº. 0012/2019

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA – MT

RESOLUÇÃO Nº. 0012/2019

Súmula: "Prorroga o prazo para as inscrições de candidatos para a eleição Edital 01/2019 Eleição para Conselheiro Tutelar do **M**unicípio de Nova Santa Helena – MT e da outras providencias".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições legais de acordo com o disposto na Lei Municipal n°.700/2015, na reunião extraordinária realizada no dia 19 de agosto de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - "Prorroga o prazo para as inscrições de candidatos para a eleição Edital 01/2019 Eleição para Conselheiro Tutelar do **M**unicípio de Nova Santa Helena – MT, do dia 19 de agosto de 2019 a 26 de agosto de 2019 e define o cronograma com todas as datas do processo eleitoral".

Art. 2º - Registra –se, Cumpra –se e Publica-se.

Nova Santa Helena - MT, 19 de agosto de 2019.

Adriano Bortolin

Presidente do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO PORTARIA 282/2019

Fica retificada a publicação, ocorrida no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios nº 3.299 de 26 de agosto de 2019, pág. 147 referente ao seguinte ato:

Portaria 282/2019

Onde lê-se:

Dispõe sobre a Concessão de Férias aos profissionais que menciona.

A Exma. Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Terezinha Guedes Carrara, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe a seção IX, *da Lei 061 de 25 de fevereiro de 2. 002.*

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** 56 (cinquenta e seis) dias de férias ao profissional que menciona, conforme períodos abaixo relacionados.

Leia-se:

Dispõe sobre a Concessão de Férias ao profissional que menciona.

A Exma. Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Terezinha Guedes Carrara, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe a seção IX, *da Lei 061 de 25 de fevereiro de 2. 002.*

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** 54 (cinquenta e quatro) dias de férias ao Servidor **Romar Alves da Rocha**, inscrito sob a matricula de nº 805, conforme períodos abaixo relacionados.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO Nº. 005/2019

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA – MT

RESOLUÇÃO Nº. 005/2019

Súmula: "Aprova Plano de Ação para Co-Financiamento do Governo Federal – Sistema Único da Assistência Social ano 2019 para o **M**unicípio de Nova Santa Helena–MT".

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições legais de acordo com o disposto na NOB SUAS/05, na reunião ordinária realizada no dia 13 de agosto de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º- "Aprova Plano de Ação para Co-Financiamento do Governo Federal – Sistema Único da Assistência Social ano 2019 para o **M**unicípio de Nova Santa Helena–MT".

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Registra –se, Cumpra –se e Publica-se.

Nova Santa Helena - MT 13 de agosto de 2019

Valeria Almeida Ubeda Costa

Presidente do Conselho

Municipal de Assistência Social.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA 014/2019

PORTARIA N.º014/2019

" DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A

SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE

PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO /MT***."***

O Senhor **MARCOS ANTONIO BESSA**, Presidente da Câmara Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1º **Conceder Férias,** em conformidade com o artigo 69 e Art. 73 da Lei Complementar nº 004/2001 que será gozada no período de 11/08/2019 A 31/08/2019 (20 DIAS), ao Senhor **ANTONIO CARLOS FREIRE SETUBAL**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 493178 SSP/MT , devidamente inscrito no CPF sob o nº. 361.840.961-, servidor efetivo no cargo de Vigilante, devidamente matriculado sob a matricula 63, referente ao período aquisitivo de janeiro de 2018 a janeiro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Presidente, aos 09 de agosto de 2019.

MARCOS ANTONIO BESSA ***Presidente Biênio 2019/2020***

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, neste ato representada por sua Pregoeira designada pela Portaria nº. 015/2019, de 02/09/2019, torna público aos interessados que realizará licitação no dia **10/09/2019**, às 08H00, para **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Recargas de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, para Uso nas Diversas Secretarias do Município de Novo Mundo/MT.**, conforme especificações do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações das 07H00-min às 11H00min de segunda a sexta e/ou no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br.

Novo Mundo, MT, 26 de agosto de 2019.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

Antônio Mafini

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA 013/2019

PORTARIA N.º013/2019

SÚMULA: "DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR E D*Á OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

O Exmo Senhor **MARCOS ANTONIO BESSA**, Presidente da Câmara Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Artigo 1º - Designar a Senhora **KAMILA MICKELON DALAZEN**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1999981-0 SSP/MT, e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 025194971-06, efetiva no cargo de Agente Financeiro E Patrimonial, da Câmara Municipal de Novo Mundo, para responder PELA MANUTENÇAO DO PORTAL DA TRANPARENCIA da Câmara Municipal de Novo Mundo/MT.,com Função Gratificada de FG -3,INCISO III, ARTIGO 9º Lei nº 030/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Presidente, ao 01 de agosto de 2019.

MARCOS ANTONIO BESSA *Presidente biênio 2019/2020*

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 1648/2019.

DECRETO Nº 1648/2019.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO SUPLEMENTAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Josimar Marques Barbosa, no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 1683/2019, de 28 de janeiro de 2019, de conformidade com o artigo nº 41, da Lei Federal 4.320/64.

DECRETA:

ARTIGO 1º – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Suplementar por anulação e transposição parcial de dotação no valor de R$ 168.017,00 (Cento e Sessenta e Oito Mil e Dezessete Reais), no Orçamento da Câmara Municipal de Paranatinga - MT conforme segue abaixo:

Parágrafo I – Credito Adicional Suplementar:

01.001.01.031.0002.2002.3190.11.00.00.

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 128.017,00

01.001.01.031.0002.2002.3390.39.00.00.

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 40.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R$ 168.017,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

Parágrafo II – Anulação de:

01.001.01.031.0002.1003.4490.52.00.00.

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 75.000,00

01.001.01.031.0002.1004.4490.51.00.00.

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 53.000,00

01.001.01.031.0002.2002.3190.94.00.00.

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 40.017,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES.....R$ 168.017,00

ARTIGO 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 19 de agosto de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO EM

19 / 08 / 2019.

_____

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO 01, 02, 03 E 04/2019

Onde-se lê:

Pregoeiro Devenilson da Silva.

Leia-se:

Presidente da CPL Devenilson da Silva.

Em 26 de agosto de 2019.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE INEXIGIBILIDADE 16/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 010 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados a Licitação na Modalidade **Inexigibilidade Nº. 16/2019**, referente a Contratação da empresa **TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI CNPJ: 07.838.209/0001-78. Objeto:** O PRESENTE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (PEÇAS) PARA MANUTENÇÃO REVISÃO/GARANTIA DE 20.000 KM DO MICRO-ÔNIBUS VOLARE, PLACA QCP 9373, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 25, INCISO I DA LEI 8.666/93, À PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANATINGA-MT. **Valor: R$: 1.271,25. Homologada em 26/08/2019**. Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 26 de agosto de 2019.

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO 01, 02, 03, 04, 05 E 06/2019

Onde-se lê:

Pregoeiro Devenilson da Silva.

Leia-se:

Presidente da CPL Devenilson da Silva.

Em 26 de agosto de 2019.

OUVIDORIA MUNICIPAL
COMUNICADO

A Comissão Organizadora do Processo de Escolha Unificada dos Conselheiros Tutelares de Paranatinga, vem por meio deste tornar público a decisão da candidata Euseli da Silva Souza com o número 156 de não mais participar do Processo de Escolha para Conselheiros Tutelares de Paranatinga/MT conforme declaração assinada pela mesma.

Desta forma os votos para esta candidata não serão validos.

Paranatinga, 26 de agosto de 2019.

Quesia Machado Freitas Marques

Presidente do CMDCA

Paranatinga/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 036/2019

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO	
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA	
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 28/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 036/2019	
Razão Social/Nome:	RODOBENS COMERCIO E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA
CNPJ/CPF:	65.993.453/0025-89
Endereço Completo:	AV. PRESIDENTE MÉDICI Nº 3588
Telefones:	
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A 1ª REVISÃO DO VEÍCULO HILUX CD DSL 4X4 POWER, PLACA: QCI-1406
Quantidade:	02 (DOIS) SERVIÇOS
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Valor: R$ 439,20	
Elemento de Despesa:	3.3.90.39

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 021/2019

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO	
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA	
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 28/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 021/2019	
Razão Social/Nome:	S. A. IZAIAS COMERCIO - ME
CNPJ/CPF:	09.554.955/0001-65
Endereço Completo:	RUA JOSE RODRIGUES DA CRUZ, 934
Telefones:	
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS- COLÍRIO COSOPT, POMADA OFTALMOLÓGICA REFREH GEL E COLÍRIO BIMATROPOSTA.
Quantidade:	12 (DOZE) CAIXAS
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Valor: R$ 836,00	
Elemento de Despesa:	3.3.90.30

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 020/2019

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO	
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA	
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 28/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 020/2019	
Razão Social/Nome:	S. A. IZAIAS COMERCIO - ME
CNPJ/CPF:	09.554.955/0001-65
Endereço Completo:	RUA JOSE RODRIGUES DA CRUZ, 934
Telefones:	
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS- SELOZOK 25 MG E ATORVASTATINA 40 MG.
Quantidade:	8 (OITO) CAIXAS
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Valor: R$ 323,00	
Elemento de Despesa:	3.3.90.30

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 019/2019

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO	
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA	
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 28/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 019/2019	
Razão Social/Nome:	S. A. IZAIAS COMERCIO - ME
CNPJ/CPF:	09.554.955/0001-65

Endereço Completo:			RUA JOSE RODRIGUES DA CRUZ, 934
Telefones:			
- Dados do Produto e/ou Serviços			
Produtos/Serviços:			AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-ALENIA 12/400
Quantidade:			4 (QUATRO) CAIXAS
Destinação/Justificativa:			SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Valor:	R$ 304,00		
Elemento de Despesa:			3.3.90.30

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 018/2019

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO			
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA			
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 23/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.			
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 018/2019			
Razão Social/Nome:			DEIVID JUNIOR BARROS INACIO CARDOSO
CNPJ/CPF:			28.575.328/0001-55
Endereço Completo:			RUA DOURADOS S/Nº
Telefones:			
- Dados do Produto e/ou Serviços			
Produtos/Serviços:			PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, GRADES DE PROTEÇÃO, PORTAS DE FERRO E JANELAS DE FERRO.
Quantidade:			21(VINTE E UM)
Destinação/Justificativa:			SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESPORTES E LAZER
Valor:	R$ 12.600,00		
Elemento de Despesa:			3.3.90.39

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 017/2019

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO			
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA			
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 23/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.			
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 017/2019			
Razão Social/Nome:			BENEDITO DAN - ME
CNPJ/CPF:			02.817.618/0001-74
Endereço Completo:			RUA PRESIDENTE VARGAS Nº 320
Telefones:			
- Dados do Produto e/ou Serviços			
Produtos/Serviços:			AQUISIÇÃO DE 02(DUAS) PLACAS E 02(DUAS) TARJETAS PARA O VEÍCULO FIAT STRADA HD WK CC E.
Quantidade:			4(QUATRO)
Destinação/Justificativa:			SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Valor:	R$ 150,00		
Elemento de Despesa:			3.3.90.30

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 023/2019

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO			
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA			
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 28/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.			
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 023/2019			
Razão Social/Nome:			S. A. IZAIAS COMERCIO - ME
CNPJ/CPF:			09.554.955/0001-65
Endereço Completo:			RUA JOSE RODRIGUES DA CRUZ, 934
Telefones:			
- Dados do Produto e/ou Serviços			
Produtos/Serviços:			AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS- MAREVAN 5MG C/ 30 COM.
Quantidade:			04 (QUATRO) CAIXAS
Destinação/Justificativa:			SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Valor:	R$ 88,00		
Elemento de Despesa:			3.3.90.30

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 016/2019

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO	
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA	
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 23/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 016/2019	
Razão Social/Nome:	BENEDITO DAN - ME
CNPJ/CPF:	02.817.618/0001-74
Endereço Completo:	RUA PRESIDENTE VARGAS Nº 320
Telefones:	
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	AQUISIÇÃO DE 04(QUATRO) PLACAS E 04(QUATRO) TARJETAS PARA OS VEÍCULOS LOGAN E HILUX.
Quantidade:	8(OITO)
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Valor: R$ 300,00	
Elemento de Despesa:	3.3.90.30

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 024/2019

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO	
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA	
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 23/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 024/2019	
Razão Social/Nome:	BENEDITO DAN - ME
CNPJ/CPF:	02.817.618/0001-74
Endereço Completo:	RUA PRESIDENTE VARGAS Nº 320
Telefones:	
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	AQUISIÇÃO DE 02(DUAS) PLACAS E 02(DUAS) TARJETAS PARA O VEÍCULO RENAULT T/KWID ZEN.
Quantidade:	4(QUATRO)
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Valor: R$ 150,00	
Elemento de Despesa:	3.3.90.30

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 025/2019

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO	
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA	
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 28/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 025/2019	
Razão Social/Nome:	S. A. IZAIAS COMERCIO - ME
CNPJ/CPF:	09.554.955/0001-65
Endereço Completo:	RUA JOSE RODRIGUES DA CRUZ, 934
Telefones:	
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-TRILEPTAL 600 MG COM 60 COMP.
Quantidade:	09 (NOVE) CAIXAS
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Valor: R$ 2.466,00	
Elemento de Despesa:	3.3.90.30

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 026/2019

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO	
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA	
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 28/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 026/2019	
Razão Social/Nome:	BIO RESÍDUOS SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.
CNPJ/CPF:	22.096.126/0002-25
Endereço Completo:	AV. OLINDA, Nº 960 - PARK LOZANDES
Telefones: (62) 3091-7022	

- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALARES DO GRUPO "A", "B" E "E".
Quantidade:	2.100 KG
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Valor: R$ 10.500,00	
Elemento de Despesa:	3.3.90.39

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 027/2019

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO		
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA		
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 28/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.		
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 027/2019		
Razão Social/Nome:		TAURO MOTORS VEÍCULOS IMPORTADOS LTDA
CNPJ/CPF:		74.150.889/0001-20
Endereço Completo:		AV. FERNANDO CORRÊA DA COSTA Nº 4777
Telefones:	(65) 3322-4120	
- Dados do Produto e/ou Serviços		
Produtos/Serviços:		AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A REVISÃO DE 40.000 KM DA CAMINHONETE L200 PLACA: QCI-4719.
Quantidade:		42(QUARENTA E DUAS) PEÇAS
Destinação/Justificativa:		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Valor:	R$ 5.552,94	
Elemento de Despesa:		3.3.90.30

PORTARIA Nº 452/2019 - FÉRIAS REGULARES ARY VIEIRA CAMPOS

26 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES ao Servidor Público Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **08/02/2016 à 08/02/2017.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder FÉRIAS regulares ao servidor ARY VIEIRA CAMPOS, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, ocupante do cargo de Técnico em Topografia, a serem usufruídas no período de **26/08/2019 à 24/09/2019.**

ART.2º **-** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data 26/08/2019.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 022/2019.

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO		
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA		
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 28/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.		
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 022/2019		
Razão Social/Nome:		S. A. IZAIAS COMERCIO - ME
CNPJ/CPF:		09.554.955/0001-65
Endereço Completo:		RUA JOSE RODRIGUES DA CRUZ, 934
Telefones:		
- Dados do Produto e/ou Serviços		
Produtos/Serviços:		AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS- ALENIA 12/400
Quantidade:		04 (QUATRO) CAIXAS
Destinação/Justificativa:		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Valor:	R$ 304,00	
Elemento de Despesa:		3.3.90.30

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 028/2019

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO		
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA		
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 28/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.		
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 028/2019		
Razão Social/Nome:		TAURO MOTORS VEÍCULOS IMPORTADOS LTDA
CNPJ/CPF:		74.150.889/0001-20
Endereço Completo:		AV. FERNANDO CORRÊA DA COSTA Nº 4777
Telefones:	(65) 3322-4120	
- Dados do Produto e/ou Serviços		
Produtos/Serviços:		PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REVISÃO DE 40.000(QUARENTA MIL) KM DA CAMINHONETE L200 PLACA: QCI-4719.
Quantidade:		04(QUATRO)
Destinação/Justificativa:		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Valor:	R$ 1.272,35	
Elemento de Despesa:		3.3.90.39

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 029/2019

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO		
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA		
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 23/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.		
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 029/2019		
Razão Social/Nome:		BENEDITO DAN - ME
CNPJ/CPF:		02.817.618/0001-74
Endereço Completo:		RUA PRESIDENTE VARGAS Nº 320
Telefones:		
- Dados do Produto e/ou Serviços		
Produtos/Serviços:		AQUISIÇÃO DE 02(DUAS) PLACAS E 02(DUAS) TARJETAS PARA O VEÍCULO RENAULT T/KWID ZEN.
Quantidade:		4(QUATRO)
Destinação/Justificativa:		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Valor:	R$ 150,00	
Elemento de Despesa:		3.3.90.30

DECRETO N.º 131/2019

26 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre autorização ao Executivo Municipal para conceder Auxilio Financeiro ao Sindicato Rural de Pedra Preta e dá outras providencias.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito do Município de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Nos termos da Lei Municipal nº 1.129/2019, de 21 de agosto de 2019, fica o Poder Executivo Municipal Autorizado a Conceder Auxilio Financeiro ao Sindicato Rural de PedraPreta –Mato Grosso, inscrito no CNPJ nº 24.774.481/0001-50, estabelecido neste Município, no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

Artigo 2º -Os recursos ora concedidos serão utilizados para a cobertura de despesas com a34ª EXPOPEDRA e 34ªFESTA DO PEÃO DE RODEIOrealizada no mês de Setembro de 2019 no município de Pedra Preta.

Artigo 3º -O beneficiado desta Lei fica obrigado em até 60 (sessenta) dias após o recebimento do repasse financeiro, a prestar contas dos recursos recebidos.

Parágrafo Único – A prestação de contas referida no *caput* deste artigo será composta de extrato bancário da movimentação financeira do recebimento do recurso e recibo ou nota fiscal de prestação de serviços com autenticação do recebedor do pagamento.

Artigo 4º - As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09 – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

001 – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

13.392.0032.2217 – Auxílio Financeiro Festa do Rodeio.

457.3360450000 – Subvenção Econômicas R$ 75.000,00

TOTAL R$ 75.000,00

Artigo 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE PEDRA PRETA - MATO GROSSO

AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 030/2019

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA

Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 23/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 030/2019	
Razão Social/Nome:	GERMANO GUERCHI
CNPJ/CPF:	098.070.518-51
Endereço Completo:	RUA PORTO MURTINHO Nº 538 - PEDRA PRETA/MT
Telefones:	
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FRETE PARA ESCOLA ARI GRIESANG - VILA GARÇA BRANCA NOS DIAS 19 E 20 DE JULHO TOTALIZANDO 248 KM
Quantidade:	2(DOIS)
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Valor: R$ 694,40	
Elemento de Despesa:	3.3.90.39

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 031/2019

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO	
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA	
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 23/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 031/2019	
Razão Social/Nome:	EDSON FURQUIM - ME
CNPJ/CPF:	17.908.249/0001-00
Endereço Completo:	AV. SÃO SEBASTIAO Nº 545 - CUIABÁ
Telefones:	65-3052-6901
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	AQUISIÇÃO DE 02(DUAS) CAIXAS DE BOLSAS NASCO COM TISSULFATO DE SÓDIO.
Quantidade:	2(DOIS)
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Valor: R$ 800,00	
Elemento de Despesa:	3.3.90.30

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 032/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA	
DEPARTAMENTO DE COMPRAS	
EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO	
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA	
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 28/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 032/2019	
Razão Social/Nome:	S. A. IZAIAS COMERCIO - ME
CNPJ/CPF:	09.554.955/0001-65
Endereço Completo:	RUA JOSE RODRIGUES DA CRUZ, 934
Telefones:	
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS- COL-QUES COM 30 COMP. E PACO 30 MG COM 36 COMP.
Quantidade:	04 (QUATRO) CAIXAS
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Valor: R$ 2.060,00	
Elemento de Despesa:	3.3.90.30

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 033/2019

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO	
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA	
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 28/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 033/2019	
Razão Social/Nome:	ZAHER E CIA LTDA
CNPJ/CPF:	03.264.868/0001-97
Endereço Completo:	AV. PRESIDENTE MÉDICI Nº 992
Telefones: 66-3411-1100	
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA A REVISÃO DA AMBULÂNCIA MONTANA ANO 2019 PLACA QCE-8614.
Quantidade:	11 (ONZE) ITENS
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Valor:	R$ 560,52
Elemento de Despesa:	3.3.90.30

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 034/2019

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO	
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA	
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 28/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 034/2019	
Razão Social/Nome:	ZAHER E CIA LTDA
CNPJ/CPF:	03.264.868/0001-97
Endereço Completo:	AV. PRESIDENTE MÉDICI Nº 992
Telefones:	66-3411-1100
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E HIGIENIZAÇÃO NA REVISÃO DA AMBULÂNCIA MONTANA ANO 2019 PLACA QCE-8614.
Quantidade:	2 (DOIS) SERVIÇOS.
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Valor:	R$ 230,00
Elemento de Despesa:	3.3.90.39

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 035/2019

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO	
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA	
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 28/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 035/2019	
Razão Social/Nome:	F. BAZZONI - ME
CNPJ/CPF:	00.856.606/0001-23
Endereço Completo:	AV. TIRADENTES Nº 2241
Telefones:	66-34235050
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	MOLDURAS, PASSAPORTOUT BRANCO, VIDRO ANTIRREFLEXO E DURATEX
Quantidade:	11(ONZE) MOLDURAS
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Valor:	R$ 4.246,00
Elemento de Despesa:	3.3.90.30

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 037/2019 - RETIFICADO

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO	
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA	
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 28/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 037/2019- RETIFICADO	
Razão Social/Nome:	RODOBENS COMERCIO E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA
CNPJ/CPF:	65.993.453/0025-89
Endereço Completo:	AV. PRESIDENTE MÉDICI Nº 3588
Telefones:	
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (PEÇAS/LUBRFICANTES E FILTRO DE ÓLEO) PARA A 1ª REVISÃO DA HILUX CD DSL 4X4 POWER - PLACA-QCI-1406.
Quantidade:	9 (OITO) UND
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Valor:	R$ 1.231,26
Elemento de Despesa:	3.3.90.30

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO - 038/2019

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO	
LEI Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA	
Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 28/06/2019, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 038/2019	
Razão Social/Nome:	DIOGENES GARRIO CARVALHO
CNPJ/CPF:	65.993.453/0025-89

Endereço Completo:			RUA AFONSO PENA Nº 809
Telefones:	66-3423-0035		
- Dados do Produto e/ou Serviços			
Produtos/Serviços:			PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE 100 ASOS(ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Quantidade:			100(CEM) UND
Destinação/Justificativa:			SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Valor:	R$ 2.400,00		
Elemento de Despesa:			3.3.90.39

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

AVISO EDITAL COMPLEMENTAR 001/2019 E NOVA DATA SESSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria Municipal nº 1.219/2019, faz saber que foi realizado alteração no Edital **PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2019**, regida pela Lei Federal 12.462/2011 e 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas em edital, para seleção da melhor proposta pelo Menor Preço Por Item objetivando: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DESTINADO A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM VIAS E LOGRADOUROS E MATERIAL ELETRICO DESTINADO A OBRA DE AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS AVENIDAS LIONS E ROTARY INTERNACIONAL CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS, PROJETOS E TERMO DE REFERÊNCIA".**Para acesso ao Edital Complementar 001/2019 os interessados deverão baixar no site www.peixotodeazevedo.mt.gov.br e maiores informações no Setor de Licitações de segunda a sexta–feira, no horário das 07h às 11h e das 11h às 17h ou pelo fone (66) 3575-5100. Em atendimento ao disposto no Artigo 21 § 4º da Lei 8666/93 fica reaberto o prazo inicialmente estabelecido, ficando marcada nova sessão pública para às **08h00min do dia 06 de Setembro de 2019**, na sala de Licitações, no Paço Municipal Milton José Santana. Peixoto de Azevedo, 26 de AGOSTO de 2019.

NATALIA FERNANDES DA SILVA

Pregoeira Designada

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

Segunda-feira, 26 de Agosto de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

CNPJ: 03.238.631/0001-31

PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, RUA MINISTRO CEZAR CALS, Nº 226, CENTRO ANTIGO

RELAÇAO DE CONTRATOS DE SERVIDORES

PERÍODO: 22/08/2019 até 20/12/2019

Filtros Utilizados

Periodo: 22/08/2019 até 20/12/2019 **Vigência:** Vigência Inicial **Situação:** Todos **Ordenar:** Código

Número/Ano	Pessoa	Objeto	Valor	Vig. Inicial	Vig. Final	Tipo	Situação
00000000136/2019	ELIS REGINA BELO DA SILVA	CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL NA ESCOLA MUNICIPAL DOM HELDER CAMARA	2.301,9600	22/08/2019	20/12/2019	DETERMINADO/SUBSTITUIÇÃO	Em Execução
00000000137/2019	ELIZABETH BELO DA SILVA	CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL NA ESCOLA MUNICIPAL DOM HELDER CAMARA	2.301,9600	22/08/2019	20/12/2019	DETERMINADO/SUBSTITUIÇÃO	Em Execução

Total: 2

ARRelatorio_Contratos_Servidores

Página: 1 / 1

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

Segunda-feira, 26 de Agosto de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

CNPJ: 03.238.631/0001-31

PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, RUA MINISTRO CEZAR CALS, Nº 226, CENTRO ANTIGO

RELAÇAO DE CONTRATOS DE SERVIDORES

PERÍODO: 15/08/2019 até 20/12/2019

Filtros Utilizados

Periodo: 15/08/2019 até 20/12/2019 **Vigência:** Vigência Inicial **Situação:** Todos **Ordenar:** Alfabética

Número/Ano	Pessoa	Objeto	Valor	Vig. Inicial	Vig. Final	Tipo	Situação
00000000135/2019	KAIANALU KAMAYURA	CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA A UNIDADE ESCOLAR DA ALDEIA WANI WANI	998,0000	15/08/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução
00000000134/2019	KASSU TRUMAI	CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA A ESCOLA WANI WANI	1.227,7100	15/08/2019	20/12/2019	DETERMINADO	Em Execução

Total: 2

ARRelatorio_Contratos_Servidores Página: 1 / 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
RETIFICAR EDITAL Nº 005/2019

EDITAL DOS INSCRITOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS – PARA ELEIÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, DE POCONÉ MT QUADRIÊNIO 2020/ 2023.

A Comissão de Eleição juntamente com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Poconé, no uso de suas atribuições e conforme a Lei Municipal nº 904, de 01 de Junho de 1993, **PUBLICA** a relação dos Deferidos e Indeferidos:

Ana Paula Marcia da Silva – Deferida

Anne Steele da Silva Martins- Deferida

Esmael Alves Duarte – Deferida

Márcia Eliza de Arruda - Deferida

Marileuza Maciel dos Santos - Deferida

Regina Lucia de Arruda e Silva - Indeferida

Rosilene do Prado Neves- Deferida

Rosinei Cássia dos Santos – Deferida

Selma Mendes da Silva Oliveira – Deferida

Welliton Gonçalves Santana- Deferido

Angélica Rodrigues de Souza

Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 1.955 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE REPOSIÇÃO DOS SUBSÍDIOS DE VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ.

OPREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, ATAIL MARQUES DO AMARAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELA **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica a Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, nos termos do inciso X do art. 37 do Constituição Federal, e §§ 1º e 2º, Art. 2º, da Lei nº 1.837 de 12 de setembro de 2016, autorizada a efetuar reposição de, **3,43%** (**três vírgula quarenta e três décimos por cento**) sobre os subsídios de Vereadores referentes ao mês de março de 2019, sendo:

I. Revisão geral anual, com o escopo de preservar o valor aquisitivo da moeda e recompor as perdas ocasionadas pela inflação, no percentual de **3,43%** (**três vírgula quarenta e três décimos por cento**) medida pelo INPC/FGV, acumulado no período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Os efeitos desta Lei aplicar-se-ão a partir de 1º de abril de 2019, cujos valores retroativos deverão ser pagos em forma de abono excetuando as incidências legais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Poconé-MT, 23 de agosto de 2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL(Tatá Amaral)

Prefeito Municipal de Poconé-MT

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 1.954 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE REVISÃO GERAL ANUAL AOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO.

OPREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, ATAIL MARQUES DO AMARAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELA **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica a Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, nos termos do inciso X do art. 37 do Constituição Federal e § 2º do art. 28 da Resolução 325 de 13 de outubro de 2015, autorizada a conceder 4% (quatro por cento) aos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo, sobre o salário do mês de março/2019, sendo:

I. Revisão geral anual, com o escopo de preservar o valor aquisitivo da moeda e recompor as perdas ocasionadas pela inflação, no percentual de **3,43%** (**três vírgula quarenta e três décimos por cento**) medida pelo INPC/FGV, acumulado no período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

II. Ganho real no percentual de **0,57%** (**zero vírgula cinquenta e sete décimos por cento**).

Art. 2º As Classes, referencias e valores dos vencimentos dos ocupantes dos cargos do quadro de servidores do Poder Legislativo, efetivos e comissionados, são os constantes da Tabela atualizada com os **Anexos I, II, III** e **IV** desta Lei.

Art. 3º Os efeitos desta Lei aplicar-se-ão a partir de 1º de abril de 2019, cujos valores retroativos deverão ser pagos em forma de abono, excetuando as incidências legais.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações existentes no orçamento em vigor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Poconé-MT, 23 de agosto de 2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL(Tatá Amaral)

Prefeito Municipal de Poconé-MT

ANEXO – I

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Cargo	Código	Salário (R$)	
		Externo	Carreira
- Secretário Geral	CC-I	**3.986,11**	Adicional de 50% sobre o vencimento base de carreira
- Coordenador	CC-II	**2.669,47**	Adicional de 50% sobre o vencimento base de carreira
- Assessor Contábil e Financeiro	CC-III	**2.391,68**	Adicional de 40% sobre o vencimento base de carreira
- Assessor da Mesa Diretora - Assessor de Comunicação - Ouvidor	CC-IV	**1.993,06**	Adicional de 30% sobre o vencimento base de carreira
Assessor de Comissões Assessor de Apoio Administrativo	CC-V	**1.860,19**	Adicional de 30% sobre o vencimento base de carreira

ANEXO II

CARGOS DE NIVEL FUNDAMENTAL – CNF

Classe/Nível	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	**R$ 1.077,42**	**R$ 1.467,29**	**R$ 1.952,64**	**R$ 2.516,77**
2	**R$ 1.111,31**	**R$ 1.508,66**	**R$ 2.001,41**	**R$ 2.564,86**
3	**R$ 1.145,19**	**R$ 1.550,01**	**R$ 2.050,20**	**R$ 2.612,95**
4	**R$ 1.179,07**	**R$ 1.591,38**	**R$ 2.099,00**	**R$ 2.661,02**
5	**R$ 1.212,94**	**R$ 1.632,75**	**R$ 2.147,78**	**R$ 2.709,11**
6	**R$ 1.246,84**	**R$ 1.674,11**	**R$ 2.196,57**	**R$ 2.757,20**
7	**R$ 1.280,72**	**R$ 1.715,46**	**R$ 2.245,37**	**R$ 2.805,28**
8	**R$ 1.314,59**	**R$ 1.756,84**	**R$ 2.293,36**	**R$ 2.853,38**
9	**R$ 1.348,47**	**R$ 1.798,19**	**R$ 2.342,94**	**R$ 2.901,45**
10	**R$ 1.382,37**	**R$ 1.839,55**	**R$ 2.391,73**	**R$ 2.949,54**

ANEXO III

CARGOS DE NIVEL MÉDIO/TÉCNICO – CNM/CNT

Classe/Nível	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$ 1.976,42	R$ 2.480,26	R$ 2.983,08	R$ 3.486,58
2	R$ 2.018,45	R$ 2.522,40	R$ 3.025,13	R$ 3.533,16
3	R$ 2.060,51	R$ 2.564,28	R$ 3.067,18	R$ 3.579,72
4	R$ 2.102,57	R$ 2.606,17	R$ 3.109,24	R$ 3.626,29
5	R$ 2.144,62	R$ 2.648,04	R$ 3.151,29	R$ 3.672,86
6	R$ 2.186,67	R$ 2.689,93	R$ 3.193,35	R$ 3.719,46
7	R$ 2.228,74	R$ 2.731,81	R$ 3.235,40	R$ 3.766,02
8	R$ 2.270,80	R$ 2.773,68	R$ 3.277,46	R$ 3.812,58
9	R$ 2.312,85	R$ 2.815,57	R$ 3.319,50	R$ 3.859,17
10	R$ 2.354,89	R$ 2.857,45	R$ 3.361,56	R$ 3.905,73

ANEXO IV

CARGOS DE NIVEL SUPERIOR – CNS

Classe/Nível	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$ 3.007,00	R$ 3.678,10	R$ 4.741,26	R$ 6.817,45
2	R$ 3.049,05	R$ 3.733,27	R$ 4.853,76	R$ 6.937,83
3	R$ 3.091,10	R$ 3.788,46	R$ 5.043,38	R$ 7.058,22
4	R$ 3.134,06	R$ 3.843,64	R$ 5.271,23	R$ 7.178,59
5	R$ 3.175,19	R$ 3.898,81	R$ 5.510,99	R$ 7.298,98
6	R$ 3.217,26	R$ 3.954,00	R$ 5.704,66	R$ 7.419,35
7	R$ 3.259,32	R$ 4.009,18	R$ 5.925,70	R$ 7.539,74
8	R$ 3.301,37	R$ 4.064,25	R$ 6.125,93	R$ 7.660,12
9	R$ 3.343,41	R$ 4.119,53	R$ 6.309,17	R$ 7.780,50
10	R$ 3.385,46	R$ 4.174,72	R$ 6.685,60	R$ 7.900,88

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2019

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 018/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADA: J.S. BATISTA NASCIMENTO & CIA LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PANIFICAÇÃO TAIS COMO PÃES, BOLOS E PRODUTOS EM GERAL DE PANIFICADORA PARA ATENDER AS SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES

DATA DA ASSINATURA: 26 DE AGOSTO DE 2019.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 321.620,00 (TREZENTOS E VINTE E UM MIL SEISCENTOS E VINTE REAIS)

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

PREGOEIRA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 020/2019

A Prefeitura de Pontal do Araguaia estabelecida na Av. Padre Sebastião Teixeira, 23, Centro, na Cidade de Pontal do Araguaia-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10. 520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014 e Lei Complementar 155/2016 e suas alterações, Decreto Federal n° 3.555/2000, bem como, o Decreto Municipal n.º 557/2007, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial Sistema de Registro de Preço para**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ÓLEO LUBRIFICANTES, FILTRO, E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO, VISANDO ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE PONTAL DO ARAGUAIA/MT,** com itens exclusivos para ME, EPP E MEI, **CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DETERMINADAS**, **conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.**

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 09/09/2019, A PARTIR DAS 09:00 HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE PONTAL DO ARAGUAIA.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.pmpontaldoaraguaia.com.br, a licitante interessada deverá fazer **download** do EDITAL e da PROPOSTA ELETRÔNICA para elaboração da Documentação e proposta de preço.

Pontal do Araguaia-MT, 26 de agosto de2018

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

PREGOEIRA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 021/2019

A Prefeitura de Pontal do Araguaia estabelecida na Av. Padre Sebastião Teixeira, 23, Centro, na Cidade de Pontal do Araguaia-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014 e Lei Complementar 155/2016 e suas alterações, Decreto Federal n° 3.555/2000, bem como, o Decreto Municipal n.º 557/2007, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial Sistema de Registro de Preço para**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ORGANIZAÇÃO E PÓS-PRODUÇÃO DOS EVENTOS REALIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DETERMINADAS**, **conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.**

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 10/09/2019, A PARTIR DAS 09:00 HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE PONTAL DO ARAGUAIA.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.pmpontaldoaraguaia.com.br, a licitante interessada deverá fazer **download** do EDITAL e da PROPOSTA ELETRÔNICA para elaboração da Documentação e proposta de preço.

Pontal do Araguaia-MT, 26 de agosto de2018

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

PREGOEIRA MUNICIPAL

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 167/GP/2019

PORTARIA N.º 167/GP/2019 Em 26 de Agosto de 2019.

"Dispõe sobre designação de Fiscal para acompanhar e fiscalizar a obra/serviço e execução do Contrato n° 053/2019 e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o Sr. GETONIO DIAS GUIRRA,portador do CREA/MT 05594/D**,** como representante da Administração Municipal para acompanhar e fiscalizar a obra/serviço e execução do Contrato n° 053/2019, firmado com **A S CONTRUTORA LTDA**, CNPJ nº 22.618.893/0001-76, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, visando executar obra de reforma de ponte de madeira Córrego do Piau no Município de Pontal do Araguaia/MT, conforme Processo Licitatório – modalidade Tomada de Preços nº 003/2019.

Art. 2º - O representante nomeado no artigo primeiro desta Portaria, ao final de cada quadrimestre do exercício deverá realizar análise do contrato, relatando seu andamento com um relatório individual.

Art. 3º - *Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura*, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 26 de Agosto de 2019.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2019

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 017/ 2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADA: ITEC INDUSTRIA TECNOLOGIA ECOLOGICAMENTE CORRETA LTDA - ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO E MÁQUINAS PESADAS**.**

DATA DA ASSINATURA: 26 DE AGOSTO DE 2019.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 165.480,00 (CENTO E SESSENTA E CINCO MIL QUATROCENTOS E OITENTA REAIS)

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

PREGOEIRA MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2019

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 016/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADA: PNEUS VIA NOBRE LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DE 1ª LINHA PARA OS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA/MT

DATA DA ASSINATURA: 26 DE AGOSTO DE 2019.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 14.220,00 (QUATORZE MIL DUZENTOS E VINTE REAIS)

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

PREGOEIRA MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 022/2019

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 016/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADA: RODOCAR PNEUS EIRELI

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DE 1ª LINHA PARA OS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA/MT

DATA DA ASSINATURA: 26 DE AGOSTO DE 2019.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 1.066.209,42 (UM MILHÃO E SESSENTA E SEIS MIL DUZENTOS E NOVE REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS)

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

PREGOEIRA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

REQUERIMENTO DE LICENÇA PREVIA JUNTO A SEMA

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca, CNPJ nº **03.503.638/0001-33,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI) para construção de 7 Bueiros Simples Celular de Concreto na zona rural de Ponte Branca/MT.

REQUERIMENTO LICENÇA PREVIA DO CEMITÉRIO JUNTO A SEMA

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca, CNPJ nº 03.503.638/0001-33, torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI), para ampliação e regularização do cemitério municipal de Ponte Branca/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº19/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº72/2019

O prefeito municipal de Porto Alegre do Norte – MT, Respaldado no inciso II e X do artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer Jurídico, AUTORIZO a contratação direta, através da dispensa de licitação, visando serviço de locação de equipamentos como palco , som e iluminação para realização da 2ª Temporada da Prainha do Mel para atender as necessidades do Departamento de Turismo da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Porto Alegre do Norte/MT. **Favorecido: PRODUSOM SONORIZAÇÃO EIRELI CNPJ: 30.103.652/0001-12 Valor R$ 9.000,00 (Nove Mil Reais).**Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios, para que produza os efeitos legais.**Porto Alegre do Norte – MT, 26 de Agosto de 2019. Daniel Rosa do Lago-Prefeito**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 06/2019

PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 06/2019

A prefeitura de Porto Esperidião-MT, Torna público a Ratificação **INEXIGIBILIDADE 06/2019.** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE UM SHOW COM A BANDA "LEGISLATIVO" NOS DIAS 07 E 08/08 PARA REALIZAÇÃO DO 21º EDIÇÃO FCP 2019.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO/MT.

CONTRATADA: ARCA PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELI-ME CNPJ:23.269.469/0001-26

VALOR TOTAL DE: 26.000,00 (vinte e seis mil reais)

Porto Esperidião-MT, 26 de Agosto de 2019- **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA-**PREFEITO.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 05/2019

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 05/2019

O prefeito de Porto Esperidião-MT, Torna público a **HOMOLOGAÇÃO** da **INEXIGIBILIDADE 05/2019.** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SHOW COM A DUPLA MAY E KAREN PARA REALIZAÇÃO DO 21º EDIÇÃO FCP 2019.**

Em Favor da empresa: MEGA PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA-ME CNPJ: 10.336.251/0001-03

VALOR TOTAL DE: 40.000,00 (quarenta mil reais).

Porto Esperidião-MT, 26 de Agosto de 2019. - **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA-**PREFEITO.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 07/2019

PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 07/2019

A prefeitura de Porto Esperidião-MT, Torna público a Ratificação **INEXIGIBILIDADE 07/2019.** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE UM SHOW COM A DUPLA MARIA CECILIA E RODOLFO NO DIA 08/08 PARA REALIZAÇÃO DO 21º EDIÇÃO FCP 2019.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO/MT.

CONTRATADA: SERENZA ALVES SHOW EIRELI CNPJ: 24.927.416/0001-18

VALOR TOTAL DE: 70.000,00 (setenta mil reais)

Porto Esperidião-MT, 26 de Agosto de 2019- **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA-**PREFEITO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 069/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 048/2019

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei 123/2006 e alterações e pelo Decreto Municipal nº 018/2018, de 24 de maio de 2018, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATÉ 90 (NOVENTA) DIAS LETIVOS.**

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 11/09/2019 A PARTIR DAS 07h30min, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da PROPOSTA ELETRONICA para elaboração da proposta de preço **disponível** no-mesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 26 de agosto de 2019.

MARIA LUIZA PIO DOS REIS

PRESIDENTE CPL

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019 - GABARITO PRELIMINAR

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019

Gabarito Preliminar

Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2019

A Prefeitura Municipal de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017 e seu Decreto regulamentador de nº 015/2018 por meio do CENTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU – ESCOLA DE GOVERNO, RESOLVE DIVULGAR Gabaritos Preliminar conforme segue:

DIA 25 DE AGOSTO/2019

QUESTÕES	Agente de Serv. Gerais Predial	Agente de Serv. Gerais Limpeza Urbana	Cozinheira	Agente de Serv. Gerais Lavadeira	Agente de Serv. Gerais Coleta de lixo	Guarda
1.	C	D	B	B	C	C
2.	D	C	D	C	A	C
3.	C	A	B	B	B	B
4.	D	B	A	C	D	D
5.	B	D	B	B	C	A
6.	D	D	D	D	B	D
7.	C	C	B	B	A	B
8.	C	C	A	D	B	D
9.	B	D	C	C	C	C
10.	A	D	A	D	A	A
11.	D	D	D	D	D	D
12.	D	D	D	D	D	B
13.	C	C	C	C	C	D
14.	A	A	A	A	A	A
15.	A	A	A	A	A	B

QUESTÕES	CUIDADOR INFANTIL	CUIDADOR DE IDOSO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM 12/36	ENFERMEIRO 12X36
01.	A	B	B	D
02.	B	A	C	C
03.	D	D	A	A
04.	C	C	D	D
05.	A	D	C	C
06.	B	D	C	C
07.	A	B	B	B
08.	D	A	C	B
09.	D	C	D	A
10.	D	D	A	D
11.	D	D	B	D
12.	B	C	A	B
13.	C	B	C	C
14.	D	C	D	D
15.	B	B	D	A
16.	B	A	C	C
17.	D	A	D	B

18.	**D**	**B**	**A**	**C**
19.	**C**	**D**	**C**	**A**
20.	**A**	**C**	**B**	**C**
21.	**A**	**A**	**D**	**D**
22.	**A**	**A**	**C**	**C**
23.	**C**	**C**	**NULA**	**NULA**
24.	**C**	**C**	**NULA**	**NULA**
25.	**A**	**A**	**D**	**D**
26.	**D**	**D**	**NULA**	**NULA**
27.	**B**	**B**	**D**	**D**
28.	**C**	**C**	**B**	**B**
29.	**A**	**A**	**D**	**D**
30.	**A**	**A**	**D**	**D**

DAYSE CRYSTINADE OLIVEIRA LIMA

(Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2019)

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL COMPLEMENTAR 016/2019 - ALTERA A DATA DA 1ª AUDIÊNCIA E CONFIRMA A DESISTÊNCIA DE CANDIDATA

Edital Complementar n°. 016/2019 Poxoréu –MT, 26 de agosto de 2019.

Altera a data da 1ª audiência pública/CMDCA e comunica a desistência da candidata abaixo aludida.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições Regimentais, tendo em vista a ocorrência de fatos imprevistos ao processo de escolha dos candidatos a Conselheiro Tutelar/2019,

RESOLVE:

Art. 1° - Fica alterada a data de 11 setembro próximo vindouro para dia **12/09/2019 à realização da primeira audiência pública/CMDCA** com os candidatos a Conselheiro Tutelar/2019, permanecendo inalterados o horário e o local aludidos no parágrafo Único do art. 2° do Edital Complementar n°. 15/2019, datado de 30/07/2019.

Art. 2° - Fica ratificada a desistência da candidata **LILIAN SOUZA DOS ANJOS SILVA**, por motivo particular ficando assim, excluída do processo eleitoral à escolha dos Conselheiros Tutelares/2019.

Art. 2° -. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Poxoréu – MT, 26 de agosto de 2019.

LAURA CRISTINA XAVIER SILVA DE MENEZES GALVÃO

Presidente do CMDCA

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL COMPLEMENTAR 016/2019 - ALTERA A DATA DA 1ª AUDIÊNCIA E CONFIRMA A DESISTÊNCIA DE CANDIDATA

Edital Complementar n°. 016/2019 Poxoréu –MT, 26 de agosto de 2019.

Altera a data da 1ª audiência pública/CMDCA e comunica a desistência da candidata abaixo aludida.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições Regimentais, tendo em vista a ocorrência de fatos imprevistos ao processo de escolha dos candidatos a Conselheiro Tutelar/2019,

RESOLVE:

Art. 1° - Fica alterada a data de 11 setembro próximo vindouro para dia **12/09/2019 à realização da primeira audiência pública/CMDCA** com os candidatos a Conselheiro Tutelar/2019, permanecendo inalterados o horário e o local aludidos no parágrafo Único do art. 2° do Edital Complementar n°. 15/2019, datado de 30/07/2019.

Art. 2° - Fica ratificada a desistência da candidata **LILIAN SOUZA DOS ANJOS SILVA**, por motivo particular ficando assim, excluída do processo eleitoral à escolha dos Conselheiros Tutelares/2019.

Art. 2° -. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Poxoréu – MT, 26 de agosto de 2019.

LAURA CRISTINA XAVIER SILVA DE MENEZES GALVÃO

Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Procedimento Licitatório, Modalidade: Pregão Presencial com Registro de Preço, Tipo: Menor Preço.

Objeto: Contratação de empresa com prestação de serviço de propaganda e publicidade com divulgação de campanhas em carro de som, serviço de gravação de vinhetas (jingles), serviço de som para reuniões e eventos de médio porte com processadores de no mínimo 12 mil rms, serviços de som para reuniões e eventos de pequeno porte com processadores de no mínimo 6 mil rms e serviço com locação de tendas 4,5 m x 4,5 m para eventos para atender a demanda das Secretarias Municipal de Saúde, Assistência Social, Educação, Esporte, Finanças e Administração da Prefeitura do Município de Reserva do Cabaçal-MT.

Data de abertura: Dia 1**0/09/2019** as **09:00** horas.

Local: Prefeitura Municipal, Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78. 265-000, Reserva do Cabaçal-MT.

Reserva do Cabaçal – MT 26 de Agosto de 2019.

VONISSON GOMES DOS SANTOS

Pregoeiro

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE ERRATA

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, retifica a Publicação do Extrato do Contrato Nº 25/2019, publicado no dia 23 de julho de 2019 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Ano XIV, Nº 3.275, página 283.

Onde se lê:	Lê-se:
EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº 25/2019 VALOR: R$ 553.888,22 (quinhentos e cinquenta e três mil oitocentos e oitenta e oito reais e vinte e dois centavos).	**EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº 25/2019 VALOR: R$ 498.499,40 (quatrocentos e noventa e oito mil quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta centavos).**

Reserva do Cabaçal-MT, 23 de Agosto de 2019.

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO ADESÃO 09 2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO Nº. 009/2019

Objeto: Adesão à ata de registro de preços n. 031/2019, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA para fornecimento de software gestão administrativa de solução completa de processos gerenciais e de gestão que permita extração e importação de dados de forma automática e programada, bem como a geração de gráficos analíticos e sintéticos, painéis (dashboard) e relatórios para o suporte e tomada de decisão, acompanhado de treinamento, suporte técnico e manutenção de software com garantia de atualização tecnológica.

Valor Global: *R$ 83.600,00, (oitenta e três mil e seiscentos reais),*

Favorecido: A J ASSIS FERREIRA SOLUÇÕES EMPRESARIAL-ME ,CNPJ: 31.422.683/0001-07, ENDEREÇO: Rua Tesouro (NUC HAB CPA II), nº 08, Quadra 59, Lote 08, B. Morada da Serra, Cuiabá/MT, CEP: 78. 055-444

Fundamento Legal: Decreto 7.892/2013, Decreto nº 1212/2011 “Pregão”, Leis n. 8.666/93 e n.10.520/2002.

Justificativa: anexa nos autos do processo de Adesão n. 009/2019.

Publique-se conforme o disposto na Lei Orgânica do Município para eficácia do ato.

Ribeirão Cascalheira, 23 de Agosto de 2019.

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

EXTRATO DE CONTRATO

NÚMERO DO CONTRATO: Nº. 038/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Processo 007/2019

TOMADA DE PREÇO:001/2019

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT

CONTRATADA: Empresa H. G. Efigênio EIRELI – ME

OBJETO: O objeto da presente licitação é a contratação de profissional médico plantonista clínico geral e cirurgião para desenvolverem ações no Hospital Municipal e Unidade Saúde da Família Direito de Viver.

PRAZO: 08 meses.

VALOR DO CONTRATO: R$ 218.576,40

DATA DA ASSINATURA: 30/04/2019

VIGÊNCIA: 30/04/2019 À 31/12/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2019

PREGÃO: Nº. 005/2019 –REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: Nº. 012/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios

Pelo presente instrumento, O Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.943. 434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895. 161-20, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa - Aquarela Parques Ltda CNPJ:10.433.905/0001-09 representada por Melciane de Souza Rolin, RG: 644050536, CPF: 062.566.829-47, doravante denominado de CONTRATADO nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002, Decreto nº. 3.931/2001, Decreto 4.342/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/ 2006 e 1.805/2009, Decreto Municipal 460/2007 e demais legislações pertinentes a matéria e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PLAYGROUNS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DO MUNICIPIO DE RIBEIRÃOZINHO, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo VI, parte Integrante do Edital.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade DE 12 (DOZE) MESES, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da C. P. L, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/ 93.

5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.

5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:

6.2. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelos Órgãos/Entidades adesos a ata de registro de preços no Município de Ribeirãozinho - MT;

6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os equipamentos desta licitação, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho.

6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;

6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/Entidade.

6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;

6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

6.9**.** Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

6.10**.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;

6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;

6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

6.14**.** Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;

6.17**.** Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;

7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adeso ao registro;

7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;

7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;

7.8**.** Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.

7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.

7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

8.1**.** Os serviços descritos no Anexo VI deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade do serviço e consequente aceitação;

c) Rejeitado,quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

8.2. A entrega dos serviços deverá ser em conformidade com o especificado na Proposta da licitante contratada.

8.3.O serviço em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços, mediante concretização da ordem de empenho.

10. DO PAGAMENTO

10.1. Efetuar o pagamento após o recebimento dos serviços, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

10.1.1. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;

10.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

10.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

10.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

10.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatória der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

11.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS PENALIDADES

12.1.O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e § 1º do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao **ÓRGÃO/ ENTIDADE**poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

12.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

12.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

12.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ ou;

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.

12.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1.As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

ITodas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 005/2019** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

14. DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro da cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Ribeirãozinho - MT, 28 de maio de 2019.

Ronivon Parreira das Neves Prefeito Municipal CONTRATANTE	Aquarela Parques Ltda CNPJ: 10.433.905/ 0001-09 Melciane de Souza Rolim CPF n.º 062.566.829-47 CONTRATADA

Testemunhas:

Maria Auxiliadora C. Souza CPF: 834.559.571-53	Marcos Vinicius C. Lopes CPF: 038.355.951-05

Elayne Bento Parreira

Assessora Jurídica

REQUERIMENTO

A Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho, CNPJ nº **15.943.434/0001-00,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP) e (LI), para reforma e regularização ambiental da Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, localizado na Rua Dom Pedro I, Bairro Centro no município de Ribeirãozinho/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

PREVIRB
PORTARIA N.º 10/2019. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA SRA. MARILEUSA ALVES DE SERQUEIRA OLIVEIRA."

PORTARIA N.º 10/2019.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora **Sra. Marileusa Alves de Serqueira Oliveira."**

A Secretária Municipal de Planejamento do Município de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 6º incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº. 41/2003 e § 5º do Art. 40 da Constituição; c/c Art. 79, inciso I, II, III e IV da Lei n.º 396 de 04/01/2006 que rege a previdência do município de Rio Branco/MT; Lei Municipal nº 666 de 28/04/2015, que dispõe sobre a reformulação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Pública Básica de Rio Branco/MT, e Lei Municipal nº 739 de 21/02/2018, que autorizou o pagamento do Piso Salarial Nacional ao Magistério municipal de Rio Branco/MT, e dá outras providencias;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição à servidora **Marileusa Alves de Serqueira Oliveira**, brasileira, portadora da cédula de identidade n.º 0511418-7 SESP/MT e do CPF n.º 361.934. 531-72, efetiva no cargo de Professora, Classe "C", Nível "07", lotada na Secretaria de Municipal de Educação, Desporto e Lazer, com carga horária de 30 horas semanais, matriculada sob nº 102, contando com 25 (vinte e cinco) anos e 11 (dias) dias de tempo de contribuição, exclusivos na função de magistério; com proventos integrais, com base na última remuneração da servidora no cargo efetivo, conforme processo administrativo do **PREVIRB, n.º 2019.04.00015PP**, a partir de 14/08/2019 até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **14 de agosto de 2019**, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Rio Branco/MT, 26 de agosto de 2019.

ROSA MARIA DE JESUS Secretária Municipal de Planejamento

Homologo:

ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO LOA – LEI ORÇAMENTARIA ANUAL DE 2020

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO LOA – LEI ORÇAMENTARIA ANUAL DE 2020

O Prefeito Municipal de Rio Branco – MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber a quem interessar que, tal edital altera da data Audiência pública para o dia 30 de Agosto de 2019, às 08h30min, na sede da Câmara Municipal de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, para apresentação e discussão do **LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020**, sua presença é fundamental importância. Rio Branco – MT, 26 de agosto de 2019.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

ARRECADAÇÃO
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00006, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003

MUNICÍPIO - RONDOLANDIA - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00006, de 26 de agosto de 2019 de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivos(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	Termo de Constatação e Intimação (ITR)
JOSE ROBERTO ALFERES DE SIQUEIRA	021.718. 338-74	1092/00032/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo IT
Nome: EDNA MARIA ANDRADE Matrícula: 00000465 Cargo/Portaria de Nomeação n° : Auditor Fiscal do Tesouro Municipal Assinatura

DATA DA AFIXAÇÃO: 26/08/2019

DATA DA DESAFIXAÇÃO: 10/09/2019

ARRECADAÇÃO
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00005, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003

MUNICÍPIO - RONDOLANDIA - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00005, de 21 de agosto de 2019 de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivos(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	Termo de Constatação e Intimação (ITR)
FLAG S.A AGROPECUARIA	04.562.739/0001-48	1092/00045/2019
FLAG S.A AGROPECUARIA	04.562.739/0001-48	1092/00046/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo IT
Nome: EDNA MARIA ANDRADE Matrícula: 00000465 Cargo/Portaria de Nomeação n° : Auditor Fiscal do Tesouro Municipal Assinatura

DATA DA AFIXAÇÃO: 21/08/2019

DATA DA DESAFIXAÇÃO: 05/09/2019

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO' (INC. VI, DO ART. 43, DA LEI Nº 8.666/93 C/C INC. XXX, DO ART. 70 DA LOM)

Proc. nº 106/2019.

Dispensa de Licitação nº 058/2019

Objeto: Aquisição de extintores de incêndio, recargas e placas indicativas para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde.

Em conformidade com o inciso VI, do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Lei nº 10.520/02, confirmo a adjudicação da licitação tendo como vencedora a seguinte Pessoa:

Sagrou-se vencedora dos itens licitado a empresa: Jonescleres Pereira Leal 70632531287 **CNPJ: 17.575.617/0001-38,** com a proposta no valor total de **R$: 12.115,00** (doze mil e cento e quinze reais)

Com o fim de **HOMOLOGAR** a Dispensa de Licitação nº 058/2019, e tudo mais quanto consta nos autos do processo aludido.

Dê-se ciência a Secretaria de origem para dar início aos serviços, devendo designar Comissão de fiscalização da execução.

Remeta os autos para CPL.

Rondolândia – MT, 26 de agosto de 2019

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO Prefeito Municipal

ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL Nº 002/2019-CMDCA.

DIVULGA AS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS - ELEIÇÃO UNIFICADA - Nº 001/2019.

Comissão Especial do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de Rondolândia/MT, órgão do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente, designada pela Resolução nº 12/CMDCA, de 12 de Agosto de 2019, torna público que, com base na Lei Municipal nº 155, de 27 de Março de 2007, Lei Municipal nº 300, de 6 de setembro de 2013 (Escabele a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes), Resolução do CMDCA nº 004, de 13 de Maio de 2015 (Regulamenta o Processo de Eleição dos Membros do Conselho Tutelar de Rondolândia/MT), Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e suas alterações, TORNA PÚBLICO, com fundamento no anexo II do Edital nº 001/2019 (depõe sobre a abertura das eleições), o resultado das inscrições deferidas e indeferidas:

1- DAS INSCRIÇOES - SITUAÇÃO

Inscrição	Nome candidato	Situação	Fundamentação
001	Michael Douglas Leonel Leonardo	Anulada	Descumprimento da cláusula 3, subcláusula 3.1.2 e seus incisos c/c cláusula 15. 5, ambos do edital nº 001/2019-CMDCA
	Leonel Leonardo		(apresentação de inscrição em duplicidade)
002	Luzia Pereira Viana	Indeferida	Apresentação do atestado de que trata o inciso II, da subcláusula 3.1.2 da Cláusula 3, do edital nº 001/2019-CMDCA em situação desconforme.
003	Michael Douglas Leonel Leonardo	Deferida	-
004	Valdenice Gouveia de Souza Brito	Deferida	-
005	Monica Felix Barcelos	Deferida	-
006	Delma Alvina Firme	Deferida	-
007	Ronaldo Coelho da Silva	Deferida	-
008	Geani Souza Da Silva	Deferida	-
009	Elizangela Ferreira dos Santos	Deferida	-
010	Andressa Alves Gavião	Deferida	-
011	Ivaneide Barboda Silva Santos	Deferida	-
012	Luana Sorraila Pontes Adan	Deferida	-
013	Telma de Souza Gonçalves	Deferida	-
014	Marinalva Cores da Silva Pinheiro	Deferida	-

1. DO PRAZO PARA RECURSO

1.1. Com fundamento no §5º da subcláusula 3.1.2 da cláusula 3 do edital nº 001/2019-CMDCA e seu anexo II ficam abertos os prazos para recursos e impugnações de 27/08/2019 a 30/08/2019.

1.2. Os recursos e impugnações deverão ser endereçados a Comissão do Processo Eleitoral, contendo as razões de fato e de direito, e protocolados na Sede Administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social na Rua Jaime Freire, s/n, Centro, Rondolândia/MT nos horário de expediente.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Rondolândia/MT, 26 de Agosto de 2019.

Luiz Francisco da Silva Leandro do Nascimento Silva Ivonete de Souza Andrade

Presidente da CE Secretário Membro

Tatiana Pezzin Baldo Marilza Gomes de Ameida

Membro Membro

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº4025-2019AUTORIZA A CESSÃO DE CEDÊNCIA DO(A) SERVIDOR(A) – ADRIANA RAQUEL TAVARES

PORTARIA Nº.4025/GP/PMR/19

DE 26 DE AGOSTO DE 2019

Autoriza a cessão de cedência do(a) servidor(a) – ADRIANA RAQUEL TAVARES ,matricula funcional nº 057.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

Art. 1º NOS TERMOS do Art. 113 E SEGUINTES DA LCM nº 3, de 17/10/2007 e, conforme teor do Ofício nº269/GABINETE/PMMA/2019

RESOLVE:

Art. 2º - AUTORIZO A CESSÃO DE CEDENCIA DO(A) SERVIDOR(A) MUNICIPAL –ADRIANA RAQUEL TAVARES**,** AUXILIAR ADMINISTRATIVO -40 horas semanais matricula funcional nº 057, com efeitos a partir 26/08/2019 , para o cessionário **Município De Ministro Andreazza -RO.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 26/08/2019.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N°036/2019

O Município de Rosário Oeste – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial com Registro de Preço n. 036/2019, cujo objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA BANCARIA, PARA OCUPAR E EXPLORAR A TITULO PRECÁRIO, ATRAVÉS DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO, PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS, A GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO E DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE-MT. Tendo em vista que não houve interessados para participar do certame, o presente procedimento licitatório foi declarado DESERTO.

Rosário Oeste/MT , 26 de agosto de 2019

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

Pregoeiro Oficial

PORTARIA Nº. 031-2019

PORTARIA Nº. 031/2019

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº. 029/2019 E ENQUADRAMENTO SALARIAL DA SERVIDORA MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 1.551/2019.

O Presidente da Câmara Municipal de Rosário Oeste-Mato Grosso, **Vereador Carlos César Ribeiro de Souza**, usando das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

I-REVOGAR a Portaria nº. 029/2019.

II-Proceder o enquadramento salarial da servidora **MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA**, Cargo Auxiliar de Contabilidade, para a **Classe B, Nível 08**, conforme estabelecido na Lei nº. 1.551/2019- Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Rosário Oeste-MT- Anexo II -B.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Rosário Oeste, 23 de agosto de 2.019.

VER. CARLOS CÉSAR RIBEIRO DE SOUZA

=PRESIDENTE=

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 042/2019

OBJETO: "Contratação temporária de Professor para atender a Sala de Recursos da Escola Municipal Simão Bororó; com jornada de 25 (vinte e cinco) horas/aulas semanais, em substituição à Professora Silvia de Almeida Oliveira que se encontra de atestado médico pelo período de 180 (cento e oitenta) dias".A contratação se fará por 126 (cento e vinte e seis) dias, a contar de agosto/2019.

CONTRATADA: ANA MARIA FERREIRA DE SOUZACPF: 395.806.361-68

PERÍODO: 12/08/2019 à 20/12/2019

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 041/2019

OBJETO: Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 05/2019, proveniente do Pregão Presencial Nº 05/2019, realizado pela Prefeitura de São José dos Quatro Marcos – MT; para contratação de Serviços contemplados na ARP e de acordo com o Edital e Termo de Referência; em atendimento a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

CONTRATADA: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA INFORMÁTICA-ME CNPJ: 10.553.737/0001-95.

PERÍODO: 07/08/2019 à 07/08/2020.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 043/2019

OBJETO: "Contratação de Serviços de Professor licenciado em Letras para ministrar aulas de Língua Portuguesa e Língua Inglesa na Escola Municipal Simão Bororó"; com jornada de 25 (vinte e cinco) horas/aulas semanais, em atendimento aos alunos do 6º ao 9º Ano. A contratação se fará pelo período de 128 (cento e vinte e oito) dias, podendo o respectivo contrato ser rescindido amigavelmente a qualquer momento, após a realização e homologação do CONCURSO PÚBLICO/2019.

CONTRATADA: ROZANA ALVES DA SILVA CPF: 042.170.446-23

PERÍODO: 12/08/2019 à 20/12/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMNTOS MUSICAIS PARA ATENDER AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**.

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Presencial nº 039/2019, tipo menor preço por item, cuja abertura se deu em 06/08/2019, sagrou-se vencedor as empresas:

Vencedor: CYAN PAPELARIA E MAT DE INFORMATICA EIRELLI - EPP			
Lote 1 - AQUISICAO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS			
Item	**Marca**	**Quantidade**	**Valor**
TALABARTES 2 GANCHOS (233518)	LIVERPOOL	30,00	R$ 385,20
TECLADO PORTATIL COM 61 TECLAS (233519)	MICHAEL	6,00	R$ 9.663,54
TRIANGULO (233520)	LUEN	6,00	R$ 338,82
TALABARTES 1 GANCHO (233517)	LIVERPOOL	20,00	R$ 256,80
PELE POROSA 22" (233513)	LUEN	100,00	R$ 12.073,00
REPIQUES DE ALUMINIO (233514)	LUEN	10,00	R$ 1.526,30
SUPORTE PARA TECLADO (233515)	IBOX	10,00	R$ 1.021,70
VIOLAO INFANTIL 1/2 (233523)	MICHAEL	10,00	R$ 4.712,00
VIOLAO INFANTIL ELETRICO 4/4 (233528)	MICHAEL	10,00	R$ 8.103,90
VIOLINO 3/4 (233529)	MICHAEL	6,00	R$ 4.049,28
VIOLINO 4/4 (233530)	MICHAEL	6,00	R$ 4.049,28
VIOLAO INFANTIL ELETRICO 3/4 (233527)	MICHAEL	10,00	R$ 8.187,10
VIOLAO INFANTIL 3/4 (233524)	MICHAEL	10,00	R$ 4.872,90
VIOLAO INFANTIL 4/4 (233525)	MICHAEL	10,00	R$ 4.953,60
VIOLAO INFANTIL ELETRICO 1/2 (233526)	MICHAEL	10,00	R$ 7.490,20
PELE POROSA 14" (233512)	LUEN	100,00	R$ 5.998,00
BUMBO FUSILEIRO EM ALUMINIO (233500)	LUEN	6,00	R$ 1.753,50
CAIXA DE GUERRA (233501)	LUEN	10,00	R$ 2.030,10
CLARINETE (233502)	MICHAEL	6,00	R$ 5.626,14
BATERIA ACUSTICA (233499)	MICHAEL	2,00	R$ 6.176,20
AGOGO (233496)	LIVERPOOL	6,00	R$ 854,88
BAQUETAS PARA SURDOS (233497)	LIVERPOOL	20,00	R$ 104,00
BAQUETAS/PARES REPIQUE (233498)	LIVERPOOL	50,00	R$ 260,00
CORREIAS/PARES PARA PRATO (233503)	CPF	10,00	R$ 208,10
MICROFONE SEM FIO DUPLO (233509)	TAGIMA	4,00	R$ 3.689,92
PELE LEITOSA 14" (233510)	LUEN	100,00	R$ 1.746,00
PELE LEITOSA 22" (233511)	LUEN	100,00	R$ 4.566,00
MACANETAS (233508)	LUEN	50,00	R$ 1.454,50
ESTANTE PARA PARTITURA (233504)	PHX	20,00	R$ 1.213,20
ESTEIRINHAS 24 FIOS (233505)	LUEN	100,00	R$ 2.178,00
ESTEIRINHAS 36 FIOS (233506)	LUEN	100,00	R$ 2.861,00
		Total do Lote R$ 112.403,16	
		Total do Vencedor R$ 112.403,16	

Publique-se e afixe-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 06 de agosto de 2019.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0348/2019, 26 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SUILLA ANTONIA FIDELIS MACEDO PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear SUILLA ANTONIA FIDELIS MACEDO, portadora do RG nº 22716580 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 045.576.671.12, para exercer o cargo em comissão de **ASSESSOR DE SECRETARIA**.

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 26 de Agosto de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

EDITAL DE LANÇAMENTO DE OFICIO

O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRIBUTOS de Santa Rita do Trivelato - MT, citado a Av. Flávio Luiz, 2.201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, CEP: 78453-000. Fone: (65) 3526-6161, neste ato representado pelo Chefe de Departamento, ao final assinado, no uso de suas atribuições, vem, notificar aos Proprietários dos imóveis abaixo relacionado o lançamento de cobrança da taxa de limpeza de terreno baldio no valor de 0,2 (zero virgula duas)UFM, por M² do lote conforme LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 062/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014 nos ARTIGOS 331 E 334 dos seguintes lotes abaixo:

01.02.034.0016.001 - RUA NICO BARACAT, CIDADE ALTA

01.02.034.0017.001 - RUA NICO BARACAT, CIDADE ALTA

01.02.028.0006.001 – AVENIDA 28 DE DEZEMBRO, CIDADE ALTA

01.02.028.0007.001 - AVENIDA 28 DE DEZEMBRO, CIDADE ALTA

01.1A.018.0009.001 – AVENIDA MATRINXA, CENTRO

01.1A.025.0001.001 – RUA DAS CONCHAS, CIDADE ALTA

01.1A.025.0002.001 – RUA DAS CONCHAS, CIDADE ALTA

Fica informado que o contribuinte poderá apresentar sua defesa contra a ação da fiscalização, junto á Prefeitura Municipal, no prazo de até 15 dias contados a partir da data do recebimento comprovado do Auto de Infração.

Luiz Carlos Fidalski

Departamento Municipal Tributos

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 070/2019

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 070/2019 -

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; DETENTORA: **CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº. 20.357.366/0001-20; VIGÊNCIA: 23/08/2019 ATÉ 23/08/2020; **VALOR TOTAL ESTIMADO DOS ITENS: R$ 112.403,16**. OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA ATENDER AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019 para REGISTRO DE PREÇOS. **DATA:** 23/08/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO

CONTRATO / SEDUC / Nº 027/2019 – DATA 12/08/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Terezinha - MT

CONTRATADO: Racqueline Cardoso Souza **CPF:** 028.445.501-69

OBJETIVO: Prestação de serviços no cargo de Apoio Administrativo Educacional – Nutrição – com 30 (trinta) horas semanais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04- Secretaria de Educação

003 – FUNDEB

2015 – Encargos com o FUNDEB 40%

3190.11 – Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil

VALOR R$: 998,00 (novecentos e noventa e oito reais).

PRAZO: 12/085/2019 a 20/12/2019.

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº26/2019

MODALIDADE REGISTRO DE PREÇO

Encontra-se aberta, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha – MT, localizada na rua 25 s/nº, Licitação na modalidade de Pregão Presencial Registro de Preço, Tipo Menor Preço por Item, com a finalidade de selecionar propostas aquisição de gêneros alimentícios destinados a alimentação de pacientes no hospital municipal Programas Sociais (PAIF, SCVF, Bolsa Família e BPC) alunos das escolas municipais, estaduais e creche e toda demanda para realização dos trabalhos das secretarias da administração em geral num período de 12 meses. Conforme especificações, quantidades e rotinas descritas em anexo neste Termo de Referência e no Edital de licitação. A licitação será regida pelas Leis Federais nº 8.666/93, nº 10.520 e demais legislação pertinente. **A abertura desta licitação ocorrerá no dia 06/09/2019 às 09:00 horas, (horário de Brasília) na sala de Licitações**. **O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados junto ao pregoeiro e comissão, de segunda a sexta-feira no horário de 08:00 ás 12:00 horas e das 14:00 as 18horas, ou solicitado pelo e-mail licitacaostz@gmail.com Santa Terezinha – MT, 26 de agosto de 2019.**GUSTAVO KOVALSKI-Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 121/2019

EMENTA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NÍVEL E CLASSE DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO - MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*, **JOABE ALMEIDA DOS SANTOS**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º Fica concedido elevação de Nível e Classe, ao seguinte servidor:

MATRICULA	NOME	CARGO	NÍVEL	CLASSE
902	ADÃO JOSE BORGES DE MORAES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	2	B

Art. 2º A Elevação de Nível do servidor de que trata esta portaria observa o que lhes são assegurados pela Lei Complementar nº. 011 de 12 de Dezembro de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 26 DE AGOSTO DE 2019.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 **– RG** 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 038/2019

MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO.

Contrato derivado do pregão 017/2018.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES, FILTROS, FLUÍDOS E GRAXOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT,

CONTRATADO: **COMERCIAL DE COMBUSTÍVEL SANTO AFONSO LTDA ME** – CNPJ: 11.817.279/0001-17

VALOR: R$- **R$- 90.377,99 (noventa mil trezentos e setenta e sete reais e noventa e nove centavos)**

Assinado em: 22/08/2019 – vencimento em: 22/08/2020

Santo Afonso /MT em 26 de Agosto de 2019

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS - PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO TP 002/2019

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVOPROCESSO ADMINISTRATIVO 046/2019TOMADA DE PREÇO N.º 002/2019 A PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER através do Senhor **Valdir Pereira de Castro Filho** Prefeito Municipal com suas atribuições legais juntamente com a Procuradoria Municipal torna público o resultado do julgamento do Recurso Administrativo que Empresa LIDER CONSTRUTORA E ENGENHARIA EIRELI inscrito sobre o CNPJ: 22.416.147/0001-08, a empresa licitante não apresentou o recurso administrativo no prazo, considerado a preclusão temporal.Santo Antonio de Leverger – MT, 19 de agosto de 2019.Valdir Pereira de Castro FilhoPrefeito Municipal.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 037/2018

EXTRATO DOPRIMEIRO TERMO ADITIVODO CONTRATO Nº 037/2018A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, TORNA-SE PÚBLICOEXTRATO DOPRIMEIRO TERMO ADITIVO DOCONTRATO N° 037/2018 PARA O SEGUINTE OBJETO:SUPRESÃO DA LINHA REFERENTE AO LOTE 03-ROTA MUNICIPAL, ITEM FAZENDA MUTUM/RETIRO 1/RETIRO2/ATÉ A ESCOLA ITIQUIRA MINEIRO, perfaz a supressão anual no valor de R$ 96.960,00 (noventa e seis mil e novecentos e sessenta reais) supressão de 8,01% reflexo financeiro.CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT, inscrito no CNPJ n.º 03.507.555/0001-12. CONTRATADA:MAR SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME, inscrita no CNPJ:07.670.182/0001-57.DATA DE ASSINATURA:21/08/2019.Santo Antônio do Leverger –MT, 21 de Agosto de 2019.VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHOPREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 054/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 054/2019

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Miguel Jose Brunetta, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no § II, do art. 24 da Lei 8.666/93, num total de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). Tendo como objeto a **Contratação de empresa para Elaboração de Projetos para deslocamento e extensão de Rede de Alta Tensão do município de Santo Antônio do Leste.** Resolve RATIFICAR o presente processo a favor de **Empresa**: **PLANEL ENGENHARIA DE SERVIÇOS ELETRONICOS EIRELI –** CNPJ: 01.071.361/0001-91 com sede na Rua Independência, nº2986, bairro: Setor Cristino Cortes – Barra do Garças -MT, 78.600-000, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/93.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 021/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 021/2019

O **Município de Santo Antônio do Leste**, através do seu Pregoeiro, designado pela portaria nº 389/2019 de 23 de agosto de 2019, torna público que encontra-se instaurada a licitação**,** sob a modalidade de **Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 021/2019**, por **MENOR PREÇO,** conforme descrito neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, o que determina a Lei complementar n°123/2006, **147/2014 e** suas alteraçõese demais exigências deste Edital.

OBJETO: **Pregão Eletrônico para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais hospitalares, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **Á Partir do dia 27/08/2019.**

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: **Á partir do dia 10/09/2019 às 17:00 horas**. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **Dia 11 de setembro de 2019, às 08:30 horas.**

(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **Dia 11 de setembro de 2019, às 09:00 horas.**

(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: **www.bllcompras.org.br**

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores Informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio no Departamento de Licitações, situado à Av. Goiás, n° 367, Jardim Santa Inês – Santo Antônio do Leste–MT, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 11:00 horas e no período da tarde das 13:00 h as 17:00 horas, pelo Telefone/Fax: (0xx) 66-3488-1080/1292 ou e-mail: **licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br.**

DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado.

Santo Antônio do Leste/MT, 26 de agosto de 2019.

ERIKS MATOS DA SILVA

Pregoeiro Designado Port. 389/2019

Santo Antônio do Leste-MT

AVISO DE LICITAÇAO - PREGAO PRESENCIAL 016/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2019

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 108/2019/CPL/PP

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a abertura de processo licitatório, **Pregão presencial registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção para manutenções prediais e fabricação de manilhas, visando atender as necessidades das secretarias municipais de obras, saúde e educação.** Poderá participar do certame pessoa jurídica que tenham adquirido edital e que são cadastrados no setor competente desta Prefeitura.

A abertura dos processos dar-se-á às **08*:00 horas do dia 10 de setembro de 2019***, em sala designada pelo pregoeiro na Sede da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT.

O edital completo poderá ser adquirido das 07:00 horas ás 11:00 horas e das 13:00 horas até as 17:00 horas, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste situado a Av. Goiás, 367 Jardim Santa Inês, telefone (66) 3488-1080 – 3488-1459 – 3488-1292 ou pelo E-mail: **(licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br),** ou (www.santoantoniodoleste.mt.gov.br)**.**

Santo Antonio do Leste – MT, 26 de agosto de 2019.

ERIKS MATOS DA SILVA

PREGOEIRO

Portaria Nº. 389/2019

De 23 de agosto de 2019

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 393/2019.

DE: 26 DE AGOSTO DE 2019.

REVOGA PORTARIA Nº 378/2019 DE 01 DE AGOSTO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - REVOGAR, Portaria sob nº 378/2019de 01 de Agosto de 2019, que concede Licença Prêmio em gozo à servidora pública efetiva **VERA LUCIA DA SILVA** para os meses de **AGOSTO, SETEMBRO e OUTUBRO** de 2019.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 26 DE AGOSTO DE 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

CONTRATO 106/2019 - PREGAO PRESENCIAL 022/2018

CONTRATO 106/2019

PREGAO PRESENCIAL 022/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 090/2018

O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua A, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito em exercício Sr**. MIGUEL JOSÉ BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 SSP/PR e inscrito no CPF sob n.º 326.034.369-53, residente e domiciliado neste município, doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE,** e do outro lado aempresa **D B BRITES AUTO ELETRICA-ME**, jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número 22.856.474/0001-72, com sede na Rua A, nº 115, bairro Jardim Santa Ines – Santo Antônio do Leste/MT – CEP: 78.628-000. Neste ato representado pelo seu procurador Sr. Márcio Cabreira Brites, brasileiro, portador da CIRG sob o n. ° 172.023 SSP/MS e inscrito no CPF sob o n. ° 437.374.121-20, chamado simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do Processo Licitatório N° 090/2018, realizado na modalidade de Pregão Presencial Nº 022/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas

CLÁUSULA PRIMEIRA – O OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS.

1.1 – Este contrato tem por objeto o **Pregão Presencial Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços por hora trabalhada em parte elétrica geral de veículos e maquinários da frota desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT, conforme termo de referência anexo I do edital.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 22/08/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 – Da Contratante:

4.1.1 – Ter reservado o direito de não mais adquirir os serviços da Contratada caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente Contrato;

4.1.2 – Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pela entrega efetiva, após verificação da entrega e posterior liquidação das mesmas e de acordo com as disposições do presente Contrato;

4.1.3 – Rescindir o Contrato caso a Contratada não cumpra o estabelecido no presente Contrato.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1.A CONTRATADA deverá realizar o serviço, após a ORDEM DE SERVIÇOS, no prazo de 10 (dez) dias o objeto dela constante

4.2.2 – Realizar os serviços de acordo com as especificações constantes neste edital;

4.232 – realizar os serviços deste Contrato de acordo com a proposta de preço constante do edital de licitação;

4.2.4 – Realizar os serviços objeto deste Contrato dentro do prazo estipulado;

4.2.5 – Emitir Nota Fiscal relativo a prestação de serviço fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos.

4.2.6 – Em caso de inadimplência, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja ocorrido;

b) multa de 0,1 % (um décimo por cento) ao dia, sobre o valor do objeto contratual não realizado, quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida;

c) suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo Município, pelo prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Município, por prazo não superior a dois anos;

e) rescisão do contrato, pelos motivos previstos no artigo 78 da Lei Nº 8. 666/93, conforme o caso

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Chefia de Gabinete do Prefeito

Ficha: 23

Manutenção do Gabinete do Prefeito

04.122.5002.2005.00003.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Gabinete da Secretaria de Administração e Planejamento

Ficha: 62

Manutenção das Atividades da Secretaria

04.122.5004.2012.00003.3.90.39.00– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fundo Municipal de Assistência Social

Ficha: 484

Manutenção do Fundo de Assistência Social

08.244.5009.2057.00003.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Gabinete da Secretaria de Assistência Social

Ficha: 450

Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar

08.243.5009.2058.00003.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Gabinete da Secretaria de Assistência Social

Ficha: 466

Manutenção das Atividades da secretaria de Assistência Social

08.244.5009.2056.00003.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fundo Municipal de Saúde

Ficha: 126

Manutenção e Encargos da Secretaria de Saúde

10.122.5016.2159.00003.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fundo Municipal de Saúde

Ficha: 271

Manutenção e Encargos com o Pronto Atendimento

10.302.5018.2168.00003.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fundo Municipal de Saúde

Ficha: 318

Manutenção e Encargos com Vigilância Epidemiológica e Ambiental

10.305.5021.2172.00003.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fundo Municipal de Saúde

Ficha: 225

Manutenção e Encargos ACS – Agente Comunitário de Saúde.

10.301.5017.2165.00003.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Ficha: 331

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

12.122.5007.2036.00003.3.90.39.00– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Ficha: 365

Manutenção do Programa Transporte Escolar

12.361.5007.2043.0003.3.90.39.00– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Ficha: 377

Complementação do Transporte Escolar

12.361.5007.2142.00003.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Ficha: 383

Manutenção do PNATE

12.361.5007.2174.00003.3.90.39.00– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Ficha: 390

Manutenção do Transporte Escolar FETHAB

12.361.5007.2199.00003.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Ficha: 398

Manutenção do Transporte de Alunos Universitário.

12.364.5007.2128.00003.3.90.39.00– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Ficha: 373

Manutenção das Atividades do Salário Educação - QSE

12.361.5007.2117.00003.3.90.39.00– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Gabinete da Secretaria Viação Obras e Serviços Públicos

Ficha: 545

Manutenção da Secretaria Viação Obras

15.452.5011.2062.00003.3.90.39.00– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Coordenadoria de Serviços Públicos

Ficha: 580

Manutenção e Conservação de Estrelas e Vias (FETHAB)

15.452.5015.2109.00003.3.90.39.00– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Gabinete da Secretaria Agricultura Turismo e Meio Ambiente

Ficha: 632

Manutenção da Secretaria Municipal Agricultura Turismo e Meio Ambiente

20.601.5012.2068.00003.3.90.39.00– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

6.2. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

6.3. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

6.4. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

6.5. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLAUSULA SETIMA – REAJUSTE E ALTERAÇOES

7.1 Objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato haverá reajuste nos preços dos materiais desde que comprovado aumento do custo pela contratada e aceito pela contratante, atendidas as seguintes condições:

7.2 Não serão concedidos reajustes cuja variação seja igual ou inferior a 2% (dois por cento).

7.3 Para comprovação do aumento do preço de custo, a contratada deverá apresentar, no mínimo, 2 (duas) notas fiscais com data de até 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato; juntamente com, no mínimo, 2 (duas) notas fiscais atuais.

7.4 Caso o aumento tenha ocorrido em componentes específicos do custo final, a contratada deverá apresentar planilha demonstrando o impacto no mesmo.

CLÁUSULA OITAVA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

8.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

8.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA NONA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

9.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

10.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas,

vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLASULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 22 de agosto de 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

D B BRITES AUTO ELETRICA-ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____

NOME:

RG;

02)_____

NOME:

RG

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 008 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT**, no uso de suas atribuições legais, através da Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Processo Seletivo Público, através da Portaria nº 183/2019 e 184/2019 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases, para todos os efeitos, a saber:

I. Divulgar o resultado Preliminar do Curso Introdutório, referente ao Processo Seletivo Público, aberto através do Edital do Processo Seletivo Público nº 001/2019, conforme abaixo discriminado:

Candidata	Entrevista	Trabalho escrito	Prova	Média	Final
Enekeles Mendes da Silva	10	10	8.5	9.5	Aprovada
Queitiane Souza Alves	7.5	10	3.5	7.0	Aprovada
Sandra Rosa Jacob	10	10	6.0	8.6	Aprovada

II. Definir o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recursos.

III. O presente Edital com a as alterações estão disponíveis no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, afixada no Mural da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Santo Antônio do Leste/MT, 26 de Agosto de 2019.

ITA ROBERTA SOARES

Presidente da Comissão

PAULA LAYSLANY OLIVEIRA DELMON

Secretária da Comissão

JESSIKA SHEYENNE FLORIANO CARDOSO

Membro da Comissão

RETIFICAÇAO - ATO DE HOMOLOGAÇAO - PREGAO ELETRONICO 015/2019

Ato de homologação - RETIFICADO

pregão ELETRÔNICO Nº **015/2019**

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e material de laboratório destinados a manutenção do Fundo Municipal de Saúde.Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subsequentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Empresa: RINALDI E COGO LTDA, CNPJ – 07.269.677/0001-79, com o valor total dos itens de R$ 142.303,00 (cento e quarenta e dois mil, trezentos e três reais).

Empresa: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ – 02.520.829/0001-40com o valor total dos itens de R$ 945.248,00 (novecentos e quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais).

Empresa: CENTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ – 03.652.030/0001-70, com o valor total dos itens de R$ 598.325,00 (quinhentos e noventa e oito mil, trezentos e vinte e cinco reais).

Empresa: DISTRIBUIDORA BRASIL CML DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ – 07.640.617/0001-10, com o valor total dos itens de R$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais).

Empresa: CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR, CNPJ – 07.847.837/0001-10, com o valor total dos itens de R$ 132.215,00 (cento e trinta e dois mil, duzentos e quinze reais).

Empresa: FERNAMED LTDA, CNPJ – 04.759.433/0001-86, com o valor total dos itens de R$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais).

Empresa: MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI, CNPJ – 09.676.256/0001-98, com o valor total dos itens de R$ 106.909,00 (cento e seis mil, novecentos e nove reais).

Empresa: VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, CNPJ – 27.860.256/0001-25, com o valor total dos itens de R$ 84.069,00 (oitenta e quatro mil e sessenta e nove reais).

Empresa: LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ – 21.227.039/0001-16, com o valor total dos itens de R$ 108.035,00 (cento e oito mil e trinta e cinco reais).

Empresa: CECHETTI & CADINI COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS ME, CNPJ – 26.965.609/0001-99, com o valor total dos itens de R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Empresa: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ – 20.590.555/0001-48, com o valor total dos itens de R$ 267.500,00 (duzentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais).

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de agosto de 2019.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

- Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 135 DE FEVEREIRO DE 2017.

PORTARIA **Nº 135** de fevereiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar a Servidora Pública Municipal **MARIA JOVELINA ALVES,** brasileira, portadora do RG: 763296 SSP/MT, CPF nº 495.933. 581-53, residente e domiciliada no Projeto de Assentamento Mãe Maria - São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - A servidora designada responderá pela função junto ao Contrato **nº 005/2017** sendo a Empresa: **COOPERATIVA NACIONAL DE PRESTADORES DE SERVIÇOS EM TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE VEICULOS E MAQUINAS- COOPERNAV, inscrita no CNPJ sob nº** 21.603.760/0001-63, cujo objeto é **PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DO CAMPO,** conforme especificações do ANEXO I do Edital do **Processo Licitatório 005/2017,** Pregão **04/2017** e ata de Registro de Preço do mesmo, que deu origem ao contrato **005/2017**, entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia – MT, 13 de fevereiro de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
IPASFA - PORTARIA Nº 19, DE 08/08/2019 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA NÍLIA SANTANA COSTA BRITO

PORTARIA Nº 19, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA à servidora Senhora NÍLIA SANTANA COSTA BRITO.

O Senhor WEMES PEREIRA LEITE, Secretário de Administração e Planejamento do Município de SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14, da Lei Municipal nº 557, de 15 de Janeiro de 2007 que alterou a Lei Municipal nº 468, de 1º de Junho de 2004, que rege a previdência municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA à servidora Senhora **NILIA SANTANA COSTA BRITO**, efetiva no cargo de PROFESSORA, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, com vencimentos integrais, a partir de 22/07/2019 e término em 22/09/2019, conforme **Processo Administrativo do IPASFA, Nº 2019.05.00016R3.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia (MT), 8 de agosto de 2019.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

WEMES PEREIRA LEITE

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 119 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

PORTARIA **Nº 119** de 13 de fevereiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar a Servidora Pública Municipal **ACLECIA AMORIM CAVALCANTE,** brasileira, portadora do RG: 12455407 SSP/MT, CPF nº 709.489.411-20, residente e domiciliada na Avenida Principal de Vila São Sebastião - São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - A servidora designada responderá pela função junto ao Contrato **nº 002/2017** sendo a Empresa: **BIONDO - TRANSPORTE ME, inscrita no CNPJ sob nº 10. 677.306/0001-30** cujo objeto é **PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DO CAMPO,** conforme especificações do ANEXO I do Edital do **Processo Licitatório 005/2017** e ata de Registro de Preço do mesmo, que deu origem ao contrato 002/2017, entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia – MT, 13 de fevereiro de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
CONSELHEIROS TUTELARES - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA - RESPOSTA AOS RECURSOS, DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO E INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 06 AO EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019 DO PROCESSO DE ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES

I. RESPOSTA AOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA.

II. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA OBJETIVA, APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS.

III. DIVULGAÇÃO DE LOCAL, DATA, HORÁRIO E ATIVIDADES DA APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT – CMDCA/SFA-MT, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Complementar nº 118 de 6 de maio de 2019, faz publicar o **Edital Complementar nº 06** ao Edital de Convocação para o SEGUNDO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT), PARA O QUADRIÊNIO 2020/2024, devidamente publicado em 07/05/2019 no Jornal da AMM, no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/, Edição nº 3.221 – ANO XIV – Páginas 599-603.

1. O presente Edital Complementar nº 06 tem como objeto:

1.1. RESPONDER AOS RECURSOS apresentados contra o resultado preliminar da prova objetiva, na forma do **Anexo I** a este Edital Complementar nº 06;

1.2. Divulgar a relação de candidatos **classificados para a avaliação psicológica**, após resposta aos recursos, na forma do **Anexo II** a este Edital Complementar nº 06**;**

1.3. Informar sobre o **cronograma para a Avaliação Psicológica** para os candidatos classificados, de acordo com o item 12.4 do Edital de Abertura, na forma do **Anexo III** a este Edital Complementar nº 06:

1.4. Divulgar a relação de candidatos **não classificados para a avaliação psicológica e ausentes**, após resposta aos recursos, na forma do **Anexo IV** a este Edital Complementar nº 06.

2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia-MT, em 26 de agosto de 2019.

JUNIO DE SOUZA ALVES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

LUCIANA NASCIUTTI CURADO

Presidente da Comissão Especial do Segundo Processo de Escolha Unificada para o Cargo de Conselheiro Tutelar

==========

==========

ANEXO I AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 06

RESPOSTA AOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

1. Dos Recursos: Trata-se de recurso apresentado contra o resultado da prova escrita pelos candidatos Otacília Rejane Rodrigues de Souza, Jaci Pereira Aquino, Rudenilza José de Melo, Elizabeth Delgado da Silva, Débora Pereira da Silva, Ideman Celestino da Silva, Marcilene Euzébia da Silva, Edvando Silva de Souza e Daniel Jefferson de Aragão Custódio, os quais, em síntese, **pleiteiam a anulação da prova escrita em virtude do gabarito estar identificado e pela dificuldade da prova aplicada**.

2. Da resposta aos recursos: A Comissão Especial do Processo de Escolha avaliou os recursos apresentados e decidiu pelo **INDEFERIMENTO**, pelas razões que abaixo seguem:

2.1. A **identificação do cartão resposta** é plenamente possível, não havendo nenhum dispositivo legal que vede tal conduta. A personalização da prova impede a ocorrência de fraudes e eventuais trocas de cartão resposta entre os candidatos, dentre outras irregularidades que porventura possa acontecer. Ademais, a Comissão Especial age de maneira imparcial e impessoal na condução do presente processo de escolha, sendo que todos os gabaritos estão à disposição para conferência do candidato interessado.

2.2. Quanto ao **grau de dificuldade** cabe destacar que a **prova escrita** aplicada seguiu rigorosamente o conteúdo programático previsto no EDITAL COMPLEMENTAR Nº 03 AO EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019 DO PROCESSO DE ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES, bem como todos os ditames da Lei Complementar Municipal nº 118/2019, de 6 de maio de 2019, não prosperando, assim, os argumentos apresentados pelos recorrentes.

==========

==========

ANEXO II AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 06

RELAÇÃO DE CLASSIFICADOS PARA A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

NOME DO CANDIDATO	HISTÓRIA DE SFA	LÍNGUA PORTUGUESA	INFORMÁTICA	ESPECÍFICA (LEGISLAÇÃO)	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
KELLY CRISTINA CARDOSO SILVA	5,00	2,00	3,00	12,00	22,00	CLASSIFICADA
CAIO DIAS REIS	5,00	2,00	4,00	9,00	20,00	CLASSIFICADO
DUANA VIANA RAMOS	5,00	4,00	2,00	8,00	19,00	CLASSIFICADA
EURIDES LUZ DE ARAUJO	4,00	3,00	3,00	9,00	19,00	CLASSIFICADA
ANDRÉIA CRISTINA CIRQUEIRA BARBOSA	3,00	4,00	2,00	9,00	18,00	CLASSIFICADA
AERICA BEZERRA DA SILVA	4,00	4,00	1,00	8,00	17,00	CLASSIFICADA
LAILLA COSTA LOPES	2,00	3,00	1,00	11,00	17,00	CLASSIFICADA
FLAVIA PEREIRA CAMPOS	3,00	2,00	3,00	8,00	16,00	CLASSIFICADA
LILIAN APARECIDA MENDES BARBOSA	2,00	2,00	2,00	9,00	15,00	CLASSIFICADA
MICHELE DE ARAUJO LIMA	3,00	1,00	2,00	9,00	15,00	CLASSIFICADA
ADRIANA DE ARAUJO	3,00	2,00	1,00	8,00	14,00	CLASSIFICADA
ALESSANDRA DE SOUZA MARINHO	4,00	1,00	1,00	8,00	14,00	CLASSIFICADA
RICARDO BRAZ DE LIMA	4,00	1,00	1,00	8,00	14,00	CLASSIFICADO
SUELI DA SILVA CUNHA	2,00	1,00	1,00	9,00	13,00	CLASSIFICADA
ROSIANE DOS SANTOS MILHOMEM	2,00	1,00	1,00	8,00	12,00	CLASSIFICADA
ZORAYMA DE OLIVEIRA BRITO	2,00	1,00	1,00	8,00	12,00	CLASSIFICADA

==========

==========

ANEXO III AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 06

CRONOGRAMA PARA A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Data	Horário (Brasília)	Tipo de Atividade
31/08/2019 Sábado	08h00min às 10h00min	Atividade em Grupo
	10h00min às 10h15min	Intervalo
	10h15min às 12h00min	Aplicação dos Testes
	12h00min às 14h00min	Intervalo de Almoço
	14h00min às 16h00min	Atividade em Grupo

Data/Local/Outros	Horário (Brasília)	Nome do Candidato
01/09/2019 Domingo Entrevista Individual e Devolutiva Das 08h00min às 13h20min Escola Estadual Hilda Rocha Sousa Candidato levar caneta e documento pessoal de identificação	08h00min	ADRIANA DE ARAUJO
	08h20min	AERICA BEZERRA DA SILVA
	08h40min	ALESSANDRA DE SOUZA MARINHO
	09h00min	ANDRÉIA CRISTINA CIRQUEIRA BARBOSA
	09h20min	CAIO DIAS REIS
	09h40min	DUANA VIANA RAMOS
	10h00min	EURIDES LUZ DE ARAUJO
	10h20min	FLAVIA PEREIRA CAMPOS
	10h40min	KELLY CRISTINA CARDOSO SILVA
	11h00min	LAILLA COSTA LOPES
	11h20min	LILIAN APARECIDA MENDES BARBOSA
	11h40min	MICHELE DE ARAUJO LIMA
	12h00min	RICARDO BRAZ DE LIMA
	12h20min	ROSIANE DOS SANTOS MILHOMEM
	12h40min	SUELI DA SILVA CUNHA
	13h00min	ZORAYMA DE OLIVEIRA BRITO

==========

==========

ANEXO IV AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 06

RELAÇÃO DE NÃO CLASSIFICADOS E AUSENTES

NOME DO CANDIDATO	HISTÓRIA DE SFA	LÍNGUA PORTUGUESA	INFORMÁTICA	ESPECÍFICA (LEGISLAÇÃO)	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
NEUZILON GOMES DE SOUZA	4,00	2,00	0,00	10,00	16,00	NÃO CLASSIFICADO
DÉBORA PEREIRA DA SILVA	4,00	0,00	2,00	9,00	15,00	NÃO CLASSIFICADA
EDIANE MELO VASCONCELOS	5,00	1,00	3,00	6,00	15,00	NÃO CLASSIFICADA
IDEMAN CELESTINO DA SILVA	5,00	2,00	0,00	8,00	15,00	NÃO CLASSIFICADO
LUZIENE PEREIRA ARAUJO	4,00	3,00	3,00	5,00	15,00	NÃO CLASSIFICADA
EDVANDO SILVA DE SOUZA	3,00	2,00	2,00	7,00	14,00	NÃO CLASSIFICADO
CLEOMAR PEREIRA MILHOMEM	4,00	0,00	0,00	9,00	13,00	NÃO CLASSIFICADO
LAURA RENATA ARAUJO	3,00	0,00	1,00	9,00	13,00	NÃO CLASSIFICADA
LEANDRO LEÃO DA SILVA	4,00	0,00	2,00	7,00	13,00	NÃO CLASSIFICADO
RUDENILZA JOSE MELO	4,00	1,00	1,00	7,00	13,00	NÃO CLASSIFICADA
SONIA DO REIS PINTO MOTA	3,00	1,00	2,00	7,00	13,00	NÃO CLASSIFICADA
PAULO CAVALCANTE REIS	4,00	1,00	1,00	6,00	12,00	NÃO CLASSIFICADO
DANIEL JEFFERSON DE ARAGÃO CUSTODIO	3,00	1,00	2,00	5,00	11,00	NÃO CLASSIFICADO
ROZILENE MARTINS DA TRINDADE	3,00	2,00	1,00	5,00	11,00	NÃO CLASSIFICADA
JACI PEREIRA AQUINO	3,00	1,00	1,00	5,00	10,00	NÃO CLASSIFICADA
LILIA SANTOS DA ROCHA	3,00	0,00	1,00	6,00	10,00	NÃO CLASSIFICADA
LUANA PEREIRA GOMES	1,00	2,00	2,00	5,00	10,00	NÃO CLASSIFICADA
ADRIANA FERREIRA FILHO	3,00	1,00	1,00	4,00	9,00	NÃO CLASSIFICADA
DIOGO RIBEIRO DA SILVA	5,00	0,00	0,00	4,00	9,00	NÃO CLASSIFICADO
MARIUZA DA SILVA PARENTE	5,00	0,00	0,00	4,00	9,00	NÃO CLASSIFICADA
OTACILIA REJANE RODRIGUES DE SOUSA	4,00	1,00	1,00	3,00	9,00	NÃO CLASSIFICADA
ELIZABETH DELGADO DA SILVA	1,00	0,00	1,00	6,00	8,00	NÃO CLASSIFICADA
JOANA PEREIRA DE BRITO DOS SANTOS	3,00	1,00	2,00	2,00	8,00	NÃO CLASSIFICADA

MARCILENE EUZEBIA DA SILVA	3,00	0,00	1,00	4,00	8,00	NÃO CLASSIFICADA
WERONYKA ALVES SILVA	2,00	0,00	0,00	4,00	6,00	NÃO CLASSIFICADA
ADRIANA PEREIRA DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE
ARACELLI RODRIGUES DE ARAUJO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE
RAIMUNDA MARTINS AGUIAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE

==========

==========

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 134 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

PORTARIA **Nº 134** de 13 de fevereiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar a Servidora Pública Municipal **ANA TORQUATRO SILVA ROCHA,** brasileira, portadora do RG: 887.293 SSP/MT, CPF nº 495.947.101-87, residente e domiciliada na Avenida Principal do Distrito de Pontinópolis - São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - A servidora designada responderá pela função junto ao Contrato **nº 003/2017 e 005/2017** sendo a Empresa: **VILSON PEREIRA DOS SANTOS - TRANSPORTE ME, inscrita no CNPJ sob nº 10.677.306/0001-30 e COOPERATIVA NACIONAL DE PRESTADORES DE SERVIÇOS EM TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE VEICULOS E MAQUINAS-COOPERNAV, inscrita no CNPJ sob nº** 21.603.760/0001-63, cujo objeto é **PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DO CAMPO,** conforme especificações do ANEXO I do Edital do **Processo Licitatório 005/2017,** Pregão **004/2017** e ata de Registro de Preço do mesmo, que deu origem ao contrato **003/2017** e **005/2017** entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia – MT, 13 de fevereiro de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
IPASFA - PORTARIA Nº 21, DE 08/08/2019 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA MARIA MARTA RODRIGUES SIQUEIRA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 21, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA à servidora Senhora MARIA MARTA RODRIGUES SIQUEIRA DE OLIVEIRA.

O Senhor WEMES PEREIRA LEITE, Secretário de Administração e Planejamento do Município de SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14, da Lei Municipal nº 557, de 15 de Janeiro de 2007 que alterou a Lei Municipal nº 468, de 1º de Junho de 2004, que rege a previdência municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA à servidora Senhora **MARIA MARTA RODRIGUES SIQUEIRA DE OLIVEIRA**, efetiva no cargo de PROFESSORA, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, com vencimentos integrais, a partir de 18/04/2019 e término

em 18/09/2019, conforme **Processo Administrativo do IPASFA, Nº 2019.05.00019P.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia (MT), 8 de agosto de 2019.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

WEMES PEREIRA LEITE

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
IPASFA - PORTARIA Nº 20, DE 08/08/2019 - CONCESSÃO DE SALÁRIO-FAMÍLIA À SERVIDORA NILVA DOS SANTOS AMORIM

PORTARIA Nº 20, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão do benefício de SALÁRIO-FAMÍLIA à servidora Senhora NILVA DOS SANTOS AMORIM.

O Senhor WEMES PEREIRA LEITE, Secretário de Administração e Planejamento do Município de SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 19 da Lei Municipal nº 468, de 1º de Junho de 2004, que rege a previdência municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO FAMÍLIA à servidora Senhora **NILVA DOS SANTOS AMORIM**, efetiva no cargo de ATENDENTE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - PSF II - CENTRO, referente a THEODORO CIRQUEIRA DOS SANTOS, a partir de 24/07/2019 e com término em 27/05/2033, conforme **Processo Administrativo do IPASFA, Nº 2019.09.00018P.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia (MT), 8 de agosto de 2019.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

WEMES PEREIRA LEITE

Secretário Municipal de administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 133 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

PORTARIA **Nº 133** de 13 de fevereiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar a Servidora Pública Municipal **ALICIA ANTONIO DE OLIVEIRA,** brasileira, portadora do RG: 2775839 SSP/MT, CPF nº 498. 693.291-87, residente e domiciliada na BR 322 Distrito de Espigão do Leste - São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - A servidora designada responderá pela função junto ao Contrato **nº 004/2017 e 005/2017** sendo a Empresa: **A.M. TRANSPORTE E TURISMO LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob nº** 10.424.285/0001-41 e **COOPERATIVA NACIONAL DE PRESTADORES DE SERVIÇOS EM TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE VEICULOS E MAQUINAS- COOPERNAV, inscrita no CNPJ sob nº** 21.603.760/0001-63 cujo objeto é **PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DO CAMPO,** conforme especificações do ANEXO I do Edital do **Processo Licitatório 005/2017,** Pregão **04/2017** e ata de Registro de Preço do mesmo, que deu origem ao contrato **004/ 2017 e 005/2017**, entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia – MT, 13 de fevereiro de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____ _____ _____

Testemunha: Testemunha:

CPF:_____ CPF:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GABINETE
ANEXO 8- 3º BIMESTRE SIOPE REF. 2019

FNDE — SIOPE SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO

Imprimir

Tabela 8.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

São José do Povo - MT
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: 3º Bimestre/2019

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (*caput* do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a) x 100
1- RECEITA DE IMPOSTOS	**546.318,45**	**546.318,45**	**197.394,59**	**36,13**
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	**107.462,59**	**107.462,59**	**43.906,90**	**40,86**
1.1.1- IPTU	84.462,59	107.462,59	43.906,90	40,86
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	23.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão *Inter Vivos*– ITBI	**179.914,39**	**179.914,39**	**13.191,68**	**7,33**
1.2.1- ITBI	179.914,39	179.914,39	13.191,68	7,33
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	**126.522,27**	**126.522,27**	**72.970,58**	**57,67**
1.3.1- ISS	126.522,27	126.522,27	72.970,58	57,67
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	**132.419,20**	**132.419,20**	**67.325,43**	**50,84**
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**11.790.793,35**	**11.790.793,35**	**5.400.786,09**	**45,81**
2.1- Cota-Parte FPM	7.866.239,65	7.866.239,65	3.747.514,85	47,64
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.866.239,65	7.293.751,38	3.710.039,70	50,87
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	280.335,53	37.475,15	13,37
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	0,00	292.152,74	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.855.282,10	2.855.282,10	1.540.894,76	53,97
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº 87/1996	820.746,79	820.746,79	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	138.991,92	138.991,92	5.361,26	3,86
2.6- Cota-Parte IPVA	109.532,89	109.532,89	107.015,22	97,70
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00

3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	**12.337.111,80**	**12.337.111,80**	**5.598.180,68**	**45,38**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a) x 100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	194.043,75	194.043,75	155.843,57	80,31
5.1- Transferências do Salário-Educação	80.000,00	80.000,00	45.700,41	57,13
5.2- Transferências Diretas PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas PNAE	55.764,00	55.764,00	6.794,40	12,18
5.4- Transferências Diretas PNATE	44.091,00	44.091,00	103.348,76	234,40
5.5- Outras Transferências do FNDE	14.188,75	14.188,75	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	338.677,95	228.677,95	173.202,92	75,74
6.1- Transferências de Convênios	338.677,95	228.677,95	173.202,92	75,74
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	**532.721,70**	**422.721,70**	**329.046,49**	**77,84**

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a) x 100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.082.002,55	2.082.002,55	1.072.661,82	51,52
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.458.750,28	1.458.750,28	742.007,94	50,87
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	571.056,42	571.056,42	308.178,95	53,97
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.490,89	2.490,89	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	27.798,38	27.798,38	1.072,02	3,86
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	21.906,58	21.906,58	21.402,91	97,70
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	0,00	0,00	488.913,63	0,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	488.913,63	0,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00

12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	**-2.082.002,55**	**-2.082.002,55**	**-583.748,19**	**28,04**

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i) = (e) - (g)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/ d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/ d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	803.292,83	854.432,36	489.098,43	57,24	488.913,63	57,22	0,00
13.1- Com Educação Infantil	102.221,79	164.858,08	159.453,49	96,72	159.453,49	96,72	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	701.071,04	689.574,28	329.644,94	47,80	329.460,14	47,78	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	5.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	2.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	**808.292,83**	**861.432,36**	**489.098,43**	**56,78**	**488.913,63**	**56,76**	**184,80**

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	**Valor**
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	**0,00**

INDICADORES DO FUNDEB	**Valor**
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15-18) [1]	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na remuneração do Magistério [1] (13 - (16.1 + 17.1))/ (11) x 100)%	100,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesas com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 -(16.2 + 17.2)) / (11) x 100)%	0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2))%	0,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	**Valor**
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019 [2]	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i) = (e) - (g)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/ d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/ d) x 100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	389.448,41	332.711,07	85,43	287.017,38	73,70	45.693,69
22.1 - Creche	0,00	56.032,73	49.174,59	87,76	49.174,59	87,76	0,00
22.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	32.677,98	32.615,59	99,81	32.615,59	99,81	0,00
22.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	23.354,75	16.559,00	70,90	16.559,00	70,90	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	333.415,68	283.536,48	85,04	237.842,79	71,34	45.693,69
22.2.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	136.180,10	126.837,90	93,14	126.837,90	93,14	0,00
22.2.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	197.235,58	156.698,58	79,45	111.004,89	56,28	45.693,69
23- ENSINO FUNDAMENTAL	1.923.443,68	2.265.481,23	1.073.875,37	47,40	991.901,31	43,78	81.974,06
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	704.071,04	692.574,28	329.644,94	47,60	329.460,14	47,57	184,80
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.219.372,64	1.572.906,95	744.230,43	47,32	662.441,17	42,12	81.789,26
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	**1.923.443,68**	**2.654.929,64**	**1.406.586,44**	**52,98**	**1.278.918,69**	**48,17**	**127.667,75**

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-583.748,19
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO [4]	0,00
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 g)	210.000,00
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)[6]	**-373.748,19**
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (35))[6]	**1.652.666,88**
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % 6 - LIMITE CONSTITUCIONAL 25% [5]	**29,52**

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i) = (e) - (g)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	80.000,00	80.000,00	17.601,50	22,00	17.059,97	21,32	541,53
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	446.062,95	616.449,53	433.673,69	70,35	378.732,20	61,44	54.941,49
42- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	**526.062,95**	**696.449,53**	**451.275,19**	**64,80**	**395.792,17**	**56,83**	**55.483,02**
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42)	**2.449.506,63**	**3.351.379,17**	**1.857.861,63**	**55,44**	**1.674.710,86**	**49,97**	**183.150,77**

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2019(g)
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	612.812,06	0,00
44.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	596.584,91	0,00
44.2- Executadas com Recursos do FUNDEB	16.227,15	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	90.697,35	78.764,28
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	488.913,63	45.700,41
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	488.913,63	17.059,97
47.1- Orçamento do Exercício	488.913,63	17.059,97
47.2- Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	500,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	90.697,35	107.904,72
50- (+) AJUSTES	0,00	0,00
50.1- Retenções	0,00	0,00
50.2- Conciliação Bancária	0,00	0,00
50.3- Valor a Recuperar	0,00	0,00
50.4- Outros valores Extra Orçamentário	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	90.697,35	107.904,72

FONTE: Sistema: SIOPE, Unidade Responsável: FNDE/MEC, Data da Emissão:
[1]Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
[2]Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
[3]Caput do art. 212 da CF/1988.
[4] Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
[5]Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
[6] Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
[7]Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

Nota de esclarecimento: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

© Ministério da Educação - Todos os direitos reservados

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2019

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **53/2019**, por ordem do Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: ODONI GROHS, CNPJ nº 32.852.446/0001-30, no valor TOTAL DOS ITEM de R$ 70.000,00 Serviços Médico (Setenta Mil Reais.), Pessoa Física 2ª vencedora: FERNANDA SOUZA, CPF nº 025.817.661-07, no valor TOTAL DOS ITEM de R$ 28.800,00 (Vinte e Oito Mil, e Oitocentos Reais.), Psicóloga, Pessoa Jurídica 3ª vencedora: THELMA SILVA GOMES ERELI - ME , CNPJ nº 28.646.346/0001-80, no valor TOTAL DOS ITEM de R$ 85.000,00 (Oitenta e Cinco Mil Reais.)**, Serviços Médico

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 26 de Agosto de 2019.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA
PREFEITO MUNICIPAL
MARIA IRANDI DUARTE
PREGOEIRA

SECRETARIA DE GABINETE
RECIBO DE ENTREGA RREO 3º BIMESTRE SIOPE REF. 2019

Ministério da Educação
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Diretoria de Gestão de Fundos e Benefícios

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO

Identificação:

Unidade Federada:	Mato Grosso
Município:	510729 - São José do Povo
Período:	2019 3º Bimestre
CNPJ:	32.972.424/0001-04
Número do recibo:	181498-5

Declaramos, para os devidos fins, que as informações apresentadas estão em conformidade com o Balanço Geral do Município de São José do Povo - MT.

Formulário SIOPE 2019 3º Bimestre entregue com sucesso em 26/08/2019 às 10:59:56.

Prefeito

Contador

Informações:
Para validar a autenticidade deste recibo, entrar no site www.fnde.gov.br e acessar a opção "Validar Recibo de Transmissão" no link do SIOPE.

Código Validação: **CC4CCC.8B11F3.F61874.434483.**

SIOPE 19.0.5.6

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
DECRETO Nº 044/2019, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

CONVOCA A IX CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO RIO CLARO-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Jose do Rio Claro-MT, em conjunto com o Presidente do CMAS-Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessita de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a IX Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 18 de setembro de 2019, tendo como tema central: "**Em Defesa da Política de Assistência Social como Direito do Cidadão e dever do Estado**."

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São Jose do Rio Claro-MT, 19 de agosto de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

Presidente do CMAS

Conselho Municipal de Assistência

Social São Jose do Rio Claro-MT.

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 033/2019. ASS: 26/08/2019, VCT: 31/12/2019, Contratado: **MT SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP.** Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de pintura na parte antiga do PSFs V no Município de São José do Rio Claro – MT. Valor: R$ 17.400,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLECENTE - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007/2019 - PROCESSO DE ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA- por sua presidente Flávia Oliveira Ferreira Silva, torna público a **RELAÇÃO DOS CANDIDATOS HABILITADOS AO PLEITO** do **PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT**, conforme dispõe o EDITAL nº 001/2019 –EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO DE ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES- ELEIÇÕES UNIFICADAS PARA O PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT:

	RELAÇÃO DOS CANDIDATOS HABILITADOS AO PLEITO **DO PROCESSO SELETIVO DO CONSELHO TUTELAR DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT.**	
	NOME DO CANDIDATO	
ORDEM		**APTOS/DESISTENTES**
1	Adriana Maria dos Santos	APTO
2	Ana Cristina Cardoso	APTO
3	Andreia Regina Bonine	APTO
4	Beatriz Pereira da silva	APTO
5	Celiane Guatel dos Santos	APTO
6	Daiane Patusse Muller	APTO
7	Elaine Cristina de Assis	APTO
8	Elenice Souza Rocha Xavier	APTO
9	Eliane Terezinha de Freitas Rosa	APTO
10	Filomena Rosalina Sampaio Alexandre	APTO
11	Janaine Clemente Oliveira	APTO
12	Jaqueline Corrêa Berto	DESISTENTE
13	Jessica Matos Brito	APTO
14	Josinete dos Santos	APTO
15	Keila Rosa da Silva	APTO
16	Leonardo Silva Rodrigues	APTO
17	Leticia Maria da Silva	APTO
18	Liliane Santos Santana	APTO
19	Lovaine de Oliveira Lima	APTO
20	Luiz Fernando de Aquino Gonçalez	APTO
21	Maria Betânia Freitas dos Santos Matos	APTO
22	Paula Mayara da Silva	APTO
23	Rosana Caetano Marino	DESISTENTE
24	Roseli Paula	APTO
25	Sebastiana Mourão de Sousa Silva	DESISTENTE
26	Silvania Falcão de Melo	APTO
27	Sulandiene Lima Marcelino da Silva	APTO
28	Westefane Cristina Silva Mariano	DESISTENTE
29	Yasmin de Araujo	APTO

São José do Rio Claro, 26 de agosto 2019

Flávia Oliveira Ferreira Silva

Presidente do CMCA

Presidente da Comissão Eleitoral

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
DECRETO Nº 045/2019, DE 26 DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT, PELO FALECIMENTO DA SENHOR VAGNALDO ANTONIO PEREIRA.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro (MT), no uso das atribuições que lhe confere a Lei; e

DECRETA:

Art. 1° - É declarado LUTO OFICIAL em São José do Rio Claro-MT, em função do falecimento do cidadão rio-clarense Senhor **VAGNALDO ANTONIO PEREIRA**, integrante de família pioneira do Município.

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro (MT), 26 de agosto de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 762/2019

LEI MUNICIPAL Nº 762/2019 São José do Xingu – MT, 15 de agosto de 2019.

"Dispõe sobre a proibição da comercialização do cachimbo de água egípcio, conhecido como narguilé, aos menores de dezoito anos de idade, bem como seu consumo e uso em locais públicos e dá outras providências".

Art. 1º Fica proibida a venda e a comercialização do cachimbo de água, conhecido como **narguilé**, aos menores de dezoito anos de idade, bem como seu consumo e uso em locais públicos.

§ 1º Incluem-se na proibição estabelecida no *caput* as essências, o fumo o tabaco, o carvão vegetal e as peças vendidas separadamente, que compõe aparelho e qualquer acessório para a prática desse instrumento.

§ 2º Os estabelecimentos que comercializam o produto só poderão vender os itens para essa prática aos consumidores que comprovarem sua maioridade, por meio da apresentação de registro de identidade (RG) ou documento de identificação pessoal com foto.

§ 3º Os estabelecimentos que, além da venda do produto de que trata essa Lei, comercializam gêneros alimentícios, ficam obrigados a manter os componentes do **narguilé** em local específico e isolado, distante das demais mercadorias.

§ 4º Para os fins do disposto no *caput* deste artigo, entende-se por locais públicos, além de praças de lazer e espaços esportivos, qualquer local onde houver concentração e aglomeração de pessoas, no que diz respeito à parte externa do estabelecimento, tendo que assim, o estabelecimento providenciar "lounge" (local reservado), exclusivo para os consumidores na parte interna do estabelecimento.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator à penalidade prevista no art. 243 da Lei nº 8.609, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e no art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - CDC.

Art. 3º O descumprimento desta Lei implica, sucessivamente:

I - multa de 10 (dez) Unidades Padrão Monetária do Município – UPMs;

II - cassação do alvará de funcionamento pelo prazo de até 2 (dois) anos; e

III – fechamento definitivo do estabelecimento.

Parágrafo único. A fiscalização e aplicação das penalidades, pelo descumprimento desta Lei, ficarão a cargo dos órgãos competentes da municipalidade.

Art. 4º O estabelecimento comercial ao qual esta Lei se aplica deverá fixar no seu interior placa de aviso, escrito de forma clara e em local visível, quanto à proibição estabelecida no art. 1º desta Lei e as consequências do uso do mesmo à saúde.

Art. 5º Fica obrigado a todos os produtos, com vínculo ao art. 1°, trazer em seu rótulo/embalagem informações sobre os malefícios do fumo do narguilé, com frases sucintas e esclarecedoras.

Art. 6º O Poder Público fica responsável pela ampla divulgação e conscientização dos jovens sobre os males causados, conforme exposto no art. 5º.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentais próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar de publicação da mesma.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL EM, 15 DE AGOSTO DE 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Publique – se Registre – se Cumpre –se.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 158/2019

PORTARIA Nº. 158/2019

DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE CLASSE E NIVEL A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **VANDERLEY SOARES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Plano de Cargos e carreiras, Art. 07 e Anexo III da Lei 491/2012;

CONSIDERANDO que a servidora **LUCIMARA LONI KOSSMAN** tomou posse em seu cargo de Auxiliar de Serviços Geais em 01 de fevereiro de 2016.

CONSIDERANDO os Artigos abaixo, da lei 491/2012 e Anexo III:

Art. 41. A Carreira do Quadro Geral da Prefeitura de São José do Xingu é constituída de 06 (seis) carreiras:

VI. Auxiliar da Administração Pública, composto pelos cargos de Auxiliar de Mecânico, Auxiliar de Serviços Gerais, Borracheiro, Coletor de Lixo, Coveiro, Eletricista de Auto-elétrica, Eletricista Predial, Faxineira, Gari, Guarda e Trabalhador Braçal.

Art. 47. A série de classes dos cargos que compõem a carreira dos servidores da Prefeitura de São José do Xingu estrutura-se em linha horizontal de acesso, em conformidade com o respectivo nível de habilitação e perfil profissional e ocupacional, identificada por letras maiúsculas assim descritas:

VI. Auxiliar da Administração Pública:

a) Classe A: habilitação em ensino fundamental;

b) Classe B: requisito da classe A, mais 100 (cem) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional;

c) Classe C: requisito da classe B, mais 120 (cento e vinte) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional;

d) Classe D: requisito da classe C, mais 140 (cento e quarenta) horas de curso de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional ou ensino médio.

Baixa a Seguinte Portaria:

Art. 1° - Fica Concedida a progressão Horizontal da Classe "A" para Classe "B" Nível "1" para Nível "2" LUCIMARA LONI KOSSMAN, Servidora Pública Municipal, exercendo o cargo efetiva de Auxiliar de Serviços Geais.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 23 de agosto de 2019

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 157/2019

PORTARIA Nº. 157/2019

DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **VANDERLEY SOARES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Plano de Cargos e carreiras, Art. 50 e Inciso I, II da Lei 490/2012;

CONSIDERANDO que o servidor **FABIO COSTA ZULIAN,** tomou posse em seu cargo de Borracheiro em **26 de outubro de 2015.**

Baixa a Seguinte Portaria:

Art. 1° - Fica Concedida a Progressão Vertical do nivel “01” para nível “02” ao FABIO COSTA ZULIAN, Servidor Público Municipal, exercendo o cargo efetivo de Borracheiro.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 23 de agosto de 2019

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 156/2019

PORTARIA Nº. 156/2019

DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **VANDERLEY SOARES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Plano de Cargos e carreiras, Art. 50 e Inciso I, II da Lei 490/2012;

CONSIDERANDO que a servidora **DIVA FRANCISCA SOARES** tomou posse em seu cargo efetiva de Auxiliar de Serviços Gerais em **25 de janeiro de 2000.**

Baixa a Seguinte Portaria:

Art. 1° - Fica Concedida a Progressão Vertical Nível “06” para Nível “07” a DIVA FRANCISCA SOARES, Servidora Pública Municipal, exercendo o cargo efetiva de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 23 de agosto de 2019

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 155/2019

PORTARIA Nº. 155/2019

DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **VANDERLEY SOARES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Plano de Cargos e carreiras, Art. 49 e Anexo III da Lei 491/2012;

CONSIDERANDO que a servidora **PAULA SANTISSIMA DE SOUZA,** tomou posse em seu cargo efetivo de Auxiliar de serviços Gerais em **02 de Abril de 2013.**

Baixa a Seguinte Portaria:

Art. 1° - Fica Concedida a Progressão Vertical do nível “02” para nível “03” Paula Santíssima de Souza, Servidora Pública Municipal, exercendo o cargo efetiva de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 23 de agosto de 2019

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 154/2019

PORTARIA Nº. 154/2019

DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **VANDERLEY SOARES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Plano de Cargos e carreiras, Art. 49

e Anexo III da Lei 491/2012;

CONSIDERANDO que a servidora **KARINA BARBOSA SIMAO BARROS** tomou posse em seu cargo efetivo de PROFESSORA em **03 de Abril de 2012.**

Baixa a Seguinte Portaria:

Art. 1° - Fica Concedida a Progressão Vertical Nível “02” para Nível “03” a Karina Barbosa Simão Barros, Servidora Pública Municipal, exercendo o cargo efetiva de Professora.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 23 de agosto de 2019

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 763/2019

LEI MUNICIPAL Nº 763/2019 São José do Xingu – MT, 15 de agosto de 2019.

Obriga o Poder Executivo a divulgar, em tempo real, as despesas e receitas do governo municipal por meio do site Oficial e do Portal da Transparência.

Art. 1º Fica o Poder Executivo obrigado a disponibilizar **através de seu Site Oficial ou portal da Transparência- em tempo real- das receitas e despesas** do orçamento público municipal

Art. 2º A divulgação de que trata o art. 1º desta Lei será feita através do Site Oficial do Executivo Municipal ou como uma extensão do portal da transparência local, ou caso o executivo tenha condições de implementar, através de aplicativo para celulares.

Parágrafo único. A publicidade conterá, no mínimo, o valor e percentual correspondente as seguintes categorias:

I – categoria de despesa, divididas por:

a) Poder;

b) Órgão público;

c) Áreas;

d) Recursos humanos;

e) Fornecedores;

f) Prestadores de serviços;

g) Diárias de viagens.

II – categoria de receita, revelando as respectivas fontes;

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL EM, 15 DE AGOSTO DE 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Publique – se Registre – se Cumpre –se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo do Contrato **Nº 45/2018**; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa **CONSTRUMANA CONSTRUÇÕES LTDA EPP; Objeto:** Serviço de locação de Retroescavadeira e Caminhão Pipa; **Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 15/08/2020.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 004/2019

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 004/19 DE 01 DE AGOSTO DE 2019, QUE TRATA DA ELEIÇÃO PARA CONSELHO TUTELAR DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS - MT.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS - MT, órgão autônomo, paritário, deliberativo e controlador das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, criado por força da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), regido pela Lei Municipal nº 1.508 de 27 de Setembro de 2013.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.508 de 27 de Setembro de 2013 que dispõe sobre Conselhos Tutelares do município de São José dos Quatro Marcos e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA; resolve estabelecer o regulamento do Processo de Escolha dos Conselheiros dos Conselhos Tutelares para o quadriênio 2020/2024.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° Esta Resolução regulamenta o Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de São José dos Quatro Marcos - MT, institui normas para o mandato no quadriênio 2020/2024 e os procedimentos necessários nos termos da Constituição Federal de 1988, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), da Lei Municipal nº 1.508 de 27 de Setembro de 2013 e, supletivamente, pela Resolução nº 170 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

Art. 2° Os membros do Conselho Tutelar e seus respectivos suplentes, após habilitados nas fases anteriores, serão escolhidos pelo sistema majoritário, em votação que será realizada em todo o município no dia 06 de outubro de 2019, com voto secreto, direto, universal e facultativo dos eleitores do município de São José dos Quatro Marcos em pleno gozo dos direitos políticos.

Parágrafo único. Serão eleitos 5 (cinco) membros titulares e número mínimo de 5 (cinco) suplentes.

Art. 3° O exercício do cargo de conselheiro tutelar constitui serviço público relevante e estabelece presunção de idoneidade moral, não implica vínculo efetivo com o município e não se constitui em cargo de livre provimento.

§ 1º A duração do mandato dos Conselheiros Tutelares é de 4 (quatro) anos.

§ 2º É permitida a recondução, desde que aprovado em novo processo de escolha.

§ 3º O conselheiro tutelar deve desempenhar o cargo em regime de dedicação integral ao serviço, sendo vedado o exercício de qualquer outra atividade profissional remunerada, pública ou privada.

Art. 4º O voto será facultativo e secreto, devendo o eleitor votar em 1 (um) candidato conforme lista divulgada de deferidos no processo de escolha.

Parágrafo único. O Processo de Escolha será realizado preferencialmente por urnas eletrônicas, em parceria com a justiça eleitoral e, na sua impossibilidade, por outro meio a ser definido previamente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 5º O Processo de Escolha contemplará o Conselho Tutelar com cinco titulares e cinco suplentes.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PODER EXECUTIVO LOCAL

Art. 6º Cumpre ao Poder Executivo local disponibilizar os meios necessários para a realização de todos os atos do Processo de Escolha, devendo proceder aos seguintes encaminhamentos:

I - fazer gestão junto aos órgãos governamentais municipais, para assegurar a realização do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares no ano de 2019;

II - contribuir com o CMDCA quanto à elaboração dos demais regramentos do Processo de Escolha;

III - garantir o suporte necessário aos trabalhos da Comissão Especial do Processo de Escolha;

IV - garantir a divulgação dos editais pertinentes ao Processo de Escolha;

V - Buscar perante o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso o apoio necessário ao processo de escolha, em especial o empréstimo das urnas eletrônicas ou similares ou do sotware respectivo, observadas as disposições das resoluções aplicáveis;

VI - Receber, transportar e zelar pelos equipamentos eletrônicos disponibilizados, bem como proceder a sua devolução após o encerramento do Processo de Escolha em questão, se for o caso;

VII - Transportar as urnas para o ponto de recolhimento de votos determinado, utilizando os meios que impliquem maior segurança ao processo de escolha, se for o caso.

VIII - Providenciar, com antecedência, todo o material necessário para o trabalho das Mesas Eleitorais;

IX - Instalar as Mesas Eleitorais, em número suficiente, com função de disciplinar, fiscalizar e receber os votos, compostas por um Presidente, um Secretário e um Mesário cujas atribuições constam nesta Resolução;

X - Proceder à análise da legislação vigente por meio da sua Assessoria Jurídico Legislativa - AJL da Secretaria de Estado de Justiça;

XI - Divulgar as etapas do processo de escolha por intermédio de publicação no Diário Oficial do Município e no site da prefeitura.

Parágrafo único. A divulgação se fará acompanhar de informações sobre as atribuições e importância dos Conselhos Tutelares, sobre os requisitos para candidatar-se ao cargo de Conselheiro Tutelar, das fases e regras do processo, do cronograma do Processo de Escolha e sobre a relevância da participação de todos os cidadãos na mobilização pelo fortalecimento das causas relativas à infância e adolescência.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DO PROCESSO DE ESCOLHA

Art. 7º O Processo de Escolha contará com os seguintes órgãos:

I – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

II - Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha.

Seção I

Do Plenário da Comissão Eleitoral

Art. 8º A Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha, órgão deliberativo, funcionará como instância revisora e final, incumbida de apreciar e julgar administrativamente as impugnações e recursos devendo reunir-se, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

Art. 9º. Compete a esta:

I deliberar sobre normas e instruções para regular o Processo de Escolha e sua execução no que lhe compete;

II - aprovar o cronograma do Processo de Escolha dos Conselhos;

III - homologar os resultados finais do Processo de Escolha dos Conselhos Tutelares;

IV - processar e julgar em grau de recurso:

a) processos decorrentes de impugnações das candidaturas;

b) intercorrências durante o Processo de Escolha;

c) processo decorrente de impugnações do resultado das eleições; e

d) demais casos decorrentes da inobservância das normas contidas nesta Resolução.

V - definir em cronograma todas as fases do Processo de Escolha para o cargo de Conselheiro Tutelar;

VI - coordenar todos os procedimentos de análise de documentação do candidato e eleição;

VII - analisar, deferir ou indeferir os pedidos de registros de candidatura dos candidatos concorrentes para os Conselhos Tutelares;

VIII - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;

IX - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do Processo de Escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação vigente;

X - escolher e divulgar os locais do Processo de Escolha;

XI - apreciar e julgar, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação de candidatura e as denúncias por propaganda irregular e outros incidentes ocorridos no dia da votação, podendo, inclusive, cassar a candidatura envolvida;

XII- apreciar recursos interpostos por candidatos inabilitados, submetendo-os ao Plenário do CMDCA, caso não haja reconsideração;

XIII - enviar para publicação no Diário Oficial Municipal a lista dos candidatos habilitados.

Seção II

Do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 10º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, será responsável pela condução do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, ao qual compete:

I - dirigir, coordenar e executar o Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares;

II - adotar todas as providências necessárias para a realização do pleito e acompanhar o Processo de Escolha em todas as suas fases;

CAPÍTULO IV

DA CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO DE ESCOLHA

Art. 11º O Edital de convocação do Processo de Escolha deverá conter, entre outras disposições:

I - cronograma de todas as fases do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares;

II - número de vagas a preencher para a composição do Conselho Tutelar de São José dos Quatro Marcos;

III - requisitos legais da candidatura;

IV - local e horário de funcionamento para o recebimento da documentação e solicitações referentes ao Processo de Escolha;

V - regras de campanha, contendo as condutas permitidas e vedadas, com as respectivas sanções;

VI - a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos no art. 133 da Lei Federal nº 8.069, de 1990 e da Lei Municipal nº 1.508/2013.

VII - as regras de divulgação do Processo de Escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei de criação dos Conselhos Tutelares;

VIII - a carga horária, os vencimentos e as vantagens, obrigações e restrições no exercício do cargo.

CAPÍTULO V

DO PROCESSO DE ESCOLHA

Art. 12º. O processo de escolha compreenderá:

I - inscrições de candidatos;

II - análise da documentação de caráter eliminatório e registro de candidatura;

III - eleição dos candidatos, por meio de voto direto, secreto e facultativo;

Art. 13º. É de responsabilidade do candidato o acompanhamento de todas as publicações referentes às fases do Processo de Escolha.

Seção I

Das Inscrições

Art. 14º. As inscrições serão disciplinadas por meio de edital específico a ser expedido.

Seção II

Da Análise da Documentação do Candidato

Art. 15º. A análise da documentação, de caráter eliminatório, consiste na verificação dos requisitos e condições de habilitação da candidatura ao cargo de conselheiro tutelar.

Art. 16º. Será publicado edital de convocação do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2020/2024, contendo as regras e procedimentos para entrega dos documentos necessários e comprobatórios do preenchimento dos requisitos legais para o exercício da função de Conselheiro Tutelar.

Art.17º. São de inteira responsabilidade do habilitante as informações por ele prestadas no ato de entrega dos documentos, bem como a entrega dos documentos na data prevista, arcando o candidato com as consequências de seus eventuais erros.

§ 1º A inexatidão das afirmativas e (ou) irregularidades dos documentos apresentados, serão apreciadas pela Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha até o prazo final do certame, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

§ 2º O habilitante que não apresentar os documentos ou apresentar fora do prazo será eliminado do Processo de Escolha.

§ 3º As cópias, declarações e documentos apresentados não serão devolvidos em hipótese alguma.

§ 4º A análise preliminar da documentação protocolada será divulgada na data prevista no cronograma do Processo de Escolha.

§ 5º Os recursos contra o resultado preliminar da análise da documentação devem ser interpostos após a divulgação do resultado preliminar nos prazos previstos no cronograma do Processo de Escolha.

§ 6º O resultado final da análise da documentação será divulgado no Diário Oficial Municipal, nos prazos previstos no cronograma do Processo de Escolha.

Seção III

Do Registro de Candidatura

Art. 18º. O pedido de registro de candidatura será endereçado à Comissão Especial Eleitoral nos prazos definidos no cronograma do Processo de Escolha, conforme modelo a ser elaborado pela Comissão Especial do Processo de Escolha.

§ 1º O pedido é individual, será subscrito pelo próprio candidato ou por procurador dotado de poderes especiais estipulados em procuração pública emitida pelo cartório competente.

§ 2º O Edital contendo os pedidos de registro para ciência dos interessados será publicado no Diário Oficial Municipal;

Art. 19º. A Comissão Especial do Processo de Escolha deferirá ou indeferirá os pedidos de registro de candidatura.

Parágrafo único. Da decisão da Comissão Especial do Processo de Escolha caberá recurso ao Plenário do CMDCA, no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação do candidato.

Art. 20º. O CMDCA publicará a relação dos candidatos habilitados no Diário Oficial Municipal.

CAPÍTULO VI

DOS ELEITORES

Art. 21º. Estão aptos a votar os cidadãos brasileiros em pleno gozo dos seus direitos políticos, com domicílio eleitoral no Município de São José dos Quatro Marcos.

Art. 22º. Os eleitores votarão somente nos locais destinados pela Comissão Especial do Processo de Escolha, divulgados através de Edital publicado no Diário Oficial Municipal.

Art. 23º. Para exercício do direito de voto, o eleitor deverá apresentar, no ato da votação, o Título de Eleitor e documento de identidade original com foto ou E- título.

§ 1º Na ausência do Título de Eleitor, somente será permitido o voto se, localizado o nome do eleitor no caderno de votação, o eleitor deverá apresentar documento oficial de identidade com foto e conheça previamente a zona e a seção correspondente.

§ 2º Serão considerados os dados de cadastramento dos eleitores realizados perante à justiça eleitoral até o dia 15 de Julho de 2019 conforme Resolução TRE/MT Edital nº 137/2019/CAPJ/SJ.

CAPÍTULO VII

DOS CANDIDATOS

Art. 24º. Pode candidatar-se ao cargo de conselheiro tutelar o cidadão do município que atenda às condições de elegibilidade previstas na legislação eleitoral, com exceção de filiação partidária, observados os seguintes requisitos:

I - nacionalidade brasileira;

II - pleno exercício dos direitos políticos;

III - quitação eleitoral;

IV- apresentação de candidatura individual;

V - reconhecida idoneidade moral;

VI - idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos na data da posse;

VII - ensino médio completo;

VIII - residência comprovada de no mínimo 02 (dois) anos na região administrativa do respectivo conselho tutelar, na data da apresentação da candidatura;

IX - não ter sofrido sanção de perda do mandato de conselheiro tutelar;

XII - habilitação na análise da documentação, de caráter eliminatório.

Art. 25º. Os Conselheiros de Direito, titulares, suplentes e servidores efetivos e comissionados do CMDCA ficam impedidos de candidatar-se ao cargo de conselheiro tutelar.

CAPÍTULO VIII

DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

Art. 26º. São casos de impugnação da candidatura o não preenchimento de qualquer dos requisitos constantes no edital ou o impedimento para o exercício da função de Conselheiro Tutelar previsto na legislação em vigor.

Art. 27º. Compete à Comissão Especial do Processo de Escolha dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão, candidato, organização da sociedade civil ou ao Ministério Público, apresentar pedido de impugnação de candidaturas que não atendam aos requisitos exigidos em petição fundamentada dirigida a Comissão Especial do Processo de Escolha, sendo vedada o anonimato e acompanhada dos elementos probatórios.

Art. 28º. A Comissão Especial do Processo de Escolha irá analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação de candidatura, podendo, inclusive, cassar a candidatura envolvida, cabendo recurso ao plenário do CMDCA.

Art. 29º. Apuradas e comprovadas as impugnações pela Comissão Especial do Processo de Escolha, inclusive as ocorridas no dia do pleito, o candidato impugnado fica impedido de tomar posse.

Art. 30º. Julgadas em definitivo as impugnações das candidaturas, o CMDCA fará publicar no Diário Oficial Municipal a relação dos candidatos com registros deferidos, os quais serão submetidos às próximas etapas.

Art. 31º. O candidato envolvido e o impugnante serão notificados das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha por meio do Diário Oficial Municipal no prazo de (05) cinco dias contados da notificação.

CAPÍTULO IX

DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 32º. A propaganda eleitoral somente será autorizada nas datas definidas no cronograma do Processo de Escolha.

Parágrafo único. É proibida a propaganda eleitoral fora do período de campanha, sob pena de cassação da candidatura.

Art. 33º. A propaganda eleitoral será realizada sob responsabilidade e a expensas dos próprios candidatos, imputando-lhes solidariedade nos excessos praticados por seus correligionários, respeitando os princípios da ampla defesa e do contraditório.

Art. 34º. Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

§ 1º Considera-se grave perturbação à ordem a propaganda que viole as leis de posturas do município, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

§ 2º Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos o oferecimento ou a promessa de dinheiro, dádivas, benefícios ou vantagens de qualquer natureza, pelo apoio para candidatura.

§ 3º Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra prática que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

Art. 35º. É vedada aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar toda e qualquer propaganda eleitoral que compreenda:

I - propagandas em veículos de comunicação (rádio, televisão, "outdoors", luminosos, internet quando acarretar custo financeiro, dentre outros) que configurem privilégio econômico por parte de candidato;

II - composição de chapa para efeito de propaganda eleitoral;

III - o uso no material impresso de símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas pelos órgãos do governo municipal, empresas privadas, parlamentares ou pelos partidos;

IV - a realização de debates e entrevistas nos 3 (três) dias que antecedem a eleição;

V - a confecção, utilização, distribuição por candidato, ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor nos termos da Lei Federal nº 11.300/06;

VI - a utilização de alto-falantes ou amplificadores de som em veículo de sua propriedade ou de terceiros para fins de propaganda eleitoral;

VII - a campanha eleitoral em prédios públicos, entidades de atendimento Distritais ou Federais, igrejas, templos e entidades da sociedade civil.

VIII - campanha nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam e nos de uso comum, inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus, meios de transporte público e outros equipamentos urbanos.

IX – Denegrir a imagem e honra de outros candidatos em seus discursos.

X- Propaganda de forma verbal ou impressa utilizando-se de pessoas públicas, a exemplo líderes comunitários, políticos partidários, pastores, ministros, padres e religiosos, no uso da palavra ao público em templos/igrejas, sob pena de se caracterizar abuso de poder.

Art. 36º. Fica permitida a distribuição de propaganda impressa (carta, folheto e volante) até 24 (vinte quatro) horas antes do dia da eleição, os quais serão impressos sob a responsabilidade do candidato, além de utilização de internet, enquanto veículo de comunicação, sem qualquer custo financeiro, por meio de blog, e-mail e páginas de relacionamentos, para divulgação da propaganda eleitoral.

Art. 37º. É vedado aos atuais Conselheiros Tutelares e candidatos à reeleição usar a máquina administrativa (veículo, telefone, computador, redes sociais, material de expediente e a função que exerce) para fins de campanha/ promoção individual ou coletiva, sob pena de cassação da candidatura.

Art. 38º. É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais e distritais, realizar propaganda eleitoral de candidato ao cargo de Conselheiro Tutelar ou qualquer tipo de propaganda, que se possa caracterizar como de natureza eleitoral.

Parágrafo único. É vedado a quem está no exercício da função pública usar a máquina administrativa (veículo, telefone, computador, redes sociais, material de expediente e a função que exerce) para fazer propaganda e colocar em vantagem candidatos.

Art. 39º. Qualquer cidadão, desde que apresente elementos probatórios poderá dirigir denúncia à Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares sobre a existência de propaganda irregular, sendo vedado o anonimato.

Art. 40º. Havendo necessidade de retirar, suspender e recolher material de propaganda decorrente de denúncia referida no artigo anterior, a Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha comunicará ao candidato, e, em caso de omissão, ao Ministério Público.

Art. 41º. Apuradas e comprovadas as denúncias pela Comissão Especial do Processo de Escolha, inclusive as ocorridas no dia do pleito, o candidato denunciado fica impedido de tomar posse.

Art. 42º. O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha por meio de ofício e poderá ingressar com recurso ao Plenário do CMDCA no prazo de (05) cinco dias contados da notificação.

Art. 43º. A propaganda dos candidatos deverá encerrar-se 24 (vinte e quatro) horas antes da eleição, por qualquer meio de divulgação ou comunicação, não sendo admitida "boca de urna", sob pena de impugnação da candidatura por ação de qualquer interessado (cidadão) ou de ofício pela Comissão Especial do Processo de Escolha.

Art. 44º. É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores em qualquer tipo de veículo de propriedade do candidato, patrocinado por este ou cedido por particulares ou órgãos públicos.

Art. 45º. A veiculação de propaganda em desacordo com esta Resolução sujeita o responsável, após notificação e comprovação, à restauração do bem, à perda da candidatura, além das sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Art. 46º. É vedada, durante o dia da votação, em qualquer local público ou aberto ao público, a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos.

Art. 47º. O descumprimento dos dispositivos legais previstos nesta Resolução implicará na exclusão do candidato ao Pleito.

Art. 48º. Aplicam-se aos casos omissos nesta Resolução, supletivamente, as instruções normativas do Tribunal Superior Eleitoral -TSE.

Art. 49º. Será assegurada a igualdade de condições aos candidatos habilitados para concorrer às eleições, garantindo-se e promovendo o direito de divulgação do Pleito nos meios de comunicação dos quais o CMDCA possa dispor.

CAPÍTULO X

DAS ELEIÇÕES

Seção I

Do Início da Votação

Art. 50º. Antes do início da votação os membros da Mesa Eleitoral verificarão se o lugar designado para a eleição está em ordem, assim

como o material remetido pela Comissão Especial do Processo de Escolha, a urna e a cabine indevassável.

Art. 51º. Na hora designada para o início da votação, cumpridas as exigências previstas nesta Resolução, o Presidente da Mesa declarará iniciados os trabalhos.

Parágrafo único. O recebimento dos votos terá início a partir da abertura até a hora prevista para o encerramento da votação.

Seção II

Do Período de Votação

Art. 52º. A votação para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares ocorrerá no horário compreendido entre 8h às 17h, em locais definidos pela Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha, a serem divulgados através de edital.

Art. 53º. O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:

I - isolamento do eleitor em cabine indevassável;

II - emprego de urna que assegure a inviolabilidade do voto.

§ 1º Para votar, será obrigatória a prévia identificação, através de documentos com fotos;

§ 2º É vedado o uso de qualquer equipamento eletrônico que acarrete em quebra do sigilo na cabine de votação.

Art. 54º. As Mesas Eleitorais serão instaladas em locais públicos de fácil acesso aos eleitores.

Art. 55º. Será assegurada a acessibilidade aos candidatos e eleitores com deficiência nos locais de votação.

Seção III

Do Ato de Votar

Art. 56º. Observar-se-á no ato de votar o seguinte:

I - antes de ingressar no recinto da cabine, o eleitor deve apresentar à Mesa Eleitoral documento oficial com foto;

§ 1º Somente será permitido o voto, se localizado o nome do eleitor no caderno de votação, o eleitor apresentar documento oficial de identidade com foto e conheça previamente a zona e a seção correspondente.

II - os mesários verificarão no caderno de votação o nome do eleitor, o número do documento com fotografia e o número do Título de Eleitor;

III - após o registro e conferência dos dados, o eleitor assinará o caderno de votação;

IV - a Mesa Eleitoral dará autorização para o eleitor recolher-se à cabine de votação para registrar seu voto;

Art. 57º. Serão considerados documentos de identificaçao: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro válido; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto).

Art. 58º. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

Art. 59º. O eleitor que não apresentar a documentação exigida não terá direito a voto.

Seção IV

Do Encerramento

Art. 60º. O Presidente da Mesa Eleitoral, verificando chegar a hora do encerramento da votação e existindo eleitores, distribuirá senha para votação dos presentes no recinto.

Art. 61º. Encerrada a votação será elaborada a Ata pelo Secretário, devendo ser assinada pelos demais membros da Mesa e pelos fiscais presentes.

Seção V

Da Mesa Eleitoral

Art. 62º. A Mesa Eleitoral será Composta por:

I - Presidente;

II - Secretário;

III - Mesário.

Art. 63º. Compete à Mesa Eleitoral:

I - receber os votos dos eleitores;

II - resolver os incidentes verificados durante os trabalhos de votação e da apuração, encaminhando à Comissão Especial do Processo de Escolha as questões não resolvidas;

III - compor a Mesa Apuradora.

Art. 66. Compete ao Presidente da Mesa Eleitoral:

I - instalar a Mesa Eleitoral;

II - comunicar à Comissão Especial do Processo de Escolha as ocorrências cuja solução desta depender;

III - verificar a conformidade dos equipamentos e materiais na sala de votação;

IV - orientar os componentes da mesa sobre suas funções;

V - comunicar à Comissão Especial do Processo de Escolha e ao Ministério Público a ocorrência de situações atípicas;

VI - requisitar suporte da autoridade policial quando necessário;

VII - zelar pelo bom andamento do Processo de Escolha;

VIII - cumprir as demais determinações de ordem técnica.

Art. 67. Compete ao Secretário da Mesa Eleitoral:

I - lavrar a ata de sua Mesa Eleitoral;

II - auxiliar o Presidente na verificação dos equipamentos e materiais necessários a eleição;

III - conferir o título de eleitor e o documento de identidade com foto apresentados pelo eleitor;

IV - executar todas as atribuições que lhe forem conferidas pelo Presidente da Mesa;

V - substituir o Presidente da Mesa em suas ausências ou impedimentos.

Art. 68. Compete ao Mesário Eleitoral:

I - auxiliar o Presidente e o Secretário no que for solicitado;

II - zelar pela observância dos procedimentos eleitorais;

III - orientar a presença dos Fiscais na seção de votação;

IV - orientar a circulação e organização dos eleitores;

V - substituir o Secretário Eleitoral em suas ausências ou impedimentos;

Art. 69. São impedidos de compor as Mesas Eleitorais os cônjuges, companheiros, ascendentes e descendentes, parentes colaterais ou afins até o terceiro grau dos candidatos a Conselheiros Tutelares.

§ 1º O grau de parentesco de que trata este artigo deverá ser declarado pelo interessado ao CMDCA no prazo de 5 (cinco) dias após a publicação da composição das respectivas Mesas Eleitorais.

§ 2º O CMDCA designará os membros que irão compor as Mesas Eleitorais.

Seção VI

Da Fiscalização das Mesas Eleitorais

Art. 70. Os candidatos concorrentes poderão designar até 02 (dois) fiscais, por local de votação dentre os eleitores, devendo requerer o credenciamento perante a Comissão Especial do Processo de Escolha, no período estabelecido no cronograma do Processo de Escolha.

Art. 71. Será admitido em cada Mesa Eleitoral apenas 01 (um) fiscal por vez.

Art. 72. Se o fiscal verificar alguma irregularidade deverá comunicar ao Presidente da Mesa Eleitoral onde estiver atuando.

§ 1º O Presidente da Mesa Eleitoral verificará a natureza da irregularidade apontada pelo fiscal e tomará as providências para corrigi-la, se procedente.

§ 2º Caso seja indeferida a irregularidade apontada pelo fiscal, o Presidente da Mesa deverá constar em ata da Mesa Eleitoral.

§ 3º Caso o Presidente da Mesa Eleitoral não consiga resolver a ocorrência verificada, deverá entrar em contato imediatamente com um membro da Comissão Especial do Processo de Escolha para auxiliá-lo, devendo registrar em ata as orientações recebidas e providências adotadas.

Art. 73. Não será permitida a acumulação de cargo de fiscal com o de membro da Mesa Eleitoral, ou de qualquer outro cargo decorrente do Processo de Escolha.

Art. 74. Os fiscais que atuarem perante as Mesas Eleitorais deverão assinar as atas no encerramento dos trabalhos, caso estejam presentes.

Art.75. Os candidatos não serão considerados fiscais natos.

Seção VII

Da Apuração dos Votos

Art. 76. A apuração dos votos será em local a ser divulgado pela Comissão Especial do Processo de Escolha por meio de edital.

Art. 77. O Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha determinará a abertura da apuração.

Art. 78. Na fase de apuração da urna eleitoral será permitido ingresso ao recinto apenas os fiscais dos candidatos, dos membros da Comissão Especial do Processo de Escolha, da equipe de apoio que a Comissão Especial do Processo de Escolha previamente determinar, dos Conselheiros do CMDCA e dos representantes do Ministério Público.

Art. 79. Os votos serão computados como válidos, brancos ou nulos.

Parágrafo único. Os votos válidos, brancos ou nulos serão considerados de acordo com o sistema de apuração do TRE.

Art. 80. Os votos constantes na urna que apresentarem vícios devidamente apurados pela Comissão Especial do Processo de Escolha serão declarados nulos.

Art. 81. Terminada a apuração, o Secretário da Mesa lavrará a Ata dos Trabalhos, dela fazendo constar, além de outros dados que se tornarem necessários, os seguintes:

I - indicação do dia, horário e local de abertura e de encerramento dos trabalhos de apuração;

II - nomes dos componentes da Mesa Apuradora e suas funções, bem como os nomes dos fiscais natos presentes ao ato;

III - número de assinaturas constantes do caderno de votação, bem como o número de votos encontrados na urna;

Seção VIII

Da Impugnação ao Processo de Apuração

Art. 82. Além da impugnação de candidatura prevista nesta Resolução, qualquer cidadão, no gozo de seus direitos políticos, poderá protocolar pedido de impugnação quanto ao processo de apuração, sem prejuízo ou paralisação do procedimento.

CAPÍTULO XI

DO RESULTADO DA ELEIÇÃO

Art. 83. Concluídos os trabalhos da Comissão Especial do Processo de Escolha lavrar-se-á Ata respectiva que será encaminhada ao CMDCA, com o resultado final do Processo de Escolha.

Parágrafo único. Concluída a apuração dos votos, o Plenário do CMDCA deve publicar o resultado da eleição, em ordem decrescente de votação, com o número de votos obtidos pelos candidatos.

Art. 84. O resultado do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá ser publicado no Diário Oficial Municipal e no site da Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO XII

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E DA DIPLOMAÇÃO

Art. 85. O Plenário do CMDCA homologará o resultado do Processo de Escolha por intermédio de edital, cuja publicação se dará no Diário Oficial Municipal e no site da Prefeitura Municipal.

Art. 86. Os Conselheiros Tutelares escolhidos, titulares e suplentes, serão diplomados pelo CMDCA, mediante convocação publicada em edital específico e nos prazos definidos no cronograma do Processo de Escolha.

CAPÍTULO XIII

DA NOMEAÇÃO E DA POSSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Art. 87. Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão nomeados pelo Prefeito Municipal, empossados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e os demais candidatos seguintes serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

§ 1º Havendo empate na votação, deverá ser observado como critério de desempate o candidato de maior idade.

Art. 88. A nomeação dos Conselheiros Tutelares escolhidos deve ser concomitante com o término do mandato dos Conselheiros em exercício.

Art. 89. A posse dos Conselheiros Tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro de 2020, com exercício imediato.

Parágrafo único. Caso o candidato não tome posse por qualquer motivo será automaticamente substituído pelo respectivo suplente, que passará a ocupar o cargo como titular.

Art. 90. Ocorrendo desistência do suplente ou se este não tomar posse ou entrar em exercício, será chamado para ocupar a vaga o candidato subsequente, de acordo com a ordem de classificação.

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 91. O descumprimento dos dispositivos legais previstos nesta Resolução implicará na exclusão do candidato do Processo de Escolha.

Art. 92. Os casos omissos nesta Resolução serão dirimidos pela Comissão Especial do Processo de Escolha e pelo Plenário do CMDCA.

Art. 93. São impedidos de servir, no mesmo conselho, cônjuges, companheiros, ascendentes e descendentes, parentes colaterais ou afins até o terceiro grau.

§ 1º Estende-se o impedimento previsto no caput deste artigo à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação nos Direitos da Criança e do Adolescente, em exercício, na Circunscrição Judiciária da respectiva Região.

Art. 94. Não havendo cinco Conselheiros Tutelares eleitos para o Conselho Tutelar, serão aproveitados os candidatos suplentes.

§ 1° Na hipótese de recusa do primeiro suplente assumir a titularidade a qual foi eleito, convocar-se-á o próximo suplente mais bem votado, em ordem sucessiva.

Art. 95 A Comissão Especial do Processo de Escolha encaminhará eventuais irregularidades ocorridas durante o processo de escolha que não estão contempladas no escopo desta Resolução ao Plenário do CMDCA, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

Art. 96. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE CARDOSO ARAÚJO

Presidente do Conselho

DEPARTAMENTO CONTABIL
ATESTO DE PUBLICAÇÃO - BALANCETE 07/2019

ATESTADO DE PUBLICAÇÃO POR AFIXAÇÃO EM MURAL

A PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, Estado de Mato Grosso, com endereço a Rua Doutor Guilherme Pinto Cardoso, nº 539, Centro, a qual goza de personalidade jurídica própria, de autonomia administrativa e financeira, de Direito Público, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 15.024.029/0001-80, através do SETOR DE CONTABILIDADE, que na inexistência de jornal local diário, e para cumprimento do disposto na LC 101/2000 – LRF e demais dispositivos legais vigentes;

A T E S T A, que o **BALANCETE MENSAL** referente ao mês de **JULHO/2019** da Prefeitura Municipal de São José Dos Quatro Marcos - MT, encontra-se a disposição para apreciação dos cidadãos e instituições da sociedade, os quais poderão questionar-lhes a legitimidade.

É a expressão da verdade e dou fé.

São José dos Quatro Marcos - MT, em 26 de Agosto de 2019.

Ronaldo Floreano dos Santos

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 4º Termo Aditivo da Ata Registro de Preço Nº 01/2019; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pelo **CONTRATADO**, a Empresa **AUTO POSTO QUATRO MARCOS LTDA-EPP**; **Objeto:** *Aquisição de Combustível no Município de São José dos Quatro Marcos-MT*; **Fundamento Legal:** art.65, inc. I, alínea *b* e § 1º, da Lei nº 8.666/1993, art. 5º do Decreto nº 2.271/1997 e IN/SLTI/MP nº 02/2018; **Valor:** O valor da Etanol era R$ 2,75 (Dois Reais e Setenta e Cinco Centavos) por litro, com reajuste (acréscimo) de 5,09%, este valor passará para R$ 2,89 (Dois Reais e Oitenta e Nove Centavos).

CONTABILIDADE
BALANCETE FINANCEIRO - JULHO DE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RUA RUI BARBOSA, 335, CENTRO
37464948/0001-08 Exercício: 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

BALANCETE FINANCEIRO DE JULHO DE 2019

DESPESA EMPENHADA

RECEITA	PERIODO	TOTAL
ORÇAMENTÁRIA	**2.114.241,15**	**11.015.203,31**
RECEITAS CORRENTES	**2.262.028,64**	**10.460.989,78**
11 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE M	58.610,99	417.957,62
12 CONTRIBUIÇÕES	15.739,04	121.165,54
13 RECEITA PATRIMONIAL	6.930,29	42.478,24
16 RECEITA DE SERVIÇOS	36.954,47	248.549,23
17 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.136.895,78	9.596.803,15
19 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.898,07	34.036,00
RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**1.731.388,94**
24 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.731.388,94
DEDUÇÕES	**-147.787,49**	**-1.177.175,41**
90 (R) DEDUÇÕES DA RECEITA	-147.787,49	-1.177.175,41
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**578.046,18**	**7.533.600,81**
DESPESA ORCAM. DO EXERCICIO A PAGAF	465.741,89	6.765.698,97
ANULAÇÃO EMP DE MESES ANTERIORES		-16.655,00
CAUCOES	**0,00**	**14.662,75**
9021 DEPOSITO DE CAUCAO		14.662,75
CONSIGNACOES	**112.304,29**	**769.894,09**
9004 PENSAO ALIMENTICIA	795,16	5.566,12
9005 CONTRIBUIÇÃO SINDICAL SISPMUSP	2.557,41	18.461,92
9006 CONSIGNAÇÃO BANCO BRASIL	14.358,90	100.404,44
9007 CONSIGNAÇÃO CAIXA ECONOMICA FEDER	44.935,73	307.349,25
9008 INSS - FOLHA DE PAGAMENTO	44.038,38	316.979,09
9009 SALARIO FAMILIA	1.030,54	6.088,84
9010 SALARIO MATERNIDADE	3.845,45	9.778,88
9015 CONTRIBUIÇÃO SINDICAL SINTEP	633,18	4.607,60
9016 CONTRIBUIÇÃO SINDICAL SINDACS/MT	109,54	657,95
Total ->	**2.692.287,33**	**18.548.804,12**
=> SALDO ANTERIOR	**2.332.502,80**	**2.169.013,27**
BANCO CONTA MOVIMENTO	736.107,50	752.199,50
BANCO CONTA APLICAÇÃO	14.719,35	
BANCO CONTA VINCULADA	1.581.675,95	1.416.813,77
Total SALDO ANTERIOR	**2.332.502,80**	**2.169.013,27**
TOTAL DA RECEITA	**5.024.790,13**	**20.717.817,39**

DESPESA	PERIODO	TOTAL
ORÇAMENTÁRIA	**1.113.019,49**	**11.820.443,32**
01 Legislativa		
04 Administração	317.674,78	2.352.133,31
08 Assistência Social	75.701,98	424.157,10
10 Saúde	227.025,86	2.138.208,64
12 Educação	356.397,29	2.646.420,13
15 Urbanismo	35.312,05	2.475.192,38
16 Habitação		
17 Saneamento	25.151,77	135.650,79
18 Gestão Ambiental		
20 Agricultura	8.133,41	215.287,95
23 Comércio e Serviços	51.621,93	1.250.170,82
27 Desporto e Lazer	16.000,42	183.222,20
99 Reserva de Contingência		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**810.912,81**	**5.796.516,24**
EMPENHOS ANTER. PAGOS NO MÊS	595.146,69	3.357.648,70
ANULAÇÃO PAGTO DE MESES ANTERI		
DEVEDORES DIVERSOS	**0,00**	**3.411,91**
9012 DEPOSITO JUDICIAL		3.411,91
RESTOS A PAGAR	**38.856,47**	**1.253.690,68**
8001 RESTOS À PAGAR PROCESSADOS		427.208,73
8002 RESTOS À PAGAR NÃO PROCESSADOS	38.856,47	826.481,95
CAUCOES	**0,00**	**7.000,00**
9020 DEPÓSITO DE CAUÇÃO		7.000,00
CONSIGNACOES	**113.632,93**	**742.908,08**
9004 PENSAO ALIMENTICIA	795,16	4.770,96
9005 CONTRIBUIÇÃO SINDICAL SISPMUSP	2.614,71	15.922,98
9006 CONSIGNAÇÃO BANCO BRASIL	13.994,13	100.284,85
9007 CONSIGNAÇÃO CAIXA ECONOMICA FEI	44.261,93	306.127,58
9008 INSS - FOLHA DE PAGAMENTO	43.840,32	289.657,57
9009 SALARIO FAMILIA	1.023,79	6.406,85
9010 SALARIO MATERNIDADE	6.365,08	15.214,46
9015 CONTRIBUIÇÃO SINDICAL SINTEP	631,14	3.974,42
9016 CONTRIBUIÇÃO SINDICAL SINDACS/MT	106,67	548,41
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	**63.276,72**	**431.856,87**
7013 REPASSE CONCEDIDO A CÂMARA MUN	63.276,72	431.856,87
Total ->	**1.923.932,30**	**17.616.959,56**
SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	**3.100.857,83**	**3.100.857,83**
BANCO CONTA MOVIMENTO	846.080,78	846.080,78
BANCO CONTA APLICAÇÃO	19.430,12	19.430,12
BANCO CONTA VINCULADA	2.235.346,93	2.235.346,93
Total SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	**3.100.857,83**	**3.100.857,83**
TOTAL DA DESPESA	**5.024.790,13**	**20.717.817,39**

RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 006/2019

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa, através de Pregoeira designada, torna público que, referente ao PREGÃO **n.º 006/2019** foi vencedora às Empresas **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME** nos itens, 1, 4, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 26, 27, 28, 32, 33, 35, 36, 37, 42, 43, 44, 46, 48, 50, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 67, 68, 71, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 104, 105, 107, 108, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 192, 197, 198 no valor total de **R$ 225.666,23 (duzentos e vinte e cinco mil seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e três centavos)** e a empresa **COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI-ME** nos itens 2, 3, 5, 10, 16, 21, 23, 25, 29, 30, 31, 34, 38, 39, 40, 41, 45, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 62, 66, 69, 70, 72, 73, 76, 77, 82, 84, 85, 98, 99, 102, 103, 106, 111, 112, 121, 122, 125, 127, 150, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 178, 181, 182, 187, 189, 193, 194, 195, 196, valor total de **R$ 113.815,78 (cento e treze mil oitocentos e quinze reais e setenta e oito centavos).** Perfazendo o valor total de **R$ 339.482,01** (trezentos e trinta e nove mil quatrocentos)Conforme Relatório Geral da Sessão anexa a Ata. São Pedro da CIPA-MT, 26 de de Agosto de 2019. ***ELIANE GARCIA DE ALMEIDA-*** Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

PREGAO PRESENCIAL Nº012/2019

RESULTADO LICITAÇÃO

A Pregoeira de Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada-MT neste ato, torna público que e para conhecimento de quem interessar possa, que a licitação supramencionada, tendo como objeto "**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARPINTARIA NA MANUTENÇÃO E REPAROS DE PONTES DE MADEIRAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO E, INCLUINDO TRANSPORTE E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA – MT".**, com data de abertura o dia 26/08/2019 as 14:00 horas, foi declarada **DESERTA**, face a ausência de interessados.

Serra Nova Dourada - MT, em 26 de Agosto de 2019

Carina Mignoso. Pregoeira. Portaria n.º 032/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

LICITACAO
ORDEM DE SERVIÇOS

O **MUNICIPIO DE TABAPORÃ**, estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob. o nº. 37.464. 997/0001-40, com sede na Avenida Comendador José Pedro Dias, n° 979, centro, neste município de Tabaporã/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor SIRINEU MOLETA, portador do RG nº. MG – 12. 223.800 SSP/MG e CPF n.º 505.657.109-15, residente e domiciliado na Rua José Carlos Moreira, s/n°, Centro, CEP 78.563-000, município de Tabaporã/MT, no uso de suas atribuições legais, expede:

ORDEM DE SERVIÇOS

Onde fica autorizada a Empresa **CALABRIA MHG CONSTRUTORA EIRELI -EPP**, CNPJ sob n°: 02.639.244/0001-44, estabelecida na cidade de Juara/MT, no Estrada Maria Adelina nº 364W Bairro Chácara Recreio Lucia Maria CEP 78.575-000, representada neste ato pelo Sr. **Marcio Henrique Giraldelli** , inscrito no CPF/MF sob o n.º 581.077.701-53, brasileiro, Casado, empresário, portador da Cédula de Identidade n.°000.874.675 SSP/MS, residente e domiciliado na Rua Araçuai, n° 214-W, CEP: 78. 575-000 no município de Juara - MT, conforme lhe fora adjudicado;

CALABRIA MHG CONSTRUTORA EIRELI -EPP

CNPJ sob n°: 02.639.244/0001-44

>>> **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD, NAS RUAS MATEUS DE LIMA SOUZA, JOSÉ CARLOS MOREIRA E TRAVESSAS A E B DO NÚCLEO URBANO DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT**, conforme o projeto básico, cronograma físico financeiro e seus anexos, integrantes deste edital.

>>> Total Geral da Construção >>> **R$ 367.376,88 (Trezentos e sessenta e sete mil trezentos e setenta e seis reais e oitenta e oito centavos)**.

Referente ao Processo Licitatório n°. 27/2019 – Tomada de Preço n°. 02/2019, cujo objeto consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD, NAS RUAS MATEUS DE LIMA SOUZA, JOSÉ CARLOS MOREIRA E TRAVESSAS A E B DO NÚCLEO URBANO DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT**, conforme o projeto básico, cronograma físico financeiro e seus anexos, integrantes deste edital.

Fica a contratada obrigada **A DAR INÍCIO IMEDIATO** na execução do objeto do referido certame;

A presente Ordem de Serviço tem caráter legal e imediato de modo que a Lei e os interesses públicos devem ser efetivamente cumpridos, nos termos do referido Edital, consoante com as Leis Federais nº. 8.666/93 com suas Alterações;

A expedição desta Ordem de Serviço é decorrente da adjudicação e homologação do mesmo certame;

Juntamente com esta Ordem de Serviço, será apresentado o empenho das despesas aqui ordenadas nos termos do referido Edital;

Tabaporã/MT, 26 de Agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA **Prefeito Municipal** **CPF** 505.657.109-15	**Newton Toledo Bressan Junior** CREA – 1706432992 Engenheiro Civil	**CALABRIA MHG CONSTRUTORA EIRELI - EPP** CNPJ sob n°: **02.639.244/0001-44** **Marcio Henrique Giraldelli** Representante CONTRATADO CIENTE EM _____/_____/_____

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 30/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 30/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2019

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

O **MUNICÍPIO DE TABAPORÃ**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **37.464.997/0001-40**, com sede administrativa na Prefeitura Municipal de Tabaporã, Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, , na cidade de Tabaporã-MT, neste ato

representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, o senhor **SIRINEU MOLETA**, portador do portador do RG nº MG-12.223.800 SSP/MG e CPF nº 505.657.109-15, residente e domiciliado na Rua José Carlos Moreira, s/n°, Centro, município de Tabaporã/MT, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e as empresas, **IVALSOM ANTONIO BORGES – MEI, CNPJ Sob n° 33.872.170/0001-15**, representada pelo seu proprietário o senhor **Ivalsom Antonio Borges**, com sede na Rua Joaquim do Carmo Esteves, nº S/N – CEP. 78.563-000, no Município de Tabaporã - MT, e **JEAN RODRIGO DOS SANTOS – MEI, CNPJ Sob n° 24.551.622/0001-76**, representada pelo seu proprietário o senhor **Jean Rodrigo dos Santos**, com sede na Rua Rio Grande do Sul , nº 1154 – CEP. 78.563-000, no Município de Tabaporã - MT denominadas simplesmente **FORNECEDORES REGISTRADOS**, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar 123/2006, Lei complementar 147/2014, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Tabaporã, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8. 666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

Objeto: A presente Ata tem por objetivo REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO/LOCAÇÃO DE SERVIÇO/HORAS DE CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS PARA O MUNICPIO DE TABAPORÃ - MT**.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1 Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do **PREGÃO PRESENCIAL N° 22/2019** para **Registro de Preços** e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO E PAGAMENTO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.tabapora.mt.gov.br

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvado a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

4.5. É concedido um prazo de 03 (três) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este Município de Tabaporã/MT, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital.

4.6. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as notas fiscais de fatura serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento, que ocorrerá entre os dias **20 e 30** do mês subsequente ao recebimento definitivo dos produtos.

4.6.1. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário/Transferência em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. **Os preços, os fornecedores e as especificações dos Itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:**

5.2. Registro de Preço da empresa **IVALSOM ANTONIO BORGES – MEI**, CNPJ Sob n° 33.872.170/0001-15, com sede administrativa na rua Joaquim do Carmo Esteves s/n°, CEP: 78.563-000 no Município de Tabaporã – MT, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr. **Ivalsom Antonio Borges** residente naJoaquim do Carmo Esteves, CEP: 78.563-000 no Município de Tabaporã – MT.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO/LOCAÇÃO DE SERVIÇO/HORAS DE CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS PARA O MUNICPIO DE TABAPORÃ – MT.

ITEM	QTD	UNID.	CÓD TCE	DURALEX	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	V. UNITÁRIO	V.TOTAL
2	2.000	Horas/ trabalhadas	00026495	98980	SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS - DO TIPO PA CARREGADEIRA, MODELO MINIMO 2015/2016, MOTOR SUPERIOR A 128 HP, PESO OPERACIONAL SUPERIOR A 10.000 KG, CACAMBA DE NO MINIMO 1,90 M³, GABINE FECHADA AR CONDICIONADO, TODAS AS DESPESAS COM OPERADOR E MANUTENÇÃO SERA POR CONTA DA CONTATADA.	R$ 220,00	R$ 440.000,00
Total:							R$ 440. 00,00

5.3. Registro de Preço da empresa **JEAN RODRIGO DOS SANTOS – MEI**, CNPJ Sob n° **24.551.622/0001-76**, com sede administrativa na rua Rio Grande do Sul n°1154, CEP: 78.563-000 no Município de Tabaporã – MT, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr. **JEAN RODRIGO DOS SANTOS**residente naRio Grande do Sul n°1154, CEP: 78.563-000 no Município de Tabaporã – MT.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO/LOCAÇÃO DE SERVIÇO/HORAS DE CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS PARA O MUNICPIO DE TABAPORÃ – MT.

ITEM	QTD	UNID.	CÓD TCE	DURALEX	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	V. UNITÁRIO	V.TOTAL
1	1.000	Horas/ trabalhadas	00023882	98979	SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS DO TIPO RETROESCAVADEIRA COM CARREGADEIRA SOBRE RODAS, TRACAO 4X4, MOTOR DIESEL, POTENCIA MINIMA 75 CV, CAPACIDADE MINIMA DA CACAMBA E CARREGADEIRA 0,70 M, PESO OPERACIONAL MINIMO 6500 KG, PROFUNDIDADE DE ESCAVACAO MINIMA DE 4,00 M, CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO, COM OPERADOR E TODAS AS DESPESAS SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	R$ 100,00	R$ 100.000,00
6	5000	Horas/ trabalhadas	324400-8	98986	SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS - DO TIPO CAMINHAO BASCULANTE COM NO MINIMO 12M³, INCLUINDO AS DESPESAS COM: MOTORISTA; - EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (EP''IS); COMBUSTÍVEL, ÓLEOS LUBRIFICANTES, TRANSPORTE E DEMAIS PEÇAS, MATERIAIS OU ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO (PREVENTIVA E CORRETIVA).	R$ 100,00	R$ 500.000,00
Total:							R$ 600.000,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.tabapora.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Confirmar recebimento das Ordens de Compras (OC) referentes ao objeto do presente Pregão enviados seja por E-mail pelo departamento de compras do no Município de Tabaporã/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Tabaporã /MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra (OC);

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Ordem de Compra.

9.1.16. Entregar em até **06 (seis)** horas após a emissão e recebimento da Ordem de Compras, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na Ordem de Compra (OC).

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer (em) à especificação exigida sera (ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 A contratada deverá disponibilizar a quantidade solicitada de Maquinarios necessários para a realização dos serviços ora demandados que facilitará o desenvolvimento das atividades incumbidas a esta Secretaria de Obras.

10.2 Os Maquinarios dispostos deverão estar em boas condições de uso, a fim de se evitar constantes manutenções ocasionando atrasos nos serviços.

10.3 Cumprimento com o dever das tarefas solicitadas com o total de horas designadas para a conclusão da atividade.

10.5O Maquinarios serão utilizado em serviços diversos tais conforme a necessidade da secretaria.

10.6 O contratado deverá disponibilizar motorista com habilitação para o desempenho das funções, o mesmo deverá ficar disponível durante o horário solicitado pela Secretaria Municipal de Obras, incluindo Sábados, Domingos e feriados se forem necessário.

10.7 O contratado será responsável por todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços contratados, incluindo despesas como encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, isentando integralmente o Município;

10.8 As despesas de manutenção dos Maquinarios, (oficina, pneus, peças de reposição, óleos lubrificantes e combustíveis), e da regularidade fiscal, serão de responsabilidade do contratado.

10.9 Responder e ou indenizar por danos morais e ao patrimônio, público ou de terceiros, decorrentes de sua ação, omissão, dolo, culpa ou negligência, quando da execução do objeto desta solicitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de a Administração Municipal fiscalizar e acompanhar todo o procedimento;

10.10 Informar a Secretaria de Obras, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

10.11 O condutor deverá estar com as obrigatoriedades em dias, satisfazendo os requisitos necessários para com esta solicitação.

10.12 O prazo para inicio da prestação dos serviços será de 01 (um) dia após o recebimento da ordem de serviço emitida pela secretaria competente.

10.13 Os serviços contratados serão realizados tanto na sede, nas areas rurais, Na Gleba Mercedes I e II, Americana do Norte e demais locais deste município e conforme necessidade dasecretaria

10.14 Os serviços serão contratados por hora trabalhada, sendo que cada solicitação será para cada execução de no mínimo 01 (uma) hora de serviço.

10.15 Prestar esclarecimentos que forem solicitados por esta Secretaria, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 1% (Hum por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 1% (Hum por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar o máximo de 10%;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Tabaporã -MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 10º (Décimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

Dotações Orçamentárias constantes do exercício corrente.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Tabaporã/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Tabaporã-MT, em 26 de Agosto de 2019.

	Município de Tabaporã/MT SIRINEU MOLETA Prefeito Municipal	
IVALSOM ANTONIO BORGES – MEI CNPJ Sob n° 33.872.170/0001-15 Ivalsom Antonio Borges Representante		**JEAN RODRIGO DOS SANTOS – MEI** CNPJ Sob n° 24.551.622/0001-76 Jean Rodrigo dos Santos Representante
Edileusa Maria Lolato CPF Sob n° 034.079.511-59 **Testemunha**		**Marilucia Aparecida Martins dos Santos** CPF Sob n° 535.802.491-34 **Testemunha**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 017/2019 – DO 2º PROCESSO ELEITORAL UNIFICADO DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TABAPORÃ/MT

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 017/2019 – do 2º Processo Eleitoral

Unificado de Conselheiros Tutelares de Tabaporã/MT

Julgamento de Pedido de Impugnação

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Tabaporã/MT –CMDCA, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, em reunião realizada no dia 01 de Julho de 2019, instituído pela Lei Municipal nº. 787/2010, c/c 919/2013, torna público o presente Edital Complementar do 2º Processo de Escolha em data Unificada para membros do Conselho Tutelar e Suplentes, do Município de Tabaporã- MT., 2020/2023, aprovado pela **RESOLUÇÃO Nº 001/2019**, expedida pelo CMDCA.

Resolve:

Art. 1º- Divulgar o resultado do Pedido de Impugnação recebido no dia 23 de Agosto de 2019 ás 16:51, no qual decide Acatar, deferindo o pedido de Impugnação solicitado, do candidato (a) com a Inscrição de Número 009/2019, ficando assim excluído do Processo de Eleição.

Art. 2º- Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação;

Tabaporã – MT, 27 de Agosto de 2019.

HANNA PAULA LUDKE

Presidente do Conselho Municipal

Dos Direitos da Criança e do Adolescente

De Tabaporã/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAMAE
CONTRATO N. 16/2019/SAMAE

CONTRATO N. 16/2019/SAMAE

TIPO	Contrato n. 15/SAMAE/2019 – Pregão Presencial n. 29/2019/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.**
CONTRATADA	**JOSÉ PEREIRA DA SILVA FILHO ME, inscrita no CNPJ: 13.541.361/0001-97, localizada na Av. Israel Antunes Marques, n. 694, centro de Denise- MT, CEP 78.380-000, representada pelo Sr. JOSÉ PEREIRA DA SILVA FILHO.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **CONFECÇÃO DE UMA ESTRUTURA METÁLICA BASEADA EM PROJETO EXECUTIVO, COM DETALHAMENTOS ESPECÍFICOS E AQUISIÇÃO DE TALHA ELÉTRICA COM TROLLER, PARA AUXÍLIO DO IÇAMENTO DE BOMBAS, MOTORES E OUTROS EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA TRATADA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA – ETA, DA BACIA DO QUEIMA PÉ, DE GESTÃO PÚBLICA DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA - MT.** Com supedâneo na Lei 8.666/1993 e 10.520/2002. R$ 14.400,00 (Catorze mil e quatrocentos reais).
PRAZO	**Tangará da Serra-MT, 25 de agosto de 2019, com prazo até 25 de fevereiro de 2020.**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO PARCIAL DA ATA DE REGISTRO PREÇO Nº 017/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019

AVISO DE CANCELAMENTO PARCIAL DA ATA DE REGISTRO PREÇO Nº 017/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PLACAS, FAIXAS, BANNERS E CORRELATOS PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações constantes dos Anexos II e Anexo III, parte Integrante do Edital. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA, através do Departamento de Licitação, torna público o cancelamento dos itens: 01,04, 05, 08,09, 10, 11, 13, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 25, 27, 30 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40. **BENEFICIÁRIA**: GLOBALCENTER MERCANTIL EIRELI ME**,** em virtude de inexecução contratual, tendo em vista o descumprimento das obrigações firmadas na ARP nº 017/2019.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente cancelamento, tem amparo legal no Artigo 20, inciso I e II do Decreto Federal nº 7.892/2013, Artigo 43, incido I, alínea"'a", "b" e "c" do Decreto Municipal 258/2003 e ainda, no cláusula Sétima da referida ARP, conforme se depreende dos documentos acostados ao processo Administrativo nº 104/2019, consoante Parecer Jurídico nº 288/PGM/2019 e demais elementos constantes dos autos. Tangará da Serra- MT, 26 de Agosto de 2019. Maria Alves de Souza - Chefe Departamento de Licitação.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PP Nº 069/2019 E PP N° 070/2019

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2019, **Objeto: AQUISIÇÃO DE CONJUNTO SEMAFÓRICO COM INSTALAÇÃO EM VÁRIOS PONTOS DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA,** conforme especificações constantes dos Anexos II e III, deste Edital**.** O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 753 de 26.07.2019, torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual poderá ser acessado na íntegra, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra-MT, 26 de Agosto de 2019. Márcia Dourado Ferreira – Pregoeira.

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2019, **Objeto: REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS PARA SUPRIR DEMANDA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ATIVIDADES PROGRAMADAS DESENVOLVIDAS NA UNIDADE EXPERIMENTAL DA SEAPA E NAS UNIDADES EXPERIMENTAIS PARCEIRAS DA SEAPA – UNEMAT E EMPAER/MT,** conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital**.** O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 753 de 26.07.2019, torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual poderá ser acessado na íntegra, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra-MT, 26 de Agosto de 2019. Dalila Cristian Fernandes da Paz – Pregoeira.

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2019/ SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagrou como vencedora no Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2019/SAMAE**, referente a **ONFECÇÃO DE UMA ESTRUTURA METÁLICA BASEADA EM PROJETO EXECUTIVO, COM DETALHAMENTOS ESPECÍFICOS E AQUISIÇÃO DE TALHA ELÉTRICA COM TROLLER, PARA AUXÍLIO DO IÇAMENTO DE BOMBAS, MOTORES E OUTROS EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA TRATADA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA – ETA, DA BACIA DO QUEIMA PÉ, DE GESTÃO PÚBLICA DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA - MT,** a empresa: **TECMASTER ASSISTÊNCIA TÉCNICA E VENDAS ME, CNPJ: 13.541,361/0001-97.**

Tangará da Serra/MT, 26 de Agosto de 2019.

Edinéia Gonçalves de Souza Vieira

Membro de Apoio/Licitação/SAMAE

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019/SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagrou como vencedora no Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2019/SAMAE**, referente a **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) TRANSFORMADOR TRIFÁSICO DE 500KVA 15KV 380/220V, PARA SER UTILIZADO NA ETA-ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA/QUEIMA PÉ,** a empresa **SMX INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS**

Tangará da Serra/MT, 26 de Agosto de 2019.

Edinéia Gonçalves de Souza Vieira

Membro de Apoio/Licitação/SAMAE

SEPLAN/COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTOS
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PUBLICA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL -2020

CONVITE

O Excelentíssimo Senhor **Fábio Martins Junqueira**, Prefeito Municipal de Tangará da Serra-MT em cumprimento ao disposto no Parágrafo Único do Artigo 48 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), vem convidar Vossa Senhoria para participar da **Audiência Pública de elaboração e discussão do Projeto de Lei da LOA – Lei Orçamentária Anual que estima a receita e fixa a despesa do município de Tangará da Serra para o Exercício Financeiro 2020**, a ser realizada no Centro Cultural Pedro Alberto Tayano Filho, Av. Brasil, 376-E, Centro, **no dia 28 de agosto do corrente ano, com início às 19:00 horas.**

Sem mais para o momento, esperando contar com vossa imprescindível presença, antecipo desde já o meu agradecimento.

Atenciosamente,

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 34/2019/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 34/2019/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 34/SAMAE/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N. 26/2019/SAMAE (Ata de Registro de Preços)
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.**
CONTRATADA	**SMX - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP,** inscrita no CNPJ: 18.112.654/0001-72, localizada na Rua Francisco Fazio, 314-J, Piratininga, Osasco – SP, CEP 06.233-100, representada pelo Sra. **MARIA DO CARMO AMARAL PEREIRA**.
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) TRANSFORMADOR TRIFÁSICO DE 500KVA 15KV 380/220V, PARA SER UTILIZADO NA ETA-ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA/QUEIMA PÉ.** Com supedâneo na Lei 8. 666/93 e Lei 10.520/02. R$ 26.650,00 (Vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta reais).
PRAZO	**Tangará da Serra-MT, 26 de agosto de 2019, com prazo até 26 de agosto de 2020.**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
COMISSÃO ELEITORAL - SERRAPREV - 2019 DECRETO Nº 165, DIVULGA O RESULTADO DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

COMISSÃO ELEITORAL– SERRAPREV – 2019 DECRETO Nº 165, DE 12 DE JUNHO DE 2019 Processo Administrativo nº 004/SAD/2019 -DIVULGA O RESULTADO DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS.A Comissão Eleitoral torna público que foram analisadas e homologadas as seguin-

tes candidaturas ao Cargo de Diretor Executivo do SERRAPREV: **LAURA PEREIRA, LETÍCIA GRAZIELLA TEIXEIRA NUNES e ELAINE CRISTINA S. MORAES.** Tangará da Serra aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove. **Edirson José Oliveira -** Presidente da Comissão Portaria 165/2019.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE REABERTURA – 3ª CHAMADA CONCORRÊNCIA Nº 002/2019

AVISO DE REABERTURA – 3ª CHAMADA CONCORRÊNCIA Nº 002/2019. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, através do Presidente da CPL, nomeado pela Portaria nº 753/GP/2019 de 26.07.2019, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia: **27 DE SETEMBRO DE 2019** às **08:00 horas,** nas dependências da Prefeitura, localizado à Avenida Brasil, nº 2.351-N, Jardim Europa, na modalidade: **CONCORRÊNCIA**, do tipo: **MENOR PREÇO,** com empreitada: **GLOBAL**, para a: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AGENTES DE DEGRADAÇÃO, PREPARO DO TERRENO, PLANTIO DAS MUDAS, CONTROLE FITOSSANITÁRIO, CERCAMENTO DAS APPs (ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE) E PLACAS INDICATÓRIAS DA OBRA PARA O MUNICÍPÍO DE TANGARÁ DA SERRA-MT**, **EM ATENDIMENTO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA DO CÓRREGO FIGUEIRA REFERENTE AO PROJETO PARQUE LINEAR ÀS MARGENS DO CÓRREGO FIGUEIRA,** para atender demanda desta Secretaria, mediante **Contrato de Repasse OGU nº 0352655-50/2011,** conforme planilha orçamentária, cronograma físicofinanceiro, memorial descritivo, projeto básico e demais anexos do edital, consoante as disposições da Lei n.º 8.666/93. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **27 de Agosto de 2019**, através do Site HTTP://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Serviços/Licitações. Tangará da Serra-MT, 26/08/2019. Marcio de Oliveira Lopes – Pregoeiro / Presidente da CPL.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ADIAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2019

ADIAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2019, do tipo: **MENOR PREÇO POR LOTE,** objetivando o: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE KIT ESCOLAR PARA PRÉ ESCOLA, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICIPIO**,conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, p**arte Integrante do Edital,** regida pela Lei nº 10.520/2002, regulamentada internamente pelos Decretos Municipais nº 258/GP/2003 e 182/GP/2004 e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, além das demais normas pertinentes e das condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através **dos(a) Pregoeiros(a), nomeados(a)** pela Portaria nº 753/GP/2019 de 26.07.2019, torna público aos interessados que, considerando pedidos de esclarecimento em análise, serão feitas readequações no referido edital. Considerando que tais alterações influenciam na elaboração de propostas, o certame acima, cuja data de abertura das Propostas Comercias e documentos habilitatórios, estava marcada para o dia **02 DE SETEMBRO DE 2019, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, a Licitação, torna-se **ADIADO "SINE DIE".** O edital retificado estará disponível para acesso dos interessados, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4831/4809. Tangará da Serra-MT, 26 de Agosto de 2019. Jociane Cristina de Lima – Pregoeira.

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - CONVITE Nº 002/2019/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que o Procedimento Licitatório na Modalidade **CONVITE Nº. 002/2019/SAMAE**, referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE REFORMULAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MIGRAÇÃO DE BANCO DE DADOS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, ADAPTATIVA E EVOLUTIVA, HOSPEDAGENS, SUPORTE TÉCNICO, CONTAS E-MAILS E TREINAMENTO DE PESSOAL PARA O WEBSITE OFICIAL E OUVIDORIA ONLINE PARA O SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA – SAMAE ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO EXCLUSIVO DO SAMAE,** a empresa **M.P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB EIRELI-ME, CNPJ: 14.728.004/0001-03.**

Tangará da Serra/MT, 26 de Agosto de 2019.

Edinéia Gonçalves de Souza Vieira - Setor de Licitação do SAMAE

SAMAE
ATA DE REGISTRO N. 28/2019/SAMAE

ATA DE REGISTRO N. 28/2019/SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL N. 21/2019

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICACÃO

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Assessoria Jurídica, torna público para conhecimento dos interessados, considerando o Aviso de Publicação da **Ata de Registro de Preços n. 28/2019** da Empresa **GUERREIRO FILHO E CHAVES LTDA**, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA OS DEPARTAMENTOS DO SAMAE,** publicado no jornal Diário da AMM em 21/08/2019 folha n. 447. Resolve **RETIFICAR** o valor no seguinte aspecto: Onde se lê **"R$ 167.180,50 (Cento e sessenta e sete mil, cento e oitenta reais e cinquenta centavos)"**, leia-se: **"R$ 62.065,00 (Sessenta e dois mil e sessenta e cinco reais).**

Tangará da Serra/MT, 26 de agosto de 2019.

Lucilo dos Santos Júnior

Assessor Jurídico do SAMAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 13/2019

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.978.212/0001-00, sediado na Av. Clóves Felício Vettorato, nº 101, centro em Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado por sua Advogada Municipal, a Dra. Aline Alencar de Oliveira, OAB/MT 16.037, com domicílio no endereço indicado ao rodapé.

NOTIFICADO(A): EMPRESA CORDEIRO E BATISTA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 13.344.554/0001-58, com sede a Rua Piauí, nº 229, Sala B, Bairro Dom Giocondo, CEP 69900-321, Rio Branco/AC, através de seu representante legal o Sr. **NEUDÉCIO CORDEIRO BATISTA;**

O notificante, supra qualificado, desejando prover a conservação e ressalva de seus direitos, bem como manifestar intenção de modo formal e prevenir responsabilidade, pela via Extra Judicial, vem apresentar a presente:

NOTIFICAÇÃO

A Empresa notificada foi vitoriosa no Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial nº 29/2018, a fim de fornecer material gráfico, conforme especificações e condições constantes no termo de referência.

Em 09/07/2019, via NAD nº 428/2018, foram requeridas mercadorias, porém, nunca chegaram a ser entregues a Secretária de Saúde deste Município.

Inúmeras vezes tentaram entrar em contato com o proprietário, Sr. Neudécio, via e-mail e telefone, porém, não obteram êxito.

Dessa forma, a empresa ora notificada, injustificadamente vem desrespeitando a entrega dos materiais (realizada a entrega de materiais somente uma vez), bem como vem entregando produtos em desconformidade com os padrões de qualidade descritos no processo licitatório, o que sujeita a empresa às penalidades descritas no item 20 e seguintes do edital, quais sejam:

20.1. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº. 8666/93;

20.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

20.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços contratrados, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

Assim, considerando os descumprimentos mencionados, devidamente certificado pelo fiscal de contrato, **NOTIFICAMOS** a Licitante para efetuar a entrega dos produtos de acordo com os estritos termos do processo licitatório, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias, nos termos do edital, contados do recebimento deste, sob pena de aplicação das penalidades supracitadas.

Asseveramos que o não atendimento do prazo ora estabelecido implicará na *imediata tomada de medidas Administrativas e Judiciais*, arcando a **NOTIFICADA** com as despesas dela decorrentes, além das custas judiciais e honorários advocatícios.

Terra Nova do Norte/MT, 08 de agosto de 2019.

Aline Alencar de Oliveira

Procuradora Municipal

OAB/MT 16.037

CONTRATOS
EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 61/2019.

***PREFEITURA* MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT**

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 61/2019.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 210/2019 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 81/2019 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 61/2019, TEVE COMO OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TERRA NOVA DO NORTE-MT/MT, BELAFORTE COMERCIAL LTDA, MATHIC DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE LIMPEZA HIGIENE E ESCRITORIO EIRELI, MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI, RG DA PAZ EIRELI – EPP, UTILISSIMA COMERCIO E VARIEDADES LTDA – ME, WALERIA DOS S CORDEIRO EIRELI - ME.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 26 DE AGOSTO DE 2019.

ELIZANGELA AZEVEDO SPULDARO

PREGOEIRA/OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
DECRETO 031/2019, DE 02 DE AGOSTO DE 2019.

DECRETO 031/2019, DE 02 DE AGOSTO DE 2019

Atualiza a tabela do Decreto n-°003 de 22 de janeiro de 2007, Decreto nº004/2017, de 02 de janeiro de 2017.

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA INÊS MORAES MESQUITA COELHO, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TORIXORÉU-MT, no uso de suas das atribuições conferidas pela alínea "a" do inciso I do artigo 120 da Lei Orgânica de Torixoréu — MT, o disposto na Lei n-° 765/2006, atualizada pelo Decreto n°003/2007, de 22 de janeiro de 2007, Decreto nº004/2017, 02 de janeiro de 2017;

CONSIDERANDO que o valor das diárias concedidas aos agentes políticos, servidores etc., foi atualizado no ano de 2017, portanto encontra-se parcialmente condizente para fins de custeio das despesas realizadas a serviço fora do Município;

CONSIDERANDO o aumento vertiginoso dos custos de alimentação, deslocamento e pernoite na rede hoteleira em geral, praticamente inviabiliza qualquer deslocamento ou mesmo obriga os gestores a buscar saídas inadequadas ao serviço público;

CONSIDERANDO ainda, levantamento feito pela Secretaria de Administração e Finanças, concluiu que tais valores estão totalmente defasados pela inflação que no período alcançou 84,78(oitenta e quatro vírgula setenta e oito por cento), segundo INPC — Geral.

CONSIDERANDO que a época da edição do decreto nº004/2017, houve uma falha de redação, deixando de explicitar o valor de diárias a serem concedidas ao chefe de gabinete, bem como, a outros cargos comissionados desta Municipalidade.

DECRETA:

Artigo 1°- Fica atualizada a tabela de diárias descrita no Anexo I do Decreto Municipal n°004, de 02/01/2017, cujos valores serão assim fixados, conforme o cargo ocupado pelo beneficiário:

I – Prefeito e Vice Prefeito

a) Dentro do Estado – R$1.000,00

b) Fora do Estado – R$1.300,00

c) Diária sem pernoite – R$500,00

II – Secretários Municipais, Procurador e Chefe de Gabinete

a) Dentro do Estado – R$500,00

b) Fora do Estado – R$750,00

c) Diária sem pernoite – R$250,00

III – Coordenadores, Diretores Chefes de Seção, Chefe de Departamento, Chefe de Setor, Assessor Jurídico e demais Assessores Técnicos (comissionados) e demais funcionários e Servidores:

a) Dentro do Estado – R$250,00

b) Fora do Estado – R$250,00

c) Diária sem pernoite – R$125,00.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso, revogando todas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita do Município de Torixoréu - MT, 02 de agosto de 2019.

INÊS MORAES MESQUITA COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PORTARIA Nº 128/2019

Declara aprovada no Estágio Probatório e eleva o nível da servidora vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relacionada no anexo único desta Portaria e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e respaldado pelo artigo 29, da Lei Complementar Nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de União do Sul – MT), e pelos arts. 33 e 36 da Lei nº 551 de 28/11/2014;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovada no estágio probatório e declarada estável a servidora concursada vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relacionada e identificada no Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º - Em decorrência da aprovação no estágio probatório, a servidora fara jus à progressão de nível e classe, conforme o cargo, na forma do Anexo XI da Lei nº 551/2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 27 de agosto de 2019.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Portaria nº 128/2019)

TABELA DE PROGRESSÃO DE NÍVEL DE PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO EFETIVA,

LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(LEI Nº 551, DE 28/11/2014)

				Enquadramento Inicial			ENQUADRAMENTO 2019		
Mat.	Servidor	Cargo	Admissão	Data Base	Classe	Nível	Data	Classe	Nível
1031	JÉSSICA FRANCIELI GONÇALVES DUARTE GUARDA	PROFESSORA GRADUADA - 20 H.	10/02/2012	2012	C	2	10/02/19	C	3

TABELA DE PROGRESSÃO DE NÍVEL DE PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO EFETIVA, APROVADA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO E LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(LEI Nº 551, DE 28/11/2014)

				Enquadramento Inicial			ENQUADRAMENTO 2019		
Mat.	Servidor	Cargo	Admissão	Data Base	Classe	Nível	Data	Classe	Nível
1340	JÉSSICA FRANCIELI GONÇALVES DUARTE GUARDA	PROFESSORA GRADUADA - 20 H.	19/02/2015	2015	B	1	26/08/19	B	2

Visto:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: V Termo Aditivo ao Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público, sob nº 16/2017.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Aparecida Matildes Trabuco de Souza– CPF: 226.549.948-05.

Cargo/função: Zeladora, vinculada à Secretaria Municipal de Administração.

Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência do contrato original para até a data de01 de Outubro de 2019, por motivo de licença saúde (INSS).

Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas (itens) do contrato de servidor por tempo determinado e excepcional interesse público sob nº 16/2017, celebrado entre as partes em 09/02/2017 e prorrogado pelo Ato nº 01/2017 de 27/12/2017, bem como do I Termo Aditivo de 19/03/2018, do II Termo Aditivo de 30/04/2018, do III Termo Aditivo de 30/05/2018 e do IV Termo Aditivo de 02/08/2018, que não contrariarem o presente termo aditivo.

Data assinatura do V Termo Aditivo: 02/08/2019.

Signatários:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

APARECIDA MATILDES TRABUCO DE SOUZA

Contratada.

PORTARIA Nº 125/2019

Dispõe sobre designação de servidora para o cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Educação e Cultura.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar, a servidora FABIANI BOLSON ZAMBONIN, efetiva no cargo de Professora Graduada 20 h/s, portadora do RG nº 4.389.519 SSP/SC e do CPF nº 002.919.051-70, para exercer o cargo de provimento em comissão de *Secretária Municipal de Educação e Cultura*, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura e subordinada ao Prefeito Municipal.

Parágrafo Único – A servidora perceberá o subsídio fixado pela Lei nº 624, de 20 de setembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 26 de agosto de 2019.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 129/2019

Concede Incentivo Financeiro referente ao Segundo Ciclo do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB) aos servidores que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e embasado no art. 3º do Decreto Municipal Nº 1.138 de 19 de fevereiro de 2018 (Segundo Ciclo do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB);

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, aos Profissionais da Saúde relacionados no Anexo Único desta Portaria, os Incentivos Financeiros do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), com seus respectivos valores, na forma regulamentada pelo Decreto Nº 1.138 de 19 de fevereiro de 2018.

Parágrafo Único. Os incentivos do PMAQ-AB mencionados no Anexo Único desta Portaria serão pagos na folha salarial do mês de agosto de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 27 de agosto de 2019.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Portaria nº 129/2019)

RELAÇÃO DE SERVIDORES BENEFICIÁRIOS DO INCENTIVO PMAQ-AB:

NOME	CPF	CARGO	VALOR R$
TALITA STELLA	024.229.121-09	ENFERMEIRA	254,54
DABILLA DE OLIVEIRA PRATTES	035.691.041-50	ENFERMEIRA	254,54
ELENIR DOS SANTOS FERRAREZE	743.962.509-91	TÉCNICA DE ENFERMAGEM	254,54
TATIANE BALDISSERA DO SANTOS SOUZA	000.133.831-59	TÉCNICA DE ENFERMAGEM	254,54
NADIA CRISTINA DE CAMPOS TANAMATI	907.831.741-87	ODONTÓLOGA	254,54
MARISA MAAS	048.162.581-08	AUXILIAR CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	254,54
RAQUEL LINKE	046.402.751-96	ODONTÓLOGA	254,54
LUCIMARA BEMBEM MIRANDA	020.687.641-64	AUXILIAR CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	254,54
ANA PAULA DE SOUSA CUNHA	043.868.621-70	TÉCNICA DE ENFERMAGEM	254,54
GILCIANE DE SOUSA FERREIRA	036.839.091-88	TÉCNICA DE ENFERMAGEM	254,54
MICHELINE PEREIRA DE SOUZA	059.912.554-31	ACS (Agente Comunitário de Saúde)	254,54
LEDIANE BOTÃO DOS SANTOS	009.930.871-16	ACS (Agente Comunitário de Saúde)	254,54
LUCIANA SILVA ABREU MARINHO	018.929.393-47	ACS (Agente Comunitário de Saúde)	254,54
GISLENE FERREIRA DA SILVA COSTA	723.497.603-59	ACS (Agente Comunitário de Saúde)	254,54
ELISANGELA LEMES DE ALMEIDA	036.436.051-88	ACS (Agente Comunitário de Saúde)	254,54
ANGELA MARIA DE SOUZA	016.496.541-62	ACS (Agente Comunitário de Saúde)	254,54
LUCIMARA PORFILHO DOS SANTOS	056.239.571-70	ACS (Agente Comunitário de Saúde)	254,54
JAQUELINE DA SILVA MACIEL	036.839.121-38	ACS (Agente Comunitário de Saúde)	254,54
CLARICE DO NASCIMENTO	010.624.611-93	ACS (Agente Comunitário de Saúde)	254,54
MARIA LUCIA FERNANDES DE SOUZA	957.146.181-49	ZELADORA	254,54
JOSEANE LUSTOSA	018.876.491-74	ZELADORA	254,54
MISLENE PATRICIA DOS SANTOS	048.252.671-81	ZELADORA	254,54
ANTONIO FLORÊNCIO DE SOUZA	766.990.301-59	CONDUTOR DE VEÍCULO EMERGENCIAL	254,54
ELAINE LEMES DE ALMEIDA	032.743.031-49	TÉCNICA DE ENFERMAGEM	254,54

Visto:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 127/2019

Revoga na íntegra a Portaria nº 124/2019 de 23/08/2019 e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul, e considerando razões de conveniência administra;

R E S O L V E:

Art. 1º - Por força desta Portaria, fica revogada na íntegra a Portaria nº 124/2019 de 23 de agosto de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito a 23 de agosto de 2019.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 26 de agosto de 2019.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.217, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

Nomeia Presidente do Fundo Municipal de Educação de União do Sul - FMEUS, e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Lei Municipal nº 685 de 05 de junho de 2018, que dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Educação de União do Sul - FMEUS;

Considerando a necessidade de promover a continuidade das ações patrocinadas pelo Fundo Municipal de Educação de União do Sul;

Considerando também a Portaria Conjunta STN/FNDE Nº 2, de 15 de janeiro de 2018;

Considerando ainda o interesse público e as metas da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora FABIANI BOLSON ZAMBONIN, brasileira, maior, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.389.519 SSP/S e inscrita no CPF sob nº 002.919.051-70, residente e domiciliada em União do Sul - MT, para exercer a função de Presidente do Fundo Municipal de Educação de União do Sul - FMEUS, podendo atuar como ordenadora de despesas e gerir as necessidades do Fundo conforme estabelece a Lei Municipal nº 685, de 05 de junho de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se o Decreto nº 1.149, de 05 de junho de 2018, e demais disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, Estado de Mato Grosso, em 26 de agosto de 2019.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

TERMO DE EXTINÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - TERMO N° 34/2019

Dispõe sobre a extinção, por decurso de prazo, do Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público sob N° 17/2019, de 03/01/2019.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o art. 13 e parágrafo único da Lei 437, de 27/02/2012;

RESOLVE:

I - Fica declarado extinto, na data de 23 de agosto de 2019, por decurso de prazo, o Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público sob nº 17/2019, de 03 de janeiro de 2019, do servidor TIAGO PANSERA DA SILVA, contratado ao cargo de Gari – jornada de 40H semanais, vinculado à Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento.

II - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 26 de agosto de 2019.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 126/2019

Designa profissional do magistério para Função de Confiança e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a Professora Pedagoga Sra. JÉSSICA FRANCIELI GONÇALVES DUARTE, portadora do RG nº 1.830.367-6 SSP/MT e do CPF nº 014.980.151-31, para exercer em caráter de confiança, a função de *Diretora da Creche Municipal Santo Anjo*, percebendo o vencimento de seu cargo efetivo, acrescido de gratificação de função de 20% (vinte por cento), conforme disposto no inciso II, do parágrafo único do artigo 74, da Lei nº 551 de 28 de novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 26 de agosto de 2019.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

DECRETO Nº 42/2019

"Dispõe sobre a CRIAÇÃO do

CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE,

e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos-MT, Srº ***GERALDO MARTINS DA SILVA***, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Leis especificas:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica Decretado a criação do **CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**.

CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

PRESIDENTE:

POLIANE JORGINA FREITAS RG: 1228653-2 SSP/MT CPF: 870.308.371-34

VICE-PRESIDENTE:

JOSIANE MAYARA DOS SANTOS FREITAS RG: 17123500 SSP/MT CPF: 004.848.161-01

SECRETARIA:

SÔNIA RUBIO DA ROCHA RG: 18.891.094 SSP/MT CPF: 142.025.678-54

PODER EXECUTIVO – GOVERNAMENTAL

REPRESENTANTE MEIO AMBIENTE

ü POLIANE JORGINA FREITAS RG: 1228653-2 SSP/MT

CPF: 870.308.371-34

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE OBRA

ü LUZIA ALINE DA SILVA BEIJO GOMES (T) RG: 19652445 SSP/MT CPF: 024.667.201-32 ü ANA MARIA JESUS SILVA (S) RG: 2266554-4 SSP/MT CPF: 046.614.591-80

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ü ENIO REGINALDO FERREIRA DE SANTANA (T) RG: A686077 CAU/MT

CPF: 916.411.521-68

ü ANGELICA OLIONI DOS SANTOS (S) RG: 1053269-2 SSP/MT

CPF: 810.122.251-00

REPRESENTANTE SECRETARIA DE SAÚDE

ü FABIOLA MONTEIRO DE ARAUJO (T) RG: 2092102-0 SSP/MT

CPF: 047.339.851-69

ü FLAVIA FERNANDA MIRANDA (S) RG: 42.906.602-8 SSP/S

CPF: 425.760.848-00

PODER LEGISLATIVO NÃO GOVERNAMENTAL

REPRESENTANTE DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

ü SONIA RUBIO DA ROCHA (T) RG: 18.891.094 SSP/SP CPF: 142.025.678-54 ü VALMIRO BORGES GONÇALVES (S) RG:682 921S-SP/SP CPF: 469.125.331-91 **REPRESENTANTE SOCIEDADE CIVIL**

PRESIDENTE DO CONSELHO M. DOS IDOSOS

ü JOSIANE MAYARA DOS SANTOS FREITAS RG: 17123500 SSP/MT

CPF: 004.848.161-01

REPRESENTANTE ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES

ü MARIAMA DE ALMEIDA RG:433591 SSP/MT

CPF: 489.851.201-15

REPRESENTANTE DO COMERCIO

ü ALBERTO VILLA GONÇALVES LOPES RG: 21402389 SSP/MT

CPF: 036.347.901-56

ü KIDIONE PENHA ARAÚJO RG: 001.854.908 SSP/MS

CPF: 703.652.001-90

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em VALE DE SÃO DOMINGOS/MT, 23 AGOSTO 2.019.

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 40/2019

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar as seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10.520. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 40/2019; OBJETO: Aquisição de Combustíveis e derivados de petróleo, com fornecimento continuo e fracionado, conforme demanda, por um período de 12 (doze) meses para atender as necessidades de diversas Secretarias Municipais do Município de Vale de São Domingos-MT. DATA DE ABERTURA:10/09/2019 AS 08:00. O Edital completo poderá ser obtido junto a Comissão Permanente de Licitação, das 07:00 às 11:00 e 13:00 às 17:00 horas no Departamento de Licitações ou no site www.valedesaodomingos.mt.gov.br, maiores informações pelos telefones (65) 3268 1058/1140.Vale de São Domingos – MT, 26 de Agosto de 2019. Edinaldo Ferreira de Santana Presidente Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS CONCURSO PÚBLICO N. 01/2019 EDITAL COMPLEMENTAR N. 11/2019

CONCURSO PÚBLICO N. 01/2019

EDITAL COMPLEMENTAR N. 11/2019

O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso e a Comissão Organizadora do CONCURSO PÚBLICO n. 01/2019, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, as provas objetivas realizadas no dia 28/07/2019.

RESOLVEM:

1º - Em atendimento ao Cronograma do**CONCURSO PÚBLICO n. 01/2019**, **item 4, "R",** da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, **DIVULGAR o Resultado Geral das Provas Objetivas** realizadas em 28/07/2019, conforme Anexo I deste Complementar, conforme segue:

a) **ANEXO I – RESULTADO DOS CARGOS SOMENTE COM PROVAS OBJETIVAS;**

b) **ANEXO II – RESULTADO DOS CARGOS COM PROVA OBJEITA + PRÁTICAS E ESFORÇO FISÍCO.**

2º - Nos termos do item 13 e seus subitens, do Edital de **CONCURSO PÚBLICO** n. 01/2019, da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, fica em vigência o prazo legal de recursos quanto ao conteúdo deste Edital Complementar a partir de sua publicação.

3º - Este Edital Complementar e seu Anexo ficarão à disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT e no endereço eletrônico: **www.valedesaodomingos.mt.gov.br**, a partir da data.

Vale de São Domingos – MT, 26 de agosto de 2019.

GERALDO MARTINS DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL	**NATIELLE MACEDO MAIA** PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA
MARIA CRISTINA GOMES MEMBRO	**EDIVALDO FERREIRA DE SANTANA** MEMBRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº 849/2019

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**LAUREANE ORRO DE CAMPOS XAVIER SIQUEIRA**
MATRICULA	26732
CARGO	Técnico de Nível Superior
PROCESSO N°	610539/2019
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QUINQUÊNIO	**30.06.2014/2019**
PERÍODO DE GOZO	02.09.2019 à 01.10.2019

SERVIDOR	**ANTÔNIO APARECIDO DA SILVA**
MATRÍCULA	4054
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	595141/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**01.06.2013/2018**
PERÍODO DE GOZO	04.09.2019 à 02.12.2019

SERVIDOR	**MARIA CRISTINA DE ARRUDA LIMA PAULA**
MATRICULA	32146.
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	600148/2019
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QÜINQÜÊNIO	**15.01.2014/2019**
PERÍODO DE GOZO	09.09.2019 à 08.10.2019

SERVIDOR	**MARYELE MAYUMI TSUNEDA**
MATRICULA	86839
CARGO	Auditor Municipal
PROCESSO N°	518051/2018
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	09.09.2019 à 23.10.2019; 02.12/2019 à 15.01.2020

SERVIDOR	**KATIANE FERREIRA LOPES**
MATRICULA	84098
CARGO	Técnico Desenvolvimento Educacional
PROCESSO N°	451073/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	21.09.2019 à 19.12.2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 26 de Agosto de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº 089/2019

PORTARIA Nº 089/2019

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE – MT.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

Em conformidade com a Lei nº 2.613/2003, Art.4º, III, seguindo o Parecer Jurídico do Procurador Chefe nº 109/2019/JUR/DAEVG.

CONTRATO	SERVIDORES	PERÍODO		CARGO	FINALIDADE DO CONTRATO
Nº		INICIO	TÉRMINO	CARGOS/PERFIL	CONTRATO
2292/01	JUCILEI SANTANA ALVES	19/08/2019	19/08/2020	AGENTE DE SANEAMENTO/TELEMARKETING	PRESTAÇÃO SERVIÇO
2293/01	LUANA CAROLINY DIAS	20/08/2019	20/08/2020	AGENTE DE SANEAMENTO/TELEMARKETING	PRESTAÇÃO SERVIÇO
2294/01	ANA FLÁVIA DE ARRUDA	14/08/2019	14/08/2020	AGENTE DE SANEAMENTO/TELEMARKETING	PRESTAÇÃO SERVIÇO

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 26 de Agosto de 2019.

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

Diretor Presidente DAE/VG.

RESOLUÇÃO Nº 017/2019

O Conselho Municipal de SAÚDE de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1.291 de 13 de maio de 1993.

Considerando o art. 198, inciso III da Constituição da Republica, o que prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde – SUS.

Considerando a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e a Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, as quais regulamentam o Sistema Único de Saúde – SUS- e o controle social no âmbito da saúde, respectivamente;

Considerando a Lei Municipal nº 1.291 de 13 de maio de 1993 que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providencias;

Considerando o disposto do inciso V do artigo 20 Regimento Interno do CMS;

Considerando o disposto do parágrafo primeiro do artigo 5ªdo Regimento Interno deste Órgão Colegiado;

Considerando as deliberações do Plenário do CMS, em sua reunião ordinária de 15 de Agosto de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a convocação, o cronograma, bem como as normas eleitorais da eleição para escolha dos integrantes da Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Saúde, para o biênio 2019/2021.

Parágrafo Primeiro - O Cronograma de que trata o caput será o seguinte:

1) 19 a 26 de Agosto – Inscrição de chapas;

2) 27 de Agosto – Impugnações;

3) 28 de Agosto – Apresentação de recursos;

4) 29 de Agosto – Apreciação dos recursos pela Comissão Eleitoral;

5) 30 de Agosto – Divulgação das chapas aptas a serem votadas;

6) 11 de Setembro – Eleição.

Parágrafo Segundo – Fica definido que será considerado o horário das 08:00 as 16:00h para o cumprimento do Cronograma previsto no parágrafo anterior.

Paragrafo Terceiro – somente votará no dia da Eleição, os Conselheiros Titulares e na sua ausência o seu suplente, devidamente cadastrado e com o nome na lista de votação em posse da Comissão Organizadora.

Parágrafo Quarto – Para a condução da eleição de que trata o caput fica eleita a comissão eleitoral, com a seguinte composição:

1) Diney Ribeiro Campos;

2) Georgina Defensora da Silva;

3) Jair Rodrigues de Barros;

4) Marcelo Mayer Lira.

Art. 2º -Estarão aptos a concorrer à eleição de que trata o artigo anterior, todos os conselheiros titulares do CMS, com mandato vigente, independente do segmento a que pertença.

Parágrafoúnico – Aos conselheiros eleitos para a Diretoria Executiva fica garantido o direito de posse, respeitadas as disposições da resolução CNS nº 453/2012.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor a partir de sua publicação.

Sala das deliberações do Conselho Municipal de Saúde de Várzea Grande, 15 de Agosto de 2019.

Guilherme da Silva Queiroz

Presidente do CMS/VG

Homologação:

Homologo a Resolução nº 017/2019 do CMS/VG

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 848/2019

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**JOSELINA CAMPOS SCHUBERT**
MATRICULA	24353
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	392028/2016
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**01.06.2010/2015**
PERÍODO DE GOZO	15.09.2019 à 13.12.2019

SERVIDOR	**ANTONISE MARIA DE BARROS OLIVEIRA**
MATRÍCULA	4515
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	194388/2013
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**15.02.2007/2012**
PERÍODO DE GOZO	15.09.2019 à 13.12.2019

SERVIDOR	**ADILA DOS SANTOS BENEVIDES CORDEIRO**
MATRICULA	100804
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	591799/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**02.04.2014/2019**
PERÍODO DE GOZO	16.09.2019 à 14.12.2019

SERVIDOR	**FLAVIA MORAES UMENO**
MATRICULA	16586
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	450873/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	16.09.2019 à 14.12.2019

SERVIDOR	**GILSON BENEDITO DA SILVA**
MATRICULA	17816
CARGO	Fiscal Municipal
PROCESSO N°	242428/2014
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QÜINQÜÊNIO	**08.04.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	16.09.2019 à 15.10.2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 26 de Agosto de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Várzea Grande – MT, de 20 de agosto de 2019.

OFÍCIO Nº 1187/2019/GAB/SMECEL/VG/MT

De: Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande/MT,

Sr. Silvio Aparecido Fidelis

Assunto: *Considerações a Concorrência Pública 08/2018, na modalidade MENOR PREÇO POR LOTE, sob o regime de execução indireta de empreitada por preço global, cujo objeto é a Contratação de empresa capacitada em execução de obra, para a realização de reforma, reparos e manutenção de 6 Unidades Escolares e na reforma e revitalização do Ginásio Poliesportivo "Jorge Mussa"***.**

A **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE/MT**, por seu agente signatário, infrafirmado[1], no uso de suas atribuições, visando a melhoria dos serviços públicos e relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, vem por meio deste;

Considerando o Processo n° 12.965-8/2019, acerca da Representação de Natureza Externa, com pedido de medida cautelar, formalizada pela Empresa Alcance Construtora e Incorporadora LTDA EPP em desfavor da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande, em razão de possíveis irregularidades no Edital da Concorrência Pública 08/2018.

Considerando que a referida representação busca a suspensão do referido edital, pois os representados teriam indevidamente inabilitado e desclassificado 8 licitantes, resultando em restrição indevida na competitividade do Certame e com a consequente ocorrência de danos ao erário.

Considerando que nos autos da Representação, em consonância com a Equipe Técnica do TCE, a Conselheira Relatora entendeu que a Comissão Permanente de Licitações agiu com extremo rigor ao desclassificar 8 empresas no certame, principalmente por situações que deveriam ser sanadas mediante diligência. Ademais, entendeu-se também que todos os lotes foram vencidos por licitantes que não apresentaram o menor preço, mas que só conseguiram vencer o certame, em razão das desclassificações indevidas de outras licitantes.

Considerando que o TCE/MT destacou que, no presente caso, o procedimento licitatório trata de obras que são indispensáveis a população, pois visam melhorar a qualidade de ensino da cidade de Várzea Grande/MT e, em razão disso, entendeu que a suspensão do certame na presente data poderá trazer um dano ainda maior a população e para administração, tendo em vista que as obras poderão ser concluídas rapidamente, em 120 dias, no atual período da seca, conforme Relatório Técnico da SECEX.

Considerando ainda que o TCE/MT verificou que o suposto montante de R$ 52.160, 99, além de representar aproximadamente 2% do contrato, excedeu somente R$ 2.160,99 do valor de alçada para instauração de Tomada de Contas, nos termos da Resolução 27/2017-TP, que atualizou a R. 24/2014-TP.

Considerando que no julgamento do mérito da respectiva Representação, caso confirmado às irregularidades, além de instauração de Tomada de Contas para ressarcimento, os autos serão encaminhados ao Ministério Público Estadual para providências cabíveis.

Considerando que em relação a Concorrência Pública 08/2018, a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de VG/MT informou da ciência dos apontamentos e enviou, através do ofício n° 1061/2019/SMECEL-VG/MT, manifestação sobre as irregularidades apontadas, para análise do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Considerando que Administração Pública do Município de Várzea Grande/MT, segue a risca as políticas públicas de competição seletiva isonômica, consultando o mercado, à identificação da proposta mais favorável à prestação de serviços, à execução de obras, à compra ou a alienação de bens, buscando reduzir o risco da formação de cartéis e superiormente atendendo aos princípios nomeados na cabeça do art. 37 da CR/88[2].

Considerando que o Poder Público, em virtude do princípio da autotutela, "*deve zelar pela legalidade de seus atos e condutas e pela adequação dos mesmos ao interesse público*"[3] e verificando que atos e medidas contém ilegalidades, poderá anulá-los por si própria; se concluir no sentido da inoportunidade ou conveniência, poderá revogá-los.[4]

Considerando, também, que na esfera licitacional, este controle torna-se imprescindível, tendo em vista a importância do procedimento para a formação dos contratos administrativos. Assim, a licitação que não se desenvolve em estrita consonância com a legalidade, pode ferir, não só o interesse público como também o dos particulares envolvidos, desrespeitando, assim, princípios normativos, como o da segurança jurídica e o da boa-fé dos administrados.

Considerando que no presente caso a invalidação se propõe como obrigatória, porque, se o ato não comporta convalidação, inexiste outra forma de a Administração Pública restaurar a legalidade violada.

Considerando aindaque o STF, através da Súmula 473, sedimentou seu entendimento de que – *A Administração pode* ***anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não originam direitos****, ou* revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade*, respeitados os direitos adquiridos***.**

RESOLVE:

Tendo em vista a fundamentação e justificativa dos atos administrativos, inclusive para fins de controle, **DECIDO ANULAR a Concorrência Pública n° 08/2018 no tocante ao *LOTE 01*** (CONTRATO Nº 053/2019 – EMPRESA REGIANE GONÇALVES CARVALHO EIRELI – ME, Reforma e Manutenção da Unidade Escolar EMEB "Profª Ângela Jardim Botelho" – Valor R$ 256.186,83 - *Duzentos e cinquenta e seis mil cento e oitenta e seis reais e oitenta e três centavos*)**, *LOTE 02*** (CONTRATO Nº 049/2019 - WN CONSTRUÇÕES LTDA ME – Reforma da Unidade Escolar **EMEB "Maria Pedrosa de Miranda"** - Valor R$ 259.825,07 - *Duzentos e cinquenta e nove mil oitocentos e vinte e cinco reais e sete centavos*)**, *LOTE 03*** (CONTRATO Nº 089/2019 - WN CONSTRUÇÕES LTDA ME - Reforma da Unidade Escolar **EMEB "Profª Marilce Benedita de Arruda"** – Valor R$ 283.062,30 - *Duzentos e oitenta e três mil sessenta e dois reais e trinta centavos*), **LOTE 04 (**CONTRATO Nº 050/2019 **-** RETA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA – EPP – Reforma e Manutenção da Unidade EscolarEMEB "Ednilson Francisco Kolling**"** – Valor R$271.564,30 - *Duzentos e setenta e um mil quinhentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos*), ***LOTE 06*** (Reforma e Manutenção da Unidade Escolar EMEB "Jayme Veríssimo de Campos Junior**"** – Valor R$ 245.652,60 - *Duzentos e quarenta e cinco mil seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos*) **e *LOTE 07*** (Reforma e Revitalização do Ginásio Poliesportivo "Jorge Mussa**"–** Valor R$287.726,25 - Duzentos e oitenta e sete mil setecentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos) **e dos contratos dela decorrentes**, por ser medida que melhor atenda aos interesses da Administração Pública Municipal**.**

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Marcos Fellipe Rocha e Silva

OAB/MT 24471

Assessor Jurídico

[1] Secretário Silvio Aparecido Fidelis

[2] "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência".

[3] BERTONCINI, Mateus Eduardo Siqueira Nunes. Princípios de Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros. 2002. Op. cit. p. 238.

[4] MEDAUAR, Odete. op. cit. p. 152.

PORTARIA Nº. 157-2019

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra****. RAIMUNDA MARIA SOUZA****."*

O **Presidente do PREVIVAG** – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2019.04.27115P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6°, I, II, III, e IV da EC 41/2003 c/c art. 12, inciso III, alínea "a", §3º da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal; c/c o artigo 195, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, c/c art. 71, I da Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c Lei Complementar nº 4.335/2018, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a **Sra. RAIMUNDA MARIA SOUZA,** brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG n° 0921439-9 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n° 107.255.802-59 servidora efetiva no cargo de Professora I a IV, Classe ''C'', Nível ''10'', 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o nº 39180.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 05 de agosto de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 144/2019

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra****. MARIA AUXILIADORA COELHO SILVA".***

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n°2019.04.27098P;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6°, I, II, III, e IV da E.C. nº 41/2003; c/c art. 12, inciso III, alínea "a" e §3º da Lei

n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal; c/c o artigo 195, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, c/c art. 71, I da Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c Lei Complementar nº 4.430/2019, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a **Sra. MARIA AUXILIADORA COELHO SILVA,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n° 0253440-1 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n° 241.147. 151-34 servidora efetiva no cargo de Professora I a IV, Classe ‘’C’’, Nível ‘’09’’, 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o nº 31875.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de 01 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 06 de agosto de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 145/2019

*“Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra**. LOURDES BORDINI”.***

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n°2019.04. 27297P;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6°, I, II, III, e IV da E.C. nº 41/2003; c/c art. 12, inciso III, alínea “a” e §3º da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal; c/c o artigo 195, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, c/c art. 71, I da Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c Lei Complementar nº 4.430/2019, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a **Sra. LOURDES BORDINI,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 1832993-4 SESP/MT e inscrita no CPF sob o n° 282.319.610-20 servidora efetiva no cargo de Professora I a IV, Classe ‘’C’’, Nível ‘’09’’, 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o nº 28107.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de 01 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 06 de agosto de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 146/2019

*“Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra**. MARIA JOSE PEREIRA DE OLIVEIRA”.***

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n°2019.04. 27131P;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6°, I, II, III, e IV da E.C. nº 41/2003; c/c art. 12, inciso III, alínea “a” e §3º da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal; c/c o artigo 195, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, c/c art. 71, I da Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c Lei Complementar nº 4.430/2019, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a **Sra. MARIA JOSE PEREIRA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 0024740-5 SESP/MT e inscrita no CPF sob o n° 176.063.061-68 servidora efetiva no cargo de Professora I a IV, Classe ‘’D’’, Nível ‘’09’’, 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o nº 33077.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de 01 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 06 de agosto de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 147/2019

*“Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra**. RADILZE ARRUDA DE MAGALHÃES”.***

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n°2019.04. 27234P;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6°, I, II, III, e IV da E.C. nº 41/2003; c/c art. 12, inciso III, alínea “a” e §3º da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal; c/c o artigo 195, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, c/c art. 71, I da Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c Lei Complementar nº 4.430/2019, que

autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a **Sra. RADILZE ARRUDA DE MAGALHÃES,** brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 0294968-7 SESP/MT e inscrita no CPF sob o n° 326.098.921-87 servidora efetiva no cargo de Professora I a IV, Classe ''C'', Nível ''09'', 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o nº 39057.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de 01 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 06 de agosto de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 148/2019

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra**. MARIA ELIZABETH SOARES".***

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n°2019.04. 27138P;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6°, I, II, III, e IV da E.C. nº 41/2003; c/c art. 12, inciso III, alínea "a" e §3º da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal; c/c o artigo 195, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, c/c art. 71, I da Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c Lei Complementar nº 4.430/2019, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a **Sra. MARIA ELIZABETH SOARES,** brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade RG nº 70834 MTE MT e inscrita no CPF sob o n° 161.873.181-53 servidora efetiva no cargo de Professora V a VIII, Classe ''B'', Nível ''09'', 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o nº 32687.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de 01 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 06 de agosto de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 149/2019

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra**. SOLANGE DEIZE DA COSTA".***

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n°2019.04. 27208P;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6°, I, II, III, e IV da E.C. nº 41/2003; c/c art. 12, inciso III, alínea "a" e §3º da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal; c/c o artigo 195, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, c/c art. 71, I da Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c Lei Complementar nº 4.430/2019, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a **Sra. SOLANGE DEIZE DA COSTA,** brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade RG nº 0176498-5 SESP/MT e inscrita no CPF sob o n° 230.140.911-20, servidora efetiva no cargo de Professora I a IV, Classe ''C'', Nível ''09'', 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o nº 43902.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de 01 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 06 de agosto de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº088/2019

PORTARIA Nº088/2019

Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto - DAE-VG, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta na Lei Complementar n°1.164/91, que dispõe em seu art. 85;

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo **2018/2019**, a vigorar a partir de **20.08.2019 a 18.09.2019**, ao servidor **EUZÉBIO ALBERTO CURVO**, matrícula nº 2213, exercendo o cargo em comissão de Assistente Técnico – Comercial- DGA07.

Publique-se, Registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 26 de Agosto de 2019.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

Diretor Presidente DAE/VG.

PORTARIA Nº. 150/2019

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra**. JOSEFINA DA SILVA PEREIRA LEITE".***

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2019.04. 27141P;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6°, I, II, III, e IV da E.C. nº 41/2003; c/c art. 12, inciso III, alínea "a" e §3º da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal; c/c o artigo 195, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, c/c art. 71, I da Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c Lei Complementar nº 4.430/2019, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a **Sra. JOSEFINA DA SILVA PEREIRA LEITE,** brasileira, viúva, portadora da cédula de identidade RG nº 0153793-8 SESP/MT e inscrita no CPF sob o n° 452.683.121-20, servidora efetiva no cargo de Professora I a IV, Classe ''C'', Nível ''09'', 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o nº 24298.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de 01 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 06 de agosto de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 151/2019

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra**. MARIELZE FRANCISCA DE ABREU".***

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2019.04. 27230P;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6°, I, II, III, e IV da E.C. nº 41/2003; c/c art. 12, inciso III, alínea "a" e §3º da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal; c/c o artigo 195, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, c/c art. 71, I da Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c Lei Complementar nº 4.430/2019, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a **Sra. MARIELZE FRANCISCA DE ABREU,** brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 0647285-0 SESP/MT e inscrita no CPF sob o n° 474.051. 121-53, servidora efetiva no cargo de Professora I a IV, Classe ''C'', Nível ''10'', 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o nº 33819.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de 01 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 06 de agosto de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 152/2019

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra**. MARIA AUXILIADORA DA SILVA".***

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2019.04. 27240P;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6°, I, II, III, e IV da E.C. nº 41/2003; c/c art. 12, inciso III, alínea "a" e §3º da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal; c/c o artigo 195, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, c/c art. 71, I da Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c Lei Complementar nº 4.430/2019, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a **Sra MARIA AUXILIADORA DA SILVA,** brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 537043 SESP/MT e inscrita no CPF sob o n° 393.683.781-34, servidora efetiva no cargo de Professora I a IV, Classe ''C'', Nível ''09'', 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o nº 31790.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de 01 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 06 de agosto de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 153/2019

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra**. MAISA NEVES SOARES COELHO".***

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2019.04. 27135P;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6°, I, II, III, e IV da E.C. nº 41/2003; c/c art. 12, inciso III, alínea "a" e §3º da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal; c/c o artigo 195, inciso

III, alínea “b” da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, c/c art. 71, I da Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c Lei Complementar nº 4.430/2019, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a **Sra.** MAISA NEVES SOARES COELHO**,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG 0637334-8 SESP/MT e inscrita no CPF sob o n° 487.305.721-34, servidora efetiva no cargo de Professora I a IV, Classe ‘‘C’’, Nível ‘‘09’’, 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o nº 30181.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de 01 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 06 de agosto de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 155/2019

*“Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra**. ERENICE DE OLIVEIRA E SILVA**.”*

O Presidente do PREVIVAG – **Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e** tendo em vista o que consta no Processo n° 2019.04.26959P;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6°, I, II, III, e IV da E.C. nº 41/2003; c/c art. 12, inciso III, alínea “a” e §3º da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal; c/c o artigo 195, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, c/c art. 71, I da Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c Lei Complementar nº 4.430/2019, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a **Sra. ERENICE DE OLIVEIRA E SILVA,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n°0666515-2 SESP/MT e inscrita no CPF sob o n° 581.090.481-53, servidora efetiva no cargo de Professora I a V, Classe ‘‘C’’, Nível ‘‘10’’, 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o nº 14812.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 06 de agosto de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal,

PORTARIA Nº. 156-2019

*“Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra**. VERCILENE DA SILVA**.”*

O **Presidente do PREVIVAG** – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2019.04.27012P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6°, I, II, III, e IV da EC 41/2003 c/c art. 12, inciso III, alínea “a”, §3º da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal; c/c o artigo 195, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, c/c art. 71, I da Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c Lei Complementar nº 4.335/2018, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a **Sra. VERCILENE DA SILVA,** brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade RG n° 0376947-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n° 384.864.401-06 servidora efetiva no cargo de Professora I a IV, Classe ‘‘C’’, Nível ‘‘09’’, 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o nº 46672 -2º cadeira.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 05 de agosto de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 154/2019

*“Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra**. VANDA DAS NEVES MACEDO DA SILVA”.***

O Presidente do PREVIVAG – **Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e** tendo em vista o que consta no Processo n° 2019.04.27169P;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6°, I, II, III, e IV da E.C. nº 41/2003; c/c art. 12, inciso III, alínea “a” e §3º da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal; c/c o artigo 195, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, c/c art. 71, I da Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c Lei Complementar nº 4.430/2019, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a **Sra. VANDA DAS NEVES MACEDO DA SILVA,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG 0612588-3 SESP/MT e inscrita no CPF sob o n° 474.268. 291-20, servidora efetiva no cargo de Professora I a IV, Classe ''C'', Nível ''10'', 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o nº 46062.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de 01 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 06 de agosto de 2019.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 071/2019

O Pregoeiro Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 071/2019, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de alimentação (self-service e marmitex), conforme especificações discriminadas no anexo I do edital no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, resolve ADJUDICAR o objeto da licitação, a empresa: **JOSEMARA CAMARGO 92319378120**, com proposta no valor global de **R$ 66.635,00** (sessenta e seis mil seiscentos e trinta e cinco reais reais)**.**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 26 de agosto de 2019.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 071/2019.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 071/2019, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de alimentação (self-service e marmitex), conforme especificações discriminadas no anexo I do edital no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, resolve HOMOLOGAR o objeto da licitação, aa empresa: **JOSEMARA CAMARGO 92319378120**, com proposta no valor global de **R$ 66.635,00** (sessenta e seis mil seiscentos e trinta e cinco reais reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 26 de agosto de 2019.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 072/2019

O Pregoeiro Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 072/2019, tendo como objeto registro de preços para eventual e/ou futura aquisição de combustível (etanol, gasolina comum. óleo diesel comum e óleo diesel s-10), no município de Cáceres, a varejo, para veículos de diversas secretarias, com fornecimento contínuo e fracionado, com maior desconto percentual por item, conforme especificações discriminadas no anexo I do edital no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, resolve ADJUDICAR o objeto da licitação, a empresa: **TRIANGULO COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTE LTDA, com desconto de 1% (um por cento) sobre o valor praticado.**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 26 de agosto de 2019.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 072/2019.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 072/2019, tendo como objeto registro de preços para eventual e/ou futura aquisição de combustível (etanol, gasolina comum. óleo diesel comum e óleo diesel s-10), no município de Cáceres, a varejo, para veículos de diversas secretarias, com fornecimento contínuo e fracionado, com maior desconto percentual por item, conforme especificações discriminadas no anexo I do edital no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, resolve HOMOLOGAR o objeto da licitação, a empresa: **TRIANGULO COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTE LTDA**, com desconto de 1% (um por cento) sobre o valor praticado**.**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 26 de agosto de 2019.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 051-2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 072-2019

PROCESSO: 137/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

OBJETO: TENDO COMO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E/OU FUTURA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ETANOL, GASOLINA COMUM. ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S-10), NO MUNICÍPIO DE CÁCERES, A VAREJO, PARA VEÍCULOS DE DIVERSAS SECRETARIAS, COM FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO, COM MAIOR DESCONTO PERCENTUAL POR ITEM.

PRAZO: 12 Meses, a partir da emissão da ARP.

CONTRATADO:

EMPRESA:			**CNPJ**		
TRIANGULO COMBUSTIVEIS E TRANSPORTEE LTDA			**09.136.878/0002-04**		
ITEM	**CÓDIGO**	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**QTDE**	**DESCONTO ESTIMADO (% Mínimo aceito)**

1	01.01.00312	ALCOOL COMUM	LITRO	2.000	1 %
2	01.01.00078	GASOLINA COMUM	LITRO	35.000	1 %
3	01.01.00321	OLEO DIESEL S10	LITRO	36.000	1 %
4	01.01.00311	OLEO DIESEL COMUM	LITRO	27.500	1 %

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 26 de agosto de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 050-2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 071-2019

PROCESSO: 136/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

OBJETO: TENDO POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO (SELF-SERVICE E MARMITEX).

PRAZO: 12 Meses, a partir da emissão da ARP.

CONTRATADO:

EMPRESA:	CNPJ	VALOR GLOBAL
JOSEMARA CAMARGO 92319378120	31.518.606/0001-47	R$: 66.635,00

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 26 de agosto de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 052-2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 073-2019

PROCESSO: 138/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA OU EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GUINCHO VEÍCULOS LEVES E PESADO NO PERÍMETRO URBANO E RURAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL.

PRAZO: 12 Meses, a partir da emissão da ARP.

CONTRATADO:

EMPRESA:	CNPJ	VALOR TOTAL
A J PINHEIRO EIRELI	11.661.061/0001-16	R$: 369.400,00

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 26 de agosto de 2019.

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 074/2019

O Pregoeiro Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 074/2019, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO DO TIPO MACHO E FÊMEA PARA SER UTILIZADO NA DRENAGEM PLUVIAL EM VIAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL.** no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, resolve ADJUDICAR o objeto da licitação, a empresa: **: WADERSON FERREIRA VALADÃO 92632645115 com proposta no valor global de R$ 668.200,00 (seiscentos e sessenta e oito mil e duzentos reais).**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 26 de agosto de 2019.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 074/2019

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 074/2019, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO DO TIPO MACHO E FÊMEA PARA SER UTILIZADO NA DRENAGEM PLUVIAL EM VIAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL** no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, resolve HOMOLOGAR o objeto da licitação, aa empresa: **WADERSON FERREIRA VALADÃO 92632645115 com proposta no valor global de R$ 668.200,00 (seiscentos e sessenta e oito mil e duzentos reais).**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 26 de agosto de 2019.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 073/2019

O Pregoeiro Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 073/2019, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA OU EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GUINCHO VEÍCULOS LEVES E PESADO NO PERÍMETRO URBANO E RURAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL**, conforme especificações discriminadas no anexo I do edital no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, resolve ADJUDICAR o objeto da licitação, a empresa: **: A J PINHEIRO EIRELI, com proposta no valor global de R$ 369.400,00 (trezentos e sessenta e nove reais).**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 26 de agosto de 2019.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 073/2019.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 073/2019, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA OU EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GUINCHO VEÍCULOS LEVES E PESADO NO PERÍMETRO URBANO E RURAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL**, conforme especificações discriminadas no anexo I do edital no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, resolve HOMOLOGAR o objeto da licitação, aa empresa: **A J PINHEIRO EIRELI, com proposta no valor global de R$ 369.400,00 (trezentos e sessenta e nove reais).**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 26 de agosto de 2019.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N. 292/2019

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Orgânica do Município, e

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor efetivo **GILBERTO CAMPOS RAMOS DA ROSA,** portador do **RG: 009085 SSP/MT e CPF: 142.838.671-87,** Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de "Administração e Fazenda", **Licença-Prêmio,** por **01 (um)** mês, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992.

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, o servidor beneficiário deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o **Artigo 1º** corresponde ao período aquisitivo de **2013/2018.** Ficando o período de gozo da seguinte forma:

12/08/2019 a 12/09/2019;

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 12 de agosto de 2019, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 053-2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 074-2019

PROCESSO: 139/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO DO TIPO MACHO E FÊMEA PARA SER UTILIZADO NA DRENAGEM PLUVIAL EM VIAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL.

PRAZO: 12 Meses, a partir da emissão da ARP.

CONTRATADO:

EMPRESA:	CNPJ	VALOR TOTAL
WADERSON FERREIRA VALADÃO 92632645115	24.690.555/0001-70	R$: 668.200,00

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 26 de agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ADITIVO REAJUSTE BRITAZIL

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°018/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019

DO OBJETO: O presente aditivo tem por objeto o REAJUSTE do preço inicialmente pactuado na Ata de Registro de Preço anexo ao Processo Licitatório n° 036/2019 na modalidade Pregão Presencial n° 011/2019 de acordo com a planilha abaixo:

ADITIVO DE REAJUSTE

LOTE PRODUTO VALOR REGISTRADO % DE REAJUSTE VALOR FINAL

05 Pó de pedra 80,33 9,55% 88,00

DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas.

DATA: Vila Rica/MT, 23 de Agosto de 2019.

ASSINANTES:

ABMAEL DA SILVEIRA – PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA – CONTRATANTE

BRITAZIL XINGU LTDA (28.942.414/0001-59) - CONTRATADA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ATA SESSÃO

ATA DE ABERTURA DE ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROJETOS/PROPOSTA DE TRABALHO DO CONCURSO DE PROJETOS Nº 01/2019. PROCESSO Nº 051/2019. EDITAL Nº 01/2019. OBJETO: Seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei Federal n° 9.790/99, para celebrar TERMO DE PARCERIA para formação de vínculo de cooperação, visando o fomento e realização de atividades de interesse público no desenvolvimento de programas de governo, através do fornecimento de bens e serviços, realização de atividades, eventos, consultorias, cooperação técnica e assessoria seguindo as diretrizes estabelecidas na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1999, e demais condições do Edital, já devidamente prevista na lei orçamentária do Município, assim como no programa de governo da atual administração, observadas às especificações técnicas contidas no Edital que obrigatoriamente tem que ser desenvolvido em atendimento e de acordo com o detalhamento e as especificações previstas no ANEXO I – Termo de Referência.

Às 09h30m do dia 23 (vinte) do mês de agosto do ano de 2019 (dois mil e dezenove), no Departamento de Licitação e Contratos, desta Prefeitura, localizado na Avenida Brasil, 2.000, Bairro Bela Vista, reuniu-se a Comissão Especial de Licitações, designada pela Portaria nº 108/2019, de 10 de Maio de 2019, para sessão pública de abertura de envelopes HABILITAÇÃO E PROJETO/PROPOSTA DE TRABALHO das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que se interessaram em participar do **CONCURSO DE PROJETOS Nº 01/2019**, visando selecionar a melhor proposta para **Seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei Federal n° 9.790/99, para celebrar TERMO DE PARCERIA para formação de vínculo de cooperação, visando o fomento e realização de atividades de interesse público no desenvolvimento de programas de governo, através do fornecimento de bens e serviços, realização de atividades, eventos, consultorias, cooperação técnica e assessoria seguindo as diretrizes estabelecidas na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1999, e demais condições do Edital, já devidamente prevista na lei orçamentária do Município, assim como no programa de governo da atual administração, observadas às especificações técnicas contidas no Edital que obrigatoriamente tem que ser desenvolvido em atendimento e de acordo com o detalhamento e as especificações previstas no ANEXO I – Termo de Referência**. Dando início, o Sr. Presidente constatou a presença dois representantes interessados para acompanhar a abertura dos envelopes das OSCIPs. Durante o prazo para entrega dos envelopes, de 12/08/2019 a 23/08/2019, somente as OSCIP's, quais sejam, IPGP – INSTITUTO DE PESQUISAS E

GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, **portadora do CNPJ nº 09.540.390/0001-67**e ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO E PROGRAMAS – AGAP, **portadora do CNPJ nº 17.363.705/0001-76**, se interessaram em participar do presente Concurso de Projetos, tendo entregue seus envelopes HABILITAÇÃO e PROJETO/PROPOSTA DE TRABALHO na data de 23/08/2019 às 09:30hrs, na pessoa da Srª. ANA LUCIA VIEIRA DE SOUZA, portadora do CPF 403.843.499-00 e Srº. GIORGY WILLIAN GOMES LUZ CPF Nº 039.998.531-07. Ato Contínuo passou-se à fase de abertura do envelope de documentação, cujo conteúdo foi conferido, tendo todos os documentos sido, em seguida, rubricados por todos os membros da Comissão Especial de Julgamento e pelos representantes das OSCIP. A Comissão passou à análise da documentação da proponente, de acordo com o disposto no Edital, onde verificou-se que a proponente, ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO E PROGRAMAS – AGAP, **portadora do CNPJ nº 17.363.705/0001-76**, deixou de apresentar cópia do ato constitutivo conforme solicitado no item 9.3 do edital tornando se desclassificada do certame, a empresa IPGP – INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS **CNPJ nº 09.540.390/0001-67** apresentou toda documentação de acordo com o Édito Convocatório. Superada a avaliação do Envelope Habilitação, os trabalhos de analises da Comissão para realização da Etapa Competitiva de avaliação das propostas, conforme consta no Edital de Concurso de Projetos nº 01/2019.

Em seguida, foi aberto o envelope contendo os projetos e proposta de valores apresentados pela proponente habilitada.Foi constatado que os proponente apresentou os seguintes projetos:

Secretária de Agricultura e Meio Ambiente – EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Secretária de Assistência Social – Projeto – VILA RICA EM AÇÃO

Secretaria de Cultura e Desportos e Lazer –ATIVIDADES CULTURAIS

Secretaria de Educação –AÇÕES COMPLEMENTARES EM EDUCAÇÃO

Secretária de Viação e Obras Públicas- URBANIZAÇÃO DE VILA RICA

Secretaria de Saúde – SAÚDE PARA TODOS

Assim, verificou-se que os projetos apresentados atendem as exigências contidas no edital em epígrafe. A comissão iniciou os trabalhos de análise e julgamento dos projetos de acordo com os critérios contidos no edital, chegando à pontuação nos termos a seguir descritos:

Para realização base de cálculo dosencargos dos projetos, utilizou a proponente média aritmética, concluindo-se que, em relação aos custos, deu-se a seguinte proposta:

Média aritmética = 91,66 (noventa e um virgula sessenta e seis por cento)

Os projetos apresentados e avaliados obtiveram a pontuação conforme tabela em anexo.

Sendo assim, analisando-se a média aritmética simples, verificou-se que o IPGP – INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, obteve um total de (550) pontos.

Assim sendo, tendo sido verificado que a proponente INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – IPGP cumpriu com todos os requisitos constantes do edital e demais determinações referentes ao Concurso de Projetos nº 001/2019, atingindo a pontuação supra, foi julgada pela comissão especial de julgamento vencedora do concurso. Na ocasião, a Comissão Especial de Julgamento alertou a representante da OSCIP vencedora que embora tenha havido aprovação dos projetos, o cumprimento do contrato deve dar-se totalmente de acordo com a realidade do Município. Após os apontamentos registrados o Presidente desta comissão então, no uso dos seus diretos, informou a presente que o resultado será divulgado na data estabelecida, abrindo prazo recursal de 2 (dois) dias úteis para eventuais manifestações. As empresas apresentaram termo de renúncia. Nada mais havendo a relatar, esta Comissão encerra os trabalhos com a lavratura desta ata que após lida e achada em conforme, vai assinada pelos membros da Subcomissão e licitantes presentes, ficando desde já os autos com vistas franqueados aos interessados. Esta ata será afixada no quadro próprio de avisos dos procedimentos licitatórios para conhecimento dos interessados e para que surta os efeitos de publicação conforme determina a lei.

Comissão:

ANTÔNIO AÉCIO LEMES DOURADO

Presidente

NÚBIA NARA DE O. SILVA LIMA

Membro

SERGIANE PEREIRA NASCIMENTO

Membro

Participante(s):

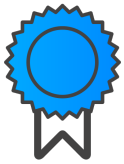
INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – IPGP

CNPJ 09.540.390/0001-67

ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO E PROGRAMAS – AGAP

CNPJ nº 17.363.705/0001-76

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Aug 26 22:31:33 UTC 2019
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)